





ARQUITECTURA E PODER  
O REAL EDIFÍCIO DE MAFRA



ANTÓNIO FILIPE PIMENTEL

ARQUITECTURA E PODER  
O REAL EDIFÍCIO DE MAFRA





## ÍNDICE

Nota à 2.<sup>a</sup> edição.....

Introdução .....

Uma investigação apresenta-se .....

### PARTE I

Do Portugal Restaurado ao  
Portugal Joanino

1. Um poder entre dois séculos.....

2. A estratégia do poder .....

3. Ritmo e sentido das “luzes joaninas” .....

4. Uma sociedade de persistências .....

5. A resistência ao poder .....

### PARTE II

A Imagem do Poder

1. O espectáculo do poder .....

2. A “invenção” da Corte .....

3. Um Palácio para o Rei .....

### PARTE III

O Real Edifício

1. Perscrutando as origens .....

2. As Reais Obras .....

3. O “Escorial Português” .....

No termo do percurso.....

Notas .....

Fontes e obras de consulta .....



*à Laura  
ao José Maria  
ao Henrique Maria*

*Yet Mafra...*

*Where...*

*...church and court did mingle their array,  
And mass and revel were alternate seen;  
Lordlings and freres – ill-sorted fry I ween!*

LORD BYRON

*...obra magnífica e admirável, que tanto acredita o nome Portuguez entre as Naçoens estrangeiras, e fará eternamente lembrado o nome do Senhor Rei D. João V, seu Augusto Fundador, e o do Architecto, que o desenhou, João Frederico Ludovici da Nação Tudesca.*

FR. JOÃO DE SANTANA

*Não equivoco este fausto por maravilha do mundo; porque se não presuma, que a paixão nacional me faz acreditar o excesso da sua grandeza, bem patente a todos os estranhos, que a admirão.*

FR. JOÃO DE S. JOSEPH DO PRADO

## NOTA À 2.<sup>a</sup> EDIÇÃO

Regressa agora aos prelos, graças à generosa disponibilidade dos Livros Horizonte, o estudo *Arquitectura e Poder, o Real Edifício de Mafra*, editado pela primeira vez em Coimbra, em 1992, pelo Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras. Há muito esgotado, constitui ele, na essência, a dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História Cultural e Política da Época Moderna, da mesma Faculdade, que (na ausência de mestrado específico em História da Arte) frequentámos no quadro da carreira docente universitária, iniciada no já longínquo ano de 1986, como prova de passagem de assistente estagiário a assistente do referido Instituto de História da Arte de Coimbra. Desta pequena história genética, que se impunha como *nota biográfica* do livro que agora se apresenta, uma questão decorrerá e se colocará à partida a quem, porventura, se dispuser a lê-lo: constitui ele uma obra de História da Arte ou de História Cultural e Política?

Não é fácil responder. O objecto do nosso estudo é, seguramente, constituído por um monumento, um edifício – o *Real Edifício* –, cuja análise, por conseguinte, se enquadra necessariamente no âmbito da História da Arquitectura, ao mesmo tempo que é a historiografia da arte a área profissional que abraçámos, desde os bancos da Universidade. E um edifício e, muito especialmente, um edifício com a qualidade do Palácio de Mafra (que disso, realmente, se trata) é, inquestionavelmente, um *facto artístico*. Contudo, uma obra de arte é sempre, simultaneamente, um *facto cultural*; é sempre produto do seu *tempo* (essa dimensão em que navega o historiador), ao mesmo tempo que, se alguma coisa pudemos concluir em segurança, ao cabo do longo percurso da nossa investigação, é que o colosso mafrense é ainda, e eminentemente, um *produto político*. Na sua expressão arquitectónica, ele constitui, de facto, ao nível do plano como dos alçados, a límpida demonstração de toda uma teoria de poder, cujo reconhecimento, de resto, obriga, por si mesmo, a perspectivar com nova luz o próprio sentido da acção governativa do *Rei Magnânimo*. Este estudo é, pois, por conseguinte, um estudo de História Cultural e Política, de História das Ideias e boa parte do esforço despendido na sua construção foi, realmente, passado num lento peregrinar pelos caminhos (nem sempre suaves para o historiador da Arte), não simplesmente da História Política e Cultural, mas

ainda da das Instituições, da Economia, das Mentalidades, da Sociedade... Fizémo-lo em busca de *razões*, em busca das razões de um facto artístico, aparentemente insólito e paradoxal: a construção de Mafra.

De facto, parafraseando Ortega y Gasset, entendemos que a obra de arte é *ela*, seguramente, mas é também e, sobretudo, a sua *circunstância*. E que esta é, realmente, a verdadeira *dimensão* da História e o *múnus* específico do historiador. Nesse sentido, pois – o único que, a nosso ver, vale realmente a pena –, a História da Arte não é apenas a narrativa *biográfica* do objecto artístico, nem se reduz a uma pura genealogia de formas; é a história da sua *circunstância*, da circunstância que o moldou, que o moldou à sua imagem. Mais ainda, que fez dele a sua *imagem*. Estudar um objecto artístico não é, pois (não pode ser), simplesmente descrevê-lo; é, essencialmente, *compreendê-lo*. É por isso que este livro é, *integralmente*, um livro de História da Arte. Mas é também por isso que as particularidades da biografia do gigantesco palácio de D. João V (como boa parte das da sua própria biografia) adquiriram, analisadas à luz da *ideia* que o norteou, uma clareza que, até aqui, havia escapado à historiografia, justamente por lhe escapar a circunstância, particular e, por isso mesmo, fascinante, que a um e outro *determinou*.

Sai ele agora, evidentemente (a usura do tempo tanto impõe), revisto e aumentado. Revisto de arestas que, aqui e além, sempre emergem e aumentado (pontualmente) com o produto de investigação (alheia e nossa) entretanto produzida. Mas sai – e há-de perdoar-se que não resistamos a afirmá-lo – rigorosamente *íntegro*, na sua estrutura, como nas suas conclusões. Efectivamente, o produto da investigação entretanto produzida, do avanço geral da historiografia sobre este período e sobre as questões que com o objecto deste livro se relacionam, mais não fizeram, na verdade, que reforçar com novos argumentos as afirmações avançadas na ponderação dos dados disponíveis, seja no que respeita à importância e ao sentido renovador do programa político joanino, seja no que se refere à qualidade e à multiplicidade de formas de que se revestiu o mecenato régio, seja, ainda, na confirmação do papel angular desempenhado por Ludovice na generalidade dos empreendimentos artísticos do monarca. Mais não fizeram, de facto, que dissipar definitivamente a trama, invulgarmente densa e obstinada, de lendas e simplificações que deliberadamente deformaram a acção governativa do monarca e o seu programa artístico.

A primeira metade do século XVIII – bem como o monumento que, de algum modo, a simbolizou – emergem hoje, claramente, como um *tempo forte*, indispensável para a compreensão das grandes mudanças que caracterizariam a segunda metade da centúria e onde (como sempre) o velho e o novo se confrontam num diálogo que importa perscrutar. Foi isso que procu-

rámos fazer. Ao historiador bastará por prémio ter podido contribuir, mesmo que em modesta parte, para tal; ao historiador da arte, ter podido sublinhar a importância da sua disciplina no trabalho global da construção da História. Como quer que seja, o livro aí está, uma vez mais. E ao leitor caberá, como sempre, a palavra final.

Coimbra, Novembro de 2000

ANTÓNIO FILIPE PIMENT



## INTRODUÇÃO

A 17 de Novembro de 1717, em cerimónia de inusitada pompa, lançava D. João V a pedra fundamental do que viria a ser uma das maiores e, certamente, mais complexas e enigmáticas construções portuguesas de todos os tempos: o gigantesco Palácio-Convento de Mafra que, na sua perplexidade, os contemporâneos designariam de *Real Edifício*.

As colossais dimensões da mole arquitectónica – *monumento maior que o Reino* – e o esforço épico que exigiu a sua execução, bem como a híbrida natureza do seu organismo (“duvidosa no desenho, entre o mosteiro e o palácio”<sup>1</sup>) e a inevitável ligação ao monarca fundador e a tudo quanto nele se quis simbolizar, estarão decerto na origem da escassez da produção historiográfica a ela respeitante, substituída geralmente por trabalhos ou mesmo simples referências em obras dedicadas ao período joanino onde, ao sabor dos desiguais talentos, avulta por via de regra a análise passional e subjectiva do monumento e do seu promotor.

Deste preconceito de natureza ideológica, que opunha a historiografia tradicional ao universo do absolutismo monárquico e, conseqüentemente, a todas as suas manifestações estéticas, gerou-se o desinteresse pelo seu estudo, apenas em anos recentes contrariado. Por isso mesmo, ainda em 1950, Robert Smith, então autor de trabalhos pioneiros sobre o Barroco nacional, podia colocar entre as prioritárias urgências de pesquisa para a História da Arte em Portugal a arquitectura cortesã de D. João V<sup>2</sup>. Ora, nesse capítulo complexo e fascinante do século XVIII português, ocupa o lugar central, solene e imensa, a desmesurada construção de Mafra.

Contudo, o Palácio do Príncipe, sua residência e sede da governação dos seus estados, tem-se perfilado ao longo da história e apesar das variáveis condicionantes epocais, como um poderoso símbolo político e social. Convertido, pela sua própria natureza, em expoente dos valores da classe dirigente, tende a reuni-los, ordenando-os e expressando-os visualmente, de molde a traduzir todo um conjunto de ideias<sup>3</sup>. Desse modo, ultrapassando as elementares necessidades funcionais, a arquitectura converte-se num instrumento político, agindo, pelo incremento da sua função representativa, como um meio poderoso de propaganda, num processo que culminará no período barroco ao serviço de uma mensagem de

autoridade, divina ou soberana, consoante se trate da Casa de Deus ou da Casa do Rei<sup>4</sup>.

De facto, construindo palácios para a sua Corte, templos para a sua devoção, teatros para os seus divertimentos ou avenidas para os seus cortejos, o monarca assume-se como o primeiro destinatário dos seus empreendimentos, que reflectem a imagem sensível do seu poder numa relação *narcisista* transmutada em acto de soberania. Mais que espectadores, testemunhas desta prodigiosa encenação, os cortesãos convertem-se rapidamente em participantes activos de uma permanente liturgia do poder, organizada em termos de ritual de submissão. Num contexto desta natureza, a relação possessiva que o Príncipe estabelece com a Corte e o Palácio, não é mais que a analogia da relação pretendida com o universo inteiro<sup>5</sup>.

A residência real evoca, assim, uma *comunidade invisível*, um *fantasma de sociedade*, que lhe é indissociável e sem o qual carece de sentido<sup>6</sup>. Simultaneamente forma e espírito<sup>7</sup>, o objecto de arte apenas pode apreender-se na sua globalidade significativa no interior do seu contexto histórico-cultural. Estudar um palácio é, pois, estudar as complexas relações entre a arte e a política; isto é, arte como expressão de uma política ou, melhor ainda, do esplendor de uma política<sup>8</sup>.

Com efeito, na Época Moderna entra-se na *Era do Príncipe*. Em seu redor, como único detentor da autoridade, articula-se o complexo das forças sociais e o conjunto de ritos tradicionalmente ligados à visualização do poder reforça-se, complica-se, hipertrofia-se, sob a forma de um verdadeiro culto ou religião da Monarquia, personalizado, aliás – a realeza tem menos fiéis que o Rei<sup>9</sup> –, na figura carismática do monarca, que imprime o seu carácter e o seu espírito à Corte, pólo por sua vez da vida da cidade, como esta o é, por fim, da da província<sup>10</sup>.

Numa relação inversa, o Palácio Real, domicílio do soberano e da sua Corte, constitui um desenvolvimento colossal, mas lógico, da residência senhorial, da qual reconhecemos todos os elementos, do mesmo modo que estes passariam, em escala reduzida, para as moradas da burguesia<sup>11</sup>. A análise arquitectónica do Palácio não poderá, pois, isolar-se do conjunto das condições sociais que o justificaram: do mesmo modo que a arquitectura religiosa resulta dos condicionalismos da liturgia, a construção palatina alimenta-se das exigências da etiqueta e da festa cortesã<sup>12</sup>.

Na verdade, o Palácio é, acima de tudo, o cenário da *festa* – elemento central da vivência barroca –, servida por uma sensibilidade de cunho eminentemente teatral que enforma os grandes, como os pequenos acontecimentos da existência colectiva e particular<sup>13</sup>. Aí radica esse gosto do fausto e da magnificência, da violência dos contrastes e efeitos de surpresa, das

proezas difíceis e dos *tours-de-force*, que identifica o homem deste tempo e o leva a procurar a emoção. Aí assenta igualmente o carácter *massivo* dessa cultura e o apelo que faz aos recursos visuais, cuja inegável eficácia e capacidade persuasiva converte em instrumento privilegiado de controlo social, veiculando uma imagem idealizada do poder, destinada a propiciar a conservação da ordem estabelecida<sup>14</sup>.

Na verdade, é em regra sobre sociedades instáveis, pródigas em resistências, que a Monarquia absolutista e, com ela, a cultura do Barroco, se instalam<sup>15</sup> (existe uma indubitável relação entre Barroco e crise social<sup>16</sup>), colocando sobre a imagem do poder o enfoque de toda uma época. O Estado Moderno traz, assim, consigo uma preocupação reforçada com a residência régia, alimentada numa vasta produção teórica<sup>17</sup> que, na verdade, viria a transformar este domínio num tema privilegiado da arte barroca, origem de espectaculares conjuntos arquitectónicos onde a retórica dominante se expressa em termos de notável unidade, representativa, afinal, de ambições que jamais alcançaria impor completamente ao todo social<sup>18</sup>. Mas o absolutismo é isso mesmo: por natureza militante, nunca triunfante<sup>19</sup>.

Num quadro deste teor, parece tornar-se claro que o objecto do nosso estudo se revela incompletamente quando analisado de uma perspectiva meramente artística, ao passo que, inversamente, se enriquece e adquire pleno significado quando observado à luz das condições gerais do tempo, que o criaram e justificaram e que, em última análise, determinaram as opções estéticas. Com efeito, são indissolúveis os laços que unem as diferentes manifestações da vida de uma sociedade. Não pode conceber-se que a arte evolua separadamente das restantes formas de cultura, da ciência e da economia contemporâneas, da vida social, enfim, com as quais estabelece relações de interdependência, não obstante a relativa autonomia que cada uma delas não deixa, evidentemente, de conservar<sup>20</sup>.

Ao iniciarmos o nosso trabalho, não nos move, pois, o desejo de produzir uma *história* do Palácio-Convento de Mafra, biográfica e monográfica, algo como um super-roteiro que desvendasse em extremos de minúcia a vida centenária do venerável colosso. Antes e sobretudo – e tanto quanto o permite a natureza fragmentária dos testemunhos existentes –, traçar uma história *total*, compreensiva e integradora, dos circunstancialismos que envolveram a sua edificação e a condicionaram, impondo-lhe a sua marca e moldando-a à sua imagem. Ao invés de narrar ou descrever, explicar e, finalmente, compreender, razão única da construção da História.

Mas, afinal, onde encontrar a História da Arte em tudo isto? Responderemos com Lucien Febvre: em parte nenhuma e em toda a parte. “É na fronteira, sobre a fronteira, um pé deste lado, um pé daquele, que o historiador

deve trabalhar livremente. Utilmente...”<sup>21</sup>. E, com ele também, evocamos Marc Bloch e a sua parábola: “O bom historiador é como o ogre da lenda: onde quer que fareje carne humana, sabe que está aí a sua caça”<sup>22</sup>.

## UMA INVESTIGAÇÃO APRESENTA-SE

A interpretação do reinado de D. João V esteve, durante longo tempo, subordinada a pressupostos de natureza ideológica. Para *julgar* o tempo do *Magnânimo*, utilizou-se a bitola estreita do antiabsolutismo primário e radical que enformava a sociedade liberal, romântica ou positivista do *Portugal Contemporâneo*, prescindindo, sem escrúpulos de maior, de todo o tipo de estudos de história comparada, social e administrativa, que unicamente possibilitariam uma visão séria e serena do problema<sup>23</sup>. Ao invés, tem então início, não (ou raramente) uma verdadeira historiografia, mas antes uma polémica *sui generis* que chegaria, esbatida embora, quase aos nossos dias e que transformou a primeira metade do século XVIII (se não mesmo todo) num curioso campo de batalha para onde as hostes inimigas transferiam as contendas do seu próprio tempo. O absolutismo, observado, deste modo, em função de sistemas e problemáticas posteriores, oferecia de si mesmo uma imagem – útil talvez – mas deformada, grotesca e estúpida.

Na verdade, a Revolução Francesa marcaria de tal modo o tempo seguinte, que o século XVIII de alguma forma se ocultou na sua enorme sombra. Todavia – e bem ao contrário do que professou a historiografia tradicional –, as sociedades não crescem, nem se desenvolvem segundo padrões únicos, nem há fórmulas únicas de evolução progressiva<sup>24</sup>. E esta visão finalista e dirigista do devir, trazia efectivamente consigo o risco de sacrificar a um modelo arbitrariamente privilegiado todo um vasto domínio onde a história não terá escolhido os mesmos caminhos<sup>25</sup>.

Se as teses da decadência nacional constituem, realmente, uma formulação do século XIX têm, não obstante, a sua origem na atmosfera de pessimismo e de uma certa crise da consciência portuguesa que se instala pelos meados de Setecentos e que é, ironicamente, uma consequência da abertura joanina<sup>26</sup>. Critica-se a realidade nacional, denunciam-se atrasos e incúrias e o ambiente de regeneração pombalina favorece a responsabilização da passada administração nas frustrações e dificuldades do presente: “Se o snr. rei D. João V não gastara em Roma cento e quatro milhões na sua vida, se não fizesse um convento de arrabidos com tão enorme dispêndio, se não gastasse...”<sup>27</sup>.

Veiculada por intelectuais e *estrangeirados* (que assim se exceptuavam da regra geral), esta visão pouco animadora do panorama pátrio reforça-se com a imagem que uma Europa longínqua e distraída tem de um Portugal excêntrico, desconhecido e exótico<sup>28</sup>, bebido em segunda mão ou percorrido geralmente em viagens rápidas de negócios ou de aventura, cujo número crescente, não obstante, não deixa igualmente de ilustrar um *regresso à Europa* que é, também ele, uma consequência da política empreendida pelo *Magnânimo*. Fonte de relatos cujo valor varia necessariamente em função da origem, cultura, sensibilidade e grau de intimidade com o País alcançado pelo forasteiro<sup>29</sup>, constituem documentos do maior interesse, mas exigem as naturais cautelas que levariam mesmo um deles, Colbatch, a apontar “ces grosses fautes qu’on remarque d’ordinaire dans les Livres de voïages”, redigidos de modo “trop sévère dans sa critique, pour être fort suivi par un homme qui ne veut point passer pour satyrique”<sup>30</sup>.

A imagem do País desenha-se, então, por regra, com um pitoresco de novela; um reino fantástico e incompreensível governado por uma espécie de extravagante monarca-sacristão: “On aurait dit d’un particulier qui aurait ressemblé au roi de Portugal, qu’il était fou; on ne se permettait que de le trouver extraordinaire”<sup>31</sup>. “Ce Roi de Portugal/Dont le Pape paya le zele/Par le titre de Très Fidele,/Avec le privilége assez original/De chanter messe & kyrielle;/Vêtir l’habit sacerdotal,/Et même le pontifical/Quand c’étoit messe solennelle”<sup>32</sup>. Enfim, pano de fundo desta estranha farsa, Mafra adquiria igualmente a sua imagem-standard: “monument of royal prodigality, blended with superstition. Who can believe, that in the last Century, any Prince would construct a residence, in imitation or emulation of the Escorial? (...) Such was Maffra, the Versailles of Portugal”<sup>33</sup>.

Nascido em desforra da *Viradeira*, o Portugal liberal sublinharia, então, em traços malévolos e nervosos, a caricatura de D. João V. Fá-lo carregar com o ódio dos vingadores da história<sup>34</sup>. Deforma-lhe o carácter, a inteligência, a acção, substituída pela anedota burlesca, sórdida e mesquinha.

Levada a cabo por uma geração ardente de tribunos da história (a geração que construiu o século XX), a obra demolidora conclui-se em paroxismos de oratória: Oliveira Martins constrói a imagem de um “reinado beato e devasso (...) patenteando um sistema de costumes ridiculos e nojentos”, tingidos de “brutalidade soez e parvoíce carola” e desenha o perfil do Rei – “grande Lama do extremo ocidente” –, entregue ao “entusiasmo desvairado dessa ópera ao divino, em que desperdiçaram os tesouros americanos”; do povo, um “povo inteiro, faminto e miserável, arrastado por um doido numa procissão grotescamente fúnebre”; do País, enfim, onde a “perversão dos instintos, o vazio das inteligências, a maldade imbecil e a caro-

lice piegas e lúbrica retratavam a primor o estado caduco da nação amortalhada num sudário de brocados de sacristia, fedendo a incenso e a morrão”. E resumia: “Portugal era um cenário de ópera, armado numa igreja”<sup>35</sup>.

Pinheiro Chagas, por seu turno, falaria claramente em “arrancar de todo a máscara a esse reinado falaz”, que apoda de “origem da nossa irremediável decadência”; responsabiliza o monarca por “golpes fataes vibrados ao progresso do paíz e à sua prosperidade”, acusa-o de “produzir a total ruína do paíz, se a Providência não fizesse surgir um homem, cujo previdente génio, cuja energia ressuscitaram esta nação-cadaver”; termina, enfim, profetizando que “se Deus o mandou cá foi para punir na quarta geração os crimes dos homens, que haviam alagado em sangue o Oriente, e accendido nas praças as lugubres fogueiras do Santo-Officio”<sup>36</sup>. E não divergiriam destas, obviamente, as considerações da anónima *sociedade de homens de letras*: D. João V foi, em suma, o “homem mais funesto que se sentou no throno portuguez”, aquele a quem Portugal “deveu o achar-se cada vez mais immerso no tremedal da mais irremediável decadência”<sup>37</sup>.

Na consciência colectiva fixa-se então o *cliché* – “é fora de dúvida que a ele deveu Portugal a sua ruína”<sup>38</sup> – e as gerações seguintes de historiógrafos veiculam a imagem estereotipada de um “rei-sol... para franciscanos”<sup>39</sup>. Verbera-se o soberano da sua “ostentação pueril, duma religiosidade sensual e estreita, duma verdadeira epilepsia de dissipação, da mais perfeita insensatez moral e da mais absoluta e formal incapacidade governativa”<sup>40</sup>; de deixar de si “a ideia mais triste que pode ligar-se a um nome célebre”<sup>41</sup>. E ainda, adiantado já o século actual, António Sérgio deixaria cair a frase lapidar: “Foi-lhe a vida uma nauseante mistura da devoção com a sensualidade”<sup>42</sup>.

Entre a adjectivação bombástica da inteligência dominante, não deixavam de fazer-se ouvir algumas vozes (poucas) que, se raramente abandonavam as suas prevenções, procuravam, contudo, evocar com maior serenidade a figura do *Rei Fidelíssimo* e o seu tempo: o visconde de Santarém<sup>43</sup>, claro (mas era miguelista...), fundado em documentos das chancelarias europeias; Manuel Bernardes Branco, realçando a acção mecénica do Rei, ainda que ao cabo de um “pouco lisongeiro quadro”<sup>44</sup>; ou Alberto Pimentel, ousando confessar que “se o deslocarmos das tradições que personificava, assombra-nos hoje. Mas se o conjugarmos mentalmente com as relações históricas da realeza tradicional no seu tempo, é um produto lógico, compreensível, e até grandioso como exemplar da decadência do cazarismo”<sup>45</sup>. Sintetizando, Júlio de Castilho iria mais além: “D. João V está bem longe de ser um impecável” mas “preparou as aspirações modernas do reinado seguinte”<sup>46</sup>.

Por outro lado, os esforços de reabilitação empreendidos pela historiografia conservadora de um Alfredo Pimenta, um João Ameal ou um António Mattoso, visando recuperar em D. João V a tradição política nacional *traída* com D. José, não lograriam alterar a imagem negativa do monarca, à qual opuseram uma *defesa* frouxa, inábil e, afinal, de igual modo contaminada por vícios e preconceitos ideológicos.

Haveria, pois, que aguardar pelos meados da presente centúria, para que intelectuais da estatura de um Jaime Cortesão ou, mais tarde, de um Yves Bottineau (aliás estrangeiro), abandonando antigas querelas, redescobrissem no nosso primeiro século XVIII uma área interessante de trabalho, dotada de uma personalidade própria que, verdadeiramente, interessaria captar. O avanço entretanto sofrido pelos estudos do Barroco ao nível internacional fomentaria (finalmente) o surgimento de um núcleo crescente de profissionais da história, permitindo, com rapidez nunca vista, alargar quase quotidianamente os conhecimentos.

O progresso das investigações históricas em áreas como a economia, a cultura, a sociedade, as mentalidades, etc., a despeito das enormes lacunas ainda existentes, possibilita hoje uma visão mais ampla do problema, através da qual esse período da Época Moderna adquire uma fisionomia autónoma, com o seu recorte característico.

Apenas Mafra, o grandioso emblema do *Rei-barroco* – mau grado alguns esforços isolados –, permanece, hirta e silenciosa, cativa do antigo estigma que a congelou: “pia parvoíce” no dizer de Camilo<sup>47</sup>, “vasto abrigo mortuário” para Oliveira Martins, “devorou em dinheiro e gente, mais do que Portugal valia”<sup>48</sup>. “Tem a chateza mesquinha do beatério, a vulgaridade exuberante da opulencia desallumiada do gosto artístico”, afirma Pinheiro Chagas<sup>49</sup>, enquanto Antero de Quental lhe chama “lúgubre mole de pedra”, e conclui: “O espírito sombrio e depravado da sociedade reflectiu-o a Arte, com uma fidelidade desesperadora, que será sempre perante a história uma incorruptível testemunha de acusação contra aquela época de verdadeira morte moral”<sup>50</sup>. Enfim, resumindo em termos mais brandos a situação, Herculano escreveria: “Mafra (...) é pouco mais ou menos o que foi Portugal na primeira metade do século XVIII”<sup>51</sup>.

Por razões obviamente diversas das que alimentaram o juízo do grande historiador, estamos convictos de que assim será. A História, afirmou Lucien Febvre, é a ciência dos homens no tempo<sup>52</sup>; outro tanto se passa com a História da Arte, pelo que é a dimensão temporal, a primeira que importa captar. Os edifícios, como o próprio homem, não surgem isolados, produto de operações abstractas e arbitrarias: respondem a estímulos que são os da sociedade do seu tempo, cujos problemas deveremos, antes de tudo, inventariar<sup>53</sup>.

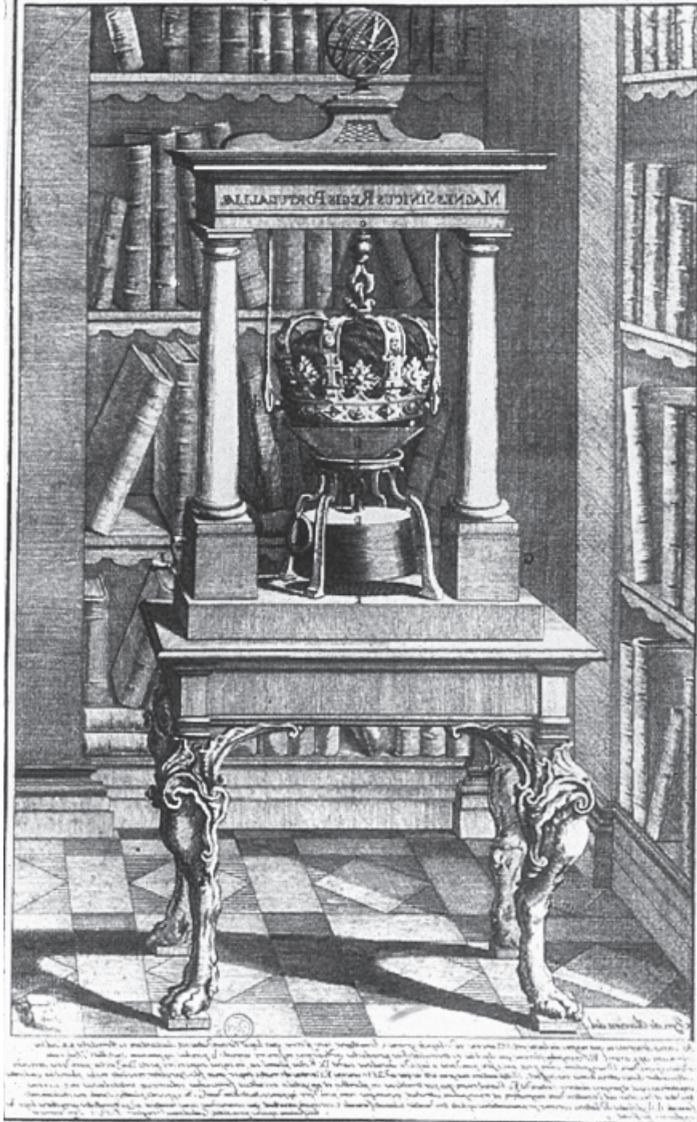
Para o historiador da arte não é, porém, tarefa fácil. Desapoiado, em grande parte, pelos outros ramos da ciência histórica, que nesta área empreendem ainda os seus primeiros passos, cumpre-lhe, além do mais, erguer a sua construção numa prática de interdisciplinaridade que não é, evidentemente (ou raras vezes), correspondida.

Por isso, e porque o tema que escolhemos possui tanto de fascinante como de complexo, não poderíamos alimentar a pretensão de o ter esgotado. Será contudo o momento correcto de fazer uma pausa; não para finalizar, mas para elaborar uma síntese, um balanço do trabalho despendido em cinco anos de investigação. É isso, apenas isso, que hoje apresentamos. Veremos se é possível extrair-lhe conclusões. Obcecamos-nos, porém, as palavras magníficas de Herculano: “Um grande edifício, fosse qual fosse o destino que o seu fundador lhe quisesse dar, é sempre e de muitos modos um livro de história”<sup>54</sup>. Experimentemos abri-lo.



PARTE I

DO PORTUGAL RESTAURADO  
AO PORTUGAL JOANINO





## UM PODER ENTRE DOIS SÉCULOS

Uma das mais curiosas consequências da historiografia tradicional, ao personalizar em D. João V os *vícios* de que enfermava a sociedade *decadente e envelhecida* do Portugal setecentista, foi ocultar, sob a silhueta faustosa do *Rei Magnânimo*, a massa confusa e heteróclita do País real, a qual, no esforço de retocar o quadro simultaneamente trágico e burlesco, se fez alinhar na sua esteira, compacta e homogénea, em ritmo de procissão.

Todavia, se é certo que a forte personalidade do monarca condicionou poderosamente o tempo longo do seu reinado, não é menos verdade que a seu lado, igualmente firme nos seus anseios, nos seus problemas, nas suas resistências, se perfilava o conjunto da Nação que lhe coube em sorte governar e da qual, de resto, e como é natural, era também produto. Desse modo, será, afinal, do embate entre estas duas realidades que, da ascensão à queda, se construirá o Portugal Joanino. Sobretudo, porém – é bom lembrá-lo –, é no interior desse obscuro e dramático século XVII que ambos mergulham em profundidade as suas raízes: o *Portugal Joanino* nascerá assim do *Portugal Restaurado* e, o que será talvez mais importante, jamais o esquecerá.

Efectivamente, é num contexto fortemente marcado por problemáticas ainda seiscentistas que se inscrevem as grandes linhas de rumo da governação de D. João V. Questões como a da Guerra da Sucessão de Espanha, das prerrogativas régias na administração eclesiástica, da protecção do Império ultramarino, ou essa outra, a bem dizer conjuntural e que se prende com o prestígio internacional do País na Europa da etiqueta e das precedências<sup>55</sup>, transitam da centúria anterior e, não obstante, dão o tom ao reinado. Dela provém igualmente, embora já minado, o ambiente geral do País, marcado por uma cultura caracteristicamente conservadora e refractária a novidades, que a conjuntura particularmente difícil da Restauração favorecera e que os aparelhos jurídico-políticos vigentes ajudavam a manter<sup>56</sup>. Do século XVII, enfim, se herdava também o quadro social de mentalidade ainda predominantemente *feudal*, senhorial e rural<sup>57</sup> e que apenas a pouco e pouco se alterava. Será demasiado afirmar que o *Portugal Restaurado* se resolve verdadeiramente no *Portugal Joanino*?

Não é, contudo, apenas numa conjuntura onde a realidade seiscentista se encontra ainda vincadamente presente que o monarca tem de exercer a sua acção governativa; é, também, evidentemente, de acordo com o contexto ideológico em que se insere.

De facto, na formulação da realeza absoluta, a globalidade do País funcionava como um universo organizado em seu redor e em relação ao qual lhe competia pôr em prática, não apenas um extensíssimo controlo mas, e sobretudo, uma muito ampla direcção dos seus sectores vitais. E esta noção essencialmente dirigista da governação, tinha por consequência natural a progressiva integração no Estado de sectores tão vastos como a ciência, a literatura, as belas-arts, ou mesmo a religião, funcionando organizados como extensões do poder real<sup>58</sup>.

Todavia, se a Monarquia absolutista tende, na aparência, a assumir a configuração de uma grandiosa e coerente orquestra, a eficácia prática da sua autoridade parece ter ficado bastante aquém dos seus desejos: cercada de corpos periféricos limitadores do seu domínio<sup>59</sup>, revelaria, afinal, uma insuspeitada fragilidade, que a obrigaria a deixar incólumes importantes sectores da vida política e social<sup>60</sup>.

Neste contexto, o Estado apela ao conjunto de mecanismos susceptíveis de realçar a sua dignidade, construindo uma imagem que provoque a espontânea adesão dos súbditos, seduzidos pela aura majestática que envolve a ordem estabelecida<sup>61</sup>. A eles compete veicular uma mensagem conservadora e prudente, reproduzindo o modelo de uma sociedade rigidamente hierarquizada, mantida por Deus na sua ordem perpétua e garantida na sua coesão por uma forte disciplina social, ordenadora da vida pública como da privada. Na sedimentação desta complicada estrutura de poder, bem como na elaboração dos respectivos modelos comportamentais constitui-se, então, como referência central, a Corte<sup>62</sup>.

Ora, nascido da própria crise do poder, o culto da imagem régia atingiria na França de Luís XIV o ponto máximo do seu esplendor e coerência. Mas a sua eficácia não esmoreceria no *Século das Luzes*. Por isso mesmo, a Europa inteira, mais do que na França do seu tempo, tinha os olhos fixos na França do *Grand Siècle*<sup>63</sup>. E D. João V, afinal, só revelava perspicácia quando reconhecia que ninguém soubera ser Rei como ele<sup>64</sup>.

Este, contudo, reinava em Portugal. E sabia-o.

## A ESTRATÉGIA DO PODER

A respeito do soberano português registariam os contemporâneos: “ce prince ressemblait beaucoup à Louis XIV par les traits, la démarche, l’air noble et majestueux. On a dit de ces deux monarques, qu’aucun mortel n’avait osé supporter leurs regards”<sup>65</sup>.

Efectivamente, esta visão de autoridade, esplendor e fausto ligou-a o *Magnânimo* de tal modo a si e ao seu longo reinado, que ele nos surge isolado no fio da história como um corpo autónomo, fascinante e estranho, envolto num brilho de ouropéis. Observada de perto, contudo, a realidade aparece-nos relativamente mais frágil e precária, menos firme e imponente nos seus contornos: na verdade, a imagem do poder constrói-se entre a trama complexa da própria conjuntura onde se inscrevem as suas ambições. E é o seu sentido, afinal, que importará, antes de mais, apreender.

Guindado ao trono subitamente aos dezassete anos, D. João V recebia com ele a pesada herança de uma longa guerra com o seu inevitável cortejo de misérias. Se o destino do país vizinho, cuja coroa a morte de Carlos II deixara vaga, nos não podia logicamente ser indiferente, na base da nossa participação figurara, igualmente, a vontade de prestigiar a posição de Portugal independente pela intervenção no xadrez político europeu. Na frustração dos despojos da guerra receberia, contudo, o jovem monarca, a sua primeira lição de governante<sup>66</sup>; e em função dela se alteraria radicalmente a orientação imposta à política externa nacional.

De facto, desiludido com as magras compensações retiradas do conflito e auxiliado por um brilhante escol de diplomatas, o Rei, fortalecido pela recente prosperidade económica, lança as bases de uma nova estratégia que ele próprio sintetizava nos seguintes termos: “o meu sistema (...) consiste de contentar-me com o que é meu, sem desejar o que é de outrém”<sup>67</sup>.

Abandonando a anterior atitude de ingerência nos conflitos internos do velho continente, defende agora, com energia, uma posição antagónica de firme neutralidade em relação às constantes alterações do seu equilíbrio sempre periclitante, conservando, não obstante, uma permanente vigilância no que respeitava à sua segurança externa: nesta linha, com efeito, se

enquadram, simultaneamente, a intervenção portuguesa na Batalha de Matapão – numa zona considerada pelo soberano como estrategicamente vital<sup>68</sup> – e as reticências que coloca ao oferecimento da coroa da Polónia (e, em seguida, da Córsega e da Sardenha) ao Infante D. Manuel, seu irmão<sup>69</sup>, ou a quaisquer compromissos continentais que alguns ministros mais *européus* lhe propusessem<sup>70</sup>. Neste sentido, ainda, se conduz a sua actuação junto da filha, D. Maria Bárbara, quando a morte do *Rei Católico* fazia dizer aos diplomatas acreditados em Madrid: “c’est plutôt Marie qui succède à Elisabeth que Ferdinand à Philippe”<sup>71</sup>.

Esta atitude de inabalável neutralidade no que respeitava aos assuntos europeus, acrescida, de resto, de um progressivo afastamento em relação à Inglaterra e, especialmente, à França<sup>72</sup> – como o comprova o seu casamento austríaco (na sequência, aliás, do de seus pais)<sup>73</sup> –, ocultava, todavia, uma redobrada atenção às questões ultramarinas.

Com efeito, a descoberta em solo brasileiro de jazidas de ouro e diamantes, fornecendo ao País as bases da sua prosperidade, colocariam a colónia no centro da economia portuguesa. Em consequência, o seu desenvolvimento, a segurança das suas rotas e a definição dos seus contornos, estariam na origem de uma das mais pertinazes batalhas do reinado, ao serviço da qual se consumiriam boa parte dos esforços e das energias da governação joanina<sup>74</sup>. O mesmo se passa em relação ao Império oriental com a questão, também herdada, do Padroado eclesiástico, principal assunto da famosa embaixada romana do marquês de Fontes<sup>75</sup>. Era a *política atlântica*.

Na verdade, enquanto na Europa inteira as realezas rivais se serviam da guerra como instrumento de prestígio<sup>76</sup>, D. João V apostava de preferência na diplomacia, transferindo para os confins dos seus domínios – em África, no Oriente, no Brasil<sup>77</sup> –, possíveis ambições de glória militar ao serviço, aliás, de uma política clara de estrita defesa dos interesses nacionais. Simultaneamente, a Monarquia absoluta encontrava no Império ultramarino a sua principal justificação e o seu maior apoio, representando o poder real, nesse contexto, um papel unificador especialmente importante<sup>78</sup>.

Mais do que à boca dos canhões é, contudo, no segredo das chancelarias que o *Magnânimo* trava os seus combates; e o símbolo mais eloquente desta política de gabinete surgiria, em 1736, com a criação da nova Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra<sup>79</sup>. Na secura de uma designação administrativa pressente-se bem, na ordenação dos dois departamentos, uma subtil mas perceptível hierarquia.

Não obstante, esta orientação neutral e pacifista que o monarca impõe nas relações externas do seu governo revelar-se-ia inexequível sem o apoio,

expresso e evidente, de uma indesmentível força política que a garantisse e fizesse respeitar<sup>80</sup>. Essa força vem-lhe, naturalmente, nas naus dos quintos que chegam do Brasil. Mas na Europa barroca dos séculos XVII e XVIII a realidade abstracta tem de ser ilustrada pela sua metáfora; a imagem do poder chega a ser quase tão importante quanto ele próprio e a *força*, em política, deve ser capaz de traduzir-se no brilho, no fausto, no esplendor dessa política.

Efectivamente, entre as grandes linhas de rumo da governação de D. João V, avulta – a ponto de constituir uma das notas dominantes do reinado – a defesa tenaz e intransigente das prerrogativas régias e nacionais, de resto avaramente concedidas numa Europa onde constituíam importante capital político. Era, como escrevia o governo francês ao seu embaixador em Lisboa, Chavigny, “o designio que havia muito tinha ElRei concebido, e executado com constância e firmeza, de elevar a sua Corôa ao mesmo gráo em que se achavão as das primeiras Potências da Europa, de cujo designio e proposito era impossivel desviál-o, por isso que sempre nelle se saíra bem”<sup>81</sup>. Verdadeira encarnação, à escala nacional, deste conceito *barroco* de política não foi, contudo, o *Magnânimo* o seu introdutor. Bem ao contrário, emerge discretamente do *Portugal Restaurado*, como tantos traços, afinal, do *Portugal Joanino*.

Na realidade, é no reinado de D. Pedro II que se opera, a pouco e pouco, a superação da longa crise que assinala os decénios posteriores a 1640. Entre o reconhecimento pela Espanha da independência portuguesa (1668) e as primeiras remessas de ouro brasileiro (1699), trinta anos de paz permitem o reforço do poder real, a recuperação da economia e o lançamento de uma política de prestígio até então impraticável e que constitui um dos capítulos menos estudados do governo do *Pacífico*.

Efectivamente, com a resolução do impasse dinástico e de alguns dos mais graves problemas que absorveram os anos da Restauração, começa a ganhar corpo em círculos próximos do poder a ideia de fazer participar o País nos assuntos europeus, como afirmação de independência política e de autonomia negocial. Virava-se uma página amarga da nossa história recente e, ao arrepio embora da tradição nacional, procurava-se que o Reino regressasse à posição que ocupava antes de 1580<sup>82</sup>. Portugal entrava, assim, na Guerra da Sucessão de Espanha, mas trabalhava-se para que o fizesse pela porta grande.

Durante muito tempo abandonado pela Santa Sé, pressionada pela Monarquia dos Habsburgos, afastado dos grandes centros decisórios europeus e absorvido numa dura luta de sobrevivência, Portugal não deixara, apesar disso, de constituir a cabeça de um Império vastíssimo e multirracial que conquistara outrora para a Cristandade. Na hora, pois, em que a sua

estrela parecia querer brilhar de novo (e a do país vizinho decaía), é como Reino católico – entre os reinos católicos –, que pretende afirmar-se numa Europa onde, de resto, o factor religioso regista uma incontestável permanência<sup>83</sup>.

A partir, pois, deste momento, persistentemente, trabalha-se na Cidade dos Papas no sentido de conseguir para o monarca português um tratamento idêntico ao que os pontífices reservavam para as potências católicas de primeira grandeza: o Império, a França, a Espanha. Era a *política romana* que nascia.

Os primeiros frutos tardariam, contudo, a chegar: seriam as *faixas bentas* para o príncipe herdeiro, D. João, entregues em Lisboa em 1691, dois anos após o seu nascimento e ao cabo de complicadas negociações<sup>84</sup>. Algum tempo depois, em 1693, seria a vez da beatificação da Princesa Santa Joana<sup>85</sup>.

É, porém, com o virar do século e a participação no conflito espanhol que, junto da cúria, as pressões portuguesas crescem de insistência: em 1700 D. Pedro II fala já claramente na “igualdade de que goza com as outras corôas”<sup>86</sup> e em 1705 novas canonizações têm lugar na Casa Real: as beatas lorvanenses Teresa e Sancha<sup>87</sup>. Enfim, algum tempo antes, em 1703, e ainda neste contexto de propaganda régia, oferecia o monarca à basílica romana de S. João de Latrão uma estátua do apóstolo S. Tomé (orago da Real Capela lisboeta), numa primeira e ainda tímida manifestação de mecenato<sup>88</sup>.

A morte do Rei em 1706 e a subida ao trono português de D. João V, mais não fazem que reforçar a continuidade desta política. É o que se infere das famosas *instruções* enviadas a André de Melo e Castro, embaixador em Roma, em Agosto de 1707 e que Pinheiro Chagas – decerto com razão em face da juvenil idade do monarca –, conclui serem “inteiramente da lavra de Diogo de Mendonça Côrte-Real”<sup>89</sup>, o grande ministro transitado do reinado anterior. Em todo o texto perpassa expressamente a firme determinação de garantir para a Corte de Lisboa um tratamento que a equiparasse às suas principais congéneres europeias: era a questão do cardinalato dos núncios que, no limite, levaria mesmo à suspensão das relações diplomáticas com o Vaticano<sup>90</sup>.

Todavia, se é verdade que a *política romana* nos surge já claramente esboçada no tempo de D. Pedro II é, de facto, no reinado de seu filho que ela se configura abertamente em termos de estratégia de poder. Sistematizada e desenvolvida a um grau de sofisticação dificilmente imaginável, constituirá o principal ingrediente da nova imagem que se pretende dar do Portugal Joanino, utilizando em seu benefício o ainda imenso prestígio

espiritual do Papado, mais vulnerável agora que começa, com efeito, a revelar inequívocos sintomas de declínio<sup>91</sup>.

Das primeiras, tímidas reclamações, até às grandes concessões como a Patriarcal ou o título de *Majestade Fidelíssima* – que equiparava definitivamente, quase no termo do reinado, os monarcas portugueses aos seus congéneres austríaco (*Majestade Apostólica*), francês (*Cristianíssima*) e castelhano (*Católica*) –, a diplomacia nacional canaliza para Roma uma parte substancial dos seus recursos e energias, num processo curioso onde se pressente, não raro, uma clara nota de arrogância<sup>92</sup>. O ritmo sempre crescente das exigências, a relutância na condescendência pontifícia e os esforços contrários envidados pelas cortes estrangeiras, atestam inequivocamente o valor político da matéria em causa<sup>93</sup>.

A *política romana* (como escolhemos designá-la), delineada embora em tempo de D. Pedro II, revela-se com D. João V uma espécie de contraponto à *política atlântica* empreendida pelo monarca, no sentido em que se procura conseguir por essa via a imagem forte de que o Estado carece para fazer respeitar a sua neutralidade. Este é, contudo, apenas um aspecto da questão. O outro, não menos importante, prende-se com os reflexos internos dessa imagem.

Efectivamente, ao longo de todo o período de vigência do absolutismo monárquico e mau grado as frequentes querelas de doutrina ou jurisdição, a Igreja do Antigo Regime manteve sempre, por toda a Europa, estreitas ligações ao Estado<sup>94</sup>. Mas num País como Portugal, onde o longo isolamento e as delicadas questões teológicas e eclesíásticas marcaram os anos da Restauração, esta união íntima de política e religião tenderia a cristalizar-se num verdadeiro modelo ideológico<sup>95</sup> e os anos imediatos à recuperação da independência tinham sido mesmo assinalados por um predomínio do religioso sobre o político.

Todavia, à medida que, lentamente, se processa a superação da crise, a situação tende, a pouco e pouco, a inverter-se: a paz interna e a prosperidade económica, fomentando o reforço do poder real, colocam-no progressivamente ao abrigo das pressões de grupos sociais desejosos de exercer a sua tutela, entre os quais, pela extensão dos aparelhos jurídico-políticos (e culturais) ao seu alcance, se destaca, evidentemente, a Igreja. Nesta conjuntura, o incremento do prestígio *católico* da realeza, uma vez firmada a sua autoridade, não deixa de fazer realçar a sua posição num contexto mental onde a estrutura eclesíástica ocupa ainda um lugar do maior relevo. Simultaneamente, a importância formativa da Igreja como órgão de disciplina social recomenda, não apenas o seu controlo, mas a sua utilização como instrumento ao serviço do poder<sup>96</sup>. A *política romana* tem, assim,

o seu complemento indispensável na política regalista e, novamente, o *Portugal Joanino* se revela herdeiro do *Portugal Restaurado*.

Com efeito, é nesse período dramático em que a Santa Sé parecia ter esquecido o pequeno Reino lusitano que, nas proximidades do poder, se começa a esboçar uma tendência que, ao ultramontanismo dominante, opunha, sem negar embora a obediência a Roma, a defesa dos interesses do Estado e da Igreja nacional<sup>97</sup>. Esta corrente de opinião, que os circunstancialismos do tempo não deixariam vingar, teria de aguardar pelo século XVIII e pela política joanina para – num tempo em que o galicanismo fazia escola na Europa, simultaneamente como prática e como doutrina<sup>98</sup> – encontrar expressão ao próprio nível governamental.

Claro precursor de Pombal na defesa da autonomia do Estado em matéria eclesiástica, como já foi dito<sup>99</sup>, D. João V subordina a esta ideia central as suas relações com a Sede Apostólica e, em conformidade com ela, não hesitará chegar ao rompimento como forma de fazer respeitar a sua posição<sup>100</sup>. A ela submete, ainda, as ambições de prestígio que persegue, como se confirma na afirmação que reiteradamente faz ao marquês de Fontes, de que “não fora a Roma para os negócios da Capella senão para os negócios da China”<sup>101</sup>. Enfim, não deixa de ser especialmente significativo, que algumas das obras de carácter regalista redigidas na conjuntura da Restauração, viessem a ser dadas à estampa, pela primeira vez, no seu reinado<sup>102</sup>.

A análise desta problemática conjuntural da governação joanina, onde se desenham as grandes linhas da estratégia seguida pelo poder, o conjunto de mecanismos accionados pela realeza para a construção da sua imagem e, bem assim, os motivos que a levaram a elegê-los, não ficaria, porém, completa se não referíssemos, ainda que de passagem, os *efeitos secundários* que não deixaram, obviamente, de produzir-se.

Efectivamente, a historiografia que se tem debruçado sobre o reinado do *Magnânimo* não tem deixado de realçar as consequências que, ao nível económico, advieram de uma prosperidade que se revelaria essencialmente ilusória e baseada na dependência comercial<sup>103</sup> ou, ainda, no que se relaciona com a política externa, de uma certa desproporção existente entre os esforços despendidos e os frutos alcançados<sup>104</sup>. No que respeita à questão que nos ocupa, contudo, os resultados revelar-se-iam, decerto, ainda mais profundos.

Na verdade, a *política atlântica*, seguindo embora a lógica dos interesses nacionais, de certo modo prolongaria o nosso isolamento ao canalizar para fora do contexto europeu – onde, como veremos, ao mesmo tempo nos procurávamos inserir –, o melhor dos nossos esforços e energias. Paralelamente, a orientação *romana* da política de prestígio empreendida, não

deixaria igualmente de, num momento em que o progresso das *Luzes* parecia afirmar-se incompatível com o espírito católico<sup>105</sup>, favorecer a eternização de modelos e referências que, além – fronteiras, o pensamento iluminista diariamente ia demolindo<sup>106</sup>. Sob a inegável pressão da conjuntura, o *Portugal Joanino* persegue, porém, a via que os próprios circunstancialismos lhe apontavam.

Poderia ter sido diferente? Dificilmente. Este é, contudo, o reverso da medalha em cuja face se ostenta a efígie do poder.



## RITMO E SENTIDO DAS “LUZES JOANINAS”

Se o discurso do poder, pelo facto de perseguir vias de expressão tradicionais, em certa medida favorece a conservação das antigas referências ideológicas e mentais, o período correspondente ao reinado do *Magnânimo* – bastante longo para que nele se debatessem e em grande medida resolvessem tensões que comprimiam o País na transição do século –, não deixa de ser igualmente assinalado por uma significativa permeabilidade às correntes culturais e filosóficas internacionais, suficientemente ampla para justificar a delimitação de umas *Luzes joaninas*. Desse modo, mitigada embora pelas especificidades da realidade portuguesa e com as hesitações próprias do isolamento em que viveramos em relação ao panorama europeu seiscentista, a primeira metade do século XVIII marcaria, afinal, a decisiva abertura de uma sociedade em inequívoca mudança. Trata-se, porém, igualmente, de um dos sectores onde melhor se pode constatar a nova estratégia de intervencionismo e controlo, por parte da Coroa, das principais vias de expressão da sociedade e, nesse contexto, importará perscrutar o seu sentido.

Antes, porém, convirá debruçarmo-nos um pouco sobre o ambiente cultural do País na segunda metade de Seiscentos, pois nele residem, em embrião, as coordenadas da abertura europeia a que se assistiria na centúria seguinte. Na verdade, nos anos sombrios que se seguiram à Restauração, a guerra com a Espanha, as dificuldades com o reconhecimento pela Santa Sé da independência nacional (com a conseqüente e dramática questão da provisão dos bispados), a vigilância inquisitorial, tudo contribuía para obrigar o Estado português à manutenção, quer externa quer internamente, de uma defesa mais ou menos intransigente dos valores da ortodoxia católica. Nesta impenetrabilidade a cedências de natureza ideológica assentava então a nossa esperança no reconhecimento internacional da situação portuguesa<sup>107</sup>.

Culturalmente muito próximos da Espanha, num processo que já tinha, aliás, conduzido à perda da independência em 1580, a união dinástica mais acentuara a nossa sintonia e a consciência ibérica de constituir na

Europa um bloco à parte. A censura eclesiástica, incidindo sobre as principais obras que difundiam os progressos do pensamento além-Pirenéus condenava, mesmo os mais atentos, a um isolamento intelectual que se saldava, progressivamente, num como que geral desinteresse pelo que se passava no estrangeiro, nessa atitude residindo, para mais, a melhor garantia de uma existência tranquila<sup>108</sup>.

Após a Restauração, é certo, a necessidade de responder a questões de imediata premência para o futuro do País levaria à dinamização de uma vasta campanha de doutrinação teórica de base teológico-política; mas não proporcionou terreno para uma renovação no plano filosófico ou literário, nem para uma problematização das bases do saber, sempre polémica e politicamente inoportuna<sup>109</sup>. No interior de uma conjuntura barroca de tipo contra-reformista, apenas a escolástica atingirá, em Espanha e entre nós, algo do brilho que lá fora rodeava as disciplinas físico-matemáticas<sup>110</sup>. No que respeita à Universidade, fechada sobre si própria – à semelhança, neste caso, do que acontecia além-fronteiras –, defendendo intransigentemente o que considerava ser a autoridade, assistia de fora à construção do moderno edifício da ciência, que a crítica ia erguendo à sua margem. O crivo inquisitorial, por seu turno, vigiava atentamente a penetração de quaisquer ideias que pudessem perturbar a estabilidade da ordem vigente.

Não seria, em todo o caso, prudente imaginar uma uniformidade absoluta no panorama cultural português desta época. Mesmo entre os representantes das estruturas oficiais se fazia notar, de quando em quando, uma certa tomada de consciência do isolamento em que mergulháramos. Na Universidade de Évora, cidadela do ensino jesuítico, os *gerais* da Companhia começam a apontar a necessidade de introduzir reformas e, em Coimbra, inacianos como Baltasar Teles, Soares Lusitano ou António Cordeiro (aliás posteriormente privado da cátedra) ensaiam um rejuvenescimento do sistema<sup>111</sup>. Vozes isoladas como são, não deixam, todavia, de constituir um primeiro sintoma da crise que minava um ensino escolar sem renovação, incapaz de responder a uma sociedade que, lentamente e levada pela própria dinâmica do seu processo histórico, ia despertando para realidades mais amplas.

E é, na verdade, no seio da própria sociedade portuguesa que, embora tímidos, se vão detectando os mais claros sintomas de que algo mudava na fisionomia intelectual do País. A Restauração, com as suas inadiáveis imposições de carácter diplomático e militar, não deixaria igualmente de provocar um afluxo de estrangeiros de proveniências diversas – diplomatas, matemáticos, militares –, cujo impacte é difícil de calcular, mas que ajudaram decerto a despertar entre nós a curiosidade pelo fervilhar intelectual

que, para lá dos Pirenéus, caracterizava o século XVII, ao mesmo tempo que, pela Europa fora, em missões diplomáticas ou em simples afastamento voluntário ou compulsivo, circulavam portugueses que, com toda a certeza, terão contribuído para aumentar o conhecimento que por cá se tinha da cultura e da *filosofia* modernas<sup>112</sup>. Enquanto isso e embora escassas, começavam também a surgir no prestigioso *Journal des Savants* algumas notícias do País: em 1677 publica-se a recensão de uma obra do Dr. Domingos Antunes Portugal; em 79 fala-se de observações astronómicas realizadas em Coimbra; em 81, enfim, surge a recensão do *Portugal Restaurado* do 3.º conde da Ericeira<sup>113</sup>.

Apesar disso, não restam dúvidas de que a especial delicadeza da nossa situação política e a acção repressiva do Santo Ofício, continuavam a dificultar a renovação intelectual do País. Os mais ousados não chegavam a pensar, sequer, em impugnar o primado da escolástica e dos seus métodos na direcção do ensino em Portugal: o mais que se propunha, como Curvo Semedo, era a correcção dos conhecimentos consagrados com as conquistas da ciência moderna<sup>114</sup> e, mesmo isto, não deixava de ser um acto de coragem. Talvez constitua exagero a afirmação de Rebelo da Silva de que “o predomínio da Inquisição matou o futuro”<sup>115</sup>; mas não subsistem dúvidas quanto à sua responsabilidade na desmotivação intelectual da sociedade portuguesa. Não seriam provavelmente muitas, na prática, as obras que o Tribunal impedia de correr; mas foram inúmeras as que se imprimiram censuradas ou as que, pelo receio que infundia, jamais chegariam a escrever-se<sup>116</sup>.

Nem só, porém, de obscurantismo se vivia em Portugal. Na prática, a Restauração obrigara também, como se viu, a uma certa europeização do Reino e desde cedo, em áreas próximas do poder, se fazem ouvir vozes denunciando o isolamento em que mergulháramos e o nosso provincialismo cultural e político. Vieira foi, sem dúvida um dos primeiros e, decerto, o mais eloquente, mas outros se lhe seguiriam ainda no mesmo século, como é o caso de D. Vicente Nogueira ou de José da Cunha Brochado<sup>117</sup>.

Uns e outros têm, porém, sempre em comum o facto de haverem viajado: são portugueses que, ao serviço da diplomacia ou por razões particulares, saíram as fronteiras, viram mundo e regressaram com os olhos cheios de uma realidade tão diversa da nossa que lhes projectava na sua crua nudez a atmosfera intelectual do País. São, numa palavra, os *estrangeirados*. A sua actuação crítica, por vezes excessiva, ajudaria, contudo, a esboçar, com o auxílio de forasteiros mais ou menos cultos que entre nós iam passando e daqueles que, permanecendo no Reino, se mantinham atentos às

realidades extrapeninsulares, uma mentalidade nova, mais clarividente e aberta a mudanças.

Pelos finais do século, assiste-se já, de facto, ao engrossar de uma corrente *progressista*, discreta embora e, se não revolucionária, ao menos decididamente reformadora, que irá modificar a fisionomia do século XVIII. Activa-se a troca de ideias, promovem-se conferências, circulam livros, cartas, notícias, num movimento mais ou menos clandestino e à margem do País oficial, mas relativamente tolerado e até, em certos aspectos, incentivado ou mesmo tutelado. Primeiro timidamente e por entre reverências ao sistema, a influência dos *modernos* não cessa, com efeito, de crescer<sup>118</sup>.

Realmente, o tempo parece correr agora mais depressa: o caudal do ouro brasileiro, abrindo novas vias de prosperidade, permite o lançamento de uma política de prestígio estrategicamente justificável e da qual a cultura (pelo menos uma certa cultura) também participará. Funciona igualmente como agente estimulante do afluxo de estrangeiros e o nosso primeiro século XVIII encontrará do mesmo modo em D. João V, é bom não esquecer-lo, um príncipe apto a desempenhar, por formação e temperamento, uma acção mecénica que não pode deixar de tomar-se em conta neste processo de *esclarecimento* nacional: o patrocínio régio atrairá a Portugal numerosos forasteiros ilustres no campo cultural e fomentará igualmente o envio ao estrangeiro de talentosos jovens portugueses, prática na qual se enquadra a fundação da Academia Portuguesa de Roma<sup>119</sup>.

Tudo isto proporciona, com efeito, um ambiente de abertura e renovação mental que não tardaria a produzir efeitos, especialmente a partir do segundo decénio do novo século. O desenvolvimento da imprensa periódica, por estes anos, constitui já, por si mesmo, um índice claro dessa nova curiosidade que fomenta uma circulação mais rápida de notícias e de ideias<sup>120</sup>. Mas outros se acumulam, denunciando uma orientação mais positiva da ciência nacional: em 1725, sob a direcção do inglês Luis Baden, abria em Lisboa um *curso de filosofia experimental* e outro, de *ciência natural*, se inaugurava pela mesma época, a cargo do Dr. Sebastião Estácio de Vilhena<sup>121</sup>. Por esse tempo, de resto, fabricar-se-iam já entre nós os indispensáveis instrumentos científicos<sup>122</sup> e é ainda nos anos 20 que, em Santo Antão, os Jesuítas fazem erguer, com o patrocínio régio, o seu esplêndido observatório astronómico<sup>123</sup>. No próprio Paço, de resto, se promovem observações e a afeição real pelas ciências exactas comunica-se ao Príncipe do Brasil e ao Infante D. Francisco, que chega a reunir uma importante colecção de instrumentos matemáticos manuseados pelo teatino D. Tomás Beckmann. O Infante D. António, por seu turno, escuta com interesse as

prelecções em que Manuel de Azevedo Fortes procura demonstrar-lhe a pouca utilidade que poderia retirar do estudo da lógica como era ensinada nas escolas<sup>124</sup>.

Não restam dúvidas de que a mentalidade mudava. Mesmo entre as ordens monásticas lavrava a agitação: nas décadas de 30 e 40, os Franciscanos, influenciados pelas lições de Baden, causam alvoroço com a orientação declaradamente antiperipatética que imprimem aos seus cursos<sup>125</sup>, enquanto os Teatinos, entre os quais avultavam nomes como os de Rafael Bluteau, Manuel Caetano de Sousa, Jerónimo Contador de Argote ou o já referido Beckmann, reúnem bibliotecas subitamente ricas em obras profanas e ciências modernas<sup>126</sup>. Quanto aos Oratorianos – a quem se deve igualmente a abertura de uma particularmente concorrida *aula de física experimental* –, a declarada modernidade das suas ideias científicas e literárias haveria de granjear-lhes a protecção do monarca que lhes entregaria o hospício anexo ao Palácio das Necessidades, numa tentativa régia da criação de uma espécie de *Port Royal* português<sup>127</sup>. Aí instalaram os padres um gabinete de ciências naturais além de uma magnífica livraria de 30 000 volumes e, com efeito, o estudo das bibliotecas monásticas setecentistas começa a revelar interessantes dados sobre as preocupações de actualidade em que assentava o seu ordenamento<sup>128</sup>.

Enfim, esta agitação repentina do panorama cultural português não deixa de repercutir-se além-fronteiras. A partir de 1726 (e antes da Espanha, diga-se), as *Acta Eruditorum* de Leipzig passam a noticiar observações astronómicas realizadas em Lisboa, ao mesmo tempo que publicam recensões dos livros mais importantes que no Reino se vão editando e, já desde 24, pode dizer-se que não há volume das *Philosophical Transactions* que não contenha comunicações de cientistas portugueses ou que trabalharam em Portugal<sup>129</sup>.

Em todo este processo de reanimação do ambiente cultural português e de progressiva absorção das *Luzes*, não pode negligenciar-se, porém, o papel desempenhado pelas *academias*. Trata-se de cenáculos que, a princípio com finalidades meramente poético-literárias, mas progressivamente penetrados de curiosidade *filosófica*, começam a surgir entre nós (novo traço de continuidade) na segunda metade do século XVII, atingindo no seguinte a sua maior expansão.

De iniciativa em princípio particular, reunindo-se de preferência na residência de uma ou outra figura de destaque em redor da qual se agrupavam de forma quase sempre efémera, constituem na prática como que elos de uma cadeia, episódios de um movimento que terá por cenário toda a centúria e que, sobretudo através da acção desenvolvida pelo grupo cha-

mado dos *Ericeirenses*, acabará por conseguir o patrocínio régio. Assim nascerá a Academia Real da História, em 1720 e, pelo século adiante, a Arcádia Lusitana (1756), a Academia Real das Ciências (1779) ou a Nova Arcádia (1790), designação por que ficou conhecida a Academia de Belas-Letras<sup>130</sup>.

Não pode, evidentemente, esquecer-se um certo preciosismo, mais superficial e mundano, que andava também ligado a estas iniciativas, mas não restam dúvidas de que a mentalidade mudava: regista-se agora a intervenção de senhoras nas discussões filosóficas<sup>131</sup>, desenvolve-se uma sociabilidade nova (mal conhecida ainda) e mesmo a fronteira entre as classes sociais parece menos nítida quando se trata de trocar conhecimentos<sup>132</sup>. Na Corte, na diplomacia, na burocracia, os defensores das novas ideias vão conquistando posições e tentando interessar o Estado na obra de regeneração nacional. São homens como o conde da Ericeira, Alexandre de Gusmão, Martinho de Mendonça, D. Luís da Cunha, Diogo de Mendonça Corte-Real, Azevedo Fortes ou o cardeal da Mota.

Também a Inquisição encontra agora opositores no seu próprio terreno: Diogo de Mendonça parece ter seriamente encarado a hipótese da sua reforma, mais ou menos no sentido em que Pombal a iria consumir, transformando-a num instrumento dócil do poder<sup>133</sup> e Fr. Gaspar da Encarnação, por sua vez, constituiria o principal apoio dos bispos jacobeus na sua luta contra o Tribunal da Fé<sup>134</sup>. Enfim, conversas bastante *livres* sobre a temível instituição começavam também a ter lugar, como aquela entre o conde de Tarouca e o cavaleiro de Oliveira em que se discutia se eram compatíveis as qualidades de inquisidor e homem honrado<sup>135</sup>, ou essa outra em que o bispo de Lamego, D. Nuno Álvares Pereira de Melo, concluía, peremptório, que “os inquisidores são todos umas bestas”...<sup>136</sup> Sobretudo, porém, a curiosidade ia deixando de ser pecado e a colaboração entre homens como Alexandre de Gusmão e o cardeal da Cunha, inquisidor-geral, revela bem até que ponto os mecanismos institucionais se encontravam já contaminados pelo *espírito do tempo*<sup>137</sup>.

Cabe, contudo, ao monarca, um papel importante neste ambiente de renovação e progresso que caracteriza a sua época: ocupando uma posição central num processo em que as forças representativas do passado eram ainda inegavelmente poderosas, possibilitou a penetração dos ventos de mudança que, sem o seu patrocínio, não teriam certamente exercido uma actividade tão fecunda. Não podem, com efeito, esquecer-se as disposições que tomou no que diz respeito à compra de livros; nem as bolsas concedidas a personalidades como Verney, Bento de Moura Portugal ou José Joaquim Soares de Barros; nem, decerto, o abrandamento da censura literária e da fiscalização sobre a entrada e circulação de livros estrangeiros,

especialmente nos fins do reinado<sup>138</sup>; nem, muito menos, a fundação de grandes núcleos bibliográficos como as livrarias de Coimbra, Mafra e Necessidades, ou o incremento da própria biblioteca real do Paço da Ribeira, onde acumularia 70 000 volumes em “estantes (...) q. se cruzão como em ruas de quatro faces”<sup>139</sup>. Sobretudo, porém, não pode deixar de referir-se a influência que, no seu governo, teve a opinião dos *estrangeirados*, nem a importância do papel moderador que entre estes e *castiços* exerceu<sup>140</sup>.

Na verdade, todo este processo revela um inequívoco e sério empenhamento da parte do poder, interessado agora em promover a abertura e a integração europeia. Abertura cautelosa, naturalmente, como ela se poderia configurar numa sociedade barroca e acabada de sair de um longo isolamento. Mudança controlada, prudente<sup>141</sup>. Apesar disso, e com todos os matizes que o País podia apresentar na primeira metade do século XVIII, opera-se a decisiva penetração do saber moderno e, de um modo geral, pode afirmar-se que o movimento intelectual que agitava o velho continente encontrava eco no Portugal Joanino.

No ambiente ainda retórico dos cenáculos e academias, prenunciam-se desde cedo muitas das posições críticas que Verney formularia mais tarde em acesa polémica. Por ora, contudo, não assumiriam ainda o aspecto de um confronto com a ordem vigente. Não só porque a frisa dos *antigos* se revelava menos homogénea do que aparentemente se poderia supor, mas também porque a generalidade dos *modernos* devia, afinal, o suficiente ao Portugal velho para não desejar uma mudança abrupta.

É, pois, uma espécie de *cultura autónoma* que se gera<sup>142</sup>. À semelhança do que se passava na Itália, na Áustria e em quase todos os países de tradição católica, produz-se um Iluminismo como que mitigado e conciliador, que a conjuntura favorecia e que acabaria por saldar-se num verdadeiro sincretismo, ou eclectismo cultural<sup>143</sup>. O reinado do *Magnânimo* configura-se, assim, como a grande encruzilhada, o ponto de encontro de todas estas correntes que a segunda metade do século veria emergir: o *Portugal Esclarecido* nasce do *Portugal Restaurado* e anuncia o *Portugal Liberal*<sup>144</sup>.

A ascensão de D. José marcará, efectivamente, o início do confronto por tanto tempo adiado. Com a publicação do *Verdadeiro Método* declara-se o conflito irremediável entre a facção tradicionalista e a reformista. Tinham terminado os tempos de coexistência pacífica que haviam marcado o reinado anterior. Mas se o livro causou mais ruído do que tudo quanto antes se disse ou escreveu foi, na verdade, porque nunca tanto fora tão claramente dito, nunca o ataque ao ensino oficial fora tão frontal e agressivo. Mas também porque há muito se sentia pairar a ameaça que agora se concretizava.

Um facto, porém, parece insofismável: a sua obra de demolidor implacável da realidade do seu tempo jamais teria sido possível sem a lenta preparação, o apostolado obscuro, daqueles mesmos contra cujas *fraquezas* se insurgia; mas, igualmente e como ele próprio confessava, se o não movesse no seu ímpeto renovador “a particular ordem da Corte de iluminar (...) a Nação em tudo o que pudesse”<sup>145</sup>.

## UMA SOCIEDADE DE PERSISTÊNCIAS

Se não parecem restar dúvidas de que se assiste, no reinado de D. João V, a uma significativa abertura cultural que vai, a pouco e pouco, minando as bases do sistema escolástico e preparando o confronto que marcará o período seguinte, e que este processo – que inegavelmente altera a fisionomia da classe dirigente – se verifica com a cumplicidade, senão mesmo com o apoio expresso do poder, não pode, todavia, esquecer-se que o seu impacto seria, em todo o caso, muito reduzido no exterior do círculo restrito onde se movem as elites. Impõe-se, desse modo, descer a um nível mais profundo, procurando descortinar em que moldes se estrutura e, sobretudo, como vive e se expressa, no seu conjunto, a comunidade em função da qual se constrói a imagem do poder.

A sociedade do Antigo Regime caracteriza-se, em termos globais, pela sua estratificação em estados ou ordens, juridicamente diferenciados em função de um complexo sistema de privilégios e isenções, vestuário e formas de tratamento, que delimitam o estatuto de cada um<sup>146</sup>. Este quadro geral, porém, vira-se em grande medida reforçado na segunda metade do século XVII, em consequência de uma certa debilidade do poder central que caracterizou a conjuntura da Restauração: a partilha da autoridade entre a Coroa e os mais representativos sectores da aristocracia e do clero, reforçando a capacidade económica dos estratos não produtivos, fomenta, simultaneamente, uma crescente rigidez social, traduzida num sistema estático de castas e no paulatino enfraquecimento da classe mercantil<sup>147</sup>. Produz-se, assim, contra uma nítida hipertrofia das classes dominantes, que dá o tom ao período, uma uniformização progressiva do terceiro estado, ocupado, em regra, ao nível da produção das subsistências de base<sup>148</sup>.

Com efeito, o quadro social que vemos emergir no século das Luzes, proveniente do Portugal seiscentista, define-se como estruturalmente conservador e caracterizado, nos seus aspectos económico e mental, por valores de natureza nobiliárquico-eclesiástica: a uma aristocracia numerosa, embora extremamente variada em termos de influência e grau de fortuna, correspondia um clero igualmente heterogéneo, mas incrivelmente popu-

loso, repartido entre o século e a clausura, a opulência e a penúria, que fazia comentar aos estrangeiros: “C’est ici le pays des moines”<sup>149</sup>. No extremo oposto, uma burguesia em decadência, substituída por uma classe média de logistas, funcionários e letrados, sem capacidade para fazer vingar a sua escala de valores, emigra em grande parte para o Brasil, na mira de melhores oportunidades<sup>150</sup>. No conjunto, pois, uma sociedade onde o terciário assume proporções esmagadoras: improdutivo, exerce, ao invés, uma pressão extremamente violenta sobre a população activa, que destina, em boa parte, a despesas sumptuárias. Gastar mais do que a renda parece ser, em termos genéricos, a mentalidade dominante<sup>151</sup>.

O reforço da autoridade central a que se assiste desde os finais do século XVII mas, muito especialmente, no reinado do *Magnânimo*, permitirá realçar o papel do Estado no interior deste contexto através de uma política regalista, no que se refere ao aparelho eclesiástico ou, no que respeita ao sector aristocrático, da diminuição do seu papel político. Rodeada cada vez mais de burocratas e intelectuais, a Coroa explora em proveito próprio, por meio de tenças e dádivas, a vulnerabilidade patenteada por uma classe quase sempre economicamente dependente<sup>152</sup>, ao mesmo tempo que não deixa de assistir-se a um novo surto de uma burguesia mercantil que, na época pombalina, adquirirá expressão política<sup>153</sup>. Tal facto não redará de imediato numa significativa alteração do quadro mental. Na verdade e de acordo com a ideologia que o enforma, o Estado Absoluto persegue a via da disciplina: o vestuário é objecto de regulamentação legal sucessivamente em 1708, 1742 e 1749<sup>154</sup> e, em 1739, um alvará vem mesmo ordenar rigorosamente os tratamentos honoríficos, procurando reforçar a imobilidade do corpo social<sup>155</sup>.

Na origem das pragmáticas encontramos, com efeito, não apenas a condenação simples do luxo como elemento economicamente nocivo, mas a ideia de combater nele um factor perigoso de nivelamento social, pela crescente “relaxação de trajes” que introduz, pela “confusão” que estabelece entre os vassallos<sup>156</sup>. Por isso, porque a ele andam associados conteúdos de prestígio e dignidade que importa preservar, se exceptua de restrições o culto divino, “por ser limitada demonstração do que devemos às cousas sagradas, tudo o que podemos empregar na sua decência e riqueza”<sup>157</sup>. São palavras redigidas por Alexandre de Gusmão<sup>158</sup>. Que admira, se mesmo na Europa das Luzes, somente agora se começava a falar de *população estéril*<sup>159</sup> e se, apenas em meados da centúria e pela mão de Diderot, a burguesia conquistaria o direito a subir ao palco para encarnar personagens de tragédia?<sup>160</sup> Mas a própria existência da legislação não deixa de constituir um reconhecimento implícito do fenómeno que visa a falhar.

Nos anos terminais do século XVIII, quando, em França, a Revolução se ocupava em demolir os últimos vestígios do *Ancien Régime*, ainda um viajante que chegasse a Portugal podia escrever: “On retrouve encore à Lisbonne les traces de l’ancienne contrainte, de l’ancienne servitude, dans laquelle on y tenoit les femmes”<sup>161</sup>.

Comentários desta natureza, abundantes entre os relatos deixados pelos forasteiros que em missões diversas nos procuravam, são, contudo, corroborados pelas mais diversas fontes que atestam, em pleno *século das Luzes*, a persistência na sociedade portuguesa dos antigos hábitos de reclusão feminina herdados de tempos ancestrais<sup>162</sup>. Mais constrangida, ainda, do que em Espanha, se acreditarmos nas notícias que nos chegam<sup>163</sup>, a mulher vive em Portugal uma existência de segregação, não apenas no que respeita a desconhecidos, mas no próprio interior doméstico, onde a vida decorre confinada a alguns aposentos cuidadosamente preservados do contacto masculino<sup>164</sup>. Acocorada na esteira, como afirmava Júlio Dantas, fiava, paria e chorava e, claro, “quanto mais menina, mais recatada, quanto mais fidalga, mais recolhida”<sup>165</sup>.

Isolada na extremidade da Europa, em comunhão secular com a vizinha Espanha, a sociedade portuguesa evolui, assim, nas suas crenças, como nos seus modos, num ritmo lento. Gerada no convívio com a cultura islâmica e hebraica, fascinada com o refinamento das civilizações orientais e com o novo mundo que os seus olhos descobriam, desenvolve formas *sui generis* de sociabilidade e de cultura, que a integram num conjunto ibérico, diferenciando-a, porém, dos padrões europeus. Estranha e exótica para a maioria dos viajantes, a Península administra num processo próprio de absorção as múltiplas influências que recebe do vasto orbe.

É com o rompimento da unidade hispânica e a superação da crise da Restauração que, até por razões de conjuntura internacional, Portugal se vê atraído para a órbita europeia e, particularmente, francesa, num momento em que este país se assume como o grande modelo em termos políticos e culturais, mas também ao nível do gosto e dos comportamentos. A Nação reflectirá, naturalmente, de modo mais ou menos intenso, estas tendências internacionais mas filtrando-as através da sua sensibilidade particular, tecida numa conjuntura peculiar, que tem tanto que ver com a sua situação periférica, como com uma vocação intercivilizacional que desde cedo se manifestou. A sociedade que D. João V encontra no início do seu reinado é, porém, ainda claramente marcada pelas práticas *mouriscas* de reclusão feminina. É ainda o tempo em que, interditos, os estrangeiros relatavam que certas donas portuguesas apenas três vezes em toda a vida abandonavam as suas casas: a baptizar, a casar, a enterrar<sup>166</sup>.

Este sistema de vida em clausura não era, de resto, simples produto da inércia ou do isolamento que na última centúria tinha caracterizado a vida portuguesa. Era também abertamente defendido por quase todos quantos, homens e mulheres, se debruçavam sobre a existência feminina<sup>167</sup>. E as suas *vantagens* não passavam mesmo despercebidas a certos forasteiros que com ele contactavam...<sup>168</sup>.

Inversamente, a clausura monástica assumia-se francamente em termos de local mundano, onde o convívio heterossexual, origem de episódios mais ou menos platónicos de *amor freirático*, se processava com uma liberdade que no século não tinha paralelo<sup>169</sup>. Esta dissolução dos costumes claustrais – que não é, de resto, especificamente portuguesa<sup>170</sup> – adquire, neste contexto de sociabilidade estanque que caracteriza o Portugal setecentista, um valor que certamente não teria de outro modo. Na atracção exercida pelos cenóbios femininos pesa, evidentemente, o facto natural de fazer “a malícia gosto de pecar no mais vedado”<sup>171</sup>; mas o que a torna verdadeiramente importante, é o facto de constituir um sintoma de um processo generalizado de sublimação (ainda neste caso) pela via religiosa, de todo um conjunto de manifestações sociais que as estruturas institucionais vigentes impediam se realizasse no mundo<sup>172</sup>. Com efeito, se podemos afirmar que nas corridas de touros encontrou, de certo modo, a mulher, um lenitivo à sua reclusão<sup>173</sup>, é, porém, nas manifestações ligadas ao culto que geralmente encontra o seu ponto de contacto com o exterior: “Quem lhe abriu as janelas quatro vezes ao ano? A procissão. Quem lhe abriu a porta muitas vezes ao mês? O lausperene. Quem a ensinou a namorar? A Igreja”<sup>174</sup>.

De facto, a visita aos templos parece constituir o único meio de escapar à clausura para o comum das mulheres das classes abastadas – e, para os homens, a única oportunidade de as encontrar. Frequentavam-nos, dizia Rafael Bluteau em 1723, de inverno por serem quentes e de verão por serem frescos<sup>175</sup>. Mas frequentavam-nos, igualmente, por outros motivos: “Chaque relation de voyage en Portugal – escrevia Link nos finais do século – parle des galanteries qui ont lieu pendant la messe; mais on exagère sur ce point, comme sur tous les autres. Les jeunes filles ne sortant presque jamais de la maison, que pour aller à la messe, on imagine aisément que l’amour ne néglige pas la seule occasion qu’il a de se montrer, et l’on s’attend bien que les femmes aimeront toujours l’endroit où elles ont éprouvé, pour la première fois, les sentimens tendres mêlés à ceux de la piété”<sup>176</sup>.

Todavia, a religião afirma-se, também, como um importantíssimo factor de coesão social; o único, talvez, que, na multiplicidade das suas práticas, verdadeiramente congrega a totalidade de um organismo rigidamente estratificado. A extraordinária complexidade do culto barroco, a variedade e multiplicidade das suas manifestações, os próprios mecanismos institu-

cionais em que se apoia, fazem dele um elemento fundamental na existência quotidiana da comunidade<sup>177</sup>. No Portugal setecentista o catolicismo enforma, pode dizer-se, a globalidade da vida social. Era o que reconhecia José da Cunha Brochado quando, nas suas cartas ao conde de Viana, confessava: “P.<sup>a</sup> ver Lx.<sup>a</sup> de huma vez fuy ver a Procissão do Corpo de D.<sup>s</sup>”<sup>178</sup>.

É a procissão, com efeito, a manifestação por excelência do Portugal barroco, em relação ao qual se configura como uma espécie de microcosmos que resume o próprio macrocosmos cultural. E este aspecto não passou despercebido aos estrangeiros que ao longo da centúria nos visitaram. Mais do que a prática devocional é, na verdade, a faceta lúdica do fenómeno e a sua importância enquanto expressão colectiva da vida social que transparece dos seus relatos: “On va à la messe – relata Link –, parce qu’on n’a pas d’autre promenade; ja dirais même qu’on n’aime les cérémonies religieuses que sous le rapport de l’amusement. On suit les processions, comme on court à l’opéra”<sup>179</sup>. Outros acrescentam: “Les processions sont un des objects les plus importants des plaisirs des Portugais; ils en parlent avec entousiasme; ils accourent en foule pour les voir”; “les jours où il y en a sont pour eux des jours de fête; ils quittent tout; ils accourent”<sup>180</sup>. Perplexos com uma vivência religiosa que se lhes afigura pouco interiorizada, não hesitam em comentar: “Les processions (...) sont le véritable carnaval des Portugais”; “Il n’est point de pays où l’on sacrifie davantage aux pratiques extérieures de la religion, et où cependant on en viole plus impudemment les préceptes”<sup>181</sup>.

A procissão é, assim, uma festa. Uma festa religiosa, sem dúvida, produto de uma vivência da fé que, curiosamente, apenas se interioriza verdadeiramente quando se apresenta ao crente dramatizada<sup>182</sup> mas, para o Portugal setecentista, essencialmente, *a festa*. E, mais do que qualquer outra instituição, a festa assegura, pela sua força plástica, pelas emoções que desperta nos participantes – simultaneamente espectadores e actores –, pelo sentimento colectivo que estimula de comungar das mesmas crenças e ideais, pelo seu poder, enfim, de sublimar tensões e aplacar conflitos, uma função capital de unificação social<sup>183</sup>. Ora, as instituições são, antes de mais, o reflexo das grandes opções de uma comunidade e a procissão, momento alto, festivo e urbano, não apenas da vida religiosa mas da própria vida social, reveste-se, como não poderia deixar de ser, de uma inegável importância política. Aqui radica a particular atenção que o poder subitamente parece dedicar a estas manifestações do culto – em particular a do Corpo de Deus, na qual o próprio monarca se integrava –, que adquirem no período joanino um carácter rigidamente disciplinado e um cunho inusitado de esplendor que decorre desse reconhecimento do seu especial valor representativo<sup>184</sup>.

Num contexto desta natureza, em que o catolicismo enforma em toda a sua extensão a própria expressão da vida social, a imagem do poder não pode, obviamente, surgir divorciada dessa realidade. Pelo contrário, a sua eficácia depende, em grande medida, da capacidade que for capaz de revelar de realizar em seu proveito uma operação de transferência em relação ao prestígio que rodeia o fenómeno religioso. É, aliás, como um poder *católico* que os súbditos esperam que este se apresente e exerça a sua autoridade; e esse afigura-se, por ora, o melhor caminho para eliminar resistências.

A sociedade portuguesa setecentista parece, com efeito, exteriorizar-se apenas verdadeiramente nas práticas quotidianas da mais espectacular das devoções. Em termos globais tratar-se-á, fundamentalmente, de um fenómeno de aproveitamento das formas tradicionais de comportamento, comumente aceites como de raiz islâmica ou oriental – de recato e invisibilidade feminina –, dentro de um quadro ainda contra-reformista de substituição das práticas laicas de sociabilidade por um sem-número de obrigações religiosas que tendem a multiplicar-se. A acção reguladora da todo-poderosa Inquisição, particularmente sensível ao nível da organização do quotidiano, bem como a perda da independência, com o conseqüente desaparecimento da Corte e da sua função exemplar, agindo no sentido do isolamento, constituíram factores poderosos na sedimentação de uma estrutura que levaria muito tempo a erradicar. Deste modo, drasticamente limitada à miúda observância das obrigações devotas toda e qualquer forma de convívio social, a *igreja* parece afirmar-se como único espaço viável, substituindo, assim, entre nós, as funções que o *salão* desempenhava lá fora.

Numa conjuntura desta natureza, a abertura que se observa é forçosamente lenta e cautelosa. É um facto que o século XVIII inaugura a sociabilidade heterossexual; para isso terá contribuído decididamente o processo geral de renovação cultural a que o País assiste e, especialmente entre as classes superiores, não restam dúvidas de que assim seria<sup>185</sup>. Mas é provavelmente menos claro o seu impacte no que se refere ao conjunto da Nação, naturalmente mais conservador. Vozes femininas ouvem-se agora, com efeito, em defesa do seu estatuto<sup>186</sup> e de alguma maneira se pode dizer que a clausura rebentou: além dos templos e das corridas tauromáquicas, as mulheres começam igualmente a frequentar os teatros<sup>187</sup>. Não deixa, contudo, de ser sintomático, que os camarotes onde se apresentam estejam providos das velhas gelosias e, pelos meados do reinado, afigura-se mesmo poder verificar-se um relativo recuo desta liberalização: sabemos, na verdade, que em 1743 são levantadas grades nas igrejas<sup>188</sup>. Mas, afinal, a repressão mais não faria, na verdade, e uma vez mais, que confirmar a existência de progressos no sistema.

Com tudo isto, efectivamente – e não decerto sem algum anacronismo – Portugal configurava-se como o país mais tipicamente barroco da Europa<sup>189</sup>.

## A RESISTÊNCIA AO PODER

Se a procissão se afirma (e nesse sentido é entendida pelo poder) como a expressão ritualizada da própria vida colectiva, da qual fornece uma imagem ideal, hierarquicamente organizada no contexto de uma liturgia de espectáculo, é, contudo, sabemo-lo hoje, essencialmente conflitivo o verdadeiro carácter dessa sociedade que assim se apresenta<sup>190</sup>. Do mesmo modo, são ainda relativamente escassos e imperfeitos os instrumentos de que a administração central, limitada na sua esfera de acção pela existência de poderes periféricos, dispõe para o exercício da sua autoridade<sup>191</sup>. A aura majestática que envolve a soberania parece cumprir assim uma dupla função: dissimular, simultaneamente, a fragilidade real desse poder e a teia sombria de conflitos, contradições e resistências sobre a qual deve exercer-se o seu domínio e que reconhece não ser capaz de eliminar<sup>192</sup>.

Na verdade, é sobre um pano de fundo onde, discreta ou não, mas sempre perceptível, se reconhece a oposição, o protesto, mesmo a violência, que decorre a actividade governativa do *Magnânimo*. É um fenómeno que, embora com especial incidência nos primeiros anos, acompanha de um modo geral todo o reinado, constituindo como que um contraponto aos progressos do absolutismo régio. É o que se passa com a projectada romaria real à Senhora do Loreto, em que a devoção verdadeiramente encobriria “o grande desejo que effectivamente tinha de ver os estranhos reinos”<sup>193</sup>, e que se depara com uma declarada oposição entre ministros e cortesãos; é a reiterada ameaça das Cortes com que por várias vezes se confronta e que o monarca “finge e ilude sem negar”<sup>194</sup>; é, fundamentalmente, o clima de catástrofe que rodeia os últimos anos da Guerra da Sucessão, onde a penúria do tesouro, a carestia dos géneros, os crónicos atrasos nos vencimentos de soldados e funcionários, alimentam o descontentamento generalizado, fomentando mesmo o desrespeito às instituições.

Ao longo de todo este período, com efeito, acumulam-se os sintomas de uma clara instabilidade social, que a imponente fachada do poder oculta com dificuldade: nos anos calamitosos da guerra, são as revoltas militares de índole mais ou menos grave em algumas guarnições de praças

fronteiriças, como essa de Elvas, em que os soldados se amotinaram e recusaram marchar sem botas<sup>195</sup>; são ainda, e em relação com o mesmo contexto, autênticos *motins da fome* que estalam em localidades como Abrantes (1708) e Viseu (1710), mas também em Lisboa (1709-10), onde intervêm regateiras, soldados e mariolas. Depois e por todo o reinado, são situações frequentes de conflito relacionadas com problemas laborais, como as que ocorrem em Alcanede (1710), em que 800 homens marcham sobre a capital decididos a falar ao Rei; em Alenquer (1721), com nova investida sobre Lisboa de 700 camponeses armados de chuças e mocas, que apenas a Rainha consegue apaziguar; a greve dos seus próprios cocheiros e criados, em 1732, no momento em que se dispunha a sair do Paço ou, sobretudo, as que se sucedem nos anos de 1731-32, motivadas pela falta de pagamento aos operários ocupados na construção do monumento de Mafra e dos seus acessos. Outras vezes, ainda, são problemas relacionados com as regulamentações camarárias sobre preços e salários que despoletam motins e surtos grevistas, como os das padeiras em Coimbra e Lisboa, ou o dos carpinteiros de coches, seges e liteiras da capital, em 1718; o dos pescadores de Ovar em 37; o dos varredores do lixo em Lisboa, no mesmo ano e em plena festa do Corpo de Deus; a *campanha da sesta* de 1740, ou o protesto das rendeiras minhotas, em 49, contra a nova pragmática. Enfim, ainda em Fevereiro de 1750, já quase no termo do reinado, apenas a pronta intervenção régia impede que um motim geral dos mateiros lisboetas degenera em tumulto de grandes proporções<sup>196</sup>.

Um outro género de insurreição, ainda, que se torna especialmente característico deste período, é o que diz respeito às congregações monásticas femininas, em rebelião contra as instâncias superiores que, um pouco por toda a parte, quebram com grave escândalo a clausura: em 1706 são as freiras lisboetas do Convento do Salvador, que forçam o confessor, expulsam da igreja o sacerdote e pretendem sair à rua, no que têm de ser impedidas pelos oficiais de justiça. A situação mantém-se assim por duas semanas. Em 1713 é a vez das freiras de Odivelas, que se recusam a receber de novo uma das religiosas presa pela Inquisição por suspeita de judaísmo, mas posteriormente recambiada. De cruz alçada marcham sobre Lisboa e o episódio não se resolve sem o auxílio da força pública. Quase na mesma altura, são as de Santana, que declaram por seu turno o estado de sítio, enquanto – e para referir apenas o que se passa na capital –, em 1721, as Mónicas descem em procissão sobre o Terreiro do Paço, protestando passar fome e reivindicando a restituição dos dotes<sup>197</sup>.

Tudo isto decorre, aliás, sobre um pano de fundo onde se destacam a delinquência e a marginalidade que, sobretudo a coberto da noite, parecem dominar os centros urbanos e, muito particularmente, Lisboa<sup>198</sup>. É, com

efeito, de iniciativas isoladas que parte um outro factor de perturbação social que, patenteando um mal disfarçado ódio em relação às congregações eclesiásticas, não deixa de revelar, num período em que religião e política se encontram tão intimamente relacionadas, uma mais ampla contestação à própria ordem estabelecida: são os chamados *desacatos*, assaltos a igrejas e conventos geralmente de carácter sacrílego e de que temos notícias ao longo de todo o reinado, em pontos tão distantes como Santarém, Setúbal, Monforte, Coimbra, Lamego, Penafiel, Riba Tâmega, Palmela, Sesimbra, etc.<sup>199</sup>. Enfim, em 1708 furta-se do Paço grande quantidade de alfaias de prata e, ainda em 1733, é a própria Rainha roubada nos seus aposentos, donde são levadas jóias e outros objectos preciosos<sup>200</sup>. A desfaçatez dos assaltantes (?) não revela apenas a falta de segurança que rodeava as pessoas reais; patenteia, igualmente, uma ousadia que não se detém sequer diante do trono.

Outros eventos, porém, testemunham igualmente, embora num plano mais conjuntural, a característica instabilidade deste período. Um dos mais claros sintomas deste estado de espírito é, desde logo, fornecido pelo recrudescimento a que se assiste, durante os anos terminais da guerra, do messianismo sebastianista<sup>201</sup>. Ao longo do reinado, contudo, novos sinais se acumulam, evidenciando a existência de fissuras na estrutura do sistema. Vimos já como o alargamento dos horizontes culturais leva a questionar, com mais ou menos franqueza, o Santo Ofício; mas não deixa de ser curioso constatar o cuidado que os responsáveis pela Biblioteca Real põem na conservação de escritos anti-inquisitoriais tão contundentes como os do Padre António Vieira<sup>202</sup>, ou que alguém se atreva a declarar na face do inquisidor-geral, cardeal da Cunha, que o Tribunal era “rodilha de limpar bacios”...<sup>203</sup> Maior significado têm, todavia, questões como a do sigilismo ou da jacobea que, nos finais do reinado, introduzem graves dissensões no seio da própria hierarquia religiosa<sup>204</sup> e, não pode esquecer-se, é no tempo de D. João V que se assiste à instalação das primeiras lojas maçónicas em Portugal, embora ainda, talvez, sem o conteúdo politizado e subversivo de que revestiriam mais tarde<sup>205</sup>. Sobretudo, porém, o que mais impressiona nestas décadas iniciais do século XVIII será, porventura, o facto de a contestação assumir com frequência formas agressivas e atitudes de irreverência que envolvem abertamente a figura do monarca.

Com efeito, no período conturbado do conflito espanhol, é o próprio clero que, do alto dos púlpitos e numa atitude frontal de insubordinação, responsabiliza directamente o jovem Rei pelo estado deplorável dos negócios públicos, excitando contra ele a animosidade colectiva<sup>206</sup>. Esta conduta de quase rebelião por parte da instituição eclesiástica – por via de regra

defensora zelosa da ordem vigente – alimentaria um ambiente exaltado, propício ao desrespeito da autoridade. E, na verdade, logo em 1707, são arrombadas, no interior do Paço, as portas dos armazéns de munições, desaparecendo os assaltantes com a maior parte do armamento<sup>207</sup>. Poucos anos volvidos, em 1712, é afixado um pasquim à porta da Capela Real, no qual se maltratavam duramente as pessoas do Rei, da Rainha, do inquisidor-geral D. Nuno da Cunha, do secretário de Estado Diogo de Mendonça e do padre jesuíta João Ribeiro, que surgiam acolitados do demónio e da legenda: *seja para emenda*<sup>208</sup>. De forma menos contundente, mas que não deixa, igualmente, de reflectir uma certa quebra de solidariedade entre os súbditos e a realeza, Soares da Silva regista o desagrado com que se observam os gastos palacianos, que não param de crescer apesar do estado lamentável em que o País se acha<sup>209</sup>.

Todavia, é fora de dúvida que, mesmo no interior do Paço, se instala a subversão. A atestá-lo está o facto de aparecerem versos de teor satírico nos próprios aposentos do monarca<sup>210</sup> e, com efeito, a crítica parece utilizar cada vez mais esse expediente, como forma de contestação política e social<sup>211</sup>. Fala-se, de modo quase sempre anónimo, de assuntos como as *couzas mais notaueis que tem esta Corte de que se deue fazer lembrança para dellas se fogir*<sup>212</sup>, ou do incremento da Capela Real, régio desígnio *com que a Ley de Deus se annulla/E se aprova a de Mafoma*<sup>213</sup>. Não raro, todavia, a musa fere mais fundo: é o que se passa com a famosa *sátira ao Governo de Portugal*, panfleto manuscrito redigido em 1713, no quadro da Guerra da Sucessão e cuja importância é atestada pela abundância de exemplares ainda hoje existentes nas nossas bibliotecas e arquivos<sup>214</sup>. Numa cáustica e minuciosa inventariação da sociedade portuguesa, nem mesmo o soberano escapa incólume: “Hum Rey minino innocente/Sem compaixão nem piedade/Inimigo da verdade/Com a adullação contente...”<sup>215</sup>

À literatura oficial, instrumento dócil da construção da imagem serena e majestática que a realeza ambiciona ostentar, parece, assim, contrapor-se, vigorosa e indomável, a *vox populi*, expressa numa literatura clandestina que circula incontrolada e dispõe de um vasto público<sup>216</sup>; o mesmo, afinal – e aí reside a aparente contradição – que aplaude, simultaneamente, o espectáculo do poder e os bonifrates que, no Teatro do Bairro Alto, levam à cena o *Anfitrião* ou a *Ilha dos Lagartos* do Judeu António José da Silva<sup>217</sup>.

Como não poderia deixar de ser, a colossal construção de Mafra configura-se como um dos mais evidentes pólos de tensão do reinado. Esse mal-estar que se produz em torno do empreendimento régio, e não obstante a avalanche de panegíricos e escritos laudatórios com que a literatura oficial

o incensou, transparece, inconfessadamente, mesmo entre os mais convictos representantes da opinião conservadora<sup>218</sup>. Uma vez mais, porém, é sobretudo a avidez com que se colecionam os escritos contestatários que dá a medida exacta da oposição latente com que se debatem os esforços ordenadores da Coroa<sup>219</sup>.

Um dos aspectos mais curiosos desta resistência com que o poder se vê confrontado, mesmo em sectores onde a sua autoridade, aparentemente, deveria ser mais facilmente acatada, é o que diz respeito aos permanentes conflitos que, durante todo o reinado, agitam a vida da Corte, alguns dos quais têm origem nas – então fundamentais – questões de precedências e cerimonial. Significativo da importância que estes problemas assumiam para a mentalidade, essencialmente simbólica, da sociedade barroca, é o espaço que ocupam na correspondência política do monarca<sup>220</sup>, bem como o facto de, ainda hoje, arquivos e bibliotecas regorgitarem de volumosos processos jurídicos dessa natureza, organizados pelos mais destacados jurisconsultos do tempo.

Contudo, é a incapacidade sentida pelo poder de fazer respeitar a sua vontade no interior do seu próprio espaço cénico, que mais impressiona nesta matéria, como se comprova da leitura de certos trechos do *Diário* do conde da Ericeira: “Hum coche de Damas do Paço indo com a Rainha – relata o ilustre fidalgo, no seu discurso florido de cortesão – se dividio em duas partes no largo do Corte real, e mandando as Divindades pedir socorro aos não humanos, mas inhumanos veadores, e estribeiros mores elles lhes responderão q. se remediarem como podessem, e conduzidas por hum Guarda Damas, e por alguns mariollas de demos voltarão p.<sup>a</sup> o Paço deixando mais na lama q. no pô renovadas as memórias de Faetonte”...<sup>221</sup> Situações de conflito estalam também com facilidade e de algum modo prolongam, na incontinência das expressões, o clima de insubordinação que se sente pairar sobre o conjunto da estrutura social: “António de Saldanha (o Mar e a Guerra) descompoz ao Cardeal da Mota; e na pessoa deste a nosso Amo. O Desembargador Francisco Galvão da Fonceca disse a Pedro da Mota que os diabos o levassem. O Conde de Villa-Nova disse aos Criados d’um, e outro Ministro em presença de muita gente: que fossem ambos beber da merda. O Encerrabodes não sabendo a quem havia de pedir a sua Carta Credencial, pelo jogo d’impurra, em que se vio; disse: que o nosso governo era Hermafrodito. Isto não são contos Arabigos, mas factos certos, acontecidos dentro da Europa culta”<sup>222</sup>.

Ao mesmo tempo, as *greves de cortesãos*, mesmo nas mais solenes efemérides do reinado, constituem uma realidade omnipresente no quotidiano da existência palaciana, sem que o monarca pareça dispor de meios para as evitar: logo na cerimónia da aclamação, uma questão entre as damas

da Corte e a duquesa de Cadaval sobre precedências nas janelas donde deveriam assistir, origina que esta e sua nora – a *Senhora Dona Luísa*, filha natural de D. Pedro II –, se abstenham de presenciar a solenidade<sup>223</sup>. Tendo em conta que se trata de um acto simbólico, no qual se verifica a prestação de vassalagem ao Rei por parte dos três estados, pode avaliar-se a gravidade de que se reveste semelhante atitude. Também em 1708, quando do desembarque da Rainha D. Mariana de Áustria, tem lugar e pelos mesmos motivos, novo conflito no seio do sector feminino da Corte: treze damas se recusam a aguardar a chegada da soberana que, a despeito das ameaças reais, apenas encontra a recebê-la oito senhoras, incluídas a Infanta D. Francisca, as duas duquesas de Cadaval e aquelas que, como a camareira-mor, marquesa de Unhão, estavam, pelas funções que ocupavam, ao abrigo de situações melindrosas<sup>224</sup>. Em 1717 é a vez dos condes que, para evitarem ser precedidos pelos cónegos da Patriarcal, em conformidade com as recentes disposições régias, desertam em bloco, chegando mesmo grande parte dos sumilheres da cortina a colocar os seus cargos à disposição<sup>225</sup>. De novo em 1723 estalam confrontos entre o elemento feminino, desta vez pela questão dos tratamentos: quase quarenta condessas e algumas marquesas deixam de ir ao Paço e sabe-se que ainda em 1725 grande parte está por regressar, sanando-se “este illustre duello”, como lhe chamou o conde da Ericeira, segundo parece, apenas em 1732<sup>226</sup>. Enfim, mesmo no soleníssimo lançamento da 1.<sup>a</sup> pedra da Basílica de Mafra, os conflitos de cerimonial se encontram presentes: “O Marquez de Gouvea D. Martinho Mascarenhas, Mordomo mór d’ElRey, teve duvida com o Marquez das Minas D. João de Souza Camerista d’ElRey sobre qual havia de botar primeiro a pedra; porque o Marquez das Minas era mais antigo no titulo; e o Mordomo mór lhe queria preferir pell’Officio; e botandoa o Marquez das Minas primeiro, tendo algumas rezoens com o Mordomo mór ElRey se enfadou, e reprehendeo ao Marquez das Minas publicamente.”<sup>227</sup>

Afigura-se, assim, bem longe de ser ilimitado o poder de que o Rei dispõe sobre a sua Corte. Com efeito, sabemos que D. João V utilizava os castigos corporais como correctivo contra os fidalgos prevaricadores<sup>228</sup>, o que atesta a natureza ainda essencialmente paternalista do seu absolutismo<sup>229</sup> e é apenas quando a aristocracia, de algum modo, cai sob a alçada da lei civil, que o monarca aparenta estar em posição de lhe fazer sentir todo o peso da sua autoridade. É o que se passa em 1725, quando trinta fidalgos, entre os quais figuravam sobrinhos do cardeal da Cunha e de Diogo de Mendonça, decidem agredir um corregedor para libertar os criados de Luís César de Meneses. A resposta não se faz esperar e a quase totalidade – mais de três quartos dos que habitualmente constituíam a Corte, se acrédi-

tarmos na informação, provavelmente exagerada, de Merveilleux –, sofre o degredo nas suas terras da província<sup>230</sup>.

Mas trata-se de uma situação extrema. De um modo geral, a resistência à autoridade constituída ultrapassa-se, nesta como na grande maioria das situações, pela via da conciliação e do diálogo, única alternativa que se oferece a um poder que, na realidade, dispõe ainda de instrumentos pouco aperfeiçoados de domínio e se apresenta limitado por outros, não menos firmes, que, nas esferas intermédias, lhe disputam o raio de acção. Ao lado, erguem-se os antigos aparelhos jurídico-políticos e culturais de natureza eclesiástica, através dos quais se manifesta ainda em grande parte a vida colectiva e que conservam quase intacto o seu prestígio. Numa sociedade com estas características, onde o elemento religioso não apenas dá mostras de uma persistente vitalidade, como se revela importante factor de coesão, a Monarquia parece não dispor de alternativa enquanto não for capaz de controlar essa complexa e poderosa estrutura que, aliás, revela uma eficácia incomparavelmente superior à dos mecanismos tradicionais de dominação de que se encontra dotada. A real consistência do seu poder dependerá, pois, em boa medida, do êxito com que for realizada esta tarefa e é, provavelmente, no seio desta estratégia de centralização e reforço da autoridade do Estado que deverá entender-se a actividade do Tribunal do Santo Ofício.

Com efeito, a historiografia nacional tem destacado, como nota característica do reinado do *Magnânimo*, um nítido recrudescimento do zelo inquisitorial, que contrastaria com a relativa acalmia que se teria verificado nos anos terminais do século XVII<sup>231</sup>. Uma observação atenta do fenómeno, todavia, parece sugerir uma realidade mais complexa que convirá, talvez, observar de perto. Efectivamente, entre 1686 e 1689 não se realizam em Coimbra autos-de-fé solenes e o mesmo se passa em Évora, no período que decorre entre 1686 e 1690. Em Lisboa, por seu turno, onde se sucediam continuamente desde 1682, sofrem igualmente uma interrupção em 1685<sup>232</sup>. Recomeçam, contudo, logo em 1686, ano em que ocorrem três suplícios e, embora em ritmo menor, assinalam a sua presença na capital nos anos de 1688 (um apenas com a particularidade de ser mulher), 1694 (outra mulher, por bruxaria) e 1698 (dois, um em figura)<sup>233</sup>. Em Évora, na verdade, não se aplicará mais a pena última a partir de 1686, mas em Coimbra a tradição é reatada em força com o auto, particularmente sangrento, de 1696, em que catorze pessoas foram supliciadas, além de cinco queimadas em estátua, prosseguindo em 1699, ano em que fez seis vítimas e, já dentro do novo século, dois supliciados em 1701 e três em 1704, após o que parece abrandar definitivamente, não excedendo mais, nos anos que se seguem, o número de dois relaxados por auto-de-fé<sup>234</sup>.

É, todavia, em Lisboa que, com a viragem da centúria, se detecta nova aceleração: o primeiro surge logo em 1702, com um sentenciado em estátua e a série continua pelos anos de 1703, 1704, 1705 e 1706, com número sempre crescente de penitenciados, mas sem que, todavia, se verifique mais que um suplício por ano, com excepção do último, em que o número destes se elevaria a cinco<sup>235</sup>. Com a mudança de reinado, o panorama, efectivamente, não se altera: os autos-de-fé sucedem-se em 1707 (quatro execuções), 1709 (seis), 1711 (duas mulheres), 1713 (uma mulher, também) e 1714, ano em que novamente se verifica uma condenação capital<sup>236</sup>. Todavia, se tivermos em conta o clima de instabilidade social que caracterizou o período da Guerra da Sucessão, a que respeitam estes dados, e o facto de, desde o reinado anterior, se ter adoptado a prática de transferir para Lisboa as vítimas *relaxadas ao braço secular*<sup>237</sup>, parece mesmo verificar-se, embora lento, um relativo abrandamento no processo. Os anos seguintes caracterizam-se pela irregularidade e, como escreveu Manuel Bernardes Branco, “Infelizmente para as almas piedosas d’aquelles tempos, alguns annos consecutivos às vezes se passavam, sem haver um auto de fé”<sup>238</sup>. Não obstante, nos trinta e seis anos que restam de reinado, a lúgubre procissão atravessa Lisboa abundantes vezes: em 1714 (uma execução), 1717 (duas), 1720 (duas, de novo), 1723 (quatro), 1725 (uma), 1726 (três), 1728 (em que se verificam cinco suplícios, três dos quais em mulheres), 1729 (dez), 1731 (doze), 1732 (oito), 1733 (cinco), 1735 (sete), 1737 (doze), 1739 (onze, entre os quais António José da Silva), 1741 (doze), 1742 (dez), 1744 (oito), 1745 (sete), 1746 (três), 1747 (dois), 1748 (três) e 1749 (dois)<sup>239</sup>.

Com tudo isto, porém, não se afigura particularmente evidente que se assista, sob a governação joanina, a uma exacerbação da actividade repressiva da Inquisição – à semelhança, aliás, do que se verifica no plano cultural<sup>240</sup> – no que respeita à frequência dos autos-de-fé e respectivo número de vítimas. O mesmo não se poderá dizer, contudo, do que se refere à sua utilização por parte do Estado como instrumento eficaz de controlo e disciplina social. Essa era, de resto, a própria lógica que presidira à sua instituição<sup>241</sup> e, vencida a conjuntura seiscentista, em que o Tribunal chegara mesmo a assumir-se como uma força rebelde e subversiva, tudo compelia à sua integração nas estruturas do poder.

Com efeito, a reserva das condenações capitais em favor do Santo Offício lisboeta, com a consequente decadência que acarreta para as Inquisições provincianas<sup>242</sup>, constitui já, por si mesma, uma medida claramente centralizadora que exprime, aliás, uma orientação herdada do reinado anterior. É, todavia, com o *Magnânimo* que, em conformidade com a direcção regalista que imprimiu à sua política eclesiástica, a Inquisição recebe um duro golpe na sua autonomia quando, a partir de 1725 – e não deixa de

ser curioso constatar a redobrada actividade do Tribunal nos anos que se seguem –, uma bula papal concede aos arguidos o direito de nomear defensores, submetendo ao mesmo tempo as suas sentenças à imprescindível aprovação real<sup>243</sup>; e uma reforma mais ampla chegaria mesmo, como se viu, a ser esboçada<sup>244</sup>.

Na realidade, mais do que o aspecto propriamente repressivo que, evidentemente, não deixa de ser contemplado, são, sobretudo, as aptidões do Tribunal enquanto órgão de disciplina social que a administração joanina parece ter desejado explorar. Na verdade, não restam dúvidas de que, se o número de supliciados por auto é frequentemente reduzido, o de condenados a penas menores mas sempre, em todo o caso, infamantes, é por vezes terrivelmente avultado: no de 1707, incluindo os que se destinam ao suplício, desfilam cinquenta e seis penitenciados; no de 1709, cinquenta e nove; no de 1711, cento e dois; no de 1713, cento e trinta e oito...<sup>245</sup> A Inquisição procura agora, aliás, estender o seu poder a todos os campos da vida social e os mais variados delitos caem sob a sua alçada: a heterodoxia, a superstição, o culto mosaico, o protestantismo, mas também os adeptos do Bandarra e os sebastianistas, a bruxaria, a falsa medicina e os pactos com o demónio, a bigamia e o *pecado nefando*, a quebra escandalosa da disciplina conventual, ou mesmo crimes de delito comum, como o homicídio, ainda que perpetrado num judeu<sup>246</sup>. Facto revelador de que a instituição se adaptava sem dificuldade aos novos tempos é o de em 1744 saírem sentenciados, embora em penas brandas, dois estrangeiros, sob uma acusação inteiramente nova: eram filiados na Maçonaria<sup>247</sup>.

Efectivamente, começa também a verificar-se uma certa alteração na proveniência social dos condenados: aos ricos mercadores citadinos, geralmente de origem cristã-nova, que tinham constituído as vítimas preferenciais do Tribunal no século anterior, substituem-se os artesãos e pequenos comerciantes das províncias interiores das Beiras e Trás-os-Montes – onde provoca, aliás, uma autêntica razia – e, sintomaticamente, do Brasil, com cuja administração a metrópole revelava, como se viu, uma crescente preocupação<sup>248</sup>.

Neste contexto, o que se constata não é, evidentemente, um enfraquecimento do zelo inquisitorial durante a primeira metade do século XVIII. Muito pelo contrário, detectamos até, em certo sentido, uma redobrada eficácia na sua actuação. Mas o que parece igualmente poder verificar-se é uma diminuição do seu carácter sanguinário e da arbitrariedade da sua actuação, na qual começa a exercer-se o controlo estatal, submetendo a poderosa instituição ao pragmatismo dos seus desígnios. E é, muito provavelmente, esta realidade que reflectem os viajantes estrangeiros, quando comentam que “este Tribunal não é tão severo como vulgarmente se julga”<sup>249</sup> ou que

“está hoje numa posição muito diferente daquela que desfrutou, pois nada pode fazer sem licença do rei; a sua autoridade está limitada ao combate à blasfémia, à sodomia, à poligamia e à emenda dos judeus, sem que possam acusá-lo de injusto por o seu poder estar limitado pelas leis do Estado, às quais se não pode sobrepor”<sup>250</sup>.

Deste ponto de vista, pois, o rigor da Inquisição não terá propriamente sofrido um abrandamento na primeira metade do século XVIII<sup>251</sup>. Todavia, com a morte de D. João V, não é o rigor, como se sabe, que desaparece da vida portuguesa. António Sérgio pôde até afirmar que “Houve nele um liberalismo, que, sem ser enorme, contrasta com a tirania de Pombal”<sup>252</sup>. São os meios através dos quais este se expressa que adquirem um carácter laico e civilista que não se encontrava ainda ao alcance do Estado no seu tempo. Antes disso, havia que levar a cabo o domínio dos tradicionais instrumentos eclesiásticos de controlo, profundamente enraizados no corpo social e legitimados pela natureza religiosa da sua actividade punitiva.

Na verdade, não pode esquecer-se o ambiente lúdico e comemorativo em que decorre o auto-de-fé e que justifica as palavras de Merveilleux: “Voltei a Lisboa para poder assistir à festa. Chamo festa a essa horrível cerimónia por ela constituir para os portugueses um verdadeiro divertimento”<sup>253</sup>. Este cenário de generalizado regozijo em que, inegavelmente, se inscreve a repressão<sup>254</sup>, aproxima-o, assim, claramente de outros momentos onde, como na procissão, a comunidade surge congregada em torno de um ideal comum que passa, neste caso, pela consciência de pertencer a esse universo de eleitos que a purga inquisitorial periodicamente purifica. E permite, em última análise, que este fenómeno de “exibição soberba de um poder ilimitado”<sup>255</sup> possa despertar em seu redor um clima de adesão sem o qual não poderia sobreviver e que, aliás, no período seguinte se perderá.

A eliminação das resistências, a passividade com que é acatado por parte dos súbditos, a sua *justa* natureza, enfim, parecem efectivamente depender de uma operação de transferência que se realiza verdadeiramente ao nível psicológico e que tem por finalidade revestir o poder real dessa dimensão sacral que o *Poder* na sua origem possui. Uma vez sacralizado, o Estado Absoluto adquire então, finalmente, a sua independência e a capacidade de vencer ou – o que é mais importante –, de evitar oposições. É apenas então que, por ironia, pode ter início uma verdadeira laicização do sistema. É cedo ainda, certamente, para falar em tal. O *Portugal Joanino* constitui, na realidade, a primeira etapa de um processo que o *Portugal Esclarecido* concluirá (?). Por ora, a renovação das estruturas e mesmo da cultura não se desliga – e aí radica o carácter *sui generis* que apresenta –, de um certo reforço de algumas componentes da ideologia tradicional

submetidas, porém, a uma ideia de Estado nitidamente reforçada, que reivindica não apenas uma posição central mas, fundamentalmente, uma posição centrípeta no seio do organismo nacional.

A abertura a que inequivocamente se assiste ostenta, pois, um carácter de conciliação e compromisso com a ordem tradicional que traduz o seu próprio sentido. Mas a estratégia do poder desenha-se agora com clareza: não é apenas a pressão das grandes opções governativas de defesa das possessões ultramarinas e de neutralidade no plano internacional que justificam a definição de uma *política romana* de prestígio, contrariada, embora, por uma prática claramente regalista; é também a própria natureza do País real, onde a religião emerge como força aglutinadora e, sobretudo, como a grande referência central, que obriga a construir a sua imagem sobre arquétipos eclesiásticos. A Igreja continuará a ocupar essa situação excepcional de ponto convergente para o qual os olhares se habituaram a dirigir-se. Mas não está só, agora: atrás dela, ao seu lado, sobranceiro, estende-se o poder real, englobando-a na complexidade do seu vasto corpo, do interior do qual avulta apenas como um – o mais prestigioso – reflexo do poder.



PARTE II

A IMAGEM DO PODER



QUINTO  
JOHN VI  
OFFICE OF THE  
SECRETARY OF STATE  
WASHINGTON, D.C.



## O ESPECTÁCULO DO PODER

Gerado num tempo de instabilidade e de conflitos, erguido sobre sociedades complexas e rigidamente organizadas, onde o seu domínio se dilui na trama obscura dos poderes periféricos, o Estado Absoluto retira em boa medida a sua força dessa aparência que empenhadamente constrói e que, mais do que reflexo fiel, constitui, essencialmente, a ofuscante ilusão desse poder. A Monarquia joanina não fugiria à regra e vimos já, não apenas as razões do relevo que adquirem as questões relacionadas com o prestígio e a dignidade da Coroa no quadro de uma estratégia política de reforço da autoridade estatal dentro e fora das fronteiras mas, igualmente, que essa orientação governativa se esboça em plena conjuntura seiscentista, no momento mesmo em que se inicia a superação da crise, em cujo processo se enquadra e adquire real significado. Resta, pois, observar quais os elementos que compõem e de que forma se estrutura a faustosa imagem do poder.

O desenvolvimento sistemático a que se assiste com D. João V dos complicados instrumentos cénicos que o barroco engendra para envolver a figura do monarca num halo de magnificência e pompa; o contraste que o seu reinado estabelece com a característica sobriedade da realeza nacional, em cuja longa teoria avulta como uma súbita e isolada nota de fulgor; o mito sempre repisado das dissipações reais – 188 ou 200 ou 450 ou milhares de milhões de cruzados...<sup>256</sup> –, tudo contribui para fomentar essa ideia ingénuo, que a historiografia tradicional acarinhou, de um émulo deslumbrado e submisso do *Rei-Sol*, “menos inteligente”, contudo, “e sobretudo muito mais beato”<sup>257</sup>.

Não restam, evidentemente, dúvidas de que o exemplo francês se perfila como referência importantíssima da renovação joanina. A atestá-lo estaria sempre a confessada admiração que o soberano português votava à memória, quase lendária, de Luís XIV, por pouco cordiais que usualmente tivessem sido as relações políticas entre os dois estados. Mas não se trata de uma atitude isolada. O mesmo sucede nesse tempo por toda a Europa e, desse modo, é fundamentalmente como um modelo genérico e universalmente consagrado (como o fora outrora *O Príncipe* de Maquiavel), que deverá realmente entender-se.

Dele retiraria o *Magnânimo* – como todos, afinal – a utilização da Corte, das artes e das letras, como instrumentos de prestígio e de dominação e a sua integração num vasto e coerente sistema ao serviço dessa ideia de grandeza que se associa agora ao poder real<sup>258</sup>. Mas ao arquétipo importado acrescentar-se-ão novos condimentos, impostos pela especificidade da conjuntura nacional, muitíssimo diversa daquela em que decorre a trajetória fulgurante do *Grand Roi*. E, deste modo, os mecanismos de visualização da realeza revestirão em Portugal formas singulares, que pouco devem à tradição centro-europeia, como o próprio País, afinal, por isso sempre exótico aos olhos estranhos. Nessa peculiar amálgama de elementos *estranheirados* e *castiços* de que se compõe a imagem do poder, residirá, talvez, a razão do aspecto desconcertante que apresenta, se comparada com os modelos em que se inspirou. Mas igualmente, começa a constatar-se, da originalidade com que se destaca no brilhante conjunto da Europa das cortes onde, verdadeiramente, se levava então a efeito a transposição constante e fidedigna do obsidiante mito versalhesco.

Na base dessa representação minuciosamente organizada encontramos, desde logo, a consciencialização a que se assiste no período barroco das potencialidades políticas da ostentação do luxo quando esta, ultrapassando a simples expressão da vaidade e do consumo individuais – onde continuará, de facto, a constituir objecto da condenação dos memorialistas –, se converte em sinónimo da majestade do poder e elemento imprescindível da sua liturgia sacralizadora. Como reconhecia Bossuet, o que não é lícito para o indivíduo pode, contudo, sê-lo para o Estado<sup>259</sup>. Produz-se, assim, como que um alargamento do conceito, que deixa de identificar-se apenas com a despesa pessoal, improdutiva e supérflua, economicamente ruinosa, para adquirir um valor representativo e simbólico de natureza social, cultural e mesmo psicológica, que tem como organismo nuclear a Corte<sup>260</sup>: “Le faste – escreve Jean Starobinski – n’est pas seulement le signe de la souveraineté: il est l’expression d’un pouvoir qui se matérialise sous les espèces sensibles, et qui est capable de renouveler sans cesse les dehors sous lesquels il se manifeste”<sup>261</sup>.

Este conjunto de ideias não deixaria, aliás, de fazer sentir a sua influência ainda em tempo de D. Pedro II, que retoma, por ocasião do seu segundo consórcio, a tradição das grandes entradas régias filipinas, interrompida desde a Restauração<sup>262</sup>. Trata-se, contudo, de ocasiões essencialmente esporádicas de extroversão, sem correspondência possível num quotidiano cortês marcado ainda pela característica austeridade seiscentista e limitado nas suas manifestações pelos condicionalismos políticos e económicos que marcam as últimas décadas da centúria. Terá, pois, de aguardar-se

pelo reinado seguinte para que, sob a égide de um monarca especialmente vocacionado para assumir a direcção do grande espectáculo do poder, o País assista à consagração, ao próprio nível da ideologia do Estado, desse conceito eminentemente cénico de política.

Com efeito, logo nos seus primeiros actos de soberano, o jovem D. João V evidencia uma personalidade forte, teatral e faustosa, imbuída da vontade expressa de fazer realçar o esplendor do seu trono pelo reforço do cerimonial áulico que o rodeia. O desusado brilho com que se celebra o ritual simbólico da aclamação<sup>263</sup> constituiria, na verdade, um primeiro sintoma desse processo que, nos anos seguintes e em obediência à firme determinação que norteava já a política externa de seu pai de equiparar a Corte de Lisboa às suas congéneres europeias, conheceria um desenvolvimento sistemático, que passaria, necessariamente, por uma completa renovação da imagem pública do soberano e dos que o rodeavam. É neste contexto que se afirma, como elemento fundamental dessa metamorfose que se pretende realizar na visualização do poder monárquico, aquilo a que D. Luís da Cunha chamaria a “primeira Droga, que França nos manda, que he a Moda”<sup>264</sup>.

De facto, sob o seu impacto, a Corte portuguesa abandona os velhos trajes peninsulares e, com eles, procura-se que abandone também hábitos e comportamentos que lhes andariam associados e que contrastavam tão profundamente com essa sociabilidade refinada e galante que deveria estabelecer-se em torno do monarca. Esta alteração radical que se exerce sobre uma estrutura caracterizada pelo seu conservadorismo e pela rígida ordenação das suas práticas representativas assume, todavia, pelo próprio ritmo com que se processa, o carácter de uma verdadeira revolução que, em última análise, justifica que o soberano assuma pessoalmente a sua direcção, utilizando nesse sentido os mecanismos diplomáticos que o Estado coloca ao seu dispor.

Com efeito, ainda não decorrera um mês sobre a aclamação e já José da Cunha Brochado iniciava em Paris a encomenda de peças de vestuário com destino ao guarda-roupa do monarca, utilizando para esse fim os bons ofícios de D. Luís da Cunha, a quem se recomendava o maior segredo no desempenho da sua missão<sup>265</sup>. Depois e ao longo de todo o reinado, sucedem-se, em ritmo vertiginoso e sempre no mesmo ambiente de sigilo, pedidos da mais variada ordem, numa gama vastíssima, que pode ir do simples artigo de moda ao esclarecimento pormenorizado das minúcias da organização curial francesa. Graças à energia desenvolvida por agentes como Francisco Mendes de Góis, numa actividade incrível que chegaria quase a incluir episódios de autêntica espionagem, tem lugar a elaboração em Lisboa de um verdadeiro arquivo de informações que constituirá a base para a reforma empreendida<sup>266</sup>.

Trata-se, evidentemente, de um trabalho imenso, no qual se consumiria boa parte do reinado sem que, de resto, os reais esforços se vissem sempre compensados. No que directamente respeita à pessoa do monarca, contudo, a metamorfose opera-se de imediato e os resultados – podemos verificá-lo –, não ficarão aquém da expectativa. Os forasteiros que com ele contactam, convertem-se em veículos de uma imagem que já só tem a ganhar com o confronto: “Ce Prince est d’une taille au dessus de la mediocre, & fort bien fait; il a le visage beau, quoiqu’un peu plombé, & l’air très majestueux; il est habillé à la Française, il fait venir de Paris ses habits qui sont superbes”<sup>267</sup>. Corroborada por quantos estrangeiros têm oportunidade de o observar<sup>268</sup>, é ainda esta ideia que Merveilleux transmite, quando regista nas suas *Memórias* que “Sua Majestade deve ter mais vestuários no seu guarda-roupa que têm todos os mercadores de Lisboa, juntos, nas suas lojas. Seguramente é o mais rico guarda-roupa do universo”<sup>269</sup>.

Esta impressão de magnificência sem limites que o soberano produz nos que o observam e que transmite a tudo o que o rodeia não pode, todavia, limitar-se ao pequeno círculo em que a régia personagem se desloca e se torna sensível pela presença física. Deve, pelo contrário, propagar-se de imediato, não apenas ao conjunto dos seus estados, mas ao universo inteiro, onde se situa, igualmente, uma parte significativa das suas ambições políticas. É neste processo que intervém o mecanismo da lisonja, sob a modalidade literária do panegírico<sup>270</sup>, veiculando uma representação sublimada e centrípeta da realeza, cara à concepção barroca do poder e que chega a traduzir-se por vezes na consagrada metáfora do *Rei-Sol*<sup>271</sup>.

Cabe, porém, ao retrato, uma responsabilidade inalienável na fixação, como na divulgação dessa imagem, em sectores sociais ainda mais vastos do que os abrangidos pelos escritos laudatórios dos panegiristas. Sobre tudo, porém, compete-lhe fornecer a tradução visual e mesmo táctil de um poder, cuja força verdadeiramente se presente apenas no momento em que se torna sensível. Por isso o retrato barroco se concebe como uma fachada, ou como um palco, onde é sempre implícita a presença do espectador. No seu interior tem lugar, graças ao efeito mágico do cenário, a transposição da personagem retratada do nível individual ao alegórico, movimentando-se com à vontade num ambiente heróico, composto de panejamentos, balaustradas, colunas e dos atributos que o distinguem e que ajudam a representá-lo, talvez não exactamente como é, mas como deveria ser ou, mesmo, como acredita ser<sup>272</sup>.

Não admira, pois, que o retrato régio tenha conhecido uma significativa expansão como género artístico no tempo de D. João V, preocupado em dotar a Monarquia portuguesa com uma imagem à altura das suas ambições,

ao mesmo tempo que o incremento do papel mecenático da Coroa favorecia a integração da imagética entre os mecanismos da liturgia sacralizadora do poder. Representações do *Magnânimo* elaboradas numa linguagem enfática, análoga à que se utiliza na literatura áulica, circulam avulsas em grande número, por intermédio da gravura, ou ornamentam os frontispícios de obras que aspiram ao patrocínio régio. Os elementos da composição esforçam-se por realçar a dignidade da pessoa real, quer pelo recurso às insígnias da sua soberania, quer mesmo, no emaranhado do discurso alegórico, a personificações de virtudes, deuses do antigo Olimpo, ou contíngentes que simbolizam a vassalagem das quatro partes do mundo<sup>273</sup>.

Um outro tipo de representação da realeza que visa, igualmente, fins propagandísticos, é o que diz respeito à eternização – através da gravura, ainda –, de momentos particularmente festivos do reinado, como fogos-de-artifício, cortejos reais, casamentos, baptizados, etc. e que terão, possivelmente, no *Lançamento ao mar da nau Lampadosa*, por Quillard (1727) e em *D. João V na cerimónia do lava-pés*, por Debrie (1731), os seus mais conhecidos exemplos<sup>274</sup>. Compete, todavia, ao retrato de Corte um papel fundamental na elaboração desse paradigma oficial de imagem que o absolutismo deseja construir. De um modo geral, retomam-se atitudes e fórmulas já internacionalmente consagradas, que procuram, de acordo com a sua própria lógica, enquadrar a real efígie nos padrões europeus de representação monárquica. Para esse fim, utilizar-se-ão essencialmente os serviços de artistas estrangeiros, atraídos pela fama das encomendas régias ou, mesmo, especialmente contratados e, em todo o caso, familiarizados sempre com os modelos que se tem em vista reproduzir<sup>275</sup>.

Em violento contraste com a figuração austera que caracteriza a retratística dos seus antecessores, a personalidade faustosa do *Magnânimo* fixar-se-ia, assim, em composições de efeito progressivamente grandioso, num *crescendo* que pode variar entre representações ainda contidas, como a que Duprá deixaria na Biblioteca da Universidade de Coimbra, ou arrebatadas, como a versão que, já nos fins do reinado, Giusti eterniza no mármore do seu busto oferecido à Livraria das Necessidades e hoje no Palácio de Mafra. É certo que a historiografia da arte tem frequentemente sublinhado uma certa penúria deste género pictórico, surpreendente se tivermos em conta a importância de que se revestia enquanto privilegiado veículo da retórica do poder<sup>276</sup>. Contudo, mais, talvez, do que qualquer outro, pela fragilidade do material, ressentir-se-á este aspecto da política artística do monarca das consequências da grande catástrofe de 1755 que, com a destruição do Paço da Ribeira, subtrairia aos investigadores uma parte tão significativa do espólio acumulado em quase meio século de activo mecenato. O que não pereceu no terramoto, desapareceria mais tarde,

no incêndio da Barraca Real, ou partiria para o Brasil com D. João VI e é, deste modo, sobre um universo pouco representativo, constituído por obras albergadas em edifícios periféricos, que se tem baseado a análise, por isso sempre parcial, da pintura áulica joanina.

Todavia, a exibição do poder apenas adquire verdadeiro impacto quando se manifesta fisicamente no próprio meio em que decorre a existência quotidiana da sociedade a que se destina. Isto é, quando, sob a aparência carismática da *feira*, leva a comunidade a participar por instantes da aura de magia que o envolve, ao mesmo tempo que, por contraste, aprofunda ainda mais o fosso que os separa, única forma, aliás, de manter intacto o seu prestígio. É a teoria deslumbrante dos cortejos reais ou das entradas públicas de personalidades régias, de prelados ou de embaixadores. Todavia, não será necessário repeti-lo, a *feira* é, para o Portugal setecentista, antes do mais, a *feira* litúrgica e religiosa. Não admira, pois, que esta se converta num dos sectores onde a actividade normalizadora do Estado mais se faz sentir, de molde a enquadrá-la entre os mecanismos cénicos de que se constrói o seu espectáculo.

Com efeito, já em 1632 Frei António Brandão referia que Lisboa era afamada pelo esplendor com que celebrava as cerimónias do culto, gastando-se anualmente, só em aromas e cheiros, para cima de vinte mil cruzados<sup>277</sup>. Com o século XVIII, como sabemos, não diminui a importância do factor religioso e, ainda na segunda metade da centúria, Baretti constatava “quanto os portugueses são descomedidos em enriquecer as igrejas”<sup>278</sup>. Trata-se, na verdade, de um verdadeiro traço cultural, que os estrangeiros não esquecem de registar, mas que não passaria igualmente despercebido à estratégia do poder. O calendário eclesiástico oferecia, efectivamente, numerosíssimas oportunidades de exibição ao fausto monárquico, que não hesitaria em aproveitá-las. É o que Merveilleux refere quando afirma: “Capricha o rei em fazer brilhar a sua grandeza em tudo o que respeita à Igreja e ao culto exterior da religião”<sup>279</sup> e é assim, nesse contexto, que deve inscrever-se o patrocínio régio às numerosas canonizações que se festejam em Lisboa no decurso do reinado<sup>280</sup> e de cuja glória a realeza inequivocamente se apropria, sob o olhar fascinado da sociedade barroca a que se dirige.

Todavia, e como não poderia deixar de ser, o momento culminante da visualização do poder na sua vertente religiosa seria, fundamentalmente, a procissão. Não, evidentemente, na sua globalidade, o que se tornaria impraticável numa Lisboa quase diariamente percorrida por manifestações desta natureza, mas uma em especial, aquela que, pela antiguidade e pela importância da devoção a que se ligava, era, para a comunidade dos

católicos, verdadeiramente, a Procissão: a festa do *Corpus Christi* que, pelo relevo que adquire no quadro das práticas imagéticas do Estado, se torna objecto, não apenas de uma minuciosa regulamentação<sup>281</sup>, como da criação *ad hoc* de um cenário magnificante destinado a realçar o brilho da espectacular função: a fabulosa colunata, encomendada pelo Rei a Ludovice em 1719, ano em que, pela primeira vez, a procissão inicia o seu percurso a partir da Capela Real, erigida já em Sé Metropolitana e Patriarcal<sup>282</sup>.

Com efeito, a partir desse momento, a procissão do Corpo de Deus converte-se num pretexto sem paralelo para a exibição periódica do grande espectáculo do poder. Num ambiente quase incrível de esplendor e magnificência – que levaria mesmo os estrangeiros a afirmar que “La Procession de la Fête-Dieu, se fait depuis quelques années, avec une pompe & une solemnité qui surpasse, je crois, tout ce qui se pratique dans les autres endroits de la Chrétienté”<sup>283</sup> –, desfilam o Rei, a Corte, as Ordens militares e religiosas, todas as corporações do Estado, o País inteiro, enfim, organizado em torno de um princípio único e disciplinador, que se converte num instrumento de domínio. Por isso a vigilância real se faz sentir de forma tão apertada em torno desta manifestação da vida religiosa; por isso, ainda, ela se afirma como um novo foco de resistência. Sabemos, na verdade, que em 1731 o monarca se vê forçado a repreender os seus criados para que compareçam com as suas capas da irmandade do Senhor<sup>284</sup>; mas é, sem dúvida, a recusa dos Jesuítas de integrarem a procissão do *Corpus* em 1726 e a ameaça de expulsão com que (pela primeira vez) se vêem confrontados<sup>285</sup>, que dá a medida exacta do seu alto valor simbólico e representativo.

Uma parte extremamente significativa da exibição da grandeza régia seria, contudo, canalizada além-fronteiras, em apoio dos desígnios de prestígio que norteavam o monarca. Como dizia Alfredo Pimenta, “estávamos na época do fausto versalhense, dos congressos diplomáticos e das grandes despesas do Estado”<sup>286</sup> e o mundo inteiro, quase esquecido da existência do pequeno Reino lusitano, despertaria agora subitamente, perplexo, ao som estridente dos clarins da fama. Era como que um regresso aos tempos saudosos de D. Manuel. De novo “o brilho das embaixadas e o talento dos embaixadores correm paralelos”<sup>287</sup>.

É um facto que a diplomacia joanina nasce realmente após o Tratado de Utreque. Apenas então se desenhariam com clareza as grandes coordenadas da política externa portuguesa da primeira metade do século XVIII, de pacifismo e neutralidade internacional. Bem mais antiga, contudo, era, vimo-lo já, a ambição de ombrear em dignidade e prestígio com as principais cortes da Europa católica, como forma de reconhecimento da plena

independência do País. Este velho desejo, timidamente esboçado ainda em tempo de D. Pedro II, sistematiza-se e adquire a sua máxima expressão com o advento do *Magnânimo*, sob a forma de uma autêntica política de espectáculo utilizada como afirmação grandiosa de soberania e instrumento de negociação. Deste ponto de vista, a diplomacia joanina nasceria, realmente, com o reinado, reflectindo desde o início e apesar da conjuntura hostil que caracteriza os anos da guerra (ou talvez por isso mesmo), a marca faustosa e determinada da personalidade do monarca: “já el-rei D. João V”, escreve Vilhena Barbosa, “no verdor dos annos e novel no throno, dispendia tão largamente em todas as ostentações da realeza, como se tivera os seus cofres repletos de oiro e satisfeitas as necessidades publicas”<sup>288</sup>.

Com efeito, a nova imagem externa da Monarquia teria uma primeira oportunidade de se dar a conhecer logo em 1708 com o casamento real, negociado em plena Guerra da Sucessão. A embaixada do conde de Vilar Maior a Viena, destinada a pedir a mão das arquiduquesas Mariana e Madalena para o jovem D. João V e seu irmão D. Francisco, constitui pretexto para uma tal exibição de pompa e magnificência, que a Corte imperial, quebrando o protocolo, não resiste a presenciar o espectáculo das janelas do palácio<sup>289</sup>. A partir de então e com regularidade impressionante, sucedem-se as manifestações feéricas da liberalidade régia: poucos anos volvidos, em 1713 e 1714, é o conde de Tarouca que celebra em Utreque, com deslumbrantes festas, os nascimentos dos príncipes D. Pedro e D. José<sup>290</sup>; em 1715 é a vez de o conde da Ribeira Grande fazer a sua entrada pública na Corte de Paris, em termos que eliminassem quaisquer hipóteses de competição por parte das outras coroas<sup>291</sup>; em 1716 é o marquês de Fontes que se dirige à Cidade dos Papas, “onde fez huma tão magnifica, e pomposa entrada, que a não vio mayor Roma, de sorte, que o seu generoso espirito impossibilitou aos mais Ministros das outras Cortes a fazerem entrada publica, porque depois da sua, não tem havido outra em Roma”<sup>292</sup>; em 1718, o espectáculo das embaixadas regressa à Cidade Eterna, com a entrada de André de Melo e Castro, conde das Galveias<sup>293</sup>; em 1727 é a vez de Madrid onde, novamente, cabe ao marquês de Fontes (convertido agora em marquês de Abrantes) a honra de representar o seu soberano nas negociações que precedem a *troca das princesas*<sup>294</sup>; finalmente, é Pequim que assiste também ao grandioso cortejo de D. Alexandre Metelo de Sousa e Meneses, que para esse efeito se desloca à China entre 1725 e 1728<sup>295</sup>. A diplomacia joanina aposta, assim, na força persuasiva da imagem. Como ironizava José da Cunha Brochado, “Este vicio hé m<sup>to</sup>. da nossa naçam, q. ordinariam.<sup>te</sup> conta as virtudes dos Embaxadores pellas suas carroças”<sup>296</sup>. Ele mesmo não deixava, contudo, de reconhecer a importância de que, para a sensibilidade barroca, se revestia o cerimonial que rodeava os actos públicos

quando, não menos irónico, afirmava que “só no terreiro do Paço, e na Sala dos Tudescos sabemos pleitear precedências, e prerogativas de honra”<sup>297</sup>.

Seria, não obstante, o duplo consórcio entre os Príncipes do Brasil e das Astúrias e as Infantas Maria Bárbara de Bragança e Mariana Vitória de Bourbon que, em 1729, daria lugar a um dos mais impressionantes momentos de visualização do fausto joanino, num espectáculo sem precedentes de rivalidade e emulação entre duas cortes que coincidem no mesmo local<sup>298</sup>. Na verdade, a imagem forte que o Estado pretende transmitir, parece depender em larga medida da extensão dos seus recursos económicos e da ostentação que deles puder fazer. Define-se, assim, um verdadeiro estilo de actuação que caracteriza o comportamento dos representantes do Rei de Portugal, marcado pela exibição de uma magnificência quase sem limites e de uma não menos ampla liberalidade no que respeita à distribuição de dádivas, que parecem jorrar em fluxo ininterrupto do interior da cornucópia brasileira. Por onde quer que passem, deixam atrás de si um rasto de riqueza espalhada com mãos cheias, como quem dá do que lhe sobeja.

Não é, de facto, apenas o conde da Ribeira Grande que deslumbra os parisienses atirando do fundo da carruagem moedas de ouro e prata cunhadas com a efígie do soberano<sup>299</sup>; em Roma, os cardeais D. Nuno da Cunha e D. José Pereira de Lacerda que, a pretexto do conclave, tinham partido de Lisboa em 1721, impressionam igualmente com a incessante generosidade que patenteiam. Cumpririam apenas, parece, as instruções do monarca que lhes ordenara “que dessem muito ouro a esses cafres dos italianos e que, quando não tivessem a quem o dar, o atirassem ao Tibre, para que se eternisasse o seu nome”<sup>300</sup>. Do mesmo modo, quando, em 1730, a Princesa das Astúrias participa o boato que corria na Corte de Madrid de que os cofres do Estado se encontravam exaustos, o Rei envia-lhe de presente barras de ouro no valor de 60 000 cruzados, com a recomendação expressa de as mostrar<sup>301</sup>. Fosse, contudo, porque o erário se começasse a ressentir, ou porque este entusiasmo com que se gastava em nome do *Magnânimo* não deixasse de ser objecto de controlo, o Padre Carbone escrevia, respectivamente em 1739 e 1743, para Roma, ao comendador Sampaio: “Algum dia se julgava lezonja de S. Mag.<sup>de</sup> o dispender m.<sup>to</sup>; agora a mayor lezonja será o gastar pouco. Isto que digo não he minha ideya, o tenho ouvido em varias occasiões ao mesmo S.<sup>or</sup>”. “V. S. tem hum conceito muy errado (como o tem fora quazi todos) da riqueza do erario desta coroa: e eu estimo que assim se suponha, porque este conceito a faz mais respeitavel; porem eu tenho noticia certa e evidente do contrario”. “Deve VM.<sup>ce</sup> evitar toda a superfluidade (...) procurando poupar em tudo, porque assim o tem declarado S. M.<sup>de</sup>, que reserva so para sy as liberalidades, e generosidades de Principe”<sup>302</sup>.



## A “INVENÇÃO” DA CORTE

É, porém, a Corte o núcleo gerador e, simultaneamente, dinamizador da imagem do poder. Com efeito, nos séculos XVII e XVIII, a Corte reveste-se para a maior parte dos países europeus de um indiscutível carácter representativo e central: a *Corte* e, com ela, a *sociedade de Corte*, constituem inegavelmente a grande referência colectiva<sup>303</sup>. E esse espaço, naturalmente restrito, converte-se a breve trecho no pólo de atracção e fascínio da sociedade inteira, do mesmo modo que a condição de cortesão se tornará geralmente invejada pelo facto de constituir como que um espelho que reflecte a luz intensa do poder e um ideal a que apenas uma minoria pode ter acesso<sup>304</sup>. Por seu turno e na perspectiva contrária, o mundo inteiro parece surgir aos olhos do monarca como se se tratasse de uma Corte alargada, como algo que seria possível governar à maneira de uma Corte<sup>305</sup>.

Mas a Corte é, sobretudo, um imprescindível instrumento político, numa época em que o Estado se encontra ainda bem mal assistido de aparelhos de dominação. Funciona como um arquétipo da engrenagem social que se reproduz a um nível superior: aqui, os nobres, que em suas casas relegam os servidores para as antecâmaras, desempenham as funções de criados, aguardando, por seu turno, um sinal do seu senhor, o Rei<sup>306</sup>. Por isso escrevia o duque de Saint-Simon nas suas *Memórias*: “La cour fut un autre manège de la politique du despotisme”<sup>307</sup>. Por isso, ainda, ela se desenvolve, desde o Renascimento, a par e passo do absolutismo régio, alcançando, como ele, nos séculos XVII e XVIII a sua máxima expressão<sup>308</sup>.

Em torno do poder, a Corte constitui uma espécie de microcosmos que potencia o próprio macrocosmos social e no interior do qual o luxo, o fausto, a ostentação, agem como formas de auto-afirmação<sup>309</sup>, no sentido de que constituem elementos indissociáveis dessa festa que enforma o quotidiano cortês e que fornece a uma comunidade estanke o meio de se apresentar sob uma forma idealizada<sup>310</sup>. De resto, no momento em que decresce a sua importância política e, com ela, o poder de que efectivamente dispõe, a aristocracia encontrará na etiqueta – na *etiqueta de Corte* –, a única possibilidade de manter intacto o seu prestígio e de salvaguardar as distâncias que a separam dos outros grupos sociais.

Deste ponto de vista, pois, a Corte constituirá, *cronologicamente*, a última etapa da sociedade de ordens. Os seus mecanismos sublinham e tornam evidente a estratificação e as hierarquias, de forma, contudo, essencialmente simbólica e não violenta<sup>311</sup>. Todavia, se para o cortesão ela se afigura como um meio de sobrevivência, converte-se para o Rei num instrumento de dominação que o isola e progressivamente envolve numa aura de veneração e sacralidade que se revela um factor inegável de reforço (real e psicológico) da sua autoridade<sup>312</sup>. É este notável valor representativo do sistema curial que John Colbatch reconhecia já quando afirmava: “pour bien entendre les affaires d’une Nation, il est absolument nécessaire d’avoir quelque connoissance de la Cour”; e, mais adiante: “La Cour (...) étant au Corps politique ce que l’Ame est au Corps naturel, à tous les membres duquel elle communique la vie & le mouvement”<sup>313</sup>.

Não é tarefa fácil evocar o ambiente, os mecanismos, a psicologia da Corte portuguesa do *Ancien Régime*. Como em quase tudo, carecemos de estudos sérios e sistemáticos e as fontes de que o historiador dispõe revelam-se escassas e, com frequência, de um exasperante laconismo. Já Pinhoiro Chagas, na sua análise mordaz da sociedade setecentista, lamentava: “Oh! se um Saint-Simon portuguez tivesse perscrutado os mysterios d’essa côrte beata!”...<sup>314</sup>. Não obstante, é pelo menos possível, se não proceder a uma reconstituição, ao menos realizar uma sondagem que permita detectar em que medida o reforço a que se assiste da autoridade central utiliza em seu benefício as potencialidades cénicas e disciplinares fornecidas pelo aparelho curial e quais as particularidades de que se reveste esse processo.

Os condicionalismos que rodearam a Restauração de 1640 não eram, evidentemente, propícios à formação de uma Corte brilhante e numerosa. A aclamação de D. João IV não provoca, como é sabido, reacções uníssonas em todos os sectores da vida social portuguesa e os interesses em Espanha, o receio da repressão, as dúvidas sobre o sucesso do movimento restaurador, fazem com que muitos se resolvam a passar a fronteira enquanto outros, que se encontravam no País vizinho, se vão deixando ficar prudentemente<sup>315</sup>. Entre os que desde a primeira hora apoiaram o restabelecimento da Monarquia portuguesa encontram-se numerosos elementos de todos os estados sociais, mas relativamente poucos representantes dos estratos mais elevados; no seio da nobreza, os apoiantes do Duque de Bragança recrutam-se essencialmente entre os militares e, sobretudo, os jovens<sup>316</sup>. Ocupado numa luta tenaz pela sobrevivência, onde concentra todos os esforços políticos, financeiros, militares, diplomáticos e intelectuais, o Estado não dispõe de oportunidade nem de meios para pôr em prática uma política de prestígio que convertesse a Corte lisboeta no centro de atracção, mundano

e festivo, de uma sociedade alegre e despreocupada, que fizesse do ócio uma ocupação.

Discreta e taciturna, a Corte é simplesmente a Casa do Rei e da Rainha, habitada pelos seus directos servidores e procurada apenas por aqueles que os negócios complicados da política obrigam a frequentar-lhe as antecâmaras. É, além disso, cenário frequente de intrigas, conjuras e golpes palacianos que darão o tom à vida política portuguesa até aos finais da década de 60. As grandes festas do Portugal Restaurado serão poucas e destinam-se a marcar acontecimentos de especial importância: o casamento da Infanta D. Catarina com Carlos II de Inglaterra em 1662 e, sobretudo, o de D. Afonso VI com D. Maria Francisca Isabel de Sabóia-Nemours em 1666. São as únicas ocasiões em que Lisboa se anima verdadeiramente, com o Tejo juncado de gôndolas e barcos repletos de músicos e o cortejo real, agora em coches e liteiras, desfilando nas ruas ornamentadas da cidade<sup>317</sup>.

Evidentemente que, mesmo numa conjuntura pouco favorável e marcada pela presença omnívota da Inquisição, não deixam de surgir ocasiões de contacto e de convívio heterossexual, que introduzem alguma cor num quadro caracteristicamente sombrio e uniforme. O próprio D. Francisco Manuel de Melo, ao descrever uma saída da Rainha, menciona o costume de os coches em que seguiam as damas se fazerem acompanhar às ilhargas de cavaleiros que publicamente as cortejavam e que designa como os “galantes que as servem”<sup>318</sup>. Mas tem o cuidado de informar que, de todos os paços de príncipes que conhece, “o mais composto e reformado” foi sempre o dos monarcas portugueses. Quanto à Rainha, é “huma das mais recolhidas e caseiras Princesas do mundo. Raras vezes deixa o seu Paço, e essas só a visitar os templos e quem os habita”<sup>319</sup>.

Parece, contudo, adivinhar-se que esta austeridade nem sempre fora regra no viver cortês. Recorda os passeios despreocupados de D. Catarina de Áustria, aceitando pão das vendedeiras da Ribeira a quem tratava familiarmente pelos nomes e comenta: “Antigamente tinha maior alçada esta lecença. Havia danças e tal vez convites. Eram celebradíssimos os saraus e festins que se exercitavam entre Damas e galantes em bodas e nascimentos dos Príncipes, vindas de Embaixadores ou hóspedes semelhantes. Agora esta muito sincopada a galantaria”. Todavia, prudentemente, conclui: “Tudo isso então parecia muito bem; mas, se se fizesse agora, seria estranho à política deste tempo, que, suposto que em nossos Príncipes não mudasse a humanidade, foi conveniente mudar o costume”<sup>320</sup>.

A Corte de 1640 parece, assim, diferir substancialmente da de 1580. O cerimonial é regulado por normas severas e solenes, mas não comporta ostentações extravagantes que os tempos não permitem. Sessenta anos de

interregno tinham criado um hiato que não era fácil recuperar e contribuído, simultaneamente, para sedimentar modos e práticas de origem castelhana veiculados pelos vice-reis<sup>321</sup>. Mas seria importante verificar até que ponto o modelo espanhol continuaria a ser seguido em Portugal quando os Braganças transportam para Lisboa, reformando-a, a corte ducal de Vila Viçosa. Que essa seria, até certo ponto, a realidade, é o que pode deduzir-se da persistência de organismos áulicos como os sumilheres da cortina<sup>322</sup> ou a guarda alemã, chamada *dos Tudescos*, instituída por Filipe II quando nomeou governador do Reino o cardeal-arquiduque Alberto<sup>323</sup>. E similitudes reconheceria ainda Alvarez de Colmenar quando relata: “Cette gravité Espagnole paroît principalement dans les Rois. On rapporte de Philippe IV, Roi d’Espagne, & de Jean IV, Roi de Portugal, que quand ils donnoient audience, on ne leur voyoit aucun mouvement de corps, aucun changement de visage; quelque réponse qu’ils fissent, c’étoit toujours d’un air égal”<sup>324</sup>.

Estamos, de facto, ainda longe do modelo extrovertido que a França fará impor como paradigma algumas décadas mais tarde. Por ora, é preciso não esquecer-lo, a Espanha constituía o padrão da moda e da elegância masculina e feminina, num tempo em que falar espanhol é mesmo sinónimo de distinção e de cultura<sup>325</sup>. Na segunda metade do século XVII e apesar da magnitude dos conflitos, a Península é ainda uma realidade cultural homogénea e, enredado na teia complicada da sua política, Portugal permanece ligado por vínculos invisíveis à austera e *católica* Espanha, que se lhe afiguram, aliás, o único meio de sobreviver. A Corte portuguesa parece, pois, ressentir a influência da castelhana, que Carlos V organizara desde 1548 segundo o esquema borgonhês e onde o protocolo e a etiqueta se distinguíam pela sua incrível rigidez, nascida da vontade de impor em torno do monarca uma disciplina e um decoro que realçassem a essência sacral da realeza<sup>326</sup>. De resto, é nessa organização fortemente regrada, onde o *muito público* e o *muito privado* se confrontam de modo surpreendente, que o próprio Luís XIV (tão intimamente ligado à Casa de Áustria) encontrará a fonte de inspiração para o seu *chef d’œuvre* de Versailles<sup>327</sup>.

Mas que as virtualidades políticas do organismo cortesão não terão passado despercebidas ao *Restaurador*, na sua ambição de reforçar um poder ainda mal firmado, é o que claramente se deduz das palavras de D. Luís da Cunha, quando refere que D. João IV dava instruções “para que nenhum dos Officiaes da sua Casa faltasse á sua obrigação, no que era tão rigido, que, querendo servir-se de hum, e não o achando, se lhe respondeo que fôra chamado á Misericordia; pelo que mandou logo dizer á Meza daquella Santa Casa que não fizessem algum Irmão della, que fosse Criado da Sua. E quando sahia do Despacho costumava passar pela Galeria, tomando

conhecimento dos Fidalgos que lhe faltavam em lhe fazerem Côrte; e se algum não tinha apparecido hum, ou mais dias, lhe perguntava, quando o via, se estivera incommodado. Isto tudo”, prosseguia o velho diplomata, “concilia amor, e juntamente respeito”<sup>328</sup>.

Os anos que se seguem à morte de D. João IV não seriam, todavia, propícios ao fortalecimento de uma estrutura áulica que realçasse o esplendor do trono. As peripécias da política, os hábitos desregrados do novo monarca, D. Afonso VI, o golpe palaciano que constrange a Rainha-Mãe a abandonar a Corte e a encerrar-se na clausura monástica, o escandaloso processo de divórcio que envolve o régio casal, o novo golpe, enfim, que põe termo ao reinado, encham de sobressaltos o Paço da Ribeira, interrompendo quase a tradição cortês. Com a restauração da ordem retoma-se, lentamente, a vida palaciana. Mas as condições pouco regulares em que se tinha efectuado o consórcio do Príncipe Regente e da Rainha Maria Francisca Isabel recomendariam decerto uma política discreta e moderada de conciliação. Após o seu segundo matrimónio, a soberana, “tanto, que entendeu, dava nisso gosto ao Principe seu esposo”, abandona mesmo o traje francês e adopta o nacional, fazendo questão de conservar “no Paço os antigos costumes, sem que se alterasse a authoridade, e respeito no serviço, sendo ella o principal instrumento, para que se guardasse a formalidade, e eticheta Portugueza em todo o seu vigor”<sup>329</sup>.

Não obstante, algumas alterações se iam verificando. Por esses anos, a fama do *Rei-Sol* enchia já a Europa inteira e, tímida embora, não deixa de detectar-se uma certa abertura a formas de comportamento de origem extrapeninsular, com que fatalmente se quebraria a característica unidade cultural do País e a tonalidade predominantemente hispânica que a enformava. Por essa época, começa a tomar corpo nos círculos cortesãos, até por razões de ordem política, uma corrente de opinião de tendência francófila, que encontraria, de resto, na soberana – considerada já verdadeiro instrumento de Luís XIV<sup>330</sup> – e nas damas e oficiais que a tinham acompanhado, o seu principal apoio<sup>331</sup>. São, uma vez mais, os *estrangeirados*. Seduzidos por uma realidade conhecida no decurso de missões diplomáticas ou simplesmente admirada de longe, mas da qual procuravam aproximar-se até pela via matrimonial<sup>332</sup>, tentam, sob o seu impacte, introduzir mudanças na estrutura nacional. Podemos conhecê-los, ao menos alguns, fixados nos relatos dos viajantes em traços, de resto, não especialmente benévolos: o conde de Vale de Reis, “décrepite, qui a la mine d’avoir été a son tems bien cérémonieux, innoçamment passionné par la France”; o da Ericeira, “bel esprit, fort lû, et d’une agréable conversation, mais aveugle et maladif, ayan tout autre chose en tête que le bien du Royaume, et enfim pensionnaire

de la France”; o de Alvor, “affectionné à la France, par l’engagement d’y avoir été envoyé”; o duque de Cadaval, enfim, “amy de France par sa femme”<sup>333</sup>.

Sabemos, com efeito, que D. Pedro II introduz o costume de dar a mão direita às Rainhas suas esposas<sup>334</sup> e, após o seu segundo consórcio e por influência da nova soberana, D. Maria Sofia Isabel de Neuburgo, adopta-se na Corte, em definitivo, a moda francesa<sup>335</sup>. O casamento real tinha, aliás, constituído pretexto para a realização de sumptuosas festas<sup>336</sup> e, de certo modo, assiste-se agora a um reforço do aparato áulico nos momentos mais significativos do reinado<sup>337</sup>, em função do qual, em 1676, Charles Dellon afirmaria mesmo que o então Regente se rodeava de uma grande Corte<sup>338</sup>. Mas é, sem dúvida, uma opinião pouco perspicaz e tudo leva a crer que, fora das ocasiões solenes, a vida do Paço se caracterizava antes pela simplicidade e pela monotonia quase inalterável do quotidiano, de resto mais conforme com o temperamento sombrio do monarca, avesso a pompas, como o recordava o conde de Povolide<sup>339</sup>.

Outros factores, contudo, de natureza conjuntural, justificam o reduzido brilho da Corte lisboeta. Na verdade, a Restauração tivera desde logo por consequência um recrudescimento da importância política da aristocracia e da influência dos conselhos na actividade governativa. Com o tempo, porém, e especialmente após a morte de D. João IV, a luta contínua pelo poder entre os diversos sectores da classe dominante, levaria mesmo a uma sucessão de golpes e contragolpes, o último dos quais, de resto, que guindara ao trono o próprio D. Pedro, não se verificara sem o seu apoio expresso e a sua intervenção directa nos negócios do Estado<sup>340</sup>. Deste modo, devendo, afinal, a sua realeza à capacidade revelada por esse grupo social para fazer impor a sua vontade e impossibilitado de exercer sobre ele um controlo eficaz, não admira que o monarca encontrasse reduzido prazer na companhia dos grandes fidalgos, em relação aos quais, afirmaria Edgar Prestage, “suppose toujours quelque incommodité pour ne pas se montrer”. E prossegue: “Ce Prince n’aime point gens de qualité, leur présence lui est toujours à charge; quand il ne peut se dispenser de les voir, et qu’ils sont retirez, il marque en particulier la joye qu’il a d’être défait d’eux. Cela fait qu’ils sont peu attachez à Luy, et qu’il sont fort indépendants. Il passe sa vie avec des officiers subalternes da sa Maison”<sup>341</sup>.

Num contexto deste teor, caracterizado por uma evidente fragilidade do poder central, não se assistirá, pois, a qualquer tentativa de curialização – talvez mesmo contraproducente – e a vida palaciana parece caracterizar-se por uma clara supremacia do *privado* sobre o *público*. Era o que constava em 1697 o núncio apostólico mons. Cornaro, quando transmitia para Roma que o soberano era “assás difícil em se habituar com novos indivi-

*duos que se avizinhem do serviço interior da sua pessoa e lhe frequentem os aposentos familiares onde vive Sua Magestade com a liberdade do proprio genio, e conversa mais com gente de infimo estado, medindo com os mais fortes as suas forças portentosas, mais do seu agrado do que sugeitar-se á conversação dos cortezãos de primeira linha*”<sup>342</sup>. No fundo, era ainda a tradição ibérica de invisibilidade régia, acompanhada, aliás, uma vez transpostos os seus aposentos, da aparência austera que distinguira já seu pai: trajado geralmente de negro, em conformidade com a legislação sumptuária<sup>343</sup>, *“Ce Prince est naturellement fort sérieux et on ne le voit presque jamais rire, quoy qu’il fasse chose qui paroisse agréable*”<sup>344</sup>.

Em semelhante conjuntura, a organização cortês não poderia nunca distinguir-se pela sua complexidade ou pelo esplendor e refinamento das suas funções. E este facto não deixaria de ser notado pelos forasteiros que têm oportunidade de a conhecer. Quase na viragem da centúria, François de Tours registaria: *“A corte do rei não se pode dizer que seja magnificente. Não há guarda, apenas uma sentinela à porta, e as guardas reais são constituídas por artífices que só estão de serviço quando o rei os convoca para cortejos de cerimónia, o que raramente acontece porque muitas vezes o vi em carruagem puxada apenas por dois cavalos, acompanhado somente por um fidalgo e um lacaios*”<sup>345</sup>. Indo ainda mais longe, Prestage escrevia: *“Il n’aime point à se montrer en publicq, il ne tient aucune cour réglée. On ne le voit point à se habiller, et il mange toujours en particulier*”<sup>346</sup>.

Na verdade, mesmo certas práticas tradicionais, que constituíam momentos altos do ritual áulico no tempo de D. João IV, parecem ter caído em desuso. É o que se verifica com as refeições públicas, então frequentes e cuja importância D. Luís da Cunha reconhece quando afirma que o fundador da dinastia *“costumava comer em publico ao nosso modo com toda a Real Família, como faziam os Reis de Portugal seus gloriosos Predecessores, até que, por nossos peccados, os de Hespanha vierão introduzir em Portugal as suas etiquetas, fazendo-se quasi invisíveis, o que não concilia o amor dos Vassallos, que desejão vêr o Príncipe que os governa*”<sup>347</sup>. De facto, ao invés de seu pai, D. Pedro II comeria geralmente só e mesmo, a fazer fé em certos relatos<sup>348</sup>, sentado no estrado, de acordo com o antigo uso nacional. Quanto à Rainha, sua segunda esposa, dificilmente poderia esquivar-se à regra universal: *“d’abord elle paroissait aimer le vin et le jeu, mais le Roi le lui a reproché si souvent et avec si peu de ménagement, qu’elle est obligée de se passer de l’un et de l’autre; depuis quelques années, elle a pris le chemin de la dévotion, et pour s’amuser, passe une partie de son tems dans les Couvents*”<sup>349</sup>.

Efectivamente, a existência da soberana não dissentia do severo padrão instituído: *“d’une humeur fort bizarre – no dizer de Prestage –, personne*

n'a été longtemps bien auprès d'elle, et comme il n'y a point de cour réglée, ordinairement les dames se dispensent de la voir, hors des jours de cérémonie, (...) en sorte qu'elle vit très tristement"<sup>350</sup>. A vida no Paço seria, assim, marcada por uma quase surpreendente simplicidade de hábitos, que apenas em alguns, poucos, dias de grande gala, em que em torno dos monarcas se reunia a Corte e o corpo diplomático<sup>351</sup>, se alteravam. De resto, mesmo nessas circunstâncias, não seria talvez a magnificência a nota dominante. É, pelo menos, o que pode deduzir-se das *instruções* enviadas pelo governo francês em 1697 ao seu representante, o *sieur* Rouillé, quando refere que a apresentação de credenciais “se passe sans cérémonie, personne de la part de ce Prince ne conduit l'ambassadeur et les gardes seulement prennent les armes dans la salle”<sup>352</sup>.

O que parece, pois, poder verificar-se, é a sobrevivência longa de costumes ancestrais, quase sem evolução, num processo rápido de desajustamento em relação a uma realidade mutante e enquadrados por uma sociabilidade que reveste quase somente padrões religiosos. Uma hipotética oxigenação da vida da Corte, ligada ao séquito francês de D. Maria Francisca de Sabóia, teria, com toda a probabilidade, deparado com um terreno pouco favorável, em consequência do gravíssimo escândalo que rodeou os seus sucessivos matrimónios. Após a sua morte, o País afasta-se politicamente da órbita francesa e o segundo casamento aproximaria mesmo D. Pedro das potências católicas mais conservadoras, em cujos tronos se sentavam as três irmãs da nova Rainha: o Império, a Espanha, o Ducado de Parma<sup>353</sup>.

Não seria, pois, provável que a nova soberana, ou o círculo alemão que a rodeava, constituíssem factores de renovação. Oriunda de uma Corte já de si austera e rodeada de uma apertada e suspeitosa vigilância, a Rainha encontra na visita aos templos a única alternativa a uma existência confinada e pautada por regras de cariz monástico. No interior do Paço, nem mesmo a comédia castelhana penetra jamais e a nobreza vê-se constrangida a procurar fora os divertimentos, de resto escassos, a que ousa aspirar<sup>354</sup>. Na verdade, isolada também, a fidalguia portuguesa desconhece quase em absoluto mesmo os rudimentos da *cortesania*, como se deduz do episódio em que o filho do conde de Vilar Maior, embaixador extraordinário encarregado de conduzir D. Maria Sofia a Portugal, convidado a dançar pela Eletriz durante um baile no Palatinado, se pretende escusar alegando “o pouco uso que d'aquella arte havia em Portugal”<sup>355</sup>. Um último exemplo bastará, talvez, para dar uma ideia do arcaísmo de certas práticas vigentes ainda na Corte portuguesa a poucos anos do *século das Luzes*: após o funeral da soberana e em sinal de luto, D. Pedro II conserva-se um mês sem cortar a barba<sup>356</sup>.

Numa conjuntura desta natureza, em que a independência do sector nobiliárquico em face da Coroa se reflecte numa organização curial débil, sem brilho nem verdadeira expressão social e de carácter essencialmente administrativo e funcional, uma tarefa ingente aguardaria o *Magnânimo* na prossecução dos seus desígnios de grandeza e dignificação do poder real: a *invenção* da Corte.

De facto, com a ascensão de D. João V abre-se, de súbito, um capítulo novo na vida da Corte portuguesa e José Soares da Silva não tentava, sequer, ocultar o seu júbilo, quando narrava do seguinte modo os acontecimentos ocorridos nos primeiros dias do novo reinado: conforme estipulava a tradição, “os camaristas de seu Pay o Marquez de Alegrete, o de Marialua, e o c.<sup>de</sup> de Vianna forão logo a entregar cada hum a sua chaue dourada, mas Elrey lhes mandou continuar no seu exercicio, e da mesma sorte se ordenou aos Secretarios, q. prosseguissem na sua ocupação. Aos outros criados, q. ate aqui erão como se não forão, se lhes intimou ordem p.<sup>a</sup> uir cada hum exercer o seu ministerio e a sua obrigação, e ja este Paço parece o q. he, com a assistencia da corte”<sup>357</sup>.

Os tempos mudavam. Os anos imediatos, de 1707 e 1708, seriam ocupados na reorganização do sistema curial e em reformas decorativas no Paço com vista ao real consórcio que se aproximava e à chegada da nova Rainha, D. Mariana de Áustria. Aumenta o número dos áulicos e as cerimónias da Corte revestem-se agora de novo esplendor<sup>358</sup>. Mas é, sobretudo, na sequência do casamento real que o quotidiano cortês adquire uma repentina animação, convertendo-se a residência régia no pólo de atracção da aristocracia lisboeta que, relata ainda Soares da Silva, “depois da uinda da Rainha, continua na assistencia do Paço, com m.<sup>ta</sup> aceitação sua, e não menos diuertim.<sup>to</sup>, como nas cortes estrangr.<sup>as</sup>”<sup>359</sup>.

Retomam-se, então, antigas tradições, como as refeições públicas, abandonadas há mais de meio século, e o sector nobiliárquico prestigia-se de novo pelas suas funções junto dos monarcas, ao mesmo tempo que, a pouco e pouco, começa também a perder independência: “fez observar a Rainha o comer sempre com ElRey, e como tal, em mesa de estado, o q. ate aqui não houue desde a morte d’ElRey D. João o 4.<sup>o</sup>”<sup>360</sup>. Com finíssima ironia, José da Cunha Brochado descrevia assim a régia função: “A meza d’El Rey se cobre trez vezes, sendo o ultimo servisso todo de maçãs, em q. aquelles animaes mascarados tem pena de não verem nem serem vistos. Esta moda de servir parece q. hé nova, porq. não ouvi athé agora, q. os Princepes se servissem na sua meza de tropas encubertas... (...) Tambem vi q. El Rey espera m.<sup>to</sup> tempo q. lhe deem agoa ás mãos, e depois de sentado tambem espera bastante tempo, q. a meza se cubra, e isto mais parece

lizonja, q. dezatençam, porq. os criados de Sm.<sup>e</sup> ouvirão dizer, q. emq.<sup>to</sup> se espera na meza não se faz hum homem velho. No mesmo tempo se acordão estas dissonancias com a harmonia dos instrum.<sup>tos</sup>, e das vozes, q. se ouvem na antecamara da R.<sup>a</sup>, aonde frades R.<sup>dos</sup>, e clerigos sezudos cantão motetos m.<sup>to</sup> alegres, em q. as alcatifas são as prim.<sup>ras</sup> prejudicadas”<sup>361</sup>. Mas não havia dúvidas de que se enveredava por caminhos novos. O monarca apostava na renovação e o próprio Brochado, em finais de 1708, não deixaria de confessar: “Eu sigo a Corte de longe, louvo as suas maximas, e rogo a D.<sup>s</sup>, que tudo soceda á medida das Suas propoziçoens. Tudo continúa a ser magnifico, m.<sup>ta</sup> despeza, m.<sup>ta</sup> abertura, continua o concurso. Smg.<sup>e</sup> fez entender q. o queria, cuidase em q. haja jogo, e não falta q.<sup>m</sup> diga, q. assim se faz nas mais cortes”<sup>362</sup>.

Com efeito, no período que se segue, a Corte portuguesa parece querer acertar o passo pelo modelo europeu, assistindo-se em torno dos soberanos ao desenvolvimento de uma sociabilidade nova, em flagrante contraste com a realidade anterior. “Depois, que a Rainha chegou – relata D. António Caetano de Sousa –, comerão sempre Suas Magestades, e Altezas em publico, havendo musica, e instrumentos, e assistencia de toda a Corte, o que continuou no anno seguinte; e neste, e em outros executarão as Damas com o mayor luzimento, e acerto, muitas festas de theatro, algumas com bastidores, e tramoyas, compostas pelos melhores engenhos da Corte; outras fizeram os Musicos da Capella Real, em que houve algumas com muitas machinas, e mutações, com que se celebrarão os annos, e outras funções Reaes”<sup>363</sup>. O teatro introduzia-se assim, finalmente, na existência cortesã, estimulando o convívio heterossexual no seio da classe dirigente, tal como a música, à qual incumbiria igualmente um importante papel: “No Paço – escreve Soares da Silva –, se repetem m.<sup>tos</sup> dias estes festejos, e aos Dom.<sup>os</sup> á noute ha saraos, e musicas das Senhoras; a que assistem os Reys, e a nobreza toda”<sup>364</sup>.

Nem sempre, é certo, estes divertimentos procuravam congregar em seu redor a globalidade do organismo cortesão. A realeza começa a capacitar-se das virtualidades políticas dos mecanismos áulicos e, se a Corte se afirma desde logo como um espaço privilegiado no seio da comunidade, nem por isso se afigurava menos rigidamente hierarquizada. Com efeito, no interior do Paço estabelece-se um complexo sistema de prestígio organizado em função do grau de intimidade usufruído junto do monarca e é neste contexto, em que a sociedade inteira parece estruturada em círculos concêntricos em relação à figura centrípeta do Rei, que adquirem verdadeiro significado as reuniões de carácter íntimo que se realizam nos aposentos da Rainha, à semelhança daquelas que na Corte francesa se designavam por *l'appartement*: “Hum destes dias – relatava Brochado –

houve no Paço hum festejo verdadeiram.<sup>te</sup> Reyal, porq. tangeu cravo a R.<sup>a</sup> N. Sr.<sup>a</sup>, e bailou a Sr.<sup>a</sup> Infante; forão expectadores alguns Cavalh.<sup>ros</sup>, q. se escolherão, e chamarão por seos nomes, ficando de fora outros, q. pretendião ter aççam p.<sup>a</sup> a mesma graça, e voltarão p.<sup>a</sup> suas cazas com m.<sup>a</sup> desconsolaçam<sup>365</sup>. Algum tempo depois, contudo, falava já numa “opera, q. se ensaya p.<sup>a</sup> o dia dos annos da Sr.<sup>a</sup> Infante, em q. p.<sup>a</sup> satisfaçam dos queixosos não hade haver privilegio p.<sup>a</sup> os escolhidos<sup>366</sup>”.

Na verdade, a Corte procura agora assumir-se como referência central em termos de valores sociais, promovendo uma mentalidade nova, expressa em novos hábitos e formas de comportamento, que a *Gazeta de Lisboa* se encarregará depois de transmitir ao conjunto da comunidade. Nesta, como em outras fontes contemporâneas, encontramos abundantes vestígios desse fenómeno de extroversão que o monarca estimula em seu redor e que rompe abertamente com a estrutura monástica que enformava até então a Corte portuguesa. Representações teatrais e serenatas alternam com bailes e mascaradas<sup>367</sup> e mesmo o jogo faz a sua aparição, como atesta o comentário de Brochado, redigido com a mordacidade habitual: “oiço, q. preparão hua caza p.<sup>a</sup> jogo de tabulas, e de mique, q. não hé justo q. no Paço só os archeiros joguem o olguergue na Sala dos Tudescos”...<sup>368</sup>

Paralelamente, as saídas régias e os divertimentos de ar livre revestem-se também, desde o início do reinado, de um carácter festivo e espectacular. A caminho de conventos ou de *collações* em quintas fidalgas, os soberanos e a Corte percorrem a capital e os seus arredores em brilhantes cavalgadas<sup>369</sup> ou descem o Tejo em faluas e bergantins, na companhia dos músicos da Real Capela<sup>370</sup>. Outro tanto se passa com as antigas expedições venatórias que, do mesmo modo, se convertem em pretexto para a exibição do fausto cortesão. Efectivamente, logo em 1709, Brochado referia-se à “gr.<sup>de</sup> cassada das Teyas, q. se dispoem com notavel aparato, e em q. dizem q. o Mont.<sup>ro</sup> mór, e seos subalternos entrão vestidos com librés de mont.<sup>ros</sup>, cujo habito nao sei qual hé, porq. mal me lembra de o haver visto em hum pano de armar. Dizem q. a Corte hade sahir nesse dia em marcha, e equipagem de caça. Este espectáculo será magnifico<sup>371</sup>. Fenómeno idêntico se opera, enfim, em relação ao aparato bélico que, em desfiles e manobras a que a Corte assiste, se revela não apenas uma componente indispensável do poder, como um dos seus mais vistosos ornamentos<sup>372</sup>.”

Na verdade, é o carácter eminentemente teatral de que se revestem agora as atitudes do monarca e de quantos o rodeiam que imediatamente prende a atenção. É um fenómeno novo a que o País assiste e para o qual não encontra referências na memória próxima. Entre a comunidade e essa sociedade brilhante que desfila aprofunda-se, assim, o fosso que separa actores e espectadores e o mesmo se verifica no interior da própria representação.

Subtilmente, o cerimonial cortês empenha-se agora em isolar a figura do monarca, envolvendo-a num halo sacralizador de pompa e veneração, que sublinha o valor simbólico da sua presença e o alto significado político e social das manifestações a que preside. Imerso na turba dos cortesãos, o soberano abandona, é certo, a velha tradição de invisibilidade que durante tanto tempo o protegera; mas adquire, em contrapartida, no contexto de um espaço cénico cuidadosamente elaborado, um lugar central e proeminente, que de algum modo transforma cada acto público num colectivo ritual de submissão<sup>373</sup>.

Produzia-se assim, quase de repente, uma alteração significativa no comportamento das classes dirigentes. Estimuladas pelo exemplo do monarca, ensaiam formas mais livres de sociabilidade, que as aproximam dos padrões europeus, num processo que traduz, afinal, uma vontade colectiva de mudança que se sente pulsar no interior do próprio corpo social<sup>374</sup>. No que directamente respeita ao organismo áulico, contudo, não era fácil improvisar em pouco tempo um cenário regrado, brilhante e faustoso sobre uma estrutura quase doméstica como fora a Corte dos últimos Braganças. Ninguém parecia ter a prática exigida pelas novas situações e, em Junho de 1708, José da Cunha Brochado resumia deste modo o aspecto oferecido pela Corte de Lisboa: “vi hua vez toda a Cap.<sup>a</sup> Reyal magnifica, e numeroza, porem não me contentou a ordem, com q. marchava El Rey, e os Seos Cavaleiros, aonde tudo era desordem, confuzam, e horror sempiterno”<sup>375</sup>.

De facto, quando, enfim, D. Mariana de Áustria desembarca em Lisboa, não apenas a Corte portuguesa conservava ainda muito dessa fisionomia austera que lhe vinha do século anterior, como parecia mover-se com dificuldade nos complexos meandros do cerimonial: “Todo o passo se encheo de capas negras forradas de Lô, q. pareciam as estolas dos nossos R.<sup>dos</sup> Conegos. Aparecerão algus cazacas da cometiva do Embaix.<sup>or</sup>, q. honrarão a festa. Finalm.<sup>te</sup> S.<sup>r</sup> tudo se fez como se costuma fazer sempre correndo, e sempre preça, como q.<sup>m</sup> não sabe o q. faz”<sup>376</sup>. Habituaado às subtilezas protocolares da Corte francesa, Brochado, que assistira à tourada real no Terreiro do Paço, não resiste a comentar: “O balcam d’ElRey hé magnífico; nelle aparecerão 5 mag.<sup>es</sup>, porq. na mesma linha, e nos mesmos assentos assim havião de parecer”<sup>377</sup>. Efectivamente, a falta de experiência tendia a converter o improvisado em regra e, anos mais tarde, ainda a deficiente organização dos serviços palatinos seria com frequência responsável por situações incómodas, senão mesmo lesivas do régio decoro. Já na década de 30, ainda o conde da Ericeira poderia, com efeito, registar no seu *Diário* épisódios como este: “Executou-se a festa da Graça assim nas vesporas

como no dia com grande pompa, e concurso assistindo El Rey, Principe, e Inf.<sup>te</sup> D. An.<sup>to</sup> mas a R.<sup>a</sup> não foi desejando-o por não ter lugar”...<sup>378</sup>

Na verdade, os esforços despendidos pelo Rei, no sentido de transformar a Corte portuguesa numa organização brilhante e faustosa à altura das suas ambições, deparavam desde logo com dificuldades suscitadas pelo carácter rudimentar das estruturas em que se apoiava, que eram as da Corte dos seus antecessores. Mas também e em não menor grau, pelo escasso nível de conhecimentos que, afinal, tanto o monarca como os que o rodeavam possuíam sobre uma realidade admirada de longe e da qual apenas o eco remoto lhes chegava. Sibilino, como de costume, Brochado caracterizava assim a situação: “No Paço houve reforma dos trages, ou das caudas, e outras advertencias, de q. não estou bem informado; porem ElRey N. S.<sup>í</sup>, cujas ideas são gr.<sup>des</sup>, quer q. se imite o q. hé bom, e q. tudo se dirija pellas cortes extrang.<sup>ras</sup>, em cuja pintura cada hum debuxa como se lhe antoja, e assim a reforma hirá em augm.<sup>to</sup> cezareo, galico, e anglico com mescla de antigo portuguez nas Donas de honor”<sup>379</sup>.

Uma boa parte da energia do soberano seria, assim, aplicada na recolha de uma exaustiva informação, que o elucidasse sobre os mais minuciosos aspectos da estrutura curial francesa que, neste particular, lhe servia de modelo. Com esse fito, pois, crescem as pressões junto dos agentes diplomáticos em Paris – entre os quais avulta o já referido Francisco Mendes de Góis – e, em ritmo acelerado, especialmente no período que antecede a jornada ao Caia, chegam a Lisboa verdadeiros relatórios, conscienciosamente elaborados e versando as mais diversas questões que, de algum modo, pudessem estar relacionadas com a organização dos múltiplos departamentos em que se subdividia a Casa Real<sup>380</sup>. Na sua ânsia de dotar a realeza lusitana com uma nova e prestigiada imagem, capaz de resistir sem desdouro a um confronto com essa aura de magnificência que envolvia as grandes Monarquias europeias, o soberano parece empenhado em adoptar sem reservas esse modelo cortês, requintado e faustoso, que o *Rei-Sol* elaborara para o seu pequeno mundo de Versailles e que em pouco tempo se impusera a todo o continente. É, pelo menos, o que à primeira vista se pode observar quando analisamos as alterações que fomenta no comportamento da Corte lisboeta ou o espectáculo brilhante que, em seu nome, os diplomatas portugueses oferecem nas Cortes estrangeiras.

Todavia, logo em 1708, comentava com lucidez José da Cunha Brochado: “Na vaga imaginaçam dos Portuguezes tudo hé facil, e não ha projecto, q. não tenha prompta expedição, porem a pratica não tem a mesma fortuna”<sup>381</sup>. E, na verdade, contra esse desejo de mudança que desde o primeiro instante se detecta nos actos do monarca, não tardaria a erguer-se a firme resistência, quando não mesmo a opposição tenaz, do sector ainda extrema-

mente poderoso da opinião conservadora e ortodoxa. É, uma vez mais, Brochado quem nos informa desse conflito que se esboça ao primeiro sinal de alarme entre os bastiões da velha ordem. Logo em Dezembro de 1708 comentava o diplomata: “fui ao Paço a tingir com a minha beca a alegria de tão especiozas salas, aonde me dizem, q. há grandes disputas entre os Cavalh.<sup>ros</sup> sobre a constituçam da nova Corte, porq. huns querem, q. as Senhoras se deixem ver, e venhão conversar com elles nas antecamaras, q. joguem, e que bailem sem destinçam de sexo, e de id.<sup>e</sup>, outros pello contr.<sup>o</sup> pregão retiro, silencio, e recato, e detestão com politico anathema o comercio reciproco de Damas, e Cavalh.<sup>ros</sup>, ainda q. seja em prez.<sup>a</sup> da mesma Diana. O partido dos 1.<sup>os</sup> tem por seo gen.<sup>al</sup> o S.<sup>r</sup> Conde da Ericeira, q. se defende com cronicas antigas. O 2.<sup>o</sup> partido tem na frente o Conde de Vimiozo illustre defensor do mais purificado decoro. Estes argum.<sup>tos</sup> passão a ser porfia, e tudo o que se conclue vem a parar em dezuniam, e queixa”<sup>382</sup>. Quase pela mesma altura comentava Luís Manuel da Câmara para a Holanda, em carta a D. Luís da Cunha: “houve baile no dia de S. Carlos, em que dançaram e cantaram as damas do Paço na presença de damas e fidalgos; el-rei está teimando em estrangeirar o nosso país, e não sei até onde acabará”...<sup>383</sup>

Não é hoje fácil reconstituir em toda a sua extensão essa luta surda que, no seio da própria Corte, parece divisar-se entre os representantes da ordem estabelecida e os que se batem pela renovação e que mais não é, afinal, do que a repercussão no plano da vida social, de um conflito mais vasto que opõe, ao próprio nível das ideias e da mundividência, o *Portugal Restaurado* ao *Portugal Joanino*. Mas não restam dúvidas de que esse confronto se verificou, de que assumiu mesmo, por vezes, um recorte violento e de que foi em grande parte responsável por uma certa frustração em que parecem ter-se afundado os desígnios régios de mudança.

Na verdade, a reforma do organismo cortesão empreendida pelo monarca, revestiria desde a primeira hora o carácter de uma ruptura frontal com essa sociabilidade austera e compartimentada que caracterizara o Portugal seiscentista e que chegara ao século XVIII quase incólume, em consequência do longo isolamento em que o País se vira mergulhado e do controlo exercido pelos poderosos aparelhos ideológico-culturais de natureza eclesiástica que enformavam, no seu conjunto, a própria expressão da vida colectiva. Herdando o trono no verdor da adolescência, o *Rei Magnânimo* parece ter sonhado em converter a sua residência num centro brilhante de convívio social, veiculando novos modelos comportamentais pautados pelos critérios europeus. Em 1712, com efeito, o agente francês Viganego podia transmitir ao seu governo que “a Côrte era mais sumptuo-

sa e magnífica do que no tempo d’El-Rei seu pai”; mas não deixava de acrescentar que, por esse motivo, “as despesas do Paço se tinham consideravelmente augmentado” e, no ano imediato, a tónica dos relatórios diplomáticos era já de que “na Côrte não havia vintem”<sup>384</sup>.

Não pode, pois, esquecer-se de que é sobre o pano de fundo da Guerra da Sucessão e numa conjuntura marcada por uma grave crise de subsistências, que se inscrevem as primeiras reformas joaninas. Mas é também, e sobretudo, num ambiente onde se destaca um clima generalizado de instabilidade social. Contra o aumento dos consumos no Paço em época de penúria, erguem-se com clareza vozes descontentes, num fenómeno global de contestação que não hesitaria mesmo, vimo-lo já, em revestir aspectos de desacato à autoridade. Neste contexto, ao entusiasmo com que os *modernos* assistem às mudanças, não responde apenas o escândalo dos velhos áulicos mas, o que é mais importante, o clamor generalizado dos povos que, do alto do púlpito, o próprio clero excita contra o trono. A passagem do tempo e a consequente superação das dificuldades com que o Estado se debate nos anos da guerra contribuem, é certo, para o reforço do poder real. Mas não parecem ter eliminado o zelo vigilante com que os defensores do imobilismo, escudados no aparelho eclesiástico, observavam o evoluir das práticas sociais<sup>385</sup>. Deste modo e assumindo-se embora abertamente como factor de renovação, dificilmente poderia a Corte de D. João V perder de vista a estreita realidade em que se inseria.

Não cabe, contudo, apenas à conjuntura hostil e à resistência mais ou menos explícita dos *castiços*, a responsabilidade inteira nesse relativo malogro que, começa a perceber-se, afectaria em boa parte os intentos reformistas do monarca. Com efeito, já Yves Bottineau, ao constatar num escrito pioneiro que, “dans son déroulement ordinaire – e a despeito do fausto que invadia agora as grandes solenidades –, la vie du palais paraît avoir été fort morne”, afirmava: “L’explication profonde est sans doute que la noblesse portugaise n’était pas encore assez soumise pour mener la vie artificielle de Versailles”<sup>386</sup>.

Sabemos já, de facto, até que ponto era limitada a autoridade de que o Rei dispunha sobre uma classe social que até aqui se distinguira pela sua independência. Nesse sentido, o controlo do segundo estado afirmar-se-á como uma preocupação dominante no espírito do *Magnânimo*, constantemente patenteada ao longo da extensa correspondência que troca com os seus ministros<sup>387</sup> e onde, amiúde, se surpreendem as grandes linhas de uma avara política de benesses com que procura explorar, em proveito da Coroa, não apenas a indisfarçável debilidade económica que parece caracterizar a nobreza setecentista, mas a sua sede crescente de prestígio, num momento em que este se revela, na verdade, fundamental para a conservação

do seu estatuto<sup>388</sup>. Na prática, a fidalguia portuguesa preservaria ainda, pelo menos até ao reinado seguinte, parte dessa independência que a caracterizava na anterior centúria e que se reflectiria em actos de indisciplina como as curiosas *greves* que, por tantos anos, agitariam a vida palaciana. Mas não restam dúvidas de que se trata, cada vez mais, de manifestações simbólicas de rebeldia, sublimando nos conflitos da etiqueta a batalha perdida do poder.

De facto, o aumento dos impostos e o ouro brasileiro permitem agora reforçar a autoridade do Estado, fornecendo-lhe os meios de controlar a aristocracia através de tenças e remunerações, ao mesmo tempo que se rodeia de um número crescente de burocratas e intelectuais. E, com efeito, ao duque de Cadaval, ao marquês de Fronteira e ao conde da Ericeira, que praticamente tinham dirigido os negócios públicos durante todo o reinado de D. Pedro II, sucedem Diogo de Mendonça Corte-Real, o cardeal da Mota e Alexandre de Gusmão. Com a perda do domínio político parece, pois, iniciar-se o declínio da velha nobreza que, descontente com os *novos tempos* e a concorrência a que se via obrigada com funcionários, letrados e mesmo, posteriormente, burgueses enriquecidos, abandona progressivamente a capital, retirando-se para as suas residências da província que, aliás, o desenvolvimento económico não deixara de fazer prosperar. Fortalecer-se-ia, desse modo, especialmente no Norte, uma fidalguia rural, enquanto em Lisboa se afirmava a nobreza de toga, acompanhada de um certo número de financeiros, burocratas e intelectuais, desenvolvendo-se em simultâneo uma nobreza de Corte, mas progressivamente resignada a funções honoríficas e deixando ao monarca o campo livre para governar sem apoios<sup>389</sup>.

Este facto não deixaria, na verdade, de ser reconhecido, mesmo pelos estrangeiros que tiveram oportunidade de contactar de perto com a realidade portuguesa e que comentam: “The power of the nobility of Portugal, which increased to an alarming height since the revolution, received a severe check under the reign of this Prince”<sup>390</sup>. Era uma discreta alusão à expulsão dos fidalgos em 1725 que, aliás, constitui por si só um sinal evidente de mudança em relação à realidade seiscentista: “ninguém protestou” – relata Merveilleux. – “É o último golpe que D. João deu na nobreza, conseguindo abatê-la e conservá-la em respeito, embora as esposas dos desterrados não poupassem ao rei o título de tirano, afinando todos os nobres os seus comentários pelo mesmo tom”<sup>391</sup>.

Com tudo isso, é certo, o monarca construía uma nova imagem que lhe permitiria a breve trecho afirmar com altivez: “Meu avô deveu e temeu; meu pai temeu; eu não devo nem temo”<sup>392</sup>; mas parece claro que a pressão

das circunstâncias o obriga a recuar nos seus propósitos reformadores evidenciando, desse modo, a real fragilidade de um poder que, afinal, ao espectáculo cortês competia ocultar. Nos anos que se seguem, na verdade, os relatos contemporâneos sugerem a ideia de que as janelas se voltaram a fechar sobre a lufada de ar fresco inicial, muito embora não deixasse de produzir-se, entretanto, uma certa oxigenação da atmosfera, que constituiria sempre um elemento salutar e que, em última análise, impediria mesmo que tudo voltasse a ser como era dantes.

De facto, logo em meados de 1709 José da Cunha Brochado comentava: “A R.<sup>a</sup> N. Sr.<sup>a</sup> faz pouco ruido nesta terra, e não se fala nesta Princeza, nem eu sei q. ella tenha vindo de Alemanha mais q. pellas propinas extraordinarias, q. receby no Cons.<sup>o</sup> da Faz.<sup>da</sup>”<sup>393</sup>. Educada, como todas as princesas da Casa de Áustria, “fóra dos exercicios venatorios e dos prazeres de uma côrte ruidosa, mas n’uma solida piedade e afastamento do grande mundo”<sup>394</sup>, a vida da soberana decorria sem variedade, como “hum bem concertado relógio”, nas palavras de D. António Caetano de Sousa<sup>395</sup>. Com a ironia habitual, Brochado prosseguia: “Esta Princeza vive no seo quarto conversando com as Suas Damas Alemans, e brincando com os seos caens, vem fazer vizita a El Rey seo marido, e volta p.<sup>a</sup> Alemanha, q. hé o mesmo q. p.<sup>a</sup> o seo quarto”<sup>396</sup>. Também a existência do monarca não diverge substancialmente deste quadro, uma vez dissipado o entusiasmo inicial. Efectivamente, Merveilleux descreve a “vida retirada de Sua Majestade, que nunca come em público e convive pouco com a nobreza” e acrescenta: “Poucas são as pessoas que frequentam os aposentos particulares do rei; só os nobres de alta estirpe ali podem ter acesso, e, mesmo esses, muito raramente”<sup>397</sup>.

É verdade que, nas grandes ocasiões, a Corte portuguesa se apresenta agora com magnificência, em especial nos dias onomásticos e de aniversário das pessoas reais. Na Capela do Paço, a família reinante assiste à missa, rodeada de um grande número de cortesãos e mesmo de estrangeiros de qualidade que, como o corpo diplomático, são de seguida admitidos à cerimónia do beija-mão e ao concerto que, à noite, anima os salões da régia residência<sup>398</sup>. Óperas, serenatas, representações dramáticas ou sessões académicas têm agora lugar, solenizando os dias festivos do calendário cortês<sup>399</sup> e Alvarez de Colmenar diria mesmo, falando da capital, que “La Cour, qui fait sa résidence à Lisbonne, ne sert pas peu à la faire fleurir en toute manière, par le grand nombre de Noblesse qui y va faire sa Cour à son Roi”<sup>400</sup>. Com efeito, durante as festas do Caia, que constituem, em termos de aparato áulico, o momento culminante do reinado, Montgon poderia até afirmar que a pompa com que D. João V se apresenta no pavilhão onde tem lugar a *troca das princesas*, excederia quanto pudesse dizer a seu

respeito e que mesmo “as equipagens e os trajos da corte de Espanha não se apresentaram tão brilhantes como os da corte de Portugal”<sup>401</sup>. Tratar-se-ia, porém, essencialmente, de manifestações pontuais de extroversão, agitando um quotidiano discreto, onde a mundaneidade não chega a penetrar e a vida do Paço reflectiria, afinal, características atávicas na própria sociabilidade lusitana, que os estrangeiros definiam deste modo: “Autant que les Portugais sont œconomes dans leur particulier, autant ils sont magnifiques dans la célébration de leurs Mariages & dans les Cérémonies publiques”<sup>402</sup>. Escrevendo ao conde de Viana, José da Cunha Brochado resumia os factos nestes termos: “A nossa Corte não dá materia digna para divertir a V. Ex.<sup>a</sup>, porq. os socessos della, ou não avultão por continuados, ou por pequenos, e tudo depende da nossa imaginação”<sup>403</sup>.

Na verdade, a existência palaciana não deveria provavelmente diferir dessa tonalidade “fort triste & fort cérémonieuse” que a enformava ainda quando, algumas décadas mais tarde, Dumouriez a conheceu<sup>404</sup>. Já nos finais da centúria, Henri l’Éveque confirmaria esta opinião acrescentando: “L’étiquette de la cour de Portugal est en général plus sévère que celle des autres cours d’Europe”<sup>405</sup>. Esse parece ser, com efeito, o traço dominante. As grandes cerimónias ganham em esplendor, mas, na sua ausência, os estrangeiros ferem sempre a mesma nota: “la Cour de Lisbonne – escreve um autor – est tout-à-fait triste: il n’y a ordinairement aucun concours de Noblesse; le Roi mange seul, rarement avec la Reine, & jamais en public: il sort même fort peu”<sup>406</sup>. Quanto aos infantes, seus irmãos, levam vida retirada e, a respeito de D. Francisco, sabemos mesmo que “Son éloignement de la Cour vient du peu d’agrément qu’il y trouve à cause de la rareté des plaisirs”<sup>407</sup>. Limitada nas suas manifestações, a vida da Corte revelava-se, afinal, incapaz de assumir um papel de liderança em relação a uma sociabilidade apesar de tudo em mutação, mas que tende a exteriorizar-se à sua margem. Efectivamente, em 1731, o conde da Ericeira anotava no seu *Diário* que “aos annos da Princesa de Asturias houve pouco concurço no Paço”. Em contrapartida, acrescentava algumas linhas adiante, “Os bailes continuão com grande concurço, e as serenatas nas duas cazas de Jorge e D. Mauricio”<sup>408</sup>.

Na realidade, mesmo nas saídas públicas, destinadas com frequência ao cumprimento de obrigações devocionais, o monarca parece agora abandonar a dimensão grandiosa que no início do reinado gostava de imprimir a esses momentos. César de Saussure<sup>409</sup> destaca, é certo, a sumptuosidade das equipagens reais, mas o autor da *Description de la ville de Lisbonne* não hesita em afirmar que “Rien n’est plus simple que sa marche ordinaire: on le voit dans un Carrosse à six chevaux, avec le Prince Dom Antoine son Frere, le Duc Dom Jaime son Grand Ecuyer, & le Gentil-homme de semaine;

& son escorte n'est que de quatre ou cinq personnes à cheval"<sup>410</sup>. Na verdade, são os passeios da soberana que revestem ainda um carácter faustoso que os destaca entre as práticas mais coloridas do quotidiano cortês: conduzida em coches "de extrema magnificência", segundo relata Saussure<sup>411</sup>, "Elle est accompagnée du Prince du Brezil, des Princesses sa fille & sa belle-seur, & de la Comtesse d'Unhao sa premiere Camarista. Sa sortie est toûjours annoncée le matin par un Tambour & un Fifre qui font le tour de la Ville, pour qu'à ce signal tous les Hallebardiers qui ne sont point de garde, se rendent au Palais. La Carrosse de la Reine est entourée de plusieurs Pages à pied, & précédé de tous ces Hallebardiers sans chapeau, commandés par un Capitaine & un Lieutenant à cheval; le reste de son Cortége consiste en quatre Carrosses, dans l'un desquels sont l'Ecuyer & le Sous-Ecuyer, & dans les autres trois, environ douze Dames d'honneur ou autres Demoiselles"<sup>412</sup>. Não deixaria, contudo, de sublinhar que "La Reine sort aussi fort rarement"<sup>413</sup>.

Na prática, o monarca não parece ter desistido completamente das suas ambições de engrandecimento da estrutura áulica. Na década de 20, com efeito, ainda o anónimo autor da *Description* afirmava: "On assure qu'il persiste dans le dessein de créer des Gardes du Corps, qu'il composera de ses Officiers réformés. Il fit même venir il y a trois ans, des habits uniformes de chaque corps de la Maison du Roi de France, & ceux de plusieurs autres Princes de l'Europe, afin d'imiter ces differens modeles, en ce qu'ils ont de plus beau, & d'imaginer un habillement particulier qui surpasse tous les autres"<sup>414</sup>. Mas não parecem ter ido avante tais projectos e, de resto, igual insucesso conheceriam ainda outras medidas com que o *Magnânimo* se esforça por lutar contra velhos e arreigados hábitos. É o que se verifica com o Largo da Capela onde, à semelhança do *Alcazar* madrileno<sup>415</sup>, os vendedores ambulantes erguiam desde tempos imemoriais as suas tendas. Decidido a pôr cobro a essa nota de anarquia tão profundamente ibérica, que feria a regularidade dos novos edifícios da Patriarcal, determina o desalojamento dos tendeiros, que recebem ordem de transferência do Senado da Câmara para novas instalações na Ribeira Velha<sup>416</sup>. A tradição parece, contudo, ter revelado uma vez mais a sua força, pois em 1755 ainda o *chevalier* des Courtils os encontraria no antigo local<sup>417</sup>. De resto, não eram apenas os mercadores do Largo da Capela que profanavam a residência régia com o permanente bulício do seu tráfico. À sombra dos muros tutelares do Paço, nos cobertos da Ribeira das Naus e no gozo de direitos adquiridos em séculos de coabitação com a realeza, albergava-se familiarmente uma população heterogénea de mais de quatrocentas almas que, aliás, integraria mesmo a freguesia da Capela Real quando esta, em 1709, é elevada à categoria de paróquia<sup>418</sup>.

Em qualquer ponto, pois, em que nos situemos, adivinha-se sempre no *Portugal das Luzes*, acompanhando a nova sociabilidade que se esboça, a presença determinante e poderosa do *Portugal Seiscentista*. A Corte do *Magnânimo* experimenta, não pode duvidar-se, formas mais livres de convívio, que de alguma forma atenuam as fronteiras que, há bem pouco tempo ainda, separavam a realidade portuguesa da que se vivia na Europa para além dos Pirenéus. Ensaia-se uma renovação das mentalidades que, limitada embora pela conjuntura, rompia declaradamente com essa *eterna quaresma de melancolia* que teria caracterizado a vida portuguesa no século precedente. Mas não restam dúvidas de que a sociabilidade continuava a revestir em Portugal padrões peculiares, mesmo no interior da própria Corte onde, por princípio, a receptividade aos modelos externos deveria ver-se facilitada e ainda em 1734, o Infante D. Manuel, regressado após quase vinte anos de exílio voluntário, confundia as damas com a novidade das suas atitudes de homem do mundo, adquiridas numa vivência longa de cosmopolita<sup>419</sup>.

Na realidade e sem que seja ainda possível esclarecer-lhe as razões, a década de 30 parece mesmo aprofundar esse retraimento que se observa, depois da explosão inicial, nas estruturas da Corte portuguesa. Sabemos, com efeito, que em 1733 tinha descido o efectivo do pessoal doméstico no interior do Paço, facto que não deixa de traduzir uma certa redução dos meios cénicos de que o poder dispõe e que, de resto, cuidadosamente se procura envolver no maior sigilo<sup>420</sup>. Mas também no ânimo do monarca se substitui, a pouco e pouco, o entusiasmo juvenil dos primeiros anos por um certo desalento, traduzido de forma crescente em acessos de melancolia que, do mesmo modo, se esforça por ocultar dos que o rodeiam<sup>421</sup>. Em 1735, efectivamente, abala para Mafra no dia do próprio aniversário “para fugir, registam os Arquivos Secretos do Vaticano, à fadiga dos cumprimentos em Lisboa, onde chegou à noite para ouvir a serenata no palácio”<sup>422</sup>. Inicia-se deste modo um processo de distanciamento em relação ao meio cortesão que o isolaria progressivamente até que, enfim, a partir de 1742, o alastrar da doença fatal que o vitimaria, levaria mesmo o marquês de Valença a falar de um “achaque, que o escondeo à Corte” e que domina a última fase do reinado<sup>423</sup>. Tratar-se-ia, porém, de um fenómeno mais amplo que atingiria, de uma forma geral, a própria sociedade e do qual, uma vez mais, a vida palaciana constituiria apenas o reflexo. Escritos contemporâneos informam, com efeito, de um recuo mais ou menos generalizado que se opera no contacto heterossexual, onde a compartimentação – “à Portugal velho” – invade novamente as práticas sociais<sup>424</sup>; e, ainda em 1735, Soror Maria do Céu, clamando contra a escandalosa irrupção das modas estrangeiras, soltava brados de indignação que visavam claramente o próprio

Paço: “Que he isto Mundo estás louco?/Que vay nesta Corte excelsa,/Que as que nascem como damas/Se tosquião como ovelhas”...<sup>425</sup>

Num contexto desta natureza, actuando numa Corte sem proporções grandiosas e num País onde a sociabilidade continuava a revestir preferencialmente padrões eclesiásticos, o espectáculo cortês não poderia deixar de utilizar em seu proveito os recursos fornecidos pela pompa litúrgica, num processo de apropriação que era, de resto, favorecido por evidentes afinidades com o cerimonial áulico<sup>426</sup>. Na verdade, as grandes encenações religiosas forneceriam ao monarca a possibilidade de preencher de modo brilhante o quotidiano da organização cortês sem concessões demasiadas ao sector aristocrático<sup>427</sup>, ao mesmo tempo que garantiriam a adesão de uma Igreja lisonjeada com a *fidelidade* régia, mas progressivamente submetida por uma política declaradamente regalista, bem como a dos tradicionalistas, que viam nas grandiosas manifestações do culto o único antídoto contra a impiedade dos tempos modernos. Encarada geralmente como capricho beato do *Magnânimo*, a criação da Patriarcal viria, deste modo, preencher o vazio existente numa comunidade cortesã sem verdadeiro mundanismo e tolhida por limitações de vária índole.

Efectivamente, a erecção da Real Capela lisboeta em Sé Metropolitana e Patriarcal constituiria um dos mais firmes propósitos do monarca, ao serviço do qual consumiria, durante longos anos, o melhor das suas energias. Era, como escrevia Mons. José de Castro, “a idéa fixa de El-Rei”<sup>428</sup>; ou, na expressão mordaz de Oliveira Martins, “A Patriarcal era para D. João V o reino, a corte”, uma “ópera” com “quase quatrocentos figurantes”<sup>429</sup>. Todavia, o caudal imenso dos presentes enviados para Roma no decurso do reinado, as enormes somas gastas em múltiplas diligências, os precalços diplomáticos que envolveram as relações com a Santa Sé e que chegariam mesmo à sua suspensão durante vários anos (1728-37), só poderão compreender-se se ao capricho e à natural devoção do soberano católico se acrescentarem razões políticas de fundo, que se prendem, evidentemente, com o prestígio régio, numa Europa onde o Papado desempenhava ainda um importante papel<sup>430</sup>, mas também com uma estratégia consciente de poder, que apenas adquire verdadeiro sentido em função da conjuntura em que se inseria.

Com efeito, a ideia da instituição em Lisboa de um Patriarcado com prerrogativas quase pontificias, não parece ter nascido simplesmente, como por via de regra se imagina, dessa ambição de grandiosidade e fausto que geralmente se associa à figura do monarca, aliada à característica religiosidade portuguesa. Na verdade, é no quadro das teorias galicanistas que agitaram a Igreja francesa nos séculos XVI e XVII que, pela primeira vez,

terá sido ventilada a possibilidade de organizar a hierarquia eclesiástica nacional de forma administrativamente independente em relação à cadeira pastoral de Roma, colocando-a sob a autoridade de um Patriarca e subordinada apenas à Sede Apostólica em matéria dogmática e moral<sup>431</sup>. É nesse contexto que a ideia ressurge em Portugal após a Restauração e ainda em tempo de D. João IV, quando o País se debate com a dramática questão da provisão dos bispados. Entre as várias soluções então aventadas, destaca-se a da reunião de um concílio nacional que tomaria a seu cargo a eleição de um Patriarca, o qual, por sua vez, se encarregaria de nomear preladados para as dioceses vagas<sup>432</sup>. Os defensores da ortodoxia impediriam, naturalmente, que semelhante propósito se realizasse mas, tempos depois e já no reinado de D. Afonso VI, uma curiosa e enigmática figura de clérigo e cortesão, Sebastião César de Meneses, retomaria, agora em termos ao que parece abertamente separatistas, o tema do Patriarcado de Lisboa. Relata o autor da *Anti-Catastrophe* que “se atrevo a uma resolução, que, a ter-se executado, seria muito para chorar. Intentou metter um scisma em Portugal, arriscando a perder os bens espirituales e eternos, por conseguir os honoríficos e temporaes: (que má troca para um Christão, e quanto execrável em um Sacerdote!) começou a espalhar uma voz, a qual seus parentes, que não erão poucos, e os maiores do Reino, e seus amigos, que erão muitos, e alguns muito doutos, que devião interessar-se no mesmo, todos fomentarão, persuadindo cada um quanto podia, que se devia em Portugal (...) buscar remédio das almas, valendo-se do Direito das Gentes, assim no tocante ao temporal como ao espiritual, e fazer uma cabeça da Igreja, que fizesse em Portugal as mesmas vezes que fazia o Papa, tendo o nome de Patriarcha”<sup>433</sup>.

A situação de debilidade do poder central que por esses anos se vivia no País não era de molde a favorecer projectos desta natureza e a autonomia da Igreja nacional depararia, como era de esperar, com uma feroz oposição. Uma junta de teólogos, incluindo representantes de todas as ordens regulares e da própria Universidade de Coimbra, chega a debruçar-se sobre o assunto mas, relata o mesmo autor, “Todos os pareceres forão uniformes, e sem descrepar um so, refutando e condemnando a proposição por heretica, scismatica, contra Deos, contra os Concilios e Santos Padres, injuriosa à Santa Madre Igreja Romana, á qual, como verdadeiros fieis, e ao Summo Pontifece, cabeça della, deviam estar obedientes como estavam”<sup>434</sup>. Todavia, e tal como se verificara com muitas obras de carácter regalista redigidas no período da Restauração e cuja publicação se revelara então inoportuna ou fora mesmo impedida pela vigilância inquisitorial, também a questão do Patriarcado de Lisboa ganharia subitamente actualidade com o advento do *Magnânimo*<sup>435</sup>. É novamente o *Portugal Restaurado* emergin-

do no *Portugal Joanino* e, com efeito, apenas deste modo se compreende que, escassos dois meses decorridos sobre a sua subida ao trono, a 30 de Fevereiro de 1707, já Soares da Silva pudesse registar: “Determinou ElRey fazer Seê a sua Capella Real, e tem Recorrido ao Papa, e de cam.<sup>o</sup> vai fazendo nella m.<sup>tas</sup> obras com noua capp.<sup>a</sup> mor, e mil mudanças mais”<sup>436</sup>.

Efectivamente, a utilidade política do incremento da Capela palatina e o conseqüente realce que esse facto não deixaria de trazer à própria realeza, não parecem ter passado despercebidos aos contemporâneos. Logo em Dezembro de 1708 e a propósito da embaixada romana do marquês de Fontes, entre assuntos tão importantes como o do Padroado do Oriente ou o dos quindénios, José da Cunha Brochado não deixava de recomendar: “e bom será, q. não esqueça unir, ou pensionar algumas Igr.<sup>as</sup> ao rendim.<sup>to</sup> da Cap.<sup>a</sup> Reyal, e q. os Conegos tenham algum privilegio de habito, e de jurisdiçam”<sup>437</sup>. Iniciava-se, deste modo, um curioso processo que, em poucos anos, transformaria a metrópole lisboeta num autêntico potentado eclesiástico, susceptível de rivalizar em pompa e em prestígio com a própria cúria pontifícia e que, já nos finais da centúria, Carrère comentaria nestes termos: “Ce prince a voulu singer la cour de Rome; il a voulu avoir une espèce de pape dans ses états; il a voulu qu’il fit partie de sa cour, qu’il fût sous sa dépendance: il a cru que la pompe, la magnificence du nouveau pontife réjailliroient sur le monarque qui l’auroit établi et dont il seroit dépendant”<sup>438</sup>.

Outros viajantes, contudo, presentiriam com maior acuidade o verdadeiro alcance da nova instituição. Com efeito, pouco depois dos meados da centúria, escrevia Dumouriez: “cette dignité (...) sera peut-être un jour très préjudiciable à la cour de Rome, en occasionnant un schisme, dont on parle déjà avec liberté, & que la cour de Londres appuyera de toutes ses forces”<sup>439</sup>. Opinião idêntica expressaria igualmente Bourgoing: “Si le roi défunt [D. José I] eût vécu plus long-temps, ou que M. de Pombal eût toujours continué de faire les fonctions de premier ministre, cette place eût pu devenir un jour très-préjudiciable à la cour de Rome, dont le Portugal commençoit à ne plus porter le joug si patiemment. (...) Le peuple, habitué à avoir sous les yeux une image parfaite du souverain pontife, en seroit venu facilement à regarder les indulgences et les dispenses qu’il recevoit du patriarche, comme aussi valides que celles qu’il faisoit venir de Rome à grands frais”<sup>440</sup>.

Na verdade, muito embora a dignidade patriarcal, no quadro da Igreja Católica, se tenha transformado no decurso dos séculos numa mera distinção honorífica, é um facto que, entre as Igrejas orientais, lhe corresponde uma real jurisdição e autonomia dogmática sobre extensas áreas da Cristandade<sup>441</sup>. Sabemos, com efeito, que, no seu desejo de incrementar o

esplendor da Corte de Lisboa, o monarca encomenda a Lázaro Leitão Aranha, lente de Coimbra e cónego da Patriarcal, uma memória sobre as capelas realengas europeias<sup>442</sup>; mas, o que é certamente bem mais interessante, é o empenho que terá colocado em se informar detalhadamente sobre os diversos ritos do Cristianismo oriental, onde a fórmula jurídica do Patriarcado verdadeiramente surgia em todo o seu esplendor. Do que, em todo o caso, parecem não restar dúvidas, é de que terá sido o receio sentido pela Santa Sé de um possível cisma português, originado pela questão do cardinalato dos núncios, que motivaria a sua cedência nesse assunto, pon-do assim termo a quase uma década de relações interrompidas<sup>443</sup>.

Instituída na Real Capela do Paço da Ribeira, cuja titularidade o Patriarca acumulava e continuamente acrescentada em honras e privilégios, a nova metrópole de Lisboa Ocidental tinha, de facto, o aparato de uma miniatura do Vaticano. O prelado usava vestes cardinalícias, sapatos bordados com uma cruz, camalha de veludo carmesim, chapéu preso por cordões e ostentava insígnias quase pontifícias – as suas armas eram coroadas por uma tiara e uma chave e, no tejadilho do seu coche, como no do Papa, refulgia um Espírito Santo de ouro. Encabeçava, além disso, um cortejo verdadeiramente impressionante de mais de duzentos dignitários: vinte e quatro *principais*, formando um sacro colégio e trajados de violeta e escarlate à maneira do camareiro papal; setenta e dois *monsenhores* com vestes roxas episcopais e tendo direito à mitra; vinte cónegos e setenta beneficiados, aos quais se juntava ainda um número impressionante de músicos e cantores e uma coorte notável de acólitos e funcionários cujo total chegaria, em 1747, a prefazer 444 pessoas. Aos livros de cantochão copiados dos de S. Pedro de Roma, como o cerimonial de que se rodeava o metropolitano sentado num trono que reproduzia fielmente o do Pontífice, acrescentava-se a precedência sobre todos os arcebispos e bispos do Reino (privativa antes do arcebispo de Braga, como *Primaz*), a faculdade de promover ao bacharelato e doutoramento em Teologia e Cânones os dignitários patriarcais, a elevação ao cardinalato no primeiro consistório realizado após a sua eleição e, finalmente, o privilégio de sagrar os Reis de Portugal<sup>444</sup>.

As saídas do Patriarca eram verdadeiros acontecimentos: conduzido numa liteira puxada por seis mulas, levando a cada lado um deão negro e um lacaios portador do guarda-sol e precedido por um cruciferário trajado de roxo e por quatro ou cinco cadeirinhas onde seguiam os seus vigários, lançava a bênção para a direita e para a esquerda com a ponta dos dedos enluvados de púrpura, enquanto o povo ajoelhava à sua passagem<sup>445</sup>. Deslumbrado com o esplendor que rodeava o faustoso prelado, comentava Merveilleux: “A magnificência com que o patriarca de Lisboa

oficia ultrapassa a do Papa nos dias de maior solenidade, e posso dizê-lo com conhecimento de causa porque vi officiar um e outro”<sup>446</sup>. Impressão idêntica colheria ainda, alguns anos mais tarde, José Baretti, que afirmava: “chegou o patriarca. E que patriarca! Tirante o papa, não ha no mundo um senhor ecclesiastico que se apresente com tanta pompa”<sup>447</sup>.

A Patriarcal proporcionaria, desse modo, à Corte de Lisboa, esse brilho que o monarca ambicionava e se via impedido de procurar nas grandiosas funções mundanas que, além-fronteiras, constituíam o cerne do espectáculo áulico e a Capela Real onde, com “devota magnificência”, como afirmava Brochado, se desenrolavam “as pauzadas ceremonias, com q. os Conegos Reyaes celebrão os offi.<sup>os</sup> Divinos”<sup>448</sup>, convertia-se no centro emotivo da vida palaciana. Esse fenómeno era, evidentemente, facilitado pelo espaço que as obrigações devotas ocupavam no quotidiano cortesão<sup>449</sup> e que, é um facto, resultava em grande parte das características peculiares que enformavam a sociabilidade portuguesa. Muitos anos mais tarde, com efeito, ainda o príncipe de Lichnowsky falaria na “singular frequência com que se observa nos reis da Casa de Bragança esse mundano e sensual deleite da pompa das cerimónias religiosas”<sup>450</sup>. Convirá, porém, não perder de vista que se trata igualmente de um traço essencial da Monarquia Absoluta, que decorre da própria componente sacral que envolve a realeza.

Na verdade, mesmo num país como a França, onde as relações com o Papado timbraram sempre pela sua independência e o racionalismo dominava o ambiente cultural, se pode verificar que “La Cour baigne dans le sacré: messes, vêpres et saluts du saint sacrement se succèdent dans la chapelle de Versailles”<sup>451</sup> e este aspecto adquire ainda maior relevo a partir de 1680 quando, junto do *Rei-Sol*, se começa a fazer sentir o ascendente de Mme. de Maintenont. Opera-se então uma alteração radical na vida dessa Corte deslumbrante e frívola que marcara os primeiros vinte anos do reinado, sobre a qual pesa doravante o sufocante rigor do cerimonial: “Il faut (...) tenir compte que le jeune roi galant de 1660 ne vivait pas du tout de la même manière que le vieillard morose, accablé de deuils, de 1710. (...) Louis XIV, sous l’influence grandissante de Mme de Maintenont (...) ne songe plus qu’a son salut. (...) Versailles devient une vaste machine réglée comme un mouvement d’horlogerie”<sup>452</sup>.

Seria esta, todavia – facto que, do mesmo modo, se deverá ter em atenção –, e não essa outra, escandalosa e libertina, dos primeiros anos, a Corte de Versailles que o monarca português conheceria e que, com a sua inconfundível aura de esplendor, povoara a sua imaginação de jovem príncipe. Sob o impacte desse modelo faustoso mas rigidamente disciplinado e onde a solenidade progressivamente substituiria a irreverente fantasia que inicialmente a caracterizara, construiria o *Magnânimo* o seu próprio arquétipo,

adaptado à realidade em que se inseria. Ao lado da Corte secular, cuja expansão os circunstancialismos da conjuntura nacional em grande parte impediriam, erguer-se-ia, pois, esplendorosa, a Corte eclesiástica<sup>453</sup> que, essa sim, possibilitaria, afinal, não apenas ombrear com as suas congéneres internacionais, como ultrapassá-las mesmo pelo fausto quase sem limites que rodeava as manifestações litúrgicas da Corte de Lisboa. No Paço da Ribeira, a presença do Patriarca e do seu séquito, ao qual se acrescentavam ainda três outros cardeais (Cunha, Mota e Pereira de Lacerda), imporia assim, na tonalidade relativamente sombria do quotidiano áulico, uma característica e colorida nota de “luxo fidalgo e sacerdotal” como, em frases repletas de acidez, ironizava Oliveira Martins, chamando-lhe “corte de uma espécie de sátropa”<sup>454</sup>.

Todavia, se o sumptuoso prelado precedia em tudo os bispos seus irmãos e, como eclesiástico, mesmo os grandes do Reino, entre os quais se contavam parentes da Casa Real, sobre todos imperava indiscutivelmente o Rei. Deve, aliás, reter-se que, na prática, o metropolitano não era mais que o capelão real, cujas funções lhe competia desempenhar<sup>455</sup>, e a criação da diocese de Lisboa Ocidental, instituída na Real Colegiada de S. Tomé, não motivara, de facto, a erecção de uma nova catedral; pelo contrário, fora a capela palatina que, hipertrofiando-se pela acumulação de sucessivos privilégios, atingira uma dimensão nunca vista anteriormente em toda a Cristandade e que, de resto, explica a relutância pontifícia em aceder aos desejos do soberano português<sup>456</sup>. Neste contexto, o extraordinário engrandecimento das funções litúrgicas do Paço reflectir-se-ia directamente sobre a pessoa real, a quem todo aquele fausto se dirigia e que ficava assim sendo o único príncipe católico a possuir um *papa* por capelão.

Deste modo, longe de significar uma submissão do Estado ou do monarca aos desígnios da Igreja, questão em que, vimo-lo já, D. João V se mostra altamente cioso, a pompa eclesiástica da Corte de Lisboa resulta tão só da apropriação das potencialidades teatrais do cerimonial religioso em proveito de uma imagem fortalecida de poder. A componente sacral reforçará assim a intangibilidade do monarca absoluto, preparando claramente o despotismo josefino, num quadro complexo, simultaneamente penetrado de sobrevivências contra-reformistas ao nível das mentalidades e das práticas do quotidiano e de uma ideia de Estado progressivamente imbuída dos conceitos centro-europeus do *iluminismo católico*.

## UM PALÁCIO PARA O REI

“El Rei hé naturalm.<sup>te</sup> inclinado a obras”, escrevia José da Cunha Brochado em 1708<sup>457</sup>; e, na verdade, à renovação das estruturas áulicas que se observa desde o início do reinado, corresponde a renovação das próprias estruturas arquitectónicas que enformavam a existência cortesã. Trata-se, evidentemente, de um processo complementar, que decorre do desenvolvimento do organismo curial, mas que aspira igualmente a dotar o poder de uma imagem consentânea com as suas ambições. “Le patron royal – escreve Starobinski – se comporte comme le premier destinataire des ouvrages qu’il a commandés; il les veut a la mesure de sa grandeur, il veut y lire l’image sensible de son pouvoir. (...) S’il a fait construire, s’il cède a la bâtissomanie dont parle Catherine II, c’est parfois pour se donner les moyens pratiques d’une nouvelle politique, c’est toujours pour être en mesure de rencontrer à tout instant les preuves visibles et constamment renouvelées de l’efficacité magique de son désir. Un monarque absolu ne peut guère demeurer dans le logis de ses ancêtres, sinon en y aménageant de nouveaux appartements, où s’actualisera sous ses yeux la marque personnelle de son règne”<sup>458</sup>.

Com efeito, e apesar da grave crise económica com que o País então se debatia, as reformas no Paço da Ribeira iniciam-se quase de imediato. Logo em Dezembro de 1707, anotava José da Cunha Brochado: “Hum destes dias fui ao Paço, q. achei sem luto, e tive lugar de ver a riqueza, e magnificencia dos moveis, e sobretudo das suas belas tapeçarias”<sup>459</sup>. Com a aproximação da chegada da Rainha, porém, acelera-se o ritmo dos trabalhos e em Junho de 1708 relatava de novo o diplomata: “Continuão as obras do Paço, e já vemos huma gr.<sup>de</sup>, e bela caza p.<sup>a</sup> os neg.<sup>os</sup> do Cabb.<sup>o</sup>, q. se fez na q. era Livraria, e em todas as janelas daq.<sup>le</sup> frontespicio se metem grades com sacada. Pintase o corredor, q. vai ao Forte”. No mês seguinte acrescentava: “hé necess.<sup>o</sup> (...) q. S. mg.<sup>e</sup> se retire da m.<sup>ta</sup> caliça, q. no seo quarto levantou a abertura de m.<sup>tas</sup> portas, e janelas, com mais de 800 officiaes, q. trabalhão nestas obras”<sup>460</sup>. E prosseguia, informando que “150 mil cruzados (...) e m.<sup>to</sup> mais gastou agora El Rey em cortinas p.<sup>a</sup> os quartos”<sup>461</sup>.

Ainda pela mesma época referia também Soares da Silva: “Todo o Paço se paramentou de nouo, de brocados, e telas preciosíssimas, e assim mesmo a capella Real”<sup>462</sup>. Enfim, em 1709, determinava o Rei a construção de um jardim, ornamento de que o Paço não dispunha e que um escrito anterior ao terramoto descrevia nos seguintes termos: “Para o lado do rio tem este palacio um bello jardim com grande eirado, com viveiro abundante de todo o género de aves raras, especialmente pombas e rôlas de varias castas. Não se póde dar mais aprazível espectáculo no mundo que a vista d’este jardim sobre o mar”<sup>463</sup>.

Entretanto e como vimos já, decorriam desde os inícios de 1707 obras de vulto na Capela Real, “com noua capp.<sup>a</sup> mor, e mil mudanças mais”<sup>464</sup>, em consonância com os projectos régios de engrandecimento da sua estrutura eclesiástica. Poucos anos volvidos, em Março de 1710, uma bula de Clemente XI elevava-a à dignidade de Colegiada e em 1712 a correspondência diplomática referia-se aos trabalhos em curso, relatando que se alargavam as naves e se refazia o coro, no que se gastava mais de 300 000 cruzados<sup>465</sup>. Nos anos imediatos continuam as reformas, nomeadamente nas capelas laterais, com retábulos à face e “quadros de excellente pintura”<sup>466</sup> e, a pouco e pouco, começaria a surgir em seu redor um novo complexo arquitectónico que pode ainda reconstituir-se, ao menos em parte, com base na minuciosa descrição elaborada por Barbosa Machado a propósito das festas do Corpo de Deus de 1719<sup>467</sup>. A direcção do empreendimento seria confiada pelo monarca ao mesmo architecto a quem, por esses anos, entregava igualmente a construção de um convento de Cartuxos arrábidos que decidira edificar junto à vila de Mafra: João Frederico Ludovice<sup>468</sup>.

À data a que se reporta o relato do erudito abade de Sever estariam já concluídos os aposentos dos Infantes, um edifício composto por vários corpos de galerias em polida cantaria, elegantemente lavrada e adornados de óculos *romanos* na cimalha, dois dos quais delimitavam o largo já então chamado *da Patriarcal*. Em cada um deles rasgava-se um *pórtico* monumental, flanqueado por grandes colunas de mármore de capitéis coríntios, dando acesso a um pátio em forma de claustro – um “grande pateo, que só, parece hum magestoso palacio” –, com duas ordens de janelas erguidas sobre arcarias e que não apenas dava entrada para a capela palatina como constituía, no dizer do cronista, “a principal serventia de todo o Palacio”. Daqui se acedia ao templo através de uma “formosa escadaria” que subia para a nave da Epístola. Do lado oposto, abria-se a Real Capela – através de uma porta “de largura notavel, e excedendo no elevado a muitos arcos triunfaes” e que, refere, “novamente se fabricou” –, sobre uma vasta área que designa como “o novo atrio, que se vay fabricando”. Para este se poderia

então descer por outra escadaria, de aspecto mais grandioso que a anterior, de cinco lanços desencontrados e que corresponderá, decerto, às “escadas novas que se fizerão” de que nesse mesmo ano fala o conde de Povolide<sup>469</sup>. Este seria, pois, em linhas gerais, o ponto a que haviam chegado, em 1719, os trabalhos empreendidos pelo monarca no seu Paço da Ribeira.

No que directamente respeita à Capela Real, o edifício que o relato de Barbosa Machado permite visualizar é, contudo, ainda, fundamentalmente e apesar de enriquecido no decurso dos reinados posteriores, o resultado das campanhas realizadas em 1619 quando, na expectativa de uma visita de Filipe III, se procede a restauros diversos no interior do Paço, transferindo-se então o templo para o andar nobre<sup>470</sup>. Tal como o podemos reconstituir, tratava-se de uma construção de três naves, divididas por arcos assentes em grossos pilares de cantaria, sendo a central mais larga e, sobretudo, bastante mais alta que as laterais. Acima das arcarias corria uma cornija que, relata Barbosa Machado, “serve como de base às paredes, que sobre os arcos fazem segundo corpo do mesmo Edifício. São estas paredes rasgadas em formosas janelas”, entre as quais se admiravam grandes quadros de artistas do século XVII encaixilhados em largas molduras de talha dourada. Definia-se assim uma vasta zona iluminada da qual nascia a abóbada de berço, coberta de grutescos de ouro sobre fundo branco. Terminava a nave central no arco da capela-mor “todo coberto de ouro (...) cujo vão, e comprimento he na grandeza, igual ao corpo do mesmo templo”. As colaterais, em tudo idênticas, mas “cujos tectos não são totalmente convexos, mas estão apainellados, com moldurões pintados do mais agradável grutesco”, terminavam dando acesso a duas capelas compostas de quatro arcos sustentando uma abóbada, isto é, a clássica cúpula sobre pendentes. Rivalizando em aparato, “a do lado do Evangelho he toda cosida em ouro” e o mesmo se passa na capela-mor, onde “tudo quanto (...) se offerece à vista he ouro”<sup>471</sup>.

Em todo o edifício presente-se, pois, a lição da arquitectura italiana quatrocentista, banalizada pelos mais correntes tratados, tal como ela fora interpretada pela austera sensibilidade seiscentista. Quanto à decoração, silhares de azulejos, grutescos e, sobretudo, a presença dominadora da talha, denunciam mais a persistência das velhas estruturas, evocando a tradicional igreja portuguesa *toda-de-ouro*, que o novo gosto europeizado proposto pelo *Magnânimo*. As reformas já realizadas destinar-se-iam assim, essencialmente, a responder às recentes exigências do cerimonial litúrgico, ampliando o espaço disponível e modernizando, simultaneamente, a decoração, como se infere das palavras de Barbosa Machado quando refere que D. João V “lhe acrecentou quase meya Igreja na grandeza, com que rompendo, e demolindo muitos edificios, lhe adiantou as naves, e fez

a Capella mór” e ainda que nas “duas naves se fizeram novamente oito Altares de excelente architectura (...) fabricados à maneira de Roma”<sup>472</sup>.

É certo, porém, que os anos decorridos não haviam sido particularmente propícios a grandiosos empreendimentos. A guerra e o seu cortejo de dificuldades económicas e instabilidade social, tinham constituído obstáculos permanentes aos propósitos renovadores alimentados pelo monarca e é provável que as reformas realizadas se ressentissem de uma certa falta de coordenação imposta pelas circunstâncias. Na verdade, Brochado afirmava mesmo que “se podia fazer hum Palacio novo com o dinh.<sup>10</sup> q. se tem gastado em concertos, e em remendos interiores”<sup>473</sup>. Mas são também, por assim dizer, anos de ensaio para o jovem Rei, que lhe permitirão definir com clareza os grandes objectivos do reinado, estruturando, em conformidade com estes, as bases em que deveria assentar a sua imagem. A 7 de Novembro de 1716 alcançava-se finalmente a elevação da Capela Real à qualidade de Basílica Metropolitana e Patriarcal e este facto assinalaria uma nova etapa que não tardaria, com efeito, em traduzir-se em novos projectos.

Efectivamente, se a transformação da Capela palatina em Colegiada motivara, desde logo, o alargamento do velho templo, a sua elevação a Sé Patriarcal expunha com toda a crueza as insuficiências patenteadas por uma estrutura arcaica, delineada noutra conjuntura e, sobretudo, limitada nas suas possibilidades de expansão. Como afirmava João Baptista de Castro, “Faltava ao material da Igreja a sagrada fabrica de hum edificio competente, que merecesse no magnifico o nome de Basilica, e Templo Regio Patriarcal”<sup>474</sup>. Por outro lado e como não poderia deixar de ser, também o próprio Paço se ressentia, na sua configuração irregular, da inexistência de um plano geral de crescimento. Erguido ao sabor das necessidades, ainda nas vésperas do terramoto o *chevalier* des Courtils o descrevia como “une multitude de bâtimens placés sans goût, sans ordre et sans architecture”<sup>475</sup>.

É, pois, neste contexto, que terá começado a ganhar corpo na mente do monarca uma ideia mais vasta, apontando para soluções inteiramente novas. Com esse fim se deslocaria a Lisboa, aí permanecendo entre Janeiro e Julho de 1719, o grande architecto italiano Filippo Juvara, por concessão de Vítor Amadeu de Sabóia, solicitado pelo soberano português. Fascinado com os encantos paisagísticos da cidade, elabora, ao longo de seis meses, os planos de um sumptuoso Palácio Real, cenograficamente erguido sobre o Tejo e rodeado de magníficos jardins e que englobava agora, num único conjunto architectónico, a Sé Patriarcal e mesmo a residência do metropolitano<sup>476</sup>. Presionado pelo próprio Rei, trabalharia o artista para que “quella fabrica dopo la rinomata gran mole di S. Pietro di Roma tenesse il primo posto”<sup>477</sup>.

Segundo o relato de João Baptista de Castro, ter-se-ia realizado, a 7 de Fevereiro desse mesmo ano, uma reunião em que, com a presença do monarca, dos architectos Juvara e Ludovice e de um número escolhido de fidalgos, ministros e mesmo médicos, se tratava de escolher o local conveniente para a futura edificação. Empreender uma reforma sistemática do próprio Paço da Ribeira ou, partindo do nada, edificar, num local inteiramente virgem (o sítio de Buenos Aires, sobranceiro à ribeira de Alcântara), um novo conjunto architectónico que albergasse, com o desejado esplendor, a Corte de Lisboa (nas suas variantes eclesiástica e secular), era o dilema que se colocava. A favor da primeira solução se teriam pronunciado os marqueses de Minas e de Abrantes, o conde de Assumar, o futuro académico D. Manuel Caetano de Sousa e Mr. Berger; o marquês de Alegrete, os condes de Aveiras, Unhão, Ericeira, Valadares e S. Lourenço e o architecto Ludovice, defenderiam a proposta contrária, tal como os médicos, pelas condições de salubridade que o local oferecia. Quanto a Juvara, ter-se-ia absterido de tomar partido. Esta diversidade de opiniões motivaria, segundo o mesmo autor, o adiamento do projecto, continuando a aproveitar-se, na medida das suas possibilidades, a antiga Capela Real<sup>478</sup>.

Outras versões existem sobre o sucedido, relatadas pelo naturalista suíço Merveilleux<sup>479</sup> ou ainda pelo padre Francisco Xavier da Silva, segundo o qual teria mesmo chegado a ser delimitado o terreno, de acordo com os planos, junto à ribeira de Alcântara e o abandono dos projectos teria ficado a dever-se ao longo tempo exigido pela sua construção, que o architecto estimava em, pelo menos, três décadas<sup>480</sup>. Do que não restam dúvidas, porém, é de que o insucesso em que redundam os grandiosos planos de Juvara – que rapidamente abandona o País, depois de generosamente gratificado –, levaria o monarca a voltar de novo as suas atenções para o Paço da Ribeira onde, nos anos que se seguem, as reformas adquirem novo fôlego, contando, aliás, entre 1728 e 1732, com a colaboração de outro architecto italiano: António Cannevari, a quem se ficará a dever a nova torre do relógio na Patriarcal<sup>481</sup>.

Depois dos aposentos do monarca, redecorados e mesmo grandemente beneficiados, como vimos, por alturas do seu casamento, é agora a vez dos quartos do Infante D. António, concluídos já em 1726 e que incluíam cavalaria e cocheira independente<sup>482</sup>; dos da Rainha, com tectos pintados por Quillard e grande escadaria riscada pelo Cannevari<sup>483</sup>; dos dos Príncipes do Brasil, erguidos em 1731-32, ao que parece também por ele<sup>484</sup> e ainda, já nos finais do reinado, dos da Princesa da Beira e suas irmãs, por cima dos Armazéns da Ribeira das Naus, terminados nos inícios de 1749<sup>485</sup>. O Paço adquire então interiormente o aspecto sumptuoso que facilmente transparece dos diversos relatos deixados pelos contemporâneos. D. António

Caetano de Sousa fala nas ricas tapeçarias “de excellentes debuxos” com que o monarca “augmentou o grande numero das antigas de Rafael, Ticiano, Rubens, e outros insignes inventores e debuxadores, com que se adornão as paredes dos seus Reaes Palacios”, nos “preciosos moveis”, nas “porçolanas exquisitas da China”, nas “baixellas de prata fabricadas pelos mais peritos artifices”, nas “pinturas dos mais famosos Mestres, que celebra o Mundo”<sup>486</sup>; outros referem os “admiraveis quartos, preciosamente guarnecidos”, as “grandes e preciosas ante-camaras” repletas de “tapeçarias e moveis inestimaveis, e pinturas dos mais insignes autores”, as “salas e gabinetes” que “encerram em si o mais precioso que póde a terra dar”<sup>487</sup>; outros ainda, enfim, mais simplesmente, comentam: “Le logement de ce Palais est considerable, les appartements en son fort grands, & très-richement meublés”<sup>488</sup>.

Mas o monarca não desistira ainda dos seus sonhos de grandeza. Com trinta e cinco anos encontrava-se, pode dizer-se, no auge das suas forças e o reinado atingira o seu ponto alto. Vencida a conjuntura delicada que caracterizara o período da Guerra da Sucessão, entrara “de chofre”, como escreveu Jaime Cortesão, “num período de glória, de paz e prosperidade ou, quando menos, de ilusão de prosperidade”<sup>489</sup>. E, na verdade, ao mesmo tempo que se activam as reformas no Paço da Ribeira, adquire por 200 000 cruzados, a 5 de Julho de 1726, a quinta que o conde de Aveiras possuía em Belém; e não apenas a *quinta de baixo*, onde ficavam as casas nobres, mas também a *de cima*, que o fidalgo possuía confinante com a anterior e que se encontrava plantada de vinhas<sup>490</sup>.

Não ficaria, contudo, por aqui, o súbito interesse do monarca por essa zona, na verdade esplêndida, dos arrabaldes da sua capital. Adquiriria igualmente ao conde de Óbidos a quinta do Conde Meirinho-Mor, no Alto da Ajuda; a do Correio-Mor, ao Bom Sucesso, ao 9.º correio-mor Luís Victorio de Sousa Mata Coutinho; a do conde de S. Lourenço a Pedrouços e a da Calheta, contígua à dos Aveiras pelo lado de cima. Todas se encontravam já na posse da Coroa em 1729. Acrescentavam-se ainda os terrenos pertencentes ao Paço de Alcântara, incluindo a vastíssima tapada (comprada por D. João IV e que viria a constituir, mais tarde, a Tapada da Ajuda), terras e casas em Linda-a-Velha, Alfragide, Caselas, Outarela, Ajuda, Alcolena e Jamor, compondo o chamado *reguengo de Algés*, que rendia ao Rei grossos cabedais e, finalmente, a Tapada das Necessidades, esta já em 1744. Entre Alcântara e Algés os domínios reais eram então imensos<sup>491</sup>.

Ao contrário, porém, do que seria de esperar, o *Magnânimo* parece empenhado em conservar as estruturas, aliás modestas, deixadas pelos Aveiras. Muito embora o conde de Povolide refira, logo em 1726, que aí “se fazem

muitas obras”<sup>492</sup>, as remodelações ter-se-ão verificado sobretudo no interior, decorando os salões e encomendando quadros, e pinturas e na quinta, propriamente dita, uma vez que mesmo o jardim virado ao Tejo terá sido realizado pelo anterior proprietário<sup>493</sup>. Aqui e além surgem novas estátuas e a antiga vinha, denominada agora *Regius Hortus Suburbanus*, é dividida em talhões geométricos, plantando-se em seu lugar cevadilha, gingeira, laranjeiras, espargos, oliveiras, limoeiros, tangerineiras, etc. Por fim, constrói-se um depósito de coches e estufins e novas cavaliças que já em 1729 estariam concluídos<sup>494</sup>.

Belém funcionaria assim como uma espécie de prolongamento natural do Paço da Ribeira. Aí se realizavam festas e recepções, especialmente nos jardins, às quais assistia a Corte, descendo o Tejo em bergantim e a 4 de Novembro de 1739 teria mesmo lugar a inauguração de um pequeno teatro<sup>495</sup>. Tudo parece, pois, confirmar as palavras de Francisco Xavier da Silva, quando afirma que D. João V a “destinou para Casa Real de Campo”. É, todavia, muito provável que o cônsul francês, Montagnac, sempre atento à menor alteração na realidade nacional, estivesse bem melhor informado quando, em 26 de Fevereiro de 1726, noticiava ao seu governo (mesmo com antecipação), que o monarca acabava de comprar a magnífica quinta do conde de Aveiras, à qual tencionava anexar várias outras, para aí construir um soberbo palácio, juntando depois tudo ao Mosteiro de Belém, onde instalaria a Patriarcal, transferindo para Mafra os Jerónimos<sup>496</sup>.

Na verdade, o reduzido volume de obras realizadas na pequena Quinta de Belém e o modesto significado que, apesar de tudo, reveste no contexto das estruturas áulicas joaninas, não justificam a sistemática determinação com que, ano após ano, o soberano se esforça por transformar esse punhado de terra ribeirinha num vastíssimo domínio. É certo que, se os motivos que em 1719 presidiram ao abandono ou, pelo menos, ao adiamento dos grandiosos projectos acalentados pelo Rei, se afiguram hoje controversos, menos claro ainda parece ser o seu ressurgimento súbito (?) escassos anos volvidos sobre o malogro inicial. Como é sabido, este sonho do monarca jamais seria convertido em realidade. Mas não deixa de ter interesse confirmar a vitalidade e a persistência desta ideia que parece acompanhá-lo sempre e que, começa a perceber-se, se perfila distintamente na sombra de uma obra renovadora que em tantos aspectos se quedaria aquém dos seus desejos. Como quer que seja, por esse tempo tinham recuperado novo alento os trabalhos empreendidos no Paço da Ribeira e a década seguinte assinalaria mesmo um nítido recrudescimento da actividade.

De facto, nos anos que se seguem a 1730 o Rei parece voltar de novo as suas atenções para a Capela Real do Paço da Ribeira, irremediavelmente

convertida em Sé Patriarcal e aí se assistirá a novo surto de reformas. Em 1733, com efeito, relata no seu *Diário* o conde da Ericeira: “Continua-se a compra de m.<sup>tas</sup> cazas na Tanoaria, e dizem comprará El Rey todas as da Rua Nova da p.<sup>te</sup> do Paço, de q. se infere se cuida na nova Igreja Patriarchal, em que entrará parte do mesmo Palacio”. E, alguns dias depois, acrescentava: “Já se derrubão a Ilha das Cazas da rua nova de Almada q. El Rey comprou por 45 V cruzados, e não se compram tantas da Tanoaria, e rua Nova como se dizia”<sup>497</sup>.

Efectivamente, a verdadeira *Patriarcal de D. João V* e, por consequência, também a *Patriarcal de Ludovice*, não é a que Barbosa Machado descreveu e que seria o produto das primeiras reformas empreendidas a partir de 1707 e com toda a probabilidade concluídas (no que diz respeito ao templo, propriamente dito) em data não muito posterior a 1712. É, sim, a que surgiria a partir de 1730, quando a consciência da impossibilidade de fazer vingar os seus projectos leva o monarca a interessar-se novamente pela capela palatina<sup>498</sup>. Só assim se compreende que os trabalhos agora iniciados redundassem numa nova sagração, solenemente efectuada entre 13 e 20 de Novembro de 1746<sup>499</sup>. Era isto mesmo que Fr. António do Sacramento pretendia transmitir quando afirmava que “A Santa Igreja Patriarchal foi fundada pelo senhor Rey D. João V de feliz recordação, pelos annos de 1730, pouco mais ou menos”<sup>500</sup>.

Não é hoje fácil reconstituir em toda a sua extensão o produto dos esforços despendidos pelo *Magnânimo* no decurso desta segunda campanha de reformas. Não chegaram até nós descrições elaboradas com a minúcia do relato de Barbosa Machado e as que possuímos, pitorescas e mesmo, por vezes, sugestivas, são, contudo, lamentavelmente vagas. Alvarez de Colmenar recordava-a “toute brillante d’or & d’azur”<sup>501</sup>, mas o *Dictionnaire Historique* de Moreri refere apenas que “L’Église patriarchale est une des plus magnifiques églises que l’on conoisse aujourd’hui en Europe”<sup>502</sup>; quanto a Fr. António do Sacramento, fazendo prova de uma notável economia de palavras, diria simplesmente: “Não era alta, era espaçosa, tinha columnas pelo meyo, e era sagrada”<sup>503</sup>. Outros, porém, foram, apesar de tudo, mais longe. Nas vésperas do terramoto, o *chevalier* des Courtils registava assim o seu aspecto: “Il y a le maître-autel qui est tout de lapis azurique. Le tabernacle est d’agate. Deux colonnes de lapis se font remarquer à l’entrée de cette chapelle magnifique, où on ne voit plus que marbre noir, jaune et autres rares productions de la nature majestueusement mis en oeuvre. On n’y va jamais qu’on n’y remarque quelque beauté nouvelle. Le moindre rayon de soleil en fait apercevoir qui avaient échappé au premier coup d’oeil. Le plafond est décoré de compartiments, de groupes dorés avec des têtes d’ange de marbre dans les intervalles. On y voit aussi des tableaux du

plus beau marbre sculpés admirablement, qui servent de dessus de porte. Le parquet est couvert de tables à la mosaïque avec une sphere et ses attributs. Les ornements les plus magnifiques répondent à la majesté de cette chapelle...”<sup>504</sup>

De tudo isto, contudo, pouco mais resta que algumas plantas realizadas já depois do terramoto e que nos mostram, no seu sóbrio esquematismo, o conjunto dos edificios da Patriarcal<sup>505</sup>. Não obstante, o confronto com os elementos fornecidos pelo relato do abade de Sever permite compreender que o corpo do velho templo se manteve incólome, incidindo as reformas fundamentalmente na zona da cabeceira. A capela-mor adquirira já na primeira fase dos trabalhos comprimento idêntico ao da nave e a colateral do lado do Evangelho, dedicada ao Santíssimo Sacramento, segue-lhe agora o exemplo, perdendo a primitiva cúpula *brunelleschiana*. A do lado oposto, da invocação da Sagrada Família, ficaria porém a meio caminho, para dar lugar, na retaguarda, à *casa do tesouro*. Perpendicular a esta e com ela comunicando directamente, surgia a riquíssima capela da Imaculada Conceição, em redor da qual se articulava um complexo sistema de dependências de apoio, sacristias, etc.<sup>506</sup>

Verdadeiro salão de festas do Palácio, centro emotivo da vida cortesã, a Patriarcal constitui uma autêntica encruzilhada de caminhos. Ao fundo do templo, três portas dão acesso ao Paço, através de uma galeria que circundava o *pátio da Capela*, bem como aos aposentos do metropolitano, aos quais se ascendia por uma larga escada. Da nave da Epístola, outra escadaria que, refere Francisco Xavier da Silva, “se acabou de todo para o dia da Sagração” e “he obra magnifica”<sup>507</sup> (e que, tudo indica, substituiria a que Barbosa Machado descreve no seu relato), estabelecia a ligação com o referido pátio, no pavimento térreo e, no superior, com outras dependências. A nave do Evangelho, por seu turno, abria-se para o exterior através da famosa escadaria de cinco lanços, já nossa conhecida, onde o “novo atrio”, que em 1719 se ia ainda “fabricando”, surgia agora como uma vasta e moderna praça, numa clara tentativa de urbanismo<sup>508</sup>.

A Patriarcal convertia-se assim no pólo dinamizador de um vasto programa arquitectónico, procurando impor, a uma amálgama de construções sem unidade, um projecto global e esteticamente coerente. Isto mesmo reconhecia o próprio Courtils, quando afirmava: “La partie neuve du palais, qui donne du côté de la patriarchale, est belle et construite à la moderne”<sup>509</sup>. Apesar disso, era no interior do próprio templo que melhor se revelavam as propostas renovadoras do monarca. E o mesmo se diga em relação ao espírito que a elas presidia. Ano após ano, num processo que se inicia cerca de 1740, mas que absorveria o Rei quase até à morte<sup>510</sup>, a Real Capela perderia completamente o aspecto que a caracterizava ainda no relato de

Barbosa Machado, adquirindo, em contrapartida, graças ao contributo dos melhores artistas que, nas mais diversas áreas, contava a Cidade dos Papas, a configuração espectacular que transparece da narrativa de Courtills e que apenas a esplendorosa Capela de S. João Baptista em S. Roque permitirá ainda evocar<sup>511</sup>.

De facto, é bem a Cidade dos Papas que obceca a mente do *Magnânimo*. Em toda a campanha de reforma, avulta como referência central, quase opressiva, a Basílica Pontifícia de S. Pedro. E, uma vez mais, o monarca se empenha em recolher uma exaustiva informação, que o elucidasse, não apenas sobre os esplendores artísticos de que se rodeava a Sede Apostólica, mas sobre as minudências de um cerimonial litúrgico sobre o qual se pretendia decalcar o do Patriarca lisboeta. Em Roma, o encarregado dos negócios portugueses, Manuel Pereira de Sampaio, assessorado por uma equipa *técnica* de desenhadores e eclesiásticos, elabora extensos relatórios em que procura responder detalhadamente aos questionários que, em ritmo vertiginoso, lhe chegam do Reino e sobre estes assentaria, passo a passo, toda a obra de renovação. Como a própria instituição que lhe competia albergar, a Capela Real do Paço da Ribeira convertia-se, deste modo, numa sumptuosa miniatura do Vaticano, repleta de designações evocativas, como a *Capela Paulina*, a *Sala Ducal* ou a *Escadaria Régia*<sup>512</sup>.

Observadas de perto, contudo, as reformas empreendidas pelo monarca parecem limitar-se, uma vez mais, à criação das condições indispensáveis à instalação na capela palatina da faustosa cúria metropolitana. Aumenta-se o espaço disponível para a realização das complexas cerimónias impostas pela nova liturgia, erguem-se as infra-estruturas necessárias e acrescenta-se a residência do prelado, constrangido até então a habitar casa alugada<sup>513</sup>. No que se refere ao ordenamento da praça fronteira, bem como à renovação do claustro ou *pátio da Capela*, constituem, vimo-lo já, consequências das primeiras obras, dinamizadas no início do reinado. Na verdade, e apesar do esplendor que agora a rodeava, a Patriarcal do Paço da Ribeira constituiria sempre para o Rei uma solução de compromisso, o adiamento do grande sonho que parecia nunca o abandonar. E, com efeito, quase nas vésperas da sua sagração, talvez por volta de 1745, encomendaria ainda a Ludovice os planos de uma nova Basílica, a erguer desta vez à Cotovia, na extremidade norte do Bairro Alto e que deveria ser “da extensão de S. Pedro de Roma”<sup>514</sup>.

O reinado entrava, porém, no seu epílogo. Prostrado pela doença que em breves anos o vitimaria, preso desde 42 à sua cadeirinha<sup>515</sup>, o monarca assistia já sem forças ao lento esboçar da crise que se avizinhava e os planos solicitados ao arquitecto eram, de facto, o reflexo da mudança dos

tempos. A nova Patriarcal centralizaria, é certo, o sector eclesiástico da Corte em condições espaciais que o velho Paço jamais permitiria; adjacentes à Basílica surgiriam “hum Palacio Patriarchal, huma Canonica, hum Seminario, e huma freguezia”<sup>516</sup>. Mas ninguém parece já pensar, como em 1719, em erguer de raiz um edifício colossal que “dopo la rinomata gran mole di S. Pietro di Roma tenesse il primo posto”. De resto, mesmo esta ideia terá sido desde logo abandonada<sup>517</sup>.

Na verdade, um último palácio resultaria ainda do ímpeto construtivo joanino: o Palácio-Convento das Necessidades. Era, porém, essencialmente, uma consequência da sua devoção e da própria doença que o minava. Acometido subitamente de paralisia a 10 de Maio de 1742, busca de imediato (à semelhança de seu pai), a protecção da Senhora das Necessidades que se venerava numa pequena ermida edificada no Alto de Alcântara e cuja imagem, nos oito anos que se seguem, não mais abandonará os régios aposentos. As grandes melhoras que chega a experimentar decidem-no a promover o aumento e o enriquecimento do templo para o que, a 8 de Novembro de 1742, lavrava já a escritura de compra do prazo de Alcântara, onde a Capela se encontrava, pela quantia de dez contos de réis<sup>518</sup>. Empreende então, não apenas a reconstrução da pequena ermida em termos que não desmerecessem a qualidade dos favores alcançados mas, igualmente, a erecção anexa de um palácio e de um convento a que se deu o nome de *Hospício* e que deveria albergar sacerdotes em quantidade suficiente para assegurar o culto aos inúmeros fiéis e para abrir aulas públicas de letras e ciências humanas e experimentais<sup>519</sup>.

Como de costume, o Rei impõe um ritmo acelerado à construção mas, à data da sua morte, em 1750, apenas se concluía o Palácio, se aumentara a ermida e se erguera a quarta parte do Convento<sup>520</sup>. Não chegaria portanto nunca a habitá-lo e nem parece crível que o tivesse pretendido. Se a Capela Real se revelara exígua para acolher a magnificente Patriarcal, as dimensões da ermida das Necessidades, mesmo renovada, impediam-no à partida. Quanto ao Palácio, não parece igualmente destinado a servir de morada a um príncipe como D. João V. O tratamento interior, idêntico ao do *Hospício*, consistia em pavimentos de tijoleira, paredes caiadas com rodapés de azulejo e tectos de abóbada. A iluminação fazia-se por janelas sem vidraça, com um simples postigo de vidro em meia porta de cada janela, prevenendo-se que as paredes em tosco fossem forradas de tapeçarias ou *razes* e de damasco nos aposentos íntimos<sup>521</sup>.

Após a morte do Rei, o Paço das Necessidades tornava-se residência de seus irmãos, os Infantes D. Manuel e D. António. Mas Rattón, que nas suas *Recordações* frequentemente se fazia eco de informações sólidas, parece querer desvendar uma ponta do véu: “Foi também este monarca, escreve,

que mandou edificar o palacio e convento das Necessidades, destinado, segundo ouvi dizer, para residencia da Rainha, quando enviuvasse; e o convento, para os Padres da congregação de S. Philippe Neri que deverião ser seus Capellaens”<sup>522</sup>.

No termo do reinado, o *Portugal Joanino* parecia, afinal, não ter ainda conseguido encontrar uma expressão arquitectónica para essa imagem que tão laboriosamente tentara construir. Era, sem dúvida, uma conclusão amarga para um período tão rico de acontecimentos e, uma vez mais, o esforço despendido se afigurava desproporcionado em relação aos resultados alcançados. E, todavia, nunca o Estado apostara tanto na força persuasiva dos meios visuais; nunca a Realeza surgira tão espectacular e coerente na sua definição; nunca a vida da Corte se revestira de tão grande importância aos olhos da estratégia do poder; nunca, enfim, o Palácio ocupara um lugar tão central no imaginário colectivo. Não obstante, quase meio século de reformas não tinham alcançado alterar substancialmente a configuração caótica do velho Paço da Ribeira, em termos que pudessem convertê-lo num fiel reflexo do poder. Sob a pressão da conjuntura, a renovação empreendida quedar-se-ia, pois, a uma significativa distância dos ambiciosos propósitos alimentados pelo real patrono.

Os aposentos régios e os vastos salões que os precediam surgiam agora, é certo, modernizados e decorados com magnificência; novos e sumptuosos edifícios se haviam acrescentado aos anteriores e a Capela Real transformara-se, de facto, num precioso esconceito de obras de arte, explorando, até à exaustão, as possibilidades de emulação com a Sede Pontifícia. Perfilava-se também como um eixo simbólico em redor do qual se centrava um amplo programa arquitectónico. Mas não restam dúvidas de que o conjunto das reformas empreendidas pelo *Magnânimo* na antiga morada dos seus predecessores, não fizera mais que acrescentar um capítulo novo a esse gigantesco repositório de arquitecturas centenárias. Constituíam a tradução possível do grande sonho frustrado de um faustoso complexo de Palácio e Sé Patriarcal, que verdadeiramente constitui o pano de fundo contra o qual se recortam as grandes obras palatinas do reinado.

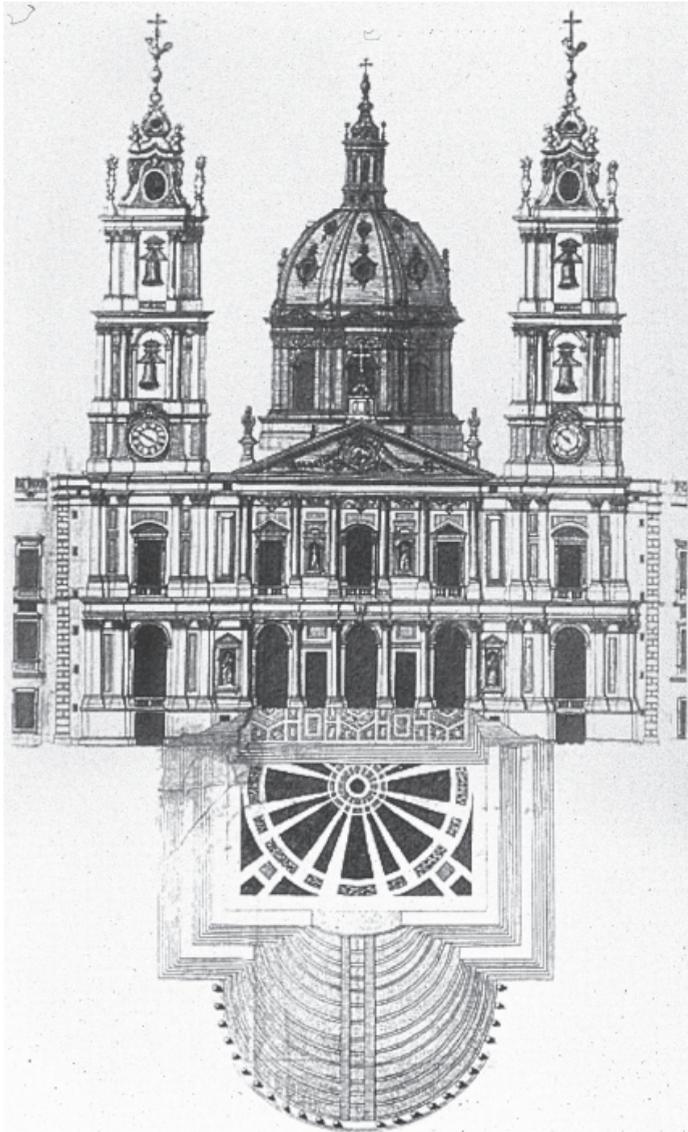
Quase intocada pela acção real, Belém ocultava apenas, na verdade, a persistente vitalidade do desígnio régio. Quanto às Necessidades, realização tardia, erguer-se-ia à margem de um processo do qual constituiria, quando muito, uma tácita confissão de desistência. De toda esta gigantesca actividade desenvolvida pelo monarca-construtor, restaria apenas, com efeito, um último produto: um convento de Franciscanos capuchinhos da Província da Arrábida que o Rei entendera edificar, ainda jovem, numa pequena eminência sobranceira a Mafra. Aí, num local ermo, não longe da

sua capital, se cristalizaria enfim, a pouco e pouco, essa ideia de poder que o animava e que as circunstâncias pareciam apostadas em impedir que se realizasse em Lisboa. Talvez por isso, por pressentirem a íntima ligação que os unia, desde cedo os contemporâneos lhe chamaram, sugestivamente, o *Real Edifício*.



PARTE III

O REAL EDIFÍCIO





## PERSCRUTANDO AS ORIGENS

“ElRei terá filhos se quizer.” Com estas enigmáticas palavras de Fr. António de S. José, ou *da Índia*, como era geralmente conhecido, proferidas na Sala dos Tudescos do Paço da Ribeira nos primeiros meses de 1711, começaria, segundo a tradição, a história daquele que haveria de converter-se no maior empreendimento do reinado: o Real Convento de Nossa Senhora e Santo António de Mafra. O monge, religioso leigo da província franciscana da Arrábida, era, ele mesmo, natural de Mafra, mais propriamente da pequena vila de Cheleiros<sup>523</sup>, a pouca distância daquela e, na verdade, era antiga na região, especialmente na família dos donatários, os viscondes de Vila Nova da Cerveira, a ambição de aí estabelecer um convento de Franciscanos arrábidos. Movido da intenção de valorizar as suas terras com a presença do cenóbio ou, simplesmente, zeloso de proporcionar aos habitantes uma assistência espiritual de que, ao que parece, se encontravam quase privados, já em 1624 D. João Luís de Meneses e Vasconcelos iniciava diligências nesse sentido, que a sua morte, pouco tempo depois, interrompia. Muitos anos mais tarde, em 1705, o 12.º visconde, D. Tomás de Lima Vasconcelos Brito e Nogueira, retomava os projectos do seu antepassado, interessando neles o provincial, Fr. António dos Santos, que chegaria mesmo a enviar examinadores na intenção de saber se a nova fundação se revestia de utilidade para a província a que presidia, apurando estes que a terra era tão pobre que não poderia sustentar comunidade superior a dez ou doze frades. De resto, a ideia esbarrava entretanto com a oposição do Desembargo do Paço que entendia “não ser conveniente a fundação pretendida, por estar o Reino muito onerado de Conventos Mendicantes”<sup>524</sup>, parecendo o assunto ter morrido aqui.

Todavia, a partir de Janeiro de 1707, mudava de mãos o cargo de provincial e o novo titular, Fr. José da Paixão, determinava enviar dois religiosos – um dos quais participara já da anterior missão – a ministrar, durante o período da Quaresma, assistência espiritual às populações da vila e sua orla. Aí chegados, os monges instalavam-se nos arrabaldes, numa pequena casa anexa a uma ermida dedicada ao Espírito Santo, que servia de alber-

gue a peregrinos. A partir de então, periodicamente, em cada jubileu do ano, chegariam a Mafra confessores enviados pela guardiania da ordem em Sintra, ao mesmo tempo que o visconde, sem desistir dos seus propósitos, não poupava esforços no sentido de fazer chegar “aos ouvidos d’ElRei, a grande gloria que resultaria a Deos, de pôr alli o remedio da Confissão prompto a tantas almas necessitadas”<sup>525</sup>.

Neste ponto se encontraria a questão, quando se dá o famoso encontro no Paço da Ribeira, entre o Franciscano Fr. António da Índia e o inquisidor-geral, cardeal da Cunha, acompanhado pelo conde de Santa Cruz, depois marquês de Gouveia, cuja conversa versaria o grave problema da sucessão dinástica, que continuava por assegurar mais de dois anos decorridos sobre o régio consórcio. Instado pelos dignitários para que encomendasse o Rei a Deus nas suas orações, o frade teria respondido, hermeticamente, que o monarca teria filhos se quisesse, abalando em seguida sem dar azo a interrogatório. Alguns dias mais tarde repetir-se-ia a entrevista e, desta vez, pressionado pelos interlocutores, acederia a explicar-se: “Prometta ElRei a Deos fazer hum Convento na villa de Mafra, que logo Deos lhe dará sucessão”<sup>526</sup>. Participado o caso aos soberanos e estabelecido o voto de fundar um cenóbio de Franciscanos arrábidos dedicado a Santo António, não tardaria a cumprir-se a profecia e a 4 de Dezembro desse mesmo ano, morto já o enigmático monge, nascia a Infanta D. Maria Bárbara, que haveria de ser Rainha de Espanha.

Quase em simultâneo, partiam para Mafra três religiosos, instalando-se, como de costume, na ermida do Espírito Santo, onde empreendem, à custa das esmolas recolhidas, as primeiras obras de adaptação, improvisando, com tapumes de madeira, as modestas dependências de que careciam: doze pequenas celas, cozinha e refeitório e duas alcovas para servir de enfermaria ou acomodação de visitantes. Principiam entretanto as obras do Convento novo “e como pela sua grandeza não davam mostras de se concluirem em poucos annos”, o monarca ordena algumas reformas com vista a diminuir a incomodidade em que se encontravam, acrescentando-se então algumas celas e alargando-se as *oficinas*. Aqui se conservariam até 1730 quando, enfim, no próprio dia em que se dá início ao solene oitavário da sagração da Real Basílica, se transferem, juntamente com os seus irmãos, recém-chegados de todas as casas que a Ordem possuía no Reino, para o sumptuoso edifício que o Rei lhes preparara<sup>527</sup>.

Muita tinta tem já corrido sobre a credibilidade merecida por esta narrativa dos acontecimentos que terão estado na base da gigantesca mole arquitectónica erguida pelo *Magnânimo* e que chegaria mesmo a ser qualificada de “grosseiro embuste fradesco, sem nenhum valor”<sup>528</sup>. De facto, se

a inscrição gravada na pedra fundamental – DEO OPTIMO, MAXIMO/ DIVOQUE ANTONIO LUSITANO/ TEMPLUM HOC DICATUM/JOANNES V. LUSITANORUM REX/VOTI COMPOS OB SUSCEPTOS LIBEROS/ PRIMUMQUE FUNDAVIT LAPIDEM... – estabelece, sem margem para dúvidas, a origem votiva do monumento, outras versões existem sobre o sucedido: Merveilleux, que o visitaria nos inícios da década de 20, refere como motivo para a realização da promessa uma grave doença do monarca, em virtude da qual se teria encontrado em perigo de vida<sup>529</sup>. Por sua vez, Mons. José de Castro, que investigou os Arquivos do Vaticano, embora sem transcrever as fontes que utiliza e em termos de tal modo vagos que se torna impossível datar com precisão as informações que veicula, afirma que a erecção do convento se teria ficado a dever a compromissos assumidos ainda por D. Pedro II, ligando-se, portanto, apenas o templo ao voto sucessório joanino. Refere ainda as cerimónias do lançamento da primeira pedra e no seu relato perpassa já um conjunto arquitectónico onde a igreja surgiria entre o convento e um palácio real. Por último, noticia a ida do soberano a uma gruta, habitada por “um devoto eremita cuja visita lhe causou tal emoção que o virão sair com as lágrimas nos olhos”, sem que, contudo, se compreenda com clareza o papel desempenhado por esta nova personagem no complicado enredo que parece envolver a fundação do colosso mafrense<sup>530</sup>. O tema, retocado embora, encontraria, aliás, muitos anos mais tarde, um eco singular num curioso poema satírico editado em 1788, em língua francesa e no qual o próprio D. João V constitui a figura central.

De acordo com o seu autor, o encontro com o anacoreta ter-se-ia verificado durante uma caçada real nas imediações de Mafra. Perdido dos seus companheiros, sofrendo de calor e sede, o monarca dirigira-se a um pequeno eremitério, único ponto habitado nas redondezas, pedindo de beber. Satisfeita a sede, inquirira do nome do seu benfeitor e, informado de que se chamava António, fizera então o voto de substituir o seu eremitério por uma bela igreja dedicada ao santo do mesmo nome, se o solitário monge alcançasse de Deus a desejada sucessão. Reafirmada a promessa em presença dos caçadores entretanto reunidos, apressara-se o monarca a transmiti-la à Rainha, que desejara por seu turno conhecer o seu intercessor junto à divindade. Satisfeitas as preces, o humilde recolhimento do eremita desapareceria, enfim, sob as fundações da basílica real, no local preciso onde hoje se encontra o altar-mor<sup>531</sup>.

Na verdade, à medida que nos afastamos do tempo em que decorreram os acontecimentos, as narrativas, redigidas em regra por forasteiros superficialmente informados da realidade nacional, parecem querer tornar-se cada vez mais romanescas e fantasiosas. Em 1770, Baretti escrevia que a

escolha do local se devera ao facto de ter sido o primeiro aspecto da costa portuguesa avistado por D. Mariana de Áustria na sua chegada a Portugal, ficando pois a erecção da grandiosa mole a dever-se ao reconhecimento do monarca pela feliz viagem da soberana<sup>532</sup>, ao passo que, já nos finais de Oitocentos, *Lady Jackson* justificaria a situação do monumento pela existência nesse sítio da mais pequena e indigente comunidade monástica portuguesa, no que constituiria, certamente, uma remota alusão ao primitivo núcleo do Espírito Santo<sup>533</sup>.

Novos e mais interessantes dados seriam, contudo, acrescentados à questão com a descoberta, por Alberto Pimentel, de um interessante manuscrito da antiga biblioteca dos marqueses de Pombal. Substituídos pelo marquês de Angeja o cardeal da Cunha e o conde de Santa Cruz e Fr. António da Índia por um não identificado (mas talvez bem caracterizado) *leigo arrabido, muito piegas, de quem se contavam milagres*, os ingredientes da narrativa tradicional ressurgem com pequenas alterações. Interrogado pelo fidalgo “por que não fazia com Santo António que tivesse a rainha filhos”, responderia o frade que os teria, mas era “preciso fazer-lhe uma casa”. Posto isto, ordenara o monarca que se elaborassem planos e tomassem medidas do sítio onde, mais tarde, surgiria o Convento do Coração de Jesus, tendo mesmo chegado a colocar-se no local os costumados marcos, o último dos quais, assinalado com o número 12, apenas teria sido arrancado quando se dera início à construção mariana. Como, porém, a soberana fosse interessada na fundação do convento e o visconde de Cerveira ocupasse as funções de seu estribeiro-mor, conseguiriam ambos alterar os rumos dos desígnios régios, vindo a erguer-se em Mafra o que deveria ter surgido em Lisboa. “Este foi o motivo de lá se fazer a igreja dedicada a Santo António, porém o milagre de haver filhos, foi o dizer o duque de Cadaval, D. Jayme de Mello a El-Rei: que, que, que, trabalhasse a Rainha para ter filhos, que era obrigada a isso; e do contrario lhe podia succeder mal”<sup>534</sup>.

Na realidade e como constatava Robert Smith, “In spite of the efforts of writers to disprove the legend of the origin of Mafra, it appears that the story is really true”<sup>535</sup>. Efectivamente, um dos aspectos que imediatamente prende a atenção na confusa amálgama das narrativas que chegaram até nós, é o facto de a diversidade de opiniões residir apenas nos relatos elaborados por estrangeiros. Em oposição a estes, pode dizer-se que as fontes nacionais revelam entre si uma notável concordância, variando, fundamentalmente, em questões de pormenor, provavelmente na razão directa da sua proximidade em relação aos acontecimentos e às personagens envolvidas. Do mesmo modo se afigura particularmente interessante verificar

que, na sua maior parte, os testemunhos subsistentes se devem a personalidades contemporâneas do empreendimento e certamente bem informadas em função dos cargos que ocupavam.

Com efeito, a primeira referência que encontramos ao voto sucessório do monarca e ao papel desempenhado por Fr. António da Índia, era dada à estampa logo em 1728, no segundo volume da *Chronica da provincia de Sta. Maria da Arrabida*, do franciscano Fr. José de Jesus Maria. Aí deparamos já com o episódio da entrevista entre o inquisidor-geral (não há referências ao conde de Santa Cruz) e o misterioso frade, cuja vida, envolta em fumos de santidade, é descrita com detalhe. Dois aspectos, contudo, importará reter: o monge teria chegado, anos antes, a exercer os seus poderes curativos sobre a própria Infanta irmã do Rei e, no momento em que é questionado sobre o significado das suas palavras evasivas, responderia que promettesse o soberano erguer a Deus um convento *na vila de Mafra*<sup>536</sup>.

Idêntico relato deixaria dois anos depois, em 1730, o duque de Cadaval, D. Jaime Álvares Pereira de Melo, estribeiro-mor do Rei, nas suas *Memorias da fundação do Real Convento de N. S. e S. Ant.º de Mafra*. Com a minúcia de quem conhece os assuntos por dentro evoca, ponto por ponto, as primeiras diligências efectuadas pelo donatário D. João de Meneses, nos inícios do século XVII, a recuperação da ideia pelo visconde D. Tomás de Lima, o interesse que desperta nos superiores da província franciscana, a oposição do Desembargo do Paço (de que era presidente seu próprio pai), a visita feita, enfim (pequena variante), pelo frade arrábido ao cardeal da Cunha e a conseqüente recomendação da promessa de erguer um convento a Santo António em Mafra<sup>537</sup>. Ainda pela mesma época, elaborava Damião Mestre Freire de Andrade uma *Relação da Real Obra do Convento de Sto. António da Villa de Mafra*, conservada inédita e manuscrita na Biblioteca de Évora onde, do mesmo modo, refere o estabelecimento do voto por influência do franciscano e a decisão de erguer o cenóbio *no local que fosse mais conveniente*<sup>538</sup>.

A partir desta data, os relatos não diferem mais no seu conteúdo e pelo mesmo diapasão afinam as narrativas deixadas por D. António Caetano de Sousa, em 1741<sup>539</sup>; por Francisco Xavier da Silva, em 1750<sup>540</sup> e, nesse mesmo ano, pelo autor da *Relaçam da plausível jornada*<sup>541</sup>; pelo franciscano Fr. João de S. José do Prado, em 51<sup>542</sup>; pelo padre António Pereira de Figueiredo, em 85<sup>543</sup>; ou pelo erudito e também franciscano Fr. Cláudio da Conceição, já em 1820<sup>544</sup>. Em todo o conjunto, de resto numeroso, dos escritos que se debruçam sobre a origem do monumento, apenas o documento da colecção pombalina introduz alterações à versão tradicional: a ameaça velada proferida pelo duque de Cadaval (“que trabalhasse a Rainha por ter filhos, que era obrigada a isso e do contrario lhe podia suceder

mal”) e a notícia de que o convento teria sido projectado em Lisboa, transferindo-se depois para Mafra por influência do visconde-donatário.

Certos aspectos da narrativa, como o desconhecimento da verdadeira identidade do *leigo arrabido, muito piegas, de quem se contavam milagres*, a substituição do cardeal-inquisidor pelo marquês de Angeja e mesmo um certo tom geral, mais popular, que contrasta com a redacção erudita das versões *oficiais*, induzem a pensar num certo distanciamento em relação aos acontecimentos que estará, sem dúvida, na origem de algumas imprecisões e que, aliás, seria pelo menos temporal, já que o manuscrito é evidentemente posterior à construção da Basílica da Estrela. Pelo contrário, a referência ao papel desempenhado por D. Tomás de Lima denota, por parte do autor, um conhecimento seguro de alguns dos factos principais. Quanto à precisão com que relata a delimitação em Lisboa do terreno para a construção, cujos marcos de cantaria (ao menos um, assinalado com o número 12) teria ainda decerto conhecido, constitui por si só um elemento que não poderá deixar de ter-se em consideração. Todavia – e apesar da importância de que possam revestir-se as palavras de Cadaval no bom sucesso do *milagre* –, o documento pombalino mais não faz que confirmar no voto sucessório a verdadeira origem do colosso de Mafra.

Pueril razão para tamanha empresa? Não restam dúvidas de que uma boa parte da desconfiança revelada pela historiografia em relação à explicação tradicional da génese do grandioso edifício nasce da óbvia desproporção que se detecta entre a motivação original e o seu produto. Porque aceitaria o Rei a sugestão do frade? “Por credulidade? – interrogar-se-ia Carlos Malheiro Dias. Tudo leva a presumir que não. Só mais tarde, nos últimos anos de vida, nos transe angustiosos da doença, a fé do sultão de Odivellas se afervorava na supplica de um milagre que o salvasse da paralyia e da morte. A intervenção da divindade nos seus negócios amorosos devia parecer escusada ao Salomão portuguez, a esse tempo em todo o prestígio da mocidade e da beleza. Mas ao seu permanente delírio de grandiosidade não deixava de sorrir esse pretexto que lhe offereciam de gastar dinheiro. Edificaria o convento para commemorar o divino milagre com que o rei do céu condescendera em intervir nos negócios de alcôva do rei de Portugal. Essa historia, que fazia sorrir o seu scepticismo de libertino, não deixaria de impressionar a fé ingenua do seu povo”<sup>545</sup>.

Todavia, não apenas a sucessão dinástica se não pode reduzir a *negócios de alcova*, como o próprio monarca, não sendo, evidentemente, a personagem beata e ridícula que a historiografia tradicional apresentou, nem por isso deixaria de estar longe de poder considerar-se um *céptico libertino*. De resto, não seria Mafra a única construção empreendida pelo *Magnânimo*

em consequência de uma promessa feita à divindade. Participam da mesma origem votiva dois dos primeiros frutos do seu mecenato – os mosteiros do Lourçal e do Menino Deus –, ao último dos quais parecem até ligar-se igualmente os problemas sucessórios<sup>546</sup>.

Na verdade, a continuidade dinástica constituíra sempre uma questão de fundo em toda a história portuguesa das duas últimas centúrias. A quebra da linhagem real estivera na base da perda da independência e, mesmo depois de 1640, a sucessão no trono seria sempre problemática: Afonso VI herdara a Coroa por morte de seu irmão, D. Teodósio, mas revelara-se incapaz de a conservar; do matrimónio de D. Pedro II com Maria Francisca de Sabóia nasceria apenas a princesa Isabel Luísa Josefa, que, durante longos anos, parecia ser a única garantia da conservação da independência nacional e o Regente D. Pedro ver-se-ia constrangido a contrair segundas núpcias que lhe permitissem alcançar descendência masculina e salvaguardar a continuidade da jovem dinastia; enfim, ultrapassada esta dificuldade, ainda a sua condição de filho segundo o obrigaria a convocar Cortes que reconhecessem seu filho por herdeiro. A irregularidade da sucessão dinástica afirmara-se, pois, como um factor constante de enfraquecimento das aspirações autoritárias dos monarcas brigantinos e, ainda em 1715 e assegurada já a descendência, figuraria entre os motivos que levariam D. João V a desistir da projectada viagem europeia, a pouca confiança que oferecia a índole irrequieta e ambiciosa do Infante D. Francisco<sup>547</sup>. Neste contexto e perante a hipótese da repetição dos episódios que haviam rodeado a subida ao trono de D. Pedro II, é bem possível que o duque de Cadaval tivesse algum dia proferido a terrível advertência que o cronista lhe atribui: “trabalhasse a Rainha por ter filhos... do contrário lhe podia suceder mal.”

Por outro lado, Fr. António de S. José não parece ter sido um vulgar franciscano, como tantos outros, igualmente piegas e de muitos dos quais, do mesmo modo, se contariam milagres. Ficara célebre desde a sua partida para a Índia (donde lhe viera o sobrenome), na companhia do bispo de Malaca, também arrábido, e aí fora protegido pelo vice-rei, conde de Vila Verde. De regresso ao Reino, tornara-se conhecido pela existência ascética que levava e, como dizia D. Jaime de Melo, “venerado de todos pella sua virtude, e raras penitencias”<sup>548</sup>, atributos que lhe teriam mesmo valido um convite do conde de Santa Cruz para apadrinhar um filho seu, honrando-se o fidalgo em tratá-lo de compadre onde quer que o encontrasse<sup>549</sup>. O frade convertera-se, pois, numa verdadeira notabilidade da comunidade franciscana, qualidade que justificaria, não apenas o espaço que ocupa nos relatos contemporâneos, como o facto de ter chegado a exercer os seus dotes curativos sobre a própria Infanta, irmã do Rei<sup>550</sup>. Achar-se-ia, desse modo, já consagrada e pronta a ser utilizada ao serviço dos interesses

mafrenses da ordem, a sua posição de intermediário entre o mundo dos homens e o Supremo Poder, quando tem lugar a famosa entrevista da Sala dos Tudescos.

Não poderão, contudo, negligenciar-se, na análise de todo este processo, as características de que se reveste a religiosidade portuguesa nestes anos iniciais do século XVIII, à luz da qual, tanto a decisão real de invocar a intercessão divina na resolução daquilo que constituía, afinal, grave matéria de Estado, como a aura de veneração que envolve a misteriosa figura do franciscano, movendo-se com notável liberdade entre as mais altas esferas sociais, se tornam facilmente compreensíveis. Na verdade, o movimento reformador que se segue ao Concílio de Trento tivera por consequência uma verdadeira renovação do monaquismo ocidental, sustentada por uma piedade ardente e por uma fé igualmente renovada. Se o *século das Luzes* assiste, por toda a Europa, a um decréscimo do fervor, não apenas essa realidade não deixaria de ser em Portugal grandemente mitigada pela especificidade da conjuntura nacional mas, mesmo lá fora, a instituição monástica continuaria fortemente ancorada na vida comunitária, assegurando funções da maior importância em sociedades onde a religião constituía um dos fundamentos do próprio Estado. Assim se explica que, antes de ser desmantelado pelo espírito das *Luzes*, o monaquismo conheça nos países católicos do Antigo Regime uma última fase de esplendor, traduzida, aliás, em grandes campanhas de renovação artística. De resto, ao relaxamento dos costumes que parece ter afectado uma grande parte das ordens monásticas, não deixaria de opor-se uma corrente contrária de rigor, ascetismo e apostolado, que encontrá no movimento jansenista a sua mais visível e poderosa expressão, contribuindo desse modo para fazer da centúria de Setecentos um período de contrastes, entretecido de mundaneidade e misticismo, povoado de críticos e santos<sup>551</sup>.

Também D. João V não será, de facto, apenas o promotor dos faustos litúrgicos da Patriarcal. Essa constituirá tão-só uma faceta da sua acção religiosa. O *Rei Magnânimo* seria também o amigo íntimo de Fr. Gaspar da Encarnação, o controverso protector dos bispos sigilistas<sup>552</sup> e, sobretudo, o homem que, desde o início do reinado, afogaria acessos de melancolia partilhando a ascética vida franciscana na solidão da Arrábida, em S. José de Ribamar, ou noutras casas da mesma obediência. Não apenas as fontes contemporâneas abundam em referências à sua “particular devoção aos Religiosos desta Província”<sup>553</sup>, como seria mesmo amortalhado no hábito dos filhos de S. Francisco (recoberto depois pelo manto de Cristo) que o monarca partiria para o jazigo real de S. Vicente<sup>554</sup>. Eugénio d’Ors falaria até numa vasta e intensa influência franciscana iluminando, desde o Renascimento, toda a civilização portuguesa...<sup>555</sup>

Um último aspecto em toda esta questão merecerá, porém, ainda uma referência: a notícia fornecida pelo manuscrito pombalino da delimitação de terrenos em Lisboa para a erecção do Convento de... Mafra. Com efeito, entre os elementos fornecidos pelo curioso documento, constituirá este um dos mais impressionantes pelo facto de, neste caso, o seu autor parecer tratar de uma realidade que lhe fora dado presenciar: a remoção, antes da erecção do conjunto monástico do Sagrado Coração de Jesus, do derradeiro marco de cantaria, assinalado com o número 12, sobrevivente de uma antiga delimitação de terras que a tradição atribuiria ao primitivo projecto do monumento joanino. Também aqui parece ser possível descortinar um fundo de verdade.

Com efeito, o documento publicado por Alberto Pimentel afirma que o Rei teria mandado “tomar medidas do sitio em que hoje se acha o convento do Coração de Jesus, immediato ao collegio dos Padres Bentos da Estrella”<sup>556</sup>, na sequência do que se teria procedido à demarcação das terras. Na verdade, a construção mariana viria a erguer-se num local designado por Casal da Estrela, pertencente à Casa do Infantado e do qual lhe viria o nome por que haveria de ser geralmente conhecida<sup>557</sup>. O mesmo se passaria, aliás, com o colégio aí fundado pelos religiosos de S. Bento da Saúde, denominado de Nossa Senhora da Estrela (hoje Hospital Militar) e ao qual se refere o manuscrito. O que o seu autor deixa na sombra é o facto de, por detrás do novo complexo arquitectónico, se estender, sobre a vertente que desce para o rio, a zona conhecida então por Buenos Aires, designação que ainda hoje conserva a toponímia<sup>558</sup>. Aí procurara o *Rei Magnânimo* estabelecer a mole imensa do Palácio Real e da Patriarcal, desenhada por Juvara em 1719. Aí, afirma Francisco Xavier da Silva, teriam chegado a ser colocados marcos no terreno<sup>559</sup>.

De tudo isto, a memória colectiva guardaria, sobretudo, a recordação de um grandioso sonho do monarca que factores adversos teriam impedido de se realizar na capital e, ao seu modo, não terá andado longe da verdade. Com os ingredientes de que se tecem as lendas, personificou a resistência aos projectos régios nas manobras sub-reptícias do visconde de Cerveira, ao mesmo tempo que encontrava em Mafra a consubstanciação dessa ambição real que Lisboa deixara fugir. E neste aspecto, não restam dúvidas, acertava em cheio.



## AS REAIS OBRAS

Estabelecido o voto e antes mesmo do nascimento de D. Maria Bárbara, já um diploma legal, com data de 26 de Setembro de 1711, assinalava, nos seguintes termos, o arranque do empreendimento: “Eu, El Rey, Faço saber, que por justos motivos, e por especial devoção que tenho ao glorioso Santo Antonio, e por honrra sua. Hey por bem conceder lisenca por esmolla que no districto da Villa de Mafra se funde hum convento dedicado ao mesmo santo; lotado para assistirem nelle treze relligiosos sómente; com declaração que o dito convento ha de ficar pertencendo à provincia dos rellegiosos capuchos Arrabidos...”<sup>560</sup>

Entretanto, espalhar-se-ia a novidade e não é difícil fazer uma ideia do júbilo com que seria acolhida por parte do visconde de Cerveira e da comunidade franciscana, que há tantos anos se esforçavam por concretizar os seus anseios. Segundo relata Fr. Cláudio da Conceição, “Logo que o Visconde teve noticia do voto, que ElRei tinha feito, como era o mais empenhado na fundação do Convento, a foi dar ao Convento de S. Pedro da Alcantara... dando por tão segura a execução da obra, como se estivera certo no desempenho do vaticinio, significando-lhe o grande gosto, que tinha de que se effectua-se o Convento, ainda que ficasse privado do merecimento de se fazer á custa da sua fazenda; e bem mostrou a vontade que disso tinha, quando depois offereceo a ElRei a sua quinta, para que nella se fizesse a fundação, insinuando-lhe que nisso se adiantava na obra, pois lhe podia servir de cerca, porque se compunha de boas hortas, e pomares, e um grande bosque de arvores silvestres, repartido em vistosas, e dilatadas ruas, cercada de altos muros de pedra, o que Elrei não acceitou, ainda que lhe agradasse o generoso animo, com que lhe fazia a offerta”<sup>561</sup>.

Declinadas as propostas do fidalgo, na verdade inconciliáveis com a dignidade régia, iniciam-se as diligências com vista à escolha do local, a cargo de António Rebelo da Fonseca, escrivão das cozinhas reais e pessoa da confiança do monarca. Insatisfeito, porém, com os resultados e aproveitando uma estada em Sintra, o próprio D. João V se deslocaria a Mafra<sup>562</sup>, escolhendo-se então uma pequena eminência, a nascente da povoação,

conhecida pelo sítio da Vela, e procedendo-se, finalmente, a 21 de Janeiro de 1713, à avaliação dos terrenos, pertencentes a vários donos e que importariam em trezentos e cinquenta e oito mil e quinhentos réis<sup>563</sup>. Dois anos haviam sido gastos nesta operação<sup>564</sup>. Delimitada a área destinada à construção, com os habituais marcos de pedra, nomeavam-se, finalmente, por carta régia de 19 de Julho de 1714, António Soares de Faria e Máximo de Carvalho, respectivamente para tesoureiro e escrivão da receita e despesa da obra do Convento que o Rei mandava “fazer na Vila de Mafra dedicado ao glorioso Santo Antonio para nelle assistirem treze Relligiosos da Provincia da Arrabida”<sup>565</sup>. Por essa época, ainda, e muito embora não seja possível conhecer a data com precisão, empossava-se também nas funções de superintendente Leandro de Melo, até aí corregedor de Torres Vedras e que alguns anos mais tarde alcançaria, em prémio dos seus serviços, uma beca na Relação do Porto<sup>566</sup>.

Enquanto isso, escudada no compromisso assumido pelo monarca, partia para Mafra uma primeira delegação de Franciscanos, composta por Fr. Carlos da Madre de Deus, Fr. Bonifácio do Rosário e Fr. José dos Mártires, instalando-se, como vimos, na albergaria anexa à ermida do Espírito Santo onde, à custa de esmolos, realizam, com o auxílio de tabiques de madeira, os primeiros arranjos: doze pequenas celas, um refeitório e duas alcovas, destinadas a enfermaria ou acomodação de hóspedes<sup>567</sup>. Outros se lhes juntariam em 1715, formando uma pequena comunidade<sup>568</sup> que constitui o embrião dessa impressionante mole humana que em 1730 se instalaria, enfim, no Real Convento. No ano imediato de 1716 dava-se início aos trabalhos<sup>569</sup> com a abertura dos alicerces, empregando-se neles, desde a primeira hora, entre 400 e 600 homens<sup>570</sup>. As despesas corriam por conta da Casa de Bragança, segundo instruções expressas do soberano, que ordenara que os pagamentos se fizessem em nome do Príncipe do Brasil, “ainda que por fim como os gastos excedião ás rendas desta Serenissima Casa, veio a sahir a maior parte delles da Fazenda Real”<sup>571</sup>.

As obras começavam, pois, mas em termos tais que “pela sua grandeza não davam esperanças de se concluirem em poucos annos”<sup>572</sup>. De facto, havia mesmo quem fizesse prognósticos sombrios, como o embaixador francês, abade de Mornay, que a 19 de Novembro de 1716 escrevia ao seu governo que “se El Rey fosse por diante com o projecto de tão desmarcada fabrica, ser-lhe-ia mister para executál-a todo o dinheiro que havia em Hespanha, e que ainda assim não seria bastante, mas que não havia probabilidade que nisso persistisse por isso que os rendimentos publicos se achavão exhaustos”<sup>573</sup>. Em Mafra, contudo, adiantavam-se os alicerces e, uma vez “abertos na capacidade para tão grande edificio, que em parte tinha de alto vinte e dois palmos, e em outras partes mais, se deo parte a

El-Rei do que se achava feito”<sup>574</sup>. Designaria então o monarca para a colocação da primeira pedra a data de 17 de Outubro de 1717, por ser dia consagrado a S. Pedro de Alcântara, ele mesmo “Huma das pedras fundamentaes da reforma desta Provincia”. Atrasos diversos obrigariam, contudo, a transferi-la para 17 de Novembro<sup>575</sup>. A cerimónia, celebrada pelo Patriarca de Lisboa e cujo fausto invulgar importaria em 200 000 cruzados, contaria com a presença do Rei e da Corte<sup>576</sup>. Concluídos os festejos, prosseguiriam os trabalhos e, poucos meses volvidos, a 26 de Abril de 1718, lavrava-se uma escritura com o mestre pedreiro milanês Carlos Baptista Garvo, para a obra do Convento e Igreja, que se obrigava a executar “pela Planta do Architeto João federico Ludovice”<sup>577</sup>. A partir deste momento começaria a erguer-se aquela que seria, durante muito tempo, a mais grandiosa realização arquitectónica alguma vez tentada em Portugal. E, com ela, nascia também uma das mais intrincadas questões da historiografia da arte portuguesa.

Muito se tem escrito já, com efeito, sobre o problema pouco claro da autoria do risco do colossal edifício perdidos, certamente, no incêndio que devorou o Paço da Ribeira em 1755, os planos originais, que unicamente possibilitariam visualizar com clareza a evolução de um enorme conjunto arquitectónico que parece resultar de sucessivas alterações ao projecto inicial<sup>578</sup>. Na verdade e de acordo com o relato de Fr. Cláudio da Conceição, o Rei teria mandado executar “varias plantas para o Convento, principiando a deliniallas pela pobreza de quem o havia de habitar, segundo corria voz, pois se dizia ao principio, que o Convento seria para treze Frades, em memoria dos treze dias, em que se dão especiaes cultos a Santo Antonio, a quem era consagrado o tal Convento. Depois se foi augmentando o numero para quarenta, passou a oitenta”<sup>579</sup>. Iniciada a construção, “com todo o calor, desvelando-se os operarios della á competencia, em satisfazer as obrigações, por dar gosto ao seu Soberano”, mandava António Rebelo da Fonseca “murar huma grande distancia de terra para cerca do Convento, e nella plantar em bem repartidos canteiros, com dilatadas ruas, todo o genero de arvores silvestres, que fez conduzir de varias partes do Reino”. Contudo, prossegue, “já estas novas plantas começavam com os seus fructos a desempenhar o trabalho dos agricultores, quando se variou na maior parte o sitio deputado para o Convento, tendo já aberto alguns alicerses, que não servirão, dilatando-o mais para a parte onde estão os pomares, e então se frustrou em muita parte este trabalho... Esta mudança de sitio, e extensão da planta, para se augmentar o numero das cellas de oitenta para trezentos Frades, foi tão intempestiva, que augmentou os trabalhos, e dispendios sem explicação, pois como não cabião no sitio, que se tinha

destinado, e a igreja estava quase concluída, foi necessário demolir, e arrazar hum monte para a parte do Sul”<sup>580</sup>.

A gigantesca mole do monumento de Mafra resultaria, deste modo, do engrandecimento sucessivo de um plano inicialmente modesto, concebido para treze frades, mas progressivamente aumentado, no decurso dos trabalhos de construção, de molde a poder albergar, quarenta, depois oitenta e, finalmente, trezentos capuchinhos arrábidos, num enorme edifício de 40 000 m<sup>2</sup>, que terminaria ainda por englobar um Palácio Real. A escassez, o laconismo e o carácter fragmentário da documentação disponível acabariam, contudo, por converter o estudo do seu complicado processo de gestação e desenvolvimento num verdadeiro quebra-cabeças de difícil solução, com essa questão de fundo se prendendo, de resto, a da própria autoria do projecto, tradicionalmente atribuído a Ludovice. Sobre este aspecto, com efeito, avolumar-se-iam progressivamente as dúvidas, baseadas, desde logo, na inexistência de qualquer documento contemporâneo que atestasse, sem equívocos, que o arquitecto alemão, estabelecido em Portugal na qualidade de ourives desde 1701, e ao qual, indubitavelmente, pertencia a direcção dos trabalhos, fosse, simultaneamente, o autor da sua traça; mas igualmente pela estranheza com que se observava a súbita passagem do artista – em curtos anos e sem que nada parecesse justificar semelhante promoção –, de ourives a soldo dos Jesuítas, a arquitecto responsável pelo maior empreendimento do reinado.

Efectivamente, no que respeita às fontes contemporâneas (exceptuada a obrigação contraída pelo milanês Garvo, em 1718, de se guiar “pela Planta do Architeto João federico Ludovice”<sup>581</sup>), apenas o duque de Cadaval, em 1730, nas suas *Memorias da Fundação do Real Convento de N. S. e S. Ant.º de Mafra*, se pronunciaria com clareza: “Mandou elRey fazer varios riscos, e rezolveo que se ezeutasse o que fez João Federico Ludovici Allemão de nação official de Ourives da prata, que havia muitos annos assistia nesta Corte, e pella sua Coriozidade insigne Architeto”<sup>582</sup>. Logo em 1751, contudo, Fr. João de S. José do Prado transmitia informação idêntica no *Monumento Sacro*: “Muitas, e varias”, afirma, “forão as plantas de Igrejas, que por ordem d’ElRey se fizerão; porém entre todas mereceo ter o primeiro lugar no seu agrado a de João Federico Ludovici, Tudesco de Nação”<sup>583</sup>. Dobrada já a centúria de Oitocentos seria a vez de Fr. Cláudio da Conceição, que a Mafra dedicaria quase um volume do seu monumental *Gabinete Histórico*, referir, do mesmo modo, ter “ElRei mandado fazer varias plantas para o Convento”, apenas lhe agradando, todavia, “a que fez João Frederico Ludovici Alemão de Nação, natural de Hala no circulo de Suevia”; e sublinhava: “para Architeto deste grande edificio elegeo João Frederico Ludovici, por ser na opinião commum o mais insigne nesta arte,

e o tinha mostrado na planta que formou d'elle”<sup>584</sup>. Por último e ainda pelos mesmos anos, outro ilustre arrábido e bibliotecário da Livraria Real de Mafra, escrevia igualmente, numa memória manuscrita destinada a servir de roteiro às plantas levantadas, por ordem de D. João VI, pelo oficial da marinha Amâncio José Henriques: ...“obra magnifica e admiravel, que tanto acredita o nome Portuguez entre as Nações estrangeiras, e fará eternamente lembrado o nome do Senhor Rei D. João V, seu Augusto Fundador, e o do Architecto, que o desenhou, João Frederico Ludovici da Nação Tudesca...”<sup>585</sup>.

Por esse tempo, contudo, redigira já Cyrillo Volkmar Machado a sua *Collecção de Memorias* onde, fazendo-se eco de informações vagas, afirmava que Juvara, que em Portugal passara seis meses em 1719, teria feito os desenhos de uma Patriarcal e da Basílica, Palácio e Convento de Mafra, “que se não executou, apezar da sua magnificência e elegância, porque os Jesuítas fizeram dar a preferênciã ao Frederico”<sup>586</sup>. Aludiria então à existência de um concurso, que teria precedido a escolha do plano e no qual participaria igualmente Cannevari (que entre nós se demorara entre 1728 e 1732), saindo Ludovice vencedor por influência da *corte alemã* que rodeava D. Mariana de Áustria e dos discípulos de Santo Inácio. A narrativa de Cyrillo receberia, de resto, um valioso contributo com a publicação por Giuseppe Fiocco, em 1940, de quatro belos esquisos de Juvara, conservados no Museu de Turim e aparentemente respeitantes a Mafra<sup>587</sup>.

As suspeitas sobre Ludovice avolumar-se-iam, porém, à medida que iriam surgindo outros elementos, como os pouco lisonjeiros comentários expendidos por Vieira Lusitano no poema autobiográfico *O Insigne pintor e leal esposo*<sup>588</sup>, ou em correspondência já publicada<sup>589</sup> e novas e importantes achegas seriam ainda fornecidas com a publicação em 1962, por Ayres de Carvalho, das *Memórias* do naturalista suíço Merveilleux, que em Portugal permaneceria, ao serviço de D. João V, de 1723 a 1726, visitando por esses anos os estaleiros de Mafra: “L’Architecte de ce prodigieux Edifice”, escreve, “fut choisi par brigue entre les Ouvriers du Roi. Un Orfevre nommé Frideriks, grand Maître Aliborum, fut chargé de la direction de l’Ouvrage. C’étoit un Allemand fort brutal, que savoit un peu dessiner. Il a eu de plus la direction de toute l’Argenterie de l’Eglise Patriarchale, qu’il a faite d’assez mauvais alloi, fort chargée d’ornements non finis, mais d’un massif énorme, parce que la façon lui étoit payée à tant par Once. Jamais Orfevre n’a eu de pareille aubaine, aussi cet Allemand s’est-il prodigieusement enrichi”<sup>590</sup>.

Antes, porém, afirmaria que se teriam feito vir de Roma (possivelmente por intermédio do marquês de Fontes, embaixador de 1712 a 1718), os planos de um edifício “plus magnifique encore que celui de l’Escorial”, com capacidade para duzentos monges e cuja descrição corresponde, em termos gerais, ao projecto de facto executado<sup>591</sup>. O próprio Gorani, na ver-

dade, registaria igualmente essa informação, nas suas cartas escritas em Portugal entre 1765-67<sup>592</sup>, repetida, de resto, pelo *ci-devant* duque do Chatelet, já nos finais da centúria<sup>593</sup> e Ayres de Carvalho publicaria, enfim, um extracto de uma missiva enviada por António Rebelo da Fonseca ao marquês de Fontes, em 22 de Junho de 1717, onde, entre outros assuntos, se escrevia: ... “e outro sim fica S. Mag.<sup>e</sup> certo, de q. a planta de Thomaso Matey se aperfeiçoará m.<sup>to</sup> com as direcçoens de VE.”<sup>594</sup>

Com base nestes elementos, construiria o erudito investigador a sua tese, vinda a lume em 1962, na sua obra fundamental *D. João V e a arte do seu tempo*, onde sistematicamente impugnaria a paternidade de Ludovice em relação ao monumento de Mafra. A argumentação acumulada evidenciaria, porém, com frequência, uma surpreendente carga emocional, ao mesmo tempo que a própria construção teórica se ressentiria da insuficiência das fontes documentais em que se apoia e que seriam, fundamentalmente, três: as *Memórias* do duque de Cadaval (donde, todavia, a atribuição ao arquitecto do projecto executado ressalta inequivocamente); o relato de Merveilleux (designado de “fidedigno cronista estrangeiro”<sup>595</sup>) e a informação por ele veiculada de que o plano fora encomendado em Roma; o trecho, na verdade pouco explícito, da carta de António Rebelo da Fonseca ao marquês de Fontes, aludindo a uma planta de Thommaso Mattei em que se trabalharia pelos meados de 1717 e que qualifica, entusiasticamente, de “sensacional noticia”<sup>596</sup>.

Partindo destes dados, começaria por acrescentar uma nova etapa ao faseamento tradicionalmente aceite da construção, pela inclusão dos duzentos monges referidos por Merveilleux em 1726<sup>597</sup>, resultando, assim, o actual edifício da ampliação progressiva para 40, 80, 200 e 300, de um projecto originalmente concebido para 13 frades. Seguidamente, afirmaria: “A grandiosidade e o classicismo de Mafra só poderão ser compreendidos com os planos forjados em Roma pelo Marquês de Fontes, por Gimac, pelos discípulos de Carlo Fontana e finalmente em Lisboa com a vinda em 1719 do grande Arquitecto Juvara e mais tarde, em 1728, com António Canevari”<sup>598</sup>. Ao ritmo do crescimento da ideia inicial corresponderia, desse modo, a sucessiva colaboração de quantos arquitectos em algum tempo haviam servido o *Rei Magnânimo*. No que directamente respeita a Ludovice, porém, ter-se-ia limitado a conseguir “em 1716 (?) e depois de ter executado grande parte das pratas da Capela Real, ver aprovado pelo rei o seu projecto para erigir em Mafra uma Igreja e um conventinho para 13 frades”. E, conclui, “para delinear um modesto conventinho de 13 frades mendicantes e uma igreja decalcada palmo a palmo de S. Pedro do Vaticano ou de Santo Ignácio, conforme a predilecção do rei, não seria necessário chamar nenhum Artista do estrangeiro”<sup>599</sup>.

Neste ponto, com efeito, não restariam dúvidas ao historiador: “Pela descrição do Duque de Cadaval ficou bem esclarecida a biografia de Ludwig e a sua actuação nos planos do conventinho e igreja a erigir em Mafra”; e sublinha: “Foi esta, portanto, segundo a tradição, a planta escolhida pelo rei entre os varios riscos que tinha mandado executar não numa hipotética competição entre Juvara, Canevari e Ludwig, mas simplesmente entre este último e os poucos artistas portugueses, que, no tempo, como o Padre Tinoco ou algum dos seus discípulos, estavam à altura do singelo empreendimento”<sup>600</sup>. Ludovice ficaria, assim, tão-só, como “o autor incontestável do plano da Igreja e dum Convento para treze ou mais frades”, resignando-se nos anos que se seguem a ser “também o dirigente e construtor de todas as alterações e aumentos que daí a pouco, por 1720-21, viriam a transformar o modesto edifício num dos mais colossais empreendimentos da Europa de Setecentos, e que substituiria, por força das circunstâncias, a grandiosa Patriarcal sonhada por D. João V”<sup>601</sup>.

Entretanto, por 1718, chegava de Roma o marquês de Fontes e punha “diante dos olhos de el-rei D. João V um plano sumptuoso e gigantesco gizado por Architectos romanos e orientado com as suas direcçoens”<sup>602</sup>, episódio que se teria passado do seguinte modo: “Sendo Carlos Fontana, desde longa data, o *arquitecto régio* em Roma da corte portuguesa (...) é lógico presumir ter sido ele quem primeiro gizou as grandes linhas da colossal mole de Mafra e que por sua morte lhe sucedesse Thommaso Mattei (...). Com a colaboração de Gimac e as directrizes do Marquês de Fontes aperfeiçoaria a planta e os alçados do grandioso monumento a erigir mais tarde em Mafra, já que a Igreja e o conventinho para treze frades delineado pelo *ourives da prata* João Frederico Ludwig tinha merecido a aprovação do rei, com o lançamento da 1.<sup>a</sup> pedra em 17 de Novembro de 1717”<sup>603</sup>. De resto, uma vez em Lisboa, “o magnífico e astuto Marquês de Fontes (...) encontraria os meios e a influência para (...) adaptar a pequena e graciosa Igreja dedicada a Santo António, em Mafra, (...) aos grandiosos planos que trouxe de Roma”<sup>604</sup>; e explica: “esses planos, como sabemos pela carta do criado e íntimo do rei, António Rebelo da Fonseca, foram orientados desde a primeira hora pelo próprio Marquês; não seria difícil adaptá-los à Igreja primitivamente planeada por Ludwig e com os gigantescos alicerces já prontos a suportá-la”<sup>605</sup>. Ao alemão pertenceria, pois, apenas “a Igreja polícroma de mármore nacionais, que se manteria íntegra na sua estrutura através de todas as modificações e indecisões reais. Seria ela o centro donde irradiaria a mole imensa e grandiosa dum convento, que, de 13 frades passou a servir para 300 e dum paço real que alojaria não só o rei e a sua real família como ainda o 1.<sup>o</sup> Patriarca e a sua corte eclesiástica”<sup>606</sup>.

Todavia, com a passagem do tempo, mesmo os projectos romanos ver-se-iam ultrapassados pelo ritmo galopante da ambição real. O próprio Juvara teria, logo em 1719, contribuído com alguns alvitre<sup>607</sup> e, em 1728, e depois de “actualizados (...) em muitos pormenores, foi determinado pelo Rei o aumento da parte conventual de 200 para 300 frades”<sup>608</sup>. O monarca disporia já, porém, de outros auxiliares e, prossegue, “Para este trabalho, feito conforme o gosto e as concepções de D. João V, que tinha opinião esclarecida em matéria de Arte, não julgamos de excluir o engenho e conselho de Canevari, um dos Arquitectos de El-Rei”<sup>609</sup>.

Na justificação da actividade de Cannevari em Mafra, concentraria então Ayres de Carvalho, e mau grado a inexistência de qualquer base documental, boa parte das suas energias. Tão “fácil” como afirmar que “Ludwig não podia estar actualizado nos 30 anos de permanência em Portugal”, seria “deduzir (...) que Canevari muito terá feito para Mafra”<sup>610</sup>. Semelhante postulado encontrar-se-ia, de resto, confirmado, pelas honras tributadas ao arquitecto romano quando da deslocação ao Caia, em 1729, onde receberia tratamento idêntico ao de Ludovice, inadmissível, no seu entender, se “não tivesse também dado alguma colaboração artística à obra de Mafra, num momento em que todos os esforços eram poucos para se erguerem definitivamente as torres colossais inspiradas na que delineou para o Paço da Ribeira”<sup>611</sup>. De resto, interroga-se, “Quem, senão Canevari, com o seu múltiplo talento e cultura poderia desenhar num improviso barroco e curvilíneo, torres caprichosas e elegantes como a do Paço da Ribeira, tão afim na sua esbelteza e equilíbrio com as que o Rei Magnífico sonhava há anos erigir em Mafra?”<sup>612</sup> O arquitecto romano converter-se-ia, então, simultaneamente por exclusão de partes e por extensão, no verdadeiro autor da “cenográfica perspectiva do alçado principal da fachada da Basílica de Mafra, em que avultam as altaneiras e barrocas torres que só um discípulo de Bernini ou Fontana poderia delinear”<sup>613</sup>. Enfim, e extraindo todas as consequências do seu método, concluía: “Mais lógico, portanto, é ter o mesmo Canevari projectado com grandiosidade e a aprovação do Rei, toda a nova quadra conventual que se movimenta à volta de um gracioso Jardim, de terraços e mais terraços (como fez no Palácio de Portici) pátios e saguões, e um *Bosque* (o cerco dos frades) com lagos, fontes e cascatas, numa evocação feliz do Parnaso que em Roma tinha erigido para os Poetas e para o *Magnânimo*...”<sup>614</sup>

Mais do que no apuramento da autêntica paternidade do projecto enfim executado, que acabaria por resultar pouco clara pelo contributo sucessivo de Carlo Fontana, Thommaso Mattei, Carlo Gimac, Filippo Juvara e Antonio Cannevari, Ayres de Carvalho parece, porém, concentrar-se de preferência na diminuição do papel de Ludovice, a respeito do qual não

oculta uma estranha má-vontade, traduzida na virulência da adjectivação. De facto, mesmo a Basílica Real, única dependência em todo o vasto conjunto arquitectónico sobre a qual (à excepção da fachada...) a autoria do *tudesco* não sofrerá contestação, se vê reduzida à condição de “pequena lembrança votiva”<sup>615</sup>, “inteiramente decalcada não só nos pormenores como nas grandes linhas dos planos de Vignola”<sup>616</sup>, a cujo “simplório e primitivo plano (...) à maneira de Santo Ignácio ou do Gesu” chegaria, no entusiasmo do discurso, a contrapor o “plano grandioso de Santa Engrácia ou a graciosa e clássica Igreja do Menino Deus”...<sup>617</sup> O próprio monarca, na verdade, surgiria “ávido de novidades e de grandeza” ou “desinteressado e enfermigo”, consoante se tratasse dos planos magnificentes de Cannevari ou do modesto “conventinho” do alemão<sup>618</sup>, no seu entender “o verdadeiro *Herodes* da Arquitectura em Portugal, que tantas preciosidades *inocentes* destruiu para implantar sem nenhum pudor nem rebuço os seus plágios *Vignolescos*”...<sup>619</sup>

À imagem tradicional do *Frederico*, que lhe reservaria uma posição de destaque no panorama artístico do reinado joanino, pretenderia Ayres de Carvalho opor uma visão crítica e severa, que encontrava na demora na concessão das mercês reais (hábito de Cristo em 1740, arquitecto-mor do Reino em 1752) e no constante recurso do monarca a novos arquitectos, a confirmação das desconfianças que alimentava. “Se o rei,” escreve, “que bem conhecia as qualidades de Ludwig, o considerasse com espírito inventivo à altura de gizar um grandioso plano como o da Patriarcal, e mais tarde o Aqueduto das Águas Livres estamos certos que não faria vir de Turim o genial Juvara, e de Roma o *grão Canevari* (...). Se em mais de quarenta anos que Ludwig serviu o rei, tivesse dado provas irrefutáveis do seu talento e saber, assim como qualidades inventivas, não se teriam encomendado em Roma a Salvi, Vanvitelli e Canevari não só os planos mas ainda a execução da mais preciosa jóia arquitectónica e decorativa de Setecentos, a Capela de S. João Baptista”<sup>620</sup>. E conclui: “Se Ludwig tinha realmente, por 1729, ideias bem formadas e concebidas acerca de tantos pormenores importantes para os acabamentos do Palácio e Convento, fachada da Igreja e Galilé, e sobretudo para o aumento de tão grande fábrica, porque razão (...) os escribas e íntimos do Rei se esfalfavam a escrever em seu nome cartas para Roma a pedir cópias de tantas plantas, pormenores e mais pormenores de Igrejas, Conventos e Palácios?”<sup>621</sup>

Com tudo isto, na verdade e mau grado o enorme esforço despendido, não poderá realmente afirmar-se que a argumentação de Ayres de Carvalho tenha contribuído decisivamente para o esclarecimento da questão. Tomando por ponto de partida um reduzido número de fontes, nem sempre concludentes e até, não raro, contraditórias<sup>622</sup>; depositando em todas

por igual exagerada fé<sup>623</sup>; negligenciando outras onde, não obstante, poderia ter colhido dados importantes; pode dizer-se que trabalhou mais com vista a retirar ao *Frederico* os louros da empresa, que a deslindar o emaranhado novelo em que o monumento de Mafra parece ter-se transformado. Apesar disso, não restam dúvidas de que o seu contínuo trabalho de investigação forneceria preciosos elementos, com o auxílio dos quais será talvez possível introduzir, enfim, alguma luz no obscuro e conturbado processo de gestação do enorme edifício. A resolução do controverso problema não poderá, contudo, deixar de partir da reconstituição, ao menos nas suas grandes linhas e tanto quanto o permite o carácter fragmentário da documentação disponível, dos principais momentos do seu crescimento.

Na verdade, os anos que decorrem entre 1711 e 1717, isto é, entre a assunção pelo monarca do compromisso de erguer em Mafra um convento de arrábidos dedicado a Santo António e a colocação da pedra fundamental da sua igreja, constituem, não apenas a primeira fase mas um período da maior importância no que respeita à evolução futura do empreendimento e que, desse modo, convirá observar com atenção.

Uma vez estabelecido o voto, não tardaria o monarca, como vimos, a dar-lhe efectiva consecução prática, com a publicação, antes mesmo do nascimento do primeiro fruto do régio consórcio, de um alvará datado de 26 de Setembro de 1711, concedendo a indispensável licença para a fundação em Mafra do cenóbio franciscano. O ano de 1712 é dedicado às diligências motivadas pela escolha do local e a 21 de Janeiro de 1713 procedia-se, na presença dos proprietários ou dos seus representantes, à avaliação dos terrenos a expropriar. No ano seguinte, a 19 de Julho de 1714, nomeavam-se finalmente o tesoureiro e o escrivão da obra, respectivamente António Soares de Faria e Máximo de Carvalho, assumindo também por esse tempo (embora em data incerta) Leandro de Melo as funções de superintendente. Tanto o alvará em que se autorizava a nova fundação como o que preenchia os lugares de escrivão e tesoureiro afirmam claramente que o convento se destinava a “treze relligiosos somente”<sup>624</sup>.

Todavia, e ao contrário do que seria de esperar, os trabalhos não têm logo início. Haverá que aguardar até 1716<sup>625</sup> para assistir à chegada dos 400 a 600 oficiais encarregados de abrir os alicerces de edifícios que, como escrevia Fr. Cláudio da Conceição, “pela sua grandeza não davam esperanças de se concluírem em poucos anos” e que o embaixador francês, Mornay, a 19 de Novembro desse mesmo ano, qualificava já de “desmarcada fabrica”<sup>626</sup>. A dimensão da obra a realizar levaria, de resto, a adiar a cerimónia solene do lançamento da primeira pedra, que ocorreria apenas a 17 de Novembro do ano imediato e em função da qual se procederia à erecção,

sobre as próprias fundações da construção definitiva e “pela mesma formalidade”<sup>627</sup>, de um outro templo, feito de madeira coberta de panos engessados e sumptuosamente armado no seu interior de tapeçarias e panejamentos franjados de ouro, “da mesma forma”, refere o duque de Cadaval, “e tamanho que havia de ser”<sup>628</sup>; ou seja, e como registava também então um espectador anónimo das celebrações, com “a forma de huma crus que he a defesa da fee”<sup>629</sup>.

A igreja que a partir de Novembro de 1717 se começaria a erguer sobre os “gigantescos alicerces” que Ayres de Carvalho não deixaria de referir seria, pois, e como o próprio historiador reconhece, a que ainda hoje subsiste e que, não apenas “se manteria íntegra na sua estrutura através de todas as modificações e indecisões reais”<sup>630</sup>, como estaria já necessariamente delineada, nos seus traços essenciais, à data do começo dos trabalhos em 1716. Não parece deste modo particularmente difícil responder às dúvidas formuladas por Robert Smith quando, em 1936, num artigo notável em que procurava traçar a biografia do arquitecto régio, comentava: “It is not known when Ludovice actually received the commission for the convent nor when he became the architect of Mafra”<sup>631</sup>. A publicação por Ayres de Carvalho do contrato formulado entre o mestre pedreiro milanês Carlos Baptista Garvo e a Sereníssima Casa de Bragança, por conta da qual correriam de início os pagamentos da obra, representada pelo seu procurador, André Lopes de Oliveira, em 26 de Abril de 1718 e, mais ainda, as instruções que precedem o acto, ditadas pelo Rei em 28 de Janeiro anterior, obrigando o contraente a submeter-se em tudo à “planta do Architecto da obra João federico Ludovice”<sup>632</sup>, esclarecem definitivamente a questão. O empreendimento segue desde o seu arranque, em 1716, os planos elaborados pelo alemão, dos quais subsistiria sempre, essencialmente incólume, a Real Basílica.

As sombras adensam-se, contudo, à medida que recuamos no tempo. Na realidade, observada de perto, a sucessão dos factos nestes anos iniciais parece sofrer uma brusca interrupção entre a nomeação, em meados de 1714, dos principais oficiais administrativos e o efectivo começo dos trabalhos, em 1716. Tudo indica que as obras vão arrancar mas... não arrancam. Mais de ano e meio se escoia sem que ocorra qualquer explicação plausível para semelhante facto. Não que seja a única nota discordante em todo este processo. Longe disso. Efectivamente, desconhecemos hoje como seria o “conventinho” para 13 frades ideado por Ludovice em conformidade com as instruções régias, mas não restam dúvidas de que a igreja que em 1716 começava a desenhar-se e cuja fundação daria lugar a uma das mais fastosas cerimónias do reinado, está longe de ser essa “pequena lembrança votiva” cujo “simpório e primitivo plano” Ayres de Carvalho cari-

caturou<sup>633</sup>. A *história* parece mal contada. Uma igreja “decalcada palmo a palmo de S. Pedro do Vaticano ou de Santo Ignácio”, para “13 frades mendicantes”<sup>634</sup>?

E, todavia, os relatos elaborados por personagens próximas, pela sua situação, dos acontecimentos, como é o caso do estribeiro-mor do Rei, duque de Cadaval<sup>635</sup>, ou do franciscano e primeiro mestre de cerimónias da Real Basílica, Fr. João de S. José do Prado, não deixam de fornecer elementos susceptíveis de esclarecer este ponto da questão. Ambas as narrativas, na verdade, se referem claramente a uma fase preliminar, que terá precedido a escolha do projecto a executar, seleccionado entre outros, submetidos então à aprovação real. Assim se pronuncia Cadaval: “Mandou elRey fazer varios riscos, e rezolveo que se ezeutasse o que fez João Federico Luduvici”<sup>636</sup>; assim descreve os factos o mestre de cerimónias franciscano: “Muitas, e varias forão as plantas de Igrejas, que por ordem d’ElRey se fizerão; porém entre todas mereceo ter o primeiro lugar no seu agrado a de João Federico Ludovici”<sup>637</sup>. Quer se trate, pois, de uma verdadeira selecção entre projectos realizados por Ludovice e pelos “poucos artistas portugueses, que, no tempo, como o Padre Tinoco ou algum dos seus discípulos, estavam à altura do singelo empreendimento”<sup>638</sup> (como é provável) ou, tão-somente, da constante reelaboração do próprio projecto ludoviciano, encontrar-se-ia, deste modo e pelo menos em parte, explicado o estranho compasso de espera que se verifica entre o preenchimento dos principais lugares na administração da obra e a decisão real de lhe dar andamento. Mais do que isso, é também admissível que o fantasioso concurso narrado por Cyrillo, que teria oposto Ludovice a Juvara e Cannevari, não seja mais do que um eco remoto (mas não completamente falso) desse outro, certamente mais modesto, em que o alemão defrontara os discretos concorrentes nacionais.

Como seriam, porém, os planos? Bem informado, em regra, mas sempre cauteloso nas suas afirmações, Fr. Cláudio da Conceição parece erguer-nos uma ponta do véu, no modo como relata os acontecimentos: “Tendo ElRei mandado fazer varias plantas para o Convento, principiando a delineallas pela pobreza de quem o havia de habitar, segundo corria voz, pois se dizia ao principio, que o Convento seria para accommodação de treze Frades, em memoria dos treze dias, em que se dão especiaes cultos a Santo Antonio, a quem era dedicado o tal Convento. Depois se foi augmentando o número para quarenta, passou a oitenta”<sup>639</sup>. Nada, com efeito – e muito menos a Basílica que hoje podemos observar –, parece sugerir que o edifício que o monarca decide construir em 1716 seja ainda aquele cuja fundação autorizava em 1711, “lotado para assistirem nelle treze relligiosos somente”<sup>640</sup>. Esse seria o “tal Convento” que Fr. Cláudio só conhece das vozes que corriam ao princípio. É certo que, em 1714, no momento em que

se procede à contratação de escrivão e tesoureiro, ainda subsistia nas intenções reais. E não apenas. Quando se estabelece em Maфра o primitivo núcleo franciscano, aloja-se em somente doze celas, divididas por tabiques de madeira. Viviam-se, porém, os anos sombrios da Guerra da Sucessão. O País debatia-se em plena crise de subsistências e o Rei confrontava-se com um fenómeno geral de contestação que lhe cerceava as tendências gastadoras. No momento, porém, em que se iniciam as obras, cuja “*grandeza não dava esperanças de se concluírem em poucos anos*”, escreveria o cronista arrábido: “advertindo ElRei no mal, que estavam os Frades accommodados (...) mandou acrescentar mais número de cellas, e alargar as officinas”<sup>641</sup>. A partir de então e até 1721, não seriam já 13, mas sim um número variável entre 18 e 21, afirma Fr. Cláudio, os franciscanos residentes no ermitério do Espírito Santo<sup>642</sup>. Desse modo, quando, no Alto da Vela, meio milhar de operários começa a escavar os alicerces, não era um “conventinho para 13 frades mendicantes” que nascia, mas uma edificação mais vasta, cujos contornos importa precisar.

Se não parecem restar dúvidas de que a primitiva fundação, destinada a 13 arrábidos, nunca terá chegado a ser levada à prática e de que a Igreja que hoje vemos fora concebida desde o início para uma comunidade bem mais numerosa, em função de decisões que terão sido tomadas entre os meados de 1714 e 1716, quando se dá o arranque do empreendimento, conviria antes de tudo definir qual seria o efectivo dessa congregação e como seria o Convento que finalmente se decide construir.

De facto e ao contrário do que tem sido geralmente entendido, o relato de Fr. Cláudio – o único, na verdade, que forneceria informações sobre as alterações introduzidas nos projectos –, não afirma expressamente que o monarca tenha modificado quatro vezes os seus planos em pleno curso dos trabalhos. Antes se limita a historiar, conscienciosamente e tão longe quanto chegam os seus conhecimentos, todas as fases por que terá passado a ideia original, até alcançar a configuração definitiva que haveria de ostentar a construção: “Tendo ElRei mandado fazer varias plantas para o Convento,” escreve, “princiando a deliniallas pella pobreza de quem o havia de habitar, segundo corria voz, pois se dizia ao principio que o Convento seria para accommodação de treze Frades (...). Depois se foi augmentando o número para quarenta, passou a oitenta; mas como nenhuma destas plantas enchesse a grandeza do seu real ânimo, só lhe agradou a que fez João Frederico Ludovice (...) para hum Convento de trezentos Frades, recolhida toda esta maquina dentro em hum Palacio que o circula como a seu tempo se dirá”<sup>643</sup>.

Em todo este processo, tão peculiar como intrincado, que haveria de converter um minúsculo cenóbio numa gigantesca instituição monástica,

o cronista arrábido reteria, de facto, um único episódio, em cujo relato se demora com notável minúcia; e esse, afirma-o claramente, é o que respeita à “mudança de sitio, e extensão da planta, para se augmentar o número de celas de oitenta para trezentos Frades”<sup>644</sup>. A drástica medida, cujas consequências a estrutura final haveria de perpetuar, emerge, assim, como um autêntico marco divisório no curso geral da construção, que o erudito franciscano resume deste modo: “Deo-se principio á obra, com todo o calor, desvelando-se os operarios della á competencia, em satisfazer as obrigações, por dar gosto ao seu Soberano. Quiz Antonio Rebello da Fonseca mostrar não faltava á confiança, que o dito Senhor fazia do seu zelo, e cuidado, e assim mandou logo murar huma grande distancia de terra para cerca do Convento, e nella plantar em bem repartidos canteiros, com dilatadas ruas, todo o genero de arvores silvestres, que fez conduzir de varias partes do Reino (...). Já estas novas plantas começavam com os seus fructos a desempenhar o trabalho dos agricultores, quando se variou na maior parte o sitio deputado para o Convento, tendo já aberto alguns alicerses, que não servirão, dilatando-o mais para a parte onde estavam os pomares, e então se frustrou em muita parte este trabalho (...). Esta mudança de sitio, e extensão da planta, para se augmentar o número das cellas de oitenta para trezentos Frades, foi tão intempestiva, que augmentou os trabalhos, e dispendios, sem explicação, pois como não cabião no sitio, que se tinha destinado, e a Igreja estava quasi concluida, foi necessario demolir, e arrazar hum monte para a parte do Sul...”<sup>645</sup>

Nada parece, pois, comprovar que o plano tenha sofrido, no decurso das obras, mais alterações de fundo do que esta, “tão intempestiva”, que o Rei decide empreender a fim de aumentar a lotação do mosteiro de 80 para 300 frades. A ser assim – e tudo indica que tivesse sido –, a comunidade de 40 monges que Fr. Cláudio refere, resultaria do engrandecimento, ainda ao nível do projecto e em fase preliminar, do primitivo núcleo de 13 franciscanos. O risco definitivo, com base no qual é dado início aos trabalhos de abertura dos alicerces, corresponderia já a um convento de 80 cenobitas, congregação certamente imponente, que permitiria a erecção de um edifício grandioso, que prestigiasse o seu promotor. Em sua intenção seria riscada a igreja que hoje vemos e que teria, relata o cronista, “bastante grandeza para constituir um Templo magnifico; mas sempre padeceo a nota de pequeno, attendida á immensa Commuidade de trezentos Frades para que era destinado. Teve este desar na sua origem, em que quando se delineou, foi para hum Convento, quando muito de oitenta Frades, e para este numero se fazia admiravel a sua grandeza”<sup>646</sup>.

Reduzida às suas justas proporções, a questão das alterações régias aos planos do monumento de Mafra parece, assim, simplificar-se grandemente,

ao mesmo tempo que começa igualmente a tornar-se intelegível. Em lugar de cinco projectos sobrepostos, isto é, de um edifício começado para 13 frades e sucessivamente aumentado para 40, 80, 200 e, finalmente, 300, como propõe Ayres de Carvalho e, de um modo geral, quantos investigadores se têm ocupado do assunto, estaríamos em face de um edifício concebido desde o seu início para 80 monges e bruscamente ampliado, em plena construção, com a finalidade de albergar 300. Eliminada a cifra fornecida pelo relato de Merveilleux, cuja vaga referência a um edifício susceptível de albergar “200. Capucins bien rentés” não pode, evidentemente, tomar-se à letra<sup>647</sup>, restaria a hipótese de o conjunto monástico ter sido pensado para quatro dezenas de religiosos. Todavia, nem as referências de Fr. Cláudio a construções que, à data do início dos trabalhos, já “pela sua grandeza não davam esperanças de se concluírem em poucos anos”, nem os qualificativos do embaixador francês que, logo em 1716, as designava de “desmarcada fabrica”, nem, enfim, as próprias dimensões da Igreja e do Convento que ela permite adivinhar, parecem compadecer-se com a modéstia dessa comunidade.

Como seria, porém, esse primeiro cenóbio que o monarca decide erguer em 1716? Essa informação, para nós hoje preciosa, encontra-se sepultada sob a massa colossal das paredes do templo. Efectivamente, quando da colocação da pedra fundamental, baixaram-se aos alicerces alguns objectos simbólicos, entre os quais uma urna talhada em mármore<sup>648</sup>, contendo doze medalhas comemorativas do acto: quatro de ouro, quatro de prata e quatro de bronze. Em duas das primeiras se ostentavam a planta e a fachada do monumento, onde se via “o sumptuoso Templo (...) mostrando na perspectiva duas altas torres nas ilhargas, no meio o zimbório, as portas do Templo para o poente, e o Convento da parte esquerda, por assim estar nesse tempo delineado”<sup>649</sup>. Tal como foi originalmente concebido e se teria ido construindo até às grandes alterações subitamente ordenadas pelo Rei, o conjunto monástico de Mafra estruturar-se-ia, pois, de acordo com o esquema tradicional, isto é, com a igreja adossada a um dos lados (neste caso, o flanco sul) dos edifícios conventuais. Em conformidade com esse plano se procede à delimitação da cerca, murando-a e iniciando o seu cultivo<sup>650</sup> e se vão erguendo as paredes do templo e, mais vagarosamente embora, as da zona habitacional. Depois, repentinamente e de forma “tão intempestiva, que augmentou trabalhos, e dispendios sem explicação”, como refere Fr. Cláudio, “se variou na maior parte o sitio deputedo para o Convento”. Em lugar de 80 franciscanos, alojar-se-iam 300, num enorme edifício que incluiria ainda um Palácio Real. Antes de mais, porém, convirá talvez tentar delimitar o momento em que ocorrem as mudanças, procurando assim determinar o ponto a que havia chegado o empreendimento.

Embora sem se alongar sobre a questão, o cronista arrábido não deixaria de informar-nos, não apenas de que “a Igreja estava quasi concluída”<sup>651</sup>, não sendo por esse motivo abrangida pelas novas disposições mas, igualmente, de que se haviam “princiado a abrir os alicerses do Convento em Setembro do anno (...) de 1728”<sup>652</sup>. Referia-se, evidentemente, à nova localização da área habitacional da comunidade imposta pelas alterações do plano, pelo que estas se teriam verificado em data anterior. Por seu lado, Merveilleux, cuja estada em Portugal terminaria em 1726, demonstra já, nas suas *Memórias*, conhecer perfeitamente a estrutura definitiva da construção e o seu relato constituirá, assim, a única fonte susceptível de fornecer esclarecimentos sobre a data em que se verificam as grandes modificações.

Contudo, mais do que de um conhecimento obtido na observação directa do próprio edifício – que, não obstante, chega a visitar –, parece antes tratar-se de informações colhidas na contemplação do projecto que, tudo indica, lhe teria sido facultada: “...l'on fit venir de Rome” escreve, “le plan d'un Bâtiment plus magnifique encore que celui de l'Escurial. L'ordonance est telle que le centre du Bâtiment est un Temple superbe tout de marbre. Derriere le Chœur on voit une Maison pour loger 200. Capucins bien rentés, pour desservir cette magnifique Eglise en qualité de Chapelains. La droite du Bâtiment forme un vaste Palais pour le Roi, la Famille Royale, & les Grands Officiers de la Cour. A la gauche est un autre superbe Palais pour le Patriarche & ses 24. Evêques postiches ou Chanoines Mitrés”<sup>653</sup>.

De facto, Merveilleux parece ter tido acesso, talvez na sua qualidade de naturalista contratado pelo Rei, ao verdadeiro centro decisório da política artística joanina. As informações que transmite relativas à estrutura do edifício de Mafra vêm à mistura com inúmeras outras, importantes também, como é o caso da colecção de modelos arquitectónicos em miniatura reunida pelo monarca no Paço da Ribeira, onde avultava o de S. Pedro de Roma<sup>654</sup> e que são corroboradas pelo panegirista régio Francisco Xavier da Silva<sup>655</sup>. Na verdade, é mesmo provável que certas afirmações que faz relativas a Mafra, como a origem romana dos planos ou a inclusão de um palácio para o Patriarca e para a cúria metropolitana – que nada confirmam, como se verá, parece plausível –, resultem de uma sobreposição entre o projecto de Mafra e o da Patriarcal que, curiosamente, não refere. No que respeita, porém, aos progressos verificados nos trabalhos, limitar-se-ia a comentar: “On commença l'Edifice par l'Eglise, qui est tout de marbre (...). J'ai vû ce Bâtiment poussé jusqu'à la Nef”<sup>656</sup>.

Embora não seja fácil situar com precisão o momento em que terão ocorrido as súbitas alterações aos planos, não restam dúvidas de que, neste particular, as narrativas de Merveilleux e de Fr. Cláudio coincidem.

O estado de adiantamento da igreja inviabilizava quaisquer modificações de fundo e esse facto não pode deixar de ser tido em conta. Por outro lado e apesar de longe, talvez, de poder considerar-se “fidedigno cronista”, é pelo menos estranha a ausência, nas *Memórias* de Merveilleux, de referências a outras partes do edifício, para além do templo, que vira já “poussé jusqu’à la Nef”. Sabemos, todavia, pela própria sequência do relato, que a deslocação a Mafra faz parte de um périplo mais vasto que empreende, na sua qualidade de naturalista encarregado por D. João V de escrever uma *história natural* do Reino e que incluiria ainda Sintra (donde vinha) e a Serra da Estrela (para onde se dirigia). Por outro lado, se a sua estada entre nós abrange os anos de 1723 a 1726, sofreria, contudo, uma interrupção, em circunstâncias pouco esclarecidas, logo em finais de 1724<sup>657</sup> e é justamente em Maio desse ano que, conforme anunciava a *Gazeta de Lisboa* já em Fevereiro anterior, Merveilleux inicia a sua expedição científica pelo País, “com um largo ordenado e ajudas de custo” concedidos pelo Rei<sup>658</sup>.

Se o viajante suíço demonstra, na verdade, conhecer bem a estrutura do edifício, nada refere, porém, a respeito das modificações bruscas que havia sofrido. Tudo parece assim indicar que se tratasse de um facto do passado do qual, possivelmente, nem estaria informado. Não é, todavia, provável, que tivessem ocorrido muito antes. Consagradas já em 1723-24, as alterações aos planos ter-se-iam visto, contudo, obrigadas a respeitar as dimensões de uma igreja que, iniciada em finais de 1717, se encontraria, a acreditar no cronista arrábido, “quasi concluída”, quando se decide ampliar o edifício e que o próprio Merveilleux teria visto erguida “jusqu’à la Nef”. Não será assim excessivo concluir que a “tão intempestiva” decisão real se tenha verificado nos inícios da década de 20, por 1721-22, pouco tempo depois, na verdade, da falência dos projectos da Patriarcal, riscada por Juvara em 1719. Por esse tempo, em Mafra, pouco existiria ainda do Convento. Algumas paredes já, talvez e, sobretudo, alicerces; “alicerces”, informa Fr. Cláudio, “que não servirão”<sup>659</sup>. A ser assim, pouco encontraria Merveilleux, com efeito, que merecesse referência, à excepção do templo onde os trabalhos seguiriam o seu curso normal. A modificação do traçado, frustrando em grande parte a obra já realizada, canalizaria as energias para a abertura das novas fundações e, fundamentalmente, para o arrasamento de um monte que, a sul da igreja, impedia a extensão da planta e que o projecto inicial não tivera em conta. Nessa empresa hercúlea, cujos frutos, como é natural, tardariam a perceber-se, se aplicariam os 12 000 operários que Merveilleux afirma ter visto em 1724<sup>660</sup>.

Efectivamente, a modificação do traçado primitivo tivera por principal obstáculo a existência, adjacente ao local escolhido para a construção, de

uma elevação do terreno formada, refere Fr. Cláudio, de “huma rocha de tão má qualidade de pedra, que tendo em quanto mettida no centro da terra, muita resistencia ao ferro, a tinha tambem ao fogo, a cuja violencia o desfazão, que luzia muito pouco o trabalho, dando-se hum dia por outro mil tiros, em que se gastavão trinta arrobas de polvora. Notando-se-lhe outra malignidade, que posta fóra da terra, em breve tempo se desfazia em saibro, de sorte que não tinha utilidade alguma para a obra”<sup>661</sup>.

Nesta empresa, com efeito, se concentrariam durante muito tempo as principais energias, uma vez que, como refere o cronista, o narra monte “circulava quasi os dois lanços da quadra da parte do Nordeste, e Sul”<sup>662</sup>, impossibilitando desse modo por completo a realização da nova planta. Na sua demolição trabalhariam, durante o primeiro ano e meio, 5000 operários, 500 dos quais ocupados em abrir os buracos para os tiros, além de inúmeros outros que cavavam e conduziam a terra e as pedras em carriños de mão, “que só para este ministerio”, afirma, “se fizeram sete mil”. Quinhentos cavalos, atrelados a carros de duas rodas, auxiliavam ainda nessa obra e, prossegue, “Com as pedras e terra deste desentulho se entulhou, e terraplainou hum profundo valle, em que hoje se vê huma formosa, e dilatada praça, diante das galarias do Palacio Real, e frontespicio da Igreja”<sup>663</sup>. Seguidamente e já “Depois de haver bastante terreno, para abrir com desafogo os alicerses do Convento, se foi trabalhando mais lentamente na demolição deste monte, mas sempre prometia muitos vagares o concluir-se”<sup>664</sup>.

Na verdade, os trabalhos pareciam decorrer sem excessivas pressas. Em Setembro de 1728, como sabemos, começavam a rasgar-se os alicerces do Convento e, a pouco e pouco, se iriam levantando as paredes mas, relata ainda Fr. Cláudio, “com tanta lentidão, que nellas se vião trabalhar poucos mais operarios, do que os que até esse tempo se occupavão na Igreja”<sup>665</sup>. A circunstância, porém, de em 1730 calhar a um domingo – festa consignada pelo ritual romano para a consagração dos templos – o dia 22 de Outubro, aniversário natalício do monarca, que cumpriria então 41 anos, levaria a que, subitamente, “se desse tanto calor á obra do Convento, que nesse anno se pudessem accommodar nelle os Frades, e celebrar-se a Sagração da Igreja”<sup>666</sup>. Em Junho de 1729 expedir-se-iam, então, em conformidade com as instruções régias, ordens por todas as províncias do Reino, no sentido de ser enviado para Mafra o maior número de operários que se pudessem encontrar. Refere, contudo, o erudito arrábido, que teriam sido “tão mal interpretadas, que indifferentemente se obrigárão a vir com os uteis os incapazes de trabalho, sem advertir, que nem a piedade de hum Monarcha o podia assim ordenar, nem isto era conveniente á sua Real Fazenda, e adiantamento da obra”<sup>667</sup>.

É neste período, na verdade, que o estaleiro de Mafra adquire o aspecto faraónico que o tornaria lendário. Graças a este sistema de arregimentação indiscriminada chegariam a juntar-se, entre válidos e inválidos, perto de 50 000 homens. Embora a vedoria geral despedisse de imediato os que não considerava aptos para o trabalho, o que dificulta o apuramento do número de operários efectivamente empregues, só a lista de Junho até Outubro de 1730 constava, afirma Fr. Cláudio, de 45 000 pessoas, a que acresciam ainda 7000 soldados, distribuídos entre cavalaria e infantaria e aos quais competiam os mais diversos serviços, desde a conservação da ordem na *ilha da madeira* (nome por que ficaria conhecida a cidade provisória onde habitavam, em redor do colosso de pedra, operários e soldados), passando pela demolição e desentulhamento do monte, até ao desbaste das pedras que haveriam de lavrar os canteiros<sup>668</sup>. Um cronista obscuro do empreendimento descreveria a sua chegada, já noite cerrada, ao estaleiro da obra real e o espectáculo feérico de milhares de luzes envolvendo a construção: “tantas luzes”, escreve, “que não paresião senão luminarias em huma grande sidade. Estas luzes heram os oficiais de cant.<sup>10</sup> que fazião serão a noite para dar auimento a obra...”<sup>669</sup>

A concentração em Mafra de quase meia centena de milhar de operários imprimiria, de facto, à construção um ritmo verdadeiramente incrível e o enorme edifício, que havia crescido lentamente no decurso dos últimos doze anos, transfigurar-se-ia por completo no período que se segue. Apesar disso, muito tempo haveria ainda de escoar-se antes de a gigantesca empresa se poder dar por concluída<sup>670</sup>. O próprio monarca, com efeito, se por um lado contribuía poderosamente para acelerar o processo construtivo, não deixava também de provocar delongas, misturando uma ânsia quase febril de ver os trabalhos terminados, com os usuais questionários epistolares, endereçados agora ao seu representante em Roma, Fr. José Maria da Fonseca e Évora, ao qual continuamente eram solicitadas as mais diversas informações, assim como plantas e desenhos dos quais se fazia depender o avanço da obra<sup>671</sup>. Nesta conjuntura e como refere Fr. Cláudio da Conceição, “Nem a multidão dos operários, com todos os materiais prompts, nem a muita diligencia dos que tinham a obra a seu cuidado, a pudêram adiantar tanto, quanto ElRei o pmeditava, porque não cabia nos termos da possibilidade, poder sem detrimento da sua segurança, concluir-se hum tão grande edificio no decurso de dois annos, que he o que mediava entre o tempo, que se deo principio ao Convento, e o dia que estava destinado para a sagração da Igreja”<sup>672</sup>. Vejamos, porém, como evolui, no seu conjunto, o edifício:

Exceptuadas as informações pontuais fornecidas pelo relato do cronista arrábido com respeito aos anos iniciais da construção, as notícias de que

dispomos não vão além de 1729, antecedendo de poucos meses a súbita explosão de actividade que a decisão real de efectuar as cerimónias da sagração da Igreja a 22 de Outubro de 1730 suscita em torno do monumento. Em Setembro de 1728 haviam-se começado a abrir os alicerces da nova área conventual, que principiaria já a erguer-se quando, em Fevereiro de 1729, se dirige a Mafra, proveniente do Caia, onde assistira à *troca das princesas*, o enigmático abade de Montgon. Com o fito, talvez, de instruir Isabel Farnésio (de quem seria agente<sup>673</sup>), decide aproveitar o tempo, enquanto aguardava a chegada da Corte e dos soberanos a Lisboa, visitando o palácio, convento e igreja que o Rei de Portugal andava construindo. Nas suas breves anotações, refere-se ao templo, “todo de mármore, quer no interior, quer no exterior, e onde se empregava tudo o que o possa tornar magnificente” e ao convento, onde pensa que poderão albergar-se “pelo menos 300 religiosos”, observando já o refeitório que o surpreende pela sua vastidão. Quanto ao palácio, iria ainda “no principio da construção”<sup>674</sup>.

Uma curiosa *Noticia das Riays Obras de Mafra*, adquirida há poucos anos pela Biblioteca do Palácio, permite, todavia, acrescentar alguns elementos ao relato de Montgon. Segundo o seu autor, estaria já concluída a fachada da Basílica, com as respectivas torres – “huma por banda junto aos cunhais” –, erguidas até ao “oliuel da mesma igreja”. Concluído estaria do mesmo modo o frontão, embora sem o medalhão de jaspe, que toma por um “occulo com as suas molduras bem fabricadas”. Em frente, mas sem estar pronta, estendia-se a escadaria de acesso de 21 degraus. No que respeita ao resto do edifício, refere, porém, apenas estarem “prencipiados grandes dromitorios”, sem que seja possível saber ao certo o que pretende designar. De resto, tudo estaria tão atrasado ainda que não era fácil “dar verdadeira noticia”<sup>675</sup>.

Decorrido um ano, porém, a realidade seria já outra<sup>676</sup>. Se em 1729 se pode dizer que a Basílica surgiria isolada entre a confusa amálgama de alicerces e paredes que lentamente emergiam, em 1730 distingue-se já com nitidez o traçado rigoroso do plano, disputando o terreno à montanha rochosa que pouco a pouco desaparecia. Flanqueando o templo, as torres que em 1729 atingiam apenas o “oliuel da igreja”, completam-se agora graças ao talento de Custódio Vieira, inventor de prodigiosos engenhos que facilitavam a ascensão das pedras. Através da *Noticia* podemos, de resto, quase assistir ao seu crescimento: a primeira secção, com os relógios e as portas de acesso às “barandas que ande ter os palacios”; a segunda, com as primeiras ventanas, “de bolta redonda”; os “fogachos de pedra” rodeando os óculos com seus serafins; as “purpuras ou remates”, enfim, colocados no seu lugar a 1 de Setembro. A obra dava-se por terminada dia de Santo Estêvão Rei da Hungria, embora sem esferas nem galos de bron-

ze, substituídos provisoriamente por ornatos de madeira, em virtude de não ter sido possível “o fazerem-se a tempo pera estarem acabados pera o dia que estaua detreminado sagrar a igreja”. No dia de S. Miguel colocavam-se quatro sinos na torre do sul e seis na do norte e a 18 de Outubro, quase em vésperas da sagração, chegavam mais vinte e dois e outros dois ainda no dia seguinte<sup>677</sup>.

As torres apresentar-se-iam, contudo, durante o oitavário da sagração e apesar de todos os esforços do monarca, envoltas ainda nos complicados engenhos elevatórios que não houve possibilidade de retirar a tempo<sup>678</sup>. Também a Basílica, apesar de em estado de poder abrir-se ao culto, se não poderia ainda dar por concluída. Estavam feitas as coberturas, com as suas “barandas de pedra (...) em dois andares com tantas simalhas e diuersos lauores que”, refere a *Noticia*, “somente uisttos se podem comprender”; mas faltava-lhe ainda o zimbório, de que apenas o tambor se terminara<sup>679</sup>, provisoriamente construído de madeira coberta de chumbo “por asim ser conueniente por que quer sua Magestade que se diga Misa na igreja antes de pouco tempo”. Esclarece, porém, que “a maior parte da pedraria que elle ha de leuar ja se ue feita como tambem vinte e quatro colunas que ha de leuar em roda de pedra branca”. No frontispício faltavam também, além do medalhão de jaspe, a cruz e os fogaréus. Interiormente haviam-se concluído todos os “altares de pedra edificados a romana” – que no dia da sagração ostentariam já os seus retábulos pintados<sup>680</sup> – e, no altar-mor, avultava, enquanto não chegava o definitivo, o Cristo entre anjos, de madeira, de José de Almeida. Por toda a parte, contudo, na galilé e nas capelas do templo, permaneciam vazios os nichos das estátuas. Entretanto desmanchara-se a escadaria da igreja que “tem ao prencipio hum sircolo redondo mas por ser pequeno se mandou fazer outro mayor”<sup>681</sup>.

Das capelas colaterais partia já, igualmente, de cada lado, em direcção à sacristia e à Capela do Campo Santo, “hum pasadiso com seis arcos”. Estas, porém – que “dizem que sam para sancrestias” –, encontravam-se então apenas principiadas e era esse, de resto, o aspecto oferecido pelos Palácios a norte e a sul da Basílica: “os riais palacios e dromitorios que a ronda do templo estão se achão prensipiados que pellos grandes alicerses que ainda se uão abrindo se ue que dispois de acabados terão muito que uer”. Exteriormente, observavam-se as fachadas que nasciam, incluindo já as quatro janelas das salas da Via Sacra e os portais de acesso aos átrios, com os seus três vãos, onde “se ue ja os pes para duas colunas que an de ter cada huma entrada”. Nos extremos, emergiam também os torreões “muito fortes pransipiados”, mas sem que nada se pudesse ainda dizer “da altura delles e dos palacios”. Interiormente estavam lançadas as escadarias e feitos os acessos às salas da Via Sacra nos topos da galilé e, refere o nosso

autor, “logo aqui se ue muitas cazas prensipiadas”. Destacavam-se já, contudo, os claustros, com os seus “arcos de pedraria branca bem laurada isto tanto da parte do norte como do sul com seus coredores defronte” e, nas naves fronteiras à Basílica, tinha também cada um sua porta “que fica de frente da traueza da igreja”, rodeada do seu “espasozo tereiro”<sup>682</sup>.

No topo nascente, o pátio que envolve o templo encontrava-se igualmente já delimitado pela parede do corredor das aulas onde se abriam 16 janelas, todas com as respectivas grades e a porta de comunicação. Feito estava também o acesso subterrâneo à Igreja, através da escada da Fonte das Almas (que haveria de servir enquanto o Convento não estivesse concluído<sup>683</sup>) e, ao longo do referido corredor, a casa central de comunicação, bem como, para norte, a casa dos lavatórios (sem estes, ainda), a Casa *de Profundis* e o Refeitório, rodeados ambos de “cachorros de pedra bra[n]ca para assentos os coais não sei do que serão pellos não ter ainda”. Do lado oposto erguera-se já também o corredor do dormitório ocidental com as respectivas celas e, do lado norte, a cozinha grande, com seus fornos e chaminés e dependências de serviço, incluindo “huma escada que uai para os segundos coredores que correm da mesma sorte que os debaixo”. No coração da zona monástica começava do mesmo modo a erguer-se o grande pátio central, depois *jardim do buxo*, com as suas quatro fachadas, das quais se distinguiam já três ordens de celas, “cada andar de seu feitio”<sup>684</sup>.

As obras decorriam, pois, a grande velocidade, mas era essencialmente na parte norte que os progressos se tornavam mais evidentes; a do nascente e “a do sul tem ainda pouco de que dar noticia por hinda se hirem abrindo aliserses (...) porque se uai arencando huma grande serra que uay deugar a respeito do grande rochedo que não uai senão a poder de fogo”<sup>685</sup>. À data da sacração, o *Real Edifício* encontrava-se, com efeito, muito longe de poder dar-se por terminado. Nem a meio chegara sequer. Se a Igreja, exceptuado o zimbório e a estatuária, parecia quase concluída, à sacristia, segundo Fr. Cláudio da Conceição, faltava ainda o reboco das abóbadas que conservavam os simples de sustentação. O mesmo aspecto apresentavam igualmente o refeitório e a *Casa de Profundis*. Quanto ao Convento, a sua descrição é menos optimista que a do autor da curiosa *Noticia* que temos seguido. Dele “se via a quadra, com os dois lanços do Norte, e Poente em meia altura com duas ordens de cellas acabadas, que fazião o numero de quarenta estando destinado para duzentas e setenta e três, como de facto tem hoje, contando trinta e seis, que olhão para a parte de fóra. Os outros dois lanços pouco mais se via nelles, do que os portaes do primeiro andar das cellas terreas. (...) Estava tambem em forma de poder servir a cozinha, e na sua continuação encostado ao dormitorio da parte do Norte huma quantidade de casas até ao segundo andar, sobre as quaes se havião

ainda de levantar outros dois”. Aí se instalaria o noviciado, em 30 beliches e, nas quarenta celas, a restante comunidade, num total de 210 monges<sup>686</sup>.

Nestas circunstâncias, nem toda a energia do *Magnânimo* conseguiria pôr fim rapidamente ao gigantesco empreendimento e, no Alto da Vela, o bulício da construção persistiria por largos anos. Efectivamente, a 22 de Dezembro de 1731, morto já Carlos Baptista Garvo, lavrava-se nova escritura com seu filho António Baptista e com Manuel Antunes Feio para a obra real. O instrumento notarial constitui por si só um precioso documento sobre o estado de adiantamento dos trabalhos. Por toda a parte faltava ainda erguer paredes, abóbadas, pisos inteiros. Podemos, todavia, distinguir dois factos importantes: encontravam-se já concluídos, com as respectivas colunas, até ao nível do entablamento, os dois claustros palatinos e estava a ponto de começar a grande escadaria dupla conventual. Um outro aspecto, não menos interessante, é o de se encarar a hipótese de obras já realizadas poderem vir a ser alteradas em função de *novas providencias*<sup>687</sup>. Para compreender de imediato em que ponto se encontrava a construção bastará, porém, atentar no modo como, num mapa desse mesmo ano, felizmente conservado, se distribuem pelos diversos ofícios os operários: enquanto pedreiros, canteiros, carpinteiros e *paisanos* ultrapassam o milhar por sector, especialidades como tanoeiro, torneiro ou vidrazeiro contam-se por escassas unidades<sup>688</sup>.

De resto, o número de trabalhadores descera drasticamente. Aos 45 000 operários de 1730 opunha-se no ano seguinte uma escassa (?) dezena de milhar, a que se acrescentavam cerca de 6000 soldados<sup>689</sup>. O ritmo dos trabalhos abrandara, também, nitidamente. Em Junho desse ano, durante uma visita da mulher do secretário de Estado, o monarca mandaria “mostrar a prata, e ornamentos, e romper huãs tabuas p.<sup>a</sup> q. vice o refeitório”<sup>690</sup> que, não obstante, havia já sido inaugurado em Outubro anterior. É então que, para fazer face a esta situação, se começa a esboçar a ideia de concluir a obra pelo sistema de arrematação, o que viria, de facto, a acontecer em 1 de Abril de 1733, em duas empreitadas distintas: uma para o edifício em geral e outra para o zimbório, impondo-se, porém, o prazo de três anos para a sua conclusão<sup>691</sup>. A partir deste momento e não obstante a mão-de-obra se achar reduzida a pouco mais de 3000 operários, chegando mesmo a dispensar-se os militares<sup>692</sup>, os trabalhos recuperam novo alento. Como escrevia Fr. Cláudio da Conceição, “logo mostrou a experiência a utilidade do arbitrio (...) porque o edificio crescia com admiração dos que o notavão”<sup>693</sup>.

De facto, em Outubro desse mesmo ano, registava no seu *Diário* o conde da Ericeira que “naquelle convento se vão pondo as m.<sup>tas</sup> e notaveis grades de ferro, q. chegarão de Pariz, e a obra continua com vigor, e boa

ordem”<sup>694</sup>. Simultaneamente, colocavam-se também nos devidos lugares as primeiras 13 estátuas vindas de Itália<sup>695</sup> e, em Fevereiro de 1734, já na torre do norte se ouvia “uma quantidade de sinos que formarão um concerto agradável ao dar as horas”<sup>696</sup>. Ainda nesse ano procedia também o monarca à avaliação e escritura das novas terras que a extensão do plano tinha ido ocupando<sup>697</sup> e, no seguinte, concluía-se os exteriores do convento<sup>698</sup>, bem como o zimbório, cuja fábrica, começada a 4 de Outubro de 33, se punha agora “na ultima perfeição”<sup>699</sup>. Enfim, em 1744 e embora com um sem-número de detalhes por terminar, chegava ao termo a construção do Real Edifício<sup>700</sup>. Nele residam então 342 frades, 203 sacerdotes, 45 coristas, 10 noviços, 60 leigos e 24 donatos<sup>701</sup>.

Em todo este processo, que iria converter um cenóbio pensado para 80 franciscanos numa gigantesca mole arquitectónica, composta de Convento, Basílica e Palácio Real, muito importaria, porém, poder distinguir o que, no actual edifício, subsiste ainda do primitivo plano; isto é, em que medida o estado de adiantamento em que se achava a obra quando se decide ampliar-lhe as dimensões, condicionaria a elaboração da nova planta.

Tanto quanto sabemos, apenas o templo transitaria, essencialmente intacto, do projecto anterior. Apesar disso e não obstante a construção ter sido iniciada por aí, não parece crível que o desenvolvimento sofrido pelos trabalhos nesse local não tivesse qualquer correspondência no edifício monástico adjacente. Muito embora a alteração dos planos impusesse um novo traçado de conjunto, transferindo a zona conventual para as traseiras da gigantesca mole e substituindo-a pelas dependências palacianas – reproduzidas simetricamente do lado oposto da igreja – e, com isso, como refere Fr. Cláudio, se inutilizasse boa parte dos trabalhos já realizados, incluindo mesmo alicerces, não custa admitir que aí se tenha verificado, ao menos parcialmente, um fenómeno idêntico ao que se passa com a Basílica; isto é, que o desenho da zona palatina se tivesse visto forçado a recuperar estruturas de origem conventual cujo avanço desaconselhasse já a sua demolição, possibilitando desse modo descortinar ainda, no actual Palácio de Mafra, reminiscências do antigo Convento.

É certo que, no ponto actual dos nossos conhecimentos e à luz das escassas notícias existentes relativas ao desenvolvimento dos trabalhos de construção, não é fácil encontrar respostas a esta questão. Certos aspectos, porém, fornecidos pelos relatos contemporâneos e mesmo pela observação do próprio monumento, não deixam de suscitar alguma reflexão. É o caso da narrativa do abade de Montgon, que visita a obra real em Fevereiro de 1729, cinco meses após o início da abertura dos alicerces da nova zona conventual (se acreditarmos na informação de Fr. Cláudio da Conceição,

segundo o qual teriam começado a ser rasgados em Setembro do ano anterior) e, todavia, se surpreende já com a vastidão do refeitório. É um facto que a decisão real de realizar a consagração da Basílica e, concomitantemente, a inauguração do cenóbio, a 22 de Outubro de 1730, levaria a imprimir à construção um ritmo verdadeiramente incrível, ao mesmo tempo que faria incidir os principais esforços nas traseiras do edifício, onde se haviam instalado as dependências monásticas. Aí se assiste, com efeito, em pouco mais de dois anos e à medida que decresce a montanha rochosa, a progressos tais que tornariam possível, embora em condições precárias, dar guarida, iniciado o oitavário, ao respeitável número de 210 religiosos. Por essa altura, contudo, ainda Fr. Cláudio lamentava que as paredes se erguessem “com tanta lentidão, que nellas se vião trabalhar poucos mais operarios, do que os que até esse tempo se occupavão na Igreja”<sup>702</sup> e, com efeito, seria apenas a partir de Junho que, em resposta às ordens expressas do monarca, começariam a afluir à obra dezenas de milhar de operários cujo esforço tornaria possível cumprir, no essencial, ao menos, o prazo estabelecido.

Ter-se-ia confundido a enigmática personagem? Não é provável. Montgona era, ele próprio, um eclesiástico, familiarizado com as particularidades da arquitectura monástica, ciente já de que o Convento se destinava a “pelo menos 300 religiosos” e, de facto, em toda a superfície construída, somente o refeitório poderia impressioná-lo pela sua extensão. Tudo parece assim indicar que nos encontramos no limite oriental do primitivo cenóbio, numa área já delimitada pelo traçado inicial e onde, a dependências riscadas decerto para outros destinos e já em avançado estado de construção, tivessem sido atribuídas novas funções, na lógica de um plano que as integrava agora em pleno centro da vida comunitária. Perfila-se, deste modo, a hipótese de que o projecto original correspondesse, em extensão, à área que hoje ocupa o Palácio do norte, englobando todavia o refeitório e dependências anexas, até ao ponto onde se divisa a fronteira entre os dois rectângulos desiguais de que se compõe a planta finalmente executada. A ser assim, o novo traçado haveria recuperado, no essencial, o antigo perímetro, possibilitando desse modo o aproveitamento das grandes fundações e mesmo das paredes exteriores, às quais se acrescentaria, porém, o torreão angular, imposto pela nova ordenação da fachada, mas que em 1730 nascia ainda.

Interiormente, porém, outros aspectos surgem merecedores de alguma atenção. Na verdade, entre as referências fornecidas pela curiosa *Notícia* em que, na sua maior parte, assentam as informações de que dispomos sobre o processo construtivo, não deixa de constituir motivo de surpresa o contraste que se estabelece entre as “muitas cazas prensipiadas” que por toda a parte se divisam e o espaço nuclear do claustro, construído já nos

seus elementos fundamentais, “com seus arcos de pedraria branca bem laurada”, aos quais faltavam apenas as meias colunas toscanas adossadas. Em seu redor, articulava-se em plena liberdade a trama ortogonal dos “coredores” em direcção às dependências localizadas a nascente. Em frente da entrada, “huma grande caza que se ue prensipiada” seria destinada à Capela do Campo Santo<sup>703</sup>. Mais tarde, uma parede divisória, cegando os vãos da nave oriental do claustro, integrá-la-ia no complexo monástico que, nesse local, disputaria o terreno às estruturas palacianas. A originalidade da solução e o facto de a construção do muro separador ser posterior à erecção da crasta (facilmente detectável, de resto, pela simples observação<sup>704</sup>) induzem a pensar que o actual claustro palatino (que a planta do Palácio oposto retomaria) mais não seja que o original claustro conventual, cujas estruturas herdaria e cujo ambiente claramente evoca.

Um último elemento, enfim, poderá ainda, talvez, relacionar-se com a primeira etapa do empreendimento. Trata-se da grande escadaria palaciana, único local onde, com efeito, é possível constatar progressos semelhantes aos verificados no claustro, no refeitório e na fachada principal, a cujo portal somente faltariam, como vimos, as colunas. Em 1730, informa o autor da *Notícia* que essa “esposoza escada que uai para a porta prinsipal da igreja e juntamente para os dromitorios” se encontrava já lançada, pelo menos até ao nível da casa da Via Sacra, também edificada e através da qual se estabelece, na verdade, a ligação à galilé. O mesmo se verificava, é um facto, no lado sul<sup>705</sup>. Mas as casas da Via Sacra constituem essencialmente prolongamentos naturais da própria Basílica e a extensão do plano, na sua parte meridional, não era ainda aqui perturbada pela montanha rochosa que, mais além, constituiria, de facto, o maior dos obstáculos<sup>706</sup>. Sabemos, todavia, pelo relato de Fr. João de S. José do Prado, que “No palacio, que se andava edificando da parte esquerda da Igreja, se formarão – durante as cerimónias da sagração – seis casas de madeira”<sup>707</sup>. Através da planta que acompanha o texto e reproduz, de forma invertida, o pavimento térreo do Palácio setentrional<sup>708</sup>, ficamos a conhecer o estado realmente embrionário apresentado pelos trabalhos nessa área: os seis grandes compartimentos de madeira erguem-se numa superfície ainda livre de paredes interiores. Em flagrante contraste, a escadaria nobre seria representada, não apenas com o primeiro lanço que conduz à Via Sacra, mas também com a secção seguinte; ou seja e tal-qual se escreve na *Notícia*, subindo “para a porta prinsipal da igreja e juntamente para os dromitorios”<sup>709</sup>.

Por outro lado, não deixa também de surpreender o tratamento austero imprimido a um elemento arquitectónico cujas potencialidades cénicas e rituais o barroco raramente negligenciava<sup>710</sup>. Que semelhantes preocupações não estavam completamente ausentes dos critérios por que se regia o

edifício, é o que claramente se constata através da observação da notável e engenhosa escadaria da portaria-mor conventual, cuja *invenção* parece dever-se a Custódio Vieira<sup>71</sup> e que, não obstante, se destinava a uma zona obviamente secundária do complexo organismo monástico-palatino<sup>72</sup>. Mais avulta, desse modo, o carácter essencialmente funcional de que se reveste a sua congénere palaciana, onde, descontada a inegável amplitude do traçado, comum, todavia, a todo o edifício, se não detectam mais cuidados que os de resolver com eficácia o problema da ligação entre os pisos. Tratar-se-ia, ainda aqui, de uma sobrevivência do antigo projecto conventual? É difícil comprová-lo. Mas não restam dúvidas de que, de outro modo, não será fácil explicar o peculiar desfasamento que se observa no ritmo construtivo da gigantesca mole arquitectónica. Com tudo isto, porém, uma grande questão permanece ainda sem resposta: quem seria(m), afinal, o(s) arquitecto(s) responsável(veis) pelo traçado de conjunto do Palácio-Convento?

A atribuição a Ludovice da autoria dos planos de Mafra, quaisquer que tivessem sido as alterações sofridas pela ideia inicial, era, pode dizer-se, um dado adquirido para quantos estudiosos, nas duas últimas centúrias, se haviam ocupado do assunto. Nesse sentido se pronunciaram os cronistas monásticos Fr. João de S. José do Prado, Fr. Cláudio da Conceição e Fr. João de Santana; isso mesmo afirmava Cyrillo, a propósito do célebre concurso em que teriam entrado Juvara e Cannevari; assim pensava, já nos finais de Oitocentos, o visconde de Sanches de Baena, quando se esforçava por lhe traçar a biografia<sup>73</sup>. Na verdade, mesmo Ayres de Carvalho, sentia ainda em 1950 “o pensamento de Ludovici, ordenando o arranjo decorativo da sua obra”; ainda então não regatearia encómios ao talento e ao “génio” do “grande arquitecto”<sup>74</sup>.

Em 1962, contudo, com a publicação das *Memórias* do duque de Cadaval (onde, não obstante, é reafirmada a atribuição tradicional) e, sobretudo, das de Merveilleux e do hermético trecho da carta de António Rebelo da Fonseca ao marquês de Fontes, referente a plantas elaboradas sob a sua orientação por Thommaso Mattei, modificava-se radicalmente a sua opinião. Ludovici convertia-se em Ludwig, quando não mesmo, simplesmente, em... *tudesco*, e o historiador concluía que a ele se devia tão-só o projecto da Igreja que hoje vemos, iniciada em Novembro de 1717, com o pequeno cenóbio de que faria parte e cuja fundação o Rei autorizava em 1711 e, evidentemente, a direcção de “todas as alterações e aumentos” que ao longo do tempo se iriam verificando. Enquanto isso, outros e mais grandiosos planos se forjariam em Roma, presumivelmente desde a chegada, em 1712, do marquês de Fontes, elaborados por Carlo Fontana, substituído, depois

da sua morte, em 1714, por Thommaso Mattei, auxiliado pelo próprio marquês e por Gimac, que para lá seguira no seu séquito. Com o regresso do embaixador a Lisboa, em 1718, entraria o monarca na posse dos suntuosos riscos, que não seria difícil adaptar à “pequena e graciosa igreja dedicada a Santo António”. O sucessivo aumento da lotação conventual, a par da sempre crescente ambição real, justificariam porém que, logo em 1719, Juvara fosse chamado a dar a sua colaboração, bem como Cannevari, por 1728, no tempo da grande ampliação e a ele ficaria, na verdade, a dever-se, a configuração final do monumento, já que “Ludwig não podia estar actualizado nos 30 anos de permanência em Portugal, ora metido numa cela do Colégio de S. Antão ou na sua oficina de prateiro da rua dos Canos”...<sup>715</sup> Sintetizando, escreveria: “A grandiosidade e o classicismo de Mafra só poderão ser compreendidos com os planos forjados em Roma pelo Marquês de Fontes, por Gimac, pelos discípulos de Carlos Fontana, e finalmente em Lisboa com a vinda em 1719 do grande Architecto Juvara e mais tarde, em 1728, com António Canevari”<sup>716</sup>.

Laboriosamente construída, a tese de Ayres de Carvalho – subscrita, de resto, posteriormente, por Germain Bazin<sup>717</sup> e Yves Bottineau<sup>718</sup> – partiria, porém, não apenas de documentos pouco conclusivos mas, essencialmente, de uma série notável de deduções e pressupostos que não resistem facilmente a uma análise serena e objectiva, pautada por critérios de estrito rigor científico. E, todavia, não será talvez impossível projectar alguma luz sobre a questão. De facto, a inexistência de qualquer documento oficial confiando ao alemão a elaboração das plantas do novo Convento que D. João V pretendia fundar e que justificaria a afirmação de Robert Smith, em 1936, de que “It is not known when Ludovice actually received the commission for the convent nor when he became the architect of Mafra”<sup>719</sup>, seria compensada com a publicação em 1962, por Ayres de Carvalho, do contrato entre a Casa de Bragança e Carlos Baptista Garvo, bem como das instruções que o precederam, respectivamente datados de 26 de Abril e 28 de Janeiro de 1718 (isto é, dois meses após o lançamento da pedra fundamental), submetendo o mestre pedreiro milanês à “planta do Architetto da obra João federico Lodovice”<sup>720</sup>.

Não restam assim dúvidas de que os planos originais do edifício, cujas obras se iniciariam em 1716, lhe pertencem inquestionavelmente. Fosse “pela sua Coriozidade”, como escrevia Cadaval, ou por outros motivos que em grande parte desconhecemos, o antigo ourives da prata contratado pelos Jesuítas passava já por “insigne Architetto”<sup>721</sup>. Como compreender, pois, que ao mesmo tempo que aprovava e mandava executar os projectos riscados pelo alemão e solenemente procedia à colocação da sua primeira pedra, o monarca promovesse em paralelo a elaboração em Roma de novos e

mais grandiosos planos a cargo do *arquitecto régio* Carlo Fontana, *com as direcções* do marquês de Fontes? De resto, porque encomendar desenhos em Roma, se em 1714, como sabemos pelo alvará de nomeação de António Soares de Faria e Máximo de Carvalho, o Rei pensava apenas num pequeno convento com capacidade “para nelle assistirem treze Relligiosos da Provincia da Arrabida”<sup>722</sup> e se – como sublinha Ayres de Carvalho –, para “delinear um modesto conventinho de 13 frades mendicantes (...) não seria necessário chamar nenhum Artista do estrangeiro”<sup>723</sup>? Como aceitar também que, no momento em que o Rei parece concentrado nas grandes cerimónias que em Mafra assinalam, com rara pompa, o início da construção do Convento de Ludovice, em Junho de 1717, já Thommaso Mattei, Carlo Gimac e o marquês, se ocupassem simultaneamente em Roma de novos riscos para um edifício que justamente começava? Enfim, se, quando regressa, em 1718, o marquês traz consigo “um plano sumptuoso e gigantesco gizado por Arquitectos romanos”<sup>724</sup> que se contavam entre os melhores da Cidade Eterna, porque razão, decorrido um ano, já Juvara o alterava?<sup>725</sup> E, feitas as contas, o que afinal pertencerá a cada um, se as “torres caprichosas e elegantes”, desenhadas num “improviso barroco e curvilíneo”, a “cenográfica perspectiva do *alçado* principal da fachada da Basílica” e mesmo “toda a nova quadra conventual que se movimenta à volta de um gracioso jardim de terraços e mais terraços (...), pátios e saguões” – quase tudo, pois –, não parece poder explicar-se senão pelo “múltiplo talento e cultura” que distinguem o *grão Canevari*, chegado a Portugal em 1728?<sup>726</sup>

E, todavia, a realidade parece ter sido bem mais simples. Não restam dúvidas, com efeito, de que o edifício que, no Alto da Vela, se começava a construir em 1716, não era mais aquele cuja fundação o monarca autorizara em 1711 e no qual pensava ainda em 1714. Motivos vários, a que não serão porventura estranhos o fim da Guerra da Sucessão e mesmo a recuperação económica que começava a esboçar-se, tinham levado o monarca a converter o primitivo cenóbio num projecto mais vasto, mais condizente com os seus desígnios faustosos de príncipe absoluto, que tudo indica fosse já concebido para 80 frades. Quanto à súbita passagem do artista, de simples ourives a soldo dos Jesuítas, a arquitecto responsável pelo maior empreendimento do reinado, não pode verdadeiramente encarar-se com estranheza, tendo em conta, quer os mecanismos do mercado artístico do tempo, quer a própria especificidade do ambiente nacional nesses anos iniciais do século XVIII. De facto, morto João Antunes, regressado Gimac a Itália na embaixada do marquês de Fontes, quem mais poderia garantir essa constante exigência de qualidade que D. João V sempre colocava em tudo o que directamente patrocinava? Por simples ourives que pudesse

ser, Ludovice chegava dessa Roma que preenchia os horizontes do *Magnânimo* e aí colaborara em obras importantes<sup>727</sup>. Os conhecimentos recentes de que era portador sobre as grandes construções em curso na Cidade dos Papas, tal como a actualidade da sua formação, não deixariam de o recomendar aos olhos do jovem Rei, que então lançava as bases da sua política de prestígio e manifestamente o isolavam no modesto meio artístico nacional<sup>728</sup>.

Mas seria, realmente, Ludovice, um simples ourives? Não é fácil sabê-lo com certeza. É, porém, um facto que, desde cedo, os inacianos se terão visto obrigados a repreendê-lo por trabalhar para uma clientela mais vasta do que o seu contrato estipulava<sup>729</sup> e mesmo Ayres de Carvalho não deixaria de atribuir-lhe obras de arquitectura nesses anos iniciais em Sto. Antão, como o lavabo e o altar da sacristia, afirmando até, em apoio da sua tese, que “A fama e a celebridade de Ludwig” (confirmadas em 1717 pelo padre Luís Gonzaga a propósito da participação do artista nas festas da beatificação de João Francisco Regis<sup>730</sup>), “não se justificaria se apenas se referisse ao ‘debuxo do celebre Federico... hum pavilhão corrido por dous Anjos’ ou até ao tão celebrado sacrário modelado e cinzelado por suas mãos”<sup>731</sup>. Por outro lado, parece verosímil, como vimos, que seja ele o autor das diversas reformas que, desde 1707, se verificavam na Capela Real do Paço da Ribeira<sup>732</sup> e, a ser assim, encontrar-se-ia preparada a sua vitória no concurso (qualquer que tenha sido) que precedeu a escolha do projecto de Mafra. De resto, Mafra não era ainda então o maior empreendimento do reinado. Esse destinava-o o Rei a Lisboa e para ele chamaria, em 1719, o abade Juvara, um arquitecto já internacionalmente consagrado. Era o magnífico complexo de Palácio Real e Sé Patriarcal que ambicionava erguer, sobranceiro ao Tejo, na vertente de Buenos Aires. Razões mal esclarecidas, mas onde não é difícil pressentir a relativa fragilidade das bases em que efectivamente assentava a autoridade régia, motivariam o abandono desse sonho faustoso. O que parece tornar-se claro é que Mafra beneficiaria desse facto.

Na verdade, a grande alteração do plano, em função da qual o primitivo cenóbio pensado para 80 franciscanos seria aumentado de molde a poder albergar 300 e acrescido de um Palácio Real, ocorre, não em 1728, como entenderia Ayres de Carvalho, mas sim e como vimos já, bem mais cedo, por 1721-22, seguindo, pois, de perto, a falência do projecto lisboeta. Mafra é realmente “a consequência lógica da grande Patriarcal de Lisboa, que el-rei D. João V sonhou e viu planeada, mas que nunca chegou a realizar”<sup>733</sup>. Ao sumptuoso Paço-Patriarcal idealizado por Juvara, reunindo, numa mesma estrutura, os dois braços, eclesiástico e secular, de que se compunha a Corte de Lisboa, sucederia o não menos desmesurado Paço-Monástico, erigido por Ludovice na vastidão saloia. Não poderia, deste modo, colaborar

Cannevari num projecto que antecede de seis anos a sua chegada a Portugal e com isso se confirmam as palavras inequívocas de Vieira Lusitano quando, mau grado a flagrante antipatia que lhe merecia Ludovice, escrevia, no *Insigne pintor e leal esposo*, a respeito do *sublime talento* do Romano: “Deixaste Mafra de erecta/Ser: defraudou-te essa dita/Não sei qual fada preversa...”<sup>734</sup>

Com efeito, uma vez apurada, com uma margem de erro relativamente diminuta, a data em que se verifica a alteração dos planos, parece tornar-se clara a paternidade do *Frederico*, não apenas sobre o risco do primitivo cenóbio, aprovado em 1716, mas sobre o novo traçado que, cinco ou seis anos mais tarde, iria convertê-lo, enfim, no maior empreendimento joanino. Não pode esquecer-se, na verdade, que, com a partida de Juvara, Ludovice voltava a ocupar sozinho a cena artística nacional. Ele representava, de resto, junto do monarca, o elemento fiel, ao qual não pressionavam compromissos internacionais, o executor sempre disponível de projectos em constante mutação e o conselheiro artístico, também, quando chegava a hora, chamado a examinar o trabalho de outros arquitectos, como aconteceria, já nos fins do reinado, com a esplêndida Capela de S. João Baptista<sup>735</sup>. Como aceitar, aliás, se Cannevari tivesse sido encarregado de desenhar os novos planos do monumento de Mafra, que fosse justamente nos anos da sua permanência em Portugal, quando a decisão real de proceder à sacração da Basílica em Outubro de 1730 leva a imprimir um ritmo vertiginoso à construção que, como afirma Ayres de Carvalho, “os escribas e íntimos do Rei se esfalfavam a escrever em seu nome cartas para Roma a pedir cópias de tantas plantas, pormenores e mais pormenores de Igrejas, Conventos e Palácios”<sup>736</sup>? Mas não estaremos a descortinar aqui a própria essência do programa joanino?

Na realidade, não pode esquecer-se que era o Rei o supremo director do empreendimento. No seu palácio de Lisboa mantinha uma correspondência intensa com os seus representantes nos grandes centros artísticos europeus mas, especialmente, em Roma, donde lhe chegavam, permanentemente, não só informações sobre as grandes obras em curso na Cidade Eterna, mas ainda plantas, alçados, desenhos ou maquetas, como essa de S. Pedro que ocupava uma sala inteira<sup>737</sup>. E esse *museu*, “que ajuntou mais o seu bom gosto, que o desejo de conservar preciosidades”<sup>738</sup>, constituía o núcleo dinamizador da política artística do reinado. Assim se explica o elevado nível apresentado pelas obras realizadas sob o seu directo patrocínio; assim se explica que Ludwig pudesse estar actualizado após “30 anos de permanência em Portugal, ora metido numa cela do Colégio de S. Antão ou na sua oficina de prateiro da rua dos Canos”...<sup>739</sup> O volumoso conjunto epistolar respeitante às obras de Mafra – mas também, sintomaticamente,

às da Patriarcal – denota bem a sede de conhecimentos que o possuía, apoiada numa vontade intransigente de erigir um edifício que pudesse sofrer o confronto com o que de melhor lá fora se fazia. A Ludovice caberia, fundamentalmente, o mérito de harmonizar a ideia real, alimentada nas minuciosas informações de que dispunha, que todas desejaria o monarca ver reproduzidas no enorme edifício que nascia.

Não sabemos, efectivamente, qual o verdadeiro alcance que, no decurso dos trabalhos, teria tido a acção de homens como Custódio Vieira, Manuel da Maia ou João Pedro Ludovice, a quem cabia assessorar e, mesmo, depois de 1730, em grande parte substituir na direcção da real obra o *insigne Federico*. De Custódio Vieira sabemos ser da sua autoria a traça da notável escadaria dupla da portaria-mor conventual<sup>740</sup> e outros aspectos do enorme edifício poderão ainda, talvez, vir a ser imputados a um ou outro dos colaboradores de Ludovice. Mas não restam dúvidas de que, como quer que tivesse sido, se terão visto forçados a conformar-se com um único princípio ordenador. Só assim se justifica, na verdade, o elevado grau de unidade e coesão ostentado por um conjunto arquitectónico de invulgar complexidade e desmedidas proporções e que, não obstante, como lucidamente notava Robert Smith, “stylistically... seems the creation of one man”<sup>741</sup>.

## O “ESCORIAL PORTUGUÊS”

As evidentes analogias existentes entre o monumento de Mafra e o mosteiro espanhol do Escorial, erguido por Filipe II entre 1563 e 1584 – o mesmo plano aproximadamente quadrado, a mesma mescla de templo, palácio e convento, a mesma configuração maciça e imponente –, acabariam por converter a comparação entre as duas construções num verdadeiro lugar-comum, sistematicamente reproduzido por quantos ao longo do tempo o visitaram. Merveilleux seria talvez o primeiro<sup>742</sup>, registando, como vimos, logo no início do empreendimento, que “l’on fit venir de Rome le plan d’un Bâtiment plus magnifique encore que celui de l’Escorial”<sup>743</sup>, mas apreciações idênticas se poderão colher nas narrativas de outros viajantes. É o caso de Dalrymple, que em 1774 descortinava em Mafra “une rivalité secrète de Philippe II qui a bâti l’Escorial”<sup>744</sup>; do *ci-devant* duque do Chatelet, que em 1795 comentava que “Mafra est l’Escorial du Portugal”<sup>745</sup>; de James Murphy, que pelos mesmos anos escrevia que “it may be considered as the Escorial of Portugal; which structure the Royal founder intended to emulate”<sup>746</sup>; ou ainda de Carl Israel Ruders que, já na transição do século, parece fazer-se eco de uma imagem consagrada: “Mafra, que os portugueses denominam o Escorial do país”<sup>747</sup>.

Na verdade, o confronto impunha-se por si mesmo e Robert Smith não tem razão quando afirma que “Among the Portuguese writers of D. João’s reign not one mentions the Escorial in connection with Mafra, or attempts to compare the two monuments”<sup>748</sup>. Pelo contrário, as aproximações entre os dois edifícios parecem ter surgido desde a primeira hora nos espíritos dos contemporâneos e logo em 1717 – um pouco paradoxalmente, aliás –, o autor anónimo de um manuscrito conservado na Biblioteca da Universidade de Coimbra relativo às cerimónias do lançamento da 1.<sup>a</sup> pedra, afirmava em versos de pé quebrado que “esta obra he singular e que a perder de vista fica o grande Escorial”<sup>749</sup>. Alguns anos mais tarde, por ocasião do oitavário da sagração da Basílica, Tomás Pinto Brandão retomava o tema, escrevendo: “Não creyo que haja no Mundo/Edificio tão cabal;/porque nenhum chega, a este/Portuguez Escorial”<sup>750</sup>. Enfim, já na segunda metade da

centúria, seria a vez de Cyrillo, na sua *Collecção de Memorias*, afirmar que o Rei desejara fazer de Mafra “*um segundo e talvez melhor Escorial*”<sup>751</sup>.

A partir deste momento, pode dizer-se que o conceito se encontra já sedimentado. Os paralelismos entre os dois paços conventuais perpassam constantemente nos escritos dedicados ao monumento português e em 1853, num roteiro turístico elaborado com a preocupação de “dar ao publico as informações de tudo que se torna util para o commercio e conhecimentos gerais”, opinava-se mesmo, sem escrúpulos de maior, que “o sumptuoso palacio com o convento é uma imitação do Escorial”<sup>752</sup>. A ideia vingava, pois, e em anos mais recentes, obras de carácter científico se encarregarão de a transmitir: Reynaldo dos Santos, comentando, em 1929, que “Mafra quis ultrapassar o Escorial”<sup>753</sup>; Elie Lambert, escrevendo, já em 1948, que “l’Allemand Johann Friedrich Ludwig (...) éleve pour le roi Jean V, à l’imitation de l’Escorial, l’énorme palais-monastère de Mafra”<sup>754</sup>; Germain Bazin, que, partindo de uma análise estritamente formalista, lhe chamava, em 1949, “vaste Escorial à la romaine”<sup>755</sup>, sublinhando, em 1980, que a estrutura do edifício castelhano teria sido “imité littéralement au XVIII<sup>e</sup> siècle par Jean V de Portugal à Mafra”<sup>756</sup>; Fernando Chueca, enfim, afirmando em 1963 que Mafra nascera “del deseo de emular al Escorial”<sup>757</sup>.

Algo mudara, contudo, entretanto, no conteúdo semântico da comparação e aí radica a importância de que a sua análise se reveste para a questão que nos ocupa. Com efeito, entre as primeiras alusões de Merveilleux, Tomás Pinto Brandão (ou dos seus mais modestos epígonos) e mesmo de Cyrillo, onde o célebre convento espanhol constitui, essencialmente, uma referência de carácter genérico, da ordem da grandeza, do prestígio e da categoria – como evocar Versailles a propósito das residências reais setecentistas<sup>758</sup> –, e os comentários redigidos pelos escritores e historiadores dos séculos XIX e XX, constata-se, no confronto estabelecido entre as duas construções, a emergência de uma conotação pejorativa que, de início, evidentemente não possuía e que procede desde logo da ligação estabelecida pelos intelectuais românticos e positivistas entre os dois edifícios e o sistema político que reflectem. Como escrevia Antero de Quental, “Basta erguer os olhos para essas lúgubres moles de pedra, que se chamam o Escorial e Mafra, para vermos que a mesma ausência de sentimento e invenção, que produziu o gosto pesado e insípido do classicismo, ergueu também as massas compactas, e friamente correctas na sua falta de expressão, da arquitectura jesuítica. Que triste contraste entre essas montanhas de mármore, com que se julgou atingir o grande, simplesmente porque se fez o monstruoso, e a construção delicada, aérea, proporcional e, por assim dizer, espiritual dos Jerónimos, da Batalha, da catedral de Burgos!”...<sup>759</sup>

Do que não restam dúvidas, porém, é de que o monumento português não ficaria a ganhar com o confronto. Já porque os progressos da historiografia espanhola – e a maior importância concedida pela historiografia europeia ao país vizinho – cedo *reabilitaram* a memória do monarca *Católico* e, com ela, o grandioso símbolo do seu reinado, sem que outro tanto se tivesse passado, entre nós, com o *Rei Magnânimo*; já porque o Escorial, mau grado a lenda negra que em seu redor não deixaria igualmente de tecer-se, permaneceria, apesar disso, intimamente ligado na memória colectiva às recordações gloriosas do *siglo de oro*<sup>760</sup>, ao passo que, em Mafra, a mitologia nacional procuraria consubstanciar, quando muito, os desperdícios do século *do ouro*. Enfim, a sua qualidade de simples réplica do modelo castelhano – “imité littéralement” –, negando-lhe, sequer, o mérito da originalidade, reservar-lhe-ia um lugar irremediavelmente secundário aos olhos de uma crítica artística empenhada, cada vez mais, em reconhecer nas obras do passado os vestígios de uma hipotética portugalidade, que encontraria na *espiritualidade* da Batalha ou dos Jerónimos o modelo paradigmático.

Às opiniões deixadas pelos viajantes dos finais do século XVIII, imbuídos de preconceitos mais ou menos claramente *iluministas*, como Dalrymple, escrevendo que Mafra “ne se présente pas aussi noblement que l’Escorial”<sup>761</sup>; Chatelet, para quem “à tous égards, Jean V paroît n’avoir été que mauvais copiste de Philippe II”<sup>762</sup>; ou Murphy que, reproduzindo Merveilleux, comenta que “the treasures... lavished on it, if properly applied, would raise a pile much superior to the Escorial in point of architecture; but unfortunately the designer of it had neither a mind to conceive, or a hand to execute, a design for a glebe-house, much less a basilick and Royal palace”<sup>763</sup>, responderia a historiografia contemporânea, pela mão de Reynaldo dos Santos, ao qual o convento português, em face do seu congénere espanhol, se afigurava impor-se “mais pela grandeza do que pela elegância, monótona na repetição sem ritmo da linha das fachadas, pesada nos torreões, monótona ainda no remate adinâmico dos telhados”<sup>764</sup>. Já em anos recentes, Germain Bazin não hesitaria, por seu turno, em afirmar que, em termos de arquitectura, o paço monástico português “manque de cohérence”; que a fachada oriental “est pauvre et sans allure monumentale, de telle sorte que, sur sa face arrière, Mafra n’a pas l’air terminé”; que “On n’y sent pas l’impulsion d’un architecte génial, mais le travail appliqué d’un praticien qui s’efforce d’imiter au mieux les modèles romains qu’on lui propose”; que “surtout, ce qui a manqué à Mafra, c’est une grande idée comme celles qui animent l’Escorial, Klosterneuburg ou les monastères d’Europe centrale”<sup>765</sup>.

Tocava-se, pois, enfim, no fundo da questão. Cada um a seu modo, a Batalha ou os Jerónimos resumiam de forma magnífica a gesta lusitana;

simbolizavam o passado glorioso e longínquo – o *Portugal de Avis*, a epopeia das Descobertas e, em simultâneo, todo um conjunto de valores considerados caracteristicamente nacionais. Em comparação (sempre em comparação), a visão pessimista alimentada pelo *Portugal Contemporâneo* não encontrava em Maфра mais que o emblema descomunal e quase monstruoso de um tempo que reputava de “reinado falaz” e onde descortinava a fatal “origem da nossa irremediável decadência”<sup>766</sup>. A Maфра faltava “une grande idée” que pudesse reconciliar com ela a *sensibilidade* nacional. A sua busca constituirá, pois, a derradeira etapa do percurso que nos propusemos.

Mais do que um ponto de partida, o Escorial constitui, porém, realmente, um ponto de chegada; o culminar de um longo processo que emerge, a pouco e pouco, das profundezas medievais e ao qual convirá, por isso, prestar alguma atenção. Como escrevia Fernando Chueca, “es el último gran palacio monástico y no el primero, como con incomprensible miopía se venia creyendo. (...) ...no es un comienzo, sino un final arrebatador y vibrante como el de una sinfonía”<sup>767</sup>.

Efectivamente, era prática corrente, desde a Alta Idade Média, entre os príncipes e monarcas da Cristandade, habitar temporariamente em abadias e conventos, onde dispunham de aposentos próprios. Assim acontecia em Cluny, Claraval e em inúmeros outros cenóbios da França feudal<sup>768</sup>. No que respeita à Espanha, contudo, pode mesmo afirmar-se que, durante todo o período medieval, serão os mosteiros os verdadeiros palácios dos monarcas. A inexistência de capital e a característica itinerância da administração, dificultando a erecção de grandiosos palácios que constituíssem a tradução visual da majestade do poder, levariam os príncipes ibéricos a desenvolver mecanismos imagéticos diferentes dos que a Monarquia utilizava na Europa central e uma parte importante das suas energias seria, assim, canalizada para a construção ou enriquecimento de imponentes fundações monásticas que, de resto, aliavam com frequência às suas funções residenciais as de albergue dos seus restos mortais.

Mosteiros-panteões, retiram, na verdade, muito do seu prestígio dessa permanente liturgia fúnebre que se desenrola em torno dos despojos régios e que reveste o aspecto de uma autêntica divinização *postmortem* da realeza; mas também de uma pré-divinização, no sentido de que a presença desses monges, espécie de capelães de almas para uso dos reais defuntos, cuja viagem no além – como no antigo Egipto... – as suas orações se esforçam por assegurar, recorda ao próprio monarca o culto que um dia será prestado à sua pessoa. Realça-se assim, inequivocamente, a aura carismática do poder, num cenário particularmente evocativo da sua dimensão

sacral, e a morada régia surge, não como um anexo ou aditamento ao complexo monástico, mas como parte integrante do mesmo, que adquire o seu mais amplo significado nessa totalidade político-religiosa<sup>769</sup>. É esta a herança que Filipe II recolhe e que, como afirmaria Chueca, “por un extraño instinto que nace de las capas soterradas de su personalidad arcaica”, irá reproduzir em escala gigantesca<sup>770</sup>, criando, com o Escorial, a mais espetacular e bem sucedida incorporação de um palácio real numa instituição monástica, ao mesmo tempo que, como refere Maravall, o melhor exemplo de aproximação física da Casa do Rei à Casa de Deus<sup>771</sup>.

Construído, porém, nos finais do século XVI, numa época impregnada das ideias da Antiguidade, mas que não renunciou ainda às crenças medievais, configura-se como uma verdadeira encruzilhada, onde se reúnem arquétipos vindos do passado, que constituem o património espiritual da humanidade e conceitos que anunciam o futuro. O aspecto fortificado do Escorial deve muito, na verdade, à tradição simultaneamente italiana e hispânica, do *palácio-bloco*. Proveniente dos castelos medievais, fechado sobre si próprio em torno de um pátio quadrangular e acusado em Espanha, por via de regra, pelas típicas torres angulares, definira uma tipologia especial de *palácio-alcazar*, que encontrara em Toledo o seu modelo paradigmático<sup>772</sup>. Por outro lado, a estruturação de edifícios de carácter monástico com base num plano regular centralizado a partir da igreja, constituindo embora uma inovação do século XVI, havia já sido experimentada em Espanha, nomeadamente no Hospital Real de Santiago de Compostela (1501) e no de S. João Baptista de Toledo (1541)<sup>773</sup> e tivera mesmo aplicação anterior em Portugal, no Hospital Real de Todos-os-Santos de Lisboa, empreendido por D. João II em 1492, não sendo seguramente alheios a esse fenómeno os planos do Hospital Maior de Milão, concebido em 1456, por António Filarete, para Francesco Sforza, retomados na abadia beneditina de Catânia, erguida a partir de 1558<sup>774</sup>.

As suas raízes longínquas mergulhá-las-ia, contudo, o Escorial, em modelos antigos, nomeadamente no palácio de Diocleciano em Split, onde se encontraria já consubstanciada a reunião simultânea, num único complexo arquitectónico, de estruturas de natureza palatina, religiosa e funerária. Concebido com a forma de um quadrilátero, reproduz a planta consagrada dos acampamentos militares romanos, convertida aqui em símbolo imperial, ao proporcionar a perfeita organização de edifícios e espaços pensados em grande escala. O enfoque dramático seria colocado nas grandes vias processionais de traçado cruciforme e nos locais destinados à apresentação do Imperador, como a *janela das aparições*, preservada, de resto, pela tradição cristã, para uso dos pontífices<sup>775</sup>. A sua aparência fortificada, que decorre das necessidades defensivas sentidas pelo Império

na sua fase terminal, justificaria a fama de que gozou na Idade Média, servindo de base a outras construções, erguidas igualmente em torno da ideia imperial, como o palácio sagrado de Constantino em Bizâncio, o palácio de Carlos Magno em Aix-la-Chapelle ou o projecto elaborado em 1488, por Giuliano da Sangallo, de um palácio para Fernando II de Aragão, Rei de Nápoles, em Poggio Reale, e tudo leva a crer que Juan Bautista de Toledo e Juan de Herrera, a quem Filipe II sucessivamente confia a erecção do Escorial, tivessem conhecimento do palácio de Split<sup>776</sup>.

Com base nestes elementos criariam os arquitectos do *Prudente* um monumento que encerra em si próprio toda uma ideia de Estado, tal como Filipe II poderia concebê-la, isto é, em íntima união com o catolicismo tridentino. O conjunto monástico deveria englobar, além das dependências propriamente conventuais e da respectiva igreja, um seminário, uma biblioteca, um colégio com autoridade para conferir os mais elevados graus académicos e um túmulo dinástico, em função do qual e com o fito de assegurar um maior número de sufrágios em intenção dos reais defuntos, seria mesmo aumentada a lotação inicialmente pensada, de 50 para 100 monges. Completando o enorme complexo, estava também prevista a inclusão de aposentos para os monarcas, adjacentes à cabeceira da igreja, de modo a que os régios consortes pudessem assistir directamente à missa, celebrada no altar-mor. O Escorial surgia, assim, como o verdadeiro centro espiritual do Império Espanhol, no momento em que este assumia a sua máxima dimensão e se perfilava, simultaneamente, em termos mundiais, como campeão do catolicismo ameaçado.

Maior instituto religioso da Península, centro de estudos de tão grande importância que chegaria mesmo a eclipsar as pretensões de Madrid nesse capítulo<sup>777</sup>, seria concebido em torno da ideia de que o conhecimento conduz a Deus<sup>778</sup>, mas de acordo com a defesa intransigente de princípios religiosos que constituíam, afinal, fundamentos do próprio Estado. Era, pois, a tradução visível de um poder de direito divino, expresso na figura do *rex-sacerdos*, que adquire a sua máxima grandeza no próprio momento em que se humilha, diante desse outro Rei que representa o único Poder que reconhece<sup>779</sup>. É esse o significado da disposição imposta aos aposentos régios no interior do plano: discretos, monásticos também, como conviria a quem pretendia *fazer um palácio para Deus e para o Rei apenas uma casa*, envolvem, porém, o tabernáculo, definindo um percurso rigorosamente planeado e que exprime essa união íntima da realeza com a divindade no interior de um espaço meticulosamente organizado<sup>780</sup>.

Verdadeira fortaleza do catolicismo, estruturada em torno de um dogma inquestionável, o Escorial assume-se como um autêntico *Vaticano ibérico*<sup>781</sup> e, em conformidade com essa ideia, produz um novo tipo de

estabelecimento público, englobando, num único edifício, um conjunto diverso de funções de natureza a um tempo religiosa e civil e retomando, desse modo, claramente, a antiga utopia da cidade ideal, tal como fora incorporada pelo Cristianismo, isto é, sob a forma da *Cidade de Deus* de Santo Agostinho<sup>782</sup>. A aliança do Trono e do Altar, erigida em princípio ordenador, consubstancia-se, porém, no interior do próprio espaço litúrgico, entendido não como igreja (*ecclesia*) mas antes como Capela Real e mausoléu (e, por esse motivo, simplesmente designado de templo<sup>783</sup>) e que ocupa, no interior do plano, a posição central. Retomam-se, uma vez mais, referências milenares – o templo de Salomão<sup>784</sup> –, mas é, efectivamente, a um modelo mais próximo, embora não, decerto, menos simbólico, que o templo escorialense se reporta: S. Pedro de Roma e a sua cúpula que, emergindo sobre a silhueta austera dos telhados, proclama, no seu simbolismo, uma mensagem ecuménica e autoritária, que traduz de modo eloquente todo um programa ideológico<sup>785</sup>.

Mais do que uma ideia de arquitectura, o Escorial exprime, de facto, a *arquitectura de uma ideia*<sup>786</sup> – ideia de poder, evidentemente, tal como ele seria encarnado pelos monarcas espanhóis da Casa de Áustria: poder absoluto, exercido por direito divino e em íntima união mística com a divindade. Esta noção quase abstracta da realeza, intangível na sua postura hierática, governando os seus territórios do interior inacessível do seu paço monástico, encontraria, de facto, a sua imagem perfeita nessa arquitectura *congelada* imposta por Herrera ao edifício filipino; mas é, sobretudo, ao nível do plano que se manifesta, com uma clareza nunca até então alcançada e que é o resultado de dezenas de anos de experiências em torno do tema antiquíssimo do palácio-bloco de configuração quadrangular, onde, em pleno ambiente humanista, se fundem, sobre a *cidade imperial* de Diocleciano, os legados hispânicos do *alcazar* fortificado e do palácio-mosteiro<sup>787</sup>.

Último dos paços monásticos, pois, se perspectivado em relação à longa série dos seus predecessores, o Escorial constitui, porém, simultaneamente, tanto na forma como no espírito, uma obra inegavelmente *moderna* e, desse modo, susceptível de converter-se, por sua vez, num prestigioso modelo de futuras construções. “Forme mère”, como escreveu Germain Bazin<sup>788</sup>, a sua influência pode seguir-se durante muito tempo, nomeadamente através do tema do palácio-bloco, cujo valor heráldico recupera<sup>789</sup>, numa atitude que não deixaria, aliás, de ser favorecida pela própria teórica arquitectónica da Renascença<sup>790</sup>. Efectivamente, outros edifícios régios, a par do Escorial, ostentarão idêntico ordenamento com base num quadrado ou num rectângulo flanqueado de torres angulares, bem como

essa configuração austera, que acabaria por converter-se num verdadeiro símbolo da Monarquia castelhana. Estarão nesse caso construções como o Alcazar de Madrid, antiga fortaleza muçulmana reconstruída em parte por Carlos V e completamente remodelada por Filipe II, estruturado em torno de dois grandes pátios (o do Rei e o da Rainha) separados pela Capela Real<sup>791</sup>, bem como o Palácio de El Pardo, nas cercanias madrilenas, edificado também por Carlos V e reformado por seu filho, que lhe impôs as típicas coberturas flamengas que distinguiriam a arquitectura áulica filipina<sup>792</sup>. Dobrado já o século XVII, também o Buen Retiro, erguido para Filipe IV a partir de um mosteiro jerónimo já existente nos arredores da capital, apresentaria a mesma planimetria em quadrícula, pontuada por torres com seus coruchéus e a mesma fisionomia conventual que impressionava os estrangeiros<sup>793</sup>. Como único sinal de modernidade, surgia, por influência italiana, a disposição em fileira dos grandes salões de recepção, evidenciando claramente o aumento da componente lúdica na vida cortesã<sup>794</sup>.

De facto, pode afirmar-se que o Escorial definira um modelo construtivo que rapidamente se tornaria inseparável da Monarquia Católica, aí residindo, certamente, um dos seus aspectos mais interessantes. As austeras fachadas desses edifícios, as suas torres de coberturas pontiagudas, cumpriam uma função icónica que não perdera ainda o seu valor quando, no trono de Espanha, os Bourbons sucedem aos Habsburgos. É, com efeito, a esse modelo que Filipe V se reporta, quando faz construir, em 1719, o Palacete de La Granja<sup>795</sup> e o mesmo se verifica nas reformas ordenadas por Fernando VI em Aranjuez, a partir de 1748 e a propósito das quais George Kubler chegaria mesmo a falar numa ressurreição da atmosfera estilística do reinado de Filipe II<sup>796</sup>. Mas é, certamente, o Palácio Novo de Madrid, erguido na sequência do incêndio que, em 1734, destrói o antigo Alcazar, que melhor traduz, na própria evolução sofrida pelo projecto, a carga ideológica que enformava o velho modelo do palácio-bloco. Os planos, inicialmente traçados por Juvara, em 1735, com nítidas referências versalhenses, seriam modificados por Sacchetti, a partir de 1738, segundo um esquema quadrangular, organizado em função de um grande pátio central, reforçado por torreões angulares, que intencionalmente recupera, sob a brilhante roupagem berninesca, a antiga estrutura de origem castrense<sup>797</sup>.

O Escorial era, contudo, algo mais do que uma simples residência real e o tema do palácio-convento, tal como o tipo de vida que traduz, persistirão por muito tempo na tradição espanhola. Efectivamente, a fundação, em 1611, pela Rainha Margarida de Áustria, esposa de Filipe III, do Mosteiro feminino da Encarnação, anexo ao Alcazar madrilenho, com o qual possuía comunicação, convertê-lo-ia, claramente, num paço monástico<sup>798</sup>, enquanto o Buen Retiro, erguido para Filipe IV nas cercanias da capital a partir do

Mosteiro de *San Jerónimo el Real*, constituía por inerência um paço conventual, onde os monarcas costumavam recolher-se por ocasião de lutos ou quaresmas. As obras realizadas por Olivares, que haveriam de transformar os, inicialmente modestos, *cuartos reales*, num enorme complexo arquitectónico, não apenas lhe não alterariam substancialmente a característica fisionomia monástica – reforçada mesmo com a presença de múltiplas ermidas nos jardins –, como parece até ter chegado a pensar-se, por 1636, em incrementar a componente religiosa, com a criação, à semelhança da Ordem francesa do Espírito Santo, de uma Ordem de cavaleiros mista, secular e eclesiástica, cuja sede aí se estabeleceria<sup>799</sup>. A série dos paços monásticos espanhóis concluir-se-ia, porém, adiantado já o século XVIII, com o Convento madrileno da Visitação, ou das *Salesas Reales*, fundado pela esposa de Fernando VI, D. Maria Bárbara de Bragança, como refúgio de viuvez. Iniciado em 1750 e concluído em 1757, um ano antes da sua morte, o Mosteiro das Salesas conservaria ainda, sob o requintado invólucro rocaille, o característico aspecto de bloco, desta vez com a forma rectangular, incluindo no seu interior dois pátios grandes e dois menores e deixando a igreja à ilharga, conforme a antiga prática peninsular que o Escorial havia abandonado. A disposição dos aposentos régios, porém, adossados à cabeceira do templo e comunicando com a capela-mor através de uma tribuna, retoma claramente o esquema enunciado, pela primeira vez, no *palácio* de Carlos V em Yuste e que o Escorial fielmente reproduzira<sup>800</sup>.

Em pleno *século das Luzes*, pois, quando, por toda a Europa, a concepção renascentista de palácio fechado, erguido em torno do *cortile*, dava lugar a novas criações, mais dinâmicas e abertas, numa clara relação urbana com o meio envolvente que decorre da crescente importância que rodeia a componente lúdica na existência cortesã<sup>801</sup> – e que teria em Versailles o seu mais representativo produto –, mantinha-se intacto na *católica* Espanha e apesar da europeização que a mudança de dinastia não deixaria de fomentar, o prestígio do antigo arquétipo do palácio-bloco, ao qual se ligava ainda todo um conjunto de referências que pareciam fazer parte da própria essência da realeza. Idêntico fenómeno se verificava, afinal, com o tema genuinamente ibérico do palácio-mosteiro. O que, todavia, poderá afigurar-se mais surpreendente, é que, rapidamente, um e outro alcancem consagração internacional, num processo onde as relações dinásticas desempenham, de facto, um papel de relevo, mas que, sobretudo, atesta a persistência, a par das novas concepções que presidiam à erecção dos grandes monumentos do Barroco, das possibilidades representativas de um plano que fornecera à Monarquia castelhana o seu mais grandioso e coerente emblema.

O modelo escorialense perfilar-se-á, assim, claramente, na sombra de alguns dos mais imponentes edifícios erguidos nos séculos XVII e XVIII para lá dos Pirenéus, como é o caso dos planos elaborados por Libéral Bruant, em 1656, para o Hospital de la Salpêtrière em Paris, mas, fundamentalmente, do gigantesco complexo monástico-militar dos Inválidos, fundado por Luís XIV e cuja construção decorre a partir de 1671. A grande quadratura, dividida em 14 pátios distintos, e a situação recuada do templo, denotam a proximidade em relação ao arquétipo original, que mais avulta ainda quando se atenta na destinação funerária que lhe estava em princípio reservada e no carácter de verdadeiro culto da realeza que revestiam as funções litúrgicas aí realizadas<sup>802</sup>. É, contudo, nos territórios onde reinava o segundo ramo dos Habsburgos e nas regiões que lhes ficavam próximas – Áustria, Baviera, Tirol, Suábia, Suíça, etc. –, que poderemos encontrar a mais clara projecção do Escorial. Aí se assistirá, uma vez mais, na grande renovação que se empreende, na primeira metade do século XVIII, de muitos dos antigos mosteiros, à recuperação do tema da *Cidade de Deus*, ao serviço de um programa apologético do ideal do Sacro Império Germânico, no interior do qual se consumaria a reconciliação dos poderes espiritual e temporal<sup>803</sup>.

Sob o impacte desta ideia, os velhos institutos monásticos converter-se-iam em palácios-conventos, pela inclusão, eminentemente simbólica, de aposentos imperiais, centrando-se o discurso retórico em alguns elementos essenciais: a igreja, a biblioteca, a grande escadaria e a *marmorsaal* ou *kaisersaal*, sobrevivência altamente significativa da antiga aula palatina<sup>804</sup>. Simultaneamente, a sua qualidade de verdadeiros microcosmos, regidos por leis próprias e inacessíveis ao mundo exterior, levá-los-ia a recorrer, com frequência, no seu ordenamento arquitectónico, a ingredientes de origem militar, como bastiões, ou autênticas cinturas de muralhas<sup>805</sup>, definindo um recinto quadrangular, onde, de novo, o plano *escorialense* faz prova das suas notáveis aptidões para encenar uma ideia de poder. As grandes abadias de Melk (1702-1736), Einsiedeln (1704-1749), Weingarten (1715-1738) ou Göttweig (1719-1783), constituirão, certamente, mesmo que os projectos iniciais não tenham, por vezes, chegado a ser concluídos, exemplos notáveis deste ideal e da fidelidade ao modelo inspirador; mas é, sem dúvida, no enorme complexo, igualmente inacabado, de Klosterneubourg (cujas obras decorrem entre 1730 e 1755 e onde, de facto, se pensaria erguer, no tempo de Carlos VI, sobre um mosteiro do século XII, uma grandiosa residência imperial), que melhor se detecta a incrível vitalidade do arquétipo elaborado, século e meio antes, por Filipe II<sup>806</sup>. Irmão de Mariana de Áustria, a esposa do *Rei Magnânimo*, o Imperador Habsburgo conhecia a Espanha e Portugal, onde o haviam trazido as suas pretensões, ao tempo da *Guerra da Sucessão*.

O tema do palácio-convento inspiraria ainda, contudo, outro edifício, desta vez em território italiano e que constitui uma das mais elegantes criações do espírito barroco: o Mosteiro da Superga, erguido junto de Turim, entre 1717 e 1731, por Vítor Amadeu II de Sabóia, sobre planos de Filippo Juvara, do qual não chegaria a terminar-se a residência régia, em virtude da abdicação forçada do monarca<sup>807</sup>. A longa e notável descendência do monumento filipino encerrar-se-ia, porém, de forma quase emblemática, na *Reggia* de Caserta. Construção empreendida por um príncipe espanhol que os acidentes da política haviam elevado ao trono de Nápoles, onde reinaria com o nome de Carlos VII – antes de subir ao do seu próprio país, como Carlos III –, as suas obras, iniciadas em 1752, ocupariam toda a segunda metade da centúria, entrando mesmo pelo século XIX. O projecto executado seria da responsabilidade de Luigi Vanvitelli, que adoptaria um esquema rectangular, flanqueado por quatro torreões e definindo, no seu interior, quatro grandes pátios. No coração da enorme mole arquitectónica, que ocupa uma superfície de 45 000 m<sup>2</sup>, situa-se a espectacular escadaria, que deveria ter sido coberta por uma cúpula, a qual, não obstante, não chegaria a ser realizada, bem como as torres angulares.

O plano vanvitelliano representa, todavia, a simplificação, reduzida aos elementos essenciais, de um outro, encomendado pelo Rei a Mario Gioffredo e que deveria reunir, exaustivamente, num único e gigantesco complexo, a globalidade das funções sociais. Tratava-se de um edifício quadrangular, em forma de grelha, com cerca de 500 m de lado, erguido sobre uma plataforma fortificada, dotada de bastiões angulares. No seu interior, alojar-se-iam os aposentos dos soberanos e da Corte, salões e galerias destinados às grandes cerimónias, um *belvedere*, uma universidade, uma biblioteca pública, um museu, um tribunal e todos os organismos necessários à administração da justiça, uma catedral, um paço episcopal, um seminário, um teatro, um observatório astronómico, uma cidade administrativa e quatro quartéis para regimentos de cavalaria e infantaria. No centro, sob a enorme e simbólica cúpula, desdobrava-se a grande escadaria, evocando o papel centralizador da Monarquia, que se sobrepunha assim ao valor dogmático do catolicismo<sup>808</sup>.

De facto, não seria já a *Cidade de Deus* a dominar o sonho desmesurado de Caserta, mas o próprio mito platónico da *Cidade Ideal*, que havia inspirado a concepção agostiniana e obcecara os pensadores renascentistas. Laicizada embora, sob os efeitos do racionalismo iluminista, a *utopia* conservava intacto, não obstante, todo o seu fascínio, do mesmo modo que o velho traçado ortogonal parecia perfilar-se ainda, ao termo de quase 15 séculos, como o meio mais eficaz de concretizar de modo coerente uma ideia

de poder, quando ela se exprimia sob a forma de um microcosmos que resumia, na sua plenitude, o próprio macrocosmos social.

Na verdade, o palácio real era, tão-só, o desenvolvimento, mais ou menos amplo (em função da variável extensão das necessidades governamentais e de representação), da residência senhorial, onde se encontrariam já reunidos todos os elementos que o constituem<sup>809</sup>. O incremento da componente lúdica na vida da Corte, com o conseqüente abrandamento da componente militar que caracteriza o *Ancien Régime*, acarretaria, pois, o abandono do antigo conceito de origem medieval, mas ainda vigente durante a Renascença, de *palácio-bloco*, fechado sobre si próprio, inexpugnável, a favor de uma nova tipologia de palácio, caracterizada pela sua abertura e dinamismo, numa relação extrovertida com o meio envolvente que se considerava mais apropriada a enquadrar a festa que enformava a existência colectiva da sociedade a que se destinava. O Escorial era, porém, uma realidade bem mais complexa. Não fora ideado como uma simples residência régia, mas, sobretudo, como um local onde se consumaria, liturgicamente, a aproximação entre a ordem espiritual e a temporal, no interior de um organismo misto, que aspirava a realizar sobre a terra o ideal harmónico da *Cidade de Deus* e que se entendia como um mundo fechado, perfeito e exemplar, na sua unidade radical.

A mesma ideia-geratriz presidira, como vimos, à quase totalidade dos edifícios onde é possível sentir-lhe a influência. Efectivamente, mais do que palácios-mosteiros, são antes mosteiros-palácios, ou até, simplesmente, mosteiros. E, como escreveu Germain Bazin, “Avec la Cité-Etat de la Grèce et de l’Italie, le monastère est la forme édilitaire qui a le mieux réalisé sur la terre le concept de la Cité idéale”<sup>810</sup>. Esse conceito, visionavam-no os filósofos e pensadores da Renascença sob a forma de uma estrutura urbana, rodeada, em regra, de uma cintura de muralhas: isolando-a, ao mesmo tempo que a preservava do mundo confuso que se estendia em seu redor, impunha-lhe um perímetro geométrico, entendido como matemática e filosoficamente perfeito<sup>811</sup>. Não é, pois, por mero acaso, que, de modo impressionantemente sistemático, deparamos, na *cidade imperial* de Diocleciano, no Escorial de Filipe II, nos palácios-bloco da Espanha Católica, nos mosteiros germânicos ou ainda na utopia iluminista de Caserta, com a presença eminentemente simbólica de elementos defensivos. Comprimindo, no seu interior, toda a massa arquitectónica, contribuem poderosamente para lhe imprimir uma aparência compacta, inexpugnável, que, sintomaticamente, se designa, com frequência, de *conventual*<sup>812</sup>; e que os opõe, num confronto eloquente, aos grandes conjuntos dinâmicos do universo áulico, criados pelo barroco para encenar a sua festa, mas incapazes, afinal, de ilustrar, na sua máxima expressão, essa vontade, tão eterna quanto

*utópica*, de organizar a globalidade do corpo social em torno de um único princípio ordenador.

Assim se explica a persistência milenar, num percurso histórico (e estético) amplíssimo, de um plano, concebido inicialmente como base para o traçado de acampamentos militares, mas também para a erecção de novas cidades onde, aí sim, se tornava necessário dispor, de forma harmoniosa e lógica, o conjunto das instituições públicas. É esta a tradição (e a ciência) que o *Magnânimo* recolhe na hora em que, impedido de realizar em Lisboa o seu sonho grandioso de erigir um conjunto arquitectónico monumental que constituísse a demonstração retórica de um poder sacralizado pela inclusão, na sua definição programática, da componente eclesiástica, empreende a sua transferência para Mafra, reconvertendo com esse fim o sumptuoso convento que, em anos anteriores, aí mandara edificar. Parece, deste modo, esvaziar-se de conteúdo, ao mesmo tempo que se clarifica, a acesa controvérsia que despertaria entre alguns dos mais eminentes investigadores estrangeiros que se têm debruçado sobre a gigantesca mole, a questão da dependência que possa manter em relação à sua antecessora castelhana.

Na realidade, afirmar que o modelo escorialense passaria a Portugal por mera “vecindad y por comunidad de destinos históricos”, como escreveria Fernando Chueca<sup>813</sup>; ou, como Germain Bazin, reduzir o monumento joanino a cópia servil (“imité littéralement”) da construção filipina, afirmando que recusar que D. João V tenha pensado no Escorial ao construir Mafra “c’est nier l’évidence même” e fazê-lo com base em elementos tangenciais, como o facto de apresentarem analogias de plano e de o Escorial ser universalmente conhecido através da gravura, de terem ambos origens votivas, haverem sido concebidos modestamente e adquirido a sua actual dimensão em resultado de alterações introduzidas no decurso dos trabalhos, ou recorrerem, de igual modo, à importação de material gráfico de origem italiana<sup>814</sup> é, no mínimo, simplificar a questão aos limites do absurdo.

De facto, se os parentescos entre os dois edifícios se impõem à primeira vista, as profundas dissemelhanças que os opõem não deixariam igualmente de ser notadas desde cedo e, entre estas, avultam de imediato a diferente situação do templo, a sua diversa estrutura e a nítida desproporção existente, nos respectivos planos, na relação palácio-convento. Embora sem apreender, em toda a sua extensão, o verdadeiro sentido da distribuição sectorial no interior do conjunto mafrense, a grande maioria dos investigadores de além-fronteiras – Watson<sup>815</sup>, Robert Smith<sup>816</sup>, George Kubler<sup>817</sup>, Bottineau<sup>818</sup> –, não deixaria de pressentir nesses elementos um flagrante contraste na atitude dos monarcas fundadores e, portanto, na

ideia central que presidira às duas construções. Kubler escreveria então, de forma lapidar, que “Mafra is a palace-convent, unlike the Escorial, which is a convent-palace”<sup>819</sup> e Yves Bottineau sublinharia mesmo que “Au cœur de l’Escorial, se trouvent des tombeaux”, enquanto em Mafra, “on trouverait plutôt un berceau”...<sup>820</sup>

A extensão do lapso cronológico que separa as duas construções, com as inevitáveis consequências estéticas que implica, levaria, desse modo, a procurar as origens directas do edifício luso, não na arquitectura *congelada*, austera e fria, do monumento castelhano – em relação ao qual não seria possível, na verdade, encontrar afinidades neste campo –, mas em referências mais próximas, fornecidas pelas grandes abadias germânicas, cuja influência, na falta de elementos concretos, se poderia sempre fundamentar recorrendo à naturalidade, também germânica, do arquitecto. Robert Smith evocaria, assim, igrejas austríacas edificadas pelos mesmos anos segundo o esquema romano de S. Agnese da Praça Navona, onde, à semelhança de Mafra, o templo surgiria enquadrado por fachadas palacianas, referindo mesmo, em apoio da sua opinião, os desenhos de Fischer von Erlach para a Dreifaltigkeitskirche de Salzburgo. Reconhecia, contudo, faltarem precedentes na Europa central para o complexo e engenhoso sistema de pátios interiores introduzido por Ludovice em Mafra, concluindo, desse modo, ser de sua invenção a disposição geral do edifício<sup>821</sup>. Quanto a Bottineau – a quem, igualmente, se afigurava incontestável a filiação germânica de certos aspectos de Mafra –, convinha, não obstante, ser difícil provar “que tel monastère ou tel couvent-palais d’Autriche et de l’Empire ait fournit telle ou telle référence précise”, mas que, atendendo ao nascimento e à formação de Ludovice e às ligações familiares do monarca português, “une parenté, même lointaine, ne doit pas être passée sous silence”<sup>822</sup>.

A questão encerrar-se-ia, porém, aos seus olhos, com a publicação, por Ayres de Carvalho, do depoimento de Merveilleux, bem como da célebre carta de António Rebelo da Fonseca ao marquês de Fontes que, esclarecendo a proveniência romana do plano, “s’inscrit parfaitement”, escreve, “dans tout ce qu’on sait de l’italianisme du souverain portugais”<sup>823</sup>. A autoria italiana das traças, acrescentando-se à recordação do Escorial e aos contributos fornecidos pelas abadias alemãs (afinal, dificilmente compreensíveis), viriam, desse modo, confirmar “combien complexes sont, en fait, les sources architecturales du palais-couvent du Roi Très Fidèle”<sup>824</sup>.

Sabemos agora, porém, que nenhum plano com destino a Mafra seria jamais elaborado na Cidade Eterna. De Roma viriam, com efeito, solicitados com avidez, desenhos de toda a espécie, maquetas inteiras, extensos e minuciosos relatórios, concebidos de molde a informar o monarca portu-

guês de todas as grandes realizações da arte italiana e a auxiliar, no seu trabalho, os executores das suas determinações; mas nunca qualquer projecto sistemático, realizado em termos de poder ser aplicado à letra, sob a simples vigilância de um arquitecto local, situação que, na verdade, dificilmente seria exequível. Mesmo Juvara se vira forçado a deslocar-se a Lisboa para ultimar os seus esboços da Patriarcal e em Mafra verificava-se, afinal, tão-só, um fenómeno idêntico ao que, século e meio antes, ocorrera já no Escorial: a vontade régia de garantir a actualidade estética do edifício, impusera a importação em larga escala de elementos gráficos, realizados sob a direcção dos melhores artistas da cidade papal.

De facto, outros traços aproximariam ainda as duas gigantescas construções peninsulares: em ambas despertaria estranheza e perplexidade a decisão real de entregar projectos desta envergadura a arquitectos de pouca nomeada e, em consequência, gerações de historiadores se empenhariam em descortinar na obra final os resultados dessa operação, procurando detectar, neste ou naquele aspecto, a marca de consagrados mestres estrangeiros. Lá como cá, porém, seria afinal infrutífero, ou pouco conclusivo, o seu labor<sup>825</sup>. Contudo, enquanto Mafra e, a bem dizer, toda a época joanina, continuavam esquecidas da historiografia nacional, o Escorial ia sofrendo os benefícios de um estudo sistemático e, ao esclarecimento do processo construtivo, seguia-se o reconhecimento do papel desempenhado pelos arquitectos castelhanos e a constatação da inexistência de qualquer participação activa por parte dos artistas italianos a quem haviam sido solicitadas sugestões. Sobretudo, porém, começava igualmente a destacar-se, com impressionante nitidez, a sombra austera e dominadora do *Prudente*, moldando a sua obra, lentamente, ao ideal que o consumia<sup>826</sup>.

Juan Bautista de Toledo e mesmo Juan de Herrera haviam sido, pois, na realidade, os executores, talentosos, decerto, mas, fundamentalmente, fiéis e disciplinados, não de quaisquer planos importados, mas dessa *ideia* que fora germinando na mente do monarca. Aí residiria, porventura, o oculto segredo que explicaria a sua escolha: a eles competiria dar forma aos desígnios concebidos pelo real patrono que, nos bastidores, reservaria sempre para si a verdadeira função de *arquitectar*. Não seria diferente a situação no que respeita ao monumento português. Também aqui um estudo mais atento do processo de gestação do colosso mafrense tornaria clara a inexistência de projectos importados confirmando, desse modo, o papel de Ludovice, como responsável pela planificação global do edifício, ao mesmo tempo que faria realçar a importância do monarca *Fidelíssimo* na definição programática do enorme complexo. É, com efeito, o gosto régio, deliberadamente orientado no sentido de Roma e documentado pela volumosa correspondência publicada por Ayres de Carvalho relativa à obra

real<sup>827</sup>, que explica a facilidade com que em múltiplos aspectos da gigantesca mole se detectam influências, pontuais mas concretas, de conhecidas obras romanas, em flagrante contraste com o que se verifica a respeito da arquitectura germânica onde, como reconhece Bottineau, não é possível constatar que “tel monastère ou tel couvent-palais d’Autriche et de l’Empire ait fourni telle ou telle référence précise”. Mas a Ludovice caberia por inteiro, a elaboração da grande síntese, que lograria imprimir unidade ao conjunto – forçosamente heterogéneo – das referências coleccionadas pelo Rei, engendrando soluções inovadoras e para as quais, como constata Robert Smith, se não encontram precedentes.

O Palácio-Convento de Mafra, o *Real Edifício*, como expressivamente os contemporâneos lhe chamaram, resultaria claramente do adiamento imposto pelas circunstâncias ao grandioso projecto da Patriarcal, cristalizando essa ideia de poder que o *Magnânimo* construía e procurara consubstanciar em Lisboa. Em Mafra era, efectivamente, mais fácil, viabilizar a ambição real. E não apenas por partir do nada, por não ser necessário remover para tanto velhas estruturas<sup>828</sup> como, de facto, aconteceria com as reformas operadas no Paço da Ribeira – afinal não fora isso que impedira a realização do sonho de Buenos Aires. Mas, sobretudo, porque a obra correria desde o seu início por conta da Casa de Bragança e foi só por fim que, como escreveria Fr. Cláudio da Conceição, “como os gastos excedião ás rendas desta Serenissima Casa, veio a sahir a maior parte delles da Fazenda Real”<sup>829</sup>. Mafra conservará, de facto, por muito tempo, um carácter quase privado e esse aspecto, na verdade peculiar, ressalta a par e passo da documentação contemporânea. Merveilleux afirmaria que “le Roi avoit défendut q’on allât a Maffra sans sa permission, parce qu’il y vivoit familierement au milieu de ses Ouvriers”<sup>830</sup> e, com efeito, não deixa de ser curioso o quase silêncio que a *Gazeta de Lisboa*, habitualmente tão loquaz sobre os movimentos das pessoas reais, mantém a respeito das visitas régias aos trabalhos em curso, antes e depois da sagração<sup>831</sup>. Silêncio conserva ainda a correspondência dos diplomatas em relação ao progresso das obras. Discreta é a atitude do monarca que, mesmo para as cerimónias da sagração, se limita a mandar “ensinuar de palavra aos mais fidalgos da Corte, que os não mandava hir a Mafra, pelos não acomodar mal, mas que folgaria, q. por ser dia de seus annos, e por curiosidade fossem”<sup>832</sup>. E, não obstante, parece certo que uma boa parte do seu tempo o gastava aí...<sup>833</sup>

Em Mafra alcançaria, pois, enfim, o *Rei Magnânimo*, livre dos embaraços que, em Lisboa, lhe tolhiam os projectos, traduzir arquitectonicamente essa ideia de poder que o animava e em função da qual iria transformar um pacato cenóbio franciscano numa gigantesca construção, susceptível

de constituir uma verdadeira ilustração visual da fundamentação ideológica do Estado, tal como ela surgiria estruturada no Portugal da primeira metade de Setecentos. De facto, a régia decisão de ampliar o primitivo convento pela inclusão de um palácio real, outorgava-lhe uma súbita representatividade, que o levaria a submeter-se à própria configuração da realeza nacional. Diferente, como era, das suas congéneres europeias, reflectir-se-ia, naturalmente, num conceito distinto de *palácio*.

Na verdade e tal como seria geralmente entendida na Europa para lá dos Pirenéus, alcançando com Luís XIV o seu expoente paradigmático, a Corte representava o vértice da pirâmide social, estruturada em função de um complexo sistema de prestígios, que lhe reservava um papel modelar em termos de valores e comportamentos. A sua eficácia dependia, porém, em absoluto, da sua permanente exibição e, nesse sentido, a Monarquia exigiria, fundamentalmente, um cenário grandioso que proporcionasse o fundo adequado ao eterno teatro imposto pelo cerimonial. Diverso seria, contudo, o caminho seguido pela realeza peninsular. A reduzida importância concedida à componente lúdica na existência cortesã, o enorme peso das práticas religiosas no quotidiano social e, por conseguinte, também no palaciano, a própria tradição de distanciamento e invisibilidade da pessoa do monarca, modelariam à sua imagem a residência régia, fomentando a eternização, em Espanha e em Portugal, de estruturas áulicas que, fora do mundo ibérico, a pouco e pouco desapareciam, mas que aqui conservavam ainda todo o seu prestígio<sup>834</sup>.

Lá como cá, todavia, é a festa que, simultaneamente, resume e concentra a civilização barroca. É ela o grande pólo de aglutinação social e o principal instrumento de domínio ao serviço do poder. O espaço áulico não deixaria, pois, de organizar-se em sua função e à posição central ocupada pelo salão nos castelos e palácios europeus<sup>835</sup> responde, no contexto peninsular, a situação axial que, sistematicamente, se reserva ao templo palatino<sup>836</sup>, onde verdadeiramente têm lugar as mais importantes solenidades que congregam a comunidade cortesã. Não valerá a pena insistir no papel desempenhado pelo espaço litúrgico no interior da Corte joanina e, muito menos, na estruturação do programa ideológico do monarca, mas parece claro que, como faria notar Aurora Scotti, “una architettura al servizio di Giovanni V che, a differenza dell’assolutismo satale di Luigi XIV puntava molto sull’autorità religiosa per imporsi ai sudditi, doveva essere essenzialmente ricerca di un sito adatto ad accogliere il simbolo tangibile di tale potere”<sup>837</sup>. No falhado projecto da Patriarcal, bem como em toda a renovação efectuada no Paço da Ribeira, se espelha eloquentemente esta atitude.

Todavia, por muito importante que seja esse processo, que constitui, de facto, um dos principais objectivos da estratégia joanina, de apropriação

por parte da Coroa, não apenas dos meios cénicos fornecidos pelo aparelho eclesiástico, mas do seu poder legitimador, não poderá nunca esquecer-se que a componente militar constitui a primeira base do poder real. Aí radica a principal origem da nobreza, enquanto grupo social, no qual inequivocamente se insere a própria realeza e, na verdade, a instauração do absolutismo real representa, acima de tudo, como escrevia Norbert Elias, “uma deslocação do centro de gravidade no interior da mesma camada social”<sup>838</sup>. Se o universo do barroco tende a sublimar nos conflitos do cerimonial a luta pelo poder, assistindo-se, em consequência, a uma diminuição do valor atribuído, no meio cortês, às qualidades bélicas, em proveito de talentos caracteristicamente palacianos, nem por isso deixaria de conservar-se intacto o seu significado heráldico e a folha militar, mesmo para um príncipe diplomata como D. João V, representaria sempre motivo de prestígio<sup>839</sup>. Por outro lado, são também guerreiras as origens do cerimonial cortês<sup>840</sup> e o aparato bélico constituirá sempre um dos seus mais vistosos ornamentos<sup>841</sup>, ao mesmo tempo que, no exército, encontra o Estado o seu primeiro instrumento disciplinador<sup>842</sup>.

A trilogia completar-se-ia, porém, com o Saber. Vimos já quanto essa área seria merecedora do activo empenhamento do monarca: a protecção às artes, mas também às letras e às ciências, constitui, no seu reinado, um verdadeiro imperativo político, com o fim imediato de estimular a renovação dos horizontes culturais que enquadravam o País e é bem significativo que seja na qualidade de mecenas das artes e ciências que o monarca pretenda eternizar-se naquela que seria a sua derradeira imagem *régia* – o já referido busto de Alessandro Giusti destinado à Livraria das Necessidades. Mas não deixava, por isso, de configurar-se como um dos principais mecanismos de exaltação régia, nimbando a sua Coroa de um brilho *iluminado*. Entre os grandes desígnios da sua política de fomento cultural, avulta, evidentemente, a fundação de impressionantes núcleos bibliográficos e Mafra, como é sabido, beneficiaria também nesse capítulo. Mais significativo, porém, será o facto, que refere Fr. Cláudio da Conceição, de o aumento da lotação conventual de 80 para 300 frades se dever à decisão tomada pelo Rei de “fazer este Convento huma Universidade de todas as Sciencias”<sup>843</sup>. Aí funcionariam, na verdade, quase em simultâneo com a instalação da comunidade, aulas de gramática, lógica, física, matemática, moral e teologia, com lentes de prima, véspera, noa e Escritura e ensinava-se ainda o cantochão e música e canto de órgão<sup>844</sup>. Às Reais Aulas de Mafra dedicaria o monarca a maior solicitude e, já em 1733, no 3.º aniversário da sagração da Basílica, poderia assistir, relata o conde da Ericeira, na companhia do Príncipe do Brasil e dos Infantes D. Francisco e D. António, à abertura dos estudos solenizada com orações latinas<sup>845</sup>.

São estes os pilares em que, no alvorecer do *século das Luzes*, assentam o poder e a glória do Rei de Portugal. Poder firmado entre dois séculos, poder frágil, frequentemente contestado, procuraria retirar a sua força de uma imagem cuja eficácia dependia, em grande parte, da capacidade que pudesse revelar de ordenar em seu redor esse conjunto de elementos cujo impacto social se esforçava por utilizar em seu proveito. O *Portugal Joanino* pouco tinha de comum com a França *Louisquatorziègne* e a residência do monarca português jamais poderia conceber-se como um palco destinado à exibição da liturgia régia, mas antes como uma grande evocação dos princípios que legitimavam a autoridade do monarca. Outro tanto, afinal, se passava em Espanha: seria a compreensão dessa mesma realidade que levaria Filipe V a rejeitar as propostas versalhescas de Juvara para o Palácio Novo de Madrid, iniciando, em consequência, um processo particularmente significativo de regresso às fontes históricas da Monarquia castelhana, que haveria de convertê-lo nesse “calcáreo y blanco hueso que guarda el tuétano de España”, de que falava Chueca<sup>846</sup>.

De facto, o *Rei Magnânimo* buscava mais que um cenário faustoso para a vida cortesã. O seu sonho juvenil de introduzir na existência palaciana uma nota de convívio requintado e mundano, pautado pelo modelo de Versailles, esboroara-se à nascença, erguera coros de protestos, fizera enfraquecer em redor do trono a solidariedade da Nação. Para conciliar de novo a adesão dos súbditos, haveria que fazer assentar a obra de renovação nas suas seculares instituições. Sobre elas deveria, pois, fundar-se igualmente a Casa do Rei. Ao englobar, porém, num único organismo, à sombra tutelar do seu poder, a totalidade dos corpos sociais, o monarca já não pensava, realmente, em construir um palácio para si: debruçado sobre os planos do novo edifício que nascia, modelava, afinal, a pouco e pouco, uma *cidade*.

Ressurgia, assim, uma vez mais, no *Portugal Joanino*, a utopia milenar e, com ela, esse estranho fascínio do impossível – como no Escorial, nas abadias faustosas do Sacro Império, ou em Caserta. A meio caminho entre a *Cidade de Deus* e a *Cidade Ideal*, cristã e iluminista, Maфра constituiria um vasto repositório de referências que não encontravam eco na Versailles frívola e mundana do *Rei-Sol*. E, na verdade, sob a superfície aparentemente límpida do leito da história, agitam-se correntes subterrâneas que não deverão, talvez, deixar ainda de referir-se. É o que se passa com toda uma vasta produção literária de teor providencialista, que domina a parenética e os escritos panegíricos do tempo e onde, a par e passo, se envolve a figura do monarca na aura misteriosa de um novo Salomão<sup>847</sup>.

Não é possível saber, por ora, o papel que poderão ter desempenhado conceitos desta natureza na longa maturação da ideia central que presidiu

ao grandioso núcleo arquitectónico. Providencialista fora já, porém, o voto original, que levava à fundação do cenóbio primitivo, no seu intento de fazer interessar a divindade na grave questão da sucessão real e em torno do ouro brasileiro se assistiria, de facto, ao desenvolvimento de um verdadeiro *corpus* doutrinal que procuraria justificar o dom da terra pela exemplaridade da prática religiosa do País e do seu Rei. As despesas com actos de culto e de piedade, bem como com fundações eclesiásticas, entender-se-iam, assim, como um dever básico do Estado, entregando a sua parte à divindade e, nessa perspectiva, em lugar de uma operação economicamente improdutiva, revestiriam o carácter de uma reversível *aplicação de capitais*<sup>848</sup>. O que, todavia, revestirá maior interesse, é o facto de em 1732 ser dado à estampa um curioso tratado de alquimia onde, não apenas se retomariam as justificações providencialistas para o ouro brasileiro, como a aproximação do monarca a Salomão se verifica no quadro de um complexo e bem fundamentado *prognóstico*, onde se assiste ao regresso do mito do Quinto Império, prefigurado no *quinto* João e sediado em Mafra, “nova Cidade de Hierusalem, que ha de durar até o fim do Mundo”<sup>849</sup>.

Favorecido pelo ouro brasileiro, o sonho régio cristalizava-se, enfim, na “cidade de mármore”, como alguém, um dia, lhe chamou<sup>850</sup>. E fazia-o sob a antiquíssima forma do palácio-bloco. Nele encontraria, de facto, o monarca, o meio mais eficaz de organizar em coerência o conjunto dos elementos em que se firmava o seu poder; mas também – e sobretudo – de fornecer da sua realeza essa imagem de força inquebrantável que constituíra o fim supremo do reinado. Forma venerável, consagrada pelo curso dos milénios, emergia do fundo do património universal, num apelo simbólico a todos os gloriosos ancestrais. Entre estes, não restam dúvidas, figurava em lugar eminente o Escorial. “Forme mère”, constituiria sempre uma referência obrigatória para todas as construções que, nos séculos futuros, aspirassem de novo à utopia. Mas não, decerto, a referência *única*. O Escorial fora, ele próprio, um resumo do percurso anterior do mito obsidiante que, nas áridas montanhas de Castela, produzira, às ordens do *Prudente*, o seu primeiro e moderno fruto. Lá longe, à fonte original, irão beber, cada um a seu modo, os seus inúmeros parentes europeus. A ele, irmão mais velho, pertencerá tão-só uma inquestionável e honrosa precedência.

A Mafra não faltava, pois, “une grande idée”. Simbólica e imensurável<sup>851</sup>, caber-lhe-ia fornecer a ilustração visual e retórica de um poder absoluto, que alcançara fundir no seu corpo gigantesco a totalidade das referências que polarizavam a lealdade da Nação. É esse o significado transcendente da distribuição sectorial no interior do grandioso plano e não deixa de

suscitar perplexidade que esse facto tenha passado sistematicamente despercebido a quantos investigadores se debruçaram já sobre o assunto.

Na verdade, um após outro, Watson<sup>852</sup>, Robert Smith<sup>853</sup>, Kubler<sup>854</sup>, Bottineau<sup>855</sup>, Germain Bazin<sup>856</sup> e, na sua esteira, mesmo alguns representantes da nova geração da historiografia nacional, ajudariam a formar a noção de que a planta do Real Edifício se estruturava claramente na base de dois rectângulos justapostos, correspondendo ao primeiro a zona palaciana, que incluiria a Basílica, e albergando o posterior as dependências claustrais bem como, naturalmente, a Biblioteca<sup>857</sup>. O contraste com o monumento filipino seria já, na verdade, suficientemente amplo, para justificar as palavras de Kubler quando escrevia que “Maфра is a palace-convent, unlike the Escorial, which is a convent-palace”<sup>858</sup>. A realidade, porém, era mais complexa e, sobretudo, encerrava um significado bem mais fundo, que ressalta com nitidez em quase todos os escritos que a ele, de algum modo, se referem.

Efectivamente, já em 1749, afirmava D. António Caetano de Sousa ser “toda esta grande fabrica do Convento, e Igreja, cercada por hum Palacio, que unindo-se por huma, e outra parte com o frontispicio da Igreja, tendo nos angulos dous soberbos pavilhões, fórma a mayor, e mais magnifica frontaria, que se pode ver”<sup>859</sup>. No ano seguinte morria o Rei e Francisco Xavier da Silva evocava a sua obra máxima, esse “Palacio... nobilissimo, assim pela fabrica, como pela grandeza, que he tal, que cerca todo o Convento, sendo este amplo”<sup>860</sup>. Poucos meses volvidos, noticiava-se a chegada a Maфра do novo monarca, D. José I, de visita ao seu Convento, a pretexto do que se instalaria alguns dias no “magnifico, e sumptuoso Palacio, que circunda aquella grande Obra”<sup>861</sup> e Fr. João de S. José do Prado, que nesse ano publicava o seu *Monumento Sacro*, referia-se ao Palácio como “cercando este todo o Convento por sima por todas as quatro partes”<sup>862</sup>. Também Dalrymple, que o conheceu em 1774, descreveria nestes termos a configuração do Paço: “On trouve dans le Palais une quantité prodigieuse d’appartements. Ils forment un quarré (...) L’Eglise & le Couvent occupent toute la partie intérieure”<sup>863</sup>. Será preciso continuar? Os segredos da gigantesca mole são desvendados, palmo a palmo, na minuciosa descrição elaborada pelo bibliotecário Fr. João de Santana<sup>864</sup> e Júlio Ivo não podia desconhecer-los quando escrevia que as “galerias norte e sul do terceiro pavimento eram pertença do Palácio”<sup>865</sup>. Na verdade, mesmo em dicionários e enciclopédias se pode colher esta informação, como no de Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, que, em 1909, registava que “A parte do edificio que constitue o convento, propriamente dito, acha-se contida no recinto do palacio, e está situada na parte posterior da igreja, com a qual communica por passagens subterraneas ou pelas sacristias”<sup>866</sup>. Enfim, Ayres de Sá, que aí serviu os

últimos soberanos, esclarece peremptório: “o andar nobre, que vae à volta do edificio, onde se encontra a Bibliotheca, é, e sempre foi, Paço”<sup>867</sup>.

Era, pois, a esta realidade que se referia Fr. Cláudio da Conceição, ao relatar que a planta de Ludovice era “para hum Convento de trezentos Frades, recolhida toda esta maquina dentro em hum Palacio”<sup>868</sup>; e era ainda o que constatava o *chevalier* des Courtils quando, em 1754, comentava que “le feu roi Jean V, fort attaché aux moines, n’a pas manqué de les placer dans l’intérieur de son palais. Il leur a fait bâtir un superbe monastère dans le centre de Mafra”<sup>869</sup>. Restarão ainda dúvidas sobre o verdadeiro sentido do enorme conjunto arquitectónico? De facto, Mafra era bem a *cidade real*. Não a justaposição de dois mundos, como já foi dito, onde as estruturas áulicas da Corte e da Igreja se oporiam à austera espiritualidade franciscana<sup>870</sup>, mas a tradução visual e planimétrica de um organismo complexo, que era o da própria Monarquia, cumprindo finalmente o seu desígnio totalitário de poder: absorver, no interior do seu corpo imenso e multiforme, a instituição eclesiástica, na sua dupla configuração regular e secular e, com ela, a força da sua autoridade sacral e legitimadora. É este o significado profundo desse férreo amplexo em que a Casa do Rei cinge o templo e o cenóbio e que parece ter colhido a comunidade de surpresa, se acreditarmos na versão de Merveilleux: “Les Capucins ou Franciscans de Maffra”, escreve, “on été au désespoir d’être obligés de vivre dans un Palais, sous les yeux d’un Monarque tel que Don Juan. Ils ont fait eux-mêmes & fait faire par leurs Supérieurs les représentations les plus fortes pour s’affranchir de cette Cloture Royale”<sup>871</sup>.

No coração da gigantesca mole, o Convento resumia, porém, o sentido espiritual do monumento e a vontade do monarca de cimentar o seu poder na própria fonte milenar do monaquismo ocidental. Ao integrar na residência régia a clausura franciscana, “não quiz ElRey”, anota um contemporâneo, “que se alterasse em couza alguma o Estatuto da Provincia da Arrabida”<sup>872</sup>; mas esforçar-se-ia por convertê-la na mais prestigiosa fundação religiosa do País, empenhando-se em cumulá-la de privilégios singulares. Trabalharia, pois, por erguer o Real Mosteiro à categoria de cabeça da Provincia para todo o Reino<sup>873</sup>, alcançando mesmo o uso de mitra e báculo para o guardião nas festas principais<sup>874</sup> e um breve de Clemente XII, instituindo na Basílica Real 15 dias anuais de jubileu, transformava-a num novo centro de peregrinação, onde multidões de fiéis se dirigiam a fim de ganhar as indulgências<sup>875</sup>. Na dependência dos monges situar-se-ia também essa “Universidade de todas as Sciencias” de que fala Fr. Cláudio e que contribui poderosamente para outorgar ao enorme complexo arquitectónico a sua máxima expressão representativa. Numa única questão modificaria, de facto, o Rei, a regra seguida pelos arrábidos: ordena que o canto

gregoriano substitua nos ofícios o canto tradicional dos capuchinhos; isto, afirma o duque de Cadaval, “por ser mais conforme ao uso da Igreja”<sup>876</sup>.

Na verdade, relata Fr. Cláudio da Conceição que Ludovice “unio de tal sorte o Convento ao seu Palacio, que a mesma Capella-Real era a Igreja do Convento, e os Frades os seus Capellães”<sup>877</sup>. Nas palavras do erudito arrábido se espelha, pois, com límpida clareza, a função que ao espaço eclesial se destinava no interior do plano: mais que o local de oração dos humildes franciscanos constituía, verdadeiramente, a Capela palatina, prolongamento natural do Paço, que o incremento espectacular do culto havia convertido em Real Basílica, sublinhando desse modo subtilmente (como no Escorial), o carácter privado do recinto<sup>878</sup>. Era a Patriarcal que D. João V não lograra erguer na sua capital e que concentraria em si a carga simbólica que o *Magnânimo* se empenhara em imprimir à sumptuosa instituição, justificando assim as palavras de Raczyński, que reconheceu nela “une imitation en miniature de l’église de Saint-Pierre”<sup>879</sup> – a mesma, afinal, que obcecara o sonho contra-reformista do *Prudente*, fazendo suceder ao Vaticano de Bramante e Miguel Ângelo sobre o qual se modelara o templo filipino, o Vaticano barroco de Maderno e de Bernini<sup>880</sup>. Por esse tempo, com efeito, escrevia em versos laudatórios um obscuro vate nacional que o “Nume Lusitano” nos “jaspes lavar quiz portentoso/Huma inveja immortal ao Vaticano”<sup>881</sup>.

Esteticamente, porém, não é apenas a Sede Pontifícia que domina, como referência obsidiante, a Basílica mafrense e será talvez chegado o momento de fazer alguma luz sobre a questão. A sua influência, sensível, de facto, na galilé, na cabeceira e no transepto, não tem, contudo, correspondência no que respeita ao corpo da igreja: aí, Reynaldo dos Santos encontraria, sobretudo, “afinidades com Gesù e Santo Inácio de Roma”<sup>882</sup>; e, na verdade, a emulação em relação a S. Pedro, natural desde o momento em que ao templo monástico se reservavam as funções de Capela realenga e, desse modo, igualmente de Sé Patriarcal, não faria qualquer sentido numa igreja que fora concebida como simples dependência de um mosteiro. O nuncio papal esclarece, todavia, em carta ao seu governo de 25 de Outubro de 1717, que o monarca ambicionava fazê-la “della stessa misura per tutti i lati della Chiesa di S. Ignazio a Roma”<sup>883</sup>. Pelo relato de Fr. Cláudio da Conceição sabemos que, no momento em que se procede à ampliação do plano inicial, se encontraria “quasi concluida”<sup>884</sup>, vendo-se o novo projecto constringido a respeitá-la. Mas sabemos também que em 1729 as torres apenas haviam atingido o “oliuel da mesma igreja”<sup>885</sup> e que a obra do zimbório não poderia iniciar-se antes de 1733<sup>886</sup>. Quanto a Merveilleux, registaria simplesmente, em 1724, tê-la visto “poussé jusqu’à la Nef”<sup>887</sup>.

Parece, pois, ser possível detectar, ainda aqui, a vontade ordenadora do monarca, submetendo a igreja franciscana à lógica dos desígnios que o

movem. Efectivamente, tudo leva a concluir que a visita do naturalista suíço se tenha verificado num momento particularmente significativo do processo gestativo da imensa construção – “poussé jusqu’à la Nef”, o templo primitivo, cujo adiantamento inviabilizaria já uma alteração radical do seu projecto, aproximar-se-ia, não obstante, do arquétipo romano, pela modificação do traçado da cabeceira e pela imposição de uma nova fachada, destinada a albergar a galilé e a *Casa de Benedictione*, reproduzindo, afinal, em sentido contrário, a evolução sofrida pelo próprio modelo original<sup>888</sup>. Não nasceria, desse modo, “tout d’un jet”, como tem sido comumente aceite, essa Basílica cujo interior “à la fois riche et simple” seduzira Raczyński, que a reputava “un morceau d’architecture irréprochable”<sup>889</sup>; inversamente, vergar-se-ia, como todo o edifício, ao império omnímoto e centralizador de uma ideia de Estado que iria convertê-la no mais prestigioso emblema do poder.

No interior da *cidade real*, a Basílica constituiria, na verdade, o eixo gerador de todo o programa arquitectónico, símbolo eloquente do discurso ideológico que o monarca procura transmitir. É ela, de facto, o centro em redor do qual se organiza toda a construção e o pólo onde converge o grande esforço ornamental: os mármoreos lustrosos, as estátuas italianas, as ricas pinturas, os bronzes, os paramentos, os sonoros carrilhões, os órgãos retumbantes. Fundamentalmente, porém, é o cenário faustoso, especialmente arquitectado para albergar a liturgia sacralizadora do poder: o verdadeiro Salão do Trono do Palácio onde, nas cerimónias de maior esplendor, as régias personagens surgem englobadas na mesma devoção que envolve a divindade, nas tribunas que lhes são reservadas enquadrando o altar-mor<sup>890</sup>, retomando assim, num processo de inegável transcendência, o esquema enunciado por Bernini, na Sede Pontifícia, com o trono do Apóstolo S. Pedro.

Flanqueando o templo, a um e outro lado, alongam-se, simétricos, os Palácios do Rei e da Rainha. Consagram, de facto, arquitectonicamente, a estrutura institucional que representam: rigorosamente idênticos, no que respeita à sua organização e funcionamento, são, contudo, *distintos*, como as *Casas* dos soberanos às quais lhes compete fornecer plástica expressão, ilustrando, na sua sábia articulação, a característica rigidez da estrutura doméstica do *Ancien Régime*, de separação das dependências privadas dos esposos, como das respectivas existências: unidos por conveniências sociais e de perpetuação da estirpe, encontram-se apenas nas salas de recepção que constituem a imagem pública do casal<sup>891</sup>. No interior da *cidade do poder*, o Rei e a Rainha, consorciados por razões de Estado, reúnem-se também em face do seu público. Simbolicamente, porém, as residências dos soberanos têm, na *Casa de Benedictione*, o seu mais importante ponto de contacto.

Erguida sobre a galilé, no eixo perspectico da grande nave, sumptuosa nos seus mármore de variegadas cores, constitui um ponto alto do meticoloso percurso ideológico que enforma todo o monumento<sup>892</sup>: dupla tribuna, é o local donde os monarcas e a real família, alcandorados sobre o vão enorme da Basílica, assistem ao lento desenrolar da liturgia; mas também donde se oferecem à extasiada admiração das multidões que, na imensa praça, aguardam a sua aparição no evocativo quadro da *janela da bênção*, autêntica *varanda das aparições*, que cristaliza, através do omnipresente apelo à Roma pontifícia, referências milenares de origem faraónica<sup>893</sup>. No extremo oposto da gigantesca mole, de novo as régias residências se reúnem no interior, não menos sacral, da Biblioteca. Localizada em exacta correspondência com a Basílica e definindo com ela uma rigorosa hierarquia, ocupa a mais vasta e nobre sala de todo o edifício, desenhando uma extensa cruz dominada, ao nível do cruzeiro, por uma grandiosa cúpula hemisférica. Discretas escadas conduzem ao Convento nos pisos inferiores<sup>894</sup>. Como a Casa de Deus, também o Templo do Saber se funde, deste modo, no organismo englobante do poder real<sup>895</sup>.

Competiria, porém, à fachada, fornecer a ilustração visual desse poder, resumindo, no seu ordenamento, a carga ideológica que enformara, passo a passo, a elaboração do próprio plano. E, na verdade, mais que um simples produto da configuração plástica do edifício a que pertence, a fachada constitui, no período barroco, um elemento retórico e *demonstrador*, que cumpre uma função de *diafragma* entre o público e esse outro mundo que, simultaneamente, esconde e deixa adivinhar. Nesse sentido pertence, verdadeiramente, à rua ou à praça onde se integra<sup>896</sup> e o monumento de Mafra, gigantesca demonstração dos fundamentos em que assentava a autoridade do Estado – *cidade do poder* –, não poderia senão ostentar essa inequívoca feição urbana que a historiografia tem vindo a sublinhar<sup>897</sup> e que recordaria a Beckford “uma rua cheia de palácios”<sup>898</sup>.

Efectivamente, a imensa praça onde a plataforma de acesso à Basílica subtilmente projecta a gigantesca mole<sup>899</sup>, perfila-se como um factor da maior importância na definição do programa arquitectónico, concebido em sua intenção. Mafra não é o universo restrito de uma Corte que retira o seu prestígio da distância que a separa do conjunto da Nação, mas o veículo de uma mensagem de poder que traz implícita a presença próxima do público a que se dirige. Esforçar-se-á, pois, por concentrar no alçado principal a força simbólica que pode reunir, reservando às fachadas laterais e posterior um papel secundário, que explica as palavras – ainda que excessivas – de Bazin, segundo o qual “sur sa face arrière, Mafra n’a pas l’air terminé”<sup>900</sup>. Talvez a praça represente apenas a sobrevivência de um

projecto mais grandioso que não chegasse nunca a ser realizado. Na verdade, a *vila nova* erguer-se-ia em grande parte sobre terrenos da Casa Real<sup>901</sup> e há mesmo quem afirme que “D. João V tencionava lançar por esses campos fora, até ao mar, a avenida do Convento!”<sup>902</sup> Mas seria sempre a *vía triunfal*, destinada a realçar o impacte esmagador que produz a observação da monumental fachada principal. Por isso nunca foram planeados os jardins, cuja falta Courtils lamentaria, habituado, como deveria estar, ao esplendor mundano de Versailles<sup>903</sup>. Inversamente, a fachada representa, em Mafra, o muro separador entre dois mundos: uma vez alcançado o efeito desejado, a massa compacta do edifício, pontuada pelo ritmo infundável das janelas, pode, enfim, mergulhar tranquila no arvoredo denso e sombrio da Tapada<sup>904</sup>.

Flanqueada pelas torres, a Basílica ocupa o centro do imponente alçado. É ela o mais prestigioso emblema do poder, ao mesmo tempo que a própria fonte da sua nova dimensão sacral. Sintomaticamente, porém, como em S. Pedro, o Palácio interpõe-se entre o observador e o templo, sublinhando, uma vez mais, a estreita dependência em que se encontra<sup>905</sup>. A nova fachada, que alberga a galilé e a *Casa de Benedictione*, unindo os dois braços da régia residência, constitui o seu ponto de fusão e oculta, voluntariamente, o espaço eclesial, no interior insondável da *cidade*. Aí, como um farol erguido sobre o mar, eleva-se o zimbório, elegantíssimo, irradiando uma mensagem de autoridade universal<sup>906</sup>. Ao nártex reservava-se uma função iniciática em relação à grande nave onde iria ter lugar a liturgia incensatória do poder, constituindo, simultaneamente, a entrada simbólica que permitiria aceder ao significado último de todo o edifício.

De facto, outros segredos parece ainda ocultar o esplêndido vestíbulo que precede a Basílica Real e dizem respeito ao destino funerário que lhe foi, desde o início, reservado. Efectivamente, sob o seu pavimento e sob o patim superior da magnífica esplanada que o antecede, albergam-se as duas casas que constituem o antigo carneiro dos frades franciscanos<sup>907</sup>, escassamente iluminado por postigos abertos na fachada (na base dos nichos que abrigam as estátuas de Santa Clara e Santa Isabel da Hungria) e por pequenas frestas rasgadas nos próprios degraus da escadaria<sup>908</sup>. Utilizado até 1771, ano em que D. José I ordena a substituição dos Arrábidos pelos cónegos regantes de Santo Agostinho<sup>909</sup>, a ele se acede através das portas gradeadas que se divisam na base das torres, ou do pátio que circunda o templo e tudo indica que fosse a sua construção, ou mesmo ampliação, a causa de que se refizesse a escadaria em 1730, como vimos, alongando-se então o seu traçado<sup>910</sup>. Na verdade, são os sumptuosos frades de S. Vicente de Fora que, por considerarem o jazigo franciscano demasiado humilde ou, tão-só, para que os seus restos mortais se não confundissem com os da anterior

comunidade, decidem destinar para esse efeito o corredor fronteiro à Capela do Campo Santo<sup>911</sup>, prevista desde a fundação para que aí fossem rezados os ofícios de corpo presente sufragando as almas dos religiosos falecidos nas enfermarias<sup>912</sup>.

Outros dados, contudo, fornecem ainda as fontes contemporâneas, que inegavelmente redobram o interesse da questão. Efectivamente, se acreditarmos nas palavras do padre mestre Fr. António de Santa Ana, que, em 8 de Agosto de 1750, proferia em Mafra a oração fúnebre nas solenes exéquias de D. João V, o monarca fundador teria chegado a afirmar “não huma, mas multiplicadas vezes, que queria que o seu corpo fosse sepultado neste Real Convento entre estes seus filhos menores”, afirmando “repetidas vezes a vontade de o seu Real corpo os acompanhar depois de morto”<sup>913</sup>. Como é sabido, o desejo régio – se realmente existiu – não seria jamais concretizado. O eminente franciscano insinua que “ocorrerão justissimas causas, que obviarão a sua execução”<sup>914</sup> e os despojos mortais do soberano seguiriam, como os dos seus antecessores, o caminho do panteão real de S. Vicente. Mas não restam dúvidas de que o estabelecimento de um mausoléu dinástico constituiria o remate perfeito de um edifício onde se pretendia consubstanciar toda uma teoria do poder e que, de resto, desde a sua origem se ligara intimamente à perpetuação da própria dinastia.

Onde dispor, porém, os túmulos reais? Um silêncio profundo parece pesar sobre este assunto, a respeito do qual um único autor refere – e sem que, até ao momento, tenha sido possível localizar os documentos em que se baseia –, que “se destinavam a panteão da Casa de Bragança, até hoje ainda não aproveitadas para esse fim”, as duas enigmáticas dependências que se alongam a norte e a sul da galilé, conhecidas pelo nome de *Casas da Via Sacra* e que dispõem de comunicação com os palácios através das respectivas escadarias principais<sup>915</sup>. Seria assim? Não é fácil, por ora, afirmá-lo sem equívocos. Mas não deixa de causar estranheza a completa ausência de referências que, em roteiros tão minuciosos como os elaborados por Fr. João de S. José do Prado ou Fr. Cláudio da Conceição, se constata em relação a dois espaços arquitectónicos aos quais, não obstante, manifestamente se pretendeu conferir especial realce.

Deve, porém, ser realmente antiga a designação de *Casas da Via Sacra* com que, por regra, aparecem referidas. Sabemos, com efeito, que em 25 de Novembro de 1736 – três anos após a conclusão das obras de construção da Basílica –, a Venerável Ordem Terceira da Penitência fixava a via sacra no átrio do templo e nas duas casas adjacentes<sup>916</sup> e, quase um século volvido, Fr. João de Santana confirma que se mantém o hábito: aí eram colocadas as cruces da via sacra, a fim de que os Terceiros de S. Francisco e outros crentes a pudessem correr nos Domingos da Quaresma e 6.<sup>a</sup> Feira

da Paixão, sendo a primeira e última estações dentro da Igreja<sup>917</sup>. De resto, ainda hoje se podem admirar, suspensas das paredes nuas das duas *Casas*, as modestas cruces de pau que assinalam a devoção<sup>918</sup>. Quanto às do átrio, terão sido banidas há muito por macularem o esplendor marmóreo da galilé...

Na realidade, somos levados a crer que a afectação desta zona ao percurso dos passos da Paixão terá revestido, na origem, um carácter puramente provisório, que a indefinição do destino a dar às duas dependências converteria, posteriormente, em definitivo. A exiguidade do espaço disponível, obrigando a que duas das estações fossem cumpridas no interior do templo, tal como a humildade das pequenas cruces devocionais, parece, efectivamente, confirmar a reutilização de um espaço previsto inicialmente para outras funções. O mesmo se diga do tratamento decorativo imposto a essas dependências e que, na verdade, as converte no único local onde, em todo o imenso complexo arquitectónico, inegavelmente se detectam singulares hesitações, mas no qual, apesar disso, é impossível não sentir a existência de uma clara – ainda que desconhecida – intencionalidade.

De facto, não pode haver dúvidas de que as duas salas – que ocupam no alçado uma posição intermédia em relação aos pisos em que se estrutura o restante edifício, escapando, por esse motivo, ao nexos que estabelece o traçado geral da sua planta<sup>919</sup> – são concebidas, desde a sua origem, como parte integrante do complexo sacral definido pela Basílica e seus anexos, na imediata dependência da galilé, através da qual se estabelece o seu principal acesso. Riquíssimas grades de ferro e bronze, idênticas às que vedam o próprio nártex ou o dividem dos seus prolongamentos na base das torres, permitem visionar o seu interior. Adquirem, porém, agora, a configuração de verdadeiras *portas* que garantem a absoluta privacidade desses recintos, cuja estrutura arquitectónica é, aliás, deliberadamente autónoma em relação ao átrio que os precede. Tudo se opõe, portanto, à noção de continuidade que exigiria a previsão de que nesse eixo se estabelecesse a devoção da via sacra e, na verdade, o aspecto oferecido internamente pelas duas *Casas* não pode ser mais surpreendente.

Com efeito, se o pavimento axadrezado azul e branco propõe uma ligação com a galilé, como seria de esperar e as belíssimas grades dos portais, com os seus ornatos, outrora reluzentes, faziam prever, a superfície caiada do reboco que reveste paredes e abóbadas, modelada apenas a lioz em rodapés, sancas e cunhais, produz o mais violento contraste com a suntuosidade quase opressiva do nártex que as antecede. De resto, mesmo o tratamento arquitectónico do espaço não deixa de ser peculiar: um nicho enorme e deserto ocupa, em ambas, a parede oposta à da entrada, confe-

rindo-lhes uma equívoca aparência de *capelas* onde a inexistência de officios dispensasse a erecção de altar, enquanto as paredes, deixadas livres pela situação particularmente alta das janelas<sup>920</sup>, se recortam em profundos vãos que, na verdade, não parecem impor-se senão pela vontade de lhes outorgar um fim particular.

Estaremos em presença dos recintos funerários ideados pelo *Magnânimo* para a sua dinastia? Tudo leva a crer que sim. Na realidade, a prática de sepultar em S. Vicente de Fora os descendentes do *Restaurador*, consagrada embora pela tradição, não apenas não revestira nunca um carácter de expressa obrigatoriedade (ao menos no que respeitava às reais consortes), como não motivara mesmo, até então, a constituição de um verdadeiro *panteão* onde, com a necessária dignidade, se depositassem os restos mortais dos príncipes da sua Casa, facto que apenas viria a suceder em meados do século XIX, por iniciativa de D. Fernando II, que para esse fim aproveitou dependências deixadas vagas pela extinção do mosteiro<sup>921</sup>. Neste contexto, é bem provável que a ideia da criação de um mausoléu dinástico tivesse aflorado a mente do monarca, num momento em que a Coroa se preocupava, como nunca anteriormente, em explorar, na sua máxima extensão, o conjunto dos mecanismos imagéticos que permitiam reforçar o seu poder. E Mafra constituiria, indubitavelmente, pela densidade da carga ideológica com que, meticulosamente, se procuraria impregnar todo o monumento, o local perfeito para o colocar.

Que o soberano tivesse chegado a expressar a vontade de aí vir a ser sepultado, é difícil duvidar em face do tom peremptório adoptado por Fr. António de Santa Ana em matéria de tanta gravidade. O carácter público que reveste a sua afirmação, imediatamente dada à estampa, com todas as licenças necessárias e proferida em plenas exéquias solenes, na presença de um numeroso e escolhido auditório, bem como as responsabilidades que detinha em função dos cargos públicos que ocupava<sup>922</sup>, não são compatíveis com uma insinuação leviana, destinada apenas a reforçar o prestígio do cenóbio a que pertencia. E, a ser assim, não restam dúvidas de que as *Casas da Via Sacra* se perfilam como o local adequado para o estabelecimento do duplo panteão (dos Reis e das Rainhas), integrando, com o jazigo monástico que se abriga sob a galilé, um complexo funerário que inegavelmente viria completar o programa simbólico do monumento, vincando ainda mais o seu amplíssimo e transcendente significado e que, de resto, se integrava na própria tradição nacional nessa matéria, onde, desde a Idade Média, as galilés das igrejas monásticas serviam com frequência de jazigo dos despojos reais. Será também, ainda, porventura, o especial significado desse espaço, que terá levado a colocar, a um e outro lado das portas de entrada na Basílica, entre as estátuas evocativas dos patriarcas

das principais ordens regulares e em diversa escala, as imagens de São Vicente e São Sebastião, justamente os patronos do cenóbio que albergava os restos mortais dos descendentes do *Restaurador*.

A ocorrência de “justissimas causas, que obviarão a sua execução” e onde não é difícil descortinar a oposição com que perpetuamente se debatem os intentos reformistas do monarca levaria, porém, a adiar eternamente a conclusão desse programa, recebendo os recintos funerários um acabamento sumário e manifestamente provisório. De resto, mesmo a Basílica não estaria concluída, como vimos, antes de 1733 e, em todo o edifício, as obras prolongar-se-iam até 44, ano em que, realmente, seriam dados por findos os trabalhos, embora com inúmeros detalhes por terminar. Quanto ao monarca, encontrava-se desde 42 atacado de paralisia e, desde então, como refere Fr. José Pereira, “o Snr. Rey D. João 5.º por cauza da sua molestia frequentava muito poucas vezes este Real Convento de Mafra, motivo porq. ficarão muitas cousas por acabar”<sup>923</sup>. No ocaso da vida, o *Magnânimo* não disporia já de forças para vencer as resistências necessárias à execução de um tal projecto e o mausoléu real ficaria para sempre, como tantos dos seus sonhos, no campo das aspirações irrealizadas.

Compreende-se agora, todavia, o contraste violento estabelecido pela galilé, não apenas com o exterior luminoso da gigantesca praça que antecede o monumento, mas com o carácter festivo apresentado pela Basílica, com o seu revestimento marmóreo de suave policromia, do qual, no piso superior, a *Casa de Benedictione* igualmente participa. Deliberadamente decorado em “cores sóbrias e penitenciais”, como já foi notado<sup>924</sup>, o nártex funciona como antecâmara da grande nave, onde irá desenrolar-se a liturgia sacralizadora do poder; mas também como um espaço autónomo, com a sua íntima coerência que, numa oposição eminentemente barroca, permanentemente recorda aos visitantes que a morte não é mais que o outro lado da vida<sup>925</sup>. E seria, provavelmente, a dimensão especialmente significativa desse recinto, que levaria Ludovice a adoptar, na ordenação da fachada, uma solução inteiramente inovadora e para a qual, como reconhecem os principais historiadores que se debruçaram sobre o tema, a arquitectura italiana não fornecia precedentes: ao invés da ordem colossal proposta por Maderno em S. Pedro de Roma, duas ordens de colunas monolíticas – jónicas no piso inferior e compósitas no superior – sublinham a dupla funcionalidade desse alçado, que engloba o Palácio e a Basílica. No registo inferior, porém, a colocação isenta das enormes colunas, inspirada em modelos antigos como o arco romano de Septímio Severo<sup>926</sup>, confere-lhes uma aparência particularmente sugestiva de sentinelas, postadas, hirtas, em defesa do oculto significado que todo o edifício encerra<sup>927</sup>. Dissolvida, deste modo, no organismo multimodo do Estado, reconhecia Aarão de Lacerda

que “a igreja, que devia destacar-se, perde-se um tanto no conjunto”; adquiria, porém, em contrapartida, a configuração eloquente do “frontespício de um alcázar”<sup>928</sup> e esse facto não parece ter passado despercebido a Courtills quando utiliza a seu respeito a curiosa designação de “pavillon du milieu”<sup>929</sup>.

Enfim, guardando a *cidade de mármore* surgem, a um e outro lado, rematando a extensa fachada, os torreões destinados aos aposentos privados do Rei (ao norte) e da Rainha (ao sul). Têm, aliás, os seus equivalentes, no extremo oposto do edifício, nos denominados *Palacetes* que, enquadrando a Biblioteca, à qual os ligam imponentes vestíbulos, ocupam os ângulos da frontaria que deita sobre a Tapada. Destinados ao Príncipe e à Princesa do Brasil? No tempo de D. João VI sabe-se que estavam “destinados para habitação dos Sereníssimos Senhores Infantes”<sup>930</sup> e reproduzem, em escala reduzida, a estrutura dos próprios torreões reais, dotados, como eles, de quartos e salas para acomodação do seu ocupante, cozinha privativa e instalações para os seus criados particulares. Para além disso, dispõem ainda de acesso privado ao exterior através de escadas que conduzem à vasta esplanada que antecede o parque, convertida hoje em praça de armas da Escola Prática de Infantaria<sup>931</sup>. Ao nível dos alçados divisam-se também, latentes apenas como conviria a fachadas que, voluntariamente, mergulhavam *planas* no arvoredado interminável da Tapada, subtilmente esboçados pelo ritmo das pilastras e pontuados de urnas sobre a porção que lhes compete do ático que coroa todo o edifício<sup>932</sup>.

Inversamente e numa oposição que mais sublinha o seu significado deliberadamente *arcaico*, os torreões reais destacam-se violentamente na fachada principal, “macissos como fortalezas”<sup>933</sup>. Perpetuam, de facto, a memória desse outro que Terzi erguera no Paço da Ribeira e que representava, sem dúvida, o mais emblemático ornamento da histórica morada dos Reis de Portugal. Nele instalara também o monarca a sua própria habitação e um autor contemporâneo lamentava que “não se chegasse a concluir o risco d’esta elegante fabrica, pois estava delineado fechar toda a praça do *Terreiro do Paço* em roda, com outro pavilhão fronteiro no sitio onde hoje estão as casas da alfandega”<sup>934</sup>. Era, porém, igualmente e embora modernizado ao gosto do *Prudente*, ainda o velho *Forte* manuelino, do qual mantinha o nome e cuja força simbólica, evocativa da componente militar da realeza, ciosamente tentava conservar. O seu valor heráldico não seria, pois, esquecido em Mafra onde, como já foi afirmado, “introduzem nota dissonante, mas significativa, no conjunto áulico”<sup>935</sup>.

Enquadrando, contudo, a Basílica Real, na mesma disposição que as régias personagens quando entronizadas, os torreões mafrenses completam, de modo eloquente e lapidar, essa ideia de poder em função da qual se erguia um edifício que constitui, inequivocamente, um dos mais fascinantes

produtos do barroco europeu. E em relação ao qual – restarão dúvidas? – será agora possível secundar o que a seu respeito escreveu, há mais de século e meio, o último bibliotecário-mor, Fr. João de Santana: “...obra magnífica e admirável, que tanto acredita o nome Portuguez entre as Naçoens estrangeiras, e fará eternamente lembrado o nome do Senhor Rei D. João V seu Augusto Fundador, e o do Architecto, que o desenhou, João Federico Ludovici da Nação Tudesca”<sup>936</sup>.

## NO TERMO DO PERCURSO

Chegamos ao termo do percurso que nos propusemos. Subimos aos terraços que coroam todo o monumento e os nossos passos detêm-se no extremo oriental, sobre a abóbada enorme que cobre a Biblioteca, no exacto local onde Fr. João de S. José do Prado informa que deveria ter sido colocado o escudo régio<sup>937</sup>.

É este, na verdade, um fantástico posto de observação. No interior da utopia real, os volumes adquirem um dinamismo insuspeitado, envolvendo a Basílica, imponente e esbelta, que parece libertar-se e avançar para nós como a quilha de um navio que, ao entardecer, regressasse ao porto. E reflectimos sobre o esforço colossal, sobre a extraordinária tenacidade que exigiu a sua construção. E acodem-nos, de novo, as palavras de Herculano: “Um grande edifício, fosse qual fosse o destino que o seu fundador lhe quisesse dar, é sempre e de muitos modos um livro de história.”

Dentro dele, cristalizada nas pedras que o passar dos séculos vai, lentamente, corroendo, jaz, na verdade, uma sociedade inteira, com os seus anseios, as suas dúvidas, os seus sonhos sempre semi-realizados. E essa *comunidade invisível*, esse *fantasma de sociedade*, plasmou-os o artista, conscientemente ou não, na obra feita. São eles a voz que falta a estes muros silenciosos. Foi necessário interrogá-los para que o Real Edifício revelasse os segredos que tanto tempo guardara ciosamente.

Uma pequena parte, apenas. Certamente. O suficiente, todavia, para que se perfilasse, não somente como uma das obras mais audaciosas jamais tentadas em Portugal, mas como um dos mais interessantes momentos da cultura portuguesa. Com ele, porém, ressurgia igualmente, dignificado, despido da roupagem grotesca que uma historiografia dirigida e mal intencionada fabricou, o *Portugal Joanino*.

Observada sem pressas, não à luz dramática do *Tribunal da História* mas, se quisermos, à luz serena do *Laboratório da História*, a primeira metade do século XVIII perdia, assim, quase surpreendentemente, essa configuração abúlica e provinciana, *soez e carola*, *beata e devassa* que, até mesmo aos nossos dias, tão profundamente marcara a historiografia nacional. Já não se assemelhava a uma *ópera ao divino* entremeada de *costumes ridículos e nojentos*, como, no rasto retórico de Oliveira Martins, tão

empenhadamente se quis afirmar; antes emergia como um tempo de confronto, onde o passado e o presente se debatem num diálogo permanente e – porque não confessá-lo? –, apaixonante. E o mesmo sucedia com a figura altiva e orgulhosa do soberano em quem, afinal tão justamente, se pretendia simbolizar todo um período e a cujo esforço persistente e solitário se devia aquela obra.

Haviam-no reconhecido, unanimemente, de resto, os contemporâneos, quando o fixaram nos seus *escritos* “entier dans ses sentiments”<sup>938</sup>, “spirituel, grand dans ses vues, magnifique et fier”<sup>939</sup>, “généreux & magnifique dans toutes ses entreprises”, “grand justicier (...) dont la justice se fait également sentir aux Grands & aux Petits”, “également craint & aimé du Peuple”<sup>940</sup>; quando referem que “aucun Prince n’a plus de talent, plus d’esprit, et peut-être plus de connaissance des affaires que lui”<sup>941</sup>; quando falam *na* “haute idée qu’en a déjà le public (...) de ce grand Prince”<sup>942</sup>, ou quando afirmam que o seu amor à verdade e à justiça, a sua paixão pelas letras e ciências, o seu desejo de se instruir, davam matéria aos seus ministros para fazerem dele um grande monarca<sup>943</sup>.

De facto, mesmo os *estrangeirados*, em quem, não obstante, se quis ver “a única gente interessante dessa época”<sup>944</sup>, não escondem, como Verney, o respeito que lhes merece a “singular virtude”<sup>945</sup> de um Rei ao qual o cavaleiro de Oliveira chamaria “sábio, justo e poderoso”, “pio, generoso e amante da verdade e da justiça em sumo grau”<sup>946</sup>. Alexandre de Gusmão presta, nos seus escritos, “inegalável preito de reconhecimento, e de admiração” à “perspicácia, zelo e escrúpulo” daquele a quem chama “perspicacissimo Monarcha” e seu “generozissimo Bemfeitor”<sup>947</sup>, e D. Luís da Cunha, o grande diplomata, curtido por uma vida inteira passada na Europa, evoca, do mesmo modo, “hum Amo, cujo tamanho genio, cuja clareza de entendimento e cujas santas e rectas intençoens sobrão para fazerem capacissimos os Ministros menos experimentados”<sup>948</sup>.

Ainda então não nascera, de facto, a *lenda negra* que, poucos anos volvidos, iniciaria a sua tarefa pertinaz de amesquinhar a figura do monarca, a sua obra e o seu tempo. Ainda então os estrangeiros que nos visitavam não transmitiam nos seus relatos essa imagem, tão cara à historiografia tradicional, de um *reino cadaveroso*, “fedendo a incenso e a morrão”, “amortalhado num sudário de brocados de sacristia”. Ainda então Portugal não parecia um “povo inteiro, faminto e miserável, arrastado por um doido numa procissão grotescamente fúnebre”.

Inversamente, observada de perto, a primeira metade do século XVIII revela-se como um período de intensa actividade cultural onde, com o patrocínio explícito da Coroa, se esboça com clareza uma atmosfera crítica

que, em última análise, explicará a disciplina e coesão com que o País se submete aos novos caminhos da organização estatal que se empreendem no período seguinte. Verney não surge de súbito, como se pretendeu fazer crer, no deserto cultural joanino<sup>949</sup>. Simplesmente, a política cultural, como a económica, respondem aos desafios que lhes coube enfrentar e não podem justificar-se em função de imperativos que se colocariam apenas ao *Portugal Contemporâneo*<sup>950</sup>.

Mas a abertura a que inequivocamente se assiste, introduziria fissuras no sistema até então essencialmente homogéneo do ambiente cultural português, projectando no plano da vida social a velha querela dos *antigos e modernos*. Uma vez mais, contudo, uma análise atenta leva a constatar que, não apenas a hoste dos *castiços* se não apresenta tão inexpugnável como à primeira vista poderia parecer, como a frisa dos *estrangeirados* estará longe de corresponder a essa ideia que se propagou, de uma plêiade notável e coesa de homens de *superior cultura e superior inteligência*, formados na *Europa culta*<sup>951</sup> e transportando consigo a chave que permitiria resolver todos os problemas do País.

Contribuem, é certo, poderosamente, para a ampliação dos estreitos horizontes que enquadravam a vida cultural do Reino; deslumbrados, porém, com uma realidade necessariamente díspar, conhecida de chofre e, com frequência, superficialmente, tendem a perder de vista a especificidade da conjuntura nacional, excedendo-se amiúde na crítica que fazem a pessoas e instituições<sup>952</sup>. Sobretudo, porém, a Nação não se limitava à elite *estrangeirada*. Do lado de cá da fronteira existem os *castiços*, que se opõem com violência a toda a novidade, e o *povo* em geral, esse povo que não conhece as *luzes*, mas apenas os seus hábitos ancestrais, e um País onde a religião emerge como um importantíssimo factor cultural e como um indispensável pólo de aglutinação. E é neste contexto que o Estado tem de exercer a sua liderança e fundamentar o seu (quão frágil) poder.

Ironicamente, contudo, a quebra da *insularidade* que caracterizara a vida cultural portuguesa no século precedente, viria acentuar ainda mais a distância que separava o País dessa miragem que se estendia para lá dos Pirenéus: “Gradualmente, Portugal foi-se tornando menos ibérico e mais europeu e a frustração portuguesa de isolamento e de distância acentuou-se também então”<sup>953</sup>. Paralelamente, a crise que ensombrou os derradeiros anos do reinado e que impediria o monarca de levar às últimas consequências a reforma do aparelho administrativo e a gigantesca obra de fiscalização empreendida<sup>954</sup>, debilitando a autoridade central, faria enfraquecer a mediação da Coroa entre as forças opostas que se entrechocavam. A sua morte significará a ruptura, o fim dos tempos de coexistência pacífica. Com D. José é o *Portugal Novo* que toma o poder e a revolução que começa.

Os Reis tinham deixado de ser tão-só “os Executores, e os mais ilustres Vassallos das Leis do Reino”, na bela frase de D. Mariana de Áustria<sup>955</sup>. De agora em diante a Lei era o monarca ou, quando menos, o seu ministro; a Coroa convertera-se no Estado e o Rei numa abstracção. O poder deixara, contudo, para sempre, de contar com a solidariedade da Nação; e se é certo que a governação aperfeiçoaria os seus instrumentos de domínio, é também verdade que não seria mais capaz de suscitar em seu redor esse clima de adesão que havia marcado o período joanino e que constituía a fonte da sua própria legitimidade. E é, provavelmente, nesta fragilidade intrínseca, que residirá a necessidade (e o vício) da responsabilização do passado nas frustrações e dificuldades do presente.

É então que nasce, de facto, a *lenda negra*, veiculada pelas elites *progressistas*, por viajantes, regra geral, de origem protestante<sup>956</sup> e inaptos, portanto, para compreenderem as especificidades de um País católico, e sistematicamente glosada, nos últimos cem anos, por quantos não souberam – ou não quiseram – deter-se na análise demorada e serena da complexa conjuntura em que se inscreve o Portugal setecentista. Não atentaram, sequer, que essa visão de um País decrépito e imbecilizado pela acção da *fradaria* e da “hereditary superstition which characterized de house of Braganza”<sup>957</sup>, ao ser transmitida por forasteiros que atravessaram o Reino nos finais da centúria, não revelava apenas a estranheza com que observavam uma nação exótica, cuja cultura não conseguiam penetrar; atestava igualmente, afinal, que décadas após a morte do *Magnânimo*, a sociedade portuguesa continuava a enfermar dos mesmos gravíssimos defeitos para os quais a elite estrangeirada parecia dispor antes de fácil solução...

Pouco importava. A obra demolidora estava concluída e, de ora em diante, nos compêndios oficiais, D. João V não seria mais que uma personagem caricata, “ridícula excepção”, mesmo no seu tempo, um “espírito poucoíssimo esclarecido”, um “monomaniaco do *beatério*” e da “imitação de Luís XIV”<sup>958</sup>, “dominado por defeitos que inteiramente o incapacitavam para o exercício da elevada magistratura em que estava investido”<sup>959</sup>. A sua morte, sintomaticamente, significaria “o princípio da actividade nacional”<sup>960</sup>. A par, instaurava-se idêntico processo ao Edifício Real, que representava o sumidouro onde se haviam vazado as riquezas do Brasil e que desafiava o tempo, comprovando, para a posteridade, a faceta beata e a administração perdulária do monarca: nos finais do século, Link qualificá-lo-ia de “masse informe, qui ne dépose pas en faveur du bon goût de son auteur”<sup>961</sup> e Wraxall de “monument of royal prodigality, blended with superstition”<sup>962</sup>.

Na centúria seguinte serão já, porém, os nacionais a proferir a sentença final: Pinho Leal chama-lhe “fanfarronada de pedra e cal”, “triste e eterno

testemunho da prodigalidade de D. João V”<sup>963</sup>; Camilo lamenta os milhões “convertidos e estagnados... naquela serra de cantaria”, apodando-o de “acervo de pedaços de mármore que tanto montam ali como nas pedreiras donde os quebraram” e conclui: “Aquilo não convida almas devotas nem poéticas. O que ressumbra da opulência carrancuda e dura de tanta pedra vestida de laçarias e folhagens é muitíssima hipocrisia e muitíssimo ouro que já vinha orvalhado das lágrimas doutros oprimidos de além-mar”<sup>964</sup>. Enfim, já no nosso século, haveria ainda quem se indignasse de que se tivesse enterrado aí “quanto bastava para fazer as obras do porto de Lisboa, lançar a ponte monumental para a Outra Banda e arrazar o Bairro de Alfama, transformando-o num bairro operário de primeira ordem”...<sup>965</sup>

Seria, contudo, Herculano, quem, na sua prosa lapidar, resumiria de forma mais eloquente o espírito com que o século XIX viu o monumento: “Collocai pela imaginação Mafra ao pé da Batalha, e podereis entender quanto é clara e precisa a linguagem destas chronicas, lidas de poucos, em que as gerações escrevem mysteriosamente a historia do seu viver. A Batalha é grave como o vulto homerico de D. João I, poetica e altiva como os cavalleiros da ala de Mem Rodriguez, religiosa, tranquilla, santa como D. Phelippa rodeada dos seus cinco filhos. As mãos que edificaram Santa Maria da Victoria, meneando as armas em Aljubarrota, deviam ser vencedoras. A Batalha representa uma geração energica, moral, crente: Mafra uma geração efeminada, que se finge forte e grande. A Batalha é um poema de pedra: Mafra uma sensaboria de marmore. Ambas, ecchos perennes que repercutem nos seculos que vão passando a expressão complexa, e todavia clara e exacta, de duas epochas historicas do mesmo povo, sua juventude viçosa e robusta, e sua velhice cachetica”<sup>966</sup>.

É certo, contudo, que a empresa revelava aqui maiores dificuldades. Desligado das conotações que se pretendeu associar-lhe, o colossal monumento apresentava qualidades que o impunham ao observador desprevenido e, desde cedo, suscitaria críticas elogiosas por parte dos forasteiros que o visitaram, em especial – compreensivelmente – dos oriundos da Europa Central e mediterrânica e daqueles que revelavam alguns conhecimentos no campo da arquitectura. É o caso de Courtils, que o conheceria em 1755 e cujo relato sobre o Paço da Ribeira se revelara já uma das mais interessantes fontes que se possuem a seu respeito. Seduzido, encontraria *nele* “le goût de la plus parfaite architecture”, não hesitando em afirmar: “c’est toujours une des grandes beautés du Portugal que cet édifice”<sup>967</sup>. Também Baretti, em 1760, fixava no seu relato os pátios “bellissimos”, ritmados de “columnas e arcarias de proporções tão elegantes que mais não podem ser”, as “cellas” que “mais parecem camaras de prelados”<sup>968</sup>. Cinco anos

mais tarde seria a vez de Gorani falar de “edifícios vastíssimos e da maior magnificência” que qualifica de “soberbo monumento”<sup>969</sup> e, já nos finais do século, Carrère considerava-o “d’une étendue immense, beau, bâti avec autant de goût que de magnificence”<sup>970</sup>.

De facto, se o marquês de Bombelles, embaixador francês junto de D. Maria I, considerava que “La situation choisie pour couvrir la terre d’une masse énorme n’a pas été plus favorablement saisie que le bon goût dans la structure de cette merveille portugaise”<sup>971</sup> – o que parece natural da parte de um habitante de Versailles –, mesmo Beckford, que o visitaria em 1787 e que em Inglaterra se convertera aos encantos do *gotic revival* (e afirmando embora duvidar “que o estilo deste edifício merecesse a aprovação de qualquer arquitecto inglês ou italiano”), não deixaria de registar o “magnífico pórtico (...), guarnecido de colossais estátuas de santos e mártires lavradas com infinita delicadeza” ou os “vastos corredores e celas (...) do mais sumptuoso e sólido estilo”. Se confessa, de início, sentir-se “esmagado” sob o impacte gigantesco da fachada, não regateia encómios ao zimbório, que reputa “um dos mais elegantemente proporcionados da Europa” e cuja vista lhe provoca “uma grande impressão de prazer e de surpresa” e deixa-se conduzir sem prevenções através do que chama “labirinto de um palácio encantado”. No interior da Basílica, afirma não conhecer capitéis coríntios executados “com maior precisão e finura” e exclama: “Nunca tinha visto uma tal profusão de belos mármore resplandecendo por cima, por baixo e em torno de mim”<sup>972</sup>. Seria Raczyński, contudo, um dos mais lúcidos críticos da arte portuguesa, quem, já em 1844, deixaria, nas suas cartas à Sociedade Científica e Artística de Berlim, a melhor apreciação do templo mafrense: “C’est un morceau d’architecture irréprochable et tout d’un jet. Il n’y a là ni anachronisme ni confusion d’idées, et si le progrès n’y touche pas, cela restera beau jusqu’à ce que cela tombe”<sup>973</sup>.

Na realidade, mesmo entre os escritores oitocentistas, o solitário monumento acabaria por encontrar um certo eco. Carlos Malheiro Dias escreveria: “Para que occulta-l’o? A impressão que se sente ao encarar a monstruosa fabrica em cuja construção dezenas de milhares de operarios ininterruptamente trabalharam durante treze anos, com a ameaça permanente da força erguida no terreiro e sob a vigilancia de sete mil soldados, é desconsoladora e fria. (...) Mas passados os primeiros instantes de decepção (...), pouco a pouco nos vamos affeiçoando áquella grandiosidade absurda e sem encantos, dominados pela imponencia orgulhosissima das suas desconformes proporções e pela vigorosa expressão de solidez e de força que de toda ella emana”<sup>974</sup>. No mesmo tom, comentava o *Diccionario Popular* dirigido por Pinheiro Chagas: “É pesado, não tem duvida, mas é grandioso; e a prodigalidade da esculptura, os recursos da estatuaria, a delicadeza das

molduras e dos ornatos, a riqueza dos bordados, das flores, das folhagens, dos metaes, a harmonia suave dos carrilhões, a grandeza e perfeição das suas machinas fazem em breve esquecer a frieza da primeira impressão”<sup>975</sup>.

De facto, como opinava, em 1906, Cardoso Gonçalves, “Nem tudo se perdeu n’aquella loucura”...<sup>976</sup> e a historiografia não se tem esquecido de ressaltar a importância da obra de Mafra na formação prática e teórica de operários, escultores e construtores que irão marcar a arte portuguesa, especialmente no Sul, nas décadas seguintes e que, quanto mais não fosse, possibilitaria ao País, pouco tempo depois, reerguer sozinho das cinzas a sua capital. Mafra funcionaria, na verdade, e por muito tempo ainda, “comme un traité d’architecture réalisé”<sup>977</sup>. Mas constituiria, igualmente, o mais significativo e emblemático produto do mecenato joanino e o melhor padrão para aferir as suas próprias potencialidades.

Mafra é, na realidade, fundamentalmente arquitectura, num País onde esta era, por via de regra, substituída pela decoração<sup>978</sup> e constitui um gigantesco desmentido da imputação feita ao monarca de que as suas “vistas (...), raramente, e por algum melhor conselho, iam além do artesanato de luxo”<sup>979</sup>. Inversamente, ilustra, em conjunto com obras como o Aqueduto das Águas Livres, a Biblioteca de Coimbra, os projectos da Patriarcal, os novos edifícios do Paço da Ribeira, o Palácio das Necessidades, a Capela de S. João Baptista ou as experiências urbanísticas que, no seu tempo, se realizam ou projectam em Lisboa<sup>980</sup>, a multiplicidade de formas que reveste um mecenato que não encontraria paralelo entre nós antes nem depois e que apresenta como denominador comum uma indefectível exigência de qualidade. E a constatação desta realidade reserva-lhe, sem dúvida, tanto pela amplitude, como pela originalidade dos meios de expressão que soube encontrar, um lugar de primeiro plano entre os mecenatos régios do seu tempo<sup>981</sup>.

Porém, o Real Edifício pressupõe, igualmente, a sistematização, a um nível verdadeiramente teórico, de uma ideia de poder que se perfila como uma das mais interessantes experiências do Estado Moderno em Portugal. E este simples facto, que obriga a reavaliar em toda a extensão a dimensão de estadista do *Rei Magnânimo*<sup>982</sup>, leva também a compreender o empenho com que promoveu a renovação dos horizontes culturais do País<sup>983</sup> e a acção verdadeiramente *esclarecida* que tenazmente desenvolveu. Rara é, com efeito, a medida progressista por detrás da qual se não divisa, directa ou indirectamente, o patrocínio régio. E se, em paralelo, outras detectamos que representam cedências à ordem estabelecida, não pode esquecer-se, na apreciação desta “interessante contradição que pauta todo o governo do filho de D. Pedro II”<sup>984</sup>, não apenas a conjuntura em que se inscreve a sua acção, como o sentido de *mudança controlada* que caracteriza o universo ideológico

do Barroco. Mas é, certamente, a percepção que demonstrou – e que con-substanciaria em Mafra – das potencialidades políticas e disciplinares do aparelho curial, o mais *moderno* ingrediente dessa complexa teoria de poder.

Efectivamente, a Corte joanina ficaria gravada para sempre, no inconsciente colectivo, como ilustração cabal do esbanjamento dos dinheiros públicos e prova imorredoura do deslumbramento provinciano de um monarca que, “rico sem saber como, punha a honra na despesa, imaginando espantar o mundo com o modo perdulário com que dissipava”<sup>985</sup>. Vimos já até que ponto ela se perfila, vencida a grave conjuntura seiscentista, como um indispensável instrumento de dominação, bem como as dificuldades com que o poder se depara nessa área e os meios que encontrou para as superar; mas convirá reter que ela constitui, do mesmo modo (e nesse sentido se revela realmente eficaz), um mecanismo de nivelação social – a partir do momento em que, como escrevia o duque de Saint-Simon, “par une plus grande confusion (...) anéantissoit de plus en plus les distinctions naturelles” –, bem como de promoção da camada de burocratas que, de forma crescente, rodeia a Coroa, por elevar “les ministres au-dessus de tous, en autorité et en puissance par-dessus les princes du sang, en grandeur même par-dessus les gens de la première qualité, après avoir totalement changé leur état”<sup>986</sup>. Quanto ao peso que a superestrutura curial representaria na economia da Nação, é ainda difícil comprová-lo, em face do estado embrionário dos estudos económicos sobre este período, mas valerá a pena recordar, que não apenas a insolvabilidade parece ter sido, em toda a Europa, um traço característico do *Ancien Régime*<sup>987</sup>, mas mesmo que, num país como a França, a Corte consome menos de 6% dos rendimentos do Estado, pelo que não será ela a causar o *deficit* orçamental – “seulement, on la voit mieux que le reste”...<sup>988</sup>

Reinando sobre um País pequeno, isolado, acabado de sair de uma longa crise, habituado a exprimir-se, tanto no plano da cultura como no da vida social, através de padrões renitentemente contra-reformistas e onde o Estado, mal apetrechado de instrumentos de dominação, se vê constrangido a partilhar a sua autoridade com instâncias periféricas, o monarca, dispondo enfim de avultados meios financeiros, lança-se com energia num processo de reforço do papel da Coroa no interior, como no exterior das fronteiras do seu Reino. Para tal, lançará mão de todos os meios ao seu alcance, tanto práticos como psicológicos e nessa tarefa fará prova de uma inegável capacidade estratégica e de um não menos amplo conhecimento da realidade em que se inseria.

O valor que concede à informação constitui, de resto, sem sombra de dúvidas, um dos mais vincados, curiosos e modernos traços da sua perso-

nalidade, que perpassa, como pano de fundo, em todos os empreendimentos em que se lança (incluindo Mafra) e constitui a razão de ser da complicada rede de agentes que espalha pela Europa. Justificará também, ainda, a insistência com que – ao invés da imagem propagada de um Rei “novorico, que se apressa a comprar uma biblioteca rica e luxuosamente encadernada, não com a preocupação de adquirir os conceitos que nesses livros existam, mas sim para maravilhar os outros pelo peso da sua cultura e a riqueza das capas das suas obras”<sup>989</sup> – os contemporâneos relatam *que* “Lia, e ouvia ler muitas horas cada dia”<sup>990</sup>, que o seu maior divertimento “era a lição dos livros”<sup>991</sup>, ou que “il aime la conversation des Ecclesiastiques & des Savants (...) & se plaît beaucoup dans sa Bibliotheque”<sup>992</sup>.

Expoente dessa insaciável curiosidade que o possuía será, de resto, o projecto que concebe, em 1715, uma vez terminada a Guerra da Sucessão, de viajar *incógnito* pela Europa. A excursão, como não poderia deixar de ser, ocultava “o grande desejo que effectivamente tinha de ver os estranhos reinos” sob a forma de uma peregrinação ao santuário italiano de Nossa Senhora do Loreto. Previa-se, porém, que durasse um ano e incluía no seu roteiro, para além da Itália, a França, a Espanha, a Alemanha, a Inglaterra e a Holanda<sup>993</sup>. Como é sabido, o périplo europeu jamais se concretizaria, em face da oposição da Corte e da Rainha e das manobras das potências estrangeiras, chegando o monarca, segundo parece, a pensar fazer viajar em seu lugar o Infante D. António<sup>994</sup>. Integraria, como tantos outros, a extensa lista dos sonhos régios não realizados; apesar disso, testemunha a sua adesão ao lema iluminista *Progrès et Voyage* que, por todo o continente, constituía a divisa dos príncipes *esclarecidos* e estabelece o mais eloquente contraste com “aquella propria, e ignorante irresolução que tem os do meu Paiz para o largarem”, de que falava o cavaleiro de Oliveira<sup>995</sup>.

A actuação do Rei recorta-se, com efeito, sobre um cenário complexo onde se desenha, de forma constante e mesmo dramática, o confronto progressivamente violento que opõe o *Portugal Seiscentista* ao *Portugal das Luzes*. Somente o reconhecimento deste facto permitirá compreender o malogro que atinge tantos dos seus planos, essa flagrante desproporção entre o esforço despendido e os seus frutos, que regista a historiografia<sup>996</sup> e o invencível sentimento de frustração que, paulatinamente, o invade à medida que o reinado se aproxima do fim<sup>997</sup>. E talvez fosse a percepção desta realidade, mais que a simples vontade de viajar, que levaria os forasteiros, como Merveilleux, a associar o monarca português a Pedro da Rússia: “Sem querer comparar os portugueses aos moscovitas, escreve, é certo que as duas nações se parecem bastante, embora os portugueses sejam mais civilizados e instruídos. Os portugueses estão muito arreigados às suas tradições e aos seus costumes e tudo o que é estrangeiro lhes

desagrada e indigna. Se mudaram durante a guerra de Espanha, foi por necessidade. Só o príncipe conservou cuidadosamente vivo tudo o que aprendeu com os estrangeiros, resolvido a pôr em prática no seu país todos os costumes estranhos que ali fossem proveitosos”<sup>998</sup>.

Ter-se-ia o contacto com a realidade europeia revelado profícuo, impondo um sentido diferente à política régia e ao seu mecenato? É bem provável. Mas seria ele mais adequado? É difícil julgá-lo. O século XVIII acreditou que sim. Todavia, os condicionalismos da viagem, a sua própria rapidez, traduzem-se em superficialidade nos conhecimentos adquiridos e produzem mais facilmente um racionalismo simplificador que uma verdadeira noção da realidade internacional<sup>999</sup>. Regressado da *Europa*, D. João V seria, com toda a probabilidade, um *estrangeirado* mais, igualmente desajustado no acanhado meio nacional e incapaz, por conseguinte, de dirigir, como efectivamente fez, o leme de um País que hesitava na charneira entre dois séculos. O segredo da harmonia (fragilíssima harmonia) da obra que procurou realizar residirá, porventura, no delicado equilíbrio que conseguiu manter entre a admiração que professava pelos “estranhos reinos” e a compreensão que tinha daquele que lhe coubera em sorte governar.

O Real Edifício transformar-se-ia na ilustração visual dessa síntese, que verdadeiramente se opera na própria mente do monarca e se converte em teoria do poder, tanto quanto dos obstáculos que constantemente foi forçado a contornar. Por isso, não poderia compreender-se desgarrado do contexto que o gerou e que o modelou à sua imagem. Que fez dele a sua imagem. O percurso que empreendemos ergueu apenas a orla do manto de silêncio que o cobria. Mas “infelizes das obras que se esgotam no prazer que provocam, ou que qualquer crítica esgota”...<sup>1000</sup>

## NOTAS

- <sup>1</sup> HERCULANO, Alexandre, “Duas epochas e dous monumentos, a Granja Real de Mafra”, *Opusculos*, vol. VII, Lisboa, Bertrand,<sup>2</sup> 1907, p. 4.
- <sup>2</sup> “Recommendation for research and research aids in the history of the Seventeenth and Eighteenth century architecture of Portugal and Brasil”, *Actas do Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, Nashville, Vanderbilt University, 1953, p. 127.
- <sup>3</sup> Cfr. BROWN, Jonathan e ELLIOT, J. H., *Un Palacio para el Rey. El Buen Retiro y la Corte de Felipe IV*, Madrid, Alianza Forma,<sup>3</sup> 1988, p. VII.
- <sup>4</sup> ARGAN, Giulio Carlo, *L'Âge Baroque*, Génève, Skira, 1989, pp. 45 e 102.
- <sup>5</sup> STAROBINSKI, Jean, *L'Invention de la liberté, 1700-1789*, Génève, Skira, 1964, p. 14.
- <sup>6</sup> Cfr. DUVIGNAUD, Jean, *Sociologia da Arte*, Rio de Janeiro – São Paulo, Forense, s.d., pp. 9 e 53-54.
- <sup>7</sup> SEBASTIÁN, SANTIAGO, *Arte y Humanismo*, Madrid, Cátedra, 1978, p. 13.
- <sup>8</sup> ELSÉN, Albert E., LANE, Barbara Miller e VON MOOS, Stanislaus, *La arquitectura como simbolo de poder*, Barcelona, Tusquets, 1975, p. 8.
- <sup>9</sup> DURAND, Georges, *États et institutions, XVI<sup>e</sup>-XVIII<sup>e</sup> siècles*, Paris, Armand Colin, 1969, pp. 24 e 33.
- <sup>10</sup> MONTESQUIEU, *Lettres persannes*, Lettre XCIX, Hatier, Gozague Truc, 1950, p. 172, cit. BOTTINEAU, Yves, “Quelques nuances du goût dans le Portugal des Lumières”, *Gazette des Beaux-Arts*, vol. LXXXIV, n.º 1270-1271, Paris, 1974, p. 305.
- <sup>11</sup> ELIAS, Norbert, *A Sociedade de Corte*, Lisboa, Estampa, 1987, pp. 21 e 55-56.
- <sup>12</sup> ALEWYN, Richard, *L'univers du baroque*, Hambourg, Gonthier, 1959, p. 59.
- <sup>13</sup> Cfr. OROZCO DIAZ, Emilio, *El teatro y la teatralidad del Barroco*, Barcelona, Planeta, 1969, p. 109.
- <sup>14</sup> MARAVALL, José Antonio, *La cultura del barroco*, Barcelona, Ariel, 1975, p. 266.
- <sup>15</sup> BEBIANO, Rui, “Absolutismo”, PEREIRA, José Fernandes (dir. de), *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Presença, 1989, p. 17.
- <sup>16</sup> Cfr. MARAVALL, José Antonio, ob. cit., p. 127.
- <sup>17</sup> Cfr. NORBERG-SCHULZ, Christian, *Baroque architecture*, London, Faber and Faber/Electa, 1986, pp. 14-16.
- <sup>18</sup> SEBASTIÁN, SANTIAGO, *Contrarreforma y barroco*, Madrid, Alianza Forma, 1981, p. 360.
- <sup>19</sup> DURAND, George, ob. cit., p. 277.
- <sup>20</sup> Cfr. KLANICZAY, Tibor, “La naissance du maniérisme et du baroque au point de vue sociologique”, *Renaissance, Maniérisme, Baroque, actes du XI<sup>e</sup> Stage International de Tours*, Paris, Vrin, 1972, p. 215.
- <sup>21</sup> Cfr. FEVBRE, Lucien, *Combates pela História*, Lisboa, Presença, 1977, vol. I, p. 162, e vol. II, p. 208.
- <sup>22</sup> *Idem, ibidem*, vol. II, p. 209.
- <sup>23</sup> Cfr. MACEDO, Jorge Borges de, “D. João V”, SERRÃO, Joel (dir. de), *Dicionário de História de Portugal*, vol. III, Porto, Figueirinhas,<sup>2</sup> 1979, p. 399.
- <sup>24</sup> Cfr. *idem*, “Vias de expressão da cultura e da sociedade portuguesa nos séculos XVII e XVIII”, *Boletim da Academia Internacional da Cultura Portuguesa*, n.º 1, Lisboa, 1966, pp. 122-123.
- <sup>25</sup> GERSHOY, Léo, *L'Europe des princes éclairés, 1763-1789*, Paris, Fayard, 1966, p. 3.
- <sup>26</sup> Cfr. SARAIVA, José Hermano, “O reformismo no século XVIII”, *História de Portugal*, Lisboa, Alfa, 1983, vol. 5, pp. 77-81.
- <sup>27</sup> QUEIROZ, Fr. João de S. José, Bispo do Grão-Pará, *Memórias*, Porto, 1868, p. 183.
- <sup>28</sup> Cfr. PAGEAUX, Daniel-Henri, *Imagens de Portugal na cultura francesa*, Lisboa, Biblioteca Breve, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983, pp. 19-22 e 24-25.
- <sup>29</sup> Veja-se ALMEIDA, Luís Ferrand de, “Testamento Político de D. Luís da Cunha, prefácio e notas de Manuel MENDES”, *Revista Portuguesa de História*, tomo III, Coimbra, 1947, p. 486, e *idem*, “O naturalista Merveilheux em Portugal (1723-1724 e 1726)”, *ibidem*, tomo XXIV, Coimbra, 1988, p. 281.
- <sup>30</sup> *Relation de la Cour de Portugal sous D. Pedro II, a present regnant*, Amsterdam, 1702, tomo I, pp. 5 e 7.
- <sup>31</sup> BESEVAL, Baron de, *Mémoires*, Paris, 1827, p. 99.
- <sup>32</sup> MARTANGES, Bonnet de, *Le Roi de Portugal, conte*, s.l., 1788, p. 2.
- <sup>33</sup> WRAXALL, Nathanael William, *Historical memories of my own time*, London,<sup>2</sup> 1815, vol. I, p. 63.
- <sup>34</sup> CORTESÃO, Jaime, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, Instituto Rio-Branco, parte I, tomo I, p. 47.
- <sup>35</sup> *História de Portugal*, Lisboa, Guimaraes,<sup>19</sup> 1987, pp. 332-337 e 347.
- <sup>36</sup> *História de Portugal popular e ilustrada*, Lisboa, Moderna,<sup>3</sup> 1902, vol. 6, pp. 255, 387, 410-411.

<sup>37</sup> *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII, escripta por uma sociedade de homens de letras*, Lisboa, s.d., vol. I, pp. 85 e 50.

<sup>38</sup> LEMOS, Maximiano de (dir. de), *Enciclopédia Portuguesa Illustrada, Diccionario Universal*, Porto, s.d., vol. VI, p. 92

<sup>39</sup> DIAS, Carlos Malheiro, *Cartas de Lisboa*, 3.ª série, Lisboa, Clássica, 1907, p. 186.

<sup>40</sup> DANTAS, Júlio, *Ao ouvido de Madame X*, Porto, 1915, pp. 205-206.

<sup>41</sup> MENDES, Fernando, *D. João V, rei absoluto*, Lisboa, Romano Torres, s.d., p. 9.

<sup>42</sup> *Breve interpretação da História de Portugal*, Lisboa, Sá da Costa,<sup>2</sup> 1972, p. 118.

<sup>43</sup> *Quadro Elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal...*, Paris, 1845, tomo V.

<sup>44</sup> *Portugal na epocha de D. João V*, Lisboa, 1885, p. 253

<sup>45</sup> *As amantes de D. João V, estudos históricos*, Lisboa, 1892, p. 276.

<sup>46</sup> *A Ribeira de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal, 1942, vol. III, p. 101.

<sup>47</sup> *Mosaico e silva de curiosidades históricas, literárias e biográficas*, Porto, Lello, s.d., p. 71.

<sup>48</sup> Ob. cit., pp. 336-337.

<sup>49</sup> Ob. cit., vol. 6, p. 363.

<sup>50</sup> *Causas da decadência dos povos peninsulares*, Lisboa, Ulmeiro, 1970, pp. 24-25.

<sup>51</sup> Ob. cit., pp. 5-6. Não deixa de ser curioso registar aqui um último testemunho desta imagem negativa do edifício real: o jornalista e historiador Rocha MARTINS, faz terminar o seu romance histórico *A madre Paula* (Romano Torres, s.l., s.d., 2 vols.), com uma curiosa visita nocturna de D. João V ao seu paço monástico, no dia em que termina o oitavário da sagração da basílica, onde, à luz trémula e fantasmagórica das velas, o monarca, horrorizado, amaldiçoava a colossal construção: “Oh! Não era isto... não era isto! Horrerosa obra!... Tinha-a sonhado bem diversa! (...) Nunca mais aqui venho!” (vol. II, p. 116).

<sup>52</sup> Ob. cit., vol. II, p. 209.

<sup>53</sup> Cfr. MACEDO, Jorge Borges de, ob. cit., pp. 122-123.

<sup>54</sup> Ob. cit., p. 4.

<sup>55</sup> Cfr. CHAGAS, Manuel Pinheiro, *Migalhas da História Portuguesa*, Lisboa, 1900, pp. 95-96.

<sup>56</sup> Veja-se a este respeito TORGAL, Luis Reis, *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1981-1982, 2 vols., em particular vol. I, pp. 110, 113, 115 e 119.

<sup>57</sup> *Idem, ibidem*, vol. I, pp. 101, 103-104 e 109.

<sup>58</sup> MARAVALL, José Antonio, ob. cit., p. 133.

<sup>59</sup> Cfr. HESPAÑA, António Manuel, “Para uma teoria da história institucional do Antigo Regime”, *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, pp. 59-61, e WILLIAMS, E. N., *The Ancien Régime in Europe, government and society in the major states, 1648-1789*, Middlesex, Penguin Books,<sup>4</sup> 1983, p. 25.

<sup>60</sup> Cfr. OESTREICH, G., “Problemas estruturais do absolutismo europeu”, *ibidem*, pp. 182-183.

<sup>61</sup> Cfr. *idem, ibidem*, p. 195.

<sup>62</sup> *Idem, ibidem*, pp. 183, 191 e 195-196; MARAVALL, José Antonio, ob. cit., pp. 140-141 e 371.

<sup>63</sup> BLUCHE, François, *Le despotisme éclairé*, Paris, Fayard, 1968, pp. 341 e 344-345.

<sup>64</sup> SANTARÉM, Visconde de, ob. cit., vol. V, pp. CXXVIII/CXXIX, nota 1.

<sup>65</sup> *L'administration de Pombal*, p. 178, cit. *idem, ibidem*, vol. V, p. CCLV.

<sup>66</sup> Cfr. MACEDO, Jorge Borges de, “D. João V”, p. 399.

<sup>67</sup> Cfr. CARNAXIDE, Visconde de, “D. João V e o Brasil (ensaio sobre a Política Atlântica de Portugal na primeira metade do século XVIII)”, *D. João V, conferências e estudos comemorativos do segundo centenário da sua morte*, Lisboa, Câmara Municipal, 1952, p. 110.

<sup>68</sup> Cfr. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Lisboa, Verbo,<sup>2</sup> 1982, vol. V, p. 250.

<sup>69</sup> MARTINEZ, Pedro Soares, *História diplomática de Portugal*, Lisboa, Verbo, 1986, p. 184.

<sup>70</sup> MACEDO, Jorge Borges de, ob. cit., pp. 399-400.

<sup>71</sup> FERREIRA, J. A. Pinto, *Correspondência de D. João V e D. Bárbara de Bragança*, Coimbra, Gonçalves, 1944.

<sup>72</sup> Cfr. MARTINEZ, Pedro Soares, ob. cit., p. 183.

<sup>73</sup> Veja-se BRAZÃO, Eduardo, *O casamento de D. João V*, Lisboa, 1937; *O casamento de D. Pedro II com a princesa de Neuburg*, Coimbra, Coimbra Editora, 1936, e *Relações externas de Portugal. Reinado de D. João V*, Porto, Civilização, 1938, vol. I, pp. 329-331.

<sup>74</sup> Veja-se a este respeito a obra fundamental já citada de Jaime CORTESÃO, *Alexandre de Gusmão e o tratado de Madrid*, em particular as pp. 64-65 da parte I, tomo I.

<sup>75</sup> BRAZÃO, Eduardo, *D. João V e a Santa Sé, as relações diplomáticas de Portugal com o governo pontifício*, Coimbra, Coimbra Editora, 1937, pp. 54-55, e *Subsídios para a história do Patriarcado de Lisboa (1716-1740)*, Porto, Civilização, 1943, p. 120.

<sup>76</sup> Cfr. BLUCHE, François, ob. cit., p. 344.

<sup>77</sup> Veja-se MATTOSO, António G., “D. João V”, *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Lisboa, Verbo, 1971, vol. 11, p. 607.

<sup>78</sup> MACEDO, Jorge Borges de, “Absolutismo”, SERRÃO, Joel (dir. de), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Figueirinhas,<sup>2</sup> 1979, vol. 1, p. 12.

<sup>79</sup> Veja-se BRAZÃO, Eduardo, *A diplomacia portuguesa nos séculos XVII e XVIII*, Lisboa, Resistência, 1979, vol. II, pp. 199-207, e MARTINEZ, Pedro Soares, ob. cit., pp. 184-185.

<sup>80</sup> Cfr. MARTINEZ, Pedro Soares, ob. cit., p. 188.

<sup>81</sup> SANTARÉM, Visconde de, ob. cit., vol. V, pp. 300-301.

<sup>82</sup> Veja-se MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal*, Lisboa, Ágora,<sup>2</sup> 1973, vol. I, p. 567.

<sup>83</sup> Veja-se POMEAU, René, *L'Europe des Lumières. Cosmopolitisme et unité européenne au dix-huitième siècle*, Paris, Stock, 1966, pp. 40-41.

<sup>84</sup> Cfr. BRAZÃO, Eduardo, *D. João V e a Santa Sé*, pp. 97-98, e *Relações externas de Portugal. Reinado de D. João V*, vol. II, pp. 64-65.

<sup>85</sup> Veja-se CASTRO, Mons. José de, *Portugal em Roma*, Lisboa, União Gráfica, 1938, pp. 126-128.

<sup>86</sup> *Idem*, *O cardinal nacional*, Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1943, p. 63.

<sup>87</sup> Cfr. *idem*, *Portugal em Roma*, vol. I, pp. 124-125, e BORGES, Nelson Correia, “Os túmulos de prata das Santas Rainhas de Lorvão”, *Oceanos*, n.º 43, Jul.-Set. 2000.

<sup>88</sup> CASTRO, Mons. José de, ob. cit., *idem*, vol. I, pp. 52-53.

<sup>89</sup> *História de Portugal popular e ilustrada*, vol. VI, p. 262.

<sup>90</sup> Cfr. BRAZÃO, Eduardo, *D. João V e a Santa Sé*, pp. 1-22, e *Relações externas de Portugal. Reinado de D. João V*, vol. II, pp. 7-23.

<sup>91</sup> Cfr. POMEAU, René, ob. cit., pp. 41 e 43.

<sup>92</sup> Cfr. ALMEIDA, Fortunato de, *História de Portugal*, Coimbra, 1926, tomo IV, p. 274, e CARVALHO, Ayres de, *D. João V e a arte do seu tempo*, Lisboa, 1962, vol. II, p. 418.

<sup>93</sup> Com efeito, já Borges de MACEDO, no seu citado artigo “D. João V”, referia, em relação ao corte de relações diplomáticas com a Santa Sé em 1728, que “a causa profunda deve procurar-se na influência que as cortes de Espanha e França tinham em Roma” (p. 400); e, na verdade, as obras que se têm dedicado às relações com a cúria no tempo do *Magnânimo* fornecem abundante material sobre a relutância com que as cortes austríaca, francesa e castelhana observavam os êxitos da diplomacia joanina nesta matéria, chegando mesmo a alcançar a suspensão de regalias já concedidas. Cfr. v.g. CASTRO, Mons. José de, *Portugal em Roma*, vol. I, p. 82; BRAZÃO, Eduardo, *Subsídios para a história do Patriarcado de Lisboa...*, pp. 196-197, e *Relações externas de Portugal...*, vol. II, pp. 128ss. e 182; SILVA, Luís Augusto Rebelo da, *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal...*, Lisboa, 1860, tomo XVIII, pp. 346-347.

<sup>94</sup> Cfr. GOUBERT, Pierre, e ROCHE, Daniel, *Les Français et l'Ancien Régime*, Paris, Armand Colin, 1984, vol. I, p. 377.

<sup>95</sup> Cfr. TORRAL, Luís Reis, ob. cit., vol. I, p. 110.

<sup>96</sup> Cfr. OESTREICH, G., ob. cit., p. 195.

<sup>97</sup> TORRAL, Luís Reis, ob. cit., vol. I, p. 103.

<sup>98</sup> MANDROU, Robert, *L'Europe absolutiste. Raison et raison d'État, 1649-1775*, Paris, Fayard, 1977, p. 220.

<sup>99</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira, ob. cit., vol. I, p. 569.

<sup>100</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes de, “Portugal na época de D. João V: esboço de interpretação político-cultural da primeira metade do século XVIII”, *Actas do Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, Nashville, Vanderbilt University, 1953, p. 257, e MARTINEZ, Pedro Soares, ob. cit., p. 186.

<sup>101</sup> Veja-se BRAZÃO, Eduardo, *Subsídios para a história do Patriarcado de Lisboa...*, p. 120.

<sup>102</sup> Cfr. TORRAL, Luís Reis, ob. cit., vol. I, pp. 154, 216-217, 268-269, 279-283, e vol. II, p. 254.

<sup>103</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira, ob. cit., vol. I, p. 569.

<sup>104</sup> MARTINEZ, Pedro Soares, ob. cit., pp. 195-196.

<sup>105</sup> POMEAU, René, ob. cit., pp. 40-41.

<sup>106</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>107</sup> Cfr. TORRAL, Luís Reis, ob. cit.

<sup>108</sup> Cfr. DIAS, José Sebastião da Silva, “Portugal e a cultura europeia (séculos XVI a XVIII)”, *Biblos*, vol. XXVIII, Coimbra, 1952, p. 276.

<sup>109</sup> Cfr. TEIXEIRA, António Braz, *O pensamento filosófico-jurídico português*, Lisboa, Biblioteca Breve, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983, p. 16.

<sup>110</sup> Veja-se, sobre esta questão, DIAS, J. S. da Silva, ob. cit., pp. 282-284; CARVALHO, Joaquim de, “Evolução da historiografia filosófica em Portugal até fins do século XIX”, *Biblos*, vol. XXII, tomo I, Coimbra, 1946, pp. 22-23, e CIDADE, Hernâni, *Lições de cultura e literatura portuguesas*, Coimbra, Coimbra Editora, 1940, p. 23.

<sup>111</sup> Cfr. DIAS, J. S. da Silva, ob. cit., pp. 286 e 291, e ANDRADE, António Alberto de, “Manuel de Azevedo Fortes, primeiro sequeaz, por escrito, das teses fundamentais cartesianas em Portugal”, *Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências*, Lisboa, 1950, tomo VII, p. 252.

<sup>112</sup> Cfr. ANDRADE, António Alberto de, “Descartes em Portugal nos séculos XVII e XVIII”, *Broteria*, Lisboa, 1950, vol. II, p. 433; *idem*, *Vernei e a filosofia portuguesa*, Braga, Cruz, 1946, pp. 174-176, e DIAS, J. S. da Silva, ob. cit., p. 277.

<sup>113</sup> ANDRADE, António Alberto de, *Vernei e a filosofia portuguesa*, p. 214.

<sup>114</sup> DIAS, J. S. da Silva, ob. cit., p. 276.

<sup>115</sup> *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1871, tomo V, p. 335.

<sup>116</sup> Cfr. DIAS, J. S. da Silva, ob. cit., pp. 296-297, e SARAIVA, António José, *História da Cultura em Portugal*, Lisboa, Jornal do Foro, 1962, vol. III, p. 187.

<sup>117</sup> Cfr. DIAS, J. S. da Silva, ob. cit., pp. 302-306.

<sup>118</sup> Cfr. DIAS, J. S. da Silva, ob. cit., pp. 301 e 320. Para a definição e crítica do conceito de *estrangeirado* veja-se: MARTINS, António Coimbra, “Estrangeirados”; SERRÃO, Joel (dir. de), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Figueirinhas,<sup>2</sup> 1979, vol. II; MACEDO, Jorge Borges de, “Estrangeirados, um conceito a rever”, *Actas do Congresso da Arte em Portugal no Século XVIII, Bracara Augusta*, vol. XXVIII, tomo III, n.ºs 65-66 (77-78), Braga, 1974, e ALMEIDA, Luís Ferrand de, ob. cit., pp. 470 e 488-490.

<sup>119</sup> Cfr. MARTINS, A. Coimbra, ob. cit., p. 468, e CALADO, Margarida, “Academia de Portugal em Roma”, PEREIRA, José Fernandes (dir. de), *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Presença, 1989, p. 18.

<sup>120</sup> Veja-se TENGARRINHA, José, “Imprensa”, SERRÃO, Joel (dir. de), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Figueirinhas,<sup>2</sup> 1979, vol. III, p. 248, e PEREIRA, José Costa, “Vectores culturais portugueses de Seiscentos e Setecentos”, SARAIVA, José Hermano (dir. de), *História de Portugal*, Lisboa, Alfa, 1983, vol. 5, p. 356.

<sup>121</sup> Veja-se DIAS, J. S. da Silva, ob. cit., pp. 328-329, e ANDRADE, António Alberto de, *Vernei e a filosofia portuguesa*, p. 226.

<sup>122</sup> ANDRADE, António Alberto de, ob. cit., p. 225.

<sup>123</sup> Cfr. *idem*, *ibidem*, pp. 211/212, e DIAS, J. S. da Silva, ob. cit., p. 230.

<sup>124</sup> ANDRADE, António Alberto de, ob. cit., pp. 212-213, e “Manuel de Azevedo Fortes...”, pp. 261/262.

<sup>125</sup> Cfr. DIAS, J. S. da Silva, ob. cit., p. 338.

<sup>126</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 314

<sup>127</sup> Cfr. *idem*, *ibidem*, pp. 360-361, e MARTINS, António Coimbra, “Oratorianos”, SERRÃO, Joel (dir. de), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Figueirinhas,<sup>2</sup> 1979, vol. IV, p. 439.

<sup>128</sup> Cfr. RAMOS, Luís de Oliveira, *Sob o signo das “luzes”*, Maia, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, col. “Temas portugueses”, pp. 121-123.

<sup>129</sup> Veja-se ANDRADE, António Alberto de, *Vernei e a filosofia portuguesa*, pp. 214-216.

<sup>130</sup> Cfr. CIDADE, Hernâni, ob. cit., p. 52, e, em geral, LOPES, Óscar, “Academias”, SERRÃO, Joel (dir. de), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Figueirinhas,<sup>2</sup> 1979, vol. I; MACEDO, Newton de, “A renovação das ideias e das instituições de cultura”, PERES, Damião (dir. de), *História de Portugal*, Barcelos, Portucalense, 1934, vol. VI; MARTINS, António Coimbra, “Notícias do Jornal de Verdun sobre academias no tempo de D. João V”, *Bulletin des Études Portugaises*, nouvelle série, vol. XXII, Lisboa, 1960; PALMA-FERREIRA, João, *Academias literárias nos séculos XVII e XVIII*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1982; MATIAS, Elze vonk, “Academias literárias na época joanina”, *Claro-Escuro*, n.ºs 2-3, Lisboa, 1989.

<sup>131</sup> ANDRADE, António Alberto de, “Descartes em Portugal...”, p. 439.

<sup>132</sup> MARTINS, A. Coimbra, “Luzes”, SERRÃO, Joel (dir. de), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Figueirinhas,<sup>2</sup> 1979, vol. IV, p. 87.

<sup>133</sup> DIAS, J. S. da Silva, ob. cit., p. 6.

<sup>134</sup> Cfr. SILVA, Fr. António Pereira da, *A questão do sigilismo em Portugal no século XVIII. História, religião e política nos reinados de D. João V e D. José I*, Braga, Franciscana, 1964.

<sup>135</sup> Cfr. CHAGAS, M. Pinheiro, *Migalhas da história portuguesa*, p. 100.

<sup>136</sup> Cfr. DIAS, J. S. da Silva, ob. cit., p. 376.

<sup>137</sup> Cfr. CORTESÃO, Jaime, ob. cit., parte I, tomo I, p. 106.

<sup>138</sup> DIAS, J. S. da Silva, ob. cit., p. 375.

<sup>139</sup> BRAZÃO, Eduardo, *Diário de D. Francisco Xavier de Menezes, 4.º Conde da Ericeira (1731-1733)*, apresentado e anotado por..., Coimbra, Coimbra Editora, 1943, p. 177.

<sup>140</sup> Cfr. sobre este papel moderador do Rei e o sentido pragmático do fomento por parte da Coroa de um programa de renovação científica e cultural: CORTESÃO, Jaime, ob. cit., parte I, tomo I, pp. 92-106.

<sup>141</sup> Cfr. MARAVALL, José Antonio, ob. cit., p. 371.

<sup>142</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo, ob. cit., vol. V, p. 415.

<sup>143</sup> Cfr. TEIXEIRA, António Braz, ob. cit., p. 38, e ANDRADE, António Alberto de, ob. cit., p. 445; e ainda, sobre a “desigualdade na repartição das luzes”: BUESCU, Maria Isabel Carvalhão, “O Norte e o Sul na Europa Iluminista: um aspecto da geografia cultural no século XVIII”, *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, n.º 19, 1987.

<sup>144</sup> MARTINS, António Coimbra, “Luzes”, p. 87

<sup>145</sup> Cfr. CARVALHO, Joaquim de, ob. cit., p. 84. Note-se que, no ano em que sai o *Verdadeiro Método*, o monarca dá por duas vezes instruções ao seu ministro em Roma para aumentar o ordenado de Verney (cfr. CORTESÃO, Jaime, ob. cit., parte I, tomo I, p. 103).

<sup>146</sup> Cfr. GODINHO, Vitorino Magalhães, *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*, Lisboa, Arcádia, 21975, p. 80.

<sup>147</sup> Cfr. CORTESÃO, ob. cit., parte I, tomo I, pp. 69-89, e TORGAL, Luís Reis, ob. cit., pp. 86-109.

<sup>148</sup> Cfr. GODINHO, Vitorino Magalhães, ob. cit., pp. 89-105 e 113.

<sup>149</sup> CARRÈRE, Joseph Barthélemy François, *Voyage en Portugal et particulièrement à Lisbonne*, Paris, 1798, p. 273.

<sup>150</sup> Cfr. GODINHO, Vitorino Magalhães, ob. cit., pp. 85-110, e PEREIRA, José Costa, ob. cit., p. 333.

<sup>151</sup> Cfr. GODINHO, Vitorino Magalhães, ob. cit., pp. 105-106.

<sup>152</sup> Cfr. MARQUES, A. H. de Oliveira, ob. cit., vol. I, pp. 538-543, e HANSON, Carl A., *Economia e sociedade no Portugal barroco, 1668-1703*, Lisboa, Dom Quixote, 1986. Com efeito, a generalidade dos estrangeiros fez-se eco desta relativa penúria da aristocracia portuguesa, como se constata dos seguintes trechos: “Les Grands & le reste de la Noblesse n’y sont pas riches, & vivent sans éclat.” [*Description de la ville de Lisbonne...*, Paris, 1730, p. 91 (trad. port., CHAVES, Castelo Branco, *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*, Lisboa, Biblioteca Nacional, série “Portugal e os estrangeiros”, 1983, p. 56)]; “The Nobility, comparatively speaking, are not very rich; for though their patrimonies are large, their rents are small.” (MURPHY, James, *Travels in Portugal, through the provinces of Entre Douro e Minho, Beira, Estremadura, and Alem-Têjo, in the years 1789 and 1790*, London, 1795, edição portuguesa *Viagens em Portugal*, Lisboa, 1998).

<sup>153</sup> Cfr. SARAIVA, José Hermano, ob. cit., p. 56.

<sup>154</sup> Veja-se BELO, Filomena, “Reinado e vida de D. João V: grande plano e plano geral”, *Claro-Escuro*, n.ºs 2-3, Lisboa, 1989, p. 52.

<sup>155</sup> Veja-se CORTESÃO, Jaime, ob. cit., parte I, tomo I, p. 80, e *Collecção chronologica de leis extravagantes...*, Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1819, tomo II, pp. 467-473.

<sup>156</sup> Cfr. DIAS, Luís Fernando de Carvalho, “Luxo e pragmáticas no pensamento económico do século XVIII”, *Boletim de Ciências Económicas da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, vol. IV, n.ºs 2-3, 1955 e vol. V, n.ºs 1/2-3, 1956, sep., pp. 28-29.

<sup>157</sup> *Collecção chronologica de leis extravagantes...*, tomo II, p. 531.

<sup>158</sup> CORTESÃO, Jaime, ob. cit., parte I, tomo I, p. 76.

<sup>159</sup> Cfr. GERSHOY, Léo, ob. cit., p. 5.

<sup>160</sup> CIDADE, Hernâni, *Lições de cultura luso-brasileira, épocas e estilos na literatura e nas artes plásticas*, Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1960, p. 199.

<sup>161</sup> CARRÈRE, Joseph B. F., ob. cit., p. 77.

<sup>162</sup> Cfr. LOPES, Maria Antónia, *Mulheres, espaço e sociabilidade, a transformação dos papéis femininos em Portugal à luz das fontes literárias (segunda metade do século XVIII)*, Lisboa, Livros Horizonte, col. “Horizonte histórico”, 1989, p. 46.

<sup>163</sup> Cfr. TOURS, François de, “Itinerário em Portugal, 1699”, CHAVES, Castelo Branco, *Portugal nos séculos XVII e XVIII, quatro testemunhos*, Lisboa, Lisóptima, 1989, p. 63, e ALVAREZ DE COLMENAR, *Annales d’Espagne et de Portugal*, Amesterdam,<sup>2</sup> 1741, tomo II, p. 330.

<sup>164</sup> Veja-se LOPES, Maria Antónia, ob. cit., pp. 46-48.

<sup>165</sup> *O amor em Portugal no século XVIII*, Lisboa, 1915, p. 20.

<sup>166</sup> ALVAREZ DE COLMENAR, Juan, ob. cit., tomo II, p. 330, e BOURGOING, J. Fr., *Voyage du ci-devant duc du Chatelet, en Portugal*, Paris, 1795, tomo I, p. 76.

<sup>167</sup> Cfr. LOPES, Maria Antónia, ob. cit., pp. 25-29.

<sup>168</sup> "Yet, however we may regret the many innocent enjoyments of which the females are thus deprived, their seclusion is productive of much domestic felicity." (MURPHY, James, *A general view of the State of Portugal*, London, 1798, p. 139).

<sup>169</sup> Sobre a vida conventual e religiosa no início do século XVIII, veja-se SERRÃO, Joaquim Veríssimo, ob. cit., vol. v, pp. 360-363.

<sup>170</sup> Cfr. BAZIN, Germain, *Les Palais de la Foi, le monde des monastères baroques*, Fribourg, Office du Livre, 1980, vol. 1, pp. 24-29 e 72-73.

<sup>171</sup> SILVA, José Soares da, *Gazeta em forma de carta*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1933, tomo II, p. 29.

<sup>172</sup> Sobre a questão do "amor freirático" e da dissolução dos costumes monásticos em Portugal veja-se, entre outros: BRANCO, Manuel Bernardes, *Portugal na época de D. João V*, Lisboa, 1885, e *As minhas queridas freirinhas de Odivelas*, Lisboa, 1886; FIGUEIREDO, A. C. Borges de, *O Mosteiro de Odivelas, casos de reis e memórias de freiras*, Lisboa, 1889; DANTAS, Júlio, *Ao ouvido de Madame X*; CASTRO, Mons. José de, *O cardial nacional*, e SILVA, Fr. António Pereira da, ob. cit.

<sup>173</sup> LOPES, Maria Antónia, ob. cit., p. 153.

<sup>174</sup> DANTAS, Júlio, *O amor em Portugal no século XVIII*, p. 21.

<sup>175</sup> Veja-se BRANCO, Manuel Bernardes, ob. cit., p. 40.

<sup>176</sup> LINK, Heinrich Friedrich, *Voyage en Portugal, depuis 1797 jusqu'en 1799...*, Paris, 1803-1805, tomo I, p. 286.

<sup>177</sup> Cfr. *Portugal no século XVIII. De D. João V à Revolução Francesa*, Exposição organizada pela Biblioteca Nacional de Lisboa e pela Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII, invest. e org. de MARQUES, A. H. de Oliveira, FERRO, João Pedro, e RÊGO, Manuela, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1989, p. 84.

<sup>178</sup> "Cartas de... ao conde de Viana", *O Investigador Portuguez em Inglaterra ou Jornal literario, politico, &c*, vol. XVI, Londres, 1816, p. 184.

<sup>179</sup> LINK, Heinrich Friedrich, ob. cit., tomo I, p. 286.

<sup>180</sup> CARRÈRE, Joseph B. F., ob. cit., pp. 93 e 81.

<sup>181</sup> BOURGOING, J. Fr., ob. cit., tomo I, pp. 85 e 61.

<sup>182</sup> WUNENBURGER, Jean-Jacques, *La fête, le jeu et le sacré*, Paris, Jean-Pierre Delarge, 1977, p. 34.

<sup>183</sup> Cfr. *idem, ibidem*, pp. 102-103 e 135; DUBOIS, Claude-Gilbert, *Le baroque, profondeurs de l'apparence*, Paris, Larousse, 1973, p. 163, e BEBIANO, Rui, "Festa", PEREIRA, José Fernandes (dir. de), *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Presença, 1989, pp. 189-190.

<sup>184</sup> Veja-se GOMES, Maria Eugénia Reis, *Contribuição para o estudo da festa em Lisboa no Antigo Regime*, Lisboa, Instituto Português do Ensino à Distância, 1985, pp. 19-21 e 54-55, e JANEIRO, Helena Pinto, "A procissão do Corpo de Deus na Lisboa barroca – o espaço e o poder", *Arqueologia do Estado, 1<sup>as</sup> Jornadas sobre formas de organização e exercício dos poderes na Europa do Sul*, Lisboa, *História & Crítica*, 1988, vol. II, pp. 723-742.

<sup>185</sup> Cfr. BRAZÃO, Eduardo, *Diário de D. Francisco Xavier de Menezes...* Em toda a obra são abundantes as notícias de bailes, concertos, banquetes, etc., atestando o desenvolvimento do convívio heterossexual no seio da principal aristocracia.

<sup>186</sup> Cfr. LOPES, Maria Antónia, ob. cit., p. 30.

<sup>187</sup> Cfr. DUMOURIEZ, Charles François, *État présent du Royaume de Portugal en l'année MDCCLXVI*, Lausanne, 1775, p. 170.

<sup>188</sup> DANTAS, Júlio, ob. cit., p. 53.

<sup>189</sup> CORTESÃO, Jaime, ob. cit., parte I, tomo I, p. 88.

<sup>190</sup> Cfr. MARAVALL, José Antonio, ob. cit., pp. 53-127.

<sup>191</sup> Cfr. MACEDO, Jorge Borges de, "D. João V", p. 401.

<sup>192</sup> Cfr. BEBIANO, Rui, "Metamorfoses do reinado do ouro", *Claro-Escuro*, n.º 2-3, Lisboa, 1989, pp. 38-39.

<sup>193</sup> SANTARÉM, Visconde de, ob. cit., tomo V, p. CCXL; veja-se também pp. XXXVIII/XLII.

<sup>194</sup> MARTINS, Oliveira, ob. cit., p. 330.

<sup>195</sup> ALMEIDA, Luís Ferrand de, "Motins populares no tempo de D. João V", *Revista de História das Ideias*, n.º 6, Coimbra, 1984, p. 332, e SERRÃO, Joaquim Veríssimo, ob. cit., vol. V, p. 240.

<sup>196</sup> Cfr. ALMEIDA, Luís Ferrand de, ob. cit., pp. 328-336; MACEDO, Jorge Borges de, "D. João V", p. 401; SERRÃO, Joaquim Veríssimo, ob. cit., tomo V, pp. 261/262; BRAZÃO, *Diário de D. Francisco Xavier de Menezes...*, p. 165, e BEBIANO, Rui, ob. cit., p. 129.

<sup>197</sup> Veja-se SANTARÉM, Visconde de, ob. cit. tomo V, p. CCXXXVII, nota 2; ATAÍDE, Tristão da Cunha de, 1.º Conde de Povolide, *Portugal, Lisboa e a Corte nos reinados de D. Pedro II e D. João V* (intr. de SALDANHA,

António Vasconcelos de, e RADULET, Carmen M.), Lisboa, Chaves Ferreira, s.d. (1990), p. 393; CASTELO BRANCO, Camilo, *A caveira do mártir*, Lisboa, Tavares Cardoso,<sup>2</sup> 1902, pp. 454-455; CHAGAS, Manuel Pinheiro, *História de Portugal popular e ilustrada*, vol. VI, pp. 342-343, e SERRÃO, Joaquim Veríssimo, ob. cit., tomo V, p. 360.

<sup>198</sup> Cfr. BEBIANO, Rui, ob. cit., pp. 67-68, e SEQUEIRA, Gustavo de Matos, “A cidade de D. João V”, *D. João V, conferências e estudos comemorativos do segundo centenário da sua morte*, Lisboa, Câmara Municipal, 1952, p. 50.

<sup>199</sup> Cfr. BRANCO, Manuel Bernardes, ob. cit., pp. 148-149, e SERRÃO, Joaquim Veríssimo, ob. cit., pp. 361-362.

<sup>200</sup> Cfr. ATAÍDE, Tristão da Cunha de, 1.º Conde de Povolide, ob. cit., p. 217, e BRAZÃO, Eduardo, ob. cit., pp. 209-210.

<sup>201</sup> Veja-se BEBIANO, Rui, ob. cit., pp. 71-72.

<sup>202</sup> SARAIVA, António José, *Inquisição e cristãos-novos*, Porto, Inova,<sup>4</sup> 1969, p. 298.

<sup>203</sup> QUEIROZ, Fr. João de S. José, Bispo do Grão-Pará, ob. cit., p. 155.

<sup>204</sup> Veja-se SILVA, Fr. António Pereira da, ob. cit.

<sup>205</sup> Veja-se DIAS, Graça, e J. S. da Silva, *Os primórdios da Maçonaria em Portugal*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica,<sup>2</sup> 1986, vol. I, tomo I, pp. 5-6, 83-98, 105-106, 122, 146-148 e 152-155; LOJA, António Egídio Fernandes, *A luta do poder contra a Maçonaria, quatro perseguições no século XVIII*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, col. “Temas Portugueses”, 1986, pp. 15-241; SARAIVA, José Hermano, ob. cit., p. 75, e MERVEILLEUX, Charles Frédéric de, “Memórias instrutivas sobre Portugal”, CHAVES, Castelo Branco, *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*, pp. 179-180.

<sup>206</sup> SANTARÉM, Visconde de, ob. cit., tomo V, p. CCXXXVII.

<sup>207</sup> SILVA, José Soares da, ob. cit., tomo I, p. 119

<sup>208</sup> Veja-se CASTRO, Mons. José de, ob. cit., pp. 71-72.

<sup>209</sup> Ob. cit., tomo I, p. 187.

<sup>210</sup> *Versos que se puzeram no quarto del Rey* (VALE, ..., *Noticia das Riays Obras de Mafra. Parte primeira e segunda, a primeira parte foi escrita no anno passado e agora trasladada e acrescentada com huma segunda parte e qualq[ue]r dellas leva no fim huns versos da mesma obra*, Mafra, 1730, ms., Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra, reservados., fl. 19v).

<sup>211</sup> Veja-se SARAIVA, José Hermano, ob. cit., pp. 80-81.

<sup>212</sup> Veja-se Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, ms. n.º 363.

<sup>213</sup> *As terças partes dos bispados para a Patriarcal, decimas*, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, ms. n.º 395, fl. 144v.

<sup>214</sup> Cfr. ALMEIDA, Luís Ferrand de, “Tomás Pinto Brandão e a *Sátira ao Governo de Portugal*”, *Revista Portuguesa de História*, tomo XIX, Coimbra, 1982, pp. 333-335.

<sup>215</sup> Utilizámos um dos exemplares conservados na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra: ms. n.º 1088, fl. 173v.

<sup>216</sup> Sobre o papel desempenhado por essa literatura clandestina veja-se: SARAIVA, António José, *História da Cultura em Portugal*, vol. III, pp. 182-189.

<sup>217</sup> Veja-se SARAIVA, António José e LOPES, Óscar, *História da Literatura Portuguesa*, Porto, Porto Editora, Coimbra, Arnado, e Lisboa, Fluminense,<sup>9</sup> 1976, pp. 537-542.

<sup>218</sup> Abunda, na verdade, toda uma literatura laudatória, variando entre os registos erudito e popular, suscitada, na sua grande maioria, pelas cerimónias da sagração da Basílica, em 22 de Outubro de 1730 e de que são exemplares representativos os 10 sonetos que constituem a obra de Manuel Pereira da COSTA, *Calliope Sacra...* (Lisboa, 1753); os *Seis anagrammas, reaes, e chronologicos, applicados à gloriosa dedicação do sumptuoso, e admiravel Templo de Mafra...*, de Fr. Joseph de NOSSA SENHORA (Lisboa, 1731. Biblioteca Pública e Arquivo de Évora, cod. CIV/2-1), ou ainda os ms. n.ºs 50 e 3029 da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. Aqui e além, contudo, perpassam os sinais das tensões produzidas pela obra real, expressos numa literatura, mais ou menos explícita, de *desagravo*, de que constitui eloquente exemplo (mesmo por ser relativamente tardio), o seguinte trecho de Fr. Martinho do AMOR DE DEUS: “Nenhuma duvida tenho em que esta obra de Mafra foy toda de Deos, sem embargo que della houve alguns queixosos, o que costuma succeder em todas as obras grandes: porém tudo foy dos agentes, que da parte de Deos esteve mostrar o seu concurso dando a descobrir, e a conhecer tão preciosas, brilhantes, e esquisitas pedras com a abundancia da agua, que para tudo tão precisa a poz perenne, que igual na quantidade ao delicioso, que parece, que quiz a Providencia mudar o seu crystal em rios, em cuja corrente davão a entender aos olhos, que vião hum mar de prata; e assim regando as plantas nos

jardins produzissem flores para que vestidos os campos de gala se conhecesse, que assistia sempre no sitio a Primavera; e S. Magestade com huma tal despeza, que sendo Casa para pobres, parece que a queria madeirar de prata, ou assoalhar com ouro. Admira-se no magnifico, mas he improprio; porque para se louvar por partes ha desculpa, para se admirar por grande não ha razão. Tem custado milhoens, e muitos vale, mas não chegou a encher as medidas do generoso animo: e desta sorte ainda não he grande; porque naquella esfera nada passa do conceito de pequeno. Sobre esta mesma grandeza entrarão a discorrer os Criticos, que quizerão julgar por parte do Convento alguma impropriedade, e quanto a mim estarey de diverso parecer; porque seria coarctar a hum Rey a devoção, e por consequencia a liberalidade do seu animo, atributo da propria Magestade; porque se fazia para si hum Palacio, aonde havia de meter (querendo-os comsigo) os Religiosos? Numa choça, ou numa lapa? A Igreja he para Deos, e para os Santos; o Convento se he mayor, são mais os Frades, e elles não fazem a obra, mandoulha fazer ElRey”. (*Escola de penitencia, caminho da perfeição, estrada segura para a vida eterna. Chronica da Santa Provincia de S. Antonio...*, Lisboa, 1740, tomo I, p. 38).

<sup>219</sup> Particularmente exemplificativos desta situação são escritos que deverão datar de entre 1730 (sagração da Basílica) e 1731-32, período em que se sucedem as greves motivadas pelos atrasos no pagamento aos trabalhadores, como o *Padre Nosso glosado pelos homens que andavão nas obras de Mafra trabalhando sem se lhe[s] pagar* (Biblioteca Pública e Arquivo de Évora, ms. cod. CV/1-9); o *Memorial a Sua Magestade que Deos Guarde a respeito das Reaes Obras de Mafra* (Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, ms. n.º 630) ou a *Carta a hum amigo sobre ser rogado a hir á função de Mafra* (Biblioteca Pública e Arquivo de Évora, ms., cod. CV/1-9), dos dois últimos dos quais encontramos nos arquivos consultados um número significativo de exemplares. Com efeito, os atrasos nos pagamentos aos operários que se referem nestes documentos são confirmados (tal como a afirmação de numerosos autores de que o monarca saldou todas as dívidas) pelo relato de Fr. Cláudio da CONCEIÇÃO: “logo que rematou a obra [1733] mandou ElRei por todas as provincias do Reino, pôr Editaes nas cabeças das comarcas [a maior parte dos trabalhadores já havia abandonado o estaleiro], para que toda a pessoa a quem se devesse alguma cousa do trabalho da obra de Mafra, apresentasse as suas folhas nas Vedorias, para se lhe pagar, e com efeito se pagou a quantos apparecerão” [*Gabinete Histórico*, tomo VIII, Lisboa, 1820, p. 279].

<sup>220</sup> Cfr. BRAZÃO, Eduardo, *D. João V, subsídios para a história do seu reinado*, Porto, Portucalense, 1945.

<sup>221</sup> *Idem*, *Diário de D. Francisco Xavier de Menezes, 4.º Conde da Ericeira*, p. 88.

<sup>222</sup> GUSMÃO, Alexandre de, *Colecção de varios escritos ineditos politicos e litterarios*, Porto, 1841, pp. 66-67.

<sup>223</sup> Veja-se ATAÍDE, Tristão da Cunha de, 1.º Conde de Povolide, ob. cit., pp. 192-193, e CASTRO, Mons. José de, ob. cit., p. 53.

<sup>224</sup> Veja-se ATAÍDE, Tristão da Cunha de, 1.º Conde de Povolide, ob. cit., pp. 209-211; SILVA, José Soares, ob. cit., tomo I, pp. 174-176, e BROCHADO, José da Cunha, ob. cit., p. 134.

<sup>225</sup> Veja-se CASTRO, Mons. José de, ob. cit., pp. 125-126 e, sobre as reivindicações dos condes, BRAZÃO, Eduardo, *Relações externas de Portugal. Reinado de D. João V*, vol. II, pp. 291ss.

<sup>226</sup> BRAZÃO, Eduardo, *Diário de D. Francisco Xavier de Menezes...*, p. 124; veja-se também ATAÍDE, Tristão da Cunha de, 1.º Conde de Povolide, ob. cit., pp. 341-342 e 399.

<sup>227</sup> CADAVAL, Duque do, “Memorias da fundação do Real Convento de N. S. e S. Ant.º de Mafra, outavario e sagração da Igreja”, CARVALHO, Ayres de, ob. cit., vol. I, pp. 285-286.

<sup>228</sup> Cfr. MERVEILLEUX, Charles Frédéric de, ob. cit., p. 148, e MURPHY, James, *A general view of the State of Portugal*, London, 1798, p. 262.

<sup>229</sup> Cfr. BOTTINEAU, Yves, “Le goût de Jean V, art et gouvernement”, *Bracara Augusta*, vol. XXVII, tomo II, n.º 64, Braga, 1973, *Actas do Congresso a Arte em Portugal no Século XVIII*, p. 346.

<sup>230</sup> Cfr. ob. cit., p. 181; CHAGAS, Manuel Pinheiro, ob. cit., vol. VI, p. 343, e ATAÍDE, Tristão da Cunha de, 1.º Conde de Povolide, ob. cit., p. 412.

<sup>231</sup> Veja-se AZEVEDO, J. Lúcio de, *História dos cristãos novos portugueses*, Clássica, Lisboa,<sup>2</sup> 1975, pp. 330 ss.; CORTESÃO, Jaime, ob. cit., parte I, tomo I, p. 84; SARAIVA, António José, ob. cit., pp. 297 e 305; SERRÃO, Joaquim Veríssimo, ob. cit., vol. V, p. 368; SARAIVA, José Hermano, ob. cit., p. 75.

<sup>232</sup> Cfr. AZEVEDO, J. Lúcio de, ob. cit., p. 329.

<sup>233</sup> Cfr. *idem, ibidem*. Todavia, nos mapas apresentados por MENDONÇA, José Lourenço D. de, e MOREIRA, António Joaquim, *História dos principais actos e procedimentos da Inquisição em Portugal*, Círculo de Leitores, s.l., 1980, através dos quais é possível observar a actividade das Inquisições nacionais ao longo de todo o seu período de vigência (e onde pensamos se terão baseado os autores que vimos seguindo), ambos os sentenciados terão sido relaxados em estátua.

<sup>234</sup> Cfr. AZEVEDO, Lúcio de, ob. cit., pp. 329-330.

- <sup>235</sup> Cfr. *idem, ibidem*, p. 330, MENDONÇA, José Lourenço D. de, e MOREIRA, António Joaquim, ob. cit.
- <sup>236</sup> Cfr. *idem, ibidem*, pp. 332-333.
- <sup>237</sup> *Idem, ibidem*, p. 336.
- <sup>238</sup> Ob. cit., pp. 3-4.
- <sup>239</sup> Cfr. AZEVEDO, J. Lúcio de, ob. cit., pp. 335-336 e 345, MENDONÇA, José Lourenço D. de, e MOREIRA, António Joaquim, ob. cit...
- <sup>240</sup> Veja-se *supra* nota 138.
- <sup>241</sup> Cfr. MARAVALL, José Antonio, ob. cit., p. 124.
- <sup>242</sup> Cfr. AZEVEDO, J. Lúcio de, ob. cit., p. 336.
- <sup>243</sup> Cfr. SILVA, António de Moraes, *História de Portugal composta em inglez por uma sociedade de litteratos* (4 vols., Lisboa, 1788-1802), vol. III, p. 348, cit. MARTINEZ, Pedro Soares, ob. cit., p. 186, e BRANCO, Manuel Bernardes, ob. cit., p. 239.
- <sup>244</sup> Veja-se *supra* nota 133.
- <sup>245</sup> Cfr. AZEVEDO, J. Lúcio de, ob. cit., p. 332.
- <sup>246</sup> Cfr. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, ob. cit., tomo V, pp. 368-369.
- <sup>247</sup> Cfr. SARAIVA, José Hermano, ob. cit., p. 75.
- <sup>248</sup> Cfr. *idem, ibidem*; AZEVEDO, J. Lúcio de, ob. cit., pp. 333-336, e SARAIVA, António José, *História da cultura em Portugal*, vol. III, p. 104.
- <sup>249</sup> *Descrição da cidade de Lisboa...*, p. 58.
- <sup>250</sup> MERVEILLEUX, Charles Frédéric de, ob. cit., p. 150. Também o abade Nicolle DE LA CROIX, na sua *Geographie moderne*, tomo I, p. 390, deixaria expressa idêntica opinião: “*L’Inquisition y étoit très sévère; mais les choses sont bien changées, depuis que le feu Roy Jean V a publié un Ordinance en 1728, pour en modérer la rigueur, et lui a prescrit l’ordre de la justice la plus exacte*”. (AZEVEDO, Pedro d’, e MACHADO, A. Reis, “Hábitos e costumes dos Portugueses segundo os estrangeiros”, *Revista Lusitana*, vol. XXIV, n.ºs 1-4, Lisboa, 1922).
- <sup>251</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo, ob. cit., vol. V, p. 369.
- <sup>252</sup> Ob. cit., p. 119.
- <sup>253</sup> Ob. cit., p. 168.
- <sup>254</sup> Cfr. AZEVEDO, J. Lúcio de, ob. cit., p. 289; CORTESÃO, Jaime, ob. cit., parte I, tomo I, p. 84; SARAIVA, António José, *Inquisição e cristãos-novos*, pp. 160 e 162, e ARAÚJO, Maria Benedita Almeida, “Alguns aspectos dos autos-da-fé: subsídios para o estudo do comportamento e da mentalidade nos séculos XVII e XVIII”, *I Congresso Internacional do Barroco*, Porto, Reitoria da Universidade – Governo Civil, 1991, vol. I, pp. 143-150.
- <sup>255</sup> SARAIVA, António José, ob. cit., p. 297.
- <sup>256</sup> CORTESÃO, Jaime, ob. cit., parte I, tomo I, p. 63.
- <sup>257</sup> CHAGAS, Manuel Pinheiro (dir. de), “D. João V”, *Diccionario Popular*, Lisboa, 1880, vol. 6, p. 446.
- <sup>258</sup> Cfr. o fundamental e pioneiro artigo (*supra* citado) de Yves BOTTINEAU, “Le goût de Jean V, art et gouvernement”.
- <sup>259</sup> Cfr. CHECA CREMADES, Fernando, e MORÁN TURINA, José Miguel, *El Barroco*, Madrid, Istmo, 1982, pp. 135-137.
- <sup>260</sup> Cfr. BEBIANO, Rui, “Luxo”, PEREIRA, José Fernandes (dir. de), *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Presença, 1989, p. 269.
- <sup>261</sup> Ob. cit., p. 14.
- <sup>262</sup> Veja-se BRAZÃO, Eduardo, “A recepção de uma Rainha, festas lisboetas no século XVII”, *Boletim Cultural e Estatístico da Câmara Municipal de Lisboa*, vol. I, n.º 2, Lisboa, 1937, e BORGES, Nelson Correia, *A arte nas festas do casamento de D. Pedro II*, Paisagem, s.l., s.d.
- <sup>263</sup> Cfr. BEBIANO, Rui, *D. João V, poder e espectáculo*, p. 87, e SERRÃO, Joaquim Veríssimo, ob. cit., vol. V, p. 235. Para a festa joanina em geral, veja-se o primeiro estudo global sobre este tema: TEDIM, José Manuel Alves, *Festa régia no tempo de D. João V: poder, espectáculo, arte efémera*, dissertação de doutoramento policopiada apresentada à Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Porto, 1999, 2 vol.
- <sup>264</sup> *Testamento político*, Lisboa, 1820, p. 61.
- <sup>265</sup> Cfr. BEBIANO, Rui, ob. cit., anexo 1, pp. 157-158, *Carta de José da Cunha Brochado enviada a D. Luís da Cunha*.
- <sup>266</sup> Sobre este assunto veja-se: MONTEIRO, Maria Alba de Abreu Horta, *Alguns aspectos da sociedade portuguesa do século XVIII (preocupações sumptuárias)*, dissertação de licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, dactilografada, Lisboa, 1956; NICLAUSSE, Juliette, “Sur quelques tissus commandés à Paris par Jean V”, *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*, vol. II, n.º 4, Lisboa, 1953, e

CARVALHO, Augusto da Silva, “Um agente de Portugal em França, Francisco Mendes de Góis”, *Anais da Academia portuguesa de História*, série II, vol. II, Lisboa, 1949.

<sup>267</sup> *Description de la ville de Lisbonne*, p. 66.

<sup>268</sup> Cfr. v.g. SANTARÉM, Visconde de, ob. cit., tomo V, pp. CCLV-CCLVI, SAUSSURE, César de, “Cartas escritas de Lisboa no ano de 1730”, CHAVES, Castelo Branco, *O Portugal de D. João V visto por três estrangeiros*, série “Portugal e os Estrangeiros”, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1983, p. 267.

<sup>269</sup> Ob. cit., p. 219.

<sup>270</sup> Veja-se sobre este assunto FERRO, João Pedro, e RÊGO, Manuela, “D. João V e a lisonja”, *Actas do Congresso Internacional Portugal no Século XVIII, de D. João V à Revolução Francesa*, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII – Universitários Editora, 1991, e MOTA, Isabel Maria H. F. da, “A imagem do Rei na *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Um estudo preliminar”, *Revista de História das Ideias*, vol. 11, Coimbra, 1989.

<sup>271</sup> Não deixa de ser curioso detectar a preexistência do conceito que, mais tarde, ficaria indissolúvelmente ligado à figura de Luís XIV: veja-se BROWN, Jonathan, e ELLIOT, J. H., ob. cit., p. 42. Todavia, deve-se fundamentalmente a Rui BEBIANO o conhecimento da existência e da expansão entre nós desse tipo de representação da realeza, em ligação com D. João V. Vejam-se, sobretudo, a obra já citada *D. João V, poder e espectáculo*, p. 87, e os artigos “D. João V, Rei-Sol”, *Revista de História das Ideias*, vol. 8, Coimbra, 1986, sep., e “Rei-Sol”, PEREIRA, José Fernandes (dir. de), *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Presença, 1989, pp. 401-403. Veja-se ainda NOGUEIRA, Natália Baeta, “A lição da festa na *Relação Métrica* de Frei Simão António de Santa Catarina”, *Claro-Escuro*, n.º 2-3, Lisboa, 1989.

<sup>272</sup> Cfr. ALEWYN, Richard, ob. cit., pp. 51-55.

<sup>273</sup> Veja-se SOBRAL, Luís de Moura, “Os retratos de D. João V e a tradição do retrato de corte”, *Claro-Escuro*, n.º 2-3, Lisboa, 1989, p. 29.

<sup>274</sup> Cfr. *idem, ibidem*.

<sup>275</sup> Veja-se CARVALHO, Ayres de, ob. cit., vol. I, pp. 199-254, e FRANÇA, José-Augusto, *O retrato na arte portuguesa*, Lisboa, Horizonte, 1981, pp. 38-42.

<sup>276</sup> Cfr. SOBRAL, Luís de Moura, ob. cit., p. 31, e FRANÇA, José-Augusto, ob. cit., p. 39.

<sup>277</sup> LACERDA, Aarão de, “Arte”, PERES, Damião (dir. de), *História de Portugal*, Barcelos, Portucalense, 1934, vol. VI, pp. 564-566. Idêntica opinião expressa Charles DELLON, quando comenta: “É bastante conhecida a ostentação dos Portugueses, principalmente quando se trata de embelezar os templos e solenizar o culto, que então a nada se poupa” (“De Goa a Lisboa, 1676-1677”, CHAVES, Castelo Branco, *Portugal nos séculos XVII e XVIII, quatro testemunhos*, p. 37).

<sup>278</sup> BARETTI, José, *Portugal em 1760. Cartas familiares (XV a XXXVIII)*, Lisboa, 1896, p. 73.

<sup>279</sup> Ob. cit., p. 223.

<sup>280</sup> Veja-se BRANCO, Manuel Bernardes, ob. cit., pp. 68-81, e BEBIANO, Rui, *D. João V, poder e espectáculo*, pp. 124-125.

<sup>281</sup> Cfr. BEBIANO, Rui, ob. cit., pp. 127-128.

<sup>282</sup> Veja-se MACHADO, Inácio Barbosa, *Historia Critico-Cronologica da instituição da festa, procissão, e officio do Corpo Santissimo de Christo...*, Lisboa, 1759; e, para a história da colunata, OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *Elementos para a história do Município de Lisboa*, Lisboa, tomo XI, 1902, pp. 317, 319-324, 360, 366-367, 418-419, 448, 473-474, 484-488, 519-527 e 589-591, tomo XIII, Lisboa, 1904, p. 501, e TEDIM, José Manuel Alves, ob. cit., vol. I, pp. 210-246.

<sup>283</sup> *Description de la ville de Lisbonne...*, p. 123. Idênticas opiniões se recolhem igualmente no relato de MERVEILLEUX (ob. cit., p. 222), na *Voyage du ci-devant Duc du Chatelet, en Portugal...* (pp. 59-60) ou, já mesmo nos finais do século, em JUNOT, Laura (Duquesa de Abrantes), *Portugal a principios del siglo XIX, recuerdos de una embajadora*, Madrid, Espasa-Calpe,<sup>2</sup> 1968, p. 55.

<sup>284</sup> Cfr. BRAZÃO, Eduardo, *Diário de D. Francisco Xavier de Menezes...*, p. 86.

<sup>285</sup> Cfr. RIBEIRO, Ângelo, “D. João V”, PERES, Damião (dir. de), *História de Portugal*, Barcelos, Portucalense, 1934, vol. VI, p. 189.

<sup>286</sup> *Elementos de História de Portugal*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade,<sup>3</sup> 1936, p. 393.

<sup>287</sup> MARTINEZ, Pedro Soares, ob. cit., p. 183.

<sup>288</sup> BARBOSA, Inácio de Vilhena, “Luxo e magnificência da côrte d’el-rei D. João V”, *Archivo Pittoresco*, Lisboa, vol. XI, 1868, p. 5.

<sup>289</sup> Cfr. SOUSA, D. António Caetano de, *História genealógica da Casa Real Portuguesa*, Coimbra, Atlântida, 1951, tomo VIII, pp. 23-27, e BRAZÃO, Eduardo, *Relações externas de Portugal. Reinado de D. João V*, vol. I, pp. 345-381, e *O casamento de D. João V*, pp. 35-65.

- <sup>290</sup> Veja-se BRAZÃO, Eduardo, *Relações externas de Portugal. Reinado de D. João V*, vol. I, pp. 272-275.
- <sup>291</sup> Cfr. BEBIANO, Rui, ob. cit., pp. 111-112.
- <sup>292</sup> SOUSA, D. António Caetano de, ob. cit., tomo VIII, pp. 125-126. Veja-se também BRAZÃO, Eduardo, *Subsídios para a história do Patriarcado de Lisboa...*, pp. 80-100, e BEBIANO, Rui, ob. cit., pp. 113-114.
- <sup>293</sup> Cfr. BEBIANO, Rui, ob. cit., p. 115 e CASTRO, Mons. José de, *Portugal em Roma*, vol. I, pp. 100-102.
- <sup>294</sup> Veja-se BEBIANO, Rui, ob. cit., pp. 137-138.
- <sup>295</sup> Cfr. *idem*, *ibidem*, pp. 116-118; SOUSA, D. António Caetano de, ob. cit., tomo VIII, p. 142; BRAZÃO, Eduardo, *Relações externas de Portugal. Reinado de D. João V*, vol. I, pp. 451-473, e *A diplomacia portuguesa nos séculos XVII e XVIII*, vol. II, pp. 183-198.
- <sup>296</sup> *Cartas de... ao Conde de Viana*, p. 233.
- <sup>297</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 118.
- <sup>298</sup> Cfr. SOUSA, D. António Caetano de, ob. cit., tomo VIII, pp. 151-167; MONTGON, Charles Alexandre de (Abade de Montgon), “Do Caia ao Paço da Ribeira”, CHAVES, Castelo Branco, *Portugal nos séculos XVII e XVIII, quatro testemunhos*, Lisboa, Lisóptima, 1989, pp. 100-103 e 108; BRAZÃO, Eduardo, ob. cit., vol. I, pp. 427-445; BEBIANO, Rui, ob. cit., pp. 137-144.
- <sup>299</sup> MACHADO, Inácio Barbosa, *Notícia da entrada publica que fez na Corte de Paris em 18 de Agosto de 1715 o Excellentíssimo Senhor D. Luis Manoel da Camara Conde da Ribeyra Grande*, Lisboa, 1716, p. 12, cit. BEBIANO, Rui, ob. cit., p. 12.
- <sup>300</sup> PIMENTEL, Alberto, *As amantes de D. João V...*, p. 87. Veja-se também CASTRO, Mons. José de, ob. cit., vol. I, pp. 107-108 e 113-114. Sobre a exibição da liberalidade régia em Roma ao longo de todo o reinado, bem como sobre o sentido político que reveste veja-se MOLI FRIGOLA, Montserrat, “La Lisboa Romana de los siglos XVII-XVIII. Fiestas portuguesas en Roma en los siglos XVII-XVIII”, *I Congresso Internacional do Barroco*, Porto, Reitoria da Universidade-Governo Civil, 1991, vol. II, pp. 93-115.
- <sup>301</sup> SANTARÉM, Visconde de, ob. cit., tomo V, p. CCLX. Entre as pp. CCLVI e CCLXII publica uma extensa lista de ofertas reais em diversas circunstâncias.
- <sup>302</sup> BRAZÃO, Eduardo, *D. João V, subsídios para a história do seu reinado*, pp. 30-31.
- <sup>303</sup> ELIAS, Norbert, *A sociedade de corte*, Lisboa, Estampa, Imprensa Universitária, 1987, p. 14.
- <sup>304</sup> Cfr. APOSTOLIDÈS, Jean-Marie, *Le Roi-Machine, spectacle et politique au temps de Louis XIV*, Paris, Minuit, 1981, pp. 50-51.
- <sup>305</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 102.
- <sup>306</sup> ELIAS, Norbert, ob. cit., p. 26.
- <sup>307</sup> ROUVROY, Louis de (Duc de Saint-Simon), *La Cour de Louis XIV*, Paris, Nelson, s.d., p. 371.
- <sup>308</sup> Cfr. ELIAS, Norbert, ob. cit., pp. 13-14.
- <sup>309</sup> *Idem*, *ibidem*, pp. 16-17. Veja-se também BEBIANO, Rui, artigo “Luxo”, já cit.
- <sup>310</sup> Cfr. ALEWYN, Richard, ob. cit., pp. 13-16.
- <sup>311</sup> Cfr. LE ROY LADURIE, Emmanuel, “Auprès du Roi, la Cour”, *Annales, économies, sociétés, civilisations*, 38<sup>o</sup> Année, n.º 1, Paris, 1983, p. 36.
- <sup>312</sup> Cfr. ELIAS, Norbert, ob. cit., pp. 74-77 e 91-92, e BEBIANO, Rui, “Etiqueta”, PEREIRA, José Fernandes (dir. de), *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Presença, 1989, pp. 181-182.
- <sup>313</sup> *Relation de la Cour de Portugal sous D. Pedre II, a present regnant*, Amsterdam, 1702, tomo I, “Preface”, fl. 3v.
- <sup>314</sup> *História de Portugal popular e ilustrada*, p. 310.
- <sup>315</sup> Cfr. TORRAL, Luís Reis, ob. cit., vol. I, pp. 82-85.
- <sup>316</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 71, veja-se nota 1.
- <sup>317</sup> ALVES, Ana Maria, *As entradas régias portuguesas*, Lisboa, Horizonte, s.d., pp. 70-71.
- <sup>318</sup> *A Visita das Fontes, apólogo dialogal terceiro*, edição fac-similada, leitura do autógrafo (1657), introdução e comentário de MANUPPELLA, Giacinto, Coimbra, por Ordem da Universidade, 1962, p. 357.
- <sup>319</sup> *Idem*, *ibidem*, pp. 357 e 353.
- <sup>320</sup> *Idem*, *ibidem*, pp. 353-355 e 361.
- <sup>321</sup> Na realidade, a aproximação às práticas da Corte castelhana já se fazia sentir nas décadas que antecedem a perda da independência, traduzida em inovações, como a criação dos sumilheres da cortina (ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil*, Enciclopédia, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1960, vol. I, p. 412), a adopção do negro nos trajes e o crescente hieratismo das atitudes. Neste contexto, a evolução do cerimonial áulico em Portugal não poderá compreender-se desligada da marcha paralela da nação vizinha, de que o processo cultural e os contínuos casamentos dinásticos nos aproximavam. Cá ou lá, as dificul-

dades sentidas pelo Estado na manutenção de um Império pluricontinental, uma vez terminada a fase expansionista, começavam a tornar-se evidentes face às constantes ameaças de outras potências a quem não sobrecarregava o peso de uma desmesurada burocracia e a única saída parecia ser a de uma drástica centralização apoiada no reforço da componente sacral da Monarquia, reafirmando constantemente a intangibilidade da pessoa régia (cfr. MARQUES, A. H. de Oliveira, ob. cit., vol. I, pp. 428-430 e 431-434).

<sup>322</sup> Veja-se nota *supra*.

<sup>323</sup> CASTILHO, Júlio de, *Lisboa Antiga, bairros orientais*, ed. rev. e ampl. pelo A. com anot. de SILVA, Augusto Vieira da, Lisboa, Câmara Municipal,<sup>2</sup> 1938, vol. XII, p. 213.

<sup>324</sup> *Annales d'Espagne et de Portugal*, Amesterdam, 1741, tomo II, p. 325.

<sup>325</sup> Cfr. MACEDO, Jorge Borges de, “Vias de expressão da sociedade e da cultura portuguesas nos séculos XVII e XVIII”, p. 124.

<sup>326</sup> Cfr. BROWN, Jonathan, e ELLIOT, J. H., ob. cit., p. 33, e SACKEN, Cornélia von der Osten, *El Escorial, estudio iconológico*, Bilbao, Xarait, 1984, p. 114.

<sup>327</sup> Cfr. LEVRON, Jacques, *La vie quotidienne à la Cour de Versailles aux XVII<sup>e</sup>-XVIII<sup>e</sup> siècles*, Poitiers-Ligugé, Hachette,<sup>3</sup> 1986, p. 10, BROWN, Jonathan e ELLIOT, J. H., ob. cit., p. 33. Esta influência da Corte dos Áustrias sobre a dos Bourbons, que lhe reserva, portanto, um papel tutelar na evolução das cortes europeias dos séculos XVII e XVIII, torna-se mais clara se pensarmos que a concepção majestática da Monarquia espanhola foi sempre objecto de discussão entre os que defendiam a conveniência de o soberano se mostrar com frequência ao seu povo, tornando-se familiar aos súbditos e os que, contrariamente, advogavam o isolamento da figura real e a conservação da sua aura misteriosa (Cfr. MARAVALL, José Antonio, ob. cit., p. 437).

<sup>328</sup> Ob. cit., pp. 15-16.

<sup>329</sup> SOUSA, D. António Caetano de, ob. cit., tomo VII, p. 408.

<sup>330</sup> Cfr. CHAVES, Luís, *D. Pedro II*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1959, p. 25.

<sup>331</sup> Veja-se SERRÃO, Joaquim Veríssimo, ob. cit., vol. V, pp. 408-409.

<sup>332</sup> Cfr. MARTINS, António Coimbra, “Estrangeirados”, p. 468. O estudo desta política de alianças matrimoniais entre a nossa principal nobreza e a aristocracia francesa, que teria por consequência o surgimento na Corte portuguesa de uma verdadeira “colónia” feminina de origem trans-pirenaica, bem poderia, parece-nos, vir a fornecer dados interessantes.

<sup>333</sup> PRESTAGE, Edgar, *Memórias sobre Portugal no Reinado de D. Pedro II*, Lisboa, 1935, p. 18.

<sup>334</sup> *Idem, ibidem*, p. 410.

<sup>335</sup> *Idem, ibidem*, p. 15. Este facto não se verifica, aliás, sem reparos, como se comprova pelo seguinte trecho de uma carta a um amigo, em que se lhe dão notícias da Côte, por estar na Índia: “Não há terra em que elas se dêem melhor que em Portugal. Tôdas quantas extravagâncias poderão fazer ridículo um boneco, são galantarias que se aplaudem com boa aceitação da côte a título de modas, e quanto mais despropositadas tanto maior agasalho têm” (BASTO, Artur de Magalhães, “Da vida e dos costumes da sociedade portuguesa no século XVII”, *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. III, fasc. IV, Porto, 1940, sep.).

<sup>336</sup> Veja-se *supra*, nota 261.

<sup>337</sup> Cfr. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, ob. cit., vol. V, p. 358, e BEBIANO, Rui, *D. João V, poder e espectáculo*, pp. 62-63.

<sup>338</sup> Ob. cit., p. 37.

<sup>339</sup> ATAÍDE, Tristão da Cunha de, 1.º Conde de Povolide, ob. cit., p. 188.

<sup>340</sup> Cfr. MARQUES, A. H. de Oliveira, ob. cit., vol. I, pp. 536-540 e 566-567. Edgar PRESTAGE (ob. cit., p. 17) afirmaria mesmo: “Le Roy est un Prince qui ne manque point d’esprit, ni de pénétration, mais par une trop fort impression de l’obligation qu’il a à la noblesse pour l’avoir élevé à la place de son frère, il se meconnoit tellement lui même pour Roy qu’il n’ose jamais rien résoudre de son chef, remettant tout au Conseil d’État”.

<sup>341</sup> PRESTAGE, Edgar, ob. cit., pp. 14 e 12.

<sup>342</sup> CASTRO, Mons. José de, *O cardial nacional*, p. 67.

<sup>343</sup> HANSON, Carl A., ob. cit., p. 32. Notar que o uso do negro se encontra estreitamente ligado a uma concepção de vida de Corte aferida pelos padrões ibéricos e que manterá a sua actualidade enquanto a Espanha dirigir a moda (cfr. ALEWYN, Richard, ob. cit., p. 43).

<sup>344</sup> PRESTAGE, Edgar, ob. cit., p. 14.

<sup>345</sup> Ob. cit., p. 62.

<sup>346</sup> PRESTAGE, Edgar, ob. cit., p. 12.

<sup>347</sup> Ob. cit., p. 16. Esta passagem do célebre *Testamento Político*, interessante pelo valor informativo que possui (corroborado, aliás, por SILVA, José Soares da, ob. cit., tomo I, p. 178), não deixa, contudo, de ser bastante

enigmática. Na verdade, o prestigioso diplomata, não apenas revela desconhecer o reatamento dessa prática no tempo de D. João V, uma vez que a recomenda ao Príncipe do Brasil como tendo sido definitivamente abandonada desde a morte do seu bisavô, como parece inferir que na Corte castelhana se não usava, o que não corresponde de todo à verdade (veja-se v.g. BROWN, Jonathan, e ELLIOT, J. H., ob. cit., e DEFORNEAUX, Marcelin, *A vida quotidiana em Espanha no Século de Ouro*, Lisboa, Livros do Brasil, s.d.). Cfr. sobre esta matéria: PIMENTEL, António Filipe, “La politique à table, (més)aventures du repas public à la Cour de Jean V”, *Actas do Simpósio Internacional Mesas Reais Europeias, Encomendas e Ofertas*, Lisboa, Instituto Português de Museus, 1999, pp. 138-146.

<sup>348</sup> COLBATCH, John, ob. cit., tomo I, p. 4.

<sup>349</sup> PRESTAGE, Edgar, ob. cit., p. 15.

<sup>350</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>351</sup> Cfr. *idem, ibidem*, p. 12, e BENEVIDES, Francisco da Fonseca, *Rainhas de Portugal*, Lisboa, 1879, tomo II, p. 127.

<sup>352</sup> CAIX DE SAINT-AYMOUR, Vicomte de (introd. et notes de), *Recueil des instructions données aux ambassadeurs et ministres de France – Portugal*, p. 216.

<sup>353</sup> Cfr. BRAZÃO, Eduardo, *O casamento de D. Pedro II com a princesa de Neuburg*, pp. 8-9 e 13. A este facto se referia John COLBATCH (ob. cit., p. 159) quando afirmava: “la Reine étoit attachée avec zèle à ce qu'on appelle maintenant si communément la Religion Catholique: Il suffit de dire qu'elle étoit de la Maison de Newbourg. Les Princes de cette Famille ont par les voies si extraordinaires qu'ils emploient pour avancer cette Religion, rendu leur zèle assez fameux”.

<sup>354</sup> Cfr. PRESTAGE. Edgar, ob. cit., p. 20.

<sup>355</sup> PIMENTEL, Alberto, ob. cit., p. 97.

<sup>356</sup> TOURS, François de, ob. cit., p. 82.

<sup>357</sup> Ob. cit., tomo I, pp. 86-87.

<sup>358</sup> “Fez elRey seu sumilher da cortina a João de Mend.ca, irmão do c.de de Val de Reys sogeito de gr.des letas e uirtudes; e fez o f.o do c.de d'Atalaya D. Joseph M.el da camera, Deão da capp.a, e com estes não são menos de onze sumilheres com q. elRey se acha” (*idem, ibidem*, p. 225).

<sup>359</sup> *Idem, ibidem*, p. 178.

<sup>360</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>361</sup> Ob. cit., pp. 144-145.

<sup>362</sup> *Idem, ibidem*, p. 139.

<sup>363</sup> Ob. cit., tomo VIII, pp. 40-41. Quadro semelhante traçaria ainda o conde de Povolide: “El-Rei Nosso Senhor, assim para alívio da contínua aplicação do governo como pelos seus poucos anos, se divertia algumas vezes mandando ir a companhia de comédias representar ao Paço, na presença de Suas Magestades e Altezas e damas de fora camaristas e oficiaes da casa. E El-Rei Nosso Senhor com a sua grande e costumada generosidade fazia mercês àqueles representantes e representantas” (ATAÍDE, Tristão da Cunha de, 1.º Conde de Povolide, ob. cit., p. 251).

<sup>364</sup> Ob. cit., tomo I, p. 178.

<sup>365</sup> BROCHADO, José da Cunha, ob. cit., p. 154.

<sup>366</sup> *Idem, ibidem*, p. 157.

<sup>367</sup> Veja-se v.g. SANTARÉM, Visconde de, ob. cit., tomo V, p. CXVI, e CASTRO, Mons. José de, ob. cit., p. 170.

<sup>368</sup> BROCHADO, José da Cunha, ob. cit., p. 147.

<sup>369</sup> CASTRO, Mons. José de, ob. cit., p. 173.

<sup>370</sup> Cfr. BENEVIDES, Francisco da Fonseca, ob. cit., tomo II, p. 158.

<sup>371</sup> BROCHADO, José da Cunha, ob. cit., p. 234.

<sup>372</sup> Cfr. BEBIANO, Rui, “Elementos de um barroco militar”, *Revista de História das Ideias*, vol. 11, Coimbra, 1989, sep., e *idem*, *A Pena de Marte, escrita da guerra em Portugal e na Europa, séculos XVI a XVIII*, Coimbra, Minerva, 2000.

<sup>373</sup> Aqui e além, ao longo do reinado, acumulam-se, com efeito, os sinais deste processo de utilização dos mecanismos cénicos e disciplinares do cerimonial ao serviço do reforço da autoridade e este tema justificaria, por si só, uma mais ampla investigação. Na verdade, e para referir apenas alguns, logo em 1709, por ocasião do aniversário da rainha, o monarca introduzia alterações no protocolo, aproveitando a efeméride para sublinhar, através do ritual, os vínculos de dependência entre os cortesãos: “há ordem para beijamam publico”, escreve José da Cunha BROCHADO. “A cerimonia hé nova” (ob. cit., p. 223). Alguns anos mais tarde, em 1719, é o conde de Povolide que relata as modificações verificadas na forma como o soberano assistia às solenidades da

Patriarcal: “El-Rei Nosso Senhor já não está entre cortinas, está debaixo do dossel, e nesta forma se fez nos anos seguintes” (ATAÍDE, Tristão da Cunha de, 1.º Conde de Povolide, ob. cit., p. 316). Abandonava-se assim o velho uso de raiz islâmica e o soberano ocupava o seu lugar na capela-mor, em pleno centro emotivo do espectáculo, sendo esta a fórmula que se adopta doravante na generalidade dos ofícios divinos a que o Rei assiste. Mas outras medidas vêm reforçar o distanciamento que se instala em torno da pessoa régia. É o que se verifica com os mesários da irmandade de S. Vicente de Fora que, pela mesma época, deixam de ter autorização para assistirem sentados às celebrações litúrgicas na sua presença (*idem, ibidem*). Enfim, já nos últimos anos de vida, em 1746, o monarca impunha ainda alterações, aliás polémicas, na estrutura visual de cerimónias como o beija-mão, em que os lugares destinados à Família Real surgem agora sobre um estrado, abaixo do qual devem quedar-se os dignitários (cfr. CAIX DE SAINT-AYMOUR, Vicomte de, ob. cit., p. 305).

<sup>374</sup> O *Diário de D. Francisco Xavier de Menezes, 4.º Conde da Ericeira*, publ. por Eduardo BRAZÃO, já abundantemente referido, constitui um valiosíssimo testemunho da adesão da classe aristocrática às novas formas de convivialidade.

<sup>375</sup> BROCHADO, José da Cunha, ob. cit., p. 92.

<sup>376</sup> *Idem, ibidem*, p. 134.

<sup>377</sup> *Idem, ibidem*, p. 141.

<sup>378</sup> BRAZÃO, Eduardo, ob. cit., p. 180.

<sup>379</sup> BROCHADO, José da Cunha, ob. cit., p. 139.

<sup>380</sup> Cfr. MONTEIRO, Maria Alba de A. Horta, ob. cit., pp. 1-13; SANTARÉM, Visconde de, ob. cit., tomo V, p. LXVII, e *Description de la ville de Lisbonne...*, pp. 81-82.

<sup>381</sup> Ob. cit., p. 147.

<sup>382</sup> BROCHADO, José da Cunha, ob. cit., p. 145.

<sup>383</sup> Cit. DANTAS, Júlio, ob. cit., p. 71.

<sup>384</sup> SANTARÉM, Visconde de, ob. cit., pp. XV e CCXXXVII.

<sup>385</sup> É, com efeito, o que se pode constatar através de certos episódios narrados pelo conde de Povolide e onde claramente se destaca a resistência oposta pelas velhas estruturas mentais aos ventos da mudança: “El-Rei Nosso Senhor” escreve o fidalgo em 1715, “assim para alívio da contínua aplicação do governo como pelos seus poucos anos, se divertia algumas vezes mandando ir a companhia de comédias representar ao Paço (...). Começaram alguns imprudentes religiosos, assim nos púlpitos como fora deles, com pouca prudência, a falar contra as comédias e bailes, e vimos que no Paço não forão representar as comédias, e se mandou que não houvesse bailes, de que todos os que nisso se divertião se escandalisarão, dizendo que lhe tiravão todo o divertimento em uma Corte tão populosa, de que se seguiria a ociosidade com todos os que não tinham ocupações, que erão os mais, e que isto era contra o uso e estilo de todas as cortes e lugares mais populosos, que com estes divertimentos evitavão a ociosidade da gente que tinham por mais danosa. E se alargavão a dizer que os tais religiosos imprudentes farião melhor se pregassem contra as indecências com que nas suas igrejas estavam muitos homens namorando as mulheres sem atenderem aos ofícios divinos e missas que se celebravão nelas, e que quando nos bailes ou comédias houvesse algum excesso se castigasse quem o cometesse, e não se devião por isso proibir os bailes nem comédias, como assim tãoobém não se devião cerrar as igrejas se alguém nelas fizesse algum desacato, mas castigar quem o cometesse. E houve tãoobém excomunhão sobre os bailes, mas desserão que erão aqueles bailes aonde se pagava e se fazião por dinheiro, e não era contra os que os particulares fazião em suas casas sem se cobrar dinheiro, e assim com estas interpretações vemos que se continuarão depois nesta forma, sem declaração de que nenhum dos que vão a eles fosse declarado por ter encorrido em excomunhão alguma” (ATAÍDE, Tristão da Cunha de, 1.º Conde de Povolide, ob. cit., p. 251). “No Natal deste ano de 1721”, prossegue, “o Senhor Patriarca no seu Arcebispado de Lixboa Ocidental, pôs proibição nos bailes, com pena de excomunhão, e se dizia que os haveria no Arcebispado de Lixboa Oriental. Porém aquele Cabido pôs lá tãoobem a mesma proibição e porém, João Correia Manuel, moço da goarda ropa d’El-Rei Nosso Senhor, que mora no Arcebispado de Lixboa Ocidental, no Terreiro do Paço, fez várias vezes bailes em sua casa, aonde ião damas e ião senhores de distinção grande, mas ião mascarados, e não se lhe vião os rostos, e se disse que a excomunhão era só para os bailes que se fazião, pagos por dinheiro, cobrando-se como cobravão à porta das muitas casas em que se fazião, de que erão autores vários mestres de dança estrangeiros, que ganhavão com isso sua vida, uso em toda a parte, e concorrião muitas damas estrangeiras e portuguesas, e muitos cavalheiros e pessoas de distinção grande, com máscaras, e se fazião tãoobém alguns bailes mais, com grande magnificência, e que sendo estes que fazia o dito João Correia sem que se cobrasse dinheiro, mas só por divertimento, não se corria em nenhuma excomunhão, além de que na Corte de Roma, e em toda a parte havia estes divertimentos, e assim muitas pessoas ião a estes bailes, e outras na dúvida não ião, e assim se foi diminuindo este divertimento até que se acabou” (*idem, ibidem*, p. 339). Anos

mais tarde, em 1728, novos sucessos agitariam a vida da capital, evidenciando uma oposição violenta à invasão das modas estrangeiras: “Um padre do Varatojo”, relata ainda o mesmo autor, “em vários sermões que fez nesta cidade de Lixboa, pregou contra os donaires, trajo comum das mulheres, e requereu ao Arcebispo de Lacedemónia, Vigário Geral do Arcebispado de Lixboa Ocidental, que puzesse excomunhão para que se não trouxessem. Respondeo o Arcebispo que faria primeiro uma Junta de padres teólogos, e que Sua Patrindade podia assistir, e ver o que resolvião sobre a matéria, ajuntaram-se todos, e um deles, o Padre António de Faria de S. Filipe Neri disse que lhe confessava muitas mulheres de vertude que trazião donaira, e que de muita vertude era a Rainha Nossa Senhora que o trazia, e trouxera a Portugal, aonde se imitara este trajo, que trazião as damas do Paço, e toda a nobreza, e outras muitas mulheres, o que não era pecado, e isto resolverão, e não teve efeito a excomunhão. E o povo miudo pelas ruas, passando algumas mulheres honradas, gritou contra os donaires que algumas levavão, imitando estas vozes alguns officiaes que estavam às suas portas, nos dias que forão ver as ruas da procissão do Corpo de Deus, que estavam armadas, mas como não ião com elas os seus maridos, irmãos nem pais, não socedeeo o que podia soceder, se forão. Isto se disse, e que depois houvera brigas sobre isto”. Tempos depois, prossegue o fidalgo, “Continou o povo a desordem das palavras contra as mulheres que ião pelas ruas com donaires, pelo que houve ordem para que os alcaides prendessem, como prenderão muitos dos que lhe davão matracas, e o padre do Varatojo teve ordem de não pregar nem confessar mais em Lisboa, e de se recolher logo para o seu convento, para onde logo foi” (*idem, ibidem*, pp. 420-421).

<sup>386</sup> Ob. cit., p. 346.

<sup>387</sup> Cfr. BRAZÃO, Eduardo, *D. João V, subsídios para a história do seu reinado*.

<sup>388</sup> Efectivamente, durante o reinado de D. João V criaram-se vinte e quatro novos títulos, mas extinguiram-se vinte e dois, por morte ou promoção e, depois de 1720, o número de concessões diminui constantemente: cinco em 1721-30, quatro em 1731-40 e dois em 1741-50, alguns dos quais eram meramente honorários, do género dos concedidos a viúvas e damas da Corte, sem carácter hereditário (cfr. MARQUES, A. H. de Oliveira, ob. cit., vol. I, p. 540; SOUSA, D. António Caetano de, ob. cit., tomo VIII, pp. 170-173, e *Description de la ville de Lisbonne*, pp. 70-73).

<sup>389</sup> Cfr. MARQUES, A. H. de Oliveira, ob. cit., vol. I, pp. 538-540.

<sup>390</sup> MURPHY, James, ob. cit., p. 262.

<sup>391</sup> MERVEILLEUX, Charles Frédéric de, ob. cit., p. 182.

<sup>392</sup> RIBEIRO, Ângelo, ob. cit., p. 179.

<sup>393</sup> Ob. cit., p. 196.

<sup>394</sup> *Memoires de la cour de Vienne contenant les remarques d'un voyageur curieux sur l'état present de cette cour, et sur ces intérêts*, Colónia,<sup>2</sup> 1705, cit., PIMENTEL, Alberto, ob. cit., p. 54.

<sup>395</sup> Ob. cit., tomo VIII, p. 178.

<sup>396</sup> BROCHADO, José da Cunha, ob. cit., p. 201.

<sup>397</sup> MERVEILLEUX, Charles Frédéric de, ob. cit., pp. 153 e 219.

<sup>398</sup> Cfr. *Description de la ville de Lisbonne...*, pp. 86-87.

<sup>399</sup> Cfr. CASTRO, Mons. José de, ob. cit., pp. 179-183

<sup>400</sup> Ob. cit., tomo II, p. 270.

<sup>401</sup> MONTGON, Charles Alexandre de (Abade de Montgon), ob. cit., p. 106.

<sup>402</sup> *Description de la ville de Lisbonne...*, p. 126.

<sup>403</sup> Ob. cit., p. 154.

<sup>404</sup> DUMOURIEZ, Charles François, ob. cit., p. 235.

<sup>405</sup> *Costume of Portugal*, London, 1814, p. 1.

<sup>406</sup> *Description de la ville de Lisbonne...*, p. 80.

<sup>407</sup> *Idem, ibidem*, p. 81.

<sup>408</sup> BRAZÃO, Eduardo, ob. cit., p. 89.

<sup>409</sup> Ob. cit., p. 268.

<sup>410</sup> Ob. cit., p. 81.

<sup>411</sup> SAUSSURE, César de, ob. cit., p. 268.

<sup>412</sup> *Description de la ville de Lisbonne...*, pp. 82-84. Veja-se também sobre este assunto, SANTARÉM, Visconde de, ob. cit., tomo V, p. LXVII, nota 1.

<sup>413</sup> *Description de la ville de Lisbonne...*, p. 82.

<sup>414</sup> *Idem, ibidem*, pp. 81-82.

<sup>415</sup> Cfr. ELLIOT, John H., “Philip IV of Spain, prisoner of ceremony”, DICKENS, A. G. (ed.), *The Courts of Europe, politics, patronage and royalty*, London, Thames and Hudson, 1977, p. 172.

<sup>416</sup> Veja-se OLIVEIRA, Eduardo Freire de, ob. cit., tomo XI, p. 532, nota 2.

<sup>417</sup> Cfr. BOURDON, Albert-Alain, “Notes à la *Description de Lisbonne* du chevalier des Courtils”, *Bulletin des Études Portugaises*, Institut Français au Portugal, Nouvelle Série, tomo 26, s.l., 1965, p. 147.

<sup>418</sup> Cfr. CONCEIÇÃO, Frei Cláudio da, *Gabinete Histórico*, tomo X, Lisboa, 1823, p. 136.

<sup>419</sup> Cfr. SANTARÉM, Visconde de, ob. cit., tomo V, p. CXLIX, nota 2.

<sup>420</sup> Cfr. MONTEIRO, Maria Alba de A. Horta, ob. cit., p. 26.

<sup>421</sup> Entre várias outras fontes, o *Diário de D. Francisco Xavier de Menezes, 4.º Conde da Ericeira*, já abundantemente citado, fornece copiosas referências sobre este aspecto, sem dúvida importante, da patologia do monarca. Veja-se também: SERRÃO, Joaquim Veríssimo, ob. cit., vol. V, pp. 264-265.

<sup>422</sup> CASTRO, Mons. José de, ob. cit., p. 172.

<sup>423</sup> VALENÇA, Marquês de (D. José Miguel João de Portugal e Castro), *Relação da morte, e caracter de El Rey de Portugal D. João V*, Lisboa, 1762, p. 8.

<sup>424</sup> Cfr. FIGUEIREDO, Violeta Crespo de, “Papéis volantes do século XVIII – 5. Mulher”, *História*, n.º 5, Lisboa, 1979, p. 60, cit. LOPES, Maria Antónia, ob. cit., p. 49.

<sup>425</sup> *Idem, ibidem*, p. 26.

<sup>426</sup> Cfr. ELIAS, Norbert, ob. cit., p. 92, nota 1, LEVRON, Jacques, ob. cit., p. 65, e OROZCO DÍAZ, Emilio, ob. cit., pp. 101-102.

<sup>427</sup> Na verdade, o desenvolvimento que, no reinado do *Magnânimo*, atingem as funções litúrgicas no Paço e que rapidamente levaria à instituição do Patriarcado de Lisboa, teria igualmente como consequência a formação de uma elite aristocrático-eclesiástica, pela atribuição das dignidades mais importantes da nova instituição às “pessoas mais esclarecidas em sangue, e também em letras de todo o Reyno”, como escreveria D. António Caetano de SOUSA (ob. cit., tomo VIII, p. 128), permitindo, desse modo, ao monarca, empenhado, como vimos, em dosear com extrema parcimónia a distribuição de benesses à nobreza cortesã, apaciar a sua sede de prestígio através de concessões meramente vitalícias. Com efeito, por via de regra, os quadros superiores da nova instituição seriam ocupados pelos filhos segundos da principal nobreza (cfr. *idem, ibidem*, tomo VIII, pp. 128-129, e ATAÍDE, Tristão da Cunha de, 1.º Conde de Povolide, ob. cit., p. 282) sem mesmo, ao que parece, que para tanto se vissem forçados a tomar ordens (cfr. CHAGAS, Manuel Pinheiro, *História de Portugal, popular e ilustrada*, vol. VI, p. 343).

<sup>428</sup> Ob. cit., p. 135.

<sup>429</sup> Ob. cit., p. 335.

<sup>430</sup> A utilização do Patriarcal como instrumento de prestígio ressalta claramente de todos os actos do monarca. Mas não deixa de valer a pena recordar aqui as palavras de Eduardo BRAZÃO na sua obra já citada, *Relações externas de Portugal. Reinado de D. João V*, vol. II, p. 122: “Todos os esforços empregados no reinado de D. João V em colocar, entre nós, a Igreja, numa alta posição de destaque, representaram, em princípio, manifestações duma bem intencionada orientação política. Pensou-se que do engrandecimento do credo católico em Portugal resultaria o prestígio, entre os nacionais, do poder real e internacionalmente o do nosso país”.

<sup>431</sup> Veja-se TORRALBA, Luís Reis, ob. cit., vol. I, p. 255, nota 1.

<sup>432</sup> Cfr. *idem, ibidem*, vol. I, pp. 265-267.

<sup>433</sup> *A Anti-Catastrophe – história d’El-Rei D. Afonso 6.º de Portugal*, publ. por Camilo Aureliano da Silva e SOUSA, Porto, 1845, p. 205, cit. BRAZÃO, Eduardo, *Subsídios para a história do Patriarcado de Lisboa (1716-1740)*, p. 11.

<sup>434</sup> *Idem, ibidem*, p. 12.

<sup>435</sup> Na verdade, foi Eduardo BRAZÃO quem, afirmando embora que “O Patriarcado de Lisboa deve ter surgido sem um plano prévio, sendo apenas um passo na marcha ascensional do engrandecimento da Capela Real dos nossos monarcas” (*idem, ibidem*, p. 13) – ideia com a qual, na verdade, não podemos concordar –, pela primeira vez chamou a atenção para a figura de Sebastião César de Meneses como precursor do Patriarcado de Lisboa e, deste modo, para um dos aspectos mais importantes da origem seiscentista da faustosa instituição (cfr. *idem, ibidem* e *A diplomacia portuguesa nos séculos XVII e XVIII*, vol. II, p. 163).

<sup>436</sup> SILVA, José Soares da, ob. cit., tomo I, p. 98.

<sup>437</sup> Ob. cit., p. 148.

<sup>438</sup> CARRÈRE, Joseph Barthélemy François, ob. cit., p. 290.

<sup>439</sup> DUMOURIEZ, Charles François, ob. cit., p. 190.

<sup>440</sup> BOURGOING, J. Fr., ob. cit., p. 54.

<sup>441</sup> Cfr. BRAZÃO, Eduardo, *Subsídios para a história do Patriarcado de Lisboa*, pp. 13-17.

<sup>442</sup> Veja-se ARANHA, Lazaro Leitão, *Notícia universal, historica e politica da origem, estilos, e privilegios das capelas reaes, e capelaens regio dos Emperadores e Reis do mundo...*, s.l., s.d., Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, ms. n.º 50, fls. 49 ss.

<sup>443</sup> Veja-se BRAZÃO, Eduardo, *D. João V e a Santa Sé...*, p. 304.

<sup>444</sup> Sobre a pompa que rodeava o Patriarca e o cerimonial praticado na Real Capela veja-se, v.g., SOUSA, D. António Caetano de, ob. cit., tomo VIII, pp. 126-131; GUIMARÃES, José Ribeiro, *Summario de varia história*, tomo 4, Lisboa, 1874, pp. 20 ss. e BRANCO, Manuel Bernardes, ob. cit., pp. 125-131. Todavia, um dos mais curiosos aspectos de que se reveste esta questão é o que diz respeito ao empenho quase obsessivo do monarca em converter o Patriarcado de Lisboa numa verdadeira réplica do Vaticano. Na verdade, já em 1722, escandalizado com este processo emulativo, o núncio Firrao escrevia para Roma ao cardeal secretário de Estado: “Toda a familia da antecamara do Patriarca, excepto o cavaliço, anda vestida, tanto em casa como na rua, de roxo, com batina e soprana comprida á maneira dos camareiros secretos e de honra de Nosso Senhor; e na mesma forma o primeiro mestre de cerimónias; os cantores e outros padres da patriarcal vestem á semelhança dos da capela pontificia. O Patriarca, alem do habitual habito cardinalicio, leva quando sai em função os sapatos, murça de veludo carmezim e o chapéu ligado ao pescoço pelos cordões. Costuma presentemente andar em liteira só, não tendo chegado ainda a carruagem para uso como a do Papa com sedia...” Depois, e ao longo de várias páginas, continua a descrição regularmente pontuada pelas expressões: “como os dos cardiais”, “como o Sacro Colégio”, “como se usa na capela pontificia”, “como os maceiros do Papa”, “grandes flabelos habituais do Papa”, “a mesma formalidade que se tem com o Sumo Pontifice”, etc. (Cfr. CASTRO, Mons. José de, ob. cit., pp. 136-145). Quanto ao cerimonial propriamente dito, passaria, a partir de 1719, a ser regulado por um mestre de cerimónias contratado especialmente em Roma, o cónego Cimbali, de molde a garantir uma absoluta conformidade com os usos da capela pontificia (cfr. *idem, ibidem*, p. 128).

<sup>445</sup> Cfr. nota *supra*, SAUSSURE, César de, ob. cit., p. 273, e CHANTAL, Suzanne, *A vida quotidiana em Portugal ao tempo do terramoto*, Lisboa, Livros do Brasil, s.d., p. 149.

<sup>446</sup> MERVEILLEUX, Charles Frédéric de, ob. cit., p. 222.

<sup>447</sup> Ob. cit., p. 30.

<sup>448</sup> BROCHADO, José da Cunha, ob. cit., p. 71.

<sup>449</sup> Na verdade, o cumprimento de obrigações devocionais que, aliás, se revestem com frequência de um carácter inequivocamente lúdico, ocupa um lugar de primeiro plano no dia-a-dia da Corte portuguesa, como se pode confirmar através de fontes como a *Gazeta de Lisboa*, o *Diário de D. Francisco Xavier de Menezes*, 4.<sup>a</sup> *Conde da Ericeira*, publ. por Eduardo BRAZÃO, os diversos relatos de viajantes, ou ainda as curiosíssimas *Cartas da Rainha D. Mariana Vitória para a sua Família em Espanha*, publ. por Caetano BEIRÃO (Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1936, em especial o vol. 1).

<sup>450</sup> LICHNOWSKY, Príncipe Félix de, *Portugal, recordações do ano de 1842*, Lisboa, Àtica, col. “Portugal visto pelos estrangeiros”, s.d., p. 149.

<sup>451</sup> LE ROY LADURIE, Emmanuel, ob. cit., p. 27. Veja-se também sobre este assunto: ROUVROY, Louis de (Duc de Saint-Simon), ob. cit., pp. 498-500, e LEVRON, Jacques, ob. cit., pp. 54, 58-60, 69 e 71.

<sup>452</sup> MONGRÉDIEN, Georges, ob. cit., pp. 9, 18 e 19. Veja-se também pp. 10-20.

<sup>453</sup> Sobre toda esta matéria veja-se: PIMENTEL, António Filipe, “D. João V e a festa devota: do espectáculo da política à política do espectáculo”, *Arte Efémera em Portugal*, Cat., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000. Na verdade, o relevo concedido pelo monarca às dignidades da cúria patriarcal, entre as quais avultava o grupo faustoso dos *principais* – “vinte e quatro purpurados, quasi todos moços, meio bispos meio cardeais, meio cónegos meio príncipes, (...) os Adónis da corte portuguesa”, como, no seu estilo peculiar, os descrevia Júlio Dantas (ob. cit., p. 144) – e o facto de estes constituírem um dos mais vistosos ornamentos da sua própria Corte, levaria D. João V a atribuir-lhes todo um conjunto de prerrogativas, entre as quais se destaca a precedência sobre os condes nas cerimónias palacianas. Semelhante facto não poderia deixar de ocasionar tensões, mais ou menos graves, entre a Corte secular e a eclesiástica e, em 1717, escrevia o conde de Tarouca, da Holanda, para o marquês de Alegrete, seu irmão: “Parece-me q. me estou figurando ver entrar vinte e quatro matuloens no Salão do Forte hum dia de audiencia de Embaixador, e plantaremse arriba dos Condes; ah Conde de Sarzedas velho donde estas que não resucitas para ficar na parede abayxo de algum Conigo Magistral, e que cotoueladas q. lhe daria o Conde. Eu ainda espero q. sobre estas precedencias haja ahí lindas historias, com q. deuertir os expectadores” (publ. BRAZÃO, Eduardo, *Relações externas de Portugal. Reinado de D. João V*, vol. 2, p. 175). De resto, a instituição do Patriarcado de Lisboa forneceria outro dos focos de tensão em que este período se revela fértil. De facto, parece ter deparado com uma oposição generalizada por parte de quase todos os sectores sociais, mesmo no interior do clero e ainda em 1740 tinham lugar episódios como o do Convento de Santa Clara de

Lisboa, em que seriam presas ou transferidas 12 religiosas por participarem numa representação cómica, por ocasião do Entrudo, em que se satirizava a Patriarcal (veja-se SANTARÉM, Visconde de, ob. cit., tomo V, p. CCLXX/CCLXXI, nota).

<sup>454</sup> Ob. cit., p. 333.

<sup>455</sup> Com efeito, se D. João V prodigalizou, ao longo do seu reinado, inequívocos testemunhos de consideração ao Patriarca D. Tomás de Almeida, a quem o núncio Mons. Lucas Tempi se referia como a “um grande e magnífico senhor, afável e cheio de equilíbrio” (veja-se CHAVES, Castelo Branco, *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*, p. 239, nota 22; veja-se ainda sobre o primeiro Cardeal-Patriarca: PEREIRA, José Fernandes, *A acção artística do primeiro Patriarca de Lisboa*, Lisboa, 1986, tese de Mestrado fotocopiada apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, e “D. Tomás de Almeida”, *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Presença, 1989), nem por isso deixaram de existir momentos de tensão, como foi o caso da inclusão do clero no tributo lançado para a construção do Aqueduto das Águas Livres, a que o prelado se opôs ameaçando interditar o Reino. O monarca reage, intimando-o de que se persistisse o faria desterrar e lhe suspenderia as temporalidades e o cardeal vê-se forçado a desistir, lastimando-se de que “se lhe insinuam degredos, e sequestros” (GUSMÃO, Alexandre de, *Collecção de varios escritos ineditos politicos e litterarios*, Porto, 1841, p. 13. Veja-se também SANTARÉM, Visconde de, ob. cit., tomo V, p. CCLXX, nota).

<sup>456</sup> De facto, as relações diplomáticas entre Portugal e a Santa Sé foram, durante todo o reinado, férteis em momentos de tensão, originados pela relutância dos Pontífices em atender as reivindicações, na verdade cada vez mais extraordinárias, do monarca português. Recorde-se que os soberanos polacos Ladislau e Casimiro se tinham já visto confrontados com a inabalável recusa do Papado em aceder a solicitações que, à semelhança de D. João V, tinham endereçado à cúria, no sentido de verem atribuído aos núncios acreditados na sua Corte, como prémio da sua missão, o chapéu cardinalício (cfr. ALMEIDA, Fortunato de, ob. cit., vol. IV, p. 270) e, com efeito, a *benevolência* com que a Corte pontifícia foi quase sempre acolhendo as solicitações do *Magnânimo* deve-se, fundamentalmente, à energia com que as negociações eram conduzidas e mesmo a ocasionais demonstrações de força às quais dificilmente os Soberanos Pontífices poderiam ser indiferentes, como é o caso da batalha de Matapão que terá estado na base da instituição do Patriarcado (cfr. BRAZÃO, Eduardo, *Subsídios para a história do Patriarcado de Lisboa*, pp. 107-108).

<sup>457</sup> Ob. cit., p. 120.

<sup>458</sup> STAROBINSKI, Jean, ob. cit., p. 14.

<sup>459</sup> Ob. cit., p. 35.

<sup>460</sup> *Idem, ibidem*, p. 104.

<sup>461</sup> *Idem, ibidem*, pp. 96-97.

<sup>462</sup> SILVA, José Soares da, ob. cit., tomo I, p. 176.

<sup>463</sup> “O Paço Real da Ribeira”, CASTELO BRANCO, Camilo, *Noites de insomnia oferecidas a quem não pode dormir*, vol. III, n.º 7, Porto, Lello, 1929. Sobre este jardim escreveu José da Cunha Brochado: “Tambem a fabrica do novo Jardim hé materia de gr.<sup>de</sup> especulaçam, assim pela estreiteza do sitio, como porq. a elevaçam de novos arcos pode tirar a luz a algumas cazas daq.<sup>lo</sup> quarto, e sobre humas e outras obras teve o Conde de Aveiras huma gr.<sup>de</sup> conferencia com Smg.<sup>o</sup> q. D.<sup>s</sup> g.<sup>de</sup>; queira D.<sup>s</sup> q. se escolha o melhor” (ob. cit., pp. 41-42).

<sup>464</sup> Veja-se *supra*, nota 435.

<sup>465</sup> Cfr. CASTRO, Mons. José de, ob. cit., p. 122.

<sup>466</sup> Cfr. SANTA MARIA, Fr. Agostinho de, *Santuário Mariano*, tomo VII, Lisboa, 1721, pp. 157-159. Dá notícia, embora vaga, de reformas anteriores a 1716.

<sup>467</sup> MACHADO, Inácio Barbosa, *Historia critico-cronologica...*

<sup>468</sup> José-Augusto FRANÇA refere, embora sem indicação de fonte documental, que os trabalhos empreendidos pelo rei nesta área do palácio são confiados a Ludovice a partir de 1720 (*Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, Lisboa, Bertrand,<sup>4</sup> 1987, p. 46). Afigura-se, contudo, mais provável, que lhe pertença, desde o início, a direcção do conjunto das remodelações efectuadas nessa zona que, na verdade, parecem seguir uma lógica contínua e que o relato de Barbosa MACHADO evidencia irem já bastante adiantadas. De resto, a morte de João Antunes em 1712, bem como a partida para Roma de Carlo Gimac, no mesmo ano, deixariam o *Federico* sem rival até à chegada de Cannevari em 1728.

<sup>469</sup> Cfr. MACHADO, Inácio Barbosa, ob. cit., pp. 150-155, e ATAÍDE, Tristão da Cunha de, 1.º Conde de Povolide, ob. cit., p. 316.

<sup>470</sup> Cfr. OLIVEIRA, Eduardo Freire de, ob. cit., vol. II, p. 184, nota. No tempo de D. João IV a Capela Real sofreria ainda demoradas obras, provavelmente de vulto, já que o monarca não pôde concluí-las e que, muito embora não seja possível, ao menos por ora, averiguar em que consistiram, a teriam pelo menos enriquecido

com quadros de João Cresbante e Marcos da Cruz (cfr. CASTILHO, Júlio de, *A Ribeira de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal, vol. III, Lisboa, 1942, pp. 24-25), a estas informações se podendo ainda acrescentar as fornecidas por SOBRAL, Luís Moura, “Bento Coelho e a pintura do seu tempo”, *Bento Coelho e a cultura do seu tempo*, Cat., Lisboa, Ministério da Cultura – Instituto Português do Património Arquitectónico, pp. 29-30.

<sup>471</sup> Cfr. MACHADO, Inácio Barbosa, ob. cit., pp. 145-147.

<sup>472</sup> *Idem, ibidem*, pp. 144-145 e 147.

<sup>473</sup> BROGHADO, José da Cunha, ob. cit., p. 118.

<sup>474</sup> *Mappa de Portugal*, 5.ª Parte, Lisboa, 1758, p. 301.

<sup>475</sup> BOURDON, Albert-Alain, ob. cit., p. 146.

<sup>476</sup> Os esboços preliminares, desenhados por Juvara ainda em Itália e conservados no Museu de Turim, foram publicados por Emilio LAVAGNINO (*L'opera del genio italiano all'estero, gli artisti in Portogallo*, Roma, La Libreria dello Stato, 1940) e também por Giuseppe FIOCCO (“L'influenza del Rinascimento e del Barocco italiano nell'arte portuguese”, *Relazioni Storiche fra l'Italia e il Portogallo, memorie e documenti*, Roma, Reale Accademia d'Italia, 1940, vol. XVIII), identificando-os embora este autor, na esteira do famoso concurso relatado por Cyrillo Volkmar MACHADO (*Collecção de memorias relativas às vidas dos pintores, e esculptores, architectos, e gravadores portuguezes, e dos estrangeiros que estiverão em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922, pp. 134 ss.) como relativos ao Palácio-Convento de Mafra, questão que, com lucidez, Reynaldo dos SANTOS resolveu (*História da Arte em Portugal*, Porto, Portucalense, 1953, vol. III, p. 56). Veja-se ainda sobre este assunto os artigos de Aurora SCOTTI, “Filippo Juvara”, PEREIRA, José Fernandes (dir. de), *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Presença, 1989, pp. 249-250 e, sobretudo, “L'attività di Filippo Juvara a Lisbonna, alla luce delle più recenti interpretazioni critiche della sua architettura con una appendice sui rapporti Roma-Lisbonna”, *Colóquio-Artes*, n.º 28, Lisboa, 1976, pp. 51-63. Apesar disso, não restam dúvidas de que o tema se prestava a confusões e mesmo um historiador da craveira de Germain BAZIN poderia escrever, já em 1980, na sua notável obra já citada *Les Palais de la Foi...*, que Juvara teria feito projectos para Mafra “...puisque dans la recension des dessins de son maître qu'il a faite après sa mort, Sacchetti parle de dessins exécutés à Rome par Juvara en 1717 “della chiesa patriarcale e del regio palazzo di Lisboa”. Mafra était voisin de Lisbonne, Sacchetti peut avoir mis un nom pour l'autre. Quatre dessins encore conservés de Juvara peuvent concerner Mafra. Retrouvée dans les archives du Vatican, une lettre du nonce du pape à Lisbonne dit que Juvara fit des plans pour la nouvelle église patriarcale, le nouveau palais royal et pour le jardin botanique, choisissant pour cela le site de Buenos-Ayres (c'est Mafra)...” [!] (vol. I, p. 120). Novas informações sobre a actividade de Juvara em Lisboa seriam fornecidas por ROSSA, Walter, “Episódios da evolução urbana de Lisboa entre a Restauração e as Invasões Francesas”, *Rassegna*, n.º 59, Bologna, 1994, III, pp. 33-35.

<sup>477</sup> LAVAGNINO, Emilio, ob. cit., p. 92.

<sup>478</sup> Cfr. ob. cit., pp. 301-303.

<sup>479</sup> De acordo com este autor, os planos do novo Palácio de Alcântara, defendidos entusiasticamente pelo marquês de Abrantes, deparariam antes com a oposição discreta de Diogo de Mendonça que, fingindo aprovar o projecto, teria apenas solicitado ao Rei que tivesse antes a caridade de dotar Lisboa com as fontes de que estava desprovida, após o que, o povo, reconhecido pela solicitude régia, veria sem inconveniente os enormes gastos que semelhante empreendimento exigiria. Seria, pois, o Aqueduto a interpor-se entre o monarca e os seus sonhos de grandeza... (MERVEILLEUX, Charles Frédéric de, ob. cit., p. 153).

<sup>480</sup> *Elogio funebre e historico do muito alto, poderoso, augusto, pio, e fidelissimo Rei de Portugal, e Senhor D. João V*, Lisboa, 1750, p. 90.

<sup>481</sup> Veja-se, PEREIRA, Paulo, “Torre do Relógio”, PEREIRA, José Fernandes (dir. de), *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Presença, Lisboa, 1989, pp. 403-404.

<sup>482</sup> Cfr. ATAÍDE, Tristão da Cunha de, 1.º Conde de Povolide, ob. cit., p. 415.

<sup>483</sup> Veja-se CASTILHO, Júlio de, ob. cit., vol. III, p. 111, e SILVA, Francisco Xavier da, ob. cit., p. 231. As obras nos aposentos da Rainha terão decorrido entre os anos de 1726 e 1733, datas entre as quais se situam, respectivamente, a chegada de Quillard a Portugal e a sua prematura morte, uma vez que o próprio Cannevari partira já em 1732 (cfr. PEREIRA, José Fernandes, “António Cannevari”, *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Presença, 1989, pp. 107-108, e CALADO, Margarida, “Pierre Antoine Quillard”, *ibidem*, pp. 394-395).

<sup>484</sup> A autoria dos aposentos dos Príncipes do Brasil é dada por Ayres de CARVALHO a Cannevari, mas sem prova documental (ob. cit., vol. II, p. 361). Quanto à data da sua construção, Francisco Xavier da SILVA (ob. cit., p. 232) refere o ano de 1728 e no seu relato se baseou Fr. Cláudio da CONCEIÇÃO (ob. cit., TOMO XI, p. 375) e neste, por sua vez, Júlio de CASTILHO (ob. cit., vol. III, p. 107). O conde da Ericeira, contudo, no seu *Diário*, deixa claramente entender que, não só em 1731 ainda não tinham tido começo as obras, como não estariam

ainda concluídas nos primeiros meses de 1732, como seria natural, uma vez que o casamento dos herdeiros do trono apenas tivera lugar em 1729 e a sua consumação se não verificara ainda em razão da pouca idade dos nubentes (cfr. pp. 28, 85, 102, 105 e 113).

<sup>485</sup> Cfr. SILVA, Francisco Xavier da, ob. cit., p. 232.

<sup>486</sup> Ob. cit., tomo VIII, p. 150.

<sup>487</sup> “O Paço Real da Ribeira”, CASTELO BRANCO, Camilo, ob. cit., pp. 113-115.

<sup>488</sup> *Description de la ville de Lisbonne...*, p. 11. Na verdade a magnificência do arranjo interior do Paço da Ribeira, através da qual se procurava europeizar o velho edifício manuelino, fornecendo, simultaneamente, um cenário conveniente a uma Corte também em processo de reconversão, é unanimemente descrita por todos os viajantes e cronistas que se lhe referem. Courtils foi o único que percorreu vastos salões desertos onde apenas encontrou, como mobiliário, alguns *Gobelins* e dois velhos dosséis (BOURDON, Albert-Alain, ob. cit., p. 147). Deve, contudo, ter-se em atenção que, não apenas lhe não terá provavelmente sido facultada a visita aos aposentos privados dos monarcas, uma vez que não refere quaisquer decorações de *boiseries* ou tectos pintados, como esta ocorreu na estação quente, época em que o Palácio era despojado de grande parte dos adornos com que se procurava suavizar os rigores do inverno (cfr. ALVAREZ DE COLMENAR, ob. cit., tomo III, p. 266) e é mesmo verosímil que se tenha verificado num período em que a Corte se ausentara, transportando consigo, como era hábito, todo o mobiliário necessário ao arranjo da residência para a qual se transferira (cfr. CARRÈRE, Joseph B. F., ob. cit., pp. 107-108). Contudo, não restam dúvidas de que as descrições que possuímos, por entusiásticas que sejam, nos não fornecem indicações concretas, mas sempre vagas e generalizadoras. Não é este o momento para ensaiar uma tentativa de reconstituição dos seus interiores, mas valerá talvez a pena chamar a atenção para um ou outro dado mais concreto, como é o caso de um projecto de *boiserie* para um apartamento de estado, conservado na Academia Nacional de Belas-Artes de Lisboa (publ. SMITH, Robert C., “Some eighteenth century architectural drawings in Lisbon”, *Belas-Artes*, n.º 9, Lisboa, 1941), ou da referência feita pelo conde de Povolide a uma “*casa dos Espelhos, imediata ao oratório*” (ATAÍDE, Tristão da Cunha de, 1.º Conde de Povolide, ob. cit., p. 381).

<sup>489</sup> Ob. cit., parte I, tomo I, p. 44.

<sup>490</sup> Veja-se SARAIVA, José António, *O Palácio de Belém, com os seus hóspedes, os seus segredos e a sua vida quotidiana*, Inquérito, s.l., 1985, p. 41.

<sup>491</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>492</sup> ATAÍDE, Tristão da Cunha de, 1.º Conde de Povolide, ob. cit., p. 415.

<sup>493</sup> CARITA, Helder e CARDOSO, Homem, *Tratado da grandeza dos jardins em Portugal, ou da originalidade e desaires desta arte*, s.l., 1987, p. 147.

<sup>494</sup> SARAIVA, José, ob. cit., p. 42.

<sup>495</sup> ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins, ob. cit., vol. I, p. 591.

<sup>496</sup> SANTARÉM, Visconde de, ob. cit., tomo V, p. CXVI, nota.

<sup>497</sup> BRAZÃO, Eduardo, *Diário de D. Francisco Xavier de Menezes...*, pp. 207-208 e 210.

<sup>498</sup> Na verdade, é curioso reparar que MERVEILLEUX, que esteve em Portugal entre 1723 e 1726, descrevendo embora com algum cuidado o Paço Real e a pompa com que oficiava o Patriarcal, não tem nas suas Memórias qualquer palavra para a Capela Real (cfr. MERVEILLEUX, Charles Frédéric de, ob. cit.). Quanto à *Description de la ville de Lisbonne*, que deverá ter sido redigida pelos mesmos anos, coincide rigorosamente com a narrativa de Barbosa MACHADO: “Son Architecture & ses peintures n’ont rien que de fort ordinaire; mais elle est très-vaste. Il y a outre l’Autel du Chœur, douze Autels particuliers, qui sont superbement ornés; on y voit une grande Tribune à double étages, garnies de jalousies, d’où le Roi & la Reine entendent ordinairement la Messe” (p. 17).

<sup>499</sup> Este facto confirma claramente, a nosso ver, que a Patriarcal de D. João V nasce verdadeiramente no momento em que o soberano se resigna (pelo menos aparentemente) a aproveitar a Capela Real como sede da cúria metropolitana. O conhecimento (na verdade, a *ressurreição*) das campanhas artísticas da Patriarcal deve-se, sobretudo, ao esforço de Marie Thérèse MANDROUX-FRANÇA (cfr. “La Patriarcale du Roi Jean V de Portugal”, *Colóquio-Artes*, 2.ª Série, n.º 83, Lisboa, 1989; “A Patriarcal do Rei D. João V de Portugal”, *Triunfo do Barroco*, Lisboa, Fundação das Descobertas, 1993; “La Patriarcale del Re Giovanni V da Portugallo”, *Giovanni V di Portogallo (1707-1750) e la cultura romana del suo tempo*, Cat., Roma, Argos, 1995, e “Rome, Lisbonne, Rio de Janeiro, Londres et Paris: le long voyage du *Recueil Weale (1745-1995)*”, *Colóquio-Artes*, 109, Lisboa, 1996, Sep.). Apesar disso, não podemos concordar com as datas tardias que propõe para a realização desta fase dos trabalhos (que, pensamos, serão apenas válidas para as obras de decoração da Basílica ou outras que decorreriam ainda por muitos anos em zonas interiores do Palácio Patriarcal) e, muito menos, com a ideia de que o relato de Barbosa MACHADO os inclua já na sua descrição.

<sup>500</sup> *Memorias curiosas em que, por estes annos de 1778, se acham as principaes cousas da Corte de Lisboa*, ed. por SILVA, A. Vieira da, Lisboa, 1929, p. 7.

<sup>501</sup> Ob. cit., tomo III, p. 266.

<sup>502</sup> *Le grand dictionnaire historique de Moréri. Nouvelle et dernière édition*, Paris, 1759, vol. VI, *partie II*, pp. 332-333, cit. SMITH, Robert C., “João Frederico Ludovice, an eighteenth century architect in Portugal”, *Art Bulletin*, vol. XVIII, n.º 3, Chicago, 1936, p. 346.

<sup>503</sup> Ob. cit., p. 7.

<sup>504</sup> BOURDON, Albert-Alain, ob. cit., pp. 153-154.

<sup>505</sup> Publ. recentemente e na sua globalidade no importante artigo já citado de Marie Thérèse MANDROUX-FRANÇA.

<sup>506</sup> Cfr. *idem, ibidem*, p. 35.

<sup>507</sup> Ob. cit., pp. 96-97.

<sup>508</sup> Cfr. MANDROUX-FRANÇA, Marie Thérèse, ob. cit., pp. 35-37.

<sup>509</sup> BOURDON, Albert-Alain, ob. cit., p. 147.

<sup>510</sup> Esta quase obsessão que o monarca revela nos seus últimos anos pelas obras da Patriarcal ressalta a par e passo das cartas da Princesa do Brasil, D. Mariana Vitória, para a sua família em Espanha (cfr. BEIRÃO, Caetano, ob. cit.).

<sup>511</sup> Cfr. MANDROUX-FRANÇA, Marie Thérèse, ob. cit., pp. 37-38.

<sup>512</sup> Cfr. *idem, ibidem*, pp. 37-38 e nota 6. Outros dados ainda se podem acrescentar aos revelados por Marie Thérèse MANDROUX-FRANÇA, como os fornecidos por Fr. António do SACRAMENTO, quando refere que D. João V fez “As cazas de Benedictione, para se vestir e descansar o Patriarca, com muita sumptuosidade e precisosidade” (ob. cit., p. 15), ou pelo autor do relato “O Paço Real da Ribeira”, publ. por Camilo CASTELO BRANCO, que fala de “uma capella magnificientissima feita para uso particular dos patriarcas, tal e qual os pontifices a tem em Roma. E, posto que ainda não esteja concluida, é soberbissima pela profusão de jaspes vermelhos, negros, brancos o outras côres que lhe dão o esmalte” (ob. cit., p. 116).

<sup>513</sup> Veja-se FRANÇA, José-Augusto, ob. cit., p. 46.

<sup>514</sup> Cfr. SARAIVA, José da Cunha, “O Aqueducto das Águas Livres e o architecto Ludovice”, *Boletim Cultural e Estatístico da Câmara Municipal de Lisboa*, vol. I, n.º 4, Lisboa, 1937, p. 530.

<sup>515</sup> Cfr. FIGUEIREDO, António Pereira de, *Elogios dos Reis de Portugal, em latim, e em portuguez, illustrado com notas historicas, e criticas*, Lisboa, 1785, p. 249.

<sup>516</sup> SARAIVA, José da Cunha, ob. cit., p. 530.

<sup>517</sup> É o próprio Ludovice que informa: “Sua Magestade disse, que pelos Padres não perderem alguma vista de mar, de que tem presentemente, havião de fazer todas as diligências pelo desgostar; e que assim não cançasse neste projecto” (*idem, ibidem*).

<sup>518</sup> Veja-se CORTE-REAL, Manuel H., *O Palácio das Necessidades*, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 1983, pp. 12-13 e, sobretudo, FERRÃO, Leonor, “Palácio, Convento e Igreja de N. Senhora das Necessidades”, PEREIRA, José Fernandes (dir. de), *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Presença, 1989, p. 312, e *A Real Obra de Nossa Senhora das Necessidades*, Lisboa, Quetzal, 1994.

<sup>519</sup> Sobre o significado da componente eclesiástica na estrutura do Paço das Necessidades veja-se: PIMENTEL, António Filipe, “Absolutismo, Corte e Palácio Real, em torno dos palácios de D. João V”, *Arqueologia do Estado, 1.ª Jornadas sobre formas de organização e exercício dos poderes na Europa do Sul, séculos XIII-XVIII*, Lisboa, História & Crítica, 1988, vol. II, p. 705, e FERRÃO, Leonor, ob. cit., p. 312.

<sup>520</sup> Cfr. CORTE-REAL, Manuel H., ob. cit., p. 18.

<sup>521</sup> *Idem, ibidem*, p. 68.

<sup>522</sup> RATTON, Jacome, *Recordações sobre occurrencias do seu tempo em Portugal...*, Londres, 1813, pp. 176-177. Também Mons. José de CASTRO encontrou nas suas pesquisas no Arquivo Secreto do Vaticano a notícia de que em Janeiro de 1752 o Rei D. José, “compadecido dos incómodos” do Infante D. Manuel, seu tio, lhe ofereceu a casa de campo que D. João V tinha mandado fazer para as Rainhas viúvas, mandando-a mobilar e dando-lhe tudo o necessário (ob. cit., pp. 141-142).

<sup>523</sup> Cfr. CONCEIÇÃO, Fr. Cláudio da, ob. cit., tomo VIII, pp. 68-72.

<sup>524</sup> *Idem, ibidem*, pp. 58-61.

<sup>525</sup> *Idem, ibidem*, pp. 61-64.

<sup>526</sup> *Idem, ibidem*, pp. 64-66.

<sup>527</sup> *Idem, ibidem*, pp. 72-74.

<sup>528</sup> TELLES, Alberto, “Os Paços monásticos de Mafra”, *Occidente*, vol. XVI, n.º 510, Lisboa, 1893, p. 46.

- <sup>529</sup> MERVEILLEUX, Charles Frédéric de, ob. cit., p. 187.
- <sup>530</sup> Ob. cit., p. 171.
- <sup>531</sup> MARTANGES, Bonnet de, ob. cit., pp. 133-134.
- <sup>532</sup> BARETTI, Joseph, *A journey from London to Genoa through England, Portugal, Spain and France*, London, 1770, vol. I, p. 247, cit. SMITH, Robert C., ob. cit., p. 297, nota 111.
- <sup>533</sup> JACKSON, Lady Catharine Charlotte, *A formosa Lusitania*, Porto, 1887, p. 249, cit. *idem, ibidem*.
- <sup>534</sup> Ob. cit., pp. 71-72.
- <sup>535</sup> SMITH, Robert C., ob. cit., p. 295.
- <sup>536</sup> *Espelho de penitentes e chronica da provincia de Sta. Maria da Arrabida*, vol. II, Lisboa, 1728, pp. 747-759 (o vol. I é da autoria de Fr. António da PIEDADE).
- <sup>537</sup> CADAVAL, Duque do, ob. cit., pp. 283-285.
- <sup>538</sup> *Relação da Real Obra do Convento de Sto. Antonio da Villa de Mafra, motivo que houve para se fazer, sua primeira pedra, e sagração*, s.l., s.d. (1730), Biblioteca Pública e Arquivo de Évora, cod. C1X/1-5, fl. 1.
- <sup>539</sup> Ob. cit., tomo VIII, p. 136.
- <sup>540</sup> Ob. cit., p. 97.
- <sup>541</sup> *Relaçam da plausivel jornada, que Suas Magestades Fidelissimas com toda a Familia Real fizeram ao seu magnifico Convento de Mafra, pela festividade do grande patriarca S. Francisco, neste anno de 1750*, s.l., p. 1.
- <sup>542</sup> *Monumento sacro da fabrica, e solemnissima sagração da santa basilica do Real Convento... de Mafra...*, Lisboa, 1751, pp. 1-3.
- <sup>543</sup> Ob. cit., p. 229.
- <sup>544</sup> Veja-se *supra* notas 522-526.
- <sup>545</sup> Ob. cit., pp. 192-193. Veja-se, e para referir apenas dois exemplos, as opiniões expendidas a respeito da questão por Ayres de SÁ (“Paço-Mosteiro de Mafra”, *A Arte e a Natureza em Portugal*, n.º 37, Porto, 1904) e Ayres de CARVALHO (ob. cit., vol. I, pp. 276-280).
- <sup>546</sup> Veja-se v.g. SEQUEIRA, Gustavo de Matos, “A Igreja do Menino Deus”, *Belas-Artes*, 2.ª série, n.º 3, Lisboa, 1951, pp. 25-27, e BONIFÁCIO, Horácio Manuel Pereira, “Igreja do Menino Deus”, PEREIRA, José Fernandes (dir. de), *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Presença, 1989, p. 289.
- <sup>547</sup> Cfr. SANTARÉM, Visconde de, ob. cit., tomo V, pp. XL/XLI, nota.
- <sup>548</sup> CADAVAL, Duque do, ob. cit., p. 285.
- <sup>549</sup> CONCEIÇÃO, Fr. Cláudio da, ob. cit., tomo VIII, p. 70.
- <sup>550</sup> Veja-se *supra* nota 535.
- <sup>551</sup> Veja-se BAZIN, Germain, ob. cit., vol. I, pp. 8, 26-28 e 70.
- <sup>552</sup> Veja-se *supra*, nota 134.
- <sup>553</sup> SOUSA, D. António Caetano de, ob. cit., tomo VIII, p. 59. Veja-se também p. 140 e CONCEIÇÃO, Fr. Cláudio da, ob. cit., tomo VIII, pp. 218-221.
- <sup>554</sup> Cfr. SILVA, Francisco Xavier da, ob. cit., p. 330.
- <sup>555</sup> *Du Baroque*, Paris, Gallimard, 1968, p. 195.
- <sup>556</sup> Ob. cit., p. 72.
- <sup>557</sup> Cfr. BAIÃO, António (publ. e pref. de), *Memórias da Basílica da Estrela, escritas em 1790 por Manuel Pereira Cidade*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926, pp. 10-12.
- <sup>558</sup> Veja-se CARVALHO, Ayres de, *A Basílica da Estrela no segundo centenário da sua fundação*, Lisboa, Direcção-Geral do Património Cultural, 1979, p. 6. Não apenas existe ainda a *Rua de Buenos Aires*, como a toponímia local perpetua a designação, certamente mais eloquente, de *bairro de Buenos Aires*. Cfr. PROENÇA, Raul, *Guia de Portugal*, vol. I, *Generalidades, Lisboa e arredores*, apres. e not. de DIONÍSIO, Sant’Anna, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian,<sup>2</sup> 1982, p. 345.
- <sup>559</sup> Veja-se *supra* nota 479.
- <sup>560</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Chancelaria de D. João V*, Livro XXXV, fl. 355, cit. SMITH, Robert C., ob. cit., p. 297, e CARVALHO, Ayres de, ob. cit., vol. I, p. 260 (sem referências).
- <sup>561</sup> Ob. cit., tomo VIII, pp. 67-68.
- <sup>562</sup> *Idem, ibidem*, tomo VIII, p. 78. Esta visita teria ocorrido, por razões óbvias, o mais tardar em finais de 1712, antecedendo, como não poderia deixar de ser, o processo de avaliação dos terrenos que ocorre em Janeiro do ano imediato. Esclarece-se, deste modo, o equívoco em que, por inadvertência, caiu Robert C. SMITH (ob. cit., pp. 298-299), quando transcreve uma notícia da *Gazeta de Lisboa*, datada de 9 de Setembro de 1717, onde se relata uma deslocação do Rei a Mafra, igualmente a partir de Sintra: “ElRey nosso Senhor esteve a semana

passada em a villa de Cintra donde passou à de Mafra, a ver hum sitio para hum Convento de Capuchos Arrabidos que ali quer fundar” (vol. II, p. 284). Confundido, decerto, com a informação fornecida por Fr. Cláudio da CONCEIÇÃO e constatando que se trata da primeira menção conhecida de uma ida do monarca a Mafra, deduz que teria por finalidade a escolha do local. Muito embora os termos em que a *Gazeta* relata os acontecimentos se prestem a equívocos, é realmente inadmissível (se outros argumentos não existissem) que, escassos dois meses decorridos sobre a visita real, a 17 de Novembro de 1717, se estivesse já a lançar a pedra fundamental de uma igreja de semelhantes dimensões. Tratar-se-ia antes, com toda a probabilidade, de uma inspecção realizada pelo monarca a fim de observar os progressos dos trabalhos com vista à marcação da data para a cerimónia da colocação da primeira pedra, para a qual chegaria, aliás, a ser designado o dia 19 de Outubro, adiado depois em consequência de atrasos verificados na abertura dos alicerces e na construção da igreja de madeira onde teria lugar a função (CONCEIÇÃO, Fr. Cláudio da, ob. cit., tomo VIII, p. 90). Finalmente e atendendo a que a *Gazeta de Lisboa* apenas se começa a publicar em 1715, não é, evidentemente, possível encontrar aí elementos relativos aos anos iniciais do empreendimento.

<sup>563</sup> Cfr. CONCEIÇÃO, Fr. Cláudio da, ob. cit., tomo VIII, pp. 77-82.

<sup>564</sup> Este cômputo, que se deduz do simples confronto entre as datas do alvará que estabelece a fundação e da avaliação dos terrenos fornecida por Fr. Cláudio da CONCEIÇÃO, é confirmado por Fr. João de S. José do PRADO (ob. cit., p. 4) e pelo documento anónimo *Principio e fundação do Real Convento de Mafra, e sua grandeza, e sua sustentação, e luxo*, s.l., s.d., ms., Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra, res., p. 8.

<sup>565</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Chancelaria de D. João V*, Livro XLII, fl. 157, cit. CARVALHO, Ayres de, ob. cit., vol. I, p. 281, e SMITH, Robert C., ob. cit., pp. 297-298, notas 114 e 115.

<sup>566</sup> Cfr. CADAVAL, Duque do, ob. cit., p. 286.

<sup>567</sup> Veja-se *supra* nota 526. Fr. João de S. José do PRADO, contudo, substitui no seu relato Fr. José dos Mártires por Fr. João de Santa Maria, ao mesmo tempo que limita as primeiras reformas empreendidas na ermida do Espírito Santo a quatro pequenas celas divididas por tabiques (cfr. ob. cit., p. 4).

<sup>568</sup> Cfr. PEREIRA, Fr. José, *Compendio das couzas mais notaveis do Real Convento de Mafra*, s.l., s.d., Biblioteca Pública e Arquivo de Évora, cod. CX/1-6, fl. 1v. O duque do CADAVAL, todavia, informa que o Rei manda fazer o hospício para os fundadores em 1714 (cfr. ob. cit., p. 286). Pode acontecer, porém, que ambos os autores tenham razão, se entendermos as palavras do fidalgo como referentes a obras de instalação e as do frade à chegada da comunidade.

<sup>569</sup> Cfr. VALE, ..., *Noticia das riays obras de Mafra. Parte primeira e segunda, a primeira parte foy escrevida o anno passado e agora tresladada e acrescentada com huma segunda parte e qualquer dellas leva no fim huns vercos da mesma obra*, Mafra, 1730, ms., Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra, res., Parte I, p. 1.

<sup>570</sup> Cfr. CONCEIÇÃO, Fr. Cláudio da, ob. cit., tomo VIII, p. 85.

<sup>571</sup> *Idem, ibidem*, tomo VIII, p. 123.

<sup>572</sup> *Idem, ibidem*, tomo VIII, p. 73.

<sup>573</sup> SANTARÉM, Visconde de, ob. cit., tomo V, pp. CCL/CCLI, nota 3.

<sup>574</sup> CONCEIÇÃO, Fr. Cláudio da, ob. cit., tomo VIII, p. 85. Segundo relata Francisco Xavier da SILVA ter-se-ia dado então um “prodigioso acaso... porque ao abrirem os trabalhadores a terra do fundamento, achou hum delles huma Imagem de Santo Antonio, como se ja este Glorioso Santo tivesse primeiro destinado aquelle lugar para templo, e Casa sua, do que Sua Magestade lhe mandasse abrir os alicesses [sic]” (ob. cit., p. 155).

<sup>575</sup> Veja-se *supra* nota 561.

<sup>576</sup> CONCEIÇÃO, Fr. Cláudio da, ob. cit., tomo VIII, p. 118.

<sup>577</sup> Publ. CARVALHO, Ayres de, ob. cit., vol. II, pp. 345-347. As instruções para a realização do contrato datam, todavia, de 28 de Janeiro anterior. Cfr. *ibidem*, p. 345.

<sup>578</sup> Todavia, nas suas *Memórias*, o 4.º Conde de MAFRA, Prof. D. Thomaz de Mello Breyner (Lisboa, 1937), afirma ter encontrado, numa dependência do Palácio, desenhos arquitectónicos e de pormenores decorativos contemporâneos da edificação, chamando para eles a atenção do Rei D. Carlos, que teria ordenado que se encaixilhassem e expusessem nas salas. O episódio teria, contudo, ocorrido pouco antes do regicídio e a medida ficaria sem efeito. Algum tempo depois, o conde submetia de novo o seu achado à atenção do Rei D. Manuel II, o qual, por sua vez, determinaria que fossem oferecidos à Sociedade Nacional de Belas-Artes ou à Associação dos Architectos, por esse tempo ainda unida à dos Arqueólogos. Esta nova disposição não deverá, do mesmo modo, ter tido efeitos e a 6 de Outubro de 1910 o soberano partia, dessa mesma residência, para o seu exílio, perdendo-se, com o advento da República, o rasto dos preciosos desenhos (cfr. pp. 126-127).

<sup>579</sup> Ob. cit., tomo VIII, p. 83.

<sup>580</sup> *Idem, ibidem*, tomo VIII, pp. 123-125.

<sup>581</sup>Veja-se *supra* nota 576. Na verdade, as instruções que antecedem a realização da escritura dizem textualmente: “planta do Architeto da obra João federico Lodovice” (*ibidem*).

<sup>582</sup>Ob. cit., vol. I, p. 285.

<sup>583</sup>Ob. cit., p. 5.

<sup>584</sup>Ob. cit., tomo VIII, pp. 83 e 119.

<sup>585</sup>*Real Edificio Mafrense visto por fora, e por dentro...*, Mafra, 1828, ms., Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra, res., p. 1.

<sup>586</sup>Cfr. ob. cit., s.v. “O Abbade D. Filippe Juvara”, pp. 134 ss..

<sup>587</sup>Todavia, não apenas o relato de Cyrillo não resiste ao confronto com as datas das estadas de Juvara e Cannevari em Portugal, como os desenhos de Turim se não podem relacionar com Mafra, mas com a Patriarcal, questão que já foi atempadamente esclarecida. Cfr. *supra* nota 475.

<sup>588</sup>“*O duro Cyclope tedesco... astuto Bronte... que de Fabro não excedendo... o nome pôde usurpar de Arquitecto*”... Cfr. CARVALHO, Ayres de, ob. cit., vol. II, p. 303.

<sup>589</sup>Onde se poderão colher passagens como esta: “Mafra... dove un capo maestro genovese per nome Carlo Battista fu l’architetto che a lui si deve il buono che v’è perchè il cognominato Federico che aveva il titolo d’architetto era di professione orefice e di nazione tedesca, che ciò basta per seperli di buon grado” [BOTTARI-TICOZZI, *Lettere sulla pittura, scultura, architettura*, Roma, 1768, tomo VI, pp. 281/284 (carta a Agostino Ratti), cit. QUIETO, Pier Paolo, *D. João V de Portugal, a sua influência na arte italiana do século XVIII*, Elo, Lisboa-Mafra, 1990, p. 72].

<sup>590</sup>Ob. cit., vol. I, p. 269. As *Memórias* de MERVEILLEUX seriam depois publicadas em versão portuguesa por CHAVES, Castelo-Branco (ob. cit., pp. 131/257), edição que temos vindo a utilizar. Preferimos agora, porém, recorrer à versão original, em língua francesa, quer pela sua maior expressividade, quer mesmo em homenagem ao investigador que primeiro reconheceu nelas um valioso documento, não apenas para a História da Arte, mas para a própria História, em sentido amplo, de Portugal na primeira metade do século XVIII.

<sup>591</sup>*Idem, ibidem*, vol. II, pp. 268-269.

<sup>592</sup>GORANI, José, *Portugal, a Corte e o País nos anos de 1765 a 1767*, trad. pref. e not. de CHAVES, Castelo Branco, Ática, col. “Portugal visto pelos estrangeiros”, Lisboa, 1945, p. 142. Ayres de CARVALHO, contudo, parece ter desconhecido este testemunho, que não refere em apoio da tese que defende.

<sup>593</sup>BOURGOING, J. Fr., ob. cit., tomo II, p. 94.

<sup>594</sup>Biblioteca Nacional de Lisboa, res., Col. Pomb., cod. 157, fl. 214, “Cópia da Carta q. foi ao Marq.s de Fontes no Corr.º de 22 de Junho de q. tambem se fez a V. Ill.ma outra a cuja leitura se remeteo o P. Diogo Curado”. Publ. CARVALHO, Ayres de, ob. cit., vol. II, p. 307.

<sup>595</sup>*Idem, ibidem*, vol. II, p. 348.

<sup>596</sup>*Idem, ibidem*, vol. II, p. 310. O próprio historiador resumiria nestes termos os elementos em que se apoiava. Cfr. *ibidem*, vol. II, p. 313.

<sup>597</sup>*Idem, ibidem*, vol. II, p. 363.

<sup>598</sup>*Idem, ibidem*, vol. I, p. 282.

<sup>599</sup>*Idem, ibidem*.

<sup>600</sup>*Idem, ibidem*, vol. II, pp. 333 e 310.

<sup>601</sup>*Idem, ibidem*, vol. II, pp. 334-335.

<sup>602</sup>*Idem, ibidem*, vol. II, p. 358.

<sup>603</sup>*Idem, ibidem*, vol. II, p. 309.

<sup>604</sup>*Idem, ibidem*, vol. II, p. 344.

<sup>605</sup>*Idem, ibidem*, vol. II, p. 349.

<sup>606</sup>*Idem, ibidem*, vol. II, pp. 344-345.

<sup>607</sup>*Idem, ibidem*, vol. II, p. 344.

<sup>608</sup>*Idem, ibidem*, vol. II, p. 363.

<sup>609</sup>*Idem, ibidem*.

<sup>610</sup>*Idem, ibidem*, vol. II, p. 364.

<sup>611</sup>*Idem, ibidem*, vol. II, p. 357.

<sup>612</sup>*Idem, ibidem*, vol. II, p. 368.

<sup>613</sup>*Idem, ibidem*, vol. II, p. 363.

<sup>614</sup>*Idem, ibidem*, vol. II, p. 364.

<sup>615</sup>*Idem, ibidem*, vol. II, p. 361.

<sup>616</sup>*Idem, ibidem*, vol. II, p. 344.

<sup>617</sup> *Idem, ibidem*, vol. I, p. 282.

<sup>618</sup> *Idem, ibidem*, vol. II, pp. 341 e 311.

<sup>619</sup> *Idem, ibidem*, vol. II, p. 380.

<sup>620</sup> *Idem, ibidem*, vol. II, p. 341.

<sup>621</sup> *Idem, ibidem*, vol. II, p. 380.

<sup>622</sup> Com efeito, uma boa parte da inconsistência do discurso de Ayres de CARVALHO resulta claramente do esforço para conciliar as informações fornecidas pelo duque de CADAVAL, segundo o qual Ludovice seria o autor do monumento de Mafra, com a narrativa de MERVEILLEUX, em função da qual se deverá aceitar a proveniência romana do projecto.

<sup>623</sup> Na verdade, chega a causar espanto que Ayres de CARVALHO aceite, sem qualquer espécie de crítica, todas as informações fornecidas por MERVEILLEUX, a quem com frequência designa de “fidedigno cronista”. A este respeito valerá a pena registar as palavras judiciosas de Luís Ferrand de ALMEIDA num recente trabalho dedicado à curiosa figura do naturalista suíço e, por tabela, ao seu primeiro editor em Portugal, Ayres de CARVALHO: “Uma última questão a ser considerada – afinal, a mais importante – é o valor do testemunho de Merveilleux sobre Portugal. Este valor é constantemente acentuado, a nosso ver de forma excessiva, nos comentários de Ayres de Carvalho que acompanham a sua tradução dos *Mémoires*. Os relatos dos viajantes estrangeiros do século XVIII, sem serem, de modo nenhum, para desprezar, têm de ser vistos com espírito crítico, tendo em conta todo um conjunto de limitações que os afectavam em maior ou menor escala, desde as ideias feitas e os preconceitos (políticos, religiosos, sociais) até ao desconhecimento da língua, à estadia frequentemente curta no tempo e no âmbito geográfico e aos interesses pessoais de vária natureza” (“O naturalista Merveilleux em Portugal (1723-24 e 1726)”, *Revista Portuguesa de História*, tomo XXIV, Coimbra, 1988, p. 281).

<sup>624</sup> Veja-se *supra* notas 559 e 564.

<sup>625</sup> Cfr. *supra* nota 568.

<sup>626</sup> Veja-se *supra* notas 571 e 572.

<sup>627</sup> CONCEIÇÃO, Fr. Cláudio da, tomo VIII, p. 86.

<sup>628</sup> CADAVAL, Duque do, ob. cit., p. 285.

<sup>629</sup> Cfr. *Dia da fundação do mosteiro que a grandeza da Magestade de el Rey D. João V mandou fazer na villa de Mafra*, s.l., 1717, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, ms. n.º 50, fl. 35. Na verdade, a primeira igreja de madeira seria destruída pelo temporal alguns dias antes, obrigando à erecção de uma segunda, “não tão sublime” e este facto poderá estar na origem do adiamento, por um mês, das cerimónias (cfr. *ibidem*, fl. 34v.).

<sup>630</sup> Veja-se *supra* notas 604 e 605.

<sup>631</sup> Ob. cit., p. 298.

<sup>632</sup> Veja-se *supra* nota 576.

<sup>633</sup> Veja-se *supra* notas 614 e 616.

<sup>634</sup> Veja-se *supra* nota 598.

<sup>635</sup> Na verdade, Ayres de CARVALHO afirmaria, por simples dedução cronológica, que as narrativas de Fr. João de S. José do PRADO e de Fr. Cláudio da CONCEIÇÃO se baseiam nas *Memórias* do duque de CADAVAL, o que não pode provar-se, nem é crível, até pelo carácter de verdadeira *memória* para uso particular e não destinada à publicação, do relato do estribeiro-mor, que pretendeu apenas conservar e transmitir aos seus, factos importantes que em grande parte tinha presenciado. Deste modo, a sintonia entre os três documentos mais contribui para os validar mutuamente que para os excluir do trabalho do investigador por relatarem de modo idêntico o mesmo facto. De resto, não pode compreender-se, em face da absoluta confiança que A. C. sempre deposita nos documentos inéditos que publica, porque não absorveu, na sua íntegra, a verdadeira essência das informações, efectivamente bem claras, de CADAVAL.

<sup>636</sup> Veja-se *supra* nota 581.

<sup>637</sup> Veja-se *supra* nota 582.

<sup>638</sup> Veja-se *supra* nota 599.

<sup>639</sup> Veja-se *supra* nota 578.

<sup>640</sup> Veja-se *supra* nota 559.

<sup>641</sup> Veja-se *supra* nota 525.

<sup>642</sup> CONCEIÇÃO, Fr. Cláudio da, ob. cit., tomo VIII, p. 75.

<sup>643</sup> *Idem, ibidem*, vol. VIII, pp. 83-84.

<sup>644</sup> *Idem, ibidem*, vol. VIII, p. 125.

<sup>645</sup> *Idem, ibidem*, vol. VIII, pp. 123-125.

<sup>646</sup> *Idem, ibidem*, vol. VIII, p. 336.

<sup>647</sup> Na verdade, os planos que MERVEILLEUX viu, e que descreve com precisão, correspondem claramente à estrutura definitiva do edifício, pelo que a referência a 200 monges constitui mais uma indicação genérica, designativa de que o Convento se destinava a uma comunidade de *centenas* de religiosos, do que uma delimitação aritmética da sua lotação (cfr. CARVALHO, Ayres de, ob. cit. vol. I, p. 269).

<sup>648</sup> O autor do manuscrito *Dia da fundação do mosteiro que a grandeza da Magestade de elRey D. João V mandou fazer na villa de Mafra* reproduz a fls. 38 o formato da urna de mármore, reproduzido na 1.<sup>a</sup> edição desta obra (Coimbra, 1992, Apêndice II, doc. II).

<sup>649</sup> CONCEIÇÃO, Fr. Cláudio da, ob. cit., tomo VIII, p. 108.

<sup>650</sup> Este passo do relato de Fr. Cláudio, em que refere o plantio da cerca e a construção dos seus muros por António Rebelo da Fonseca logo no início do empreendimento (cfr. ob. cit., tomo VIII, pp. 123-124), é confirmado pelas *instruções* reais, datadas de 28 de Janeiro de 1718, que precedem a escritura, lavrada a 26 de Abril do mesmo ano, com António Baptista Garvo: “e que mande logo abrir os aliserces da serca e plantar arvores silvestres” (cfr. CARVALHO, Ayres de, ob. cit., vol. II, p. 345).

<sup>651</sup> CONCEIÇÃO, Fr. Cláudio da, ob. cit., tomo VIII, p. 125.

<sup>652</sup> *Idem, ibidem*, tomo VIII, p. 143.

<sup>653</sup> CARVALHO, Ayres de, ob. cit., vol. I, pp. 268-269.

<sup>654</sup> Cfr. *idem, ibidem*, vol. I, p. 269. O grande historiador de Arte, recentemente falecido, Germain BAZIN, ao tratar o monumento de Mafra caiu inadvertidamente em algumas confusões, uma das quais consiste em tomar todas as informações de Merveilleux como relativas à sua visita ao estaleiro, pelo que chegaria a escrever que “Merveilleux, en 1726, a vu sur le chantier une grande salle remplie par des modèles de Saint-Pierre et d’autres raretés de Rome.” (ob. cit., vol. I, p. 120).

<sup>655</sup> Ob. cit., pp. 266-267.

<sup>656</sup> CARVALHO, Ayres de, ob. cit., vol. I, p. 269.

<sup>657</sup> Cfr. ALMEIDA, Luís Ferrand de, ob. cit., pp. 273-275.

<sup>658</sup> Cfr. *idem, ibidem*, p. 274.

<sup>659</sup> CONCEIÇÃO, Fr. Cláudio da, ob. cit., tomo VIII, p. 124.

<sup>660</sup> CARVALHO, Ayres de, ob. cit., vol. I, p. 270.

<sup>661</sup> CONCEIÇÃO, Fr. Cláudio da, ob. cit., tomo VIII, p. 125.

<sup>662</sup> *Idem, ibidem*, tomo VIII, p. 126.

<sup>663</sup> *Idem, ibidem*, tomo VIII, pp. 125-127.

<sup>664</sup> *Idem, ibidem*, tomo VIII, p. 126.

<sup>665</sup> *Idem, ibidem*, tomo VIII, p. 143.

<sup>666</sup> *Idem, ibidem*, tomo VIII, pp. 142-143. Todavia, o monarca parece ter manifestado de início a intenção de proceder à sagração da Basílica em Junho de 1729, segundo se depreende de uma carta de José Correia de Abreu publicada por Ayres de CARVALHO (ob. cit., vol. II, p. 399) e a data de 22 de Outubro de 1730 constituiria desse modo um adiamento da inicial, imposto pelos atrasos verificados nos trabalhos. Ou tratar-se-ia de um modo de pressionar o seu correspondente?

<sup>667</sup> CONCEIÇÃO, Fr. Cláudio da, ob. cit., tomo VIII, p. 143.

<sup>668</sup> Cfr. *idem, ibidem*, tomo VIII, pp. 143-144. Este constitui sem dúvida um dos aspectos que mais tem sugestionado os estudiosos e escritores que se têm ocupado do monumento de Mafra, quer pela desorganização das estruturas laborais do País, que a reunião de um tão fantástico número de trabalhadores não poderia deixar de ocasionar, quer pelas inevitáveis violências cometidas na sua arrematação, quer ainda pelo carácter prisional que a *ilha da madeira* não poderia igualmente deixar de apresentar. Para uma visão global dos números verdadeiramente incríveis de operários e meios de trabalho mobilizados veja-se, v.g., GOMES, Joaquim da Conceição, *Descrição minuciosa do Monumento de Mafra*, Lisboa, 1871. Para uma evocação do ambiente que se vivia nas reais obras veja-se VALE, ..., *Noticia das Riays Obras de Mafra...*, p. 7 (interessantíssimo relato *ao vivo* do início de um dia de trabalho no estaleiro real); *Principio e fundação do Real Convento de Mafra, e sua grandeza, e sua sustentação, e luxo*, s.l., s.d., ms., Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra, *reservados*, pp. 138-140 (“Notícia tirada do mapa do dia dous do mes de Mayo de 1731 pella qual consta do numero da gente que efetivamente trabalhava na real obra”, publ. PRADO, Fr. João de S. José do, *Monumento Sacro da fabrica, e solemmissima sagração da Santa Basílica do Real Convento de... Mafra*, Lisboa, 1751, p. 152, onde, verdadeiramente, os totais aparecem correctos: 15 460 homens entre militares e operários); Tomás Pinto BRANDÃO, *Descrição de Mafra*, romance, Lisboa, 1730, ou o relato particularmente pitoresco de J. Patrocínio RIBEIRO (“As duas Mafras”, *Ilustração Portuguesa*, vol. II, Lisboa, 1910, pp. 220-221). Para a desorganização das estruturas laborais veja-se os comentários impregnados de azedume do embaixador inglês, Lord Tyrawley (SMITH, Robert C., “The building

of Mafra”, *Appolo*, vol. CXVII, n.º 134, London, 1973). Para as condições de trabalho, veja-se: *Relação das Riais Obras de Mafra*, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, ms. n.º 3029; *Padre Nosso glizado pelos homens que andavão nas obras de Mafra trabalhando sem se lhe[s] pagar*, Biblioteca Pública e Arquivo de Évora, ms. cod. CV/1-9; *Memorial a Sua Magestade que Deos Guarde a respeito das Reaes Obras de Mafra*, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, ms. n.º 630 e *Carta a um amigo sobre ser rogado a hir à função de Mafra*, Biblioteca Pública e Arquivo de Évora, ms., cod. CV/1-9, publ. CASTELO BRANCO, Camilo, *Mosaico e silva de curiosidades históricas, literárias e biográficas*, Lello, Porto, s.d., pp. 74-79, e “Scenas do governo absoluto em Portugal”, *O Conimbricense*, n.º 2377, Coimbra, 1870).

<sup>669</sup> VALE, ..., ob. cit., parte I, p. 6.

<sup>670</sup> Na verdade, o cômputo de 12 ou 13 anos em que geralmente se cifra a duração das obras – e que justifica as palavras de Robert Smith, segundo o qual “The greater part of the convent of Mafra was constructed in the space of twelve years, between the ceremonies of November, 1717, and the consecration, which took place in 1730” (“João Frederico Ludovice, an eighteenth century architect in Portugal”, p. 299) –, não tem qualquer correspondência com a realidade, sendo apenas válido para a Basílica e, mesmo assim, se não se tiver em conta a obra do zimbório, que demoraria ainda alguns anos a concluir-se. O próprio historiador, que escrevia estas palavras em 1936, reconhecera em 1973: “It appears that at the time of the consecration of the basilica of Mafra only a small part of the principal façade had been constructed...” (“The building of Mafra”, p. 364).

<sup>671</sup> Cfr. a correspondência trocada a partir de 1728 entre José Correia de Abreu e Fr. José Maria da Fonseca e Évora. Os pedidos de informações abrangem indiscriminadamente Mafra e a Patriarcal onde, a partir de 1730, decorreriam também grandiosas remodelações. Alguns, porém, referem-se claramente ao Real Edifício, afirmando-se amiúde que a demora das informações “tem atrazado m.to o adiantam.to da Obra” (06.10.1729). Estarão neste caso os seguintes trechos: “Duas plantas das duas Igr.as de Assis, com as suas alçatas, e especato, assim da Igr.a da Porsiuñcula como da dos Conventuaes, com todas as suas explicações necessr.as p.a bem se perceber tudo o que nellas ha; e q.to o Sepulcro de S. Francisco esteja á parte” (20.07.1729); “planta do Pallacio do Monte Cavallo” (21.07.1729); “planta, alçata, e especato de todos os Altares antigos q. VRma. souber” (11.08.1729); “Sacristias mais modernas, e q. tiverem melhores acomodações, como são as das Igra Nova, de S. Ignacio, S. Andre de Monte Cavallo, Sa Ma Maior etc. e feitas estas, se hira seguindo a mesma Commissão por todas as mais de Roma; e logo q. cada hum dos riscos for acabado o hira V.R. remetendo pello correjo (...). Procurase com toda a pressa hua planta alçado dos Lados, e alçado dos toppos das Sacristias mais modernas e de melhores comodos... (...) O Lugar em q. estão os Lavatorios p.a se lavarem os secerdotes antes de se revestirem, quantas biccas tem, e a forma do seu escoadouro, e o Lugar das toalhas (...). Se ha junto à sacristia chanimê p.a se fazer as brazas do Turibolo. O Lugar das paz, bassouras e escovas etc... (...) E para q. não haja demora nestas plantas se encarregar a cada Architecto hua Sacristia, p.a q. todos ao mesmo tempo quazi, tenham todas acabadas, e sejam remetidas com a recomendada pressa” (19.01.1730). Etc. (CARVALHO, Ayres de, ob. cit., vol. II, pp. 400 ss.).

<sup>672</sup> Ob. cit., tomo VIII, p. 164.

<sup>673</sup> Cfr. CHAVES, Castelo Branco, *Portugal nos séculos XVII e XVIII, quatro testemunhos*, p. 182, nota 7.

<sup>674</sup> *Idem, ibidem*, pp. 112-113.

<sup>675</sup> VALE, ..., ob. cit., parte I, pp. 1, 9, 10 e 11.

<sup>676</sup> O próprio autor (pouco mais que anónimo) da *Notícia* refere que medeia o espaço de um ano entre as informações que transmite, embora na primeira parte do seu relato, que aparentemente deveria respeitar ao ano de 1729, se incluam numerosos eventos que claramente respeitam ao ano seguinte e nem sempre é fácil, em face do estilo primário e confuso da narrativa, destringir com nitidez os dois períodos.

<sup>677</sup> Cfr. *idem, ibidem*, parte I, p. 11, e parte II, fls. 2, 4v, 5v, 7, 9, 9v e 11v.

<sup>678</sup> Cfr. CADAVAL, Duque do, ob. cit., p. 288.

<sup>679</sup> Cfr. CONCEIÇÃO, Fr. Cláudio da, ob. cit., tomo VIII, p. 276.

<sup>680</sup> Cfr. PRADO, Fr. João de S. José do, ob. cit., p. 17.

<sup>681</sup> Cfr. VALE, ..., ob. cit., parte I, pp. 15-16 e 18 e parte II, fls. 4, 5 e 30.

<sup>682</sup> *Idem, ibidem*, parte I, p. 19.

<sup>683</sup> Cfr. SANTANA, Fr. João de, ob. cit., p. 219. Outras vezes aparece designada, decerto mais correctamente, de escada da Fonte *das Aulas*.

<sup>684</sup> Cfr. VALE, ..., ob. cit., parte I, pp. 19-22.

<sup>685</sup> *Idem, ibidem*, parte I, pp. 20 e 22.

<sup>686</sup> Cfr. ob. cit., tomo VIII, pp. 165-166.

<sup>687</sup> Publ. CARVALHO, Ayres de, ob. cit., vol. II, pp. 352-355. Veja-se também sobre este assunto as curiosas anotações do conde da ERICEIRA (BRAZÃO, Eduardo, *Diário de D. Francisco Xavier de Menezes...*, p. 96).

<sup>688</sup> Cfr. *Principio e fundação do Real Convento de Mafra...*, pp. 138-140 (“Notícia tirada do mapa do dia dous do mes de Mayo de 1731”).

<sup>689</sup> Cfr. PRADO, Fr. João de S. José do, ob. cit., p. 152.

<sup>690</sup> BRAZÃO, Eduardo, ob. cit., p. 39.

<sup>691</sup> Cfr. CONCEIÇÃO, Fr. Cláudio da, ob. cit., tomo VIII, pp. 276-277.

<sup>692</sup> Cfr. BRAZÃO, Eduardo, ob. cit., pp. 148 e 150.

<sup>693</sup> Ob. cit., tomo VIII, p. 279.

<sup>694</sup> BRAZÃO, Eduardo, ob. cit., p. 192.

<sup>695</sup> CASTRO, Mons. José de, ob. cit., p. 172.

<sup>696</sup> *Idem, ibidem*. Sobre os carrilhões veja-se: GAMA, Luís Filipe Marques da, “Os Carrilhões de Mafra – subsídios para a sua história”, *Os Carrilhões de Mafra*, Mafra, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais – Instituto Português do Património Cultural, 1989.

<sup>697</sup> Cfr. CONCEIÇÃO, Fr. Cláudio, ob. cit., tomo VIII, p. 82.

<sup>698</sup> Cfr. ASSUNÇÃO, Guilherme José Ferreira de, *Mafra: efemérides do concelho*, Mafra, 1967, p. 54.

<sup>699</sup> CONCEIÇÃO, Fr. Cláudio da, ob. cit., tomo VIII, p. 280.

<sup>700</sup> Cfr. ASSUNÇÃO, Guilherme José Ferreira de, ob. cit., p. 60, e LACERDA, Aarão de, ob. cit., p. 571. Efectivamente, COURTILS, que escrevia em 1755, afirmaria ao referir-se a Mafra: “il n’y a pas quinze ans qu’elle est élevée” (cfr. BOURDON, Albert-Alain, ob. cit., p. 148). BARETTI, porém, afirmaria em 1760 que ainda não estava de todo concluído (cfr. ob. cit., p. 63). É provável que se tratasse de acabamentos interiores, mas é um facto que certos pormenores não chegariam nunca a ser terminados (cfr. GOMES, Joaquim da Conceição, ob. cit., p. 63) e a esse respeito refere Fr. José PEREIRA (ob. cit., fl. 20) que “o Snr. Rey D. João 5. por cauza da sua molestia frequentava muito poucas vezes este Real Convento de Mafra, motivo porq. ficarão muitas cousas por acabar”.

<sup>701</sup> ASSUNÇÃO, Guilherme José Ferreira de, ob. cit., p. 60.

<sup>702</sup> Veja-se *supra* nota 664.

<sup>703</sup> Cfr. VALE, ..., ob. cit., parte I, p. 19.

<sup>704</sup> Cfr. ilustrações 20 e 21.

<sup>705</sup> Cfr. VALE, ..., ob. cit., parte I, p. 19.

<sup>706</sup> Com efeito, pelo que a documentação sugere e o ritmo de crescimento do próprio edifício parece confirmar, a montanha rochosa erguer-se-ia a cerca de 100 metros, talvez, do flanco meridional da Basílica, definindo uma diagonal em relação ao monumento, mais ou menos a partir do local onde viria a erguer-se a Casa do Capítulo em direcção ao jardim do buxo que cortaria pelos vértices.

<sup>707</sup> Ob. cit., p. 19.

<sup>708</sup> Incluída entre as pp. 18-19.

<sup>709</sup> Cfr. ilustração 61.

<sup>710</sup> Veja-se sobre este assunto: ELSEN, Albert E., LANE, Barbara Miller e VON MOOS, Stanislaus, ob. cit., pp. 42-44; BONET CORREA, Antonio, “Las escaleras imperiales españolas”, *Cuadernos de Arte de la Universidad de Granada*, vol. XII, n.º 24, Granada, 1975; LA PLAZA SANTIAGO, Francisco Javier de la, *Investigaciones sobre el Palacio Real Nuevo de Madrid*, Valladolid, Departamento de Historia del Arte, Universidad de Valladolid, 1975, p. 114; PIMENTEL, António Filipe, “Escadaria”, PEREIRA, José Fernandes (dir. de), *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Presença, 1989, pp. 163-164.

<sup>711</sup> Cfr. CONCEIÇÃO, Fr. Cláudio da, ob. cit., tomo VIII, pp. 121-122.

<sup>712</sup> Esta discrepância entre as escadarias nobres conventual e palatinas foi já notada por Ayres de SÁ, que a este respeito escreveu: “...entremos no Paço, as escadas da frente são amplas, de ambos os lados, mas não correspondem ao que se esperava, parece que houve tenção de fazer a entrada pelo lado do Nascente; uma escada larguissima, assente sobre columnas, iria dar à casa onde hoje está a Bibliotheca” (ob. cit., s.p.).

<sup>713</sup> *Apontamentos acerca da biographia do notavel architecto da Basílica Real, Palacio e Convento da villa de Mafra*, Lisboa, 1881.

<sup>714</sup> *A escultura em Mafra*, Mafra, 1950, pp. 8, 13 e 14.

<sup>715</sup> CARVALHO, Ayres de, ob. cit., vol. II, p. 364.

<sup>716</sup> Vejam-se *supra* notas 593-619.

<sup>717</sup> Ob. cit., vol. I, pp. 119-120. De facto, Germain BAZIN limitar-se-ia, como é natural, a tomar por conclusivas as opiniões expendidas por Ayres de CARVALHO. Ao contrário, porém, de outros ilustres historiadores estrangeiros, não efectuará qualquer investigação por conta própria a respeito do monumento português e os conhecimentos que revela sobre a questão são mesmo, surpreendentemente, pouco firmes, levando-o a cair em

confusões (veja-se *supra* nota 475). Mais adiante acumulará, como veremos, comentários pouco lisonjeiros sobre o arquitecto Ludovice, no que entraria em contradição, uma vez que a doutrina defendida por A. C. lhe reservaria um papel eminentemente passivo, de mero executor, no grandioso empreendimento, não podendo, por essa razão, ser responsabilizado por eventuais defeitos de concepção. O problema residirá, talvez, em conciliar as opiniões defendidas pelo historiador português, não apenas com uma análise serena e objectiva da questão, mas com a simples observação do edifício.

<sup>718</sup> “A propos des sources architecturales de Mafra”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XIX, Lisboa-Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1983, pp. 46-48.

<sup>719</sup> Veja-se *supra* nota 630.

<sup>720</sup> Veja-se *supra* nota 576.

<sup>721</sup> CADAVAL, Duque do, ob. cit., p. 285.

<sup>722</sup> Veja-se *supra* nota 581.

<sup>723</sup> Veja-se *supra* nota 598.

<sup>724</sup> Veja-se *supra* nota 601.

<sup>725</sup> De facto, Aurora SCOTTI, que estudou atentamente a actividade de Juvara em Portugal, não só não detecta qualquer influência do arquitecto italiano no monumento mafrense, como não hesita mesmo em afirmar que “Con Mafra siamo agli antipodi delle soluzioni juvariane” (“L’attività di Filippo Juvara a Lisbona...”, p. 57).

<sup>726</sup> Veja-se *supra* notas 611-613.

<sup>727</sup> Veja-se TITI, Filippo, *Nuovo studio di pittura, scultura, et architettura, nell’chiese di Roma, palazzi Vaticano, di Monte Cavallo, & altri*, Roma, 1708, pp. 15-16.

<sup>728</sup> Cfr. PEREIRA, José Fernandes, “João Frederico Ludovice”, *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Presença, 1989, p. 266.

<sup>729</sup> Cfr. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *docs. jesuíticos vindos do Tribunal de Contas*, maço 66, publ. VITERBO, Sousa, *Dicionário histórico e documental dos architectos, e constructores portuguezes ou ao serviço de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1904, vol. II, p. 100.

<sup>730</sup> *Relaçam das festas, que os padres da Companhia de Jesus e Casa Professa de S. Roque em a cidade de Lisboa fizeram em a beatificação do beato padre João Francisco Regis, sacerdote professo da mesma Companhia*, Lisboa, 1717, p. 12.

<sup>731</sup> Cfr. “Novas revelações para a história do barroco em Portugal”, *Belas Artes*, 2.ª série, n.º 20, Lisboa, 1964, p. 21.

<sup>732</sup> Veja-se *supra* nota 467.

<sup>733</sup> CARVALHO, Ayres de, *D. João V e a arte do seu tempo.*, vol. I, p. 282.

<sup>734</sup> *Idem, ibidem*, ob. cit., vol. II, p. 357.

<sup>735</sup> Cfr. *idem, ibidem*, vol. II, pp. 381-385. Trata-se, de resto, de uma questão, esta, onde importa rever com urgência o papel desempenhado pelo arquitecto régio: cfr. PIMENTEL, António Filipe, “Uma jóia em forma de templo: a Capela de São João Baptista”, *Oceanos*, n.º 43, Jul.-Set., 2000.

<sup>736</sup> Veja-se *supra* nota 620. Cfr. datas da correspondência entre José Correia de Abreu e Fr. José Maria da Fonseca e Évora (*idem, ibidem*, vol. II, pp. 399-424).

<sup>737</sup> Veja-se *supra* nota 653.

<sup>738</sup> SILVA, Francisco Xavier da Silva, ob. cit., p. 266.

<sup>739</sup> Veja-se *supra* nota 714.

<sup>740</sup> Veja-se *supra* nota 710.

<sup>741</sup> Ob. cit., p. 301. Na verdade, se outras razões não existissem, a flagrante unidade estética do complexo mafrense opõe-se por si só à teoria de Ayres de CARVALHO. Um exemplo eloquente do embaraço suscitado pelo reconhecimento deste facto seria fornecido por Paulo Varela GOMES (*A Cultura arquitectónica e artística em Portugal*, Caminho, Lisboa, 1988, p. 20), quando constata que, dado terem colaborado no empreendimento “directa ou indirectamente, Ludovice, Juvara, Canevari, Carlos Fontana (através do seu discípulo Tomaso Mattei), os Garvo (pai e filho), Claude Laprade (na escultura), talvez Carlo Gimac nas fases iniciais (...) Resulta quase milagroso o facto de o vasto convento manter, apesar disto tudo, uma razoável unidade de conjunto”. Em história, porém, raramente ocorrem milagres e mesmo José Fernandes PEREIRA reconheceria que a “unidade reforça a ideia de uma autoria individual, ou, pelo menos, de uma direcção individualizada dos trabalhos que sintetizasse projectos ou meras opiniões. Esta unidade, a par do espírito italianizante da obra, reforça a ideia de uma chefia ludoviciana” (*Arquitectura barroca em Portugal*, Biblioteca Breve, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, 1986, p. 57).

<sup>742</sup> O seu relato seria publicado anonimamente em Amsterdão, em 2 vols., em 1738. Cfr. ALMEIDA, Luís Ferrand de, ob. cit., p. 277. O mesmo autor escreve a p. 278 que a obra foi “conhecida e citada entre nós, por historiadores e bibliógrafos, desde a primeira metade do século XVIII, poucos anos depois da sua publicação, e continuou a sê-lo ao longo dos séculos XIX e XX”, facto que Ayres de CARVALHO desconhecia quando encontrou numa biblioteca francesa o exemplar que utilizou. Em Portugal conservam-se ainda os 2 vols. na Biblioteca da Ajuda (Lisboa) e na de Braancamp Freire (Santarém) e apenas o tomo I na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (*idem*, p. 278, nota 19). Os *Mémoires* fariam, de resto, parte da *bagagem* de muitos viajantes que se dirigiam a Portugal e assim se explica que as informações que transmitem sejam reproduzidas, quer em síntese – caso de GORANI (ob. cit., p. 142) ou de CHATELET (BOURGOING, J. Fr., ob. cit., vol. II, p. 94), quando referem a proveniência romana dos planos de Mafra –, quer mesmo quase literalmente, como é o caso de MURPHY em *Travels in Portugal*, pp. 287-288.

<sup>743</sup> Veja-se *supra* nota 590.

<sup>744</sup> DALRYMPLE, W., *Voyage en Espagne et en Portugal dans l'année 1774*, Paris, 1783, p. 187.

<sup>745</sup> BOURGOING, J. Fr., ob. cit., tomo II, p. 94.

<sup>746</sup> Ob. cit., pp. 287-288.

<sup>747</sup> *Viagem a Portugal, 1798-1802*, pref. e not. de CHAVES, Castelo Branco, Lisboa, Biblioteca Nacional, série “Portugal e os estrangeiros”, 1981, p. 217.

<sup>748</sup> Ob. cit., p. 302.

<sup>749</sup> *Dia da fundação...*, fl. 35v.

<sup>750</sup> Ob. cit., p. 18.

<sup>751</sup> MACHADO, Cyrillo Volkmar, ob. cit., p. 163.

<sup>752</sup> LINDEMANN, Carlos, *Nova descrição de Lisboa, dos seus arredores e de Cintra, Pena e Mafra...*, Lisboa, 1853, pp. 127 e 125.

<sup>753</sup> *A arquitectura em Portugal* (Exposição Portuguesa em Sevilha), Lisboa, Imprensa Nacional, 1929, p. 37.

<sup>754</sup> “L’Art Portugais”, *Annales de l’Université de Paris*, Paris, 1948, p. 16.

<sup>755</sup> “L’architecture religieuse du Portugal et du Brésil à l’époque baroque”, *XVI Congrès International d’Histoire de l’Art*, Lisboa-Porto, 1949, vol. I, p. 76.

<sup>756</sup> *Les Palais de la Foi...*, vol. I, p. 10.

<sup>757</sup> Cfr. “El estilo herreriano y la arquitectura portuguesa”, *El Escorial*, Madrid, Património Nacional, 1963, vol. II, pp. 215-252, cit. *idem*, *Casas Reales en Monasterios y Conventos españoles*, Discurso leído... en el acto de su recepción pública, Madrid, Real Academia de la Historia, 1966, p. 214.

<sup>758</sup> Cfr. BOTTINEAU, Yves, ob. cit., p. 43.

<sup>759</sup> Ob. cit., pp. 24-25.

<sup>760</sup> Cfr. MARTIN GONZÁLEZ, Juan José, “El Monasterio de El Escorial, una cima alcanzada”, *Sillar*, n.º 16, ano IV, Madrid, 1984, sep., pp. 32-37.

<sup>761</sup> DALRYMPLE, W., ob. cit., p. 187.

<sup>762</sup> BOURGOING, J. Fr., ob. cit., tomo II, p. 94.

<sup>763</sup> MURPHY, James, ob. cit., p. 288.

<sup>764</sup> Ob. cit., p. 37.

<sup>765</sup> Ob. cit., vol. I, p. 124.

<sup>766</sup> Veja-se *supra* nota 36.

<sup>767</sup> *Casas Reales en Monasterios y Conventos españoles*, p. 18.

<sup>768</sup> Cfr. BAZIN, Germain, ob. cit., vol. I, p. 102.

<sup>769</sup> Cfr. CHUECA, Fernando, ob. cit., pp. 13-19.

<sup>770</sup> *Idem, ibidem*, pp. 17-18.

<sup>771</sup> MARAVALL CASESNOVES, Jose Antonio, “Contestación” a CHUECA, Fernando, ob. cit., p. 248.

<sup>772</sup> Cfr. CHECA, Fernando, “El Monasterio de El Escorial y los palacios de Felipe II”, *Fragmentos*, n.ºs 4-5, Madrid, 1985, pp. 11-12 e CHUECA GOITIA, Fernando, “La Corte de España y los Sitios Reales”, *El Arte en las Cortes Europeas del Siglo XVIII*, Madrid, Comunidad de Madrid, 1989, pp. 218-220.

<sup>773</sup> SMITH, Robert C., ob. cit., p. 305, nota 160.

<sup>774</sup> Veja-se LEITE, Ana Cristina, “O Hospital Real de Todos-os-Santos”, *Hospital Real de Todos-os-Santos*, Cat., Lisboa, Museu Rafael Bordalo Pinheiro, 1993, pp. 5-15, MOREIRA, Rafael, “O Hospital Real de Todos-os-Santos e o italianismo de D. João II”, *ibidem*, pp. 23-30, e BAZIN, Germain, ob. cit., vol. I, pp. 106-107.

<sup>775</sup> Cfr. BAZIN, Germain, ob. cit., vol. I, pp. 104-105, e ELSSEN, Albert E., LANE, Barbara Miller e VON MOOS, Stanislaus, ob. cit., pp. 20-22.

- <sup>776</sup> Cfr. BAZIN, Germain, ob. cit., vol. I, pp. 104-105.
- <sup>777</sup> CHECA, Fernando, “El Monasterio de El Escorial y los palacios de Felipe II”, p. 16.
- <sup>778</sup> BAZIN, Germain, ob. cit., vol. I, p. 95.
- <sup>779</sup> MARAVALL CASESNOVES, Jose Antonio, ob. cit., pp. 247-248.
- <sup>780</sup> CHECA, Fernando, *Casas Reales en Monasterios y Conventos españoles*, pp. 202-203.
- <sup>781</sup> Veja-se MARTIN GONZÁLEZ, Juan José, ob. cit., p. 48, e SACKEN, Cornelia von der Osten, ob. cit., pp. 27-40.
- <sup>782</sup> Cfr. BAZIN, Germain, ob. cit., vol. I, pp. 8-10 e 67-68.
- <sup>783</sup> CHECA, Fernando, ob. cit., p. 17.
- <sup>784</sup> Cfr. BAZIN, Germain, ob. cit., vol. I, pp. 105-106.
- <sup>785</sup> Veja-se *idem, ibidem*, vol. I, p. 107, ARGAN, Giulio Carlo, ob. cit., p. 46, e SANTIAGO SEBASTIÁN, “Arte y Humanismo”, p. 127.
- <sup>786</sup> Cfr. CHECA, Fernando, ob. cit., p. 202.
- <sup>787</sup> *Idem, ibidem*, pp. 16-17.
- <sup>788</sup> Ob. cit., vol. I, p. 104.
- <sup>789</sup> Cfr. CHUECA GOITIA, Fernando, “La Corte de España y los Sitios Reales”, p. 220.
- <sup>790</sup> Cfr. CHECA CREMADES, Fernando e MORÁN TURRINA, José Miguel, ob. cit., p. 53.
- <sup>791</sup> Veja-se BROWN, Jonathan e ELLIOT, J. H., ob. cit., pp. 35-37.
- <sup>792</sup> Veja-se CHUECA GOITIA, Fernando, ob. cit., pp. 224-225.
- <sup>793</sup> Veja-se BROWN, Jonathan e ELLIOT, J. H., ob. cit., p. 87.
- <sup>794</sup> *Idem, ibidem*, pp. 87-88.
- <sup>795</sup> Cfr. CHUECA GOITIA, Fernando, ob. cit., p. 224, e KUBLER, George, “Arquitectura de los siglos XVII y XVIII”, *Ars Hispaniae*, vol. XIV, Madrid, 1957, pp. 200-206.
- <sup>796</sup> Ob. cit., p. 215.
- <sup>797</sup> Veja-se *idem, ibidem*, pp. 206-215, DURÁN, Miguel, “Del Antiguo Madrid: la construcción del Palacio Real”, *Arquitectura*, n.º 96, Madrid, 1927, pp. 123-131, e CHUECA GOITIA, Fernando, ob. cit., pp. 220 e 223. Mesmo em relação à capela palatina e à posição axial que por tradição lhe era reservada e que Juvara não havia respeitado, se verifica um processo nítido de aproximação em relação aos usos consagrados (cfr. LA PLAZA SANTIAGO, Francisco Javier de, ob. cit., pp. 135-158).
- <sup>798</sup> CHUECA, Fernando, ob. cit., pp. 26-27.
- <sup>799</sup> BROWN, Jonathan e ELLIOT, J. H., ob. cit., pp. 227-228.
- <sup>800</sup> Veja-se CHUECA, Fernando, ob. cit., pp. 223-224, e MARTIN GONZÁLEZ, Juan José, “Las ideas artísticas de la Reina Bárbara de Braganza”, *Bracara Augusta*, vol. XXVII, tomo II, n.º 64 (76), Braga, 1973, *Actas do Congresso a Arte em Portugal no Século XVIII*, pp. 381-388.
- <sup>801</sup> Cfr. CHECA CREMADES, Fernando e MORÁN TURINA, José Miguel, ob. cit., pp. 52-53.
- <sup>802</sup> Veja-se BAZIN, Germain, ob. cit., vol. I, pp. 238-241.
- <sup>803</sup> Cfr. *idem, ibidem*, vol. II, pp. 7-10.
- <sup>804</sup> Cfr. CHUECA, Fernando, ob. cit., p. 219.
- <sup>805</sup> Cfr. BAZIN, Germain, ob. cit., vol. II, p. 10.
- <sup>806</sup> Veja-se sobre as grandes abadias da Europa Central, *idem, ibidem*, vol. II, pp. 74-209.
- <sup>807</sup> Cfr. *idem, ibidem*, vol. I, p. 65.
- <sup>808</sup> Cfr. *idem, ibidem*, vol. I, pp. 65-68.
- <sup>809</sup> Veja-se *supra* nota 11.
- <sup>810</sup> Ob. cit., vol. II, p. 9.
- <sup>811</sup> Cfr. *idem, ibidem*, vol. II, p. 8.
- <sup>812</sup> Cfr. *idem, ibidem*, vol. I, p. 65.
- <sup>813</sup> Ob. cit., p. 24.
- <sup>814</sup> Ob. cit., vol. I, pp. 119 e 124.
- <sup>815</sup> WATSON, Walter Crum, *Portuguese architecture*, London, 1908, p. 263, cit. SMITH, Robert C., ob. cit., p. 302.
- <sup>816</sup> Ob. cit., p. 305.
- <sup>817</sup> KUBLER, George e SORIA, Martin, *Art and architecture in Spain and Portugal and their american dominions, 1500 to 1800*, Middlesex, Penguin, 1959, p. 111.
- <sup>818</sup> Ob. cit., p. 43.
- <sup>819</sup> Ob. cit., p. 111.

<sup>820</sup> Ob. cit., p. 43.

<sup>821</sup> Ob. cit., pp. 305-306.

<sup>822</sup> Ob. cit., p. 46.

<sup>823</sup> Cfr. *idem, ibidem*, pp. 46-48.

<sup>824</sup> *Idem, ibidem*, p. 48.

<sup>825</sup> Cfr. BAZIN, Germain, ob. cit., vol. I, pp. 93-94, e SEBASTIÁN, SANTIAGO, ob. cit., p. 107. Veja-se ainda a opinião de Robert C. SMITH (ob. cit., p. 288), segundo o qual, se D. João V tivesse pensado desde o início em erigir um convento à escala do Escorial, decerto teria feito vir de imediato um arquitecto do estrangeiro. Filipe II, contudo, não o fez, quando concebeu um cenóbio à escala do palácio de Split...

<sup>826</sup> Cfr. BAZIN, Germain, ob. cit., vol. I, pp. 91-94, e CHUECA, Fernando, ob. cit., pp. 206-215.

<sup>827</sup> Veja-se *supra* nota 670.

<sup>828</sup> PEREIRA, José Fernandes, ob. cit., p. 56.

<sup>829</sup> Veja-se *supra* nota 571. Efectivamente, pudemos localizar um interessante conjunto de documentos que confirmam em absoluto a afirmação do cronista arrábido a respeito do papel desempenhado pela Casa de Bragança no financiamento das obras do Real Edifício, que prevemos publicar em breve. Deste modo se corrobora igualmente a noção que ao longo deste trabalho fomos adquirindo de serem, por via de regra, dignas de fé as afirmações veiculadas por Fr. Cláudio, alimentadas em documentos hoje pela maior parte desaparecidos, após a pulverização dos arquivos institucionais portugueses levada a cabo, poucos anos depois, pelas leis de desamortização.

<sup>830</sup> CARVALHO, Ayres de, ob. cit., vol. I, p. 270.

<sup>831</sup> Veja-se sobre a escassez de notícias transmitidas pela *Gazeta*, SMITH, Robert C., ob. cit., p. 301.

<sup>832</sup> CADAVAL, Duque do, ob. cit., p. 288.

<sup>833</sup> De facto, muito embora as fontes de que dispomos digam respeito apenas à década de 30, atestam claramente a grande assiduidade das deslocações reais a Mafra. Cfr. Castro, Mons. José de, ob. cit., pp. 172-173; BRAZÃO, Eduardo, D. João V, *subsídios para a história do seu reinado*, p. 138; *idem, Diário de D. Francisco Xavier de Menezes...*, pp. 9, 13, 20, 24, 25, 27, 30, 32, 37-38, 40, 49, 55, 57, 61, 102, 115, 136, 140, 186, 192 e 193.

<sup>834</sup> Cfr. CHECA CREMADES, Fernando e MORÁN TURRINA, José Miguel, ob. cit., pp. 169-171.

<sup>835</sup> Veja-se sobre esta questão ALEWYN, Richard, ob. cit., pp. 40 e 55-59.

<sup>836</sup> Veja-se *supra* nota 796.

<sup>837</sup> Ob. cit., p. 54.

<sup>838</sup> Ob. cit., p. 123.

<sup>839</sup> Particularmente significativa desta atitude será a representação da batalha do cabo Matapão como fundo do conhecido retrato do monarca conservado na embaixada do Brasil em Haia.

<sup>840</sup> Esta questão foi já tratada, de forma inovadora, por Ana Maria ALVES na sua obra *Iconologia do poder real no período manuelino, à procura de uma linguagem perdida*, Lousã, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, col. “Temas Portugueses”, 1985.

<sup>841</sup> Veja-se *supra* nota 371.

<sup>842</sup> Este assunto vem sendo tratado, numa perspectiva particularmente interessante, por Rui BEBIANO. Veja-se, especialmente, “Mecanismos disciplinares no exército português (séculos XVII-XVIII)”, *Arqueologia do Estado*, 1.ª Jornada sobre formas de organização e exercício dos poderes na Europa do Sul, séculos XIII-XVIII, Lisboa, *História & Crítica*, 1988, vol. II, “Looking for a baroque military look”, *Routes du Baroque, la contribution du baroque à la pensée et à l’art européens*, Communications au Colloque de Queluz, Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura, 1990, e *A Pena de Marte, escrita da guerra em Portugal e na Europa, séculos XVI a XVIII*, Coimbra, Minerva, 2000.

<sup>843</sup> Ob. cit., tomo VIII, p. 336.

<sup>844</sup> Cfr. *Principio e fundação do Real Convento de Mafra...*, pp. 104-105.

<sup>845</sup> BRAZÃO, Eduardo, ob. cit., p. 193.

<sup>846</sup> CHUECA, Fernando, *Semblante de Madrid*, 1951, p. 67, cit. KUBLER, George, *Arquitectura de los siglos XVII y XVIII*, p. 206.

<sup>847</sup> Cfr. OLIVEIRA, Luís Vasco R. Salgado de, “O significado do luxo no reinado de D. João V. Alguns aspectos”, *Bracara Augusta*, vol. XVIII, tomo III, n.º 65-66 (77-78), Braga, 1974, *Actas do Congresso a Arte em Portugal no Século XVIII*, p. 302.

<sup>848</sup> Cfr. *idem, ibidem*, pp. 301-303 e 306-309.

<sup>849</sup> CASTELO BRANCO, Anselmo Caetano Munhoz de Abreu Gusmão e, *Ençæ ou aplicação do entendimento sobre a pedra filosofal*, nota preamb. de GANDRA, Manuel J., Mafra, s.e., 1987. Veja-se, especialmente, as

pp. 88-91, 101-104 e 579-583. Devemos o conhecimento e a posse desta obra à rara gentileza do senhor José Eduardo Medeiros, de Mafra.

<sup>850</sup> GOMES, Joaquim da Conceição, ob. cit., p. 27.

<sup>851</sup> MOURA, Carlos, “Baroque in Portugal, or portuguese baroque? A brief survey of some aspects of the question”, *Routes du Baroque, la contribution du baroque à la pensée et à l’art européens*, Communications au Colloque de Queluz, Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura, 1990, p. 190.

<sup>852</sup> WATSON, Walter Crum, ob. cit., p. 263, cit. SMITH, Robert, ob. cit., p. 302, escreve a respeito de Mafra: “...here the monastic part in thrust back almost out of sight, and the palace stretches all along the west front except where it is interrupted in the middle by the church”.

<sup>853</sup> Ob. cit., p. 305, refere que o plano *consiste* “of setting the church in the middle of the principal façade and relegating the convent buildings to the rear of the complex”.

<sup>854</sup> KUBLER, George e SORIA, Martin, ob. cit., p. 111, afirma que “The church is part of the palace, separated from the conventual quarters, which occupy the rear courts, as in the German Baroque monasteries”.

<sup>855</sup> BOTTINEAU, Yves, ob. cit., p. 43, confirma que “le palais occupe la partie antérieure et le couvent est rejeté dans la moitié postérieure”.

<sup>856</sup> Ob. cit., vol. I, p. 124, tomando à letra o relato de Merveilleux, comenta que “Sur le coté gauche de l’église se déploie le palais prévu pour le roi, la famille royale et les grands officiers de la Couronne; à droite, le palais du patriarche et des 24 chanoines mitrés (...) Au sud également se trouvait l’établissement universitaire avec la salle des Actes. Derrière l’église se déploie le couvent proprement dit...”

<sup>857</sup> Cfr. PEREIRA, José Fernandes, “Arquitectura religiosa”, *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Presença, 1989, p. 45, e “Structural elements of baroque architecture in Portugal”, *Routes du Baroque, la contribution do baroque à la pensée et à l’art européens*, Communications au Colloque de Queluz, Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura, 1990, p. 201.

<sup>858</sup> Veja-se *supra* nota 818.

<sup>859</sup> Ob. cit., tomo VIII, p. 137.

<sup>860</sup> Ob. cit., p. 233.

<sup>861</sup> *Relação da plausível jornada...*, p. 2.

<sup>862</sup> Ob. cit., p. 134.

<sup>863</sup> DALRYMPLE, W., ob. cit., p. 187.

<sup>864</sup> Cfr. ob. cit., p. 361.

<sup>865</sup> *O Monumento de Mafra*, Marques Abreu, Porto, 1930, p. 8.

<sup>866</sup> “Mafra”, *Portugal, dicionario historico, chorografico, bibliographico, heraldico, numismatico e artistico*, Lisboa, Romano Torres, vol. IV, 1909, p. 717.

<sup>867</sup> Ob. cit., s.p.

<sup>868</sup> Veja-se *supra* nota 642.

<sup>869</sup> BOURDON, Albert-Alain, ob. cit., p. 149.

<sup>870</sup> PEREIRA, José Fernandes, *Arquitectura barroca em Portugal*, p. 59.

<sup>871</sup> CARVALHO, Ayres de, ob. cit., vol. I, p. 272. Preparamos para breve a publicação de novos documentos sobre esta matéria que, em última análise, demonstra que a presença dos Franciscanos no Real Edifício constitui claramente uma sobrevivência do primeiro programa.

<sup>872</sup> BANDEIRA, Guilherme José de Carvalho, *Relação do Convento de Santo António de Mafra, suas officinas e Pallacios que se fundarão misticos ao dito Convento*, ms., Mafra, 1730..., p. 7. Veja-se também SOUSA, D. António Caetano de, ob. cit., tomo VIII, p. 137.

<sup>873</sup> Carta de José Correia de Abreu a Fr. José Maria da Fonseca e Évora, datada de 20.07.1729, publ. CARVALHO, Ayres de, ob. cit., vol. II, p. 400.

<sup>874</sup> Veja-se CASTRO, Mons. José de, ob. cit., pp. 234-235.

<sup>875</sup> Cfr. sobre esta matéria “Notícia do Santo Jubileo de Mafra”, in *Relaçam, em que se da conta da jornada que fizeram Suas Magestades, e Altezas, e a mayor parte da nobreza da Corte a ganhar o Santo Jubileo à Real Basylica de Mafra e copia do Breve, por onde elle foy concedido, para cujo fim concorreo grande concurso de pessoas de todos os sexos deste Reyno. Da-se noticia do numero das pessoas que se confessarão e commungarão, e das que crismou o Excellentissimo Bispo de Macáo, e da caçada Real que suas Magestades fizeram, e do numero de rezes que matarão*. Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, *Miscelâneas*, n.º 6794.

<sup>876</sup> Cfr. CARVALHO, Ayres de, ob. cit., vol. I, p. 286. Veja-se ainda sobre esta questão CONCEIÇÃO, Fr. Cláudio da, ob. cit., tomo VIII, pp. 132-139, e VALENÇA, P. Manuel, “O último mestre de capela do Convento de Mafra, Fr. João da Soledade”, *Colectânea de Estudos*, 2.ª série, ano II, n.º 1, Braga, 1951.

<sup>877</sup> Ob. cit., tomo VIII, pp. 84-85.

<sup>878</sup> Veja-se *supra* nota 782.

<sup>879</sup> RACZYNSKI, Comte A., *Les Arts en Portugal*, Paris, 1846, p. 337.

<sup>880</sup> Cfr. BOTTINEAU, Yves, ob. cit., p. 48.

<sup>881</sup> Veja-se COSTA, Manuel Pereira da, *Calliope Sacra, soneto I*.

<sup>882</sup> *Oito séculos de arte portuguesa*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, s.d., vol. II, p. 230.

<sup>883</sup> SCOTTI, Aurora, “L’Accademia degli Arcadi in Roma e i suoi rapporti con la cultura portoghese nel primo vintenio del 1700”, *Bracara Augusta*, vol. XXVII, I tomo, n.º 63 (75), Braga, 1973, *Actas do Congresso a Arte em Portugal no Século XVIII*, p. 121. Veja-se também CASTRO, Mons. José de, ob. cit., p. 172.

<sup>884</sup> Veja-se *supra* nota 650.

<sup>885</sup> Veja-se *supra* nota 674.

<sup>886</sup> Veja-se *supra* notas 690 e 698.

<sup>887</sup> Veja-se *supra* nota 655.

<sup>888</sup> Cfr. v.g., WITTKOWER, Rudolf, *Arte y arquitectura en Italia, 1600-1750*, Madrid, Cátedra,<sup>6</sup> 1988, pp. 111-112 e 193.

<sup>889</sup> RACZYNSKI, Comte A., ob. cit., p. 337.

<sup>890</sup> Cfr. *Relação da plausível jornada...*, p. 4 e ilustração 76. A este respeito escreve Fr. Cláudio da CONCEIÇÃO: “Nas ilhargas do plano do Altar [mor], tem duas magníficas portas (...). Sobre ellas duas tribunas, huma sobre outra com sacada para fora de balaustres azues, entre pilares brancos. Destas tribunas presencião as Pessoas Reaes os Divinos Officios; fazendo caminho para ellas do seu Palacio, por hum corredor, mettido no interior das paredes da Igreja, pois são tão grossas, que dentro em si encerrão algumas casas de tanta capacidade, que dentro dellas se recolhia ElRei, em algumas occasiões a descançar, quando determinava voltar para a tribuna a presenciara alguma função do Culto Divino” (ob. cit., tomo VIII, pp. 339-340). Veja-se ainda PIMENTEL, António Filipe, “Real Basílica de Mafra: salão de trono e panteão de reis”, *Boletim Cultural '93*, Mafra, Câmara Municipal, Fevereiro, 1994.

<sup>891</sup> Cfr. ELIAS, Norbert, ob. cit., pp. 26-27. Adquire o maior interesse verificar a repetição do esquema distributivo dos aposentos régios no Palácio de Vendas Novas (veja-se ESPANCA, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Évora*, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, 1975, vol. I, p. 132) e mesmo no palácio-fonte de Sto. Antão do Tojal, erguido pelo 1.º Patriarca D. Tomás de Almeida (veja-se PEREIRA, José Fernandes, *A acção artística do primeiro Patriarca de Lisboa*, pp. 51, 62 e 80-81).

<sup>892</sup> Veja-se PEREIRA, José Fernandes, *Arquitectura barroca em Portugal*, p. 61, e “Arquitectura religiosa”, p. 45.

<sup>893</sup> Sobre as origens faraónicas da *varanda das aparições* e a sua sucessiva recuperação pela Roma imperial e pontifícia e pelas estruturas áulicas francesas no tempo de Luís XIV, veja-se ELSEN, Albert E., LANE, Barbara Miller e VON MOOS, Stanislaus, ob. cit., pp. 39-40 e 51.

<sup>894</sup> O espaço de tempo que medeia entre a conclusão do edifício e o arranjo decorativo da Biblioteca, nomeadamente a execução das estantes, que vêm a concluir-se (?) apenas, sob a direcção de Manuel Caetano de Sousa, no período em que os Cônegos Regrantes de Santo Agostinho ocupam o Convento, geraria a ideia, muito divulgada, de que a Livraria teria sido construída posteriormente (cfr. v.g. PEREIRA, José Fernandes, *Arquitectura barroca em Portugal*, p. 67). Semelhante asserção, que carece de qualquer fundamento, terá, provavelmente, tido por origem as palavras de Joaquim da Conceição GOMES, que escreve (ob. cit., p. 49, nota 2) que “esta casa, segundo parece, não fora primitivamente destinada para esse fim”. Posteriormente encontrariam eco em Alberto TELLES – que, no seu artigo cit. “Os Paços Monásticos de Mafra” (p. 30) regista que “convem notar (...) que se ignora o destino que D. João V tencionava dar à vastíssima sala, que ainda hoje serve para bibliotheca. Corre por tradição que seria talvez para recepção dos embaixadores” – e em Carlos Malheiro DIAS, que comenta que “Aos conegos de Santo Agostinho se deve a conclusão da bibliotheca ou talvez mesmo a adaptação a esse fim da enormíssima sala de oitenta e oito metros, que nada parece indicar haver sido construída, entre esse convento de mendicantes iletrados e esse paço êrmo, para refugio das sciencias e das letras” (ob. cit., p. 188). Não obstante, o ms. cit. de Guilherme José de Carvalho BANDEIRA, contemporâneo da construção, refere já que a “casa da Livraria divide os dous Pallacios pela banda do Nascente e ambos tem serventia para ella”, acrescentando mais adiante que era “como se fosse parte delles” (fls. 142v/143v) e o mesmo se passa com o já citado *Princípio e fundação do Real Convento de Mafra...*, onde se regista que a “famoza Caça da Livraria está situada na frontaria do Palacio da parte do Nascente e ella occupa quazi toda a frontaria e esta no mesmo oliuel do Palacio Real de tal sorte; que suas Magestades podem ir a ella sem descomodo algum (...) ...Dizem os Architectos que acomodará 100 mil volumes” (pp. 102-103); em 1750, também Fr. João de S. José do PRADO, numa época em que as obras ainda não

deveriam estar de todo concluídas, alude à Biblioteca, afirmando mesmo que sobre ela, na fachada nascente, se encontravam “sobre a cimalha real humas Armas Reaes guarneçadas de quartelas, e famosos festoens de pedra”, ornamento que nunca chegaria a realizar-se (pp. 134 e 136); no mesmo ano, de novo se fala, na *Relação da plausível jornada...*, na “grande sala, que ha de servir para a sua magnífica Bibliotheca” (p. 7); enfim, também o bibliotecário-mor da Real Biblioteca de Madrid, D. Francisco Peres Bayer, que visita o Convento em 1782, registaria que estava “destinada, desde a fundação do Mosteiro para que se juntem ali todos” [os livros] (AS-SUNÇÃO, Guilherme José Ferreira de, *À sombra do Convento*, Altagráfica, Maфра, 1978, p. 79), tal como Fr. Cláudio da CONCEIÇÃO, que já nos princípios de Oitocentos, escreveria que “Terminão as galerias do Palacio de huma, e outra parte nas portas da Livraria, que são quatro magníficos porticos (...) dos quaes tinha Sua Magestade chaves, para poder entrar nella a todo o tempo, sem dependencia do Convento, nem perturbação da Commuidade” (ob. cit., tomo VIII, p. 317; veja-se também pp. 318-319).

<sup>895</sup> Cfr. PIMENTEL, António Filipe, “Absolutismo, Corte e Palácio Real: em torno dos palácios de D. João V” e *idem*, “Bibliotecas”, PEREIRA, José Fernandes (dir. de), *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Presença, 1989.

<sup>896</sup> Cfr. ARGAN, Giulio Carlo, ob. cit., pp. 42, 100 e 103-104.

<sup>897</sup> Veja-se especialmente PEREIRA, José Fernandes, ob. cit., pp. 61-62, e CORREIA, José Eduardo Horta, “Urbanismo”, PEREIRA, José Fernandes (dir. de), *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Presença, 1989, pp. 509-510.

<sup>898</sup> BECKFORD, William, *Diário de... em Portugal e Espanha*, Lisboa, Biblioteca Nacional, série “Portugal e os estrangeiros”,<sup>2</sup> 1983, p. 115.

<sup>899</sup> CORREIA, José Eduardo Horta, ob. cit., p. 509.

<sup>900</sup> Veja-se *supra* nota 764.

<sup>901</sup> Efectivamente, existem no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, provenientes do antigo Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, onde as consultámos (*Almoxarifado de Maфра*, pasta 7), plantas levantadas por Amâncio José Henriques que atestam que grande parte da vila se construiu sobre terrenos pertencentes à Coroa.

<sup>902</sup> Cfr. FREIRE, Paulo, “Maфра”, *Guia de Portugal*, 1, *Generalidades, Lisboa e Arredores*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1924, p. 567. Trata-se, contudo, do único elemento que pudemos colher sobre o assunto.

<sup>903</sup> Cfr. BOURDON, Albert-Alain, ob. cit., p. 150.

<sup>904</sup> Veja-se sobre a delimitação da Tapada, OLIVEIRA, Eduardo Freire de, ob. cit., vol. XIV, 1906, pp. 299-300, *Decreto de 18 de Julho de 1744* (Senado da Câmara de Lisboa, Liv.º XVIII de cons. e dec. d’el-rei D. João V, fs. 226) e GOMES, Joaquim da Conceição, “O Monumento de Maфра, excerptos”, *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, 2.ª série, tomo VI, n.º 12, Lisboa, 1890.

<sup>905</sup> Cfr. TAPIÉ, Victor L., *Barroco e classicismo*, Lisboa, Presença – Martins Fontes, 1974, vol. 1, p. 90.

<sup>906</sup> Veja-se *supra* nota 785.

<sup>907</sup> Veja-se SANTANA, Fr. João de, ob. cit., p. 50, GOMES, Joaquim da Conceição, *Descrição minuciosa do Monumento de Maфра...*, p. 28, e PEREIRA, Esteves e RODRIGUES, Guilherme, art. cit., p. 718. Também o anónimo autor da *Relação das Riais Obras de Maфра* escreve em versos de *repentista*: “Por bacho dela [da escadaria] esta/Aqui logo no prespio/Donde se enterrão os frades/Que morrem la no espisio”.

<sup>908</sup> Cfr. ilustrações 81 e 82.

<sup>909</sup> Como quase tudo o que respeita ao Real Edifício, está ainda por fazer a história, tudo indica que não completamente clara, da mudança da comunidade religiosa. Um documento do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (Cx. 627, *Negócios de Portugal*, pacote 3, doc. 14), que nos foi comunicado pela Prof.ª Regina Anacleto, proporciona algumas achegas a essa questão, bem como, ainda, à do voto original, ao afirmar: “por quanto a Fundação do Real Convento tinha sido feita em execução de um voto do dito Senhor Rey Dom João V para bem da Successão do Reyno, sendo esta circunstancia expressa na Supplica ao Santo Padre, Sua Santidade houve por bem fazer delle a dispensa, e comutação relaxando-o, quanto fosse necessario, como se declara na Bulla.”.

<sup>910</sup> Veja-se *supra* nota 680.

<sup>911</sup> Cfr. PEREIRA, Esteves e RODRIGUES, Guilherme, ob. cit., p. 718.

<sup>912</sup> PRADO, Fr. João de S. José, ob. cit., p. 122. Efectivamente, a *Capela do Campo Santo* dispõe de duas tribunas, comunicando uma directamente com a enfermaria anexa e a outra indirectamente, através do patim da escadaria que desce para o *corredor das aulas* e de um outro corredor que passa entre a Capela e o pátio adjacente à *galeria dos convalescentes*; no sentido oposto comunica com o chamado *corredor dos frontais* ou de *S. Pedro de Alcântara* e, a partir deste, com a Basílica, através da capela colateral do lado do Evangelho, da mesma invocação. Por aqui [ou pelo trajecto alternativo (corredor das aulas/escadaria sul/corredor da sacristia/Capela da Imaculada Conceição)] passava a comunidade quando se pretendia dirigir à Basílica, servindo igual-

mente para, em sentido inverso, transportar processionalmente o Sagrado Viático aos doentes. A *Capela do Campo Santo* tinha ainda por finalidade permitir aos convalescentes, impossibilitados de se deslocarem à Basílica, a assistência (a partir da sua tribuna privativa) aos ofícios divinos. Quanto ao seu destino funerário, tudo indica que ele tenha prosseguido mesmo depois do regresso dos Arrábidos, abandonando-se definitivamente o primitivo carneiro sob a galilé, como se infere dos escritos dos últimos cronistas franciscanos (veja-se CONCEIÇÃO, Fr. Cláudio da, ob. cit., tomo VIII, pp. 392-393) e parece mesmo que já anteriormente teria sido utilizada com esse fim, no caso de membros ilustres da comunidade, como seria o bispo de Macau, o franciscano Fr. Hilário de Santa Rosa, que aí é sepultado em campa rasa em 1764 (cfr. ASSUNÇÃO, Guilherme José Ferreira de, *Maфра: efemérides do concelho*, p. 70).

<sup>913</sup> *Oração fúnebre, nas reaes exéquias, que celebrarão os religiosos da santa província da Arrábida no Real Convento de Nossa Senhora e Santo António junto à villa de Maфра, à saudosa memoria do Serenissimo e Fidelissimo Senhor Rei D. João V...*, Lisboa, 1750, pp. 19-20 e 22.

<sup>914</sup> *Idem, ibidem*, p. 22.

<sup>915</sup> “Maфра”, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa – Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, vol. VII, 1985, p. 879.

<sup>916</sup> ASSUNÇÃO, Guilherme José Ferreira de, ob. cit., p. 56.

<sup>917</sup> Ob. cit., p. 241.

<sup>918</sup> Cfr. ilustração 80.

<sup>919</sup> Efectivamente, as *Casas da Via Sacra* participam da implantação especial da Basílica, em cujo plano se situam. Esta ergue-se, não no andar térreo, como sistematicamente surge representada nas plantas, mas num plano intermédio, que origina a criação, na perpendicular das *Casas*, de dois sectores paralelos de *mezaninos*, imediatos às torres, subtilmente disfarçados ao nível da fachada e com acesso através dos patamares intermédios das escadarias, a fim de permitir a ligação com os palácios até ao nível do andar nobre, que corre já livremente em toda volta do Paço. Aí se dispunham três *quartos* de cada lado, destinados aos criados particulares (cfr. CONCEIÇÃO, Fr. Cláudio da, ob. cit., tomo VIII, pp. 326-327), encontrando-se hoje no lado norte instalada a Direcção do Palácio. É este o *vício* de todas as representações planimétricas de Maфра, começando pelas que Amâncio José Henriques realizou, por ordem de D. João VI, em 1827 e cuja origem Fr. João de SANTANA explica: “Ainda que a Igreja verdadeiramente não deve ser desenhada na Planta terrea, por estar o seu pavimento 19 palmos mais elevado que o da praça, e cazas terreas de todo o Edifício, comtudo, como o Author das plantas, quando fez a terrea, não tencionava, fazer mais alguma, julgou necessario designa-la na Planta terrea, para que nesta se fizesse menção de um Templo tão magnifico, e magestoso, e que alem disto he a parte principal do Edifício. Porem, como o Author, depois de feita a planta terrea, se resolveu a fazer o segundo andar, desenhou nella novamente a Igreja, com a sacristia e mais cazas que ficão no mesmo andar” (ob. cit., p. 49).

<sup>920</sup> A situação, em plano intermédio, das *Casas da Via Sacra*, e as necessidades de regularização da fachada, obrigando a nivelar as suas janelas com as do 1.º andar do Paço, explica que estas se rasguem junto ao nascimento das respectivas abóbadas, facto que, todavia, poderá igualmente ter sido deliberado, em função da utilização prevista para esses espaços. Veja-se nota *supra*.

<sup>921</sup> Efectivamente, deve-se a D. Fernando II, levado pelo desejo de dignificar o local de sepultura de sua esposa, a Rainha D. Maria II, o arranjo de um verdadeiro panteão real para os monarcas e príncipes da Casa de Bragança, utilizando para o efeito o antigo refeitório do Mosteiro de S. Vicente de Fora, remodelado em finais de 1853 pelo arquitecto José da Costa Sequeira. Respeitando os elementos arquitectónicos preexistentes, limitar-se-ia a vincá-los com cantarias de pedra lioz, transferindo-se, então, da igreja, o rico mausoléu de mármore de D. João IV, fundador da dinastia, e colocando-se ao longo das paredes e ao centro as essas com as urnas (algumas com tampas de vidro) dos restantes soberanos e príncipes da Casa Real – parte dos quais trasladados de outros locais – e, no vestíbulo, os túmulos dos duques de Saldanha e da Terceira, heróis do Liberalismo. Já no presente século, em 1932-33, o panteão seria ainda remodelado sob a direcção de Raul Lino, encerrando-se então em arcas de mármore os caixões de madeira que continham os despojos reais e, em túmulos monumentais realizados por subscrição pública, ocupando o centro do panteão, os restos mortais de D. Carlos I, do Príncipe Real D. Luís Filipe, do último monarca, D. Manuel II e, mais tarde, da Rainha D. Amélia de Orleans. (veja-se PROENÇA, Raul, ob. cit., vol. I, p. 294, e TELXEIRA, José, *D. Fernando II, Rei-Artista, Artista-Rei*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1986, pp. 348-350).

<sup>922</sup> Fr. António de SANTA ANA era, além de filho menor da província da Arrábida, ex-leitor de Prima de Teologia e de Sagrada Escritura no Real Colégio de Maфра, qualificador do Santo Ofício, consultor da Bula da Santa Cruzada, examinador das três Ordens Militares e do Priorado do Crato, penitenciário geral da Ordem Seráfica e, ao tempo, definidor da sua Província, como se pode constatar através do frontispício da *Oração Fúnebre*.

<sup>923</sup> Veja-se *supra* nota 699.

<sup>924</sup> PEREIRA, José Fernandes, ob. cit., p. 62.

<sup>925</sup> Veja-se sobre este assunto PIMENTEL, António Filipe, “Vivência da morte no tempo do barroco: tumulária portuguesa dos séculos XVII e XVIII”, *I Congresso Internacional do Barroco*, Porto, Reitoria da Universidade-Governo Civil, 1991, vol. II.

<sup>926</sup> Cfr. SCOTTI, Aurora, “L’attività di Filippo Juvara a Lisbonna...”, pp. 57-58. Veja-se também sobre este assunto SMITH, Robert C., ob. cit., pp. 312-317.

<sup>927</sup> Valerá a pena recordar aqui as palavras de Giulio Carlo ARGAN a propósito da utilização da coluna na arquitectura barroca: “Ramenés à une fonction purement représentative, les éléments architectoniques classiques acquièrent un degré d’évidence beaucoup plus élevé. Voilà pourquoi les éléments de l’architecture baroque nous paraissent grandioses, pesants, pléthoriques. Ils doivent imposer à la vue le caractère “monumental” de l’édifice, en manifester la signification idéologique, le contenu allégorique. Composante de la statique du monument, la colonne est un soutien dont la forme, la dimension et la fréquence étaient déterminées par le caractère des poids en jeu. Depuis l’antiquité, cette fonction statique avait son équivalent idéologique: la colonne était l’image de la stabilité, de l’immuabilité. Mais dès lors que le grand problème de l’Eglise concerne la stabilité d’un dogme menacé, la colonne devient le symbole de la fermeté de la foi. Moins l’intention statique est requise pour justifier la présence des colonnes, plus leur signification symbolique est évidente. (...) Plus que des symboles, elles sont des emblèmes, des signes distinctifs, des enseignes” (ob. cit., p. 101).

<sup>928</sup> Ob. cit., pp. 572 e 570.

<sup>929</sup> BOURDON, Albert-Alain, ob. cit., p. 148.

<sup>930</sup> SANTANA, Fr. João de, ob. cit., p. 2.

<sup>931</sup> A respeito dos *Palacetes* e da sua estrutura, veja-se *idem, ibidem*, p. 177, PRADO, Fr. João de S. José do, ob. cit., p. 134, e GOMES, Joaquim da Conceição, ob. cit., p. 56.

<sup>932</sup> Este é, de resto, o sentido geral da evolução que, enquanto elementos arquitectónicos, sofrem torres e torreões durante os períodos barroco e neoclássico. A sua utilidade como elementos de animação na composição das fachadas, bem como o seu pronunciado significado heráldico, aconselham a sua manutenção, mas submetida a um plano de conjunto que em grande parte anula a sua expressividade e lhes retira o carácter militar que, na origem, possuíam. É, aliás, o que se verifica no Palácio Novo de Madrid, bastante mais *européu* que Mafra, mas onde, do mesmo modo, se fez sentir, como vimos, a necessidade de perpetuar um modelo ao qual se ligavam conteúdos ideológicos que a dinastia de Bourbon compreendeu serem indissociáveis da própria Monarquia castelhana. Nesse sentido, a comparação entre os dois edifícios peninsulares tem-se revelado de grande utilidade e justificar-se-á que se recorde que os torreões angulares do palácio espanhol se destinavam, respectivamente, ao Rei, à Rainha, ao Príncipe e à Princesa das Astúrias. Todavia, como escrevia Míguel DURÁN, “Las torres de los ángulos características de los antiguos alcázares se reducen aquí a los cuerpos saledizos acusados en planta y que impropriamente continuaron denominándose *torres*” (ob. cit, p. 131).

<sup>933</sup> DIAS, Carlos Malheiro, ob. cit., p. 185.

<sup>934</sup> “O Paço Real da Ribeira”, CASTELO BRANCO, Camilo, *Noites de insomnia...*, pp. 114-115.

<sup>935</sup> PEREIRA, José Fernandes, ob. cit., p. 61.

<sup>936</sup> Ob. cit., p. 1.

<sup>937</sup> Veja-se *supra* nota 894.

<sup>938</sup> CAIX DE SAINT-AYMOUR, Vicomte de, ob. cit., p. 271.

<sup>939</sup> DUMOURIEZ, Charles François, ob. cit., p. 250. Acrescenta: “avoit régné avec assez de gloire & beaucoup de bonheur (...); il tenoit beaucoup des qualités de Louis XIV, dont il avoit tout le caractère, à l’amour de la guerre près, que Jean V abhorroit (...). Ce Roi s’étoit fait respecter de ses voisins en montrant de la sagesse & de la fermeté (...) il faisoit le bonheur de ses sujets, & il en étoit adoré” (cfr. pp. 250-252).

<sup>940</sup> *Description de la ville de Lisbonne...*, pp. 152-164.

<sup>941</sup> Cavaleiro CHAVIGNY, embaixador francês em Lisboa, em ofício ao seu governo de 27 de Dezembro de 1747 (cfr. SCHAEFER, Heinrich, *História de Portugal*, ed. port. de SAMPAIO (Bruno), J. Pereira de, Porto, s.d., vol. IV, p. 690, nota 2).

<sup>942</sup> MONTGON, Abbé de, *Mémoires de Monsieur l’*, Lausanne, tomo V, 1750, p. 318.

<sup>943</sup> Abade MORNAY, embaixador de França, em ofício ao seu governo datado de 1720 (SANTARÉM, Visconde de, ob. cit., tomo V, p. CCLI). Veja-se ainda a opinião do historiador inglês SMOLLETT, continuador de David HUME, na sua *History of England*, vol. XI, pp. 272-273 (transcr. MARTINEZ, Pedro Soares, ob. cit., p. 250, nota 55) e a do cônsul inglês em Lisboa, Abraham CASTRES, em ofício ao seu governo datado de 24 de Agosto de 1743 (*idem, ibidem*).

<sup>944</sup> MENDES, Manuel, *Testamento Político de D. Luís da Cunha* (pref. e not. de), Cadernos da “Seara Nova”, Biblioteca do Século XVIII, Lisboa, 1943, cit. ALMEIDA, Luís Ferrand de (recensão crítica), *Revista Portuguesa de História*, tomo III, Coimbra, 1947, p. 470.

<sup>945</sup> VERNEY, Luís António, *Oração de... na morte de D. João V*, Lisboa, 1752, p. v.

<sup>946</sup> RODRIGUES, A. Gonçalves, *O Protestante Lusitano. Estudo biográfico e crítico sobre o Cavaleiro de Oliveira*, Coimbra, 1950, pp. 43 e 53, cit. ALMEIDA, Luís Ferrand de, ob. cit., p. 484.

<sup>947</sup> CORTESÃO, Jaime, ob. cit., parte I, tomo I, p. 13.

<sup>948</sup> *Instruções inéditas de D. Luiz da Cunha a Marco António de Azevedo Coutinho*, ed. da Academia das Ciências de Lisboa, 1929, p. 18., cit. CARNAXIDE, Visconde de, ob. cit., p. 127.

<sup>949</sup> Cfr. o notável artigo já citado de Jorge Borges de MACEDO, *Vias de expressão da cultura e da sociedade portuguesa nos séculos XVII e XVIII*.

<sup>950</sup> Cfr. *idem, ibidem*, p. 128.

<sup>951</sup> SÉRGIO, António, ob. cit., pp. 121-123.

<sup>952</sup> Sobre o problema dos *estrangeirados* veja-se *supra* nota 118. Valerá a pena, contudo, reter aqui, como caso emblemático, o episódio da mediação portuguesa, em 1746, no conflito entre a França e a Prússia, proposta por D. Luís da CUNHA ao gabinete de Lisboa, e conhecida através de irónicas cartas de Alexandre de GUSMÃO – a quem a condução do processo em Portugal fora encomendada –, repletas de alusões pouco lisonjeiras para o monarca e para os seus ministros. Em 1888 o assunto volta a ser ventilado num artigo de Gaston de BOURGES na *Revue des Questions Historiques* onde, de novo, a questão é apresentada como prova da inépcia dos ministros nacionais. Inversamente, o governo português, ciente de todas as implicações do assunto, recusava apenas levar a sério as propostas do velho diplomata que, “já bastante edoso, francez por habito e por sympathias, e, como acontece aos nossos diplomatas em geral, facil em se deixar levar pelo governo junto do qual estava acreditado”, aceitara ingenuamente tomar parte num plano do governo francês do qual Portugal não retiraria qualquer lucro. O esclarecimento da questão seria cabalmente feito por Manuel Pinheiro CHAGAS, aliás um dos propagadores da tradicional visão pessimista do Portugal Joanino e do mito de que os *estrangeirados* constituíam a “única gente interessante dessa época”, picado agora, porém, nos seus brios patrióticos (veja-se *Migalhas da História Portuguesa*, pp. 111-115).

<sup>953</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira, ob. cit., vol. I, pp. 554-555.

<sup>954</sup> Veja-se sobre este assunto MACEDO, Jorge Borges de, art. cit. “D. João V”.

<sup>955</sup> CONCEIÇÃO, Fr. Cláudio da, ob. cit., tomo XII, p. 214.

<sup>956</sup> Cfr. ALMEIDA, Luís Ferrand de, ob. cit., pp. 486-487, e CHAVES, Castelo Branco, *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*, pp. 9-10 e 24-25.

<sup>957</sup> WRAXALL, Nathanael William, ob. cit., vol. I, pp. 20-21.

<sup>958</sup> CHAGAS, Manuel Pinheiro, *História de Portugal Popular e Illustrada*, vol. VI, pp. 256, 265, 270 e 284.

<sup>959</sup> OLIVEIRA, Eduardo Freire, ob. cit., vol. XV, p. 161.

<sup>960</sup> MENDES, Fernando, ob. cit., p. 186.

<sup>961</sup> LINK, Heinrich Friedrich, ob. cit., tomo I, p. 323.

<sup>962</sup> Veja-se *supra* nota 33.

<sup>963</sup> LEAL, Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno...*, vol. 5, Lisboa, 1875, p. 26.

<sup>964</sup> CASTELO BRANCO, Camilo, *Mosaico e silva...*, pp. 71 e 80.

<sup>965</sup> GONÇALVES, J. Cardoso, *O Convento de Mafra*, Lisboa, 1906, p. 5.

<sup>966</sup> HERCULANO, Alexandre, ob. cit., p. 6.

<sup>967</sup> Veja-se BOURDON, Albert-Alain, ob. cit., pp. 148-150.

<sup>968</sup> BARETTI, José, ob. cit., pp. 63-64.

<sup>969</sup> GORANI, José, ob. cit., pp. 141-142.

<sup>970</sup> CARRÈRE, Joseph Barthélemy François, ob. cit., p. 289.

<sup>971</sup> *Journal d’un ambassadeur de France au Portugal, 1786-1788*, Fondation Calouste Gulbenkian, Publications du Centre Culturel Portugais, Paris, Presses Universitaires de France, 1979, p. 307.

<sup>972</sup> BECKFORD, William, ob. cit., pp. 115-117.

<sup>973</sup> RACZYNSKI, Le Comte A., ob. cit., p. 337.

<sup>974</sup> Ob. cit., pp. 186-187.

<sup>975</sup> Vol. 7, p. 373.

<sup>976</sup> GONÇALVES, J. Cardoso, ob. cit., p. 10.

<sup>977</sup> BAZIN, Germain, “L’architecture religieuse du Portugal et du Brésil à l’époque baroque”, p. 76.

<sup>976</sup> Cfr. FRANÇA, José-Augusto, ob. cit., p. 51.

<sup>979</sup> *Idem, ibidem*, p. 52.

<sup>980</sup> Veja-se PIMENTEL, António Filipe, “Les grandes entreprises de D. João V”, *Le Triomphe du Baroque*, Europália 91 – Portugal, Bruxelas, 1991, cat. e ROSSA, Walter, *Além da Baixa, indícios de planeamento urbano na Lisboa setecentista*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 1998, e *idem*, “A Cidade Portuguesa”, PEREIRA, Paulo (dir. de), *História da Arte Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, vol. III, pp. 292-295.

<sup>981</sup> Cfr. FRANÇA, José-Augusto, ob. cit., p. 52.

<sup>982</sup> Na verdade, bastará passar os olhos pela correspondência dos diplomatas e pela que o próprio monarca trocava com os seus ministros, publ. por Eduardo BRAZÃO (*D. João V, subsídios para a história do seu reinado*), ou com sua filha, D. Maria Bárbara, quando esta ascende ao trono de Espanha (FERREIRA, J. A. Pinto, *Correspondência de D. João V e D. Bárbara de Bragança, Rainha de Espanha 1746-1747*, Lisboa, 1944), para compreender a alta noção que tinha dos seus deveres e o escrúpulo com que os desempenhava. Mas não deixa de ser curioso registar aqui o facto pouco divulgado de ter D. João V composto três obras de carácter político – *Reflexões para o inalteravel exercicio da justiça*, *Advertencias para melhor execução de muitos ritos* e *Para negocios politicos, em que a regalia da Coroa ficasse justamente sublimada* –, destinadas a publicação e das quais D. Manuel Caetano de SOUSA deveria dar notícia na *Bibliotheca Regia* que tinha em preparação (cfr. SILVA, Francisco Xavier da, ob. cit., p. 163).

<sup>983</sup> Efectivamente, a notável e pioneira obra de Jaime CORTESÃO, abundantemente referida, *Alexandre de Gusmão e o tratado de Madrid*, constitui um testemunho eloquente do sentido pragmático da política cultural do monarca, bem como da extensão dos horizontes que abrangia.

<sup>984</sup> Cfr. PEREIRA, José Costa, ob. cit., pp. 335-336.

<sup>985</sup> MARTINS, Oliveira, ob. cit., p. 336.

<sup>986</sup> Ob. cit., pp. 384 e 371. A constatação deste facto no caso português é claramente fornecida pelo alvará de 1739 que regulamenta os tratamentos honoríficos e pela polémica que rodeou a atribuição aos secretários de Estado do tratamento de “Excelência”. Veja-se *Collecção chronologica de leis extravagantes...*, tomo II, pp. 467-473 e SERRÃO, Joaquim Veríssimo, ob. cit., vol. V, p. 326 e p. 327, nota 17.

<sup>987</sup> GOUBERT, Pierre e ROCHE, Daniel, ob. cit., vol. I, pp. 335-337.

<sup>988</sup> *Idem, ibidem*, p. 336.

<sup>989</sup> PEREIRA, José Costa, ob. cit., p. 336.

<sup>990</sup> VALENÇA, Marquês de, ob. cit., p. 7.

<sup>991</sup> SILVA, Francisco Xavier da, ob. cit., p. ; veja-se também SOUSA, D. António Caetano de, ob. cit., tomo VIII, p. 177.

<sup>992</sup> *Description de la ville de Lisbonne...*, pp. 163-164.

<sup>993</sup> SANTARÉM, Visconde de, ob. cit., tomo V, pp. CCXL e XXXVIII.

<sup>994</sup> *Idem, ibidem*, p. 128.

<sup>995</sup> OLIVEIRA, Francisco Xavier de, *Memorias de viagens de...*, Amesterdão, 1741, tomo I, p. 2.

<sup>996</sup> Veja-se *supra* nota 104.

<sup>997</sup> Veja-se *supra* notas 421, 423 e 553 e texto correspondente.

<sup>998</sup> MERVEILLEUX, Charles Frédéric de, ob. cit., pp. 149-150.

<sup>999</sup> Cfr. POMEAU, René, ob. cit., pp. 24-25.

<sup>1000</sup> DUVIGNAUD, Jean, ob. cit., p. 11.



## BIBLIOGRAFIA

### FONTES MANUSCRITAS

- ANDRADE, Damião Mestre Freyre de, *Relação da real obra do Convento de Santo Antonio da villa de Mafra, motivo que houve para se fazer, sua primeira pedra, e sagração*, s.l., s.d. [1730], Biblioteca Pública e Arquivo de Évora, cod. CIX/1-5.
- ARANHA, Lazaro Leitão, *Noticia universal, historica e politica da origem, estilos e privilegios das capelas reaes e capellaens regios dos emperadores e reys do mundo...*, s.l., s.d., Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, ms. n.º 50.
- As terças partes dos bispados para a Patriarcal, decimas*, s.l., s.d., Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, ms. n.º 395.
- BANDEIRA, Guilherme José de Carvalho, *Relação do Convento de Santo Antonio de Mafra, suas officinas e Pallacios que se fundarão misticos ao dito convento...*, Mafra, 1730, propriedade do Senhor José Eduardo Medeiros, Mafra.
- Dia da fundação do mosteiro que a grandeza da Magestade de el Rey D. João V mandou fazer na villa de Mafra*, s.l. [1717], Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, ms. n.º 50.
- MATTOS, Gregório de, *Satira geral a todo o governo do Reyno de Portugal (Este he o bom governo de Portugal)*, s.l., s.d., Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, ms. n.º 1088.
- Memoria das couzas mais notaveis que tem esta Corte, de que se deve fazer lembrança para dellas se fogir*, s.l., s.d., Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, ms. n.º 363.
- Memorial que se fez a ElRey Dom João o 5.º sobre a grande oppreção da Obra de Mafra*, s.l., s.d., Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, ms. n.º 630 e 1088, Biblioteca Pública e Arquivo de Évora, cod. CV/1-9 e CX/1-1.
- Noticia das razões que motivaram a saída dos religiosos arrábidos do Convento de Mafra, sua substituição pelos cónegos regrantes de Santo Agostinho e seu posterior reingresso* (orig. sem título), Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, cx. 627, *Negócios de Portugal*, pacote 3, doc. 14.
- Padre Nosso glozado pelos homens, que andavão nas obras de Mafra trabalhando sem se lhe[s] pagar*, s.l., s.d., Biblioteca Pública e Arquivo de Évora, cod. CV/1-9 ou CIX/1-5.
- PEREIRA, Fr. José, *Compendio das couzas mais notaveis do Real Convento de Mafra*, s.l., s.d., Biblioteca Pública e Arquivo de Évora, cod. CX/1-6.
- Principio e fundação do Real Convento de Mafra, e sua grandeza, e sua sustentação, e luxo*, s.l., s.d., Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra, res.
- Relação das riays obras de Mafra*, s.l., s.d., Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, ms. n.º 396 e 3029.
- SANTANA, Fr. João de, *Real Edifício Mafrense visto por fora, e por dentro...*, Mafra, 1828, Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra, res.
- VALE, ..., *Noticia das riays obras de Mafra. Parte primeira e segunda, a primeira parte foy escrevida o anno passado e agora tresladada e acrescentada com huma segunda parte e qualquer dellas leva no fim huns vercos da mesma obra*, Mafra, 1730, Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra, res.

### FONTES IMPRESSAS

- ALVAREZ DE COLMENAR, Juan, *Annales d'Espagne et de Portugal...*, Amsterdam, <sup>3</sup>1751, 4 tomos.

- AMOR DE DEUS, Fr. Martinho do, *Escola de penitência, caminho de perfeição, estrada segura para a vida eterna, Crónica da Província de Santo Antonio...*, Lisboa, 1740, 1 tomo.
- ATÁIDE, Tristão da Cunha de, 1.º Conde de Povolide, *Portugal, Lisboa e a Corte nos reinados de D. Pedro II e D. João V*, intr. de SALDANHA, António Vasconcelos de, e RADULET, Carmen M., Lisboa, Chaves Ferreira, s.d. (1990).
- BAIÃO, António (publ. e pref. de), *Memórias da Basílica da Estrela, escritas em 1790 por Manuel Pereira Cidade*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926.
- BARETTI, José, *Portugal em 1760. Cartas familiares (XV a XXXVIII)*, Lisboa, 1896.
- , *A Corte da Rainha D. Maria I, correspondência de...*, Lisboa, Tavares Cardoso & Irmão, 1901.
- BECKFORD, William, *Diário de... em Portugal e Espanha*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2<sup>o</sup>1983.
- BEIRÃO, Caetano, *Cartas da Rainha D. Mariana Vitória para a sua família em Espanha (1721-1748)*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1936.
- BESENVAL, Baron de, *Mémoires*, Paris, 1827.
- BLUTEAU, D. Rafael, *Maфра, centum carminibus, seu totidem famæ linguis, cum versu intercalari celebrata*, Lisboa, 1731.
- BOMBELLES, Marquis de, *Journal d'un ambassadeur de France au Portugal 1786-1788*, Fondation Calouste Gulbenkian, Publications du Centre Culturel Portugais, Paris, Presses Universitaires de France, 1979.
- BOURDON, Albert-Alain, "Notes à la 'Description de Lisbonne' du chevalier des Courtils", *Bulletin des Études Portugaises*, Institut Français au Portugal, nouvelle série, tomo 26, Lisboa, 1965.
- BOURGOING, J. Fr., *Voyage du ci-devant Duc du Chatelet en Portugal*, Paris, 1795, 2 vols.
- BRANDÃO, Thomas Pinto, *Descrição de Maфра... romance*, Lisboa, 1730.
- , *Função real na sagração do templo de Maфра*, Lisboa, 1730.
- BRAZÃO, Eduardo, *Diário de D. Francisco Xavier de Menezes, 4.º Conde da Ericeira (1731-1733), apresentado e anotado por...*, Coimbra, Coimbra Editora, 1943.
- BROCHADO, José da Cunha, "Cartas de... ao conde de Viana", *O Investigador Portuguez em Inglaterra ou Jornal Literário, Político, &c.*, vol. XVI, Londres, 1816.
- , *Memórias*, Coimbra, França Amado, 1909.
- BYRON, Lord, *Childe Harold's pilgrimage*, London, George Bell & Sons, 1893.
- CADAVAL, Duque do, "Memórias da fundação do Real Convento de N. S. e S. Ant.º de Maфра, outavario, e sagração da igreja", s.l., 1730, CARVALHO, Ayres de, *D. João V e a arte do seu tempo*, Lisboa, 1962, vol. 1.
- CAIX DE SAINT-AYMOUR, Vicomte de (intr. e notes de), *Recueil des instructions données aux ambassadeurs et ministres de France – Portugal*, Paris, 1886.
- CARRÈRE, Joseph Barthélemy François, *Voyage en Portugal et particulièrement à Lisbonne*, Paris, 1798.
- CASTRO, João Baptista de, *Mappa de Portugal antigo e moderno*, Lisboa, 1758, 3 vols., 1762-1763.
- COLBATCH, John, *Relation de la Cour de Portugal sous D. Pedro II, a present regnant...*, Amsterdam, 1702, 2 vols. (trad. do orig. *An account of the Court of Portugal under the reign of the present King Dom Pedro II...*, London, 1700, 2 vols.).
- *Collecção chronologica de leis extravagantes, posteriores à nova Compilação das Ordenações do Reino, publicadas em 1603*, Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1819.
- CONCEIÇÃO, Fr. Cláudio da, *Gabinete Histórico*, Lisboa, 17 vols., 1818-1831.
- COSTA, Júlio de Sousa e, *Memórias do capelão dos Marialvas (Frei João do Espírito Santo, franciscano)*, Lisboa, Romano Torres, 1940.
- COSTA, Manoel Pereira da, *Caliope sacra, que em doze sonetos à real fundação do Convento de Maфра consagra reverente à Magestade Augusta, e Fidelíssima Delrey D. Joseph I nosso senhor*, Lisboa, 1753.
- COSTA, P. António Carvalho da, *Corografia portugueza, e descriçam topografica do famoso Reyno de Portugal*, Lisboa, 1712.
- CUNHA, D. Luís da, *Testamento Político*, Lisboa, 1820.
- DALRYMPLE, W., *Voyage en Espagne et en Portugal dans l'année 1774*, Paris, 1783 (trad. do orig. *Travels through Spain and Portugal in 1774*, London, 1777.)
- DELLON, Charles, "De Goa a Lisboa, 1676-1677", CHAVES, Castelo Branco, *Portugal nos séculos XVII e XVIII, quatro testemunhos*, Lisboa, Lisóptima, 1989.
- "Descrição da cidade de Lisboa e onde também se discorre da corte de Portugal, da língua portugueza, dos costumes, dos habitantes, da governação daquele Reino, das forças de terra e mar, das colónias portuguezas e do comércio da referida cidade", CHAVES, Castelo Branco, *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*, Lisboa, Biblioteca Nacional, série "Portugal visto pelos estrangeiros", 1983.

- *Descrição do Real Edifício de Mafra* (folh. anonimo, s.l., s.d.).
- *Description de la ville de Lisbonne, où l'on traite de la Cour, de Portugal...*, Paris, 1730.
- DUMOURIEZ, Charles François, *État présent du Royaume de Portugal en l'année MDCCXLVI*, Lausanne, 1775.
- FERREIRA, J. A. Pinto, *Correspondência de D. João V e D. Bárbara de Bragança, Rainha de Espanha (1746-1747)*, Lisboa, 1944.
- FIGUEIREDO, António Pereira de, *Elogios dos Reis de Portugal, em latim, e em portuguez, illustrados de notas historicas, e críticas*, Lisboa, 1785.
- FIGUEIREDO, Manuel de, *Descrição de Portugal, apontamentos e notas da sua história antiga, e moderna, ecclesiastica, civil, e militar*, Lisboa, 2<sup>a</sup>1817.
- *Gazeta de Lisboa*, Lisboa, 1715-1750.
- GORANI, José, *Portugal, a Corte e o País nos anos de 1765 a 1767*, trad., pref. e not. de CHAVES, Castelo Branco, col. "Portugal visto pelos estrangeiros", Lisboa, Ática, 1945.
- GUIMARÃES, José Ribeiro, *Summario de varia história*, Lisboa, 1872-1875, 5 tomos e 2 vols.
- GUSMÃO, Alexandre de, *Colecção de vários escritos inéditos politicos e litterarios*, Porto, 1841.
- *História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa*, Lisboa, Oficinas da Gráfica Santelmo, 1950, 2 vol.
- JESUS MARIA, Fr. José de, *Espelho de Penitentes e Chronica da Provincia de Santa Maria da Arrabida*, Lisboa, 1728, 2 vol.
- JUNOT, Laura (Duquesa de Abrantes), *Portugal a principios del siglo XIX, recuerdos de una embajadora*, Madrid, Espasa-Calpe, 2<sup>a</sup>1968.
- L'ÉVEQUE, Henri, *Costume of Portugal*, London, 1814.
- LICHNOWSKY, Príncipe Félix de, *Portugal, recordações do ano de 1842*, pref. e not. de CHAVES, Castelo Branco, col. "Portugal visto pelos estrangeiros", Lisboa, Ática, s.d.
- LINK, Heinrich Friedrich, *Voyage en Portugal, depuis 1797 jusqu'en 1799...*, Paris, 1803-1805, 3 vols.
- MACHADO, Cyrillo Volkmar, *Collecção de Memorias relativas às vidas de pintores, e escultores, architectos, e gravadores portuguezes, e dos estrangeiros que estiverão em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922.
- MACHADO, Inácio Barbosa, *Historia Critico-Cronologica da instituiçam da festa, procissam, e officio do Corpo Santissimo de Christo...*, Lisboa, 1759.
- MAFRA, 4.º Conde de, Prof. D. Thomaz de Mello Breyner, *Memórias*, Lisboa, 1934.
- MARTANGES, Bonnet de, *Le Roi de Portugal, conte*, s.l., 1788.
- MELO, D. Francisco Manuel de, *A Visita das Fontes, apólogo dialogal terceiro*, edição fac-similada, leitura do autógrafa (1657), introdução e comentário de MANUPPELLA, Giacinto, Coimbra, por Ordem da Universidade, 1962.
- MERVELLEUX, Charles Frédéric de, "Memórias instrutivas sobre Portugal", CHAVES, Castelo Branco, *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*, Lisboa, Biblioteca Nacional, série "Portugal e os estrangeiros", 1983.
- MONTGON, Abbé de, *Mémoires de Monsieur l'*, 5 vols., Lausanne, 2<sup>a</sup>1750.
- MONTGON, Charles Alexandre de (Abade de Montgon), "Do Caia ao Paço da Ribeira", CHAVES, Castelo Branco, *Portugal nos séculos XVII e XVIII, quatro testemunhos*, Lisboa, Lisóptima, 1989.
- MURPHY, James, *General view of the State of Portugal*, London, 1798.
- MURPHY, James, *Travels in Portugal, through the provinces of Beira, Estremadura, and Alem-Tejo, in the years 1789 and 1790*, London, 1795. (Edição portuguesa: *Viagens em Portugal*, Livros Horizonte, Lisboa, 1998)
- NOSSA SENHORA, Fr. José de, *Seis anagramas reaes, e chronologicos, applicados à gloriosa dedicação do sumptuoso, e admiravel templo de Mafra...*, Lisboa, 1731.
- "O Paço Real da Ribeira", CASTELO BRANCO, Camilo, *Noites de insomnia offerecidas a quem não pode dormir*, vol. III, n.º 7, Porto, Lelo, 1929.
- OLIVEIRA, Francisco Xavier de, *Memorias das viagens de...*, Amsterdam, 1741, 1 tomo publ.
- PAIXÃO, Fr. Alexandre da (?), *Monstruosidades do tempo e da fortuna*, ed. de BARRETO, J. A. da Graça, Lisboa, 1888.
- PRADO, Fr. João de S. José do, *Monumento sacro da fabrica, e solemmissima sagração da santa basilica do real convento...de Mafra...*, Lisboa, 1751.
- PRESTAGE, Edgar, *Memórias sobre Portugal no reinado de D. Pedro II*, Lisboa, 1935.
- QUEIROZ, Fr. João de S. José, Bispo do Grão-Pará, *Memórias*, Porto, 1868.
- RACZYNSKI, Le Comte A., *Dictionnaire Historico-Artistique du Portugal*, Jules Renouard et Cie., Paris, 1847.

- RACZYNSKI, Le Comte A., *Les arts en Portugal*, Jules Renouard et Cie., Paris, 1846.
- RATTON, Jacome, *Recordações sobre occurrencias do seu tempo em Portugal...*, Londres, 1813.
- *Relaçam da plausivel jornada, que Suas Majestades Fidelissimas com toda a Família Real fizeram ao seu magnífico Convento de Maфра, pela festividade do grande patriarca S. Francisco, neste anno de 1750*, s.l.
- *Relaçam das festas, que os Padres da Companhia de Jesus e Casa Professa de S. Roque em a cidade de Lisboa fizeram em a beatificação do Beato Padre João Francisco Regis, sacerdote professo da mesma Companhia*, Lisboa, 1717.
- *Relaçam em que se dá conta da jornada que fizeram Suas Magestades e Altezas, e a mayor parte da nobreza da Corte a ganhar o santo jubileo à Real Basylica de Maфра e copia do breve, por onde elle foi concedido...*, Lisboa, 1752.
- *Relação das solemnes exequias, que se celebrarão no Real Convento de Nossa Senhora, e Santo António junto à villa de Maфра, pela alma do muito alto e muito poderoso Rey, e senhor, D. João V...*, Lisboa, 1750.
- RUDERS, Carl Israel, *Viagem a Portugal, 1798-1802*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1981.
- SACRAMENTO, Fr. António do, *Memorias curiosas em que, por estes annos de 1778, se acham as principaes cousas da corte de Lisboa*, ed. por SILVA, A. Vieira da, Lisboa, 1929.
- SANTA ANA, Fr. António de, *Oração fúnebre, nas reaes exéquias, que celebrarão os religiosos da santa província da Arrábida no Real Convento de Nossa Senhora, e Santo António junto à villa de Maфра, à saudosa memoria do Serenissimo e Fidelissimo Senhor Rei D. João V...*, Lisboa, 1750.
- SANTA MARIA, Fr. Agostinho de, *Santuário Mariano*, 10 vols., Lisboa, 1707-1723.
- SAUSSURE, César de, "Cartas escritas de Lisboa no ano de 1730", CHAVES, Castelo Branco, *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*, Lisboa, Biblioteca Nacional, série "Portugal e os estrangeiros", 1983.
- "Scenas do governo absoluto em Portugal: a edificação do Convento de Maфра", *O Conimbricense*, n.º 2377, Coimbra, 1870.
- SILVA, Francisco Xavier da, *Elogio funebre e historico do muito alto, poderoso, augusto, pio e fidelissimo Rei de Portugal, e senhor D. João V*, Lisboa, 1750.
- SILVA, José Soares da, *Gazeta em forma de carta*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1933, 2 vols.
- SILVEIRA, Luís, "Algumas memórias do govêrno da Côte de Lisboa, nos últimos meses de vida de El-Rei D. João V, e dos princípios do reinado de D. José (documentos da Biblioteca Estadual de Hamburgo)", *Congresso do Mundo Português*, vol. 8, s.l., 1940.
- SOUSA, D. António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Coimbra, Atlântida, 1949-51, 10 vols.
- SÁ, Fr. Manoel de, *Memorias Historicas da Ordem de Nossa Senhora do Carmo*, Lisboa, 1728.
- TITTI, Filippo, *Nuovo studio di pittura, scoltura, et architettura, nell chiese di Roma, palazzi Vaticano, di Monte Cavallo, & altri*, Roma, 1708.
- TOURS, François de, "Itinerário em Portugal, 1699", CHAVES, Castelo Branco, *Portugal nos séculos XVII e XVIII, quatro testemunhos*, Lisboa, Lisóptima, 1989.
- TWISS, Richard, *Voyage en Portugal et en Espagne fait en 1772 et 1773*, Berna, 1776 (trad. do orig. *Travels through Portugal and Spain in 1772 and 1773*, London, 1775.)
- VALENÇA, Marquês de (D. José Miguel João de Portugal e Castro), *Relação da morte, e caracter d'Elrey de Portugal D. João V*, Lisboa, 1762.
- VERNEY, Luís António, *Oração de... na morte de D. João V*, Lisboa, 1752.
- VOLTAIRE, "Candide ou l'optimisme", *Oeuvres complètes de...*, contes & romans, Paris, Fernand Roches, 1930, tomo II.
- WRAXALL, Nathanael William, *Historical memories of my own time*, London, 1815, 2 vols.

## OBRAS DE CONSULTA

- ALEWYN, Richard, *L'univers du baroque*, Hambourg, Gonthier, 1959.
- ALMEIDA, Fortunato de, *História de Portugal*, 6 vols., Coimbra, 1922-1929.
- ALMEIDA, Fortunato de, *Subsidios para a história económica de Portugal*, Porto, 1920.
- ALMEIDA, J. A. Ferreira de, "O Barroco e o Rococó em Portugal e no Brasil", PIJOAN, J. (dir. de), *História da Arte*, Lisboa, Alfa, 1972, vol. 8.
- ALMEIDA, Luís Ferrand de, "Motins populares no tempo de D. João V", *Revista de História das Ideias*, vol. 6, Coimbra, 1984.

- ALMEIDA, Luís Ferrand de, “O naturalista Merveilleux em Portugal (1723-24 e 1726)”, *Revista Portuguesa de História*, tomo XXIV, Coimbra, 1988.
- ALMEIDA, Luís Ferrand de, “Testamento Político de D. Luís da Cunha, prefácio e notas de MENDES, Manuel, Cadernos da “Seara Nova”, Biblioteca do Século XVIII, Lisboa, 1943, vol. de 107 págs.”, *Revista Portuguesa de História*, tomo III, Coimbra, 1947.
- ALMEIDA, Luís Ferrand de, “Tomás Pinto Brandão e a ‘Sátira ao Governo de Portugal’”, *Revista Portuguesa de História*, tomo XIX, Coimbra, 1982, sep.
- ALMEIDA, Manuel Lopes de, “Portugal na época de D. João V: esboço de interpretação político-cultural da primeira metade do século XVIII”, *Actas do Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, Nashville, Vanderbilt University, 1953.
- ALVES, Ana Maria, *As entradas régias portuguesas*, Lisboa, Horizonte, s.d.
- AMEAL, João, e CAVALHEIRO, Rodrigues, *Erratas à História de Portugal – de D. João V a D. Miguel*, Porto, Tavares Martins, 1939.
- AMEAL, João, “D. João V e a sua época”, *D. João V, Conferências e estudos comemorativos do segundo centenário da sua morte*, Lisboa, Câmara Municipal, 1952.
- AMEAL, João, *História de Portugal, das origens até 1940*, Porto, Tavares Martins, 1962.
- ANDRADE, António Alberto de, “Alguns aspectos da nossa cultura antes de Verney”, *Brotéria*, vol. XXXIX, fasc. 4 e 6, Lisboa, 1944.
- ANDRADE, António Alberto de, “Descartes em Portugal nos séculos XVII e XVIII”, *Brotéria*, vol. II, fasc. 5, Lisboa, 1950.
- ANDRADE, António Alberto de, “Manuel de Azevedo Fortes, primeiro sequaz, por escrito, das teses fundamentais cartesianas em Portugal”, *Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências*, Lisboa, 1950, tomo VII.
- ANDRADE, António Alberto de, *Vernei e a filosofia portuguesa*, Braga, Cruz, 1946.
- ANNUNCIADA, D. João da, *Descrição da Igreja Catedral d'Evora*, Lisboa, 1844.
- ANSELMO, Artur, “Perspectiva historiográfica do século XVIII”, *Claro-Escuro*, n.º 2-3, Lisboa, 1989.
- APOSTOLIDÉS, Jean-Marie, *Le Roi-Machine, spectacle et politique au temps de Louis XIV*, Paris, Minuit, 1981.
- ARAÚJO, Maria Benedita Almeida, “Alguns aspectos dos autos-da-fé: subsídios para o estudo do comportamento e da mentalidade nos séculos XVII e XVIII”, *I Congresso Internacional do Barroco*, Porto, Reitoria da Universidade – Governo Civil, 1991, vol. I.
- ARGAN, Giulio Carlo, *L'âge baroque*, Génève, Skira, 1989.
- “As artes, as letras e as ciencias em tempo d'el rei D. João 5.º, fragmento de uma obra inedita do seculo passado”, *O Panorama*, 2.ª série, vol. II, Lisboa, 1843.
- ASSUNÇÃO, Guilherme José Ferreira de, *À sombra do Convento*, Mafra, 1978.
- ASSUNÇÃO, Guilherme José Ferreira de, *Mafra, efemérides do concelho*, Mafra, 1967.
- ASSUNÇÃO, Guilherme José Ferreira de, *Uma bula do Papa Bento XIV para a Biblioteca de Mafra*, Mafra, 1944, sep. de *Ocidente*.
- ATHAYDE, Manuel Maia, “Igreja de S. Domingos”, ALMEIDA, D. Fernando de (dir. de), *Monumentos e edificios notáveis do distrito de Lisboa*, Lisboa, Junta Distrital de Lisboa, 1973, vol. V, tomo I.
- ATHAYDE, Manuel Maia, “Palácio do Patriarcado”, ALMEIDA, D. Fernando de (dir. de), *Monumentos e edificios notáveis do distrito de Lisboa*, Lisboa, Junta Distrital de Lisboa, 1973, vol. V, tomo I.
- AZEVEDO, Carlos de, “Some portuguese libraries”, *Connoisseur Yearbook*, London, 1956.
- AZEVEDO, J. Lúcio de, *Épocas de Portugal económico, esboços de história*, Lisboa, Clássica, 1929.
- AZEVEDO, J. Lúcio de, *História dos cristãos novos portugueses*, Lisboa, Clássica, 1975.
- AZEVEDO, Pedro d', e MACHADO, A. Reis, “Hábitos e costumes dos portugueses segundo os estrangeiros”, *Revista Lusitana*, vol. XXIV, n.º 1-4, Lisboa, 1922.
- BAENA, Visconde de Sanches de, *Apontamentos acerca da biographia do notavel architecto da Basilica Real, Palacio e Convento da Villa de Mafra*, Lisboa, 1881.
- BARATA, Fernando, “A arte em Portugal da Restauração ao Iluminismo”, SARAIVA, José Hermano (dir. de), *História de Portugal*, Lisboa, Alfa, 1983, vol. 5.
- BARBOSA, Inácio de Vilhena, “Fragmentos de um roteiro de Lisboa (inédito). Palacios Reaes”, *Archivo Pittoresco*, vol. IV, Lisboa, 1861.
- BARBOSA, Inácio de Vilhena, “Luxo e magnificência da Côte d'el-rei D. João V”, *Archivo Pittoresco*, vol. XI, Lisboa, 1868.
- “Basilica e Palácio de Mafra”, *Archivo Pittoresco*, ano IV, n.º 15, Lisboa, 1855.

- BASTO, Artur de Magalhães, “Da vida e dos costumes da sociedade portuguesa no século XVII”, *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. III, fasc. IV, Porto, 1940, sep.
- BAZIN, Germain, “L’architecture religieuse du Portugal et du Brésil à l’époque baroque”, *XVI<sup>e</sup> Congrès International d’Histoire de l’Art*, Lisboa-Porto, 1949, vol. I.
- BAZIN, Germain, *Les Palais de la Foi, le monde des monastères baroques*, Fribourg, Office du Livre, 1980, 2 vols.
- BEBIANO, Rui, “Absolutismo”, PEREIRA, José Fernandes (dir. de), *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Presença, 1989.
- BEBIANO, Rui, *A Pena de Marte, escrita da guerra em Portugal e na Europa, séculos XVI a XVIII*, Coimbra, Minerva, 2000.
- BEBIANO, Rui, *D. João V, poder e espectáculo*, Aveiro, Estante, 1987.
- BEBIANO, Rui, “D. João V, Rei-Sol”, *Revista de História das Ideias*, Coimbra, vol. 8, 1986, sep.
- BEBIANO, Rui, “Elementos de um barroco militar”, *Revista de História das Ideias*, Coimbra, vol. 12, 1989, sep.
- BEBIANO, Rui, “Etiqueta”, PEREIRA, José Fernandes (dir. de), *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Presença, 1989.
- BEBIANO, Rui, “Festa”, PEREIRA, José Fernandes (dir. de), *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Presença, 1989.
- BEBIANO, Rui, “Looking for a Baroque Military Look”, *Routes du Baroque, la contribution du Baroque à la pensée et à l’art européens*, Communications au Colloque de Queluz (1988), Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura, 1990.
- BEBIANO, Rui, “Luxo”, PEREIRA, José Fernandes (dir. de), *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Presença, 1989.
- BEBIANO, Rui, “Mecanismos disciplinares no exército português (séculos XVII-XVIII)”, *Arqueologia do Estado, 1.<sup>as</sup> jornadas sobre formas de organização e exercício dos poderes na Europa do Sul, séculos XV a XVIII*, Lisboa, História & Crítica, 1988, tomo II.
- BEBIANO, Rui, “Metamorfoses do Reinado do Ouro”, *Claro-Escuro*, n.ºs 2-3, Lisboa, 1989.
- BEBIANO, Rui, “Rei-Sol”, PEREIRA, José Fernandes (dir. de), *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Presença, 1989.
- BELO, Filomena, “Reinado e vida de D. João V: grande plano e plano geral”, *Claro-Escuro*, n.ºs 2-3, Lisboa, 1989.
- BENEVIDES, Francisco da Fonseca, *Rainhas de Portugal*, Lisboa, 1879, 2 vols.
- BLUCHE, François, *Le despotisme éclairé*, Paris, Fayard, 1968.
- BONET CORREA, Antonio, “Las escaleras imperiales españolas”, *Cuadernos de Arte de la Universidad de Granada*, vol. XII, n.º 24, Granada, 1975.
- BONIFÁCIO, Horácio Manuel Pereira, “Igreja do Menino Deus”, PEREIRA, José Fernandes (dir. de), *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Presença, 1989.
- BORGES, Nelson Correia, *A arte nas festas do casamento de D. Pedro II*, s.l., Paisagem, s.d.
- BORGES, Nelson Correia, “Do Barroco ao Rococó”, *História da Arte em Portugal*, vol. 9, Lisboa, Alfa, 1986.
- BORGES, Nelson Correia, “Os túmulos de prata das Santas Rainhas de Lorvão”, *Oceanos*, n.º 43, Jul.-Set. 2000.
- BOTTINEAU, Yves, “A propos des sources architecturales de Mafra”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XIX, Lisboa-Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.
- BOTTINEAU, Yves, *Barroco iberico y latinoamericano*, Barcelona, Garriga, 1971.
- BOTTINEAU, Yves, *L’art baroque*, Paris, Citadelles, 1986.
- BOTTINEAU, Yves, “Le goût de Jean V – art et gouvernement”, *Bracara Augusta*, vol. XXVII, tomo II, n.º 64, Braga, 1973, *Actas do Congresso a Arte em Portugal no Século XVIII*.
- BOTTINEAU, Yves, “Lyrisme et géométrie dans l’architecture portugaise”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XI, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1977, sep.
- BOTTINEAU, Yves, “Quelques nuances du goût dans le Portugal des lumières”, *Gazette des Beaux-Arts*, vol. LXXXIV, n.ºs 1270-1271, Paris, 1974.
- BRANCO, João de Freitas, *História da Música Portuguesa*, Lisboa, Europa-América, 1959.
- BRANCO, Luís de Freitas, *A música em Portugal*, Lisboa, 1929.
- BRANCO, Manuel Bernardes, *As minhas queridas freirinhas de Odivelas*, Lisboa, 1886.
- BRANCO, Manuel Bernardes, *Portugal na época de D. João V*, Lisboa, 1886.
- BRAZÃO, Eduardo, *A diplomacia portuguesa nos séculos XVII e XVIII*, Lisboa, Resistência, 1979, 2 vols.
- BRAZÃO, Eduardo, *D. João V e a Santa Sé, as relações diplomáticas de Portugal com o governo pontifício*, Coimbra, Coimbra Editora, 1937.
- BRAZÃO, Eduardo, *D. João V, subsídios para a história do seu reinado*, Porto, 1945.

- BRAZÃO, Eduardo, *O casamento de D. João V*, Lisboa, 1937.
- BRAZÃO, Eduardo, *O casamento de D. Pedro II com a princesa de Neuburg*, Coimbra, Coimbra Editora, 1936.
- BRAZÃO, Eduardo, *Relações externas de Portugal, reinado de D. João V*, Porto, Civilização, 1938, 2 vols.
- BRAZÃO, Eduardo, *Subsídios para a história do Patriarcado de Lisboa, 1716-1740*, Porto, Civilização, 1943.
- BRAZÃO, Eduardo, “A recepção de uma Rainha, festas lisboetas no século XVII”, *Boletim Cultural e Estatístico da Câmara Municipal de Lisboa*, vol. 1, n.º 2, Lisboa, 1937.
- BRITO, Manuel Carlos de, “A música profana e a ópera no tempo de D. João V, vários factos e alguns argumentos”, *Claro-Escuro*, n.º 2-3, Lisboa, 1989.
- BRITO, Manuel Carlos de, “Da ópera ao divino à ópera burguesa: a música e o teatro de D. João V a D. Maria I”, *Actas do Congresso Internacional Portugal no Século XVIII, de D. João V à Revolução Francesa*, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII – Universitários Editora, 1991.
- BROWN, Jonathan e ELLIOT, J. H., *Un Palacio para el Rey. El Buen Retiro y la Corte de Felipe IV*, Madrid, Alianza Forma, 3ª1988.
- BUESCU, Ana Isabel Carvalho, “O norte e o sul na Europa iluminista: um aspecto da geografia cultural no século XVIII”, *Revista de História Económica e Social*, n.º 19, Lisboa, 1987.
- CALADO, Margarida, “Academia de Portugal em Roma”, PEREIRA, José Fernandes (dir. de), *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Presença, 1989.
- CALADO, Margarida, “Patriarcal e Palácio Real”, PEREIRA, José Fernandes (dir. de), *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Presença, 1989.
- CALADO, Margarida, “Pierre Antoine Quillard”, PEREIRA, José Fernandes (dir. de), *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Presença, 1989.
- CALDAS, João Vieira, “Claustro”, PEREIRA, José Fernandes (dir. de), *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Presença, 1989.
- CARITA, Helder e CARDOSO, Homem, *Oriente e Ocidente nos interiores em Portugal*, Civilização, s.l., s.d.
- CARNAXIDE, Visconde de (António de Sousa Pedroso Carnaxide), “D. João V e o Brasil (ensaio sobre a Política Atlântica de Portugal na primeira metade do século XVIII)”, *D. João V, Conferências e estudos comemorativos do segundo centenário da sua morte*, Lisboa, Câmara Municipal, 1952.
- CARVALHO, Augusto da Silva, “Um agente de Portugal em França, Francisco Mendes de Góis”, *Anais da Academia Portuguesa de História*, 2.ª série, vol. II, Lisboa, 1949.
- CARVALHO, Ayres de, *A antiga botica do Convento de Mafra*, Lisboa, 1948.
- CARVALHO, Ayres de, *A Basílica da Estrela no segundo centenário da sua fundação*, Lisboa, Direcção-Geral do Património Cultural, 1979.
- CARVALHO, Ayres de, *A escola de escultura de Mafra*, Mafra, 1964.
- CARVALHO, Ayres de, *A escultura em Mafra*, Mafra, 1950.
- CARVALHO, Ayres de, *D. João V e a arte do seu tempo*, Lisboa, 1962, 2 vols.
- CARVALHO, Ayres de, “Igreja do Menino Deus”, ALMEIDA, D. Fernando de (dir. de), *Monumentos e edifícios notáveis do distrito de Lisboa*, Lisboa, Junta Distrital de Lisboa, 1973, vol. V, tomo I.
- CARVALHO, Ayres de, “Novas revelações para a história do barroco em Portugal”, *Belas Artes*, n.º 20, Lisboa, 1964.
- CARVALHO, Ayres de, “Palácio e Convento de Mafra”, *Palácios Portugueses*, Lisboa, Secretaria de Estado da Informação e Turismo, 1973, vol. 1, sep.
- CARVALHO, J. Lino de, *Alguns edifícios portugueses notáveis pela sua arquitectura*, Lisboa, 1909.
- CARVALHO, J. Lino de, *Monumento de Mafra*, Lisboa, 1904.
- CARVALHO, Joaquim de, “Evolução da historiografia filosófica em Portugal até fins do século XIX”, *Biblos*, vol. XXII, tomo I, Coimbra, 1946.
- CARVALHO, Mário Vieira de, “Trevas e luzes na ópera do Portugal setecentista”, *Actas do Congresso Internacional Portugal no Século XVIII, de D. João V à Revolução Francesa*, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII – Universitários Editora, 1991.
- CASTELO BRANCO, Camilo, *A caveira do mártir*, Lisboa, Tavares Cardoso & Irmão, 2ª1902.
- CASTELO BRANCO, Camilo, *Mosaico e Silva de curiosidades históricas, literárias e biográficas*, Porto, Lello, s.d.
- CASTELO-BRANCO, Fernando, “Significado cultural das academias de Lisboa no século XVIII”, *Bracara Augusta*, vol. XXVIII, tomo III, n.º 65-66 (77-78), Braga, 1974, *Actas do Congresso a Arte em Portugal no Século XVIII*.
- CASTILHO, Júlio de, *A Ribeira de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal, 1942, 4 vols.
- CASTILHO, Júlio de, *Lisboa Antiga*, Lisboa, Câmara Municipal, 8 vols., 1ª1879-1890.
- CASTRO, Armando de, “A dinâmica económica de meados do século XVII a meados do século XVIII”, SARAIVA, José Hermano (dir. de), *História de Portugal*, Lisboa, Alfa, 1983, vol. 5.

- CASTRO, Mons. José de, *O cardial nacional*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1943.
- CASTRO, Mons. José de, *Portugal em Roma*, Lisboa, União Gráfica, 1938, 2 vols.
- CHAGAS, Manuel Pinheiro, “D. João V”, *Diccionario Popular*, Lisboa, 1880, vol. 6.
- CHAGAS, Manuel Pinheiro, *História de Portugal popular e ilustrada*, Lisboa, Moderna, 12 vols., <sup>3</sup>1899-1907.
- CHAGAS, Manuel Pinheiro, “Mafra”, *Diccionario Popular*, Lisboa, 1880, vol. 7.
- CHAGAS, Manuel Pinheiro, *Migalhas da História Portuguesa*, Lisboa, 1900.
- CHANTAL, Suzanne, *A vida quotidiana em Portugal ao tempo do terramoto*, Lisboa, Livros do Brasil, s.d.
- CHARPENTRAT, Pierre, *L'Art Baroque*, Paris, Presses Universitaires de France, 1967.
- CHAVES, Castelo Branco, *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*, série “Portugal e os estrangeiros”, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1983.
- CHAVES, Castelo Branco, *Os livros de viagens em Portugal no século XVIII e a sua projecção europeia*, Venda Nova – Amadora, Biblioteca Breve, M.E.I.C., Secretaria de Estado da Investigação Científica, 1977.
- CHAVES, Castelo Branco, *Portugal nos séculos XVII e XVIII, quatro testemunhos*, apresentação, tradução e notas de, Lisboa, Lisóptima, 1989.
- CHAVES, Luís, *D. Pedro II*, Lisboa, 1939.
- CHAVES, Luís, “Mafra. O Monumento”, *Revista de Guimarães*, vol. 73, n.º 1/2, Guimarães, 1963, sep.
- CHECA CREMADES, Fernando e MORÁN TURINA, José Miguel, *El Barroco*, Madrid, Istmo, 1982.
- CHECA, Fernando, “El Monasterio de El Escorial y los palacios de Felipe II”, *Fragmentos*, n.º 4-5, Madrid, 1985.
- CHUECA GOITIA, Fernando, *Casas Reales en monasterios y conventos españoles*, Madrid, Real Academia de la Historia, 1966.
- CHUECA, Fernando, “La Corte de España y los Sitios Reales”, *El Arte en las Cortes europeas del siglo XVIII*, Madrid, Comunidad Autónoma de Madrid, 1989.
- CIDADE, Hernâni, “Cultura: reacção contra o seiscentismo”, PERES, Damião (dir. de), *História de Portugal*, Barcelos, Portucalense, 1934, vol. VI.
- CIDADE, Hernâni, *Lições de cultura e literatura portuguesas*, Coimbra, Coimbra Editora, 2 vols., 1940-1942.
- CIDADE, Hernâni, *Lições de cultura luso-brasileira. Épocas e estilos na literatura e nas artes plásticas*, Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1960.
- CORREIA, José Eduardo Horta, “Urbanismo”, PEREIRA, José Fernandes (dir. de), *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Presença, 1989.
- CORREIA, Vergílio, “Artistas italianos em Portugal, século XVIII, 1.ª metade”, *Biblos*, vol. VIII, Coimbra, 1932.
- CORTE-REAL, Manuel H., *O Palácio das Necessidades*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1983.
- CORTESÃO, Jaime, *Alexandre de Gusmão e o tratado de Madrid*, Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, Instituto Rio-Branco, 2 vols., 1951-1959.
- COSTA, Américo, *Dicionário Corográfico de Portugal continental e insular*, Vila do Conde – Porto, 12 vols., 1929-1949.
- COSTA, Luís Xavier da, *As belas-artistas plásticas em Portugal durante o século XVIII*, Lisboa, J. Rodrigues & C.ª, 1935.
- CRUZ, António, “As classes e os problemas da sociedade portuguesa”, SARAIVA, José Hermano (dir. de), *História de Portugal*, Lisboa, Alfa, 1983, vol. 5.
- D'ORS, Eugénio, *Du Baroque*, Gallimard, Paris, 1968.
- DANTAS, Júlio, *Ao ouvido de Madame X*, Porto, 1915.
- DANTAS, Júlio, *O amor em Portugal no século XVIII*, Lisboa, s.d. (1915).
- DANTAS, Júlio, *Outros tempos*, Lisboa, Clássica, <sup>2</sup>1916.
- DEFOURNEAUX, Marcelin, *A vida quotidiana em Espanha no Século de Ouro*, Lisboa, Livros do Brasil, s.d.
- DIAS, Carlos Malheiro, *Cartas de Lisboa*, 3.ª série, Lisboa, Clássica, 1907.
- DIAS, Graça e J. S. da Silva, *Os primórdios da Maçonaria em Portugal*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, <sup>2</sup>1986, 3 vols.
- DIAS, José Sebastião da Silva, “O eclectismo em Portugal no século XVIII, génese e destino de uma atitude filosófica”, *Revista Portuguesa de Pedagogia*, nova série, ano VI, Coimbra, 1972.
- DIAS, José Sebastião da Silva, “Portugal e a cultura europeia (séculos XVI a XVIII)”, *Biblos*, vol. XXVIII, Coimbra, 1952.
- DIAS, José Sebastião da Silva, “Seiscentismo e renovação em Portugal no século XVIII, estudo de um processo inquisitorial”, *Biblos*, vol. XXXVI, Coimbra, 1961, sep.
- DIAS, Luís Fernando de Carvalho, “Luxo e pragmáticas no pensamento económico do século XVIII”, *Boletim de Ciências Económicas da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, vol. IV, n.º 2-3, 1955, e vol. V, n.º 1-2-3, 1956, sep.

- DICKENS, A. G. (ed.), *The Courts of Europe, politics, patronage and royalty, 1400-1800*, London, Thames and Hudson, 1977.
- DOMINGUES, Mário, *D. João V, o homem e a sua época*, Lisboa, Romano Torres, 1964.
- DUBOIS, Claude-Gilbert, *Le Baroque, profondeurs de l'apparence*, Paris, Larousse, 1973.
- DURAND, Georges, *États et institutions, XVI<sup>e</sup>-XVIII<sup>e</sup> siècles*, Paris, Armand Colin, 1969.
- DURÁN, Miguel, "Del antiguo Madrid: la construcción del Palacio Real", *Arquitectura*, n.º 96, Madrid, 1927.
- DUVIGNAUD, Jean, *Sociologia da Arte*, Rio de Janeiro – São Paulo, Forense, s.d.
- ELIAS, Norbert, *A sociedade de corte*, Lisboa, Estampa, 1987.
- ELLIOT, John H., "Philip IV of Spain, prisoner of ceremony", DICKENS, A. G. (ed.), *The Courts of Europe, politics, patronage and royalty, 1400-1800*, London, Thames and Hudson, 1977.
- ELSEN, Albert E., LANE, Barbara Miller e VON MOOS, Stanislaus, *La arquitectura como simbolo de poder*, Barcelona, Fusuquets, 1975.
- ESPANCA, Túlio, "Arte e artistas em Évora no século XVIII", *A Cidade de Évora. Boletim da Comissão Municipal de Turismo de Évora*, ano VII, n.ºs 19-20, Évora, 1949.
- ESPANCA, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal – Concelho de Évora*, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, 1966.
- ESPANCA, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Évora*, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, 1975.
- Exposição Lisboa Joanina, comemorativa do segundo centenário do falecimento do Rei D. João V*, Cat., Lisboa, Câmara Municipal, 1950.
- FEVRE, Lucien, *Combates pela História*, Lisboa, Presença, 1977, 2 vols.
- FEIO, Florêncio Mago Barreto, *Memória histórica e descritiva acerca da Bibliotheca da Universidade de Coimbra...*, Coimbra, 1857.
- FERNANDES, Álvaro Ferrand de Almeida, "A biblioteca do Palácio Nacional de Mafra", *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, ano I, n.ºs 3-4, Lisboa, 1955; ano II, n.º 5, Lisboa, 1956; sep. Coimbra, 1956.
- FERRÃO, António, *O Marquês de Pombal e os "Meninos de Palhavá"*, Coimbra, 1923.
- FERRÃO, Leonor, *A Real Obra de Nossa Senhora das Necessidades*, Lisboa, Quetzal, 1994.
- FERRÃO, Leonor, "Palácio, Convento e Igreja de N. Senhora das Necessidades", PEREIRA, José Fernandes (dir. de), *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Presença, 1989.
- FERREIRA, Carlos Alberto, "A livraria real portuguesa", *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal*, 3.ª série, vol. I, tomo II, Lisboa, 1959.
- FERREIRA, Carlos Alberto, "As livrarias reais portuguesas, de D. João IV a D. João VI", *Congresso do Mundo Português*, vol. VII, tomo 2, Lisboa, 1940.
- FERRO, João Pedro e RÊGO, Manuela, "D. João V e a lisonja", *Actas do Congresso Internacional Portugal no Século XVIII, de D. João V à Revolução Francesa*, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII – Universitários Editora, 1991.
- FIGANIÈRE, Jorge César de la, *Bibliographia Histórica Portuguesa*, Lisboa, 1850.
- FIGUEIREDO, António Cardoso Borges de, *O Mosteiro de Odivelas, casos de reis e memórias de freiras*, Lisboa, Ferreira, 1889.
- FIOCCO, Giuseppe, "L'influenza del Rinascimento e del Barocco italiano nell'arte portoghese", *Relazioni storiche fra l'Italia e il Portogallo, memorie e documenti*, Roma, Reale Accademia d'Italia, XVIII, 1940.
- FRANÇA, José-Augusto, *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, Lisboa, Bertrand, 1987.
- FRANÇA, José-Augusto, *O retrato na arte portuguesa*, Lisboa, Horizonte, 1981.
- FREIRE, João Paulo e PASSOS, Carlos de, "Mafra, notícia historico-archeologica e artistica da vila e do paço conventual", *Monumentos de Portugal*, série II, n.º 1, Porto, 1933.
- FREIRE, João Paulo, "Mafra", *Guia de Portugal*, I, *generalidades, Lisboa e arredores*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1924.
- FREIRE, João Paulo, *Mafra: história, bibliografia e notas*, Lisboa, 1925.
- FREIRE, João Paulo, *Roteiro da Baixa antes de 1755*, Lisboa, Livraria Pacheco, 1933.
- FREIRE, João Paulo, *Torre do Tombo...*, *crónicas dispersas*, Lisboa, 1936.
- GAMA, Luís Filipe Marques da, "Os Carrilhões de Mafra – subsídios para a sua história", *Os Carrilhões de Mafra*, Mafra, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais – Instituto Português do Património Cultural, 1989.
- GAMA, Luís Filipe Marques da, *Palácio Nacional de Mafra – Roteiro*, Lisboa – Mafra, Elo, 1985.
- GERSHOY, Léo, *L'Europe des princes éclairés, 1763-1789*, Paris, Fayard, 1966.

- GODINHO, Vitorino Magalhães, *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*, Lisboa, Arcadia, 1975.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, “Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670-1770)”, *Ensaaios*, vol. II, Lisboa, Sá da Costa, 2<sup>a</sup>1978.
- GOLZIO, Vincenzo, *Palazzi Romani, dalla Rinascita al Neoclassico*, Bologna, Capelli, 1971.
- GOMES, Joaquim C., *Mafra et Cintra ou description détaillée de leurs monuments*, Lisboa, 1873.
- GOMES, Joaquim da Conceição, “A Basílica de Mafra (arte ornamental)”, *O Instituto*, 2.<sup>a</sup> série, vol. xxx, Coimbra, 1883.
- GOMES, Joaquim da Conceição, *Descrição minuciosa do Monumento de Mafra*, Lisboa, 1871.
- GOMES, Joaquim da Conceição, “O monumento de Mafra. Excerptos”, *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, 2.<sup>a</sup> série, tomo VI, n.º 11-12, Lisboa, 1890.
- GOMES, Maria Eugénia Reis, *Contribuição para o estudo da festa em Lisboa no Antigo Regime*, Lisboa, Instituto Português de Ensino à Distância, 1985.
- GOMES, Paulo Varela, *A cultura arquitectónica e artística em Portugal no século XVIII*, Lisboa, Caminho, 1988.
- GONÇALVES, A. Nogueira, *Estudos de Ourivesaria*, Porto, Paisagem, 1984.
- GONÇALVES, António Augusto, *Estatuária lapidar no Museu Machado de Castro*, Coimbra, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1923.
- GONÇALVES, J. Cardoso, *O Convento de Mafra*, Lisboa, 1906.
- GOUBERT, Pierre e ROCHE, Daniel, *Les Français et l’Ancien Régime*, Paris, Armand Colin, 1984, 2 vols.
- HANSON, Carl A., *Economia e sociedade no Portugal barroco (1668-1703)*, Lisboa, D. Quixote, 1986.
- HERCULANO, Alexandre, “Duas epochas e dous monumentos. A granja real de Mafra”, *Opúsculos*, tomo VII, Lisboa, Bertrand, 2<sup>a</sup>1907.
- HESPANHA, António Manuel, “Para uma teoria da história institucional do Antigo Regime”, *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII, escripta por uma sociedade de homens de letras*, Lisboa, s.d., 2 vols.
- IVO, Júlio, *O Monumento de Mafra*, Porto, Marques Abreu, 1930.
- JANA, Ernesto José Nazaré Alves, “Visita de D. João V à vila de Tomar e ao seu convento”, *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Tomar*, n.º 14, Tomar, 1991.
- KELLENBENZ, Hermann, *João Frederico Ludovice, o construtor do Convento de Mafra*, Lisboa, 1959.
- KLANICZAY, Tibor, “La naissance du Maniérisme et du Baroque au point de vue sociologique”, *Renaissance, Maniérisme, Baroque, Actes du X<sup>e</sup> Stage International de Tours*, Paris, Vrin, 1972.
- KUBLER, George e SORIA, Martin, *Art and architecture in Spain and Portugal and their american dominions, 1500 to 1800*, Middlesex, Penguin Books, 1959.
- KUBLER, George, “Arquitectura de los siglos XVII y XVIII”, *Ars Hispaniæ*, Madrid, Plus-Ultra, 1957.
- LACERDA, Aarão de, “Arte”, PERES, Damião (dir. de), *História de Portugal*, Barcelos, Portucalense, 1934, vol. VI.
- LAMBERT, Elie, *L’art portugais*, Paris, Annales de l’Université de Paris, 1948.
- LAVAGNINO, Emilio, *L’opera del genio italiano all’estero, gli artisti in Portogallo*, Roma, La Libreria dello Stato, 1940.
- LAVEDAN, Pierre, HUGUENEY, Jeanne e HENRAT, Philippe, *L’urbanisme à l’époque moderne, XVI<sup>e</sup>-XVIII<sup>e</sup> siècles*, Bibliothèque de la Société Française d’Archéologie, Genève, Droz, 1982.
- LE ROY LADURIE, Emmanuel, “Auprès du Roi, la Cour”, *Annales, economies, sociétés, civilisations*, 38<sup>e</sup> année, n.º 1, Paris, 1983.
- LEAL, Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de Pinho, “Mafra”, *Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, 1875, vol. v.
- LEHR, André, “O carrilhão da torre sul do Palácio Nacional de Mafra”, *Os Carrilhões de Mafra*, Mafra, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais – Instituto Português do Património Cultural, 1989.
- LEITE, Ana Cristina, “O Hospital Real de Todos-os-Santos”, *Hospital Real de Todos-os-Santos*, Cat., Lisboa, Museu Rafael Bordalo Pinheiro, 1993.
- LEMONS, Maximiano de (dir. de), “D. João V”, *Encyclopedia Portugueza Illustrada, Dicionario Universal*, vol. VI, Porto, s.d.
- Les Muses, Encyclopédie des Arts*, Paris, Alpha, 15 vols., 1969-1974.
- LEVON, Jacques, *La vie quotidienne à la Cour de Versailles aux XVII<sup>e</sup>-XVIII<sup>e</sup> siècles*, Poitiers-Ligugé, Hachette, 3<sup>a</sup>1986.
- LINDEMANN, Carlos, *Nova descrição de Lisboa, dos seus arredores e de Cintra, Pena e Mafra...*, Lisboa, 1853.
- LOJA, António Egídio Fernandes, *A luta do poder contra a Maçonaria, quatro perseguições no século XVIII*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, col. “Temas Portugueses”, 1986.

- LOPES, Luís Rufino Chaves, *Mafra. O Monumento*, Guimarães, 1963.
- LOPES, Maria Antónia, *Mulheres, espaço e sociabilidade, a transformação dos papéis femininos em Portugal à luz das fontes literárias (segunda metade do século XVIII)*, Lisboa, Livros Horizonte, col. Horizonte Histórico, 1989.
- LOPES, Óscar, “Academias”, SERRÃO, Joel (dir. de), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Figueirinhas, 2<sup>a</sup> 1979, vol. I.
- LUCENA, Armando de, *Monografia de Mafra*, s.l., 1980.
- MACEDO, Joaquim António de, *A Guide to Lisbon and its environs including Cintra and Mafra*, Lisboa, 1874.
- MACEDO, Jorge Borges de, “Absolutismo”, SERRÃO, Joel (dir. de), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Figueirinhas, 2<sup>a</sup> 1979, vol. I.
- MACEDO, Jorge Borges de, “D. João V”, SERRÃO, Joel (dir. de), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Figueirinhas, 2<sup>a</sup> 1979, vol. III.
- MACEDO, Jorge Borges de, “Estrangeirados, um conceito a rever”, *Bracara Augusta*, vol. XXVIII, tomo III, n.ºs 65-66 (77-78), Braga, 1974, *Actas do Congresso a Arte em Portugal no Século XVIII*.
- MACEDO, Jorge Borges de, *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII*, Lisboa, 1963.
- MACEDO, Jorge Borges de, “Vias de expressão da cultura e da sociedade portuguesa nos séculos XVII e XVIII”, *Boletim da Academia Internacional de Cultura Portuguesa*, n.º 1, Lisboa, 1966.
- MACEDO, Newton de, “A renovação das ideias e das instituições de cultura”, PERES, Damião (dir. de), Barcelos, *História de Portugal*, Portucalense, 1934, vol. VI.
- MACHADO, José Alberto Gomes, “Razão e desmesura no barroco português”, *I Congresso Internacional do Barroco*, Porto, Reitoria da Universidade – Governo Civil, 1991, vol. I.
- “Mafra”, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa – Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, vol. VII, 1985.
- MANDROU, Robert, *L'Europe absolutiste. Raison et raison d'État, 1649-1775*, Paris, Fayard, 1977.
- MANDROUX-FRANÇA, Marie Thérèse, “A Patriarcal do Rei D. João V de Portugal”, *Triunfo do Barroco*, Lisboa, Fundação das Descobertas, 1993.
- MANDROUX-FRANÇA, Marie Thérèse, “La collection d'estampes du Roi Jean V de Portugal: une relecture des Notes Manuscrites de Pierre-Jean Mariette”, *Revue de l'Art*, n.º 73, Paris, 1986.
- MANDROUX-FRANÇA, Marie Thérèse, “La Patriarcale del Re Giovanni V da Portogallo”, *Giovanni V di Portogallo (1707-1750) e la cultura romana del suo tempo*, Cat., Roma, Argos, 1995.
- MANDROUX-FRANÇA, Marie Thérèse, “La Patriarcale du Roi Jean V de Portugal”, *Colóquio-Artes*, 2.ª série, n.º 83, Lisboa, 1989.
- MANDROUX-FRANÇA, Marie Thérèse, “Les collections de gravures européennes du Roi Jean V de Portugal: un programme des ‘lumières joanines’ en voie de reconstitution”, *Actas do Congresso Internacional Portugal no Século XVIII, de D. João V à Revolução Francesa*, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII – Universitários Editora, 1991.
- MANDROUX-FRANÇA, Marie Thérèse, “Rome, Lisbonne, Rio de Janeiro, Londres et Paris: le long voyage du *Recueil Weale* (1745-1995)”, *Colóquio-Artes*, 109, Lisboa, 1996, Sep.
- MARAVALL CASESNOVES, Jose Antonio, “Contestación” a CHUECA GOITIA, Fernando, *Casas Reales en monasterios y conventos españoles*, Madrid, Real Academia de la Historia, 1966.
- MARAVALL, Jose Antonio, *La cultura del Barroco*, Barcelona, Ariel, 1975.
- MARIANI, Valerio, *Le Chiese di Roma dal XVII al XVIII secolo*, Bologna, Capelli, 1963.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal*, Lisboa, Ágora, 2<sup>a</sup> 1973, 2 vols.
- MARQUES, Joaquim José, *Cronologia da ópera em Portugal*, Lisboa, 1947.
- MARTIN GONZÁLEZ, Juan José, “Las ideas artísticas de la Reina Barbara de Braganza”, *Bracara Augusta*, vol. XXVII, tomo II, n.º 64 (76), Braga, 1973, *Actas do Congresso a Arte em Portugal no Século XVIII*.
- MARTIN GONZÁLEZ, Juan José, “El Monasterio de El Escorial, una cima alcanzada”, *Sillar, revista católica de cultura*, Madrid, ano IV, , n.º 16, Madrid, 1986.
- MARTINEZ, Pedro Soares, *História Diplomática de Portugal*, Lisboa, Verbo, 1986.
- MARTINS, António Coimbra, “Estrangeirados”, SERRÃO, Joel (dir. de), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Figueirinhas, 2<sup>a</sup> 1979, vol. II.
- MARTINS, António Coimbra, “Luzes”, SERRÃO, Joel (dir. de), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Figueirinhas, 2<sup>a</sup> 1979, vol. IV.
- MARTINS, António Coimbra, “Notícias do Jornal de Verdun sobre academias em Portugal no tempo de D. João V”, *Bulletin de Études Portugaises*, nouvelle série, vol. XXII, Lisboa, 1960.

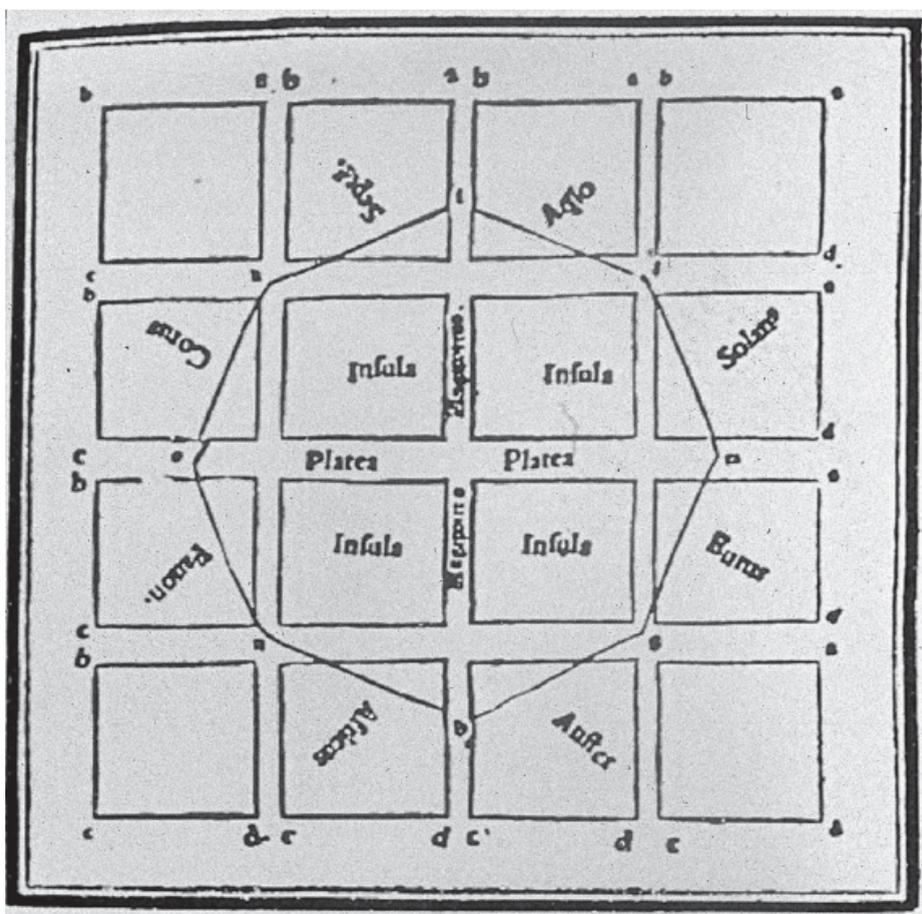
- MARTINS, António Coimbra, “Oratorianos”, SERRÃO, Joel (dir. de), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Figueirinhas, 2<sup>a</sup> 1979, vol. IV.
- MARTINS, Oliveira, *História de Portugal*, Lisboa, Guimarães, 191987.
- MARTINS, Rocha, *A Madre Paula*, s.l., Romano Torres, s.d., 2 vols.
- MATIAS, Elze vonk, “As academias literárias na época joanina”, *Claro-Escuro*, n.ºs 2-3, Lisboa, 1989.
- MATTOSO, António G., *Compêndio de História de Portugal*, Lisboa, Sá da Costa, 1938.
- MATTOSO, António, “D. João V”, *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Lisboa, Verbo, vol. 11, 1971.
- MENDES, Fernando, *D. João V, rei absoluto*, Lisboa, Romano Torres, s.d.
- MENDONÇA, José Lourenço D. de, e MOREIRA, António Joaquim, *História dos principais actos e procedimentos da Inquisição em Portugal*, s.l., Círculo de Leitores, 1980.
- MENESES, Bourbon e, e SEQUEIRA, Gustavo de Matos, *Figuras da História de Portugal*, Lisboa, Lello, 1933.
- MOLI FRIGOLA, Monserrat, “La Lisboa Romana de los siglos XVII-XVIII. Fiestas portuguesas en Roma en los siglos XVII-XVIII”, *I Congresso Internacional do Barroco*, Porto, Reitoria da Universidade – Governo-Civil, 1991, vol. II.
- MONTEIRO, Maria Alba de Abreu Horta, *Alguns aspectos da sociedade portuguesa do século XVIII (preocupações sumptuárias)*, tese de licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas dactilografada apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1956.
- MONTGRÉDIEN, Georges, *La vie quotidienne sous Louis XIV*, Paris, Hachette, 1948.
- MOREIRA, Rafael, “O Hospital Real de Todos-os-Santos e o italianismo de D. João II”, *Hospital Real de Todos-os-Santos*, Cat. Lisboa, Museu Rafael Bordalo Pinheiro, 1993.
- MORTEIRO SIMÓN, Conrado (dir., textos e maqueta de), *El Escorial, a oitava maravilha do mundo*, Madrid, Património Nacional, 1967.
- MOTA, Isabel Maria H. F. da, “A imagem do Rei na *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Um estudo preliminar”, *Revista de História das Ideias*, vol. 11, Coimbra, 1989.
- MOURA, Carlos, “Baroque in Portugal, or Portuguese Baroque? A brief survey of some aspects of the question”, *Routes du Baroque, la contribution du Baroque à la pensée et à l’art européens*, Communications au Colloque de Queluz (1988), Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura, 1990.
- MOURA, Carlos, “Sentido do Barroco na arte seiscentista e do início do século XVIII”, “O Limiar do Barroco”, *História da Arte em Portugal*, vol. 8, Lisboa, Alfa, 1986.
- NICLAUSSE, Juliette, “Sur quelques tissus commandés à Paris par Jean V”, *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*, vol. II, n.º 4, Lisboa, 1953.
- NOGUEIRA, Natália Baeta, “A lição da festa na *Relação Métrica* de Frei Simão António de Santa Catarina”, *Claro-Escuro*, n.ºs 2-3, Lisboa, 1989.
- NONELL, Anni Günther, “Arquitectos e engenheiros na época de D. João V. O Aqueduto das Águas Livres”, *I Congresso Internacional do Barroco*, Porto, Reitoria da Universidade – Governo Civil, 1991, vol. II.
- NORBERG-SCHULZ, Christian, *Baroque Architecture*, London, Faber and Faber-Electa, 1986.
- OESTREICH, G., “Problemas estruturais do absolutismo europeu”, HESPAÑA, António Manuel, *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *Elementos para a história do Município de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal, 17 vols., 1882-1911.
- OLIVEIRA, Luís Vasco R. Salgado de, “O significado do Luxo no reinado de D. João V. Alguns aspectos”, *Bracara Augusta*, vol. XXVIII, tomo III, n.ºs 65-66 (77-78), Braga, 1974, *Actas do Congresso a Arte em Portugal no Século XVIII*.
- OROZCO DIAZ, *El teatro y la teatralidad del Barroco*, Barcelona, Planeta, 1969.
- PAGEAUX, Daniel-Henri, *Imagens de Portugal na cultura francesa*, Lisboa, Biblioteca Breve, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983.
- PALACIO ATARD, Vicente, “Juan V y la mudanza de confessor de Fernando VI”, *Revista Portuguesa de História*, tomo X, Coimbra, 1962.
- “Palácio e Basílica de Mafra”, *O Panorama*, tomo IV, n.º 140, Lisboa, 1840.
- PALMA-FERREIRA, João, *Academias literárias dos séculos XVII e XVIII*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1982.
- PEREIRA, Esteves e RODRIGUES, Guilherme, “Mafra”, *Diccionario historico, chorographico, biographico, bibliographico, heraldico, numismatico e artistico*, Lisboa, Romano Torres, 1909, vol. IV.
- PEREIRA, José Costa, “Vectores culturais portugueses de seiscentos e setecentos”, SARAIVA, José Hermano (dir. de), *História de Portugal*, Lisboa, Alfa, 1983, vol. 5.
- PEREIRA, José Fernandes, *A acção artística do primeiro Patriarca de Lisboa*, tese de mestrado em História da Arte fotocopiada apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1986.

- PEREIRA, José Fernandes, “António Cannevari”, *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Presença, 1989.
- PEREIRA, José Fernandes, *Arquitectura Barroca em Portugal*, Lisboa, Biblioteca Breve, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1986.
- PEREIRA, José Fernandes, “Arquitectura Religiosa”, *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Presença, 1989.
- PEREIRA, José Fernandes, “D. João V em Tomar”, *Claro-Escuro*, n.ºs 2-3, Lisboa, 1989.
- PEREIRA, José Fernandes, “D. João V”, *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Presença, 1989.
- PEREIRA, José Fernandes, “D. Rodrigo Aires de Sá e Meneses Fontes”, *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Presença, 1989.
- PEREIRA, José Fernandes, “D. Tomás de Almeida”, *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Presença, 1989.
- PEREIRA, José Fernandes, “Estilo Barroco”, *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Presença, 1989.
- PEREIRA, José Fernandes, “Igreja, Palácio e Convento de Mafra”, *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Presença, 1989.
- PEREIRA, José Fernandes, “João Frederico Ludovice”, *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Presença, 1989.
- PEREIRA, José Fernandes, “Lisboa”, *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Presença, 1989.
- PEREIRA, José Fernandes, “Ornamento e Geometria”, *Claro-Escuro*, n.ºs 2-3, Lisboa, 1989.
- PEREIRA, José Fernandes, “Património”, *Claro-Escuro*, n.ºs 2-3, Lisboa, 1989.
- PEREIRA, José Fernandes, “Resistências e aceitação do espaço barroco: a arquitectura religiosa e civil”, MOURA, Carlos, “O Limiar do Barroco”, *História da Arte em Portugal*, vol. 8, Lisboa, Alfa, 1986.
- PEREIRA, José Fernandes, “Structural elements of baroque architecture in Portugal”, *Routes du Baroque, la contribution du Baroque à la Pensée et à l’art européens*, Communications au Colloque de Queluz (1988), Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura, 1990.
- PEREIRA, Paulo, “D. Pedro II”, PEREIRA, José Fernandes (dir. de), *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Presença, 1989.
- PEREIRA, Paulo, “Torre do Relógio”, PEREIRA, José Fernandes (dir. de), *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Presença, 1989.
- PERES, Damião, “Organização económica”, *História de Portugal*, Barcelos, Portucalense, 1934, vol. VI.
- PIJOAN, J. (dir. de), *História da Arte*, Lisboa, Alfa, 1972, 10 vols.
- PIMENTA, Alfredo, *Elementos de História de Portugal*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 3ª 1936.
- PIMENTEL, Alberto, *As amantes de D. João V, estudos históricos*, Lisboa, 1892.
- PIMENTEL, Alberto, *Portugal de Cabeleira*, Pará, Tavares Cardoso & C.ª, 1875.
- PIMENTEL, António Filipe, “Absolutismo, Corte e Palácio Real: em torno dos palácios de D. João V”, *Arqueologia do Estado, I.ºs jornadas sobre formas de organização e exercício dos poderes na Europa do Sul, séculos XIII-XVIII*, Lisboa, *História & Crítica*, 1988.
- PIMENTEL, António Filipe, “A Real Casa da Livraria”, CASTRO, Aníbal Pinto de (dir. de), *Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1990 (no prelo).
- PIMENTEL, António Filipe, “Bibliotecas”, PEREIRA, José Fernandes (dir. de), *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Presença, 1989.
- PIMENTEL, António Filipe, “Escadaria”, PEREIRA, José Fernandes (dir. de), *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Presença, 1989.
- PIMENTEL, António Filipe, “Estilo Joanino”, PEREIRA, José Fernandes (dir. de), *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Presença, 1989.
- PIMENTEL, António Filipe, “D. João V e a festa devota: do espectáculo da política à política do espectáculo”, *Arte Efêmera em Portugal*, Cat., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.
- PIMENTEL, António Filipe, “La politique à table, (més)aventures du repas public à la Cour de Jean V”, *Actas do Simpósio Internacional Mesas Reais Europeias, Encomendas e Ofertas*, Lisboa, Instituto Português de Museus, 1999.
- PIMENTEL, António Filipe, “Les grandes entreprises du Roi D. João V”, *Triomphe du Baroque*, Europália 91 – Portugal, Bruxelles, 1991, Cat.
- PIMENTEL, António Filipe, “O gosto oriental na obra das estantes da Casa da Livraria da Universidade de Coimbra”, IV *Simpósio Luso-Espanhol de História da Arte, Portugal e Espanha entre a Europa e Além-Mar*, Coimbra, Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras, col. “Subsídios para a História da Arte Portuguesa”, n.º XXIV, 1992.

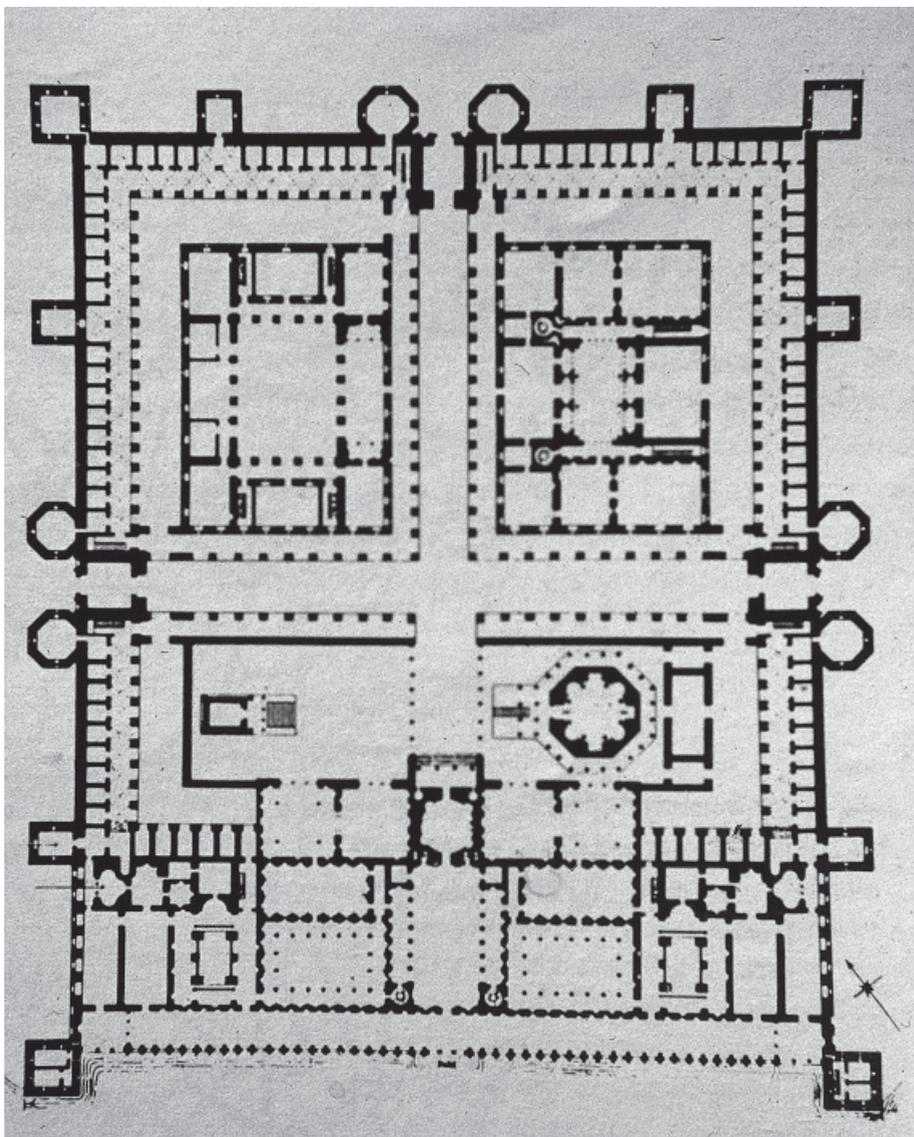
- PIMENTEL, António Filipe, “Real Basílica de Mafra: salão de trono e panteão de reis”, *Boletim Cultural* '93, Mafra, Câmara Municipal, Fevereiro, 1994.
- PIMENTEL, António Filipe, “Uma jóia em forma de templo: a Capela de São João Baptista”, *Oceanos*, n.º 43, Jul.-Set., 2000.
- PIMENTEL, António Filipe, “Vivência da morte no tempo do barroco: tumulária portuguesa dos séculos XVII e XVIII”, *I Congresso Internacional do Barroco*, Porto, Reitoria da Universidade – Governo Civil, 1991, vol. II.
- PINA, Luiz de, “Ciencia”, PERES, Damião (dir. de), *História de Portugal*, Barcelos, Portucalense, 1934, vol. VI.
- PIZARRO GÓMEZ, Francisco Javier, “Doña Barbara de Braganza y el fausto cortesano en las fiestas reales”, *iv Simpósio Luso-Espanhol de História da Arte, Portugal e Espanha entre a Europa e Além-Mar*, Coimbra, Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras, col. “Subsídios para a História da Arte Portuguesa”, n.º XXIV, 1992.
- PLAZA SANTIAGO, Francisco Javier de la, *Investigaciones sobre el Palacio Real Nuevo de Madrid*, Valladolid, Departamento de Historia del Arte, Universidad de Valladolid, 1975.
- POMEAU, René, *L'Europe des Lumières. Cosmopolitisme et unité européenne au dix-huitième siècle*, Paris, Stock, 1966.
- Portugal no Século XVIII, de D. João V à Revolução Francesa*, Exposição organizada pela Biblioteca Nacional e pela Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII, invest. e org. de MARQUES, A. H. de Oliveira, FERRO, João Pedro, e RÊGO, Manuela, Cat., Lisboa, Biblioteca Nacional, 1989.
- PROENÇA, Raul, *Guia de Portugal*, vol. I, *Generalidades, Lisboa e Arredores*, apres. e not. de DIONÍSIO, Sant'Anna, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 21982.
- QUENTAL, Antero de, *Causas da decadência dos povos peninsulares*, Lisboa, Ulmeiro, 1970.
- QUIETO, Pier Paolo, *D. João V de Portugal, a sua influência na arte italiana do século XVIII*, Lisboa – Mafra, Elo, 1990.
- RADULET, Carmen M., “A Corte como espectáculo e o espectáculo na Corte de D. João V nas ‘Memórias Históricas’ do 1.º conde de Povolide”, *Actas do Congresso Internacional Portugal no Século XVIII, de D. João V à Revolução Francesa*, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII – Universitários Editora, 1991.
- RAMOS, Luís de Oliveira, *Sob o signo das Luzes*, Maia, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988.
- RÊGO, Manuela e FERRO, João Pedro, “D. João V e a lisonja”, *Actas do Congresso Internacional Portugal no Século XVIII, de D. João V à Revolução Francesa*, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII – Universitários Editora, 1991.
- RIBEIRO, Armando, *Terras Fradescas*, Lisboa, 1933.
- RIBEIRO, Helena Teresa Pinto, “A procissão do Corpo de Deus na Lisboa barroca – o espaço e o poder”, *Arqueologia do Estado, 1.ª jornadas sobre formas de organização e exercício dos poderes na Europa do Sul – séculos XIII-XVIII*, Lisboa, *História & Crítica*, 1988, tomo II.
- RIBEIRO, J. Patrocínio, “As duas Mafras”, *Ilustração Portuguesa*, vol. II, Lisboa, 1910.
- RIBEIRO, Mário de Sampaio, *A música em Portugal nos séculos XVIII e XIX*, Lisboa, 1938.
- RIBEIRO, Mário de Sampaio, “El-Rei D. João, o Quinto, e a música do seu tempo”, *D. João V, Conferências e estudos comemorativos do segundo centenário da sua morte*, Lisboa, Câmara Municipal, 1952.
- RIBEIRO, Ângelo, “D. João V”, PERES, Damião (dir. de), *História de Portugal*, Barcelos, Portucalense, 1934, vol. VI.
- RODRIGUES, Maria João Madeira, “Palácio Ludovice”, ALMEIDA, D. Fernando de (dir. de), *Monumentos e edifícios notáveis do distrito de Lisboa*, Lisboa, Junta Distrital de Lisboa, 1973, vol. V, tomo I.
- ROIG, Juan Fernando, *Iconografía de los Santos*, Barcelona, Omega, 1950.
- ROSSA, Walter, “A Cidade Portuguesa”, PEREIRA, Paulo (dir. de), *História da Arte Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, vol. III.
- ROSSA, Walter, *Além da Baixa, indícios de planeamento urbano na Lisboa setecentista*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 1998.
- ROSSA, Walter, “Episódios da evolução urbana de Lisboa entre a Restauração e as Invasões Francesas”, *Rassegna*, n.º 59, Bologna, 1994, III.
- ROUVROY, Louis de (Duc de Saint-Simon), *La Cour de Louis XIV*, Paris, Nelson, s.d.
- RUIZ, António José, *Paços Reais*, Lisboa, 1905.
- SÁ, Ayres de, “Paço-Mosteiro de Mafra”, *A Arte e a Natureza em Portugal*, n.º 37, Porto, 1904.
- SACKEN, Cornelia von der Osten, *El Escorial, estudio iconológico*, Bilbao, Xarait, 1984.
- SANTARÉM, Visconde de, *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal...*, Paris, 1845, tomo V.
- SANTIAGO SEBASTIÁN, *Arte y Humanismo*, Madrid, Cátedra, 1978.

- SANTIAGO SEBASTIÁN, *Contrarreforma y Barroco*, Madrid, Alianza Forma, 1981.
- SANTOS, Arminda, BELO, Filomena, PEREIRA, José Fernandes e GÓIS, José, “Cronologia da vida e do reinado de D. João V”, *Claro-Escuro*, n.º 2-3, Lisboa, 1989.
- SANTOS, Reynaldo dos e MACEDO, Diogo de, *História da Arte em Portugal*, Porto, Portucalense Editora, 1953, 3 vols.
- SANTOS, Reynaldo dos, “A arquitectura barroca em Portugal”, *Belas-Artes*, 2.ª série, n.º 3, Lisboa, 1951.
- SANTOS, Reynaldo dos, *A arquitectura em Portugal, exposição portuguesa em Sevilha*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1929, Cat.
- SANTOS, Reynaldo dos, “D. João V e a arte”, *D. João V, Conferências e estudos comemorativos do segundo centenário da sua morte*, Lisboa, Câmara Municipal, 1952, sep.
- SANTOS, Reynaldo dos, *Guia de Portugal*, vol. II, *Extremadura, Alentejo e Algarve*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1927.
- SANTOS, Reynaldo dos, *Guia de Portugal*, vol. I, *Generalidades, Lisboa e Arredores*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1924.
- SANTOS, Reynaldo dos, “João Frederico Ludovice, ourives”, *Ourivesaria Portuguesa*, n.ºs 17-18, Porto, 1952.
- SANTOS, Reynaldo dos, *Oito Séculos de Arte Portuguesa*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, s.d., 3 vols.
- SARAIVA, António José e LOPES, Óscar, *História da Literatura Portuguesa*, Porto – Coimbra, Porto Editora – Livraria Arnado, 1976.
- SARAIVA, António José, *História da Cultura em Portugal*, Lisboa, Jornal do Foro, 3 vols., 1950-1962.
- SARAIVA, António José, *Inquisição e cristãos-novos*, Porto, Inova, 1969.
- SARAIVA, José António, *O Palácio de Belém, com os seus hóspedes, os seus segredos e a sua vida quotidiana*, s.l., Inquérito, 1985.
- SARAIVA, José da Cunha, “O Aqueduto das Águas Livres e o arquitecto Ludovice”, *Boletim Cultural e Estatístico da Câmara Municipal de Lisboa*, vol. I, n.º 4, Lisboa, 1937.
- SARAIVA, José Hermano, “O reformismo no século XVIII”, *História de Portugal*, Lisboa, Alfa, 1983, vol. 5.
- SARDINHA, António, *Ao ritmo da ampulheta*, Lisboa, 1925.
- SCHAEFER, Heinrich, *História de Portugal*, ed. port. de SAMPAIO (BRUNO), J. Pereira de, Porto, s.d., 5 vols.
- SCOTTI, Aurora, “Filippo Juvara”, PEREIRA, José Fernandes (dir. de), *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Presença, 1989.
- SCOTTI, Aurora, “L’Accademia degli Arcadi in Roma e i suoi rapporti con la cultura portoghese nel primo vintennio del 1700”, *Bracara Augusta*, vol. XXVII, tomo I, n.º 63 (75), Braga, 1973, *Actas do Congresso a Arte em Portugal no Século XVIII*.
- SCOTTI, Aurora, “L’attività di Filippo Juvara a Lisbona alla luce delle più recenti interpretazioni critiche della sua architettura con una appendice sui rapporti Roma – Lisbona”, *Colóquio-Artes*, n.º 28, Lisboa, 1976.
- SEQUEIRA, Gustavo de Matos, “A cidade de D. João V”, *D. João V, Conferências e estudos comemorativos do segundo centenário da sua morte*, Lisboa, Câmara Municipal, 1952.
- SEQUEIRA, Gustavo de Matos, “A igreja do Menino Deus”, *Belas-Artes*, 2.ª série, n.º 3, Lisboa, 1951.
- SÉRGIO, António, *Breve interpretação da História de Portugal*, Lisboa, Sá da Costa, 1972.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Lisboa, Verbo, 1982, vol. V.
- SILVA, Fr. António Pereira da, O. F. M., *A questão do sigilismo em Portugal no século XVIII, história, religião e política nos reinados de D. João V e D. José I*, Braga, Franciscana, 1964.
- SILVA, Jorge Henrique Pais da, *Páginas de História da Arte*, Lisboa, Estampa, 1986, 2 vols.
- SILVA, Luís Augusto Rebelo da, *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1871, 6 vols.
- SILVA, Luís Augusto Rebelo da, *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal...*, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1860, tomo XVIII.
- SIMÕES, A. Filipe, “Sé de Évora – a capela-mor”, *Arquivo Pittoresco*, vol. XI, Lisboa, 1868.
- SMITH, Robert C., “João Frederico Ludovice an eighteenth century architect in Portugal”, *Art Bulletin*, vol. XVIII, n.º 3, Chicago, 1936.
- SMITH, Robert C., “Recommendation for research and research aids in the history of the seventeenth and eighteenth century architecture of Portugal and Brazil”, *Actas do Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, Nashville, Vanderbilt University, 1953.
- SMITH, Robert C., “Some eighteenth century architectural drawings in Lisbon”, *Belas-Artes*, n.º 9, Lisboa, 1941.
- SMITH, Robert C., *The Art of Portugal, 1500-1800*, London, Weidenfeld and Nikolson, 1968.
- SMITH, Robert C., “The building of Mafra”, *Apollo*, vol. XCVII, n.º 134, London, 1973.

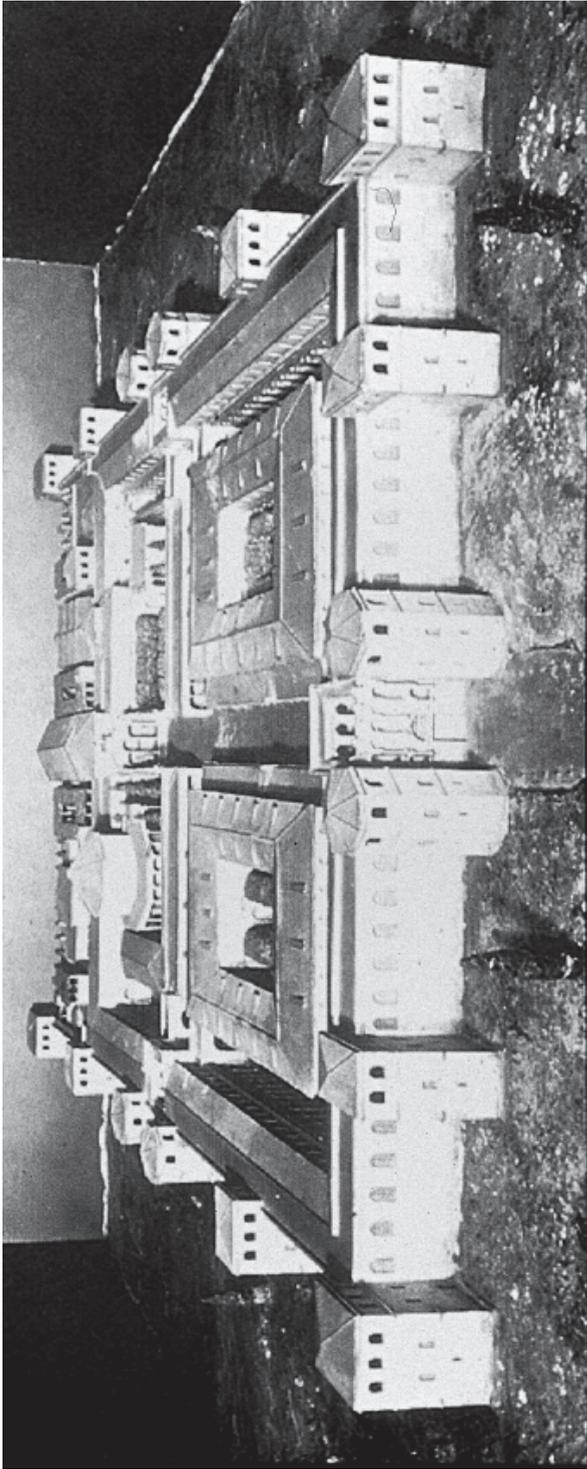
- SMITH, Robert C., "The development of baroque art in Portugal and Brasil", *Congrés International d'Histoire de l'Art*, Lisboa – Porto, 1949, vol. I.
- SOARES, Ernesto, *O Infante D. Manuel*, Lisboa, 1937.
- SOBRAL, Luís de Moura, "Bento Coelho e a pintura do seu tempo", *Bento Coelho e a cultura do seu tempo*, Cat., Lisboa, Ministério da Cultura – Instituto Português do Património Arquitectónico.
- SOBRAL, Luís de Moura, "Os retratos de D. João V e a tradição do retrato de Corte", *Claro-Escuro*, n.º 2-3, Lisboa, 1989.
- STAROBINSKI, Jean, *L'Invention de la Liberté, 1700-1789*, Gênevê, Skira, 1964.
- TAPIÉ, Victor, *Barroco e Classicismo*, Lisboa, Presença-Martins Fontes, 1974, 2 vols.
- TAPIÉ, Victor-L., "De la Renaissance au Classicisme", *Renaissance, Maniérisme, Baroque*, Actes du XI<sup>e</sup> Stage International de Tours, Paris, Vrin, 1972.
- TEDIM, José Manuel Alves, *Festa régia no tempo de D. João V: poder, espectáculo, arte efémera*, dissertação de doutoramento policopiada apresentada à Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Porto, 1999, 2 vol.
- TEIXEIRA, António Braz, *O pensamento filosófico-jurídico português*, Lisboa, Biblioteca Breve, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983.
- TEIXEIRA, José, "J. F. Ludovice: as 'marcas' na ourivesaria", *I Congresso Internacional do Barroco*, Porto, Reitoria da Universidade – Governo Civil, 1991, vol. II.
- TELES, Alberto, "Os paços monásticos de Mafra", *O Occidente*, n.ºs 506, 508, 510, 513, 514, Lisboa, 1893.
- TENGARRINHA, José, "Imprensa", SERRÃO, Joel (dir. de), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Figueirinhas, 1979, vol. III.
- TORGAL, Luís Reis, *Ideologia política e teoria do Estado na Restauração*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1981-82, 2 vols.
- VALENÇA, P. Manuel, "O último mestre de capela do Convento de Mafra, Fr. João da Soledade", *Colectânea de Estudos*, 2.<sup>a</sup> série, ano II, n.º 1, Braga, 1951.
- VASCONCELOS, Frazão de, *A Casa e Quinta da Alfarrobeira dos Ludovices*, Lisboa, 1947.
- VERLET, Pierre, *Le Château de Versailles*, Paris, Fayard, 1985.
- VIDAL, E. A., "O Convento de Mafra", *A Arte*, s.l., 1879, vol. I.
- VIDAL, Frederico Gavazzo Perry, "Mafra e D. João V", *Broteria*, vol. XVII, Lisboa, 1933.
- VITERBO, Sousa, *Diccionario historico e documental dos architectos, engenheiros, e constructores portugezes ou ao serviço de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1904, 5 vols.
- WILLIAMS, E. N., *The "Ancien Régime" in Europe, gouvernement and society in the major states*, Middlesex, Penguin, 1983.
- WITTKOWER, Rudolf, *Arte y Arquitectura en Italia, 1600-1750*, Madrid, Catedra, 1988.
- WUNENBURGER, Jean-Jacques, *La fête, le jeu et le sacré*, Paris, Delarge, 1977.
- ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins (dir. de), *Nobreza de Portugal e do Brasil*, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Empresa Nacional de Publicidade, 1960, 3 vols.



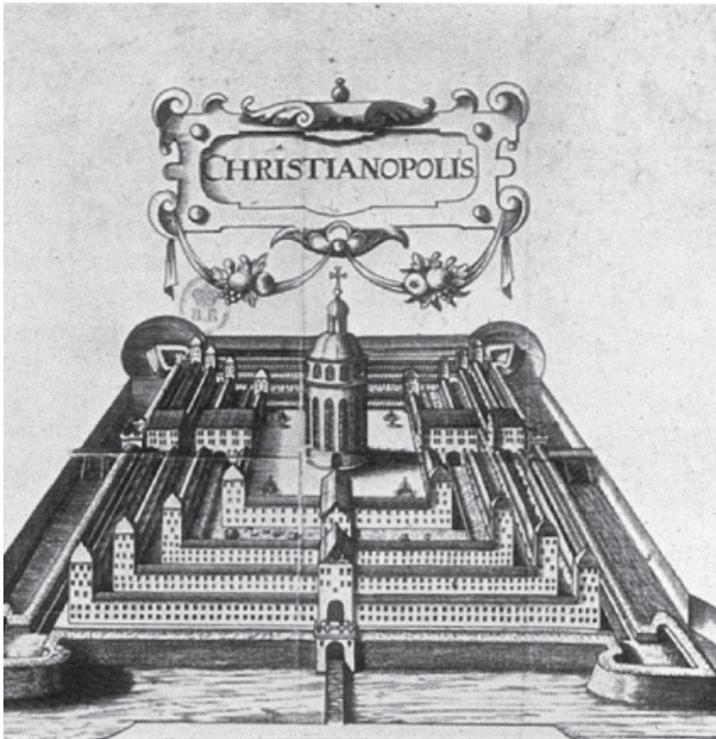
1. Traçado para uma cidade romana, segundo Vitruvius.



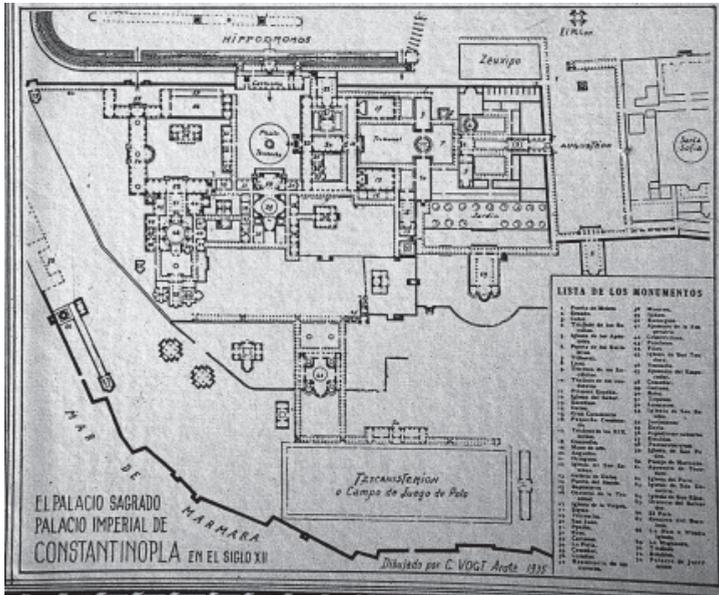
2. Planta do Palácio de Diocleciano em Split (c. 300 d.C.).



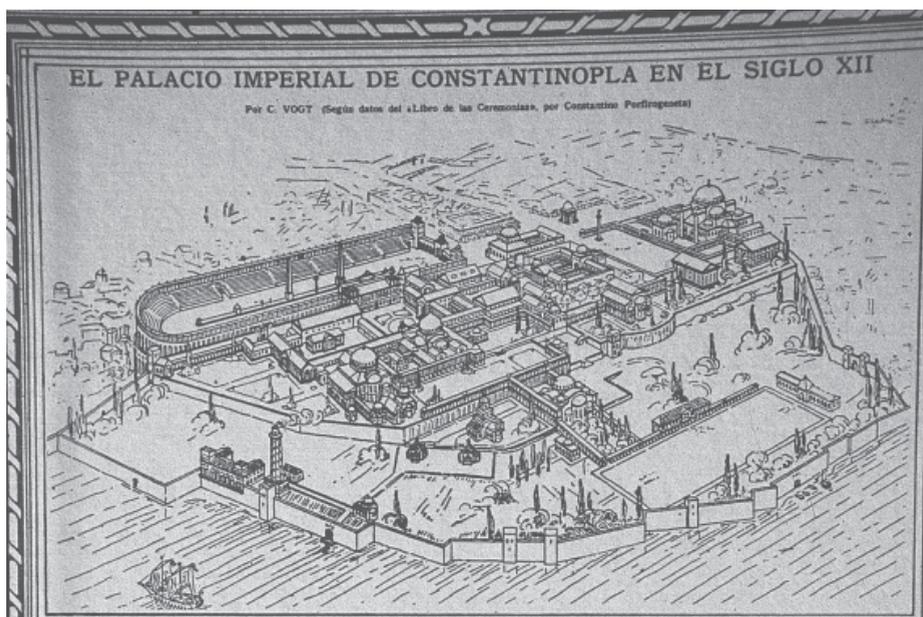
3. Reconstituição do Palácio de Split.



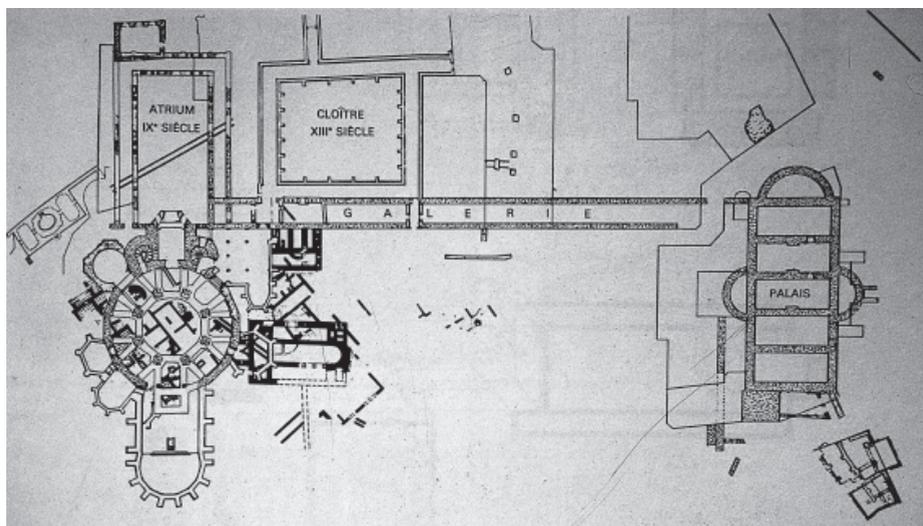
4. A cidade ideal de *Cristianópolis* por Johann Valentin Andreae (1619).



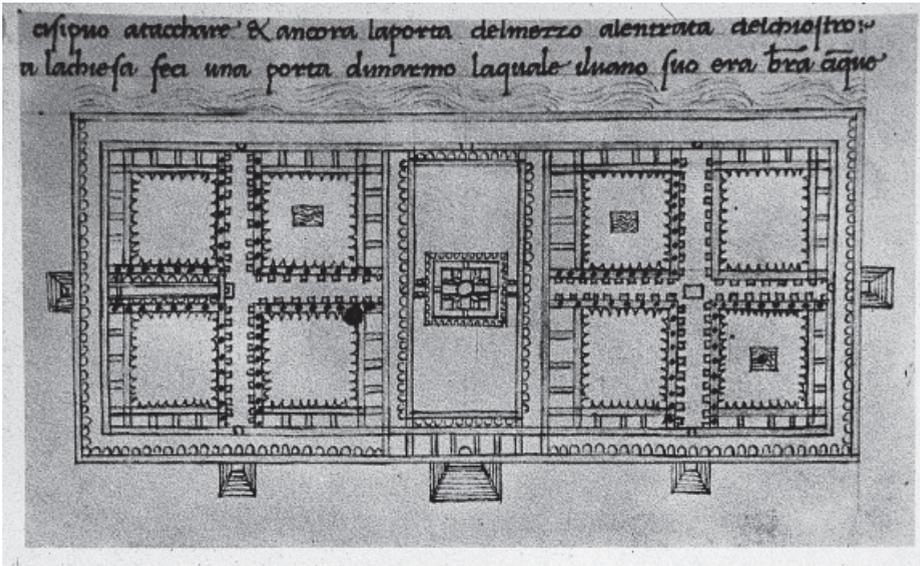
5. Planta do Palácio Sagrado de Constantino em Bizâncio.



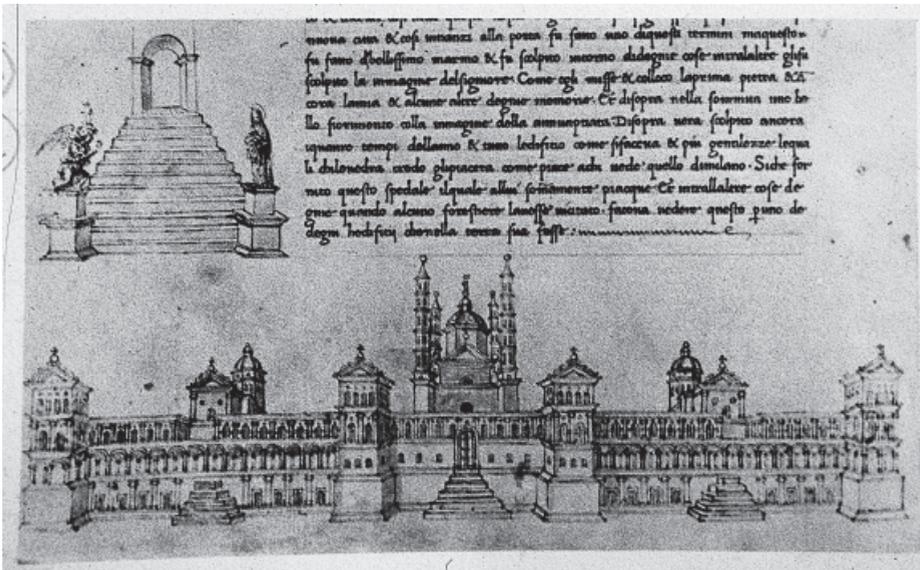
6. Reconstituição do Palácio Sagrado de Bizâncio.



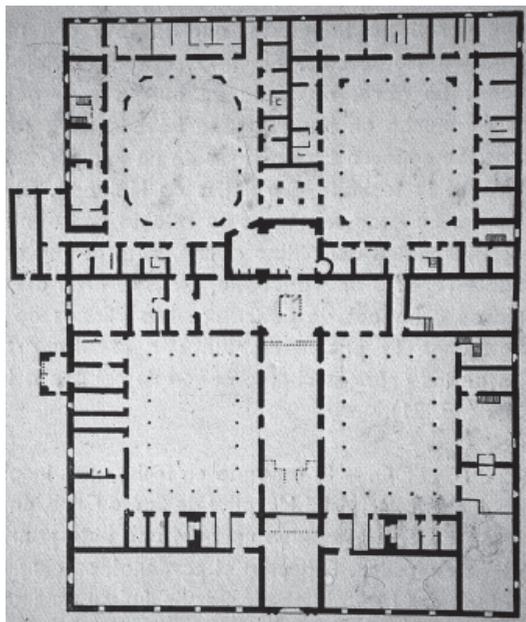
7. Planta do Palácio de Carlos Magno em Aix-la-Chapelle.



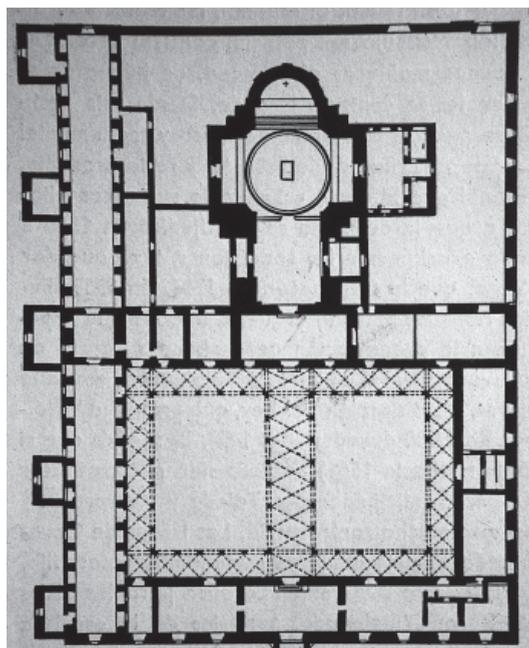
8. Projecto de Antônio Filarete para o Hospital Maior de Milão (1456). Planta.



9. Projecto de Antônio Filarete para o Hospital Maior de Milão. Alçado.



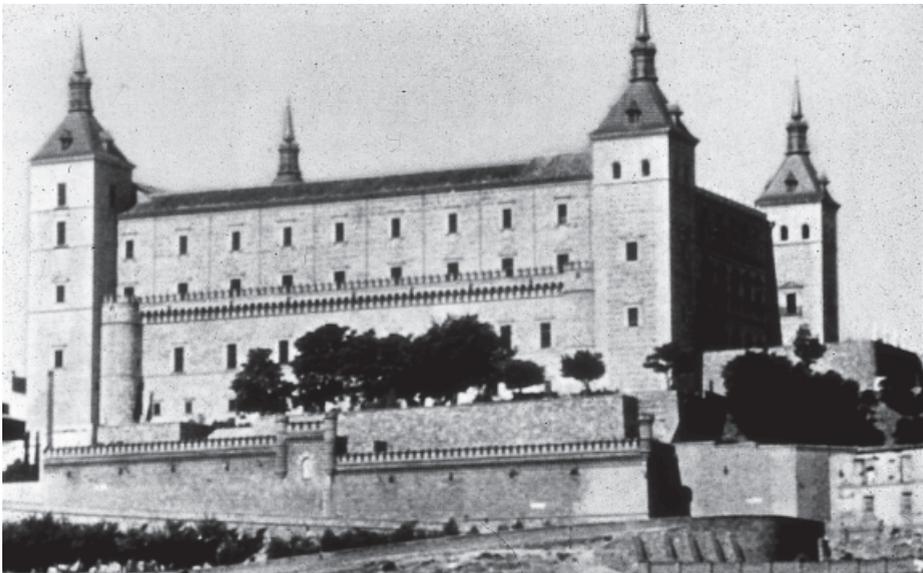
10. Planta do Hospital Real de Santiago de Compostela (1501).



11. Planta do Hospital Real de S. João Baptista ou *de Afuera* de Toledo (1541).



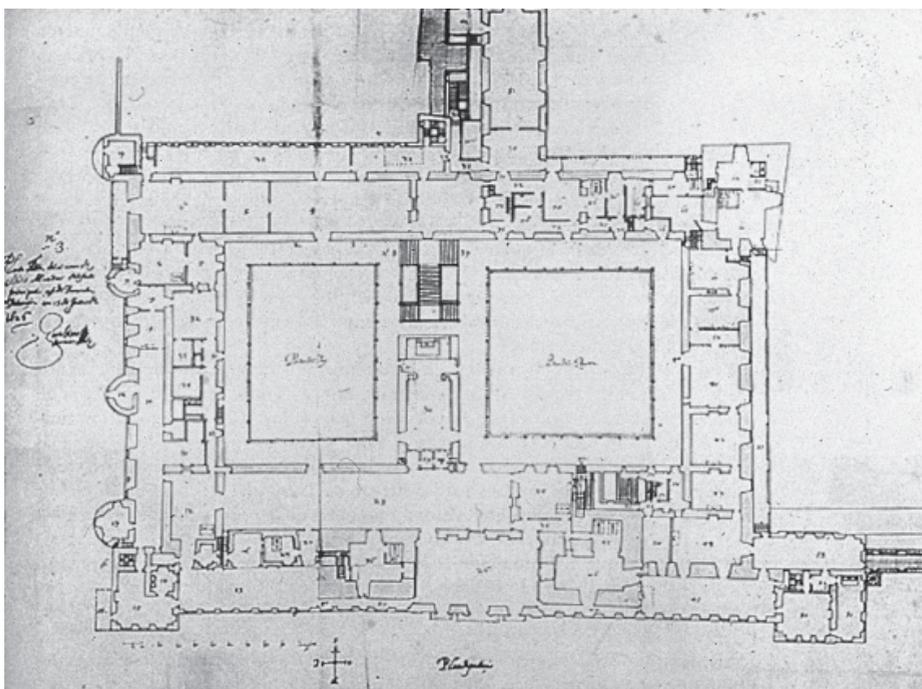
12. Representação de um aquartelamento militar romano. Porm. de uma reconstituição imaginária de Roma no tempo de Servio Tulio datada de 1527.



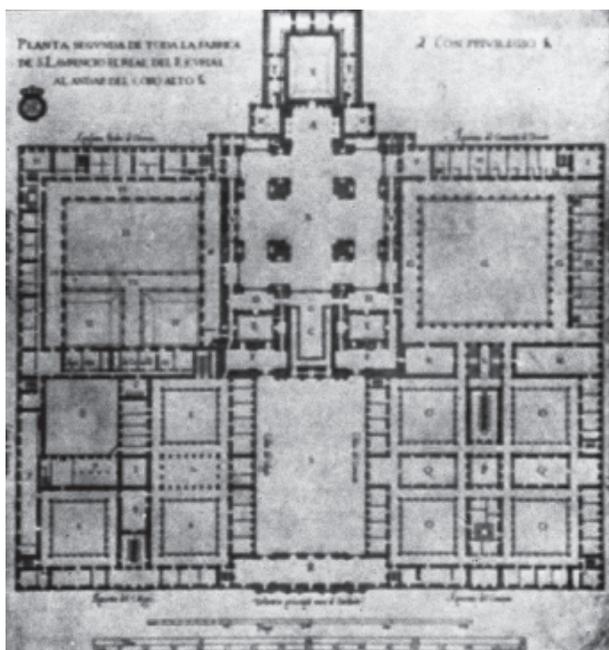
13. Alcazar de Toledo.



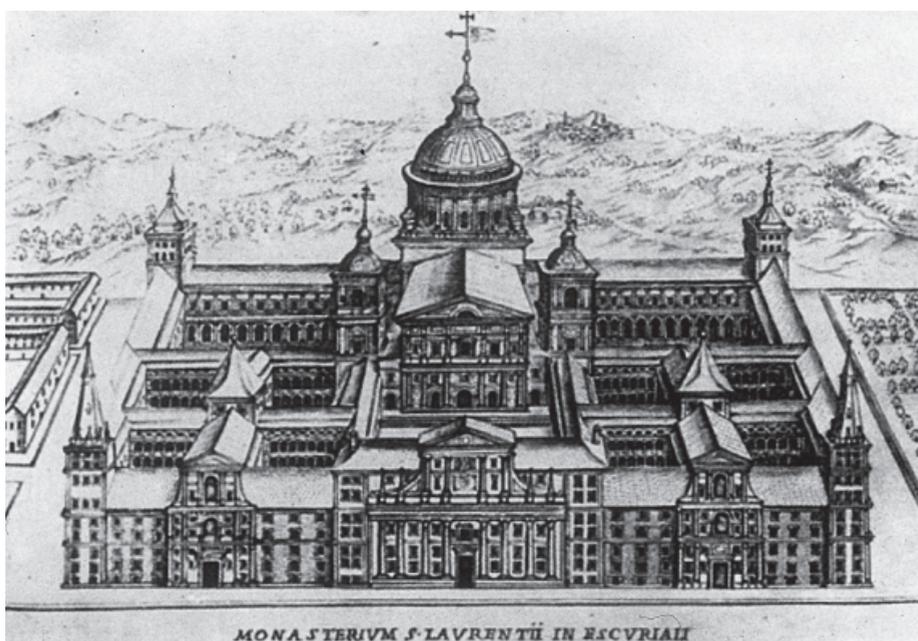
14. Alcazar de Madrid (desenho, 1704).



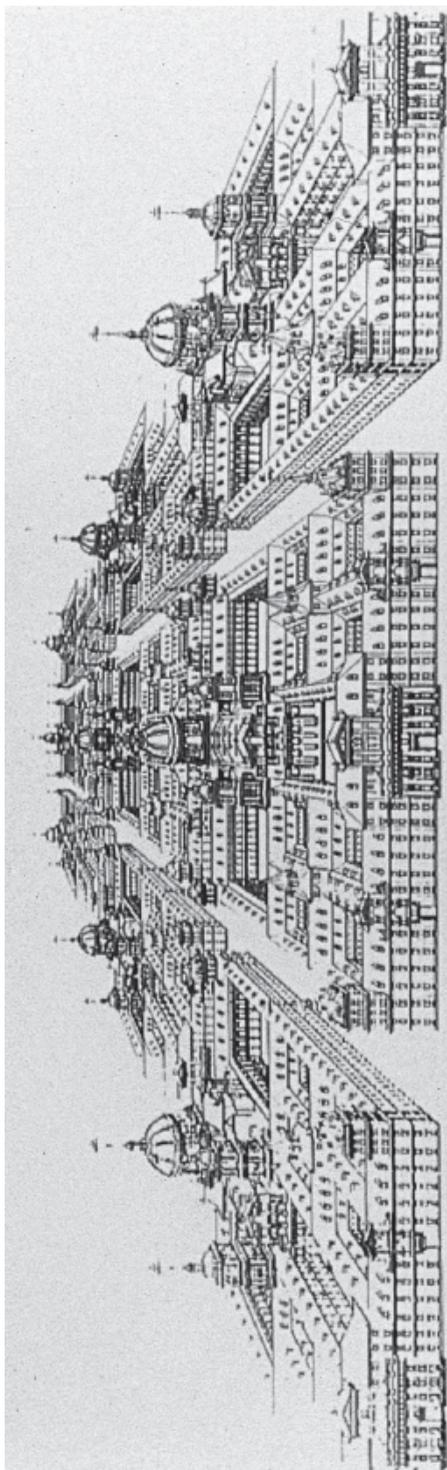
15. Planta do Alcazar de Madrid por Juan Gómez de Mora.



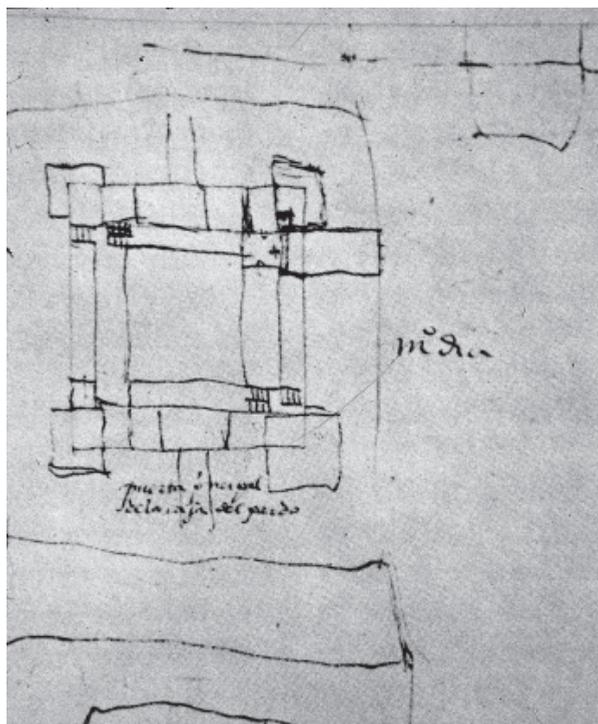
16. Planta do Mosteiro de S. Lorenzo el Real de El Escorial, por Juan de Herrera (grav. de Perret, 1583/1589).



17. Perspectiva do Escorial.



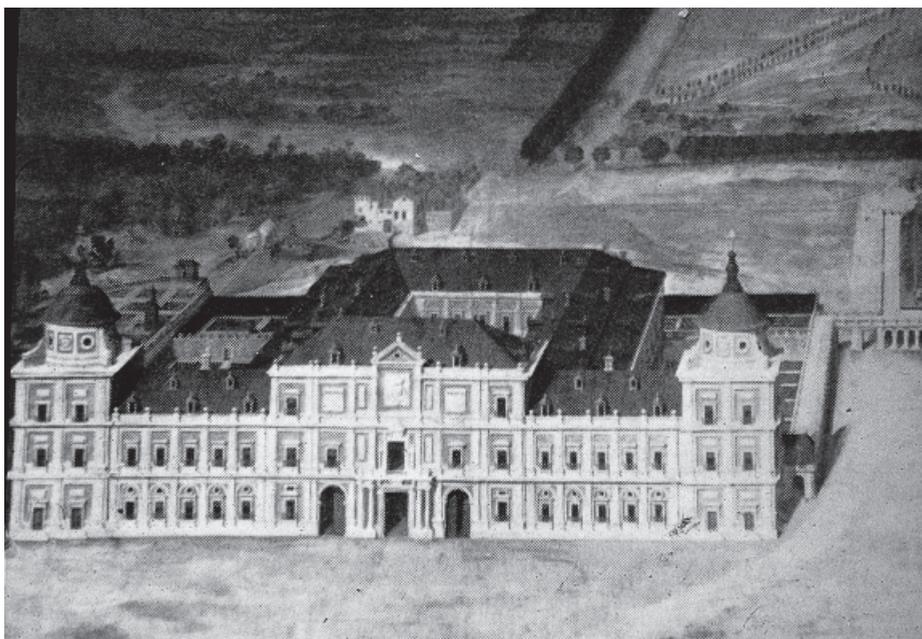
18. A Cidade dos Escorialais (J. L. Gago Vaquero).



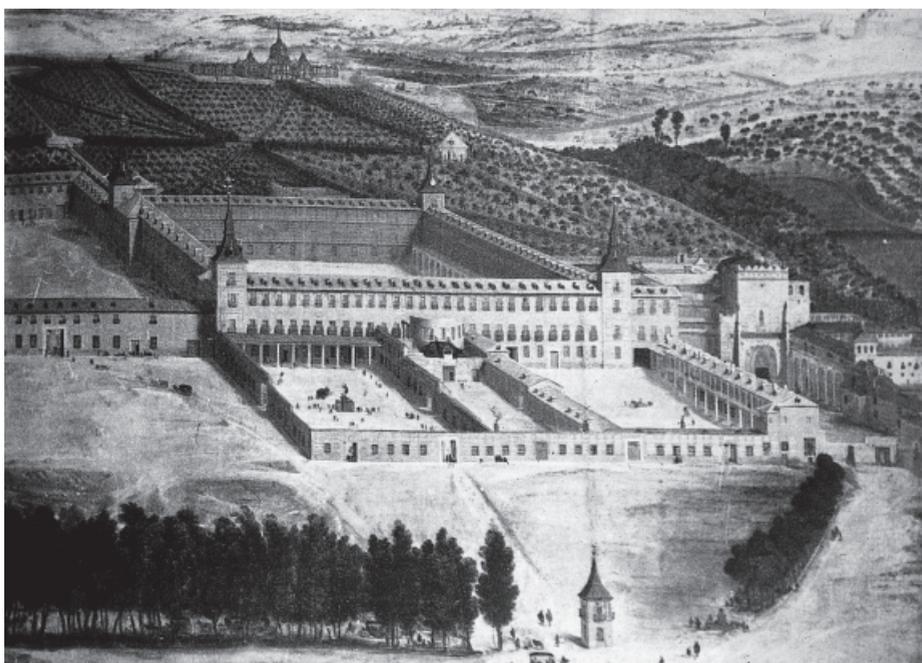
19. Rascunho para as obras do Palácio de El Pardo realizado por Filipe II.



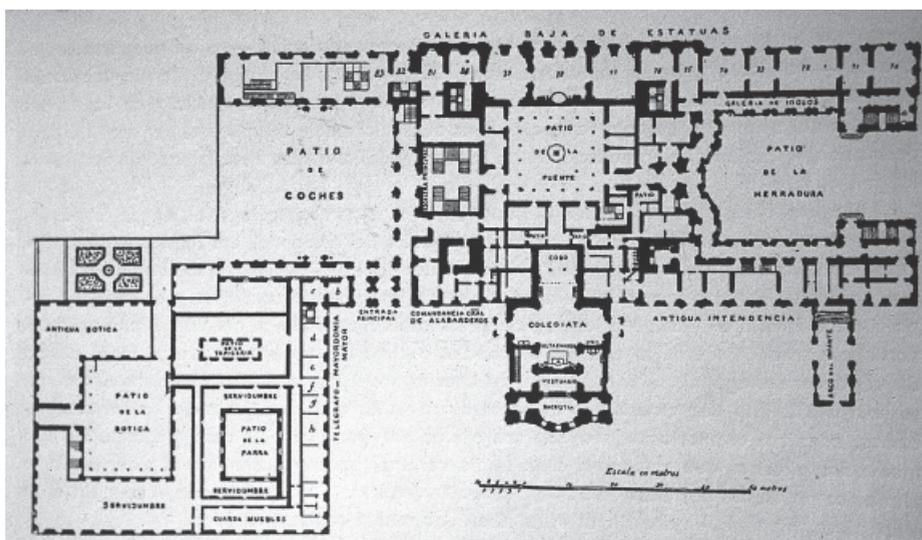
20. Palácio de El Pardo (pintura anónima do séc. XVII).



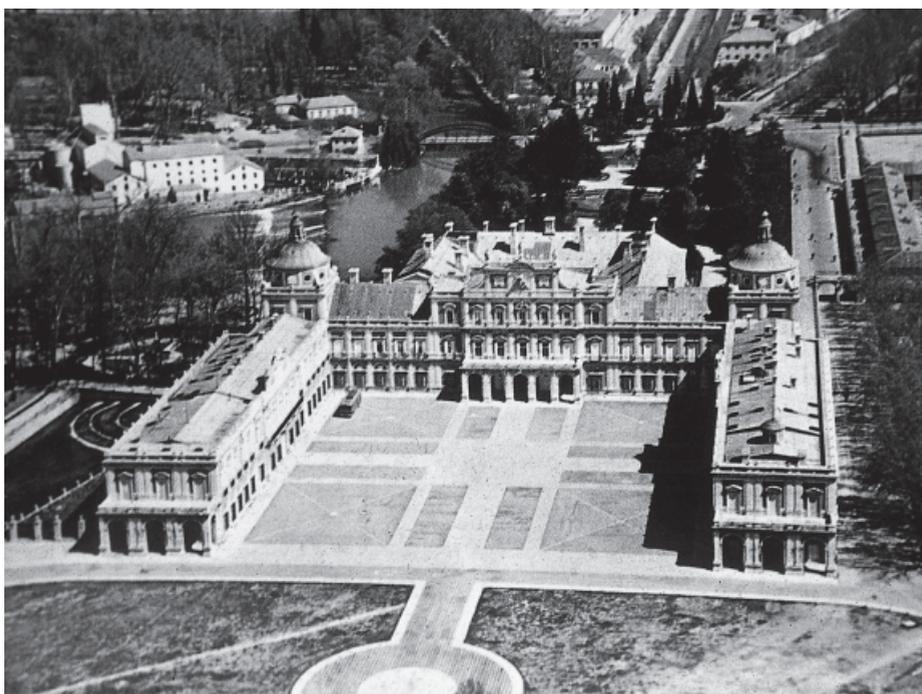
21. Palácio de Aranjuez (pintura anónima do séc. XVII).



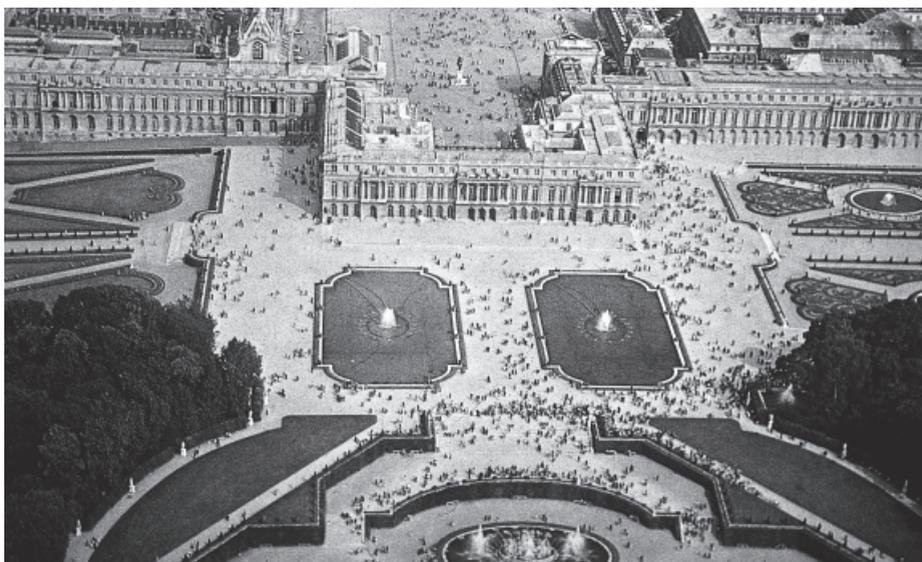
22. Palácio de Buen Retiro em 1636/37 (pintura atrib. Jusepe Leonardo, porm.).



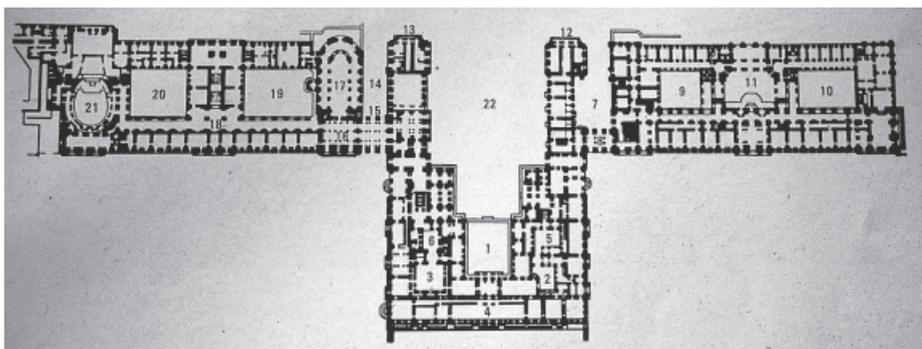
23. Palácio de La Granja (1719/1739).



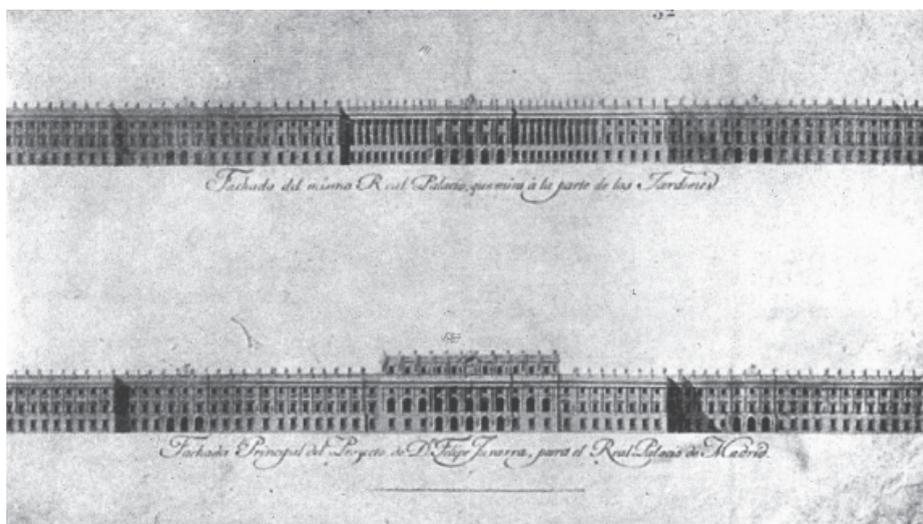
24. Palácio de Aranjuez depois das reformas ordenadas por Fernando VI em 1748.



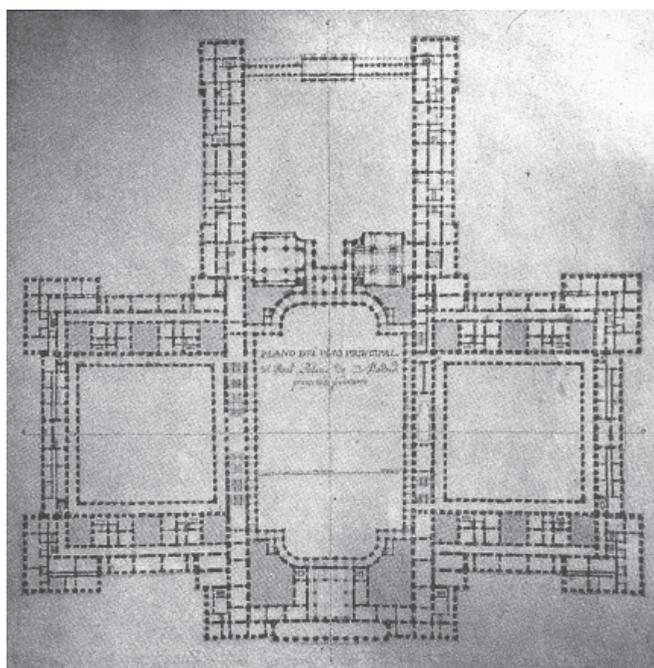
25. Palácio de Versailles (vista aérea).



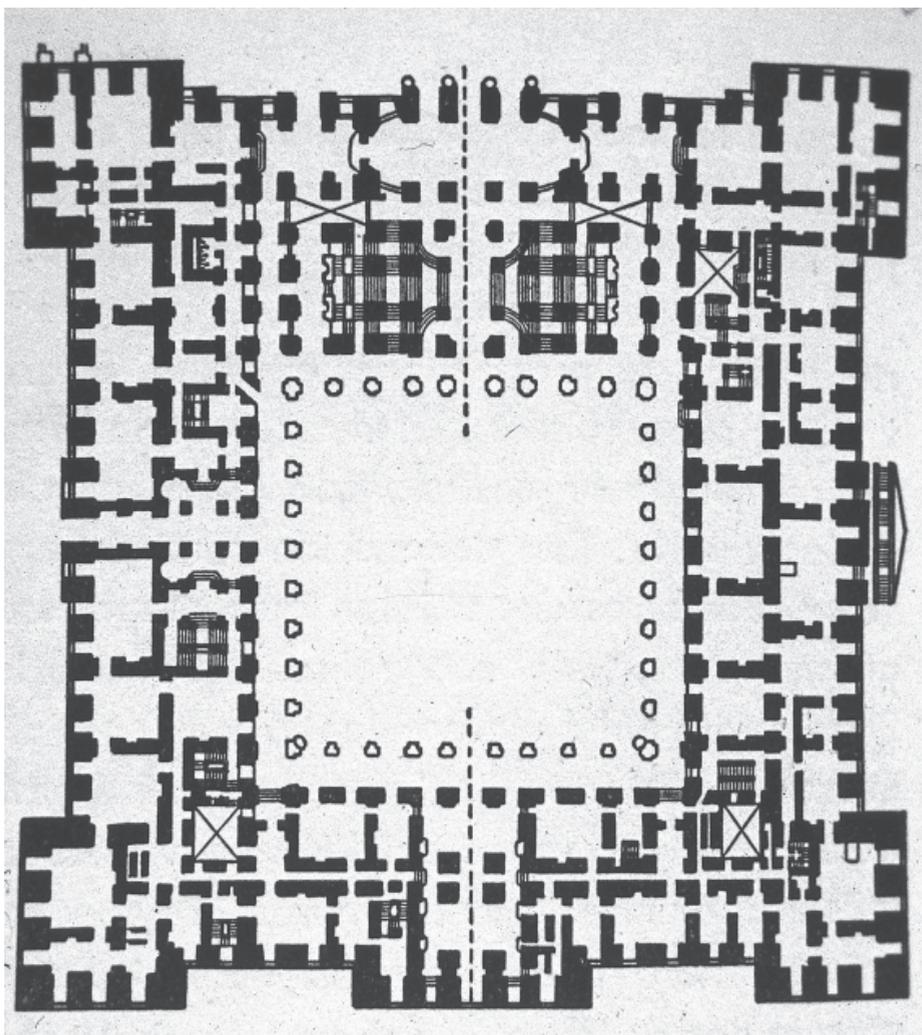
26. Palácio de Versailles (planta).



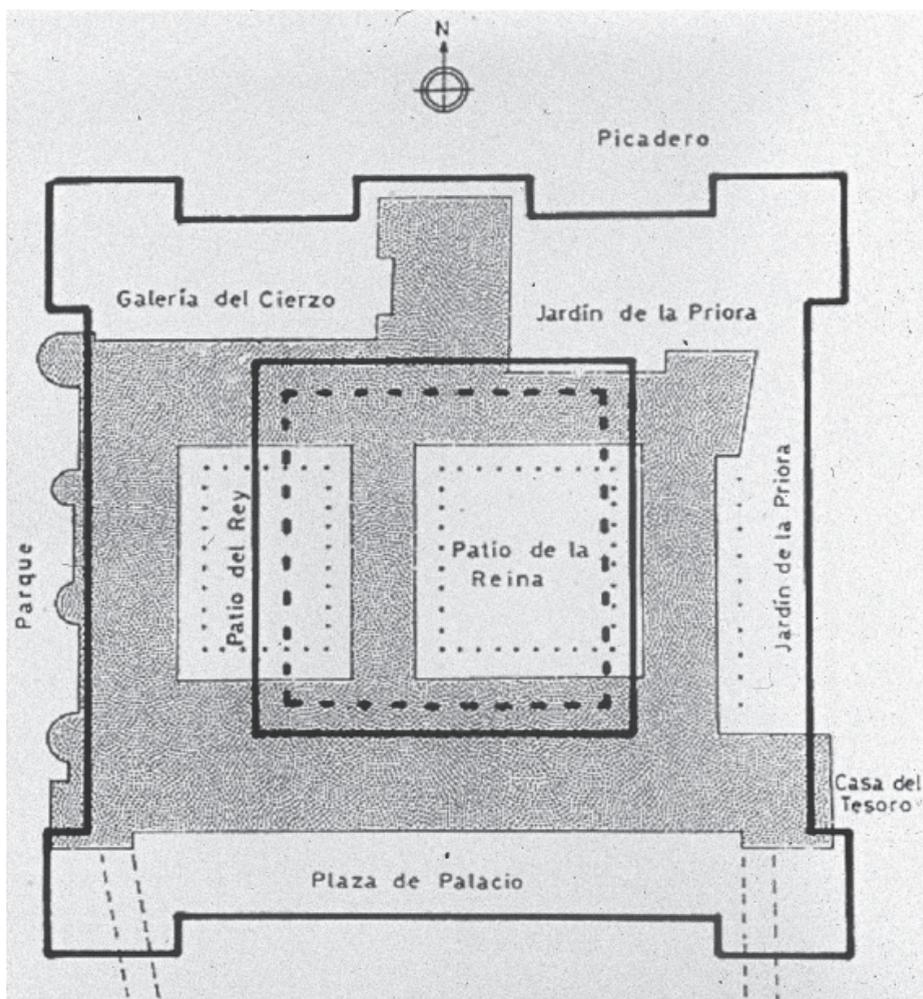
27. Projecto de Juvara para o Palácio Real Novo de Madrid (alçados).



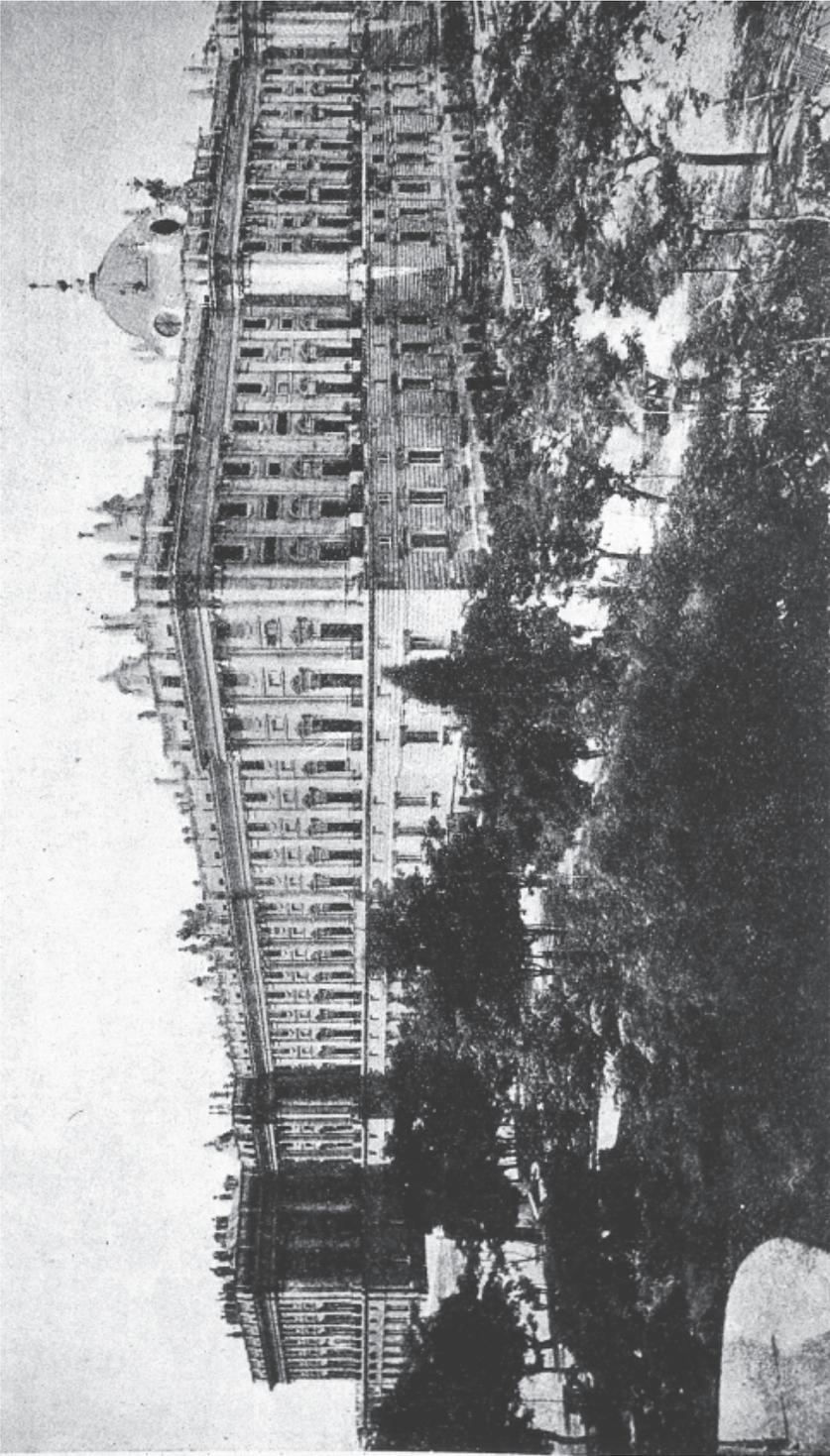
28. Projecto de Juvara para o Palácio Real Novo de Madrid (planta).



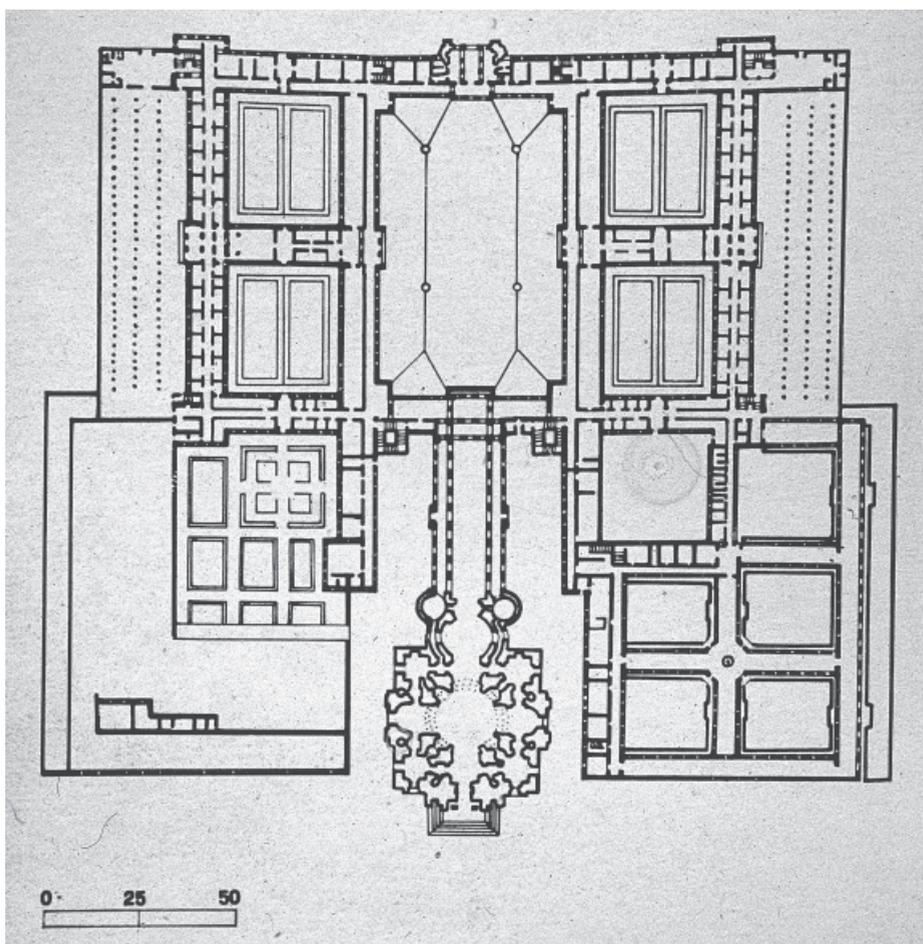
29. Projecto de Sacchetti para o Palácio Real Novo de Madrid.



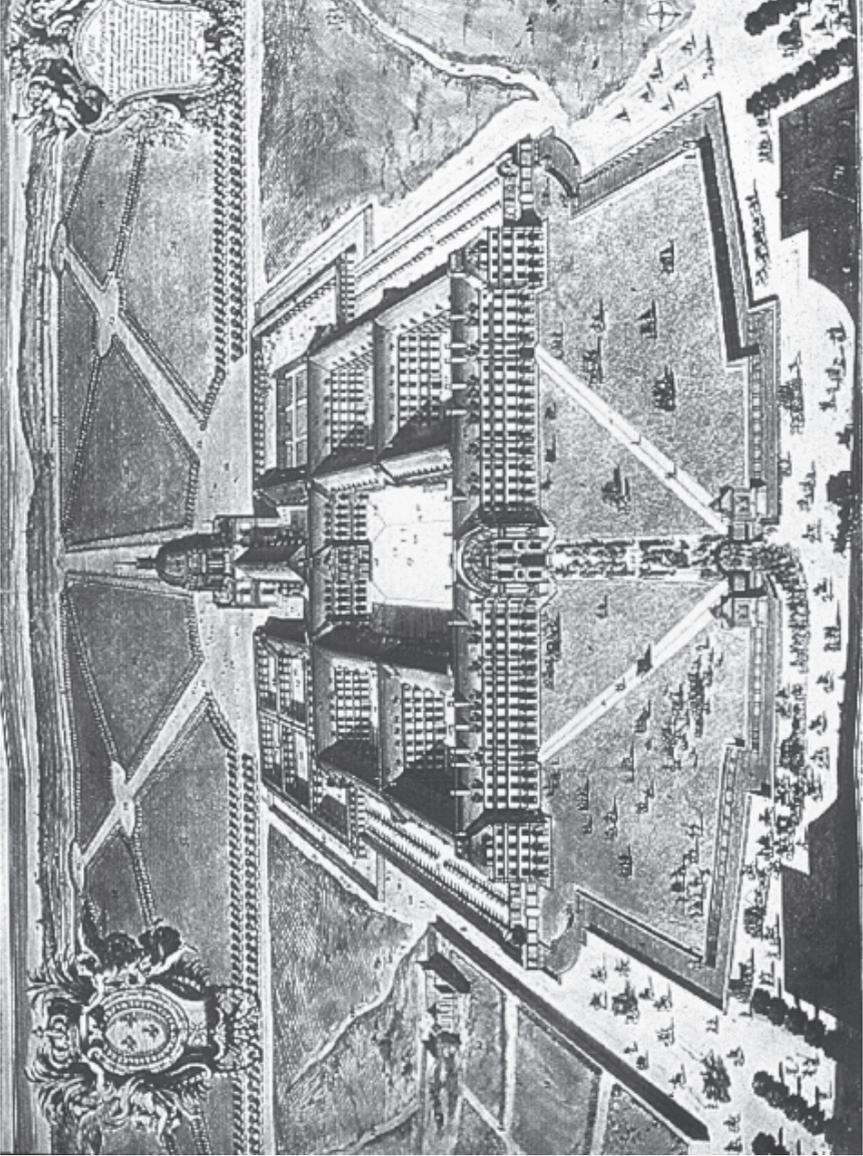
30. Sobreposição das plantas do Alcazar de Madrid e do Palácio Real Novo (Francisco Javier de la Plaza Santiago).



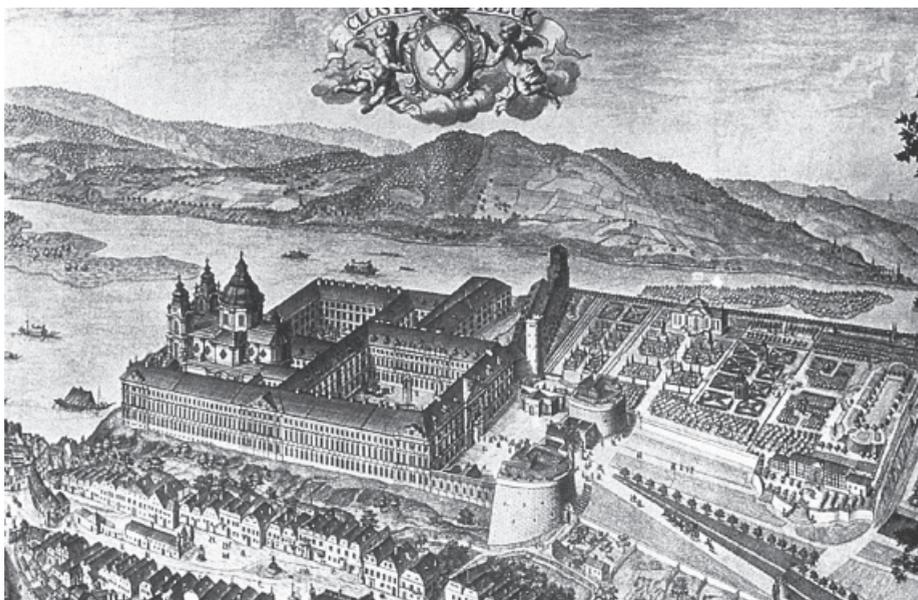
31. Palácio Real Novo de Madrid.



32. Libéral Bruant e Jules Hardouin-Mansart, planta dos Inválidos de Paris (1671).



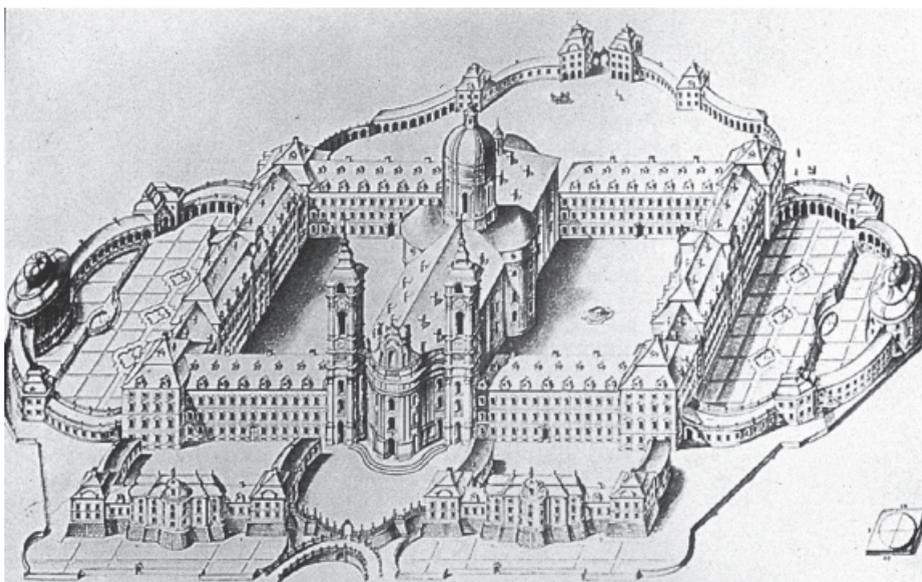
33. Os Inválidos (1635/1697).



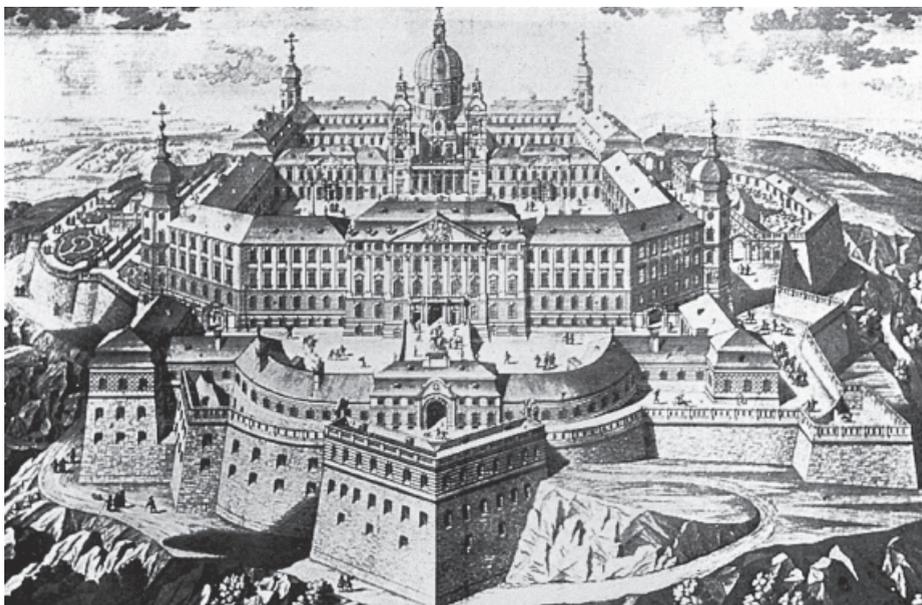
34. Abadia de Melk (1702/1736).



35. Abadia de Einsiedeln (1704/1749).

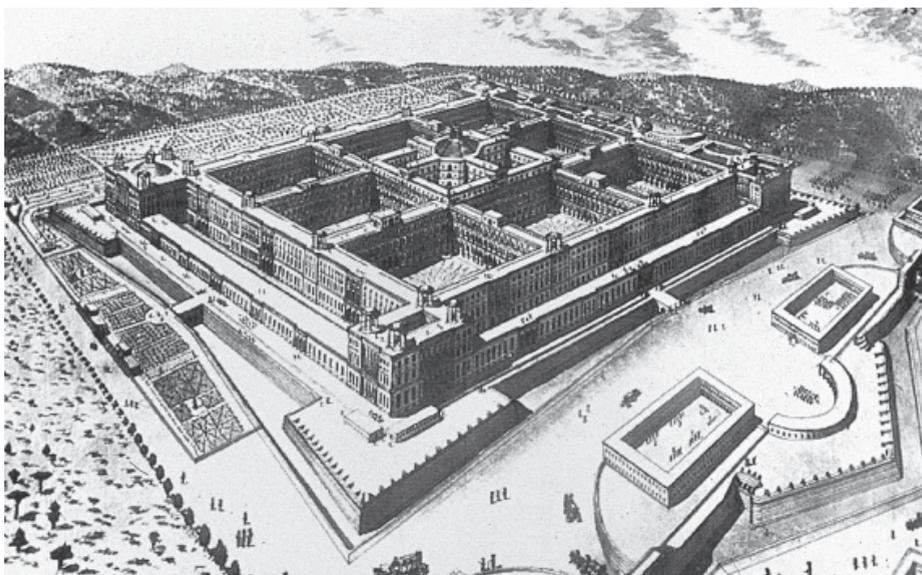


36. Abadia de Weingarten (1715/1738).

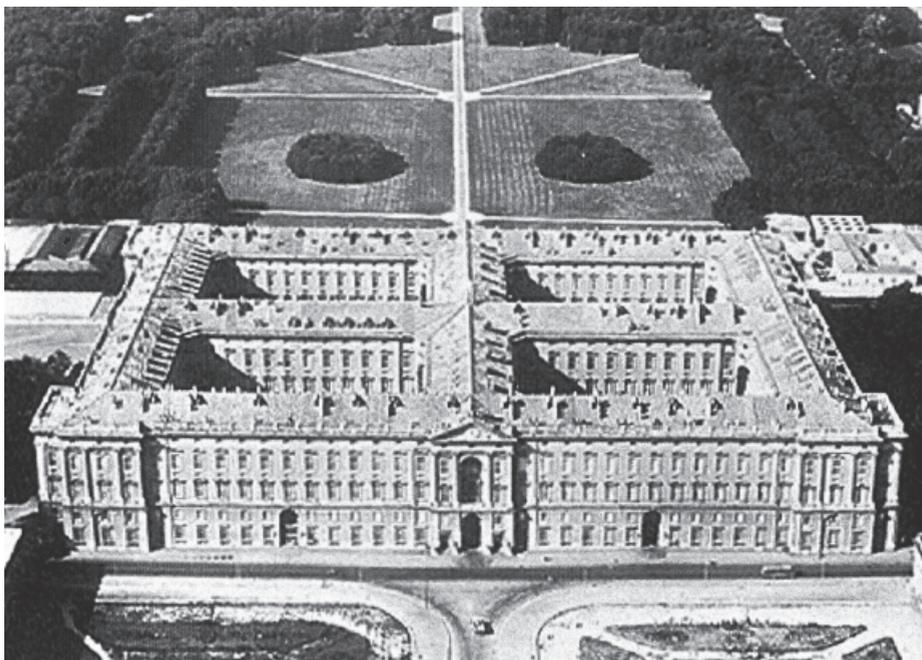


37. Abadia de Göttweig (1719/1783).





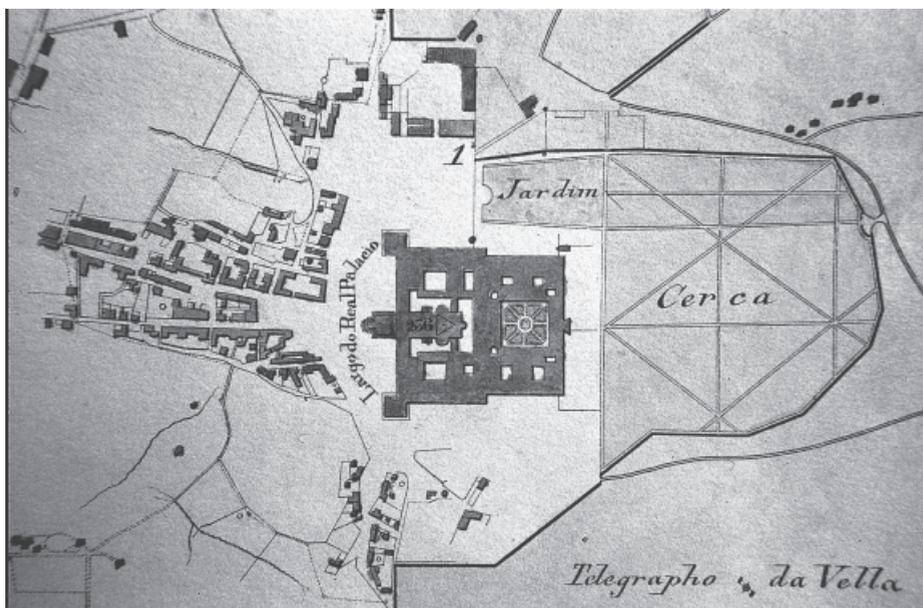
40. Reggia de Caserta. Ante-projecto de Mario Gioffredo.



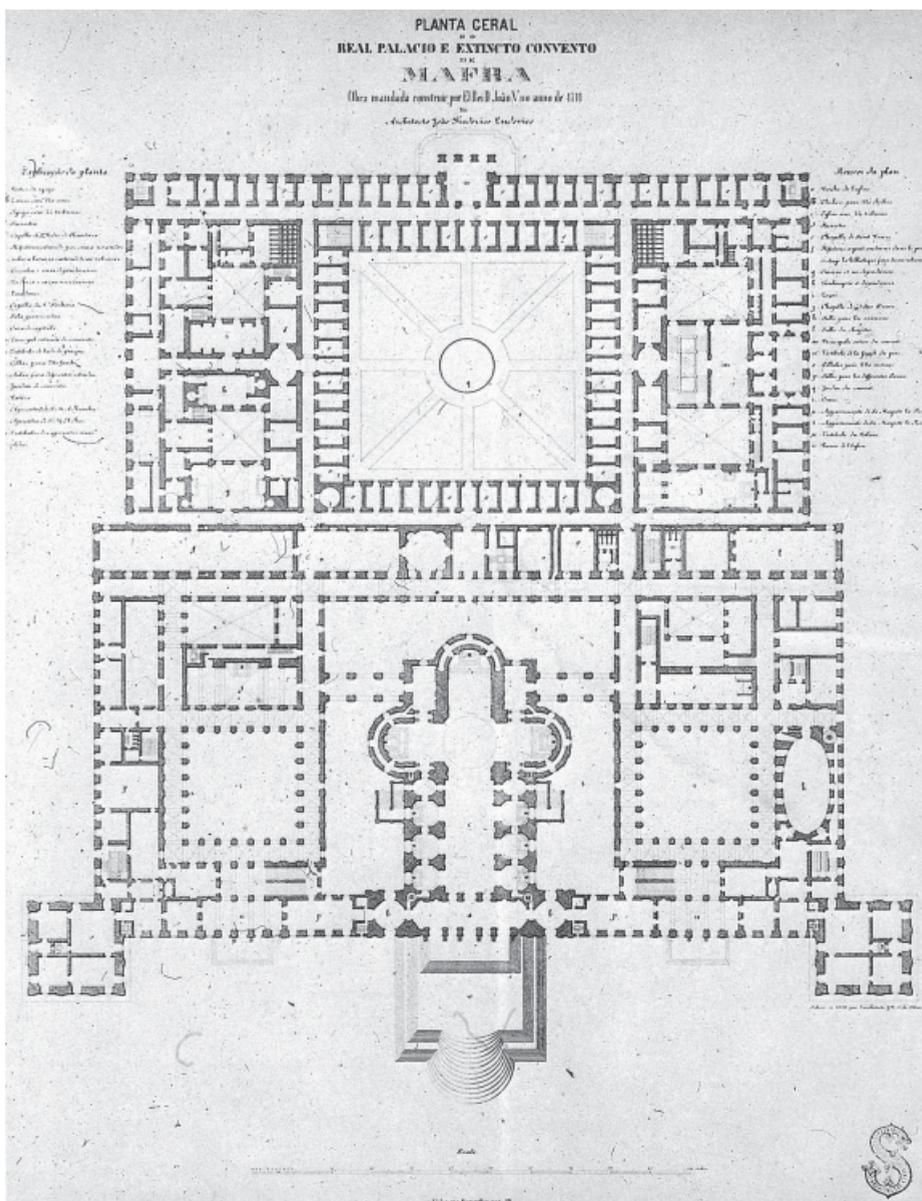
41. Reggia de Caserta (1752...).



42. Arquitecto João Frederico Ludovice.



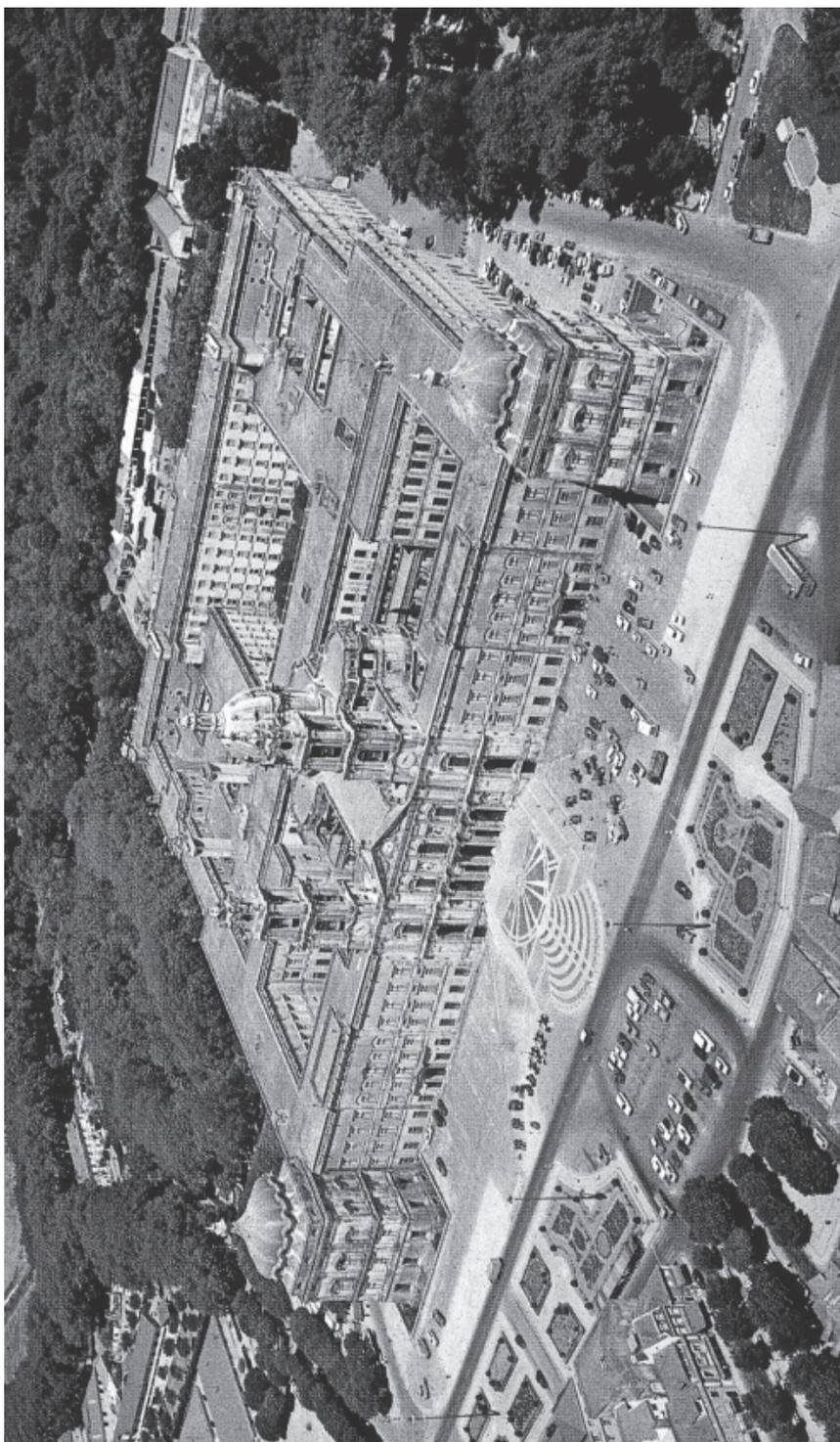
43. Implantação do Real Edifício de Mafra, por Amâncio José Henriques, 1827 (A.H.M.F., *Almoxarifado de Mafra*, pasta 7).



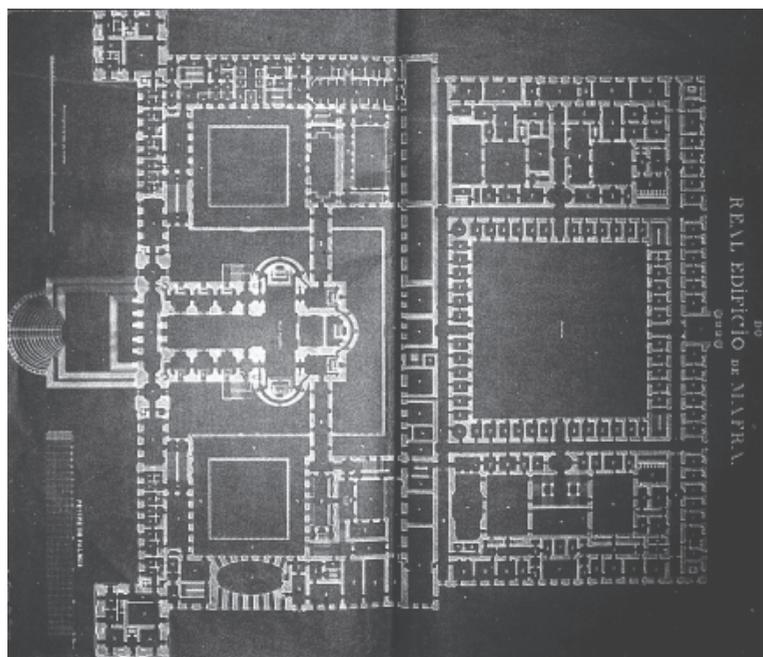
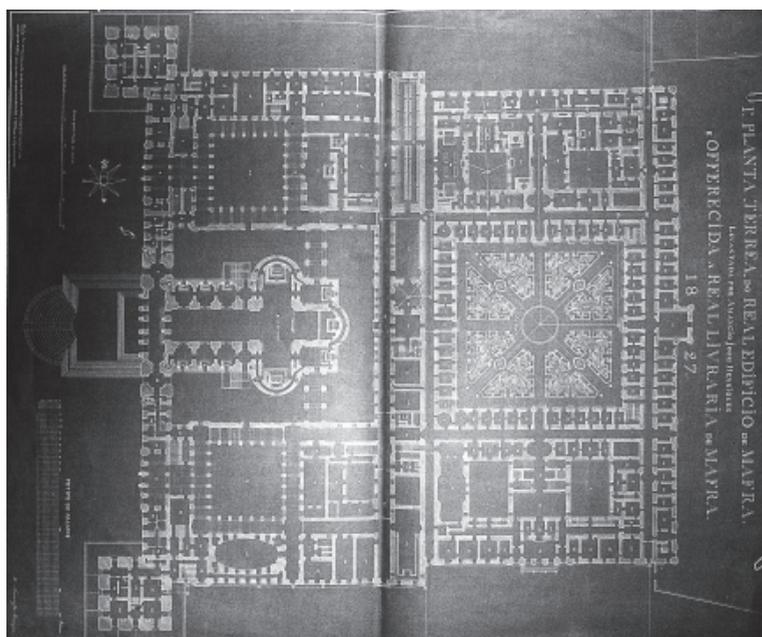
44. Planta geral do Real Edifício.



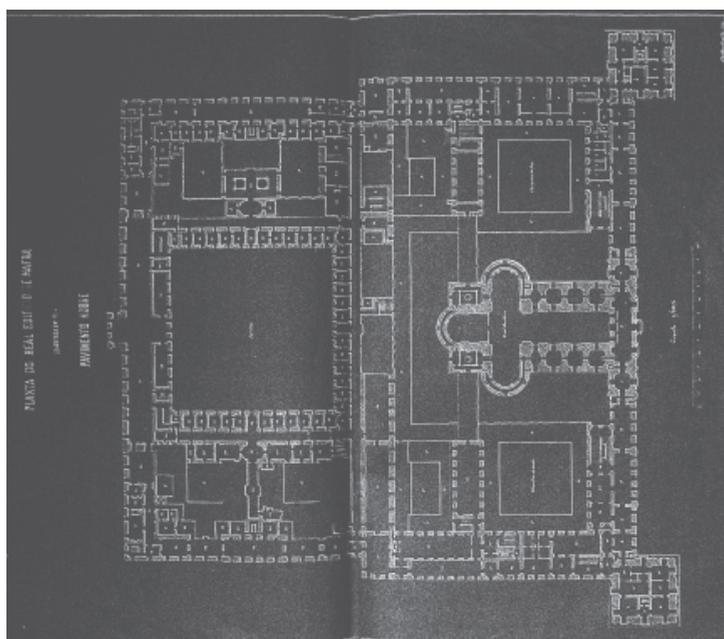
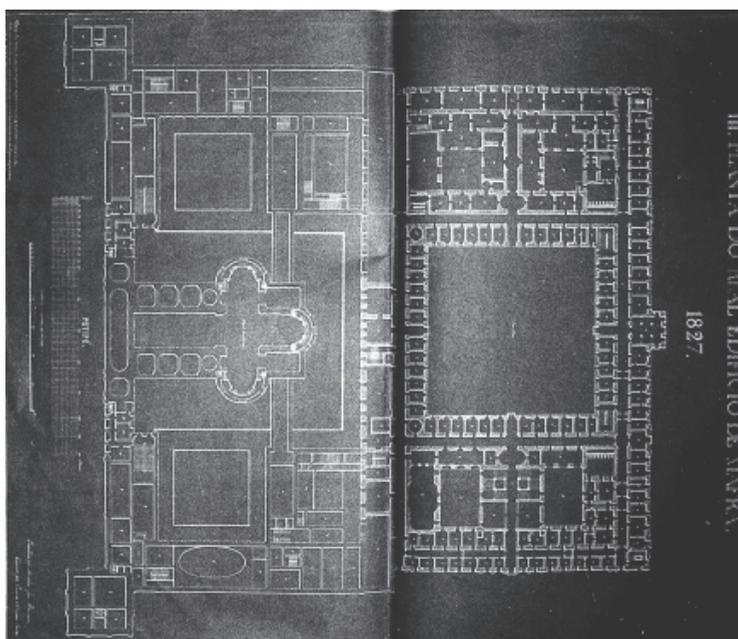
45. Perspectiva aérea do Real Edifício.



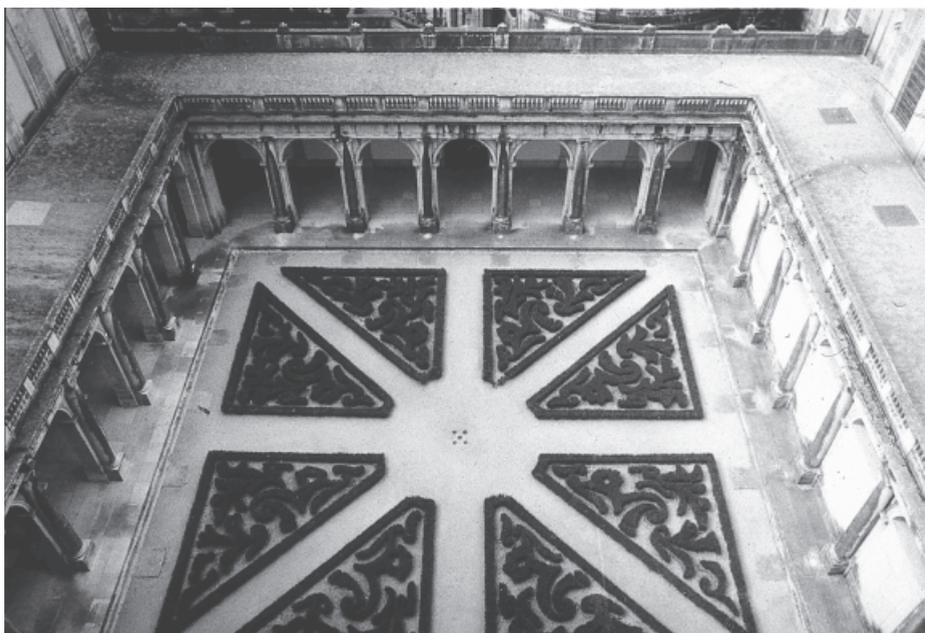
46. A cidade de mármore.



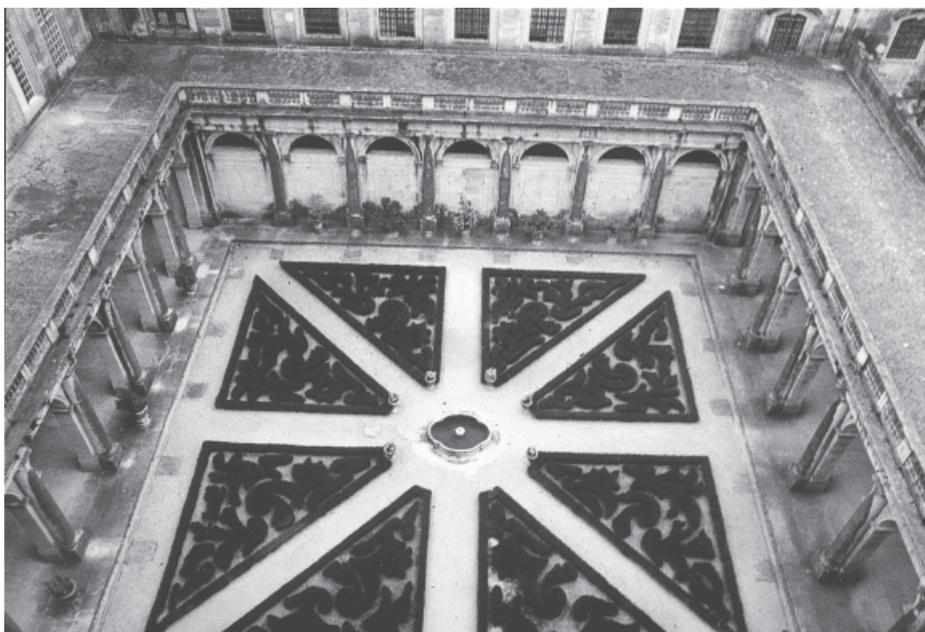
47 e 48. Plantas do andar térreo e do 2º pavimento (Amâncio José Henriques).



49 e 50. Plantas do 3º pavimento e do andar nobre (Amâncio José Henriques).



51. Claustro palatino.



52. Claustro palatino com a nave oriental oculta.



53. Trecho de um claustro palatino.



54. Aspecto da nave oculta de um claustro palatino.



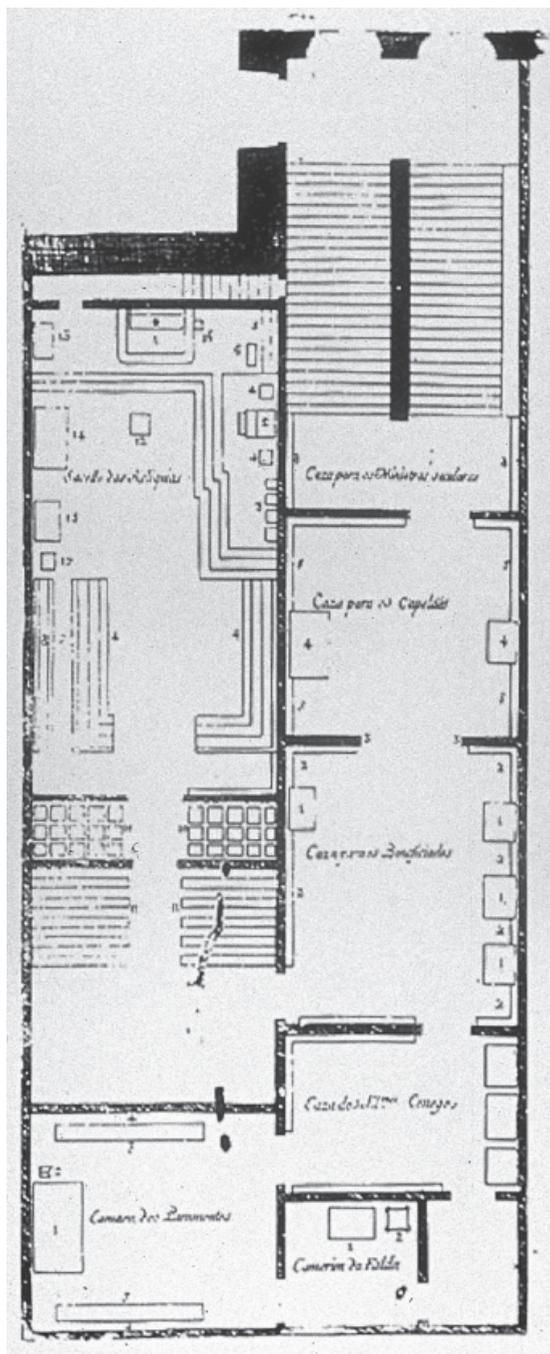
55 e 56. Trechos do muro separador.



57 e 58. Pormenores do muro separador evidenciando a sua construção posterior.



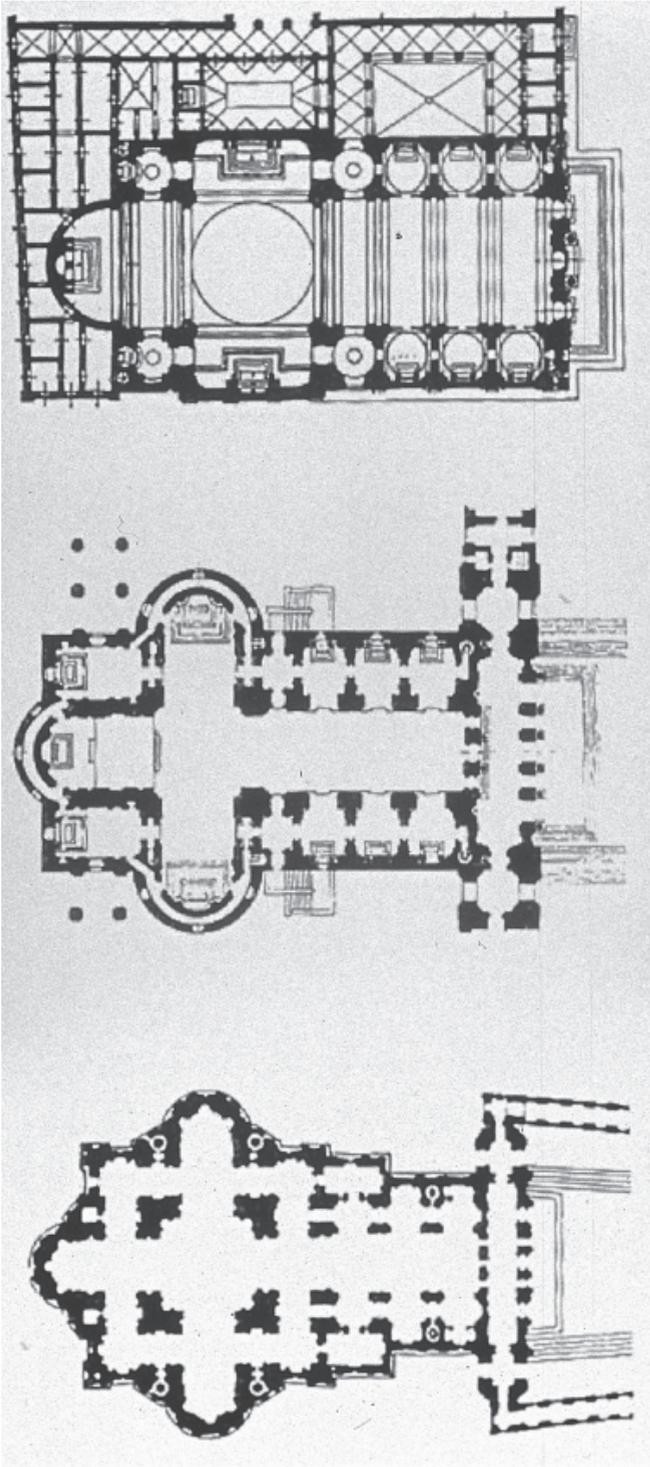
59 e 60. Átrio e escadaria do Palácio do Rei.



61. Planta da escadaria do Palácio Norte e das dependências de madeira erguidas para a sagração (publ. PRADO, Fr. João de S. José do, *Monumento Sacro*, pp. 18/19).



62 e 63. Escadaria dupla da portaria-mor conventual.



64. Planta da Basílica de S. Pedro de Roma.

65. Planta da Real Basílica de Mafra.

66. Planta da Igreja romana de Gesù.



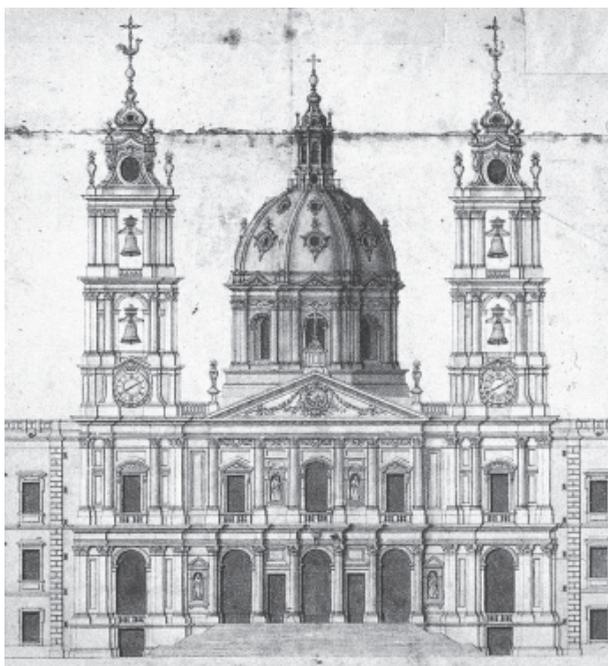
67. Perspectiva da Praça de S. Pedro.



68. Vista aérea da Basílica de S. Pedro.



69. Perspectiva da fachada principal do Real Edifício.



70. Joaquim Machado de Castro (atrib.), frontaria da Real Basílica.



71. O frontespício de um alcaçar.



72. A janela da benção.



73 e 74. A *Casa de Benedicção* e a tribuna real sobre a *Basilica*.



75. A Basílica vista da *Casa de Benedictione*.



76. Capela-mor da Basílica com as tribunas reais.



ÁTRIO OU GALILÉ DA BASÍLICA

77. Perspectiva da galié vendo-se, ao fundo, o portal do panteão *das Rainhas*.



78. Perspectiva da galilé a partir do panteão *das Rainhas*.



79. Perspectiva interna do panteão *dos Reis*.



80. Aspecto da parede poente do panteão dos Reis..



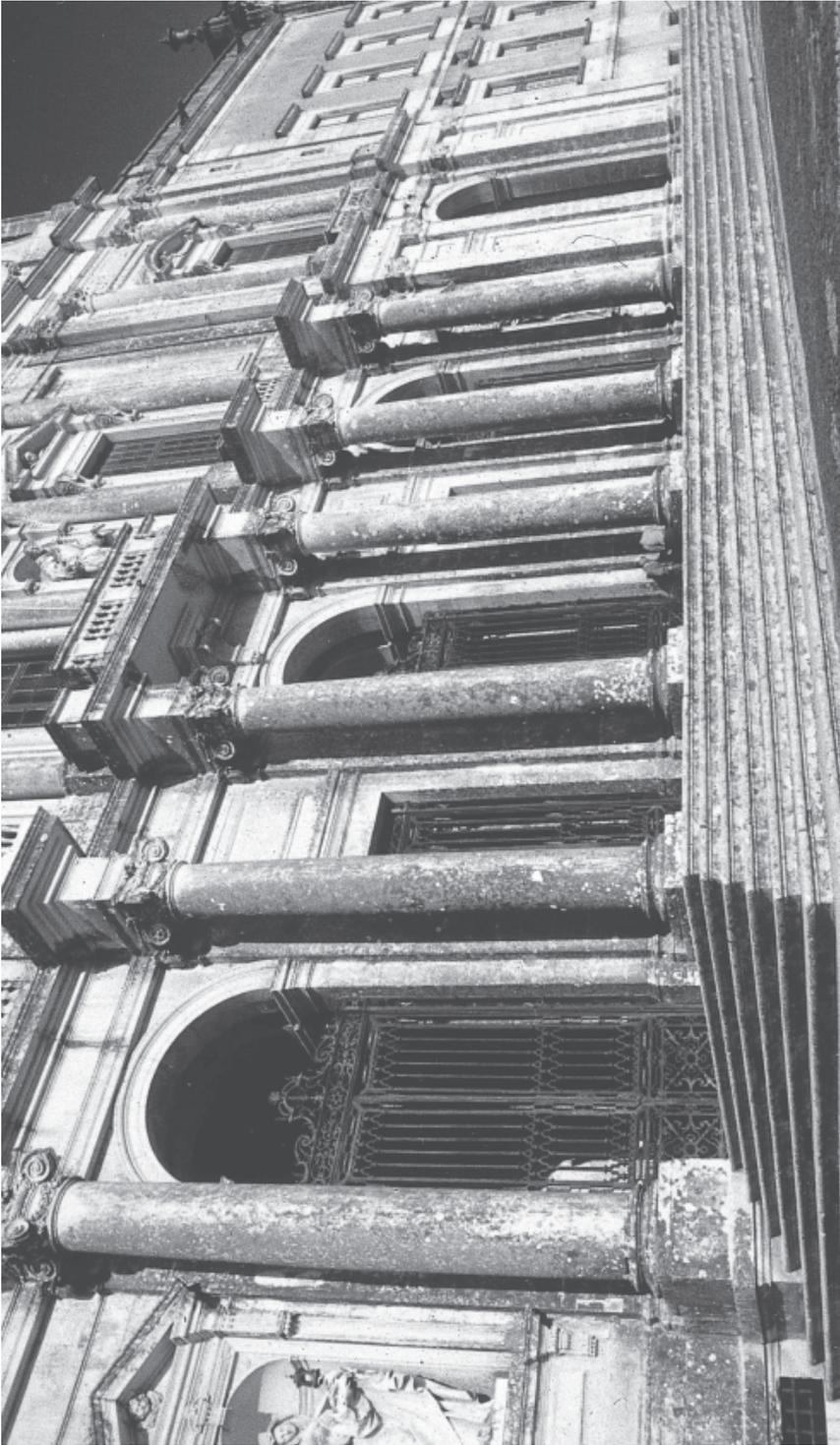
81. Nicho com a estátua de Santa Clara vendo-se, na base, a janela de iluminação do carneiro monástico.



82. Janela de iluminação do carneiro monástico.



83. Aspecto da plataforma de acesso à Basílica vendo-se, nos degraus do patim superior, as pequenas frestas de arejamento do carneiro monástico.



84. Aspecto exterior da galilé com as colunas isentas.



85 e 86. O zimbório.



87 e 88. A Livraria Real.



89. O Forte do Paço da Ribeira.



90. O Torreão do Rei no Palácio de Mafra.



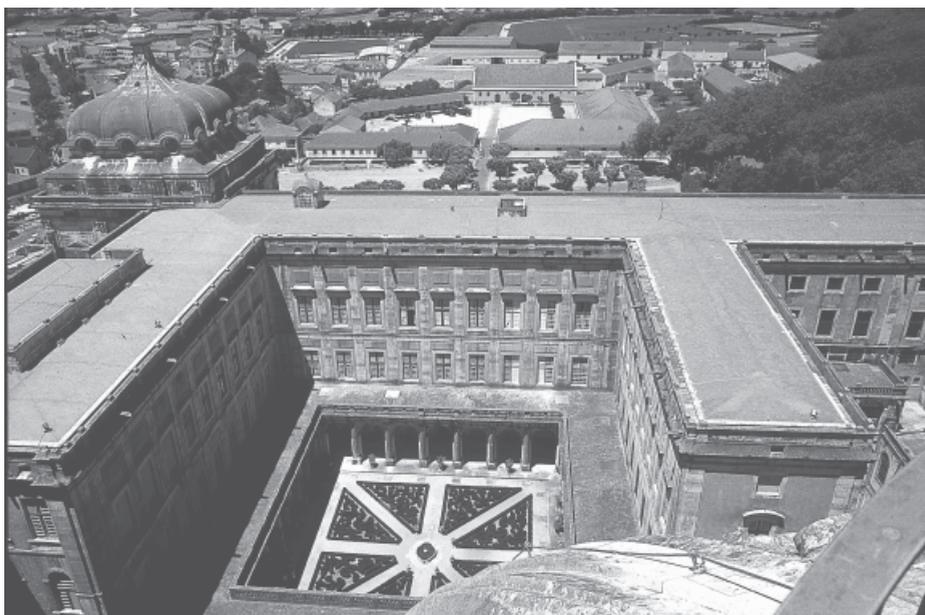
91. A fachada nascente vendo-se, nos extremos, os *Palacetes* sublinhados por pilastras e urnas sobre o ático.



92. Aspecto exterior do *Palacete* do Príncipe.



93. Aspecto do *Palacete* da Princesa visto do ângulo sul/nascente.



94. Percorrendo a *cidade de mármore*... — sobre o Palácio do Rei.



95. No labirinto de pedra.



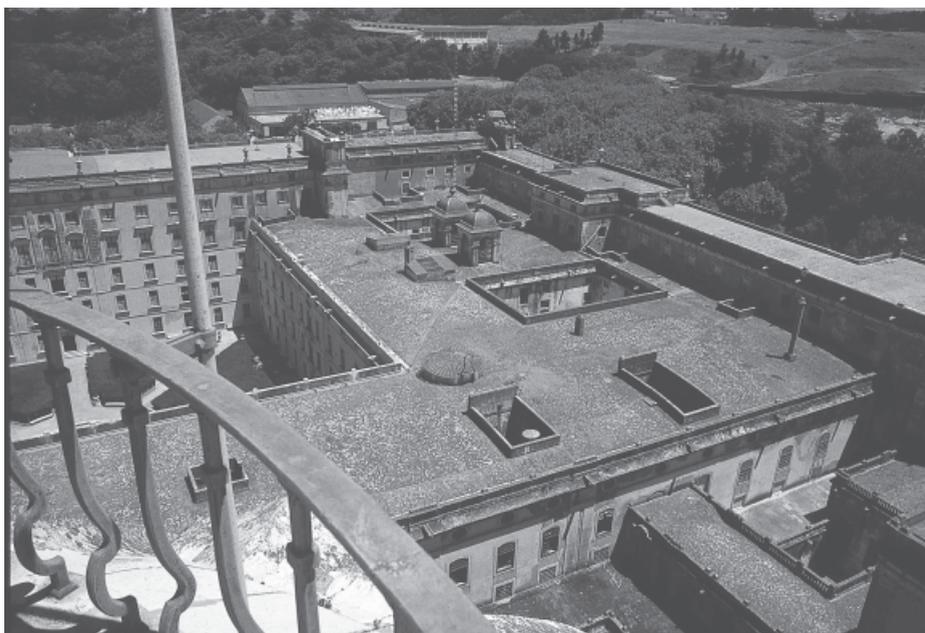
96 e 97. O claustro do Rei.



98. Entre o Paço e o Convento.



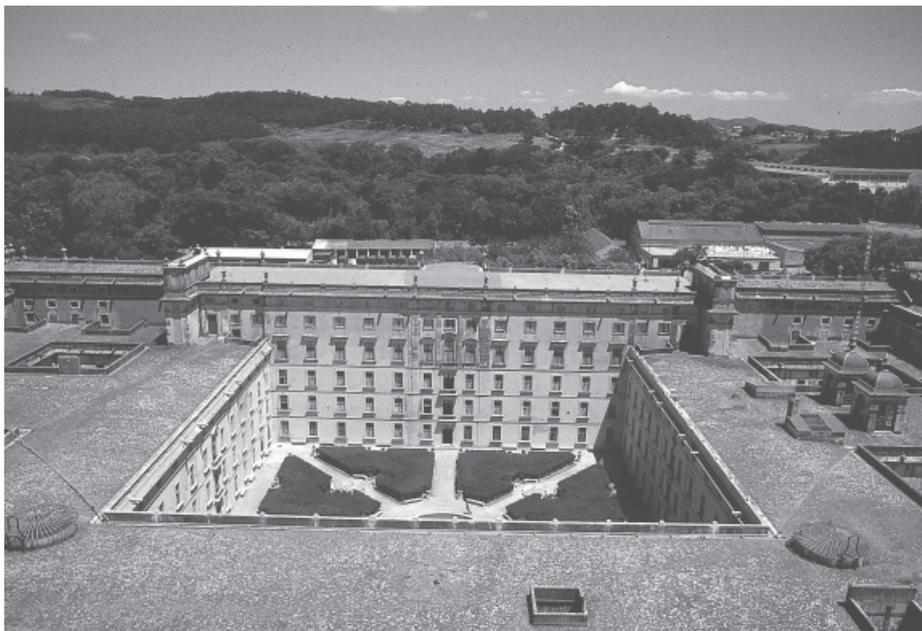
99. O Paço da Rainha.



100 e 101. Olhando sobre a cidade.



102 e 103. Andando sobre a cidade.



104. O Convento no coração da cidade.



105. A Livraria Real.



106. O zimbório velando sobre a cidade.



107. No termo do percurso...